# TARRAFAL

## CAMPO de CONCENTRAÇÃO

### PRESOS POLÍTICOS E SOCIAIS

1936-54 e 1961-74



2.ª EDIÇÃO

**Alfredo Caldeira e João Esteves**

(COORDENAÇÃO)

Edições Colibri

# TARRAFAL

## CAMPO de CONCENTRAÇÃO

### PRESOS POLÍTICOS E SOCIAIS

1936-54 e 1961-74

2.ª EDIÇÃO

**Alfredo Caldeira e João Esteves**
(COORDENAÇÃO)

# TARRAFAL

## CAMPO de CONCENTRAÇÃO

### PRESOS POLÍTICOS E SOCIAIS

1936-54 e 1961-74

Edições Colibri

A fotografia da capa (SIPA, FOTO.00136655) mostra a construção do Campo de Concentração do Tarrafal, figurando, do lado esquerdo, pavilhões de madeira transportados do CCPP (Campo de Concentração de Presos Políticos) aberto em 1931 na Ilha de S. Nicolau, em Cabo Verde.

**Título**: Tarrafal – Presos Políticos e Sociais (1936-1954 e 1961-1974)

**Coordenação**: Alfredo Caldeira e João Esteves

**Autores**: Alfredo Caldeira, Antónia Gato Pinto, Diana Andringa, Domingos Abrantes, Fernando Rosas, João Esteves, Julião Soares Sousa, Luís Farinha, Luís Fonseca, Luísa Tiago de Oliveira, Maria da Conceição Neto

**Colaboração**: António Possidónio Roberto, Gil Gonçalves, Helena Pato, José Lemos, José Vicente Lopes, Wanda Lana, Paulo Andringa Caldeira

**Editor**: Fernando Mão de Ferro

**Capa**: Raquel Gil Ferreira

**ISBN** 978-989-566-395-8

**Depósito legal n.º** 545 484/25

1.ª Edição, Lisboa, Abril de 2024

2.ª Edição, Lisboa, Abril de 2025

Nota: A opção ortográfica é uma decisão exclusiva de cada autor participante desta obra.

Em memória de todos os presos
do campo de concentração do Tarrafal



Composição de fotografias de presos das duas fases do Campo de Concentração do Tarrafal. A figura central refere-se a Abílio Guimarães (1896-1972) que sofreu diversas prisões e deportações, tendo estado encarcerado no Tarrafal, sem nunca ter sido julgado ou condenado, entre 1939 e 1945.
Autor: Paulo Andringa Caldeira

# Índice

**Apresentação**
Alfredo Caldeira e João Esteves ..... 13

**Agradecimentos** ..... 17

**Morte lenta no Chão Bom**
Fernando Rosas ..... 19

**O Estado Novo e o novo "perigo espanhol"**
Luís Farinha ..... 27

**A Greve Geral Revolucionária do 18 de janeiro de 1934**
João Esteves ..... 39

**Da revolta dos Marinheiros de 1936 ao Tarrafal**
Luísa Tiago de Oliveira ..... 45

**Os Comunistas e o Tarrafal**
Domingos Abrantes ..... 55

**Resistência Anarquista**
Antónia Gato Pinto ..... 61

**Criação do Campo do Tarrafal**
8 de outubro de 1935 ..... 67

**Legislação** ..... 68

**Apresentação das notas biográficas** ..... 71

**Biografias da Fase I (1936-1954)** ..... 73

Introdução ..... 73

Notas biográficas ..... 75

**Mais e mais prisões** ..... 259

**Campo de Trabalho de Chão Bom (1961-1974)** ..... 261

## Angola

**Campo de Chão Bom, Tarrafal – uma prisão (também) angolana**
Maria da Conceição Neto ..... 265

**Angolanos no Tarrafal – Pequeno guia para uma história política**
Maria da Conceição Neto ..... 273

Notas biográficas – Angola ..... 279

## Guiné

**A repressão colonial na Guiné a partir de 1962**
Julião Soares Sousa ..... 335

**Residência fixa… numa prisão**
Alfredo Caldeira ..... 343

Notas biográficas – Guiné ..... 347

## Cabo Verde

**Presos cabo-verdianos no Tarrafal – 1970/1974**
Luís Fonseca ..... 389

Notas biográficas – Cabo Verde ..... 397

**Cruz Vermelha Internacional: omissão e encenação** ..... 407

**Encontro de vontades** ..... 409

**1.º de Maio de 1974: Libertação** ..... 413

**Presos no Tarrafal** ..... 417

**Dever de memória**
Diana Andringa ..... 425

**Glossário** ..... 429

**Siglas** ..... 435

**Bibliografia** ..... 437

**Filmografia** ..... 441

**Nota final** ..... 443

**Adenda 50 anos depois** ..... 445

# Apresentação

Em finais de 2022 entendemos unir esforços no sentido de criar um Centro de Documentação do Campo de Concentração do Tarrafal, abrangendo, pela primeira vez, as suas duas fases: a dos antifascistas portugueses (1936-1954) e a dos nacionalistas africanos para ali enviados de Angola, Guiné e Cabo Verde.

Com esse objetivo, desenvolvemos uma plataforma informática que assegurasse a disponibilização de informação sobre o Tarrafal e de quantos lá foram encarcerados, recorrendo para o efeito à boa vontade e ao empenho de pessoas e instituições, designadamente:

- Os proponentes do Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos (1926-1974);
- A Associação Tchiweka de Documentação (ATD), Angola;
- O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Guiné-Bissau;
- A Fundação Amílcar Cabral, Cabo Verde.

Numa fase inicial, em 30 de março de 2023, apresentámos no **Museu do Aljube Resistência e Liberdade** este projeto, com enfoque nas notas biográficas já concluídas e com intervenção das diferentes entidades envolvidas, num projeto pioneiro, plural e em permanente reconstrução através de parcerias que unem a investigação portuguesa à angolana, cabo-verdiana e guineense.

Conforme foi então sublinhado, "gradualmente, e com apoio das colaborações e parcerias estabelecidas, tentaremos preencher esse ***doloroso silêncio*** que encobriu parte substancial da história do Campo de Concentração do Tarrafal. Sem esquecer os testemunhos de natureza memorialística tornados públicos e, também, os estudos e as diferentes abordagens que incidiram sobre aquela realidade".

Posteriormente, verificou-se a possível confluência com iniciativas programadas no âmbito das comemorações do cinquentenário do 25 de abril de 1974 – com especial referência à exposição prevista realizar nos locais do próprio Campo, em Cabo Verde, para assinalar o 50.º aniversário da respetiva libertação, ocorrida no 1.º de maio de 1974. Agradecemos **à Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril** e ao **Camões, Instituto da Cooperação e da Língua**, o apoio prestado a esta iniciativa.

A publicação que agora se disponibiliza, quer na edição em papel, quer em acesso aberto através da *internet*, pretende, como sempre a entenderam os autores, honrar a memória de quantos ali estiveram presos e de quantos ali faleceram, em função dos maus-tratos infligidos pelos carcereiros, às ordens dos governos ditatoriais, presididos por Salazar e Marcelo Caetano.

Visa, antes do mais, documentar as vidas dos presos que permaneceram no Tarrafal e os martírios constantes a que estiveram sujeitos no *campo da morte lenta*, dando voz às suas lutas e memórias – o que foi conseguido com a disponibilidade de múltiplas colaborações.

Pretendem ainda os autores prolongar e aprofundar a informação reunida, continuando a atualizá-la, designadamente, no suporte eletrónico aberto na internet (**memoriacomum.org**) reunindo na mesma plataforma a biografia possível de cada um dos tarrafalistas, memórias, testemunhos diretos e indiretos, obras publicadas, estudos académicos, textos da imprensa, fotografias, filmografia, referência a exposições realizadas, depoimentos, correspondência e, até, objetos manufaturados pelos presos – toda uma memória material que urge recolher, só possível através do envolvimento dos familiares dos ex-tarrafalistas.

Acresce a esse interesse imediato a recolha gradual de contribuições que melhor permitam contextualizar e entender historicamente as decisões políticas que deram lugar à construção desse campo de concentração, um dos ***Cárceres do Império*** instituídos pelo regime ditatorial, cuja história permanece largamente ocultada, passado meio século sobre o derrube da ditadura, e para onde, ao longo de 31 anos de funcionamento (1936-1954 e 1961-1974), enviaram um total de 588 presos políticos e sociais: 361 de Portugal, 107 de Angola, 100 da Guiné e 20 de Cabo Verde.

Não omitimos as dificuldades com que nos cruzámos na busca de documentação e mesmo de informação, fosse esta de origem policial,

fosse da memória dos presos. O tempo passado e, sobretudo, as omissões e desvios verificados, consciente ou inconscientemente, conjugaram-se para tornar muito complexo o apuramento da realidade vivida, quer quanto às acusações formuladas pela polícia política contra os alegados suspeitos, quer no "trânsito" quase ininterrupto destes entre esquadras e outras instalações prisionais, quer na tosca ausência de aplicação da lei (ainda que ditada pelo mesmo regime) a muitos dos deportados enviados ou mantidos no Tarrafal – realidade esta bem presente nas duas fases do Campo, com a simples decisão administrativa a superar as condenações ditas judiciais, geralmente a cargo de tribunais militares (territoriais e especiais).

Sabemos que a vida no Campo de Concentração do Tarrafal foi, designadamente nas fases mais agudas de repressão, de enorme violência, visando aniquilar a vontade e a dignidade dos presos, e que para tal recorreu, como parte integrante da "política prisional" seguida, a tentativas de aliciamento de *bufos*. Não deixámos, por isso, de referir muitas dessas situações.

Mas sabemos, também, o que foi a força, a coragem e a determinação da maioria dos presos. Como afirmou um deles, à beira da morte que o vitimaria aos 30 anos de idade, perante o diretor do Campo de Concentração do Tarrafal, João da Silva: «**Verá que sei morrer como um revolucionário!**»

É esse legado que aqui procuramos honrar, para que não se esqueça, para que não nos esqueçamos!

Alfredo Caldeira e João Esteves

# Agradecimentos

É com grande alegria que vemos finalmente reunidos informações, textos e imagens em que muitas pessoas trabalharam – investigando, coordenando e revendo, com o objetivo de promover um **Centro de Documentação do Tarrafal**.

O que aqui se apresenta é resultado da intervenção coletiva e prolongada de muitos, e a todos são devidos agradecimentos.

Assinalamos, antes do mais, o empenho de quantos – pessoas individuais e pessoas coletivas, públicas e privadas – acolheram e de algum modo participaram neste projeto:

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal
- Associação Tchiweka de Documentação, Angola
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Guiné-Bissau
- Fundação Amílcar Cabral, Cabo Verde
- Museu do Aljube Resistência e Liberdade, Portugal
- Património Cultural, I.P.
- José Vicente Lopes
- Maria da Conceição Neto
- Silvestre Lacerda
- Wanda Lara

Agradecemos, naturalmente, aos autores dos textos de introdução às diferentes realidades: a Fernando Rosas, autor do Prefácio, mas também a Antónia Gato Pinto, Diana Andringa, Domingos Abrantes, João Esteves, Julião Soares Sousa, Luís Farinha, Luís Fonseca, Luísa Tiago de Oliveira e Maria da Conceição Neto.

Uma última palavra é devida aos que connosco formaram a equipa responsável pelos trabalhos de recolha e organização, de que salientamos Helena Pato, que integrou o projeto inicial e interveio na sua apresentação no Museu do Aljube, em 30 de março de 2023, José Lemos e António Possidónio Roberto e Gil Gonçalves.

A todas e todos, o nosso Muito Obrigado!

# Morte Lenta no Chão Bom

Fernando Rosas*

Pode considerar-se a criação do campo de concentração do Tarrafal em Abril de 1936[1] o ponto culminante do processo de reorganização do sistema de segurança política e social operado pelo regime do Estado Novo a partir de 1933, ano da sua institucionalização. Essas reformas de cunho autoritário, intimidatório e punitivo de qualquer manifestação de resistência à ditadura ou de qualquer comportamento "desviante" relativamente à ordem estabelecida, inspiraram-se nas mudanças de filosofia penal e prisional em curso nos regimes fascistas europeus nos anos 30 do século passado, especialmente na Itália mussoliniana e na Alemanha nacional-socialista, fontes explícitas do legislador estadonovista. E tinham um largo espectro: respeitavam à polícia política, à regulação anulatória das liberdades fundamentais, à tipologia dos crimes e das penas, à natureza dos tribunais que os julgavam e as aplicavam e ao sistema prisional onde as punições eram cumpridas.

Baseando-se na legislação e nas medidas administrativas já adotadas pela Ditadura Militar entre 1926 e 1933 para reprimir, prender ou deportar (frequentemente sem julgamento nem culpa formada) os opositores ao regime, o Estado Novo reorganizou ao longo dos anos trinta todo o sistema de justiça política que se manteria essencialmente incólume até à queda da ditadura em 1974.

* Professor Emérito da Universidade Nova de Lisboa.

[1] Decreto-lei n.º 26.539 de 23 de abril de 1936.

Em 1930, a Ditadura Militar cria o Tribunal Militar Especial para julgar e punir, através de processos sumários e ao abrigo da legislação militar, todos os "crimes políticos" quer fossem cometidos por militares ou por civis[2]. Criava-se, como se estava a passar na Itália fascista, um "processo penal de exceção" para os "crimes políticos" inspirado nos códigos de justiça militar. Na prática, era a polícia política que tinha plenos poderes instrutórios – o recurso à tortura era o "método de investigação" normal – inclusivamente de prender e deportar os presos por tempo indeterminado, mesmo sem julgamento ou culpa formada[3].

Na sequência da aprovação da Constituição de 1933 que institucionaliza o novo regime, o Governo de Salazar decreta um conjunto de medidas que estabelecem duradouramente a liquidação de qualquer vislumbre de um Estado de Direito:

→ Reorganiza a polícia política transformando a anterior Polícia de Defesa Política e Social (PDPS) em Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) dotada de poderes irrestritos de perseguir, intercetar correspondência, fazer escutas telefónicas, prender por tempo indeterminado e sem julgamento, torturar, deportar para as ilhas atlânticas e para as colónias ou banir do país. Dotando a PVDE de prisões privativas no Aljube (Lisboa), no Forte de Caxias ou na Fortaleza de Peniche. A polícia política, agindo como polícia secreta, torna-se o centro do sistema de justiça política.

→ Regula restritivamente os direitos de associação e de manifestação colocando o seu exercício na estrita dependência do Ministério do Interior (e do parecer da polícia política). Na prática, são proibidos os partidos políticos (exceto o partido único do regime) e, na realidade, todo o tipo de associativismo político, cultural ou social cuja existência parecesse inconveniente à ditadura.

→ Reorganiza e centraliza a censura prévia (em vigor desde 1926) a todas as formas de expressão (jornais, rádio, teatro, cinema, mais tarde a televisão). Os serviços de propaganda e a polícia política estabeleciam

---

[2] F. Rosas (coord.) *Tribunais Políticos, Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, ed. Temas e Debates, Lx, 2009, págs. 26 e 27.

[3] Em Outubro de 1945, o decreto-lei n.º 35.044 extinguiu os Tribunais Militares Especiais e criou os Tribunais Plenários como tribunais judiciais de justiça política funcionando como apêndices judiciais da polícia política.

também listas de livros proibidos e rapidamente apreendidos nas livrarias ou tipografias.

→ Aprova os fundamentos da organização corporativa e o Estatuto do Trabalho Nacional que proibiu o direito à greve e liquidou a liberdade sindical.

É precisamente em 1933, esse ano fundador do regime, que o Governo de Salazar ordena o início dos estudos para a localização de uma colónia penal destinada a presos políticos e sociais em Cabo Verde.

Em 1935, no processo de consolidação do Estado Novo, para além das depurações anteriores das perseguições aos participantes na resistência à Ditadura Militar, inicia-se a limpeza ideológica da função pública através do decreto-lei n.º 25.317 de 13 de maio. Todas as posteriores depurações até ao fim do regime se farão ao abrigo deste emblemático diploma[4]. Segundo ele, o Conselho de Ministros pode mandar aposentar, reformar ou demitir os funcionários ou empregados civis ou militares que 'tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado'. Três dias após a aprovação do decreto-lei, a 16 de Maio de 1935, torna-se pública uma resolução do Conselho de Ministros mandando afastar do serviço uma lista de 33 personalidades civis e militares. Entre elas estão figuras gradas do mundo científico e universitário: Abel Salazar, professor e cientista da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; Aurélio Quintanilha, catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra; Rodrigues Lapa, eminente filólogo e catedrático de Letras da Universidade de Coimbra; Álvaro Faria Lapa, dermatologista e professor da Faculdade de Medicina de Lisboa; o general Norton de Matos, docente do Instituto Superior Técnico; e Sílvio Lima, professor da Faculdade de Letras de Coimbra.

Mas cuida-se ainda da prevenção política do acesso à função pública. A lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935, que ilegaliza a Maçonaria e todas as 'associações secretas', obriga os candidatos à função pública a assinar um compromisso de que 'não são e nunca foram membros de uma associação secreta' (artigo 3.º). Já em pleno contexto da Guerra Civil de Espanha, com o 'perigo vermelho' erigido em inimigo principal, o decreto-lei n.º 27.003, de 14 de Setembro de 1936, sofistica e aperta as malhas

[4] Cf. F. Rosas e C. Sizifredo, *Estado Novo e Universidade: A Perseguição aos Professores*, ed. Tinta da China, Lx, 2013, p. 44 e seguintes.

do controlo político do acesso aos cargos públicos: qualquer admissão a concurso, nomeação ou assalariamento para todos os lugares da administração central e local ou dos serviços autónomos exige a prévia declaração do candidato, 'por sua honra', de 'estar integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas' (artigo 1.º). É a célebre 'declaração anti-comunista' que vigorará até à queda do regime. Com ela, e até ao 25 de Abril, estabelece-se o procedimento administrativo obrigatório de consulta à polícia política, para atestar a 'idoneidade política' de qualquer candidato a um lugar do Estado.

Neste contexto de radicalização totalizante do sistema repressivo e de depuração política, não surpreende que na sequência de um ante-projeto para uma Colónia Penal no Tarrafal da Ilha de Santiago apresentado pelo grupo encarregado de estudar a sua localização, haja um despacho de Salazar, a 8 de Outubro de 1935[5], ordenando o início da sua construção e designando-a como "Colónia Penal de Cabo Verde destinada a presos políticos e sociais". O campo de concentração do Tarrafal na Ilha de Santiago é formalmente criado pelo decreto-lei 26.539 de 23 de Abril de 1936 e entrega a sua "construção urgente" (com "simplificação dos trâmites legais"…) ao Ministério das Obras Públicas (sendo titular da pasta Joaquim Abranches). Mas a sua tutela ficaria a cargo do Ministério da Justiça (sendo ministro Manuel Rodrigues).

É importante reter que a criação do campo de concentração do Tarrafal é quase simultânea com a reforma dos serviços prisionais decretada em 28 de Maio de 1936[6]. Ora o novo sistema carcerário e as suas variantes refletiam a natureza dos crimes fixados pela ordem penal e das penas que os puniam. Precisamente o Estado Novo definira pelo decreto-lei n.º 23.203 de 6 de Novembro de 1933 a tipologia do *crime político*, julgado em Tribunal Militar Especial e suscetível de punição através de uma pena de desterro. Por seu turno, a reestruturação dos serviços prisionais de 1936 cria as chamadas "prisões especiais" (fundadas nas características especiais que o "delinquente" apresentava), sendo que "é nesta

---

[5] Alfredo Caldeira (coord.), *Memória do Campo de Concentração Tarrafal*, ed. Fundação Mário Soares, Museu do Neorrealismo, C. M. de Vila Franca de Xira, 2010, págs. 33 a 35.

[6] Decreto-lei n.º 26.643 de 28 de Maio de 1936.

categoria de prisões especiais que encontramos previstas as denominadas colónias penais no ultramar para criminosos de difícil correção, as prisões para criminosos políticos e as colónias penais no ultramar para delinquentes políticos"[7].

Apesar de já existirem, desde 1931, deportados políticos sob prisão na ilha de S. Nicolau, em Cabo Verde, ou nos campos de Timor, o campo de concentração do Tarrafal é o que vem concretizar o novo conceito de colónia penal para presos políticos, onde o regime "configurou a noção de pena com um duplo fim: primeiro de prevenção geral e de intimidação; segundo, de correção ou eliminação individual", eliminação, como previa a reforma dos serviços prisionais, consistente em "separar o delinquente do convívio social" se ele se revelar incapaz de ser um "elemento adaptável"[8]. A "eliminação" correspondia, na realidade, à suposta "morte cívica e política do condenado" e em mais de três dezenas de casos, no Tarrafal, correspondeu à sua morte física, vítimas da brutalidade repressiva do regime prisional, das doenças sem assistência médica ou medicamentosa, das condições de habitação e higiene, do esgotamento físico pelo trabalho forçado ou da inclemência climática[9].

A "exclusão" imposta pela ditadura como punição da resistência política e traduzida no desterro para as colónias penais no "império", fazia destas, concretamente do Tarrafal, o destino especialmente concebido para o "cumprimento do calvário apocalíptico dos presos políticos"[10].

A escolha da localização do campo de concentração do Tarrafal obedece, à luz da estratégia político-penal que lhe subjaz, a critérios cuidadosamente estabelecidos. Basicamente tratava-se de transformar a existência do preso político deportado "num fardo cada vez mais difícil de suportar". Pelo carácter penoso do desterro transatlântico, pela desolação do território e o clima inóspito, pelo isolamento quase total do mundo e das comunicações, pela violência do regime carcerário, pela

---

[7] Victor Barros, *Campos de Concentração em Cabo Verde*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, p. 47.

[8] *Ibidem.*

[9] Em 1944, 127 dos 221 presos no Tarrafal ou nunca tinham sido julgados (72), ou tinham cumprido as penas e permaneciam encarcerados (55). No total tinham cumprido 200 anos de prisão em excesso e só ali continuavam por castigo imposto pela polícia política.

[10] Victor Barros, *ob. cit.* p. 54.

dureza das punições, pela exaustão do trabalho forçado, pelas doenças. O isolamento facilitava também as condições de vigilância dos presos e dificultava as fugas. O Tarrafal iria ser, na realidade, "o campo da morte lenta" concebido e pretendido pelo regime salazarista.

Não por acaso, o autor da reforma judicial de 1936, o jurista e lente da Universidade de Coimbra, Beleza dos Santos, é também o consultor que, com o chefe da PVDE, Agostinho Lourenço, acompanha os estudados preparatórios e a escolha do Tarrafal da ilha de Santiago para local de implementação do campo de concentração, sobre o qual emite um parecer favorável. Beleza dos Santos tinha andado em visita oficial pela Alemanha hitleriana em 1935 (no ano anterior o nazismo inaugurava o campo de concentração de Dachau) buscando inspiração para a reforma prisional e para a arquitetura dos edifícios que a concretizariam.

A urgência da polícia política e do Governo na abertura do campo tinha as suas razões: as cadeias políticas estavam superlotadas em 1936, após a greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934 e a revolta dos marinheiros da Armada em 8 de Setembro de 1936. A eclosão da Guerra Civil de Espanha, em Julho de 1936, e a "ameaça vermelha" anunciavam novas vagas de prisões políticas[11]. Era necessário mandar para a deportação colonial, para o campo de concentração do Tarrafal, os dirigentes e militantes políticos, sindicais ou militares, da contestação antifascista, os que se destacavam na resistência, os que ousavam recorrer à insurreição ou à luta armada, fosse qual fosse a sua filiação política.

Por isso, a primeira vaga de presos a inaugurar o campo de concentração do Tarrafal tem duas características que convém salientar. A primeira é que ela vai recolher presos de todas as prisões políticas da metrópole (Aljube, Caxias, Peniche), de Angra do Heroísmo e da Madeira para os conduzir ao Tarrafal. O navio "Luanda" que os transporta a partir de Lisboa faz um longo percurso oceânico (Açores – Madeira – ilha de Santiago) até ao seu destino, onde chega a 29 de Outubro de 1936. Transporta 151 deportados políticos presos no "18 de Janeiro", na revolta dos marinheiros, na resistência reviralhista, na luta política e sindical. São comunistas, anarco-sindicalistas, republicanos ou presos sem filiação

[11] Na realidade, entre 1936 e 1939 (os anos de duração de Guerra Civil de Espanha) a PVDE iria prender 8.293 pessoas, o pico das prisões políticas registadas em toda a história do regime.

partidária definida (como alguns combatentes pela Espanha Republicana). A segunda é que eles chegam ao campo de concentração ainda na "fase provisória" da sua instalação, sem camaratas, sem água nem esgotos, latrinas e cozinhas ao ar livre e sem condições mínimas de habitalibilidade e higiene. A falta de proteção contra os mosquitos fará com que a malária não tarde a fazer as suas primeiras vítimas mortais.

O campo de concentração do Tarrafal funcionará durante 18 anos para presos políticos portugueses (e alguns estrangeiros) entre 1936 e 1954, quando é encerrado ao cabo de largos protestos nacionais e internacionais. Nesta primeira fase, por lá passarão 361 deportados políticos, 32 dos quais não sobreviverão às terríveis condições do regime prisional. Entre estes, Mário Castelhano, dirigente anarquista, e Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP.

O início da guerra colonial em Angola, em 1961, levou o Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, por portaria de 17 de Junho, a ordenar a reabertura do campo de concentração do Tarrafal, agora com a eufemística designação de Campo de Trabalho de Chão Bom. O campo reproduzia no essencial o regime prisional e os propósitos da sua primeira fase. Destinava-se a "presos de responsabilidade" ligados às lutas de libertação nacional na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em Angola. A grande maioria são presos por decisão administrativa da polícia política, isto é, sem julgamento e por tempo indeterminado, a reeducar pelo trabalho obrigatório, pela "disciplina", a "educação patriótica" e a "instrução religiosa", como rezava o regulamento do campo, assumidamente decalcado do que vigorara a partir de Maio de 1936. Os primeiros presos angolanos chegarão a 25 de Fevereiro de 1962. Mas até 1974, o campo receberá 107 deportados de Angola, 100 da Guiné e 20 de Cabo Verde, num total de 227 presos políticos nesta segunda fase. Quatro destes 227 presos morrerão no campo de concentração. No seu conjunto, são membros, ou simpatizantes, ou suspeitos de o serem, do PAIGC, do MPLA, da UPA/FNLA ou da UNITA e a maioria são deportados por simples decisão administrativa e extrajudicial da PIDE/DGS.

É preciso salientar que o poder colonial português já estabelecera uma série de cárceres políticos distribuídos pelo conjunto do "império" antes da eclosão da guerra colonial em 1961, em Angola. Mas o início da luta armada de libertação nacional nessa colónia (depois estendida à

Guiné Bissau, em 1963, e a Moçambique em 1964) originou a constituição de uma vasta rede de prisões e campos de concentração (desdobrados em subcampos prisionais e aldeias satélites) onde se internavam sem culpa formada e sem julgamento milhares de suspeitos de ligações aos movimentos de libertação, guerrilheiros e até populações inteiras para aí deslocadas por apoiarem a guerra de libertação. Nas prisões como a da Machava (Moçambique), ou nos campos de S. Nicolau ("o Tarrafal Angolano"), de Missombo (no Cuando-Cubango, Angola) ou de Mabalane (no norte da então Lourenço Marques, Moçambique) os presos eram sujeitos a violentíssimos regimes de encarceramento, à privação de alimento ou de assistência médica, sendo a tortura, o assassinato, as execuções sumárias, as mortes por sobrelotação das celas ou os espancamentos moeda corrente.

Da mesma forma que a explosão revolucionária subsequente ao movimento militar do 25 de Abril de 1974 levou o povo a marchar sobre as cadeias de Caxias e Peniche para impôr a libertação incondicional de todos os presos políticos em Portugal, também na ilha de Santiago a população forçou a libertação dos presos do Tarrafal e o encerramento do campo de concentração no dia 1 de Maio de 1974.

Num momento em que a *shameless normalization*, a normalização sem vergonha dos crimes da ditadura, se estende ao nosso país veiculada pela extrema-direita, é urgente recordar a luta, a vida e o sacrifício dos 588 homens desterrados para o campo de concentração do Tarrafal por ousarem combater e morrer pela liberdade e pela dignidade. É com essa imprescindível memória que também se há-de construir e defender o futuro da democracia política e social. É seguramente com ela que havemos de celebrar o cinquentenário do 25 de Abril.

# O Estado Novo e o novo "perigo espanhol"

## A fascização do regime na segunda metade dos anos 30

Luís Farinha*

> «Quanto à diretriz da Ditadura é o fascismo, como toda a gente sabe. Um fascismo sem discursos, sem paradas, sem teatro. Um fascismo de gabinete. Não há camisas castanhas nem camisas azuis. O ditador português não precisa de camisas de qualquer qualidade a apoiá-lo. Bastam-lhe as metralhadoras e as espingardas do Exército. Evita assim uma duplicação de despesas.»
>
> (Ramada Curto, in *Portugal Republicano*. *Órgão do Centro Republicano* Português Dr. Afonso Costa, Ano II, n.º 17, 12 de maio de 1934)

Oliveira Salazar assume a presidência do Governo da Ditadura Nacional em 5 de julho de 1932, depois de ter sido assegurado o apoio claro do Exército à "Revolução Nacional" numa cerimónia realizada na Sala do Conselho de Estado, em 28 de maio desse mesmo ano, onde é entregue ao ainda ministro das Finanças a Grã-Cruz da Torre e Espada pelo Presidente Óscar Carmona. Ao mesmo tempo é-lhe dada a conhecer, por Lopes Mateus, ministro da Guerra, uma mensagem subscrita "em nome de 4000 oficiais de todas as armas", em apoio à política do Governo e do ministro das Finanças Oliveira Salazar.

Nem tudo ficará definitivamente resolvido no domínio das complexas relações estabelecidas entre o Exército e o novo poder civil que, crescentemente, foi tomando as rédeas do poder. Na verdade, o primeiro Governo chefiado por Oliveira Salazar é o primeiro Governo civil da Ditadura. No

* Investigador do Instituto de História Contemporânea (NOVA – FCSH).

entanto, para assegurar a condução e domínio da situação ditatorial, Oliveira Salazar terá ainda de afastar (pela demissão ou pela prisão) os militares constitucionalistas que continuam a recorrer à sedição e à revolta para repor a legalidade democrática – muitos deles exilados, deportados, presos ou em vias de ser julgados em Tribunal Militar Especial – e, de forma definitiva, obter o domínio sobre a instituição militar, utilizando-a na administração do Estado sob o seu comando, ou remetendo-a para os quartéis. Estas dificuldades – ultrapassadas com a Reforma do Exército de 1937/38 –, nunca impedirão o pilar castrense de se constituir como o suporte essencial da Ditadura até ao seu derrube, em 1974.

É, aliás, com recurso ao Exército, que Salazar consegue impor o novo regime do Estado Novo, garantir a Ordem Pública, administrar as colónias, reorganizar as polícias políticas, montar o Tribunal Militar Especial, reorganizar a Censura e recrutar algumas das figuras centrais do Estado, tanto na Assembleia Nacional como na governação e na Presidência da República.

A constitucionalização da Ditadura em 1933 e a eleição plebiscitária da primeira Assembleia Nacional (16.12.1934) e do Presidente da República, general Óscar Carmona (17.02.1935), normalizam o novo quadro institucional. Estava constituído o duunvirato que permitiu a estabilidade do regime, mesmo em tempos de grande instabilidade nacional e internacional – um chefe do Governo que indicava o Presidente da República e um Presidente da República que nunca demitiria Oliveira Salazar da chefia do Governo.

Entre 5 de julho de 1932 – data da entrega da chefia do Governo a Oliveira Salazar –, e 1937, ocorreram cinco anos decisivos na edificação de um Estado autoritário e policial – aquele que corporiza o que podemos hoje designar de fascismo português. A partir de 1936 – muito por efeito da situação espanhola – a ditadura do Chefe do Governo, apoiada pelos militares, torna-se inquestionável. De um Chefe do Governo que acumulava a pasta Finanças desde 1932 passou, em 1936, a um Ditador que assumiu a pasta Guerra, (11.05.1936) e, em 6 de setembro do mesmo ano, no decurso da Guerra Civil de Espanha, a pasta dos Negócios Estrangeiros. Como, entretanto, as reformas da polícia política (PVDE), sob a liderança do capitão Agostinho Lourenço, lhe permitiam igualmente conhecer diretamente as questões da segurança interna e de fronteiras, também parte do poder do Ministério do Interior lhe passava pelas mãos.

Intencionalmente, fizemos compreender este período de fascização do regime entre 1932 e 1937. De facto, também não por acaso, o atentado a que foi sujeito Oliveira Salazar ocorreu apenas um dia antes de concluído esse primeiro quinquénio, em 4 de julho de 1937. Há muito que os receios de um atentado lhe eram frequentemente anunciados pelo chefe da PVDE, capitão Agostinho Lourenço, um bom conhecedor dos meios oposicionistas radicais. Se em 1932, embora convicto de que a "força [era] absolutamente indispensável na reconstrução de Portugal", Salazar considerava que a violência deveria "ser usada com serenidade e prudência", de modo a "assegurar a continuação da obra" (Salazar, XI, 8), o mesmo se não passa em 1936, no decurso da Guerra Civil de Espanha. Depois de manifestações da considerada "erupção comunista" em curso, como teria acontecido com a "Revolta dos Marinheiros" de 8 de setembro, Salazar mudara de opinião, pondo de lado a posição anterior de "bondade e tolerância". Responsáveis eram os atores diretos, mas também "pessoas de categoria" que arrastavam "atrás dos seus devaneios ou simplesmente dos seus ódios pobre gente inculta que nos vemos obrigados a prender ou metralhar" (MNE, III, 14). Daí em diante, a Situação exigia condução com pulso de ferro, como lhe recomendavam os conselheiros mais próximos.

Em 18 de maio de 1936 toma posse o segundo Governo da chefia de Oliveira Salazar: mudara a composição (com a concentração de pastas em Oliveira Salazar), mudaram os homens e mudara a natureza do regime. Para trás ficava a política compromissória imposta pela "clique de generais conservadores" que tinham implantado a Ditadura Militar e que propuseram, até muito tarde, a transição para um "parlamentarismo corrigido" (Rosas, 1985, 19).

## As Oposições à Situação nunca estiveram mortas

A política de atração do novo regime, associada às derrotas sucessivas da resistência republicana (Pinto, 1992, 575), predispunham um elevado contingente de membros das elites económicas e políticas a aderir ao novo projeto do Estado Novo. Alguns cooptados para a Assembleia Nacional e para a Câmara Corporativa (abertas em 11.01.1935) ou para outros domínios da administração do Estado. Outros para a construção do Império Colonial, que ganhou força a partir da aprovação do Ato

Colonial (1930) e da condução da administração pelo ministro Armindo Monteiro. Aos militares era prometido (e fornecido) abundante material bélico, particularmente navios para a Marinha de Guerra. A constitucionalização da "Revolução Nacional" ia, assim, sendo apresentada pelo Ditador como a emergência necessária de um "autoritarismo" "representativo", por oposição ao liberalismo e ao pluripartidarismo que considerava a origem de todos os males do país.

Na verdade, esta normalização político-administrativa corria a par e passo com o desmantelamento das oposições republicana e operária. A primeira tinha resistido em sucessivas revoltas ocorridas entre 1927 e 1933 e exaurira-se, quase em definitivo, nas prisões, no exílio e na deportação. O mesmo acontecera à oposição operária, em boa parte desmantelada em resultado da derrota que sofrera na sequência da "Greve Geral Revolucionária de 18 de Janeiro de 1934". Também a "clique de generais" conservadores – de Ivens Ferraz a Vicente de Freitas – se acomodara, em função de algumas propostas suas que teriam sido incluídas na Constituição de 1933. À sua direita, o Ditador teve ainda a assediá-lo uma oposição integralista e nacional-sindicalista, chefiada por Rolão Preto, que acabou também por ser desmantelada na sequência de largas mobilizações de massas ocorridas em Lisboa, Braga, Porto e Coimbra. No dia 4 de junho, Rolão Preto e o seu secretário, Conde de Monsaraz, são presos e banidos do país.

Subsistiam, no entanto, setores descontentes das antigas elites republicanas e maçónicas. Interessado na "domesticação" dessas elites pela atração no seio do novo regime, o Ditador insistia, pragmaticamente, na recusa do uso da "força atrabiliária", defendendo uma "violência" limitada pela moral e pela legalidade, isto porque, argumenta, "…nós não temos possibilidades de nos aguentarmos na violência durante muito tempo, porque (…) as penas não são cumpridas, ao degredo segue-se a repatriação, às demissões as reintegrações nos antigos lugares…" (Salazar, XII, 6). De facto, esse ciclo de "reintegrações" e de atração, tinha feito regressar ao Continente centenas de deportados, vindos de Timor e das restantes colónias e que, num aparente jogo de legalidade, o Estado policial fazia passar pelo crivo do Tribunal Militar Especial. Em 1935, passaram por este Tribunal 485 réus (Tribunais, 2009, 326), a maioria sujeita a processo que culminou em nova prisão ou absolvição. Cerca de um terço desses réus eram militares, alguns de alta patente. No entanto,

nas ilhas e nas colónias, continuavam degredados ou em regime de residência fixa algumas centenas de opositores, a par de mais duas centenas que tinham demandado o exílio espanhol ou francês, alguns impedidos de voltar em função da decisão de banimento a que tinham sido sujeitos pelo Decreto-Lei n.º 21 943 de 5 dezembro de 1932.

É verdade que o Governo da Ditadura tinha decidido enviar os "150 mais perigosos" para o Forte de S. João Batista, em Angra do Heroísmo, em final de 1933, constituindo-se aí uma nova "prisão da PIDE", administrada, conjuntamente, por agentes da PVDE e do Comando Militar dos Açores, com apoio de um Corpo da GNR[1]. O sistema de "ilhas-prisão", iniciado em Ataúro e Oe-Kussi (Timor), viria a provar a sua eficácia em Cabo Verde, com a criação do Tarrafal de S. Nicolau (1930/31) e, definitivamente, com o Tarrafal de Santiago (1936).

A dispersão dos presos aliviava a pressão no Continente, mas não resolvia o problema, pela simples razão de a Ditadura ter continuado a expurgar, a banir e a prender opositores no ano de 1935, em função do clima alarmante de revolta que se vivia no mês de maio. Assim, no dia 13 desse mês, pelo Decreto-Lei n.º 25 317, o Governo manda aposentar, reformar e demitir os funcionários ou militares que "tenham revelado oposição aos princípios da Constituição Política". No dia 16, o *Diário do Governo* publica uma lista de mais de 30 funcionários que são desligados do serviço. Uns dias antes, o Conselho de Ministros tinha proibido os republicanos Domingos Pereira, Cunha Leal e Prestes Salgueiro de residirem no país durante dois anos.

Em desespero, os últimos resistentes das várias famílias políticas (republicanos de todos os matizes, anarquistas, integralistas, nacional-sindicalistas, monárquicos) reúnem-se em torno do objetivo da demissão de Salazar por Óscar Carmona e da transição para uma situação constitucional que desse lugar à libertação dos presos políticos e à promoção de eleições, numa revolta de "todos" contra Salazar (Pinto, 1994, 280). A erupção acabou por acontecer em 10 de setembro de 1935, tendo ficado conhecida com o nome de "Revolta de Mendes Norton", pelo facto de ser este o militar de maior patente envolvido. Abortou às primeiras horas, até pelo facto de muitos dos seus potenciais intervenientes terem

[1] Seguimos aqui o resultado de um estudo ainda não publicado do historiador Sérgio Rezendes, intitulado "O Depósito de Presos Políticos e Sociais em Angra do Heroísmo (1933-1936)".

sido presos, de forma sistemática, nos meses que precederam o levantamento. Estão neste rol um elevado número de sargentos da ORS (Organização Revolucionária de Sargentos), presos a 4 de maio de 1935, prisão essa que foi seguida por outras até ao mês de agosto (Farinha, 1998, 232). A revolta teria estado para sair em 20 de maio, o que obrigou o Governo a refugiar-se em Caçadores 5 ao mesmo tempo que um largo número de unidades militares de Lisboa entrou de prevenção. Os maiores receios residiam agora no facto de o Governo de Oliveira Salazar considerar iminente a "bolchevização" do país e da Ibéria. De facto, e apesar de o *Avante!* continuar a considerar, sectariamente, o *putschismo* militar como um "método gangster", pugnando pelo seu programa de luta de massas, o que é um facto é que a ORS (de matriz republicana) e a ORA – Organização Revolucionária da Armada – (de inspiração comunista) mantiveram reuniões e troca de documentação para um entendimento durante os meses de abril e maio de 1935 (Farinha, 1997, 23).

Perante a ameaça que resultava do fascínio indiscutível do comunismo sobre largos setores da oposição, mesmo a mais tradicional e republicana, o Governo reage com medidas concretas de repressão. Em 27 de abril, na comemoração do VII aniversário à frente do Ministério das Finanças, Salazar, embora reconhecendo que a política governativa pudesse ter provocado descontentamento, e mesmo um "acréscimo de comunismo", acrescenta, que o que "é de admirar é que "ainda se consinta". Isto porque o Estado Novo tem "uma doutrina e [é] uma força", coisa que os regimes liberais não possuem, pela sua própria natureza pluralista, segundo explica (Salazar, XII, 2). O anticomunismo (e o antimaçonismo) já havia, contudo, tido eco na Assembleia Nacional. Em 10 de abril, os deputados haviam aprovado um projeto de lei de José Cabral para ilegalizar as organizações secretas. Ratificado pela Câmara Corporativa, transformou-se na Lei 1901, publicada no *Diário do Governo* de 21 de maio. Na prática, levaria à ilegalização da Maçonaria, por esta ter mantido uma atividade legal (ou semilegal) durante a Ditadura Militar. Na realidade, a Lei 1901 dirigia-se a todas as organizações clandestinas. De resto, o Governo já antecipara o espírito da Lei, com a publicação, em 13 de maio, do Decreto-Lei n.º 25 317 que obrigava todos os funcionários públicos, militares e outras pessoas dependentes do Estado a fazerem uma declaração de honra anticomunista, no seguinte teor: "Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social es-

tabelecida pela Constituição Política de 1933, com ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas".

## O fascínio e o temor do comunismo

O temor do comunismo acentua-se com o "Inferno" da Guerra Civil de Espanha, antecedida pela vitória do Governo da Frente Popular. Tratava-se agora de uma "guerra ideológica", segundo o Ditador. A doutrina ficará bem expressa numa longa Nota Oficiosa (*Os Acontecimentos de Espanha e a Não-Intervenção*), publicada em 23 de setembro de 1936, onde se manifestava contra o *absurdo* "esquerdismo europeu" que, segundo Salazar, com a sua política de neutralidade, escancarava as portas à URSS na Península Ibérica. Admitindo o apoio que decidira dar aos nacionalistas espanhóis, explicava-o nos seguintes termos: "… só em duas coisas interessa deter a atenção. A primeira é: o comunismo está a travar na Península uma formidável batalha de cujo êxito dependerá em grande parte a sorte da Europa (…). A segunda é: mais valioso para o comunismo ibérico do que o carregamento de armas e munições seria a transformação política operada em Portugal que tornasse vulnerável a retaguarda do exército espanhol" (Salazar, XII, 14).

Em abril-maio de 1936, sob o impulso do 2.º Governo de Oliveira Salazar, formado em 18 de janeiro anterior, o anticomunismo está ao rubro. Salazar acumula a pasta da Guerra e chama em seu auxílio o capitão Santos Costa, um ultra do regime, para Subsecretário de Estado da Guerra, abrindo as portas ao reforço armamentista. Em 19 de maio, o Decreto-Lei n.º 26 611 cria a Mocidade Portuguesa, uma organização destinada à formação de toda a juventude (escolar ou não) nos valores da "…devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar". Em 23 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 26 539, é criado o Campo de Concentração do Tarrafal, com a designação eufemística de "colónia penal", destinada a presos sociais e políticos a quem tenha sido aplicada pena de desterro e se tenham mostrado refratários à disciplina na prisão onde estão internados. Tendo sido decidida a sua construção por Despacho de Oliveira Salazar de 8 de outubro de 1935, o Campo não tinha ainda passado da fase de projeto quando os primeiros 151 presos desembarcaram, a 29 de outubro de 1936, na cidade da Praia, transportados na "classe do boi" do navio "Luanda", nas palavras de um dos prisioneiros, o jovem

Edmundo Pedro[2]. Num clima inóspito, depois de uma caminhada sob sol escaldante – refere o jovem prisioneiro –, "avistámos as barracas de lona, impecavelmente brancas, novas em folha, que íamos estrear. (…) O carácter de improvisação de todo o conjunto saltava à vista. Aquelas tendas, alinhadas em duas filas, iriam servir-nos de habitação «provisória» durante dois anos" (Pedro, 2007, 371).

Enquanto tudo se preparava para segregar selvaticamente os "indesejáveis" para o mais tarde designado "Campo da Morte Lenta", Salazar e os salazaristas celebravam em Braga, "cidade Santa da Revolução Nacional" o X Aniversário do 28 de Maio. Aí proferiria um discurso emblemático – "As grandes certezas da Revolução Nacional". Lugar para afirmar o célebre *Não discutimos*. "Não discutimos" Deus, a Pátria, a Família, o Trabalho. Segundo o Ditador, a "nova era" inspirara-se "numa ordem irresistível da Nação", a que o Exército dera voz de comando e a que Oliveira Salazar emprestava a sua cartilha de valores, inspirada numa utopia reacionária que pretendia reverter o tempo imposto pela modernidade (Salazar, XII, 9).

No mais, tudo prosseguia como delineado por essa certeza da verdade absoluta de um Chefe inspirado e consagrado pela luz divina[3]. Em 23 de maio, enquanto o Cardeal Cerejeira era homenageado na Sociedade de Geografia[4], o *Diário de Lisboa* anunciava o julgamento, no Tribunal Militar Especial, de mais 41 civis e militares, acusados de "atividades

---

[2] O primeiro de muitos outros contingentes de presos destinados ao Tarrafal saiu de Lisboa no dia 18 de outubro de 1936, escassos dias depois do julgamento sumário, em Tribunal Especial, dos marinheiros que protagonizaram a Revolta de 8 de setembro de 1936. Em número de algumas dezenas, constituíam o principal grupo desta primeira "leva". A estes se acrescentaram presos comuns, considerados "indesejáveis" e irrecuperáveis e, a partir do Forte de Angra do Heroísmo, alguns outros foram associados, em 23 de outubro, nomeadamente o líder comunista Bento Gonçalves e o líder anarquista Mário Castelhano.

[3] Ao autoritarismo paternalista, nem mesmo a magnanimidade faltava, para compor o quadro. A 25 de maio, o Decreto-Lei n.º 26 636 considerava em condições de serem amnistiados cerca de meia centena de oposicionistas, na maioria militares.

[4] A recristianização iniciada em 1930, ganhava, neste mesmo dia 23 de maio, um anelo constitucional. A Lei 1910 alterava o art.º 43.º da Constituição. Ao texto constitucional que estabelecia que o ensino ministrado pelo Estado visava "a formação do caráter (…) e de todas as virtudes morais e cívicas", acrescenta: "orientadas pelos princípios da doutrina e da moral cristãs tradicionais do país". O Estado a dar a mão ao pilar teocrático que assim lhe asseguraria o mais firme apoio.

revolucionárias". O TME trabalhava a um ritmo alucinante. Como no ano anterior (e nos seguintes), os julgamentos (sumários) sucediam-se numa cadeia impressionante: 415 em 1936 (Tribunais, 2009, 326). Em 1936, o movimento prisional atingia um pico que só seria suplantado em 1937: 2748 presos, 1263 por motivos políticos e 1485 para averiguações (Presos Políticos, 1982, 27). Em setembro de 1936, a PVDE mantinha nas suas cadeias 1191 presos políticos, dispersos por várias cadeias do país, a maioria dos quais (301), distribuídos pelas diversas esquadras de Lisboa[5].



Sindicalistas, escoltados por elementos policiais, são embarcados com destino à Fortaleza de São João Baptista em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores (ANTT)

[5] Em 25 de setembro de 1936, os 1191 presos estavam dispersos por diferentes cadeias, em função da lotação existente, da impossibilidade de transferência e da necessidade de obter a maior segurança: Angra do Heroísmo (143); Peniche (169); Porto (177); Inspeções e Postos (186); Aljube (79); Esquadras de Lisboa (301); Hospitalizados (22); Governo Militar de Lisboa (26, 11 dos quais cadetes de Mafra); Penitenciária (60); Presídio de Santarém (9); Cadeia de Beja (7). ANTT, AOS, IN-8C, cx. 332, capilha 1.

Era a mão dura do regime a prevenir a comunização do país (e da Península) e a dar resposta aos receios generalizados de uma Espanha iberista e devoradora do seu pequeno vizinho. A imprensa, a todo o espetro, denunciava de novo o "perigo espanhol", agora colorido pelo temor do comunismo e pelos horrores da Guerra Civil que a Censura, intencionalmente, deixava passar em reportagens carregadas de violência[6]. No país multiplicavam-se os "comícios anti-comunistas": em 28 de agosto no Campo Pequeno (Lisboa) e em 18 de setembro no Porto, entre outros locais. Nestes encontros exaltados de nacionalistas é pedida a Salazar a criação de uma "legião cívica", cuja resposta não se fez esperar. Em 30 de setembro é criada, pelo Decreto-Lei n.º 27 058, a Legião Portuguesa, uma melícia armada que terá recrutado mais de 120 mil membros e que vai desempenhar um papel relevante como tropa de choque do regime, em momentos de maior conflitualidade.

Perante o perigo de alastramento de uma Espanha em chamas, o Governo da Ditadura lança mão de todos os meios. O regime construía-se a si próprio em confronto com um adversário político que poderia, caso vencesse a Guerra Civil, tornar-se um inimigo de peso. Do outro lado da fronteira, os exilados portugueses logravam, pela primeira vez, obter um entendimento para a construção de uma conjunção republicano-comunista – a Frente Popular Portuguesa –, decerto com uma vida curta, em função da derrota dos republicanos espanhóis em 1938 (Farinha, 1997, 4). Já octogenário, é de Bernardino Machado que o Governo recebe uma das várias reprimendas que lhe chegam do estrangeiro, porque em Portugal não era possível ouvir-se a voz da discordância, como reconhecia o embaixador Sanchez Albornoz, afastado das suas funções e hostilizado pela Ditadura na altura em que Portugal cortou relações com o Governo Republicano espanhol (23.10.1936). Em Valência, Bernardino Machado recriminava a "ditadura portuguesa, desrespeitando o direito de todo o governo legítimo", (…) "com a mais escandalosa violação dos direitos internacionais", tomando "partido pelos insurretos e mesmo lhes [abrindo] as fronteiras para as suas operações militares" (Farinha, 1998, 314).

Razões irrelevantes, como bem explicara Salazar aos "não-intervencionistas", perante dois perigos iminentes: o avanço do comunismo na

---

[6] Cf. a este propósito os vários números da revista *ILUSTRAÇÃO*, Alllaud/Bertrand do segundo semestre de 1936 e início de 1937.

Península Ibérica e a falta de apoio aos nacionalistas espanhóis, pondo em perigo o regime nacionalista português.

## Fontes e bibliografia


A.A.V.V. (2009). *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo* (Coord. de Fernando Rosas*)*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

FARINHA, Luís (1997). "Os reviralhistas e Frente Popular Portuguesa". *História*, n.º 28, ANO XIX (Nova Série), p. 4-15. Lisboa: História.

FARINHA, Luís (1998). *O Reviralho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*. Lisboa: Editorial ESTAMPA.

*Memória do Campo de Concentração do TARRAFAL* (2010) (Coordenação de Alfredo Caldeira). Lisboa: Museu do Neorealismo, Fundação Mário Soares, Fundação Amílcar Cabral.

*MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros. Dez Anos de Política Externa (1936-1947). A Nação Portuguesa e a II Guerra Mundial*. (1951). Volume III. Lisboa: Imprensa Nacional.

PEDRO, Edmundo (2007). *Memórias. Um combate pela Liberdade*. Lisboa: Âncora Editora.

PINTO, António Costa (1992). "As elites políticas e a consolidação do Salazarismo; o Nacional Sindicalismo e a União Nacional". *Análise Social*, vol. XXVII, p. 575-613. Lisboa: Análise Social.

PINTO, António Costa Pinto (1994). *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.

*PRESOS POLÍTICOS NO REGIME FASCISTA II 1936-1939* (1982). Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista.

ROSAS, Fernando (1985), *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*. Lisboa: Cadernos O Jornal.

ROSAS, Fernando e CIZIFREDO, Cristina (2013). *A Perseguição aos Professores*. Lisboa: Tinta da China.

SALAZAR, António de Oliveira (1948). *Discursos*. Volumes XI, XII. Coimbra: Coimbra Editora.

# A Greve Geral Revolucionária do 18 de Janeiro de 1934

João Esteves

Aprovada e plebiscitada a Constituição de 1933, em vigor desde 11 de abril, data da publicação no *Diário do Governo* da ata de apuramento final dos resultados da consulta realizada em 19 de março, seguiu-se-lhe legislação que abriu caminho à corporativização e fascização dos sindicatos e à desejada colaboração entre patronato e operariado.

Assim, em 23 de setembro de 1933, foram publicadas seis leis estruturantes que visavam regulamentar a organização corporativa do trabalho, com destaque para o Decreto-Lei n.º 23 048, que aprovou o "Estatuto do Trabalho Nacional", decalcado da "Carta del Lavoro" (1927) de Benito Mussolini, e o Decreto-Lei n.º 23 050, que impôs as normas de criação e funcionamento dos "Sindicatos Nacionais", obrigando as associações de classe existentes a cumpri-las, através da reformulação dos seus Estatutos até final desse ano, caso contrário seriam dissolvidas. As novas diretrizes impunham um sindicato único de cada profissão por distrito, deviam reunir mais de cem trabalhadores, a sua inscrição era obrigatória e teriam de subordinar os seus interesses «aos da economia nacional, em colaboração com o Estado e com os órgãos superiores da produção e do trabalho», coartando quaisquer veleidades de manter em funcionamento as centenas de sindicatos existentes no país, bem como intervenções reivindicativas e conflituais com o patronato. Ainda nesse ano, através do Decreto-Lei n.º 23 203, de 6 de novembro, «o encerramento de fábricas ou oficinas e a suspensão ou cessação de trabalho de qualquer indústria, sem causa legítima», era equiparada a «crime de rebelião», procurando-se proibir e tornar inócuos eventuais movimentos grevistas de cariz político ou revolucionário e legitimar o aparelho repressivo sobre os trabalhadores, que

passam a poder ser submetidos aos Tribunais Militares Especiais criados pela mesma legislação nas comarcas de Lisboa e do Porto.

Foi contra estes restringimentos ao sindicalismo livre e a sua tutela pelo Estado, nomeadamente através da concessão ou não homologação dos alvarás e destituição arbitrária dos órgãos sociais eleitos pelos filiados, que os sindicatos e as respetivas confederações mobilizaram os trabalhadores, mediante convocação de reuniões e assembleias-gerais. Num raro momento de união, ainda que com claras desavenças, disputas de liderança e sectarismos, as duas principais correntes sindicais, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), de tendência anarquista, e a Comissão Intersindical (CIS), ligada ao Partido Comunista, com o apoio de sindicalistas socialistas da Federação das Associações Operárias (FAO) e de organizações independentes, reunidas no Comité dos Organismos Sindicais Autónomos, constituíram uma Frente Única e enveredaram pela organização de uma greve geral revolucionária e/ou insurrecional, a qual deveria desencadear-se em sintonia com mais uma revolta político-militar reviralhista.

O tempo escasseava e a sua preparação centrou-se nos meios onde o operariado era mais numeroso, organizado e interventivo, nomeadamente em Lisboa, Sacavém, Xabregas, Almada, Barreiro, Coimbra, Marinha Grande, Sines e Silves, procurando criar-se estruturas locais de apoio à greve, enquanto se fabricava, armazenava e distribuía material explosivo a utilizar em ações de sabotagem de infraestruturas, nomeadamente ferroviárias, telefónicas e elétricas. Após várias vicissitudes, sem a devida articulação com a oposição militar reviralhista, enfraquecida por sucessivas detenções e deportações, e condicionada por prisões de ativistas envolvidos no movimento, bombas apreendidas e atentados pontuais, a greve, já adiada por algumas vezes, acabou por eclodir, apesar de evidentes debilidades, no dia 18 de janeiro de 1934. Nesta madrugada, o movimento grevista e insurrecional que visava repor o sindicalismo livre e enfrentar o Estado Novo acabou por ter um desempenho deveras desigual consoante as localidades, abrangendo, sobretudo, Almada, Anadia, Barcarena, Barreiro, Cacém, Coimbra, Leiria, Lisboa, Marinha Grande, Martingança, Portimão, Silves, Sines e Vila Boim (Elvas).

Com variações regionais assinaláveis e estilos diferenciados, englobou, genericamente, reuniões, manifestações, ajuntamentos, concentrações, abandono do trabalho, cortes de linhas telefónicas e telegráficas, obstrução de estradas, sabotagem de vias-férreas, de centrais elétricas e

de redes de cabos submarinos, descarrilamento de comboios, explosões de bombas e petardos, assaltos, ocupações de locais estratégicos, distribuição de armas e confrontos com forças da autoridade. O impacto inicial na Marinha Grande, com a ocupação temporária da vila, e as paralisações de trabalho em fábricas, circunscrevendo-se, sobretudo, a Almada, Barreiro, Sines e Silves, abalaram momentaneamente o poder político fascista e levaram à mobilização das forças repressivas do país, incluindo unidades militares de artilharia, infantaria, cavalaria e força aérea, fazendo com que a Greve Geral fosse rapidamente dominada, nomeadamente em Lisboa, onde se revelou inexpressiva devido à pronta intervenção do exército, e na Marinha Grande, com a ida de tropas de Leiria.



Operários de Setúbal acusados de participar na greve geral revolucionária de 18 de janeiro de 1934, são transportados, sob escolta policial, para Lisboa (ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0028-0139I)

Fracassada a greve geral revolucionária quanto aos objetivos propostos, a qual nem foi geral, nem nacional, nem interferiu nos centros decisores estadonovistas, sucederam-se as prisões, mesmo em lugares onde aquela não chegou a ter expressão, totalizando cerca de sete centenas, incluindo as feitas antes do 18 de janeiro e as concretizadas posteriormente, sendo mais numerosas em Lisboa, Marinha Grande e Coimbra. Muitos, foram barbaramente torturados e espancados, sujeitos a constantes transferências de cárcere, e os principais responsáveis e implica-

dos em atos violentos seriam julgados e condenados pelo Tribunal Militar Especial, a funcionar de forma célere e arbitrária no Presídio Militar da Trafaria, a pesadas penas de prisão, que incluía o degredo, elevadas multas em dinheiro e perda de direitos políticos. Outros tornaram-se foragidos ou seriam despedidos e as organizações sindicais, nomeadamente a CGT, saíram deveras debilitadas quanto a futuras intervenções e mobilizações. Também o sindicalismo comunista, organizado essencialmente em torno da CIS, seria duramente afetado por inúmeras e prolongadas detenções.

Segundo Fátima Patriarca[1], 417 detidos foram submetidos ao Tribunal Militar Especial (TME), dos quais foram despronunciados 39, absolvidos 30 e condenados, pelo menos, 260. Muitos destes foram deportados para Angra do Heroísmo, ficando enclausurados na Fortaleza de São João Batista e, dos 151 presos que inauguraram o Campo de Concentração do Tarrafal em 29 de outubro de 1936, criado para isolar os presos políticos e sociais, 50 participaram no 18 de janeiro, sendo maioritariamente anarcossindicalistas e comunistas: Abatino da Luz Rocha, Acácio Tomás de Aquino, Adelino Alves, Álvaro Gonçalves, Américo Fernandes, António Carlos Castanheira, António dos Santos Marcelino Mesquita, António Fernandes de Almeida Júnior, António Gato Pinto, António Guerra, António Teodoro, Armando dos Santos Calet, Arnaldo Simões Januário, Augusto Costa, Bernardino Augusto Xavier, Bernardo Casaleiro Pratas, Carlos Martins Sovela, Casimiro Júlio Ferreira, Custódio da Costa, Ernesto José Ribeiro, Eurico Pinto Mateus, Filipe José da Costa, Francisco Silvério Mateus, Gabriel Pedro, Gavino Rodrigues, João Gomes Jacinto, João Rodrigues, Joaquim Duarte Ferreira, Joaquim Montes, Joaquim Pedro, José Alexandre, José Bernardo, José Borges Seleiro, José Correia Pires, José de Almeida, José de Sousa Coelho, José dos Santos Viegas, José Manuel Alves dos Reis, José Ricardo do Vale, José Severino de Melo Bandeira, José Ventura Paixão, Júlio de Sousa Marques, Júlio Ferreira, Manuel Augusto da Costa, Manuel da Graça, Manuel Henriques Rijo, Manuel Pessanha, Mário dos Santos Castelhano, Pedro de Matos Filipe e Virgílio Celestino Oliveira Martins.

[1] Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000, p. 458.

António Guerra, comunista da Marinha Grande, Bernardo Casaleiro Pratas, José Alexandre e José Ventura Paixão, ligados à CGT e envolvidos no rebentamento de duas bombas na Central Elétrica dos Serviços Municipalizados de Coimbra, deixando a cidade às escuras, e o barbeiro libertário Arnaldo Simões Januário, sofreram as condenações mais pesadas aplicadas pelo TME, a par de marinheiros da ORA da revolta de 8 de setembro de 1936: entre 18 e 20 anos de degredo. Januário e Guerra, este duas vezes enviado para o Tarrafal, faleceriam no Campo, respetivamente em 1938 e em 1948. Outros sete dos envolvidos no 18 de janeiro faleceriam vítimas dos maus-tratos, imposição de condições desumanas e ausência deliberada de assistência médica e medicamentosa, fazendo jus ao nome "Campo da Morte Lenta" com que fora batizado pelos deportados: Augusto Costa, Casimiro Júlio Ferreira, Ernesto José Ribeiro, Joaquim Montes, Manuel Augusto da Costa, Mário dos Santos Castelhano, principal dirigente da CGT, e Pedro Matos Filipe.

Objetivamente, não estavam criadas condições para desencadear uma greve geral e, muito menos, uma insurreição nacional, apesar da mobilização de todas as sensibilidades sindicais contra a fascização do associativismo de classe. As divergências, os desentendimentos e as desconfianças mútuas sobrepuseram-se e minaram uma estratégia comum, debilitando o eventual sucesso do movimento perante a imediata reação do aparelho repressivo da ditadura que, devidamente precavido, rapidamente ocupou e cerceou o espaço público. As discordâncias fraturantes, as acusações recíprocas e diferentes interpretações entre anarcossindicalistas e comunistas quanto ao 18 de Janeiro ressaltaram no Tarrafal e perduraram no tempo, proporcionando leituras contraditórias dos atos em si, fatuais ou memorialistas.

Apesar do fracasso, a Greve Revolucionária de 18 de Janeiro de 1934 envolveu milhares de grevistas das mais diversas profissões e revelou-se um marco emblemático na luta antifascista contra a ditadura triunfante em 28 de Maio de 1926, sendo repetidamente evocado como símbolo da mobilização operária. Aliás, foi a primeira grande revolta contra a ditadura que não era protagonizada por republicanos e militares, envolvendo, somente, o operariado, sindicatos e suas federações.

# Da Revolta dos Marinheiros de 1936 ao Tarrafal[1]

Luísa Tiago de Oliveira*

Foi num contexto europeu e mundial marcado pelo avanço dos autoritarismos e dos fascismos, num tempo de radicalização política do Estado Novo e no qual as oposições reviralhista, anarquista e comunista tinham sido profundamente atingidas, que eclodiu a Revolta dos Marinheiros.

Na década de 1930, a situação na Marinha era difícil. Apesar do Estado Novo, em construção, ter renovado a esquadra, as condições de vida e trabalho a bordo eram melhores do que as anteriormente existentes, mas continuavam muito penosas. Ora, a tradição política da Marinha era republicana e de intervenção, como tinha sido visível em especial na proclamação da República e, depois, durante a Primeira República; apesar do carácter repressivo do Estado Novo, o ambiente marinheiro e ribeirinho de Lisboa, onde se situavam as mais importantes instalações navais, era politizado, ouvindo-se críticas ao regime. Fazia-se sentir a presença da Organização Revolucionária da Armada (ORA), fundada em 1932, uma estrutura autónoma do PCP, enquadrada e intregrada por comunistas, mas acima de tudo de teor antifascista.

Para a criação da ORA, alguns marinheiros teriam procurado o PCP. Segundo Manuel Guedes, o fundador e primeiro dirigente da organização, nestes contactos exprimiram a sua vontade: "Queríamos constituir uma organização autónoma e tínhamos assim umas quantas ideias: não queríamos misturas com civis, a organização era só da Armada e mais umas

* Professora no Departamento de História e Investigadora do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do ISCTE-IUL.

[1] Adaptação de parte do artigo: Luísa Tiago de Oliveira, "Uma cultura de resistência. A Revolta dos Marinheiros de 1936", *Ler História* n.º 82, 2023, pp. 217-237. DOI: https://doi.org/10.4000/lerhistoria.11811

coisas. Andou-se para trás e para a frente e acabou-se então por fazer a organização."[2] O órgão de imprensa da ORA, *O Marinheiro Vermelho*, que tinha como subtítulo *Órgão das Células do PCP na Marinha de Guerra – O.R.A.*, começa a ser publicado em 1934, tratando de problemas como as más condições de vida, os baixos salários, o tratamento a que estavam submetidas as praças da Armada bem como a necessidade da revolução comunista num quadro internacional em que o fascismo era identificado como um problema maior. Ao tempo, mais precisamente em 1935, de acordo com Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP e operário também ele no Arsenal da Marinha, então em Lisboa, era esta a situação: "O jornal *O Marinheiro Vermelho* do Partido é distribuído em 1000 exemplares entre os marinheiros. Em média, 700 jornais são integralmente pagos. Para compreender bem o valor destes números, é preciso ter em conta que a Marinha de Guerra portuguesa é constituída por um total de 5000 homens." E sintetizava: "Cerca de 20% dos efectivos do Partido são constituídos por marinheiros da Marinha de Guerra."[3]

Muitas décadas mais tarde, o historiador José Pacheco Pereira considerou a ORA como "a principal organização sectorial do PCP, aquela que, pela sua posição estratégica nas forças armadas, dava ao débil partido alguma importância junto das outras forças políticas da oposição".[4] De facto, não há então notícia de outras forças políticas organizadas no seio do Corpo de Marinheiros da Armada e os grupos carbonários ou mesmo maçónicos dos primeiros anos do século pareciam ter desaparecido.

Apesar da sua expansão, a ORA foi decapitada em 1935, sendo presos cerca de 30 marinheiros. Todavia, a direcção reconstituiu-se, sendo que, embora o seu jornal mantivesse o subtítulo, a organização apresentava uma proximidade menos vincada com o PCP, num momento em que Bento Gonçalves, aliás, já fora preso.

Surgiam ideias de fazer um levantamento, ir para os Açores libertar os marinheiros presos assim como outros presos políticos, e exigir a demissão de Salazar e do Governo. Face a este clima conspirativo na ORA,

---

[2] Testemunho de Manuel Guedes, *Avante!*, 06/09/1974, p. 8.

[3] Citado em *O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista* (Lisboa: Edições Avante!, 1985), p. 19 – transcrito em Gisela Santos de Oliveira, *A Revolta dos Marinheiros de 1936* (S.l.: Comissão de Homenagem à Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936, 2009), p. 48.

[4] José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. 1.º vol. «Daniel», o Jovem Revolucionário (1913-1941)* (Lisboa: Temas e Debates, 1999), p. 214.

altos responsáveis do PCP, entre os quais Álvaro Cunhal, reúnem com a organização, procurando evitar uma insurreição precipitada.

Naqueles anos, aliás, de acordo com os sobreviventes de 1936, os marinheiros já tinham expressado o seu descontentamento e revolta de várias formas. Assim, efectuaram levantamentos de rancho; exprimiram-se em frases crípticas contra Salazar; afixaram palavras de ordem ou símbolos de luta (como bandeiras vermelhas); e, num desfile, em 1936, mantiveram a formatura mas sem saudar com "vivas" o Presidente da República, como previsto nas comemorações do 10.º aniversário do golpe de 28 de Maio.[5]

Escassos dois meses depois, a 18 de Julho, a Guerra Civil de Espanha começou. Nessa década de 1930, de afirmação dos fascismos e dos autoritarismos, de que o Estado Novo constituía um exemplo, Espanha tinha representado e representava um horizonte de esperança: primeiro, a proclamação da República em 1931; depois, a vitória da Frente Popular nas urnas em Fevereiro de 1936 e as mudanças políticas e sociais subsequentes; em seguida, a resposta dos republicanos espanhóis ao golpe militar de Franco de Julho de 1936, que não permitiu a este vencer imediatamente, iniciando-se então a Guerra Civil de Espanha. Para além das afinidades das oposições portuguesas com os republicanos espanhóis (nas suas várias correntes), não era viável haver duradouramente dois regimes opostos no espaço assaz fechado da Península Ibérica, pelo que também por isso as oposições portuguesas se apoiavam nos republicanos espanhóis e queriam evitar a sua derrota. Existia um "nós" que era peninsular, vinha de trás e acentuou-se durante a Guerra Civil espanhola, sendo o termo "esperança" recorrente.

Nas primeiras semanas após o início da guerra, a Armada portuguesa viajou para portos espanhóis nacionalistas e republicanos, essencialmente para repatriamento de portugueses, o que não esteve isento de percalços e incidentes. Oficialmente, não era permitida a saída dos marinheiros portugueses nos portos republicanos, contrariamente ao que

---

[5] Ver João Borda, *A Revolta dos Marinheiros* (Lisboa: Edições Sociais, 1974), pp. 18-20; entrevista a Joaquim Teixeira publicada em Oliveira, *A Revolta*, p. 178; testemunhos de Oliver Bártolo, de 1994, e de Henrique Ochemberg e Josué Martins Romão, ambos de 1995, citados por Ricardo Machaqueiro, "A ORA da Revolta", *Expresso*, 16/09/1995, p. 32.

acontecia em portos nacionalistas.[6] Os marinheiros confrontaram-se, assim, com posturas diferentes, o que teve evidentes leituras políticas.

A 21 de Agosto, quando o navio *Afonso de Albuquerque* foi a Espanha, vários marinheiros não cumpriram a determinação, concordando todos os testemunhos em que os marinheiros efectuaram contactos nos portos republicanos espanhóis. Quando o navio regressou, a 4 de Setembro, foram imediatamente afastados da Armada 17 praças (cabos e grumetes).[7] Nessa altura, além dos 17 expulsos, temiam-se mais expulsões e o desmantelamento da ORA. Em ligação com a Frente Popular Portuguesa, apoiada pela ORA, decorreram novas reuniões com propósitos insurreccionais.[8]

Na noite de 7 para 8 de Setembro, as praças dos avisos *Bartolomeu Dias* e *Afonso de Albuquerque* e do contratorpedeiro *Dão* levantaram-se pela reintegração dos 17 expulsos, sendo suposto serem acompanhados na revolta pelos navios *Pedro Nunes* e *Gil Eanes*, o que não aconteceu. Todos os oficiais de serviço dos três navios insurrectos foram detidos nos seus camarotes. Se reintegrar os camaradas expulsos do *Afonso de Albuquerque* constituía o objectivo principal destes marinheiros, muitos dos quais com 18-20 anos, uma nebulosa de hipóteses para o conseguir estava também presente. Estas iam desde o ultimato ao governo até ao bombardeamento da Assembleia Nacional, de rumar para os Açores (onde estavam muitos presos políticos, entre os quais Bento Gonçalves, que tentariam libertar) ou ainda iniciar nesse arquipélago o levantamento contra o regime, num quadro de empatia pela Espanha republicana. Algumas destas ideias vinham de trás, como já foi referido, enquanto outras radicavam na situação do momento. Pouco depois da revolta, afirmava sinteticamente *O Marinheiro Vermelho*:

---

[6] Testemunhos em geral, ver José Eduardo Casimiro da Silva Capinha Henriques, "A Revolta dos Marinheiros de 1936" (dissertação de mestrado, Escola Naval, 2019), p. 19.

[7] Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico (BCM-AH), Ordem do Dia ao Corpo n.º 198, 08/09/1936 (com efeitos retroactivos, remetendo para dia 5), constante do volume encadernado Ordens do Dia ao Corpo [de Marinheiros], Julho a Dezembro de 1936, pp. 1522-1533.

[8] Ver Borda, *A Revolta*, p. 22; testemunho de Joaquim Santos em *Revista da Armada*, n.º 34, Julho de 1974, p. 23; testemunho de Joaquim Castanho em *Revista da Armada*, n.º 35, Agosto de 1974, p. 22.

"Na madrugada de 8 de Setembro, as tripulações do *Afonso de Albuquerque* e do *Dão*, como protesto contra as prisões e expulsões que haviam sido feitas no primeiro destes barcos, aquando do seu regresso de Espanha, resolveram como meio de evitar novas prisões que se anunciavam, e como manifestação como repulsa contra a política de intervenção em Espanha, sair com os barcos do porto de Lisboa, aguardando fora da barra a satisfação das suas reivindicações."[9]

Os contratempos da revolta foram muitos, porém. Desde logo, as embarcações que deveriam ir buscar mais revoltosos para os navios envolvidos na rebelião não conseguiram cumprir a sua missão. Cite-se apenas um exemplo das várias iniciativas para ir buscar reforços: o de Joaquim Gomes Casquinha que, tendo-se dirigido para terra com esta missão, quando a sua embarcação se imobilizou inesperadamente, para tentar resolver o problema, passou um cabo à cintura e foi a nadar para Cacilhas, puxando pela embarcação e acabando a pedir reboque a um mestre cacilheiro que ia para o Cais do Sodré; quando conseguiu chegar ao ponto de encontro neste último local, bem mais tarde, não encontrou os marinheiros que deveriam ir juntar-se aos revoltosos.[10] Situações como esta são significativas do tipo de envolvimento assim como da fragilidade organizativa da revolta.

O levantamento inicial no *Bartolomeu Dias* acabou por fracassar por não ter sido possível colocar as caldeiras a funcionar. Neste decorrer acidentado das operações, os revoltosos saíram do navio, sabotando peças para não serem alvejados, e passaram para o *Afonso de Albuquerque*, que deveria vir a ser o navio-chefe. Neste último navio, na madrugada de dia 8, três marinheiros, ao prenderem o oficial de serviço, afirmaram ser a "revolta contra a injustiça feita a muitos camaradas inocentes que haviam levado baixa e para evitar que o *Vouga* fosse para o Algarve esperar o *Douro* onde se ia fazer a mesma injustiça que haviam feito neste navio".[11] Por ter sido alertado por denúncias ou pela

---

[9] O *Marinheiro Vermelho*, II série, suplemento ao n.º 2, sem data [entre 09/09 e 23/10/1936], p. 2.

[10] Testemunho do próprio e de João Faria Borda em entrevista colectiva em *Avante!*, 06/09/1974, p. 8.

[11] Segundo o texto respeitante a esse dia, escrito por aquele oficial no *Livro de Registo de Ocorrências do Aviso de 1.ª Classe Afonso de Albuquerque* – Biblio-

movimentação em navios e embarcações, o ajudante-de-campo do ministro da Marinha, futuro almirante Henrique Tenreiro, dirige-se num rebocador na direcção dos navios, designadamente do *Afonso de Albuquerque*, tendo o diálogo sido áspero e havendo troca de tiros. As autoridades estavam, pois, ao corrente da revolta, perdendo-se um eventual efeito-surpresa.

Os navios *Afonso de Albuquerque* e *Dão* prepararam-se para sair da barra do Tejo. Não ultrapassando as dificuldades, tendo-se atrasado o desencadear e o decurso da revolta, e tendo amanhecido, os navios revoltosos sofreram fogo de artilharia de terra, feito a partir dos fortes de Almada e do Alto do Duque, a que ripostaram. Atingido o *Afonso de Albuquerque* pelos disparos dos fortes, deflagrou um fogo a bordo. Devido ao bombardeamento (que continuou apesar de hasteada a bandeira branca), começou a entrar água no *Afonso de Albuquerque* pela proa, a estibordo, começando o navio a inclinar e vindo mais tarde a ser encalhado no Dafundo. Também o *Dão* foi atingido, morrendo o marinheiro do leme, e sofreu um incêndio a bordo, imobilizando-se perto de Porto Brandão. Os marinheiros içaram lençóis brancos.

A revolta foi derrotada, alguns homens foram logo atingidos e outros atiraram-se à água, como vimos. O regime agiu imediatamente também nas margens do Rio Tejo. À beira do Tejo, os populares tiveram comportamentos diferentes perante os marinheiros que se tinham atirado à água em fuga dos navios bombardeados, nadando para terra. Alguns denunciaram-nos; porém, outros (entre os quais pescadores) foram discretos ou esconderam-nos mesmo, alimentaram-nos e deram-lhes roupa seca.[12] Apesar de, nalguns casos, ter sido dado abrigo e fuga aos marinheiros, só António Dinis Cabaço e Armindo Almeida, também conhecido como "Peru", conseguiram escapar, tendo-se o primeiro entregado uns dias depois e vindo o segundo a falecer precisamente na Guerra Civil de Espanha.[13]

---

teca Central de Marinha – Arquivo Histórico, Fundo/Núcleo 150, Livro de Registo de Ocorrências. 1935-1938 (do Aviso de 1.ª Classe *Afonso de Albuquerque*), Relatório de António Dolberth Ferreira Dinis, 10/09/1936, p. 55.

[12] Testemunhos in *Revista da Armada*, n.º 34 a 36, Julho a Setembro de 1974; testemunhos de João Faria Borda e António Dinis Cabaço em *Avante!*, 06/09/1974, p. 8; testemunhos in Machaqueiro, "A ORA da Revolta", *Expresso*, 16/09/1995.

[13] Oliveira, *A Revolta*, p. 67; Machaqueiro, "A ORA da Revolta", *Expresso*, 16/09/

Tentando fazer um balanço, note-se, antes do mais, que se verificaram cinco mortes (todas do lado dos revoltosos) e mais de 20 feridos.[14] A repressão foi forte e imediata. Havendo mais de 100 prisões, as punições foram muito duras no seio da Armada: 82 praças condenadas, com penas pesadas de deportação e prisão que atingiram de 17 a 20 anos.[15] Acresce que também oficiais foram afastados. Nas fotografias da época, quando são presos ou transferidos de um local para outro, os marinheiros aparecem descalços e mesmo despidos, o que não pode deixar de ter constituído uma humilhação.



Prisão de marinheiros, na Doca de Belém, acusados de participação na revolta de 8 de setembro de 1936 (Biblioteca Central de Marinha-Arquivo Histórico, caixa 901, ficha 8)

1995, pp. 26-28; Domingos Abrantes, "A Revolta dos Marinheiros. 80 anos depois", *O Militante*, Setembro-Outubro de 2016, pp. 40-42.

[14] Oliveira, *A Revolta*, p. 68; Luís Farinha, "Jaime Cortesão na resistência republicana contra a ditadura e o Estado Novo", em *Jaime Cortesão: Cidadão, Patriota, Resistente* (Lisboa: Museu do Aljube Resistência e Liberdade, 2020), pp. 72-73. Já Irene Pimentel, em *História da Oposição à Ditadura. 1926-1974* (Porto: Figueirinhas, 2014), p. 179, aponta para 10 mortos.

[15] Farinha, "Jaime Cortesão na resistência", pp. 72-73; Pimentel, em *História da Oposição*, p. 179, refere 82 presos.

Do conjunto de 82 marinheiros condenados, 48 foram enviados para a Fortaleza de Angra do Heroísmo (Açores), como tinha acontecido anteriormente com os seus camaradas da ORA já presos, e 34 seguiram para o campo de concentração do Tarrafal (Santiago, Cabo Verde).[16] Assim narram os sobreviventes, em trabalho colectivo, a sua partida:

"Pela madrugada de 18 de Outubro de 1936 saíram da Penitenciária de Lisboa trinta e quatro marinheiros. Éramos considerados como os mais responsáveis pela revolta dos navios de guerra Afonso de Albuquerque, Bartolomeu Dias e Dão. Meteram-nos em carros celulares que, pela cidade adormecida e em silêncio, seguiram até ao cais da Rocha de Conde de Óbidos, onde havia grande concentração guerreira de carros de assalto da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana. Agentes da polícia política dirigiam as operações. Ouvíamos motores, vozes de comando. Atracado ao cais estava o Luanda que nos iria levar. Deram-nos ordem para formarmos em fila indiana e dirigimo--nos para o navio, em silêncio, naquela angústia de quem vive momentos decisivos que para sempre nos marcam; aquela angústia de quem vai por caminho com portas que se fecham nas nossas costas e por onde não poderemos voltar a passar. Então, no ar frio da manhã e em nós, ficou a vibrar uma voz de mulher: – Adeus, Josué! Não te esqueças de escrever![17]

Depois de uma viagem com escalas para embarque de mais presos, os marinheiros deportados chegaram ao Tarrafal a 29 de Outubro de 1936, estando entre a primeira leva de 151 prisioneiros que inauguraram o campo de concentração, ainda em construção, nesta tendo de se ocupar nos primeiros tempos. Nesses anos de 1930/princípio dos anos 1940, de crispação política do Estado Novo, estiveram presos e morreram, no arquipélago, conhecidos dirigentes das várias oposições, desde o general Sousa Dias, reviralhista, ao operário comunista Bento Gonçalves e ao ferroviário anarquista Mário Castelhano, para citar apenas alguns dos mais conhecidos. O mesmo destino tiveram alguns dos marinheiros revoltosos enviados para esse campo de concentração que se tornou símbolo da violência punitiva do regime.[18] Dos 34 marinheiros deportados, também cinco aí morreram.

---

[16] João Freire, *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX* (Lisboa: Edições Colibri, 2010), p. 90; Pimentel, *História da Oposição*, p. 179.

[17] Franco Sousa (Coord,), *Tarrafal. Testemunhos* (Lisboa: Caminho, 1978), p. 27.

[18] Sobre violência punitiva e violência preventiva no Estado Novo, ver Fernando Rosas, *Salazar e os Fascismos. Ensaio Breve de História Comparada* (Lisboa:

Insurreição militar apenas de praças, desencadeada pela solidariedade imediata com camaradas expulsos da Armada, rápida e violentamente derrotada, a revolta decorreu num ambiente marcado pela presença avassaladora da luta em Espanha e pela recorrência de actos de desagrado e resistência marinheira, sendo concomitante com a acção e difusão da imprensa clandestina da ORA e do PCP. Aquando da revolta dos marinheiros de 1936, nem todos os marinheiros revoltosos seriam comunistas, nem mesmo toda a ORA o seria inteiramente, mas o PCP funcionava como uma referência primordial num tempo de luta assumido como antifascista. É, assim, sobretudo como afrontamento maior e violento, num clima pontuado por resistências mais ou menos discretas, que a revolta de 1936 deve ser encarada.

As movimentações sociais e as lutas abertas surgem, por vezes, quando menos se espera e de onde não se espera. Acontecem quando se percepciona uma possibilidade ou aparece algo que suscita reacção ou resposta. Na Revolta dos Marinheiros de 1936, o principal desafio consiste em perceber aquilo que muitos homens da Armada queriam, sentiam, aquilo por que lutavam, e como actuaram naquelas circunstâncias. Final de um ciclo de protesto e de intervenção naval no campo político, a Revolta dos Marinheiros enquadra-se também na história mais geral das oposições à Ditadura Militar e ao Estado Novo, enquanto expressão de uma cultura de resistência que marcou alguns grupos específicos, entre os quais os marinheiros.

Tinta-da-china, 2019); Fernando Rosas, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta-da-china, 2013).

# Os Comunistas e o Tarrafal

Domingos Abrantes*

A criação do Campo de Concentração do Tarrafal, num tempo crucial para a vida dos trabalhadores e dos povos em Portugal e no mundo, marcou de forma indelével a organização e a actividade do Partido Comunista Português e a vida de muitos dos seus militantes, incluindo alguns dos seus mais destacados dirigentes à época, a começar pelo Secretário-Geral do PCP, Bento Gonçalves, que lá morreria.

Desde a projecção da criação do Campo de Concentração do Tarrafal até ao seu encerramento, o PCP desenvolveu intensa e regular acção contra a sua existência, de denúncia da sua natureza e dos crimes que lá se cometiam, e em defesa da própria vida dos presos.

Fê-lo, igualmente, quando o regime fascista decidiu reabrir o Campo (1961) destinado a presos dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, e depois do 25 de Abril de 1974, dando a conhecer de forma ampla ao povo português o que representou o Campo de Concentração no quadro do sistema prisional do regime e no sentido de homenagear e preservar a memória dos que no Tarrafal lutaram, sofreram e morreram pela liberdade.

A criação do Campo de Concentração foi considerada pelo PCP um crime do regime fascista. Ainda antes da sua abertura o PCP apelava aos democratas e antifascistas para lutarem contra a abertura do Campo, alertando que não se tratava apenas de mais uma prisão no sistema prisional do regime.

Partindo da natureza do fascismo português, do uso da violência de forma regular e sistemática contra os seus opositores mais consequentes e determinados, pelo quadro do mundo em que avultava o alastrar do

* Ex-dirigente do Partido Comunista Português.

nazifascismo pelo mundo, a guerra de Espanha, a ameaça da Segunda Guerra Mundial no horizonte e a histeria anticomunista que se vivia, como plataforma ideológica das forças fascistas contra a oposição no seu conjunto, o PCP alertava nas páginas do *Avante!*, em Julho de 1936, que o Campo de Concentração do Tarrafal seria «o túmulo dos antifascistas» que para lá fossem enviados.

As previsões do PCP traduziram-se num trágico balanço. Dezenas de vidas abreviadas pelos maus tratos, a falta de assistência médica, a alimentação miserável, a proliferação da tuberculose, as bilioses e trinta e dois mortos. A afirmação de responsáveis do Campo de que «quem ia para o Tarrafal era para morrer», ou a do médico, de que «a sua função não era curar mas passar certidões de óbito», não eram expressões retóricas, mas a expressão de um regime prisional na elaboração do qual Salazar participou directamente, baseado na violência sistemática com vistas à liquidação física e psíquica dos presos.

O Campo de Concentração do Tarrafal não tinha fornos crematórios, apesar da Alemanha nazi ter participado na sua concepção e preparação dos responsáveis prisionais, mas tinha a frigideira, os trabalhos forçados, os frequentes e brutais actos de violência. Um regime prisional destinado à liquidação dos presos, longe dos olhares e do conhecimento das famílias, dos antifascistas de Portugal e do mundo.

O jornal *Avante!* desempenhará um papel fundamental e único no desmascarar deste projecto. Desde 1936 a 1954, o tempo da existência do Campo, a realidade que ali se vivia e os crimes cometidos foram dados a conhecer ao país e ao mundo em mais de 40 números do *Avante!*.

Na situação de privação das mais elementares liberdades, de um sistema de censura férrea, a publicação regular do *Avante!* durante várias décadas – o único jornal que durante tanto tempo não foi sujeito à censura – tornou-se indispensável não só para a denúncia dos crimes do Tarrafal mas como incentivador da acção contra a sua existência e a partir do começo dos anos 40 do século passado pela exigência da sua extinção imediata. Uma campanha que foi assumida pela oposição democrática e, em particular, pelo MUD, que inscreveu nos seus objectivos a luta pelo encerramento do Campo de Concentração do Tarrafal. Uma campanha que se tornou vitoriosa com o seu encerramento em Janeiro de 1954.

Os comunistas pagaram um muito elevado preço com a criação do Campo de Concentração do Tarrafal. Salazar, em 1935, declarou o Par-

tido Comunista Português como o inimigo principal pela sua organização, ideologia e apoio internacional. Para o Tarrafal foram enviados comunistas, anarquistas, republicanos, e outros elementos antifascistas, mas, desde o início, a maioria dos presos eram comunistas. Dos 151 antifascistas seleccionados para irem inaugurar o Campo (Outubro, 1936) os comunistas, incluindo os membros da Organização Revolucionária da Armada (23%), constituíam a componente mais numerosa, nos quais se incluía um número significativo de dirigentes do PCP e da Federação das Juventudes Comunistas: Bento Gonçalves, Júlio Fogaça, José de Sousa, Manuel Alpedrinha, Gilberto de Oliveira, Sérgio Vilarigues, António Guerra, Álvaro Duque da Fonseca.

O Tarrafal contribuiu de forma muito particular para ampliar a longa lista de mártires do PCP. Dos 32 mortos que povoaram o cemitério do Campo, 22 (67,8%) eram membros do PCP: Albino António de Oliveira Carvalho, Alfredo Caldeira, António de Jesus Branco, António Guedes de Oliveira Silva, António Guerra, Augusto Costa, Bento António Gonçalves, Cândido Alves Barja, Casimiro Júlio Ferreira, Damásio Martins Pereira, Ernesto José Ribeiro, Fernando Alcobia, Francisco do Nascimento Esteves, Francisco do Nascimento Gomes, Francisco José Pereira, Henrique Vale Domingues Fernandes, Jacinto de Melo Faria Vilaça, Jaime da Fonseca e Sousa, João Lopes Dinis, Joaquim Marreiros, Paulo José Dias, Rafael Tobias Pinto da Silva.

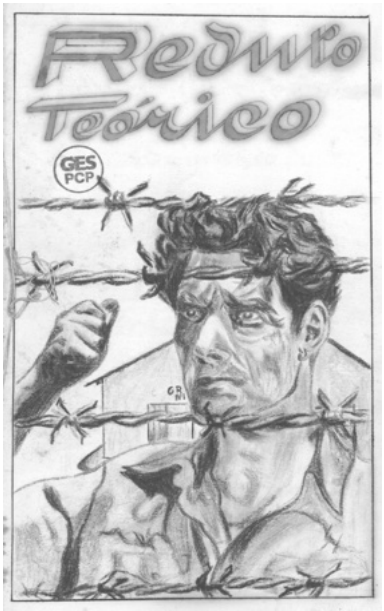
Com a rarefacção das forças organizadas na resistência ao fascismo, o peso dos comunistas no Campo acentua-se ainda mais. Não deixa de ter uma carga simbólica o facto de o último preso a abandonar o Campo tenha sido o dirigente do PCP Francisco Miguel.

No entanto, para os comunistas o Tarrafal não foi só um lugar de violência e de crimes. Foi também um lugar de luta abnegada, de formação política e cultural para prosseguir a luta uma vez conquistada a liberdade, de afirmação e formação de convicções e de solidariedade. Um lugar de luta como parte integrante da resistência ao fascismo.

A Organização Comunista Prisional do Tarrafal, para além do trabalho político e organizativo no Campo, em condições de isolamento extremo e vigilância apertada, manteve durante todos os anos de existência do Campo ligação com a Direcção do PCP em Portugal, ligações essenciais para dar a conhecer ao mundo o que lá se passava, para acompanhar a vida política nacional e internacional, essencial para a manutenção da

confiança na luta libertadora para quem estava sujeito ao maior isolamento, o que foi relevante no decurso da Segunda Guerra Mundial. O *Avante!* e outros documentos do PCP foram enviados para o Tarrafal durante todo o tempo da existência do Campo. A correspondência entre o Campo e a Direcção do PCP está expressa em centenas de páginas, correspondência que abarca um manancial de informação sobre o seu quotidiano, o debate político e não poucas contribuições para o trabalho político e orgânico do PCP.

Foi a eficácia e segurança deste aparelho clandestino que tornou possível enviar, em 1943, em nome dos presos do Tarrafal, uma carta à Cruz Vermelha Internacional, na qual se dava conta do que era o Campo do Tarrafal e apelava à sua intervenção.



Capa do "Reduto Teórico" (GES/ Partido Comunista Português)

No conjunto dos jornais manuscritos prisionais comunistas que existiram em todas as cadeias fascistas, considerados património do movimento revolucionário mundial, o «Reduto Teórico» do Tarrafal, e dos quais se editaram pelo menos 24 números, ocupa um lugar muito particular pela dimensão (mais de 40 páginas), pela qualidade gráfica, pelo nível e diversidade dos temas teóricos e políticos que abordava. A feitura do «Reduto Teórico» constituiu um grande feito organizativo, sabendo-se o que representava numa situação de apertada vigilância e de dificuldades em arranjar papel. Lembramos que Bento Gonçalves escreveu, em papel de sacos de cimento, o seu livro "Palavras Necessárias".

A actividade da organização comunista prisional no Tarrafal não está isenta de erros de avaliação e decisão política, de política de quadros e de trabalho com outras forças, mas é um facto histórico a sua contribuição para a reorganização do PCP no começo dos anos 40 do século passado que o transformou num grande partido nacional clandestino e para a criação de um aparelho técnico que se torna indestrutível face à repressão fascista e que foi suporte da resistência organizada.

Um tão elevado número de dirigentes do PCP no Tarrafal, incluindo o Secretário-Geral Bento Gonçalves, passando em revista a história do PCP, reflectindo sobre as experiências de trabalho clandestino e dos métodos conspirativos, os golpes repressivos sofridos, as causas da crise em que o Partido estava mergulhado e a ideia de que a luta seria prolongada, deram uma contribuição decisiva para a elaboração de um plano de reorganização cuja importância se pode avaliar pelos resultados, que não são separáveis do facto de, pela primeira vez, o PCP ter tido a possibilidade de dispor ao mesmo tempo de um tão elevado número de dirigentes vindos, na sua grande maioria, do Campo de Concentração do Tarrafal.

O 25 de Abril não pôs fim à actividade do PCP em relação ao Tarrafal. Para além da intensa actividade dos tarrafalistas comunistas para dar a conhecer ao país a sua história como Campo de Concentração, avulta nesse aspecto a exposição sobre o Tarrafal no «Mercado do Povo», em Belém, em 1978.

Em Fevereiro de 1978, Portugal democrático e antifascista prestou finalmente a devida homenagem aos mortos do Tarrafal, expressa na comovente e gigantesca manifestação que foi o funeral dos restos mortais dos 32 assassinados para o "Memorial-Ossário" no cemitério do Alto de São João.

Com a transladação dos restos mortais dos que morreram no Tarrafal foi dado cumprimento ao juramento de que os sobreviventes do Campo, derrubado o fascismo e conquistada a liberdade, tudo fariam para fazer regressar a solo pátrio os restos mortais dos enterrados em Cabo Verde.

Francisco Miguel, o último preso a abandonar o Campo do Tarrafal, foi o grande impulsionador e organizador da transladação, cabendo-lhe a tarefa de acompanhar o levantamento das ossadas, e realizar, em colaboração com as autoridades de Cabo Verde independente, a saída das urnas rumo a Portugal.

O funeral dos restos mortais, no dia 18 de Fevereiro de 1978, para o "Memorial-Ossário", erguido no cemitério do Alto de São João, erigido por subscrição pública para homenagear e perpetuar a memória dos 32 antifascistas assassinados no Campo, constituiu uma inequívoca manifestação do Portugal de Abril, democrático e antifascista, de repúdio pelos crimes do fascismo.

28 de Janeiro de 2024

# Resistência Anarquista

Antónia Gato Pinto*

A Organização Libertária Prisional do Tarrafal (OLPT) contou com mais de seis dezenas de membros, entre eles os dirigentes sindicais e líderes do movimento anarquista Mário Castelhano, Arnaldo Januário e outras figuras de primeira linha. Alguns destes resistentes registaram as suas memórias prisionais em documentos escritos que nos permitem conhecer a sua visão fenomenológica dos acontecimentos e compreender os significados atribuídos às resistências no contexto prisional. Assim coloca-se a questão da construção da representação de um campo de morte lenta e do cubículo destinado a torturas infernais a que apelidaram de frigideira, configurando o corpo como elemento da realidade e como meio para a destruição moral da ideia.

Quando o vapor Luanda levantou ferro, em Angra do Heroísmo, para se fazer ao mar rumo à ilha de Santiago situada no arquipélago de Cabo Verde, levava a bordo mais de centena e meia de presos acomodados no porão e sob uma severa disciplina. Durante a viagem reinava entre os presos um sentimento de tristeza compartilhada, mas autorregulavam-se animando-se e trocando impressões sobre o destino desconhecido que os esperava. Fosse como fosse, preparavam-se para o receber com coragem. Apreensivos, os dirigentes anarcossindicalistas e os do partido comunista, sabendo que com eles viajava o bárbaro capitão Manuel Martins dos Reis para tomar a direção do Campo, reuniram-se para estabelecer uma aliança que funcionasse «à base de presos antifascistas e não de organizações, quer em reclamações justas, quer no que surgisse

* Doutorada em Sociologia da Cultura, do Conhecimento e da Educação pela Universidade Nova de Lisboa.

contra os presos (Aquino, 1978, p. 60). Decorridas as negociações, concordaram que era essa a estratégia mais conveniente à defesa dos interesses de todos os presos durante o tempo em que estivessem no Campo do Tarrafal.

O Luanda chegou ao seu destino no dia 29 de outubro de 1936, e largou na pequena baía do Tarrafal a primeira leva de deportados. Estes estreantes foram nomeados, pelos presos que chegaram posteriormente, como os "sócios fundadores do Campo" por serem a referência normativa das relações prisionais, prescrevendo as condutas aceitáveis para os presos políticos que foram chegando ao longo do tempo. Também padeceram as maiores tormentas e perfizeram mais tempo de clausura no Campo, sendo os únicos a percorrer, na primeira pessoa, as provações transversais a todas as etapas e transformações que se operaram ao longo dos quase 18 anos do seu funcionamento.

À chegada, os carcereiros dividiram os prisioneiros pelas barracas de lona em grupos de 12 elementos para cada uma. Apesar de todos estarem encarcerados devido a um comportamento convergente de oposição às políticas do regime, viram-se forçados a integrar os grupos fixados, que congregavam militâncias plurais e em alguns aspetos opostas. Todavia, pela calada da noite, os presos reuniam-se e agrupavam-se por semelhanças políticas, fazendo surgir no Campo a Organização Prisional Comunista do Tarrafal (OPCT) e a Organização Libertária Prisional do Tarrafal (OLPT), agregações que representavam os membros na discussão dos assuntos que afetavam o quotidiano e na formulação de interajudas com a constituição de Comunas, organismos de solidariedade que lhes permitia colmatar algumas carências materiais e promover a coesão contra os carcereiros. Ainda assim, para sobreviverem à penúria e às dificuldades que se apresentavam ao coletivo, impunha-se a constituição de uma organização plural e representativa de todo o acampamento que fosse, ao mesmo tempo, reconhecida pela Direção do Campo e respetivos carcereiros. Deste modo, a par com as organizações políticas constituiu-se, tal como já havia sido deliberado durante a viagem para o Tarrafal, um organismo ao nível de presos onde todos tivessem a possibilidade de participar ativamente na discussão das questões que diziam respeito a todos os presos.

Apesar dos presos serem homens relativamente jovens, sadios e decididos a ultrapassar qualquer obstáculo, o internamento conjugava fatores abruptos em que o quotidiano de penúria, decorrente do uso de

andrajos, da debilitação física e ausência de higiene, do exercício de trabalhos forçados extenuantes e de torturas, culminava no acaso de um clima hostil. Logo nos primeiros tempos, as chuvas e as chusmas de mosquitos transformaram o Campo num recinto mórbido, as febres quebravam, matavam, mas o médico já avisara que a sua função era passar certidões de óbito!



Anarquistas no Tarrafal. Da esquerda para a direita, na 1.ª fila, sentados: José Ramos, Bernardo Casaleiro Pratas, Joaquim Duarte Ferreira e Américo Fernandes. Na 2.ª fila, em pé: Joaquim Pedro, Custódio Costa, José Ventura Paixão, José Ricardo do Vale, António Gato Pinto e Acácio Tomás de Aquino

As moléstias propagaram-se e a morte normalizou-se nas consciências, qualquer preso poderia ser o próximo a expirar. Nestas circunstâncias, as culturas revolucionárias de pendor anarquista e comunista convergiam no valor concedido ao "bom comportamento" perante a vida e perante a morte. Conduzir-se "como deve ser", isto é, com bravura, lealdade e determinação férrea de dignificar a causa política abraçada, que não se verga nem se vende, era um desejo coletivo, interiorizado, uma pauta identitária essencial. O preso que suporta (com estoicismo revolucionário) longos e

cruéis sofrimentos, é uma vítima nas mãos dos guardas, mas não desbarata a sua dignidade de resistente. Era assim que os «valentes morriam no Tarrafal! honrando a espécie humana, a gente lusa, vencendo pela ideia o abraço gelado da Morte» (Rodrigues, 1974, p. 298).

No Campo, a morte constituiu-se como um signo consumível do horror bárbaro a que estavam submetidos, assim é também a câmara infernal feita em cimento e exposta ao sol tropical, com temperaturas no seu interior elevadíssimas e, por isso, chamada de "frigideira". Uns dias de permanência na escuridão deste "forno" conferiam aos subjugados uma aparência verdadeiramente famélica e despojada da sua humanidade. As lembranças sobre estes castigos são tão intensas que os próprios dão uma resposta à questão que colocam: «Não era pena de morte? – Era, sim, uma pena de morte sádica, uma pena de morte lenta para que os carcereiros assassinos pudessem gozar com o estertor do moribundo» (Rodrigues, 1974, p. 132).

Viver (literalmente) paredes-meias com a sevícia radicalizada e sob o contínuo espectro da morte é uma experiência que converge para a construção do sentido atribuído ao Campo do Tarrafal como sendo um destino fatídico que, ali, virgulava a condição carcerária num ser-para-a-morte. O cemitério instalado nas imediações do Campo consolidava a ideia e confirmava os propósitos do salazarismo de mitigar o impacte da morte dos internados, dispensando a justificação pública. Outra estratégia de desresponsabilização do regime era a ordem de libertação para os presos que se apresentavam fatalmente debilitados pelos maus-tratos e pelas doenças contraídas no Campo.

Preservar a saúde mental era outro imperativo complicado de gerir. A angústia coletiva perante a privação da liberdade, o isolamento, os acontecimentos traumáticos e as provações humilhantes, tinham um efeito desgastante nas relações humanas que se estabeleciam dentro do campo. Depois, a proximidade física e o prolongado contacto visual entre os presos incrementavam a densidade das relações, normalmente amistosas, mas por vezes bastava uma simples conversa mais animada para fruírem verdadeiras «discussões ou conflitos com desfechos precários que às vezes os carcereiros aproveitavam para torturar mais ainda os deportados» (Aquino 1978, 107). Também Manuel Francisco Rodrigues (1974) observa que os ânimos, produzidos pelo isolamento social

prolongado e pela "nevrose do arame farpado", eram ateados nas disputas ideológicas entre os prisioneiros, reações que não passavam de um escape para aferirem a sua existência e afirmarem a sua identidade, deixando bem claro que as manifestações de fanatismo aconteciam de um modo mais aparente que real.

Neste confronto, o que estava em causa era o próprio "ser dos resistentes" e, por esse motivo, era inconvertível a contraposição àqueles que colocavam em causa a dignidade e as razões desse mesmo "ser". O conflito não permitia aos subjugados o conformismo nem cedências, é aqui que se revela o papel importante que a ideologia adquire nos momentos em que é preciso enfrentar com firmeza as situações de limite, o compromisso ideológico é o princípio orientador da ação. Um militante ilustra a importância que a ideologia assumiu na sua vida desde muito jovem: «não vacilei em segui-la, não como subserviente que se escraviza inconscientemente, mas como o resultado de uma gigantesca luta interior, luta consciente e disciplinada, de onde saiu triunfante o Espírito da Justiça» (Diário de António Gato Pinto, s.d.). É esta a exortação do ideal libertário, a afirmação da liberdade através de um sistema de valores utópico que levaria ao aperfeiçoamento e organização voluntária da vida social, a cooperação substituiria as hierarquias e todas as formas de autoridade que esmagam o livre, mas responsável, desenvolvimento humano.

Unidos, os resistentes, formaram uma força coesa contra as intenções dos carcereiros, enfrentaram os piores momentos de repressão, criaram mecanismos de solidariedade em proveito de todos os reclusos, mas os esquemas de pensamento e de ação seguidos pela OPCT e pela OLPT continham profundas divergências doutrinais, que tornavam os conflitos inevitáveis. Os anarcossindicalistas, que professavam uma ideologia de matriz libertária, confrontam-se com o autoritarismo perfilhado pelos comunistas. Para os libertários o poder é indesejável, lutam pela plena libertação do ser humano, abolindo todas as formas de imposição do poder de alguns sobre todos os outros e, acreditam, que as ideias e os interesses daqueles que exercem o poder não passam de um meio para fortalecer a dominação e legitimar os interesses de uma classe privilegiada. A colaboração estreita com os comunistas obrigou os libertários a gerir divisões internas, especialmente a partir de 1941 com o critério de "retificação" das ideias libertárias e mudança de tática no combate ao fascismo, tomando o

exemplo da guerra espanhola para justificarem a pretensão de se constituírem como o partido político da classe operária e disputarem o poder. Por sorte, na OLPT, partilhava-se um espaço de tolerância que permitia discutir as divergências quanto às orientações doutrinais sem que a individualidade dos membros fosse atacada ou desrespeitada. Entre os elementos da OLPT, quer fossem seguidores da corrente anarquista, anarcos-sindicalistas, sindicalista revolucionária ou simplesmente simpatizantes, existia um pacto cimentado por muitos anos de luta social conjunta e de autorrespeito. Por outro lado, discerniam que a realidade que se apresentava no campo assentava em informações que lhes chegavam de forma confusa, incompleta e em boatos, pelo que os conflitos surgidos no contexto do cárcere podiam ser um "não assunto" lá fora e, por tudo isso, a tolerância era um ponto de honra dentro da organização.

As roturas, divisões e conflitos configuram como uma condição inerente às relações de afirmação e diferenciação entre os seres humanos, aconteceram entre as duas organizações políticas, comunista e libertária, como também no interior de cada uma delas, fazendo surgir mais uma organização, o Agrupamento dos Comunistas Afastados (ACA). Muito mais salientes eram as querelas entre os não organizados. Por outro lado, os grandes conflitos entre os presos foram os travados pela fração resistentes contra os colaboracionistas, aqueles que nomearam por "Amarelos", "Rachados", "Bufos", enfim... "não idóneos".

Os presos politicamente organizados, comunistas e libertários, apesar dos ideais divergentes, no Campo do Tarrafal tinham interesses comuns que os aproximavam quer pela fidelidade aos seus ideais, quer pela coragem com que os defenderam, recusando a sujeição e o aviltamento, mesmo em situações de limite. Esta "grandeza moral", apenas atribuída a quem assumiu os riscos e as consequências advindas dos comportamentos pautados pelas éticas dos movimentos revolucionários, glorificou os presos resistentes como os verdadeiros "vencedores do Campo do Tarrafal".

Referências:Aquino, Acácio Tomás. (1978). *O segredo das prisões atlânticas*. A Regra do Jogo.
Rodrigues, Manuel Francisco. (1974). *Tarrafal Aldeia da Morte-O Diário da B5*. Brasília.

Fontes Primárias:Diário de António Gato Pinto, Tarrafal e outros, 1934-1949.

# Criação do Campo do Tarrafal
# 8 de outubro de 1935

Nos "Diários de Salazar" encontra-se registada, no dia 8 de outubro de 1935, às 17.30, uma reunião sobre a "colónia penal em Cabo Verde para presos políticos e sociais".

Nessa reunião participaram, além de Oliveira Salazar, os ministros do Interior, da Justiça e das Obras Públicas, o Cap. Agostinho Lourenço, diretor da PVDE, e o Cap. França e Sousa, autor de um anteprojeto para o campo de concentração do Tarrafal.

De seguida, às 19.30, Salazar reuniu com Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas e Comunicações para "despachos".

E, com a mesma data, Salazar ordenou a construção do Campo de Concentração do Tarrafal, a cargo do Ministério das Obras Públicas, dotando-a, para a 1.ª fase das obras, com a verba de 3.500.000$00.

Seis meses depois, a 23 de abril de 1936, é publicado o Decreto-lei 26 539, que criou "uma colónia penal para presos políticos e sociais no Tarrafal, da ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde".

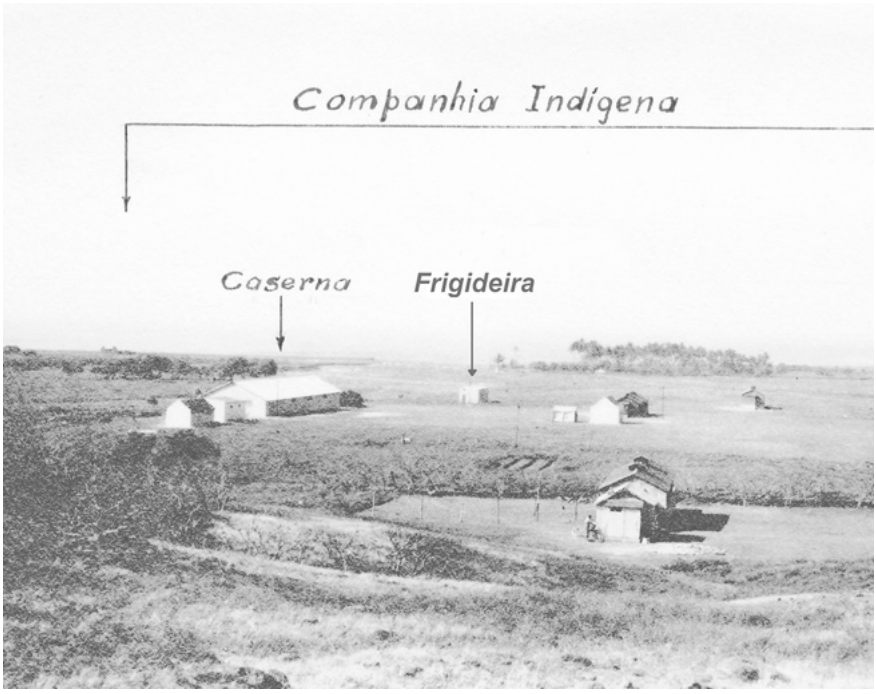
Passados outros 6 meses, a 29 de outubro de 1936, dão entrada no Campo de Concentração os primeiros 151 deportados.

Encerrado em 1954, o Campo de Concentração foi reaberto pela Portaria n.º 18 539, de 17 de junho de 1961, assinada pelo ministro do Ultramar Adriano Moreira, que o designou como "Campo de Trabalho de Chão Bom".

Ao longo das suas duas fases de funcionamento, passaram pelo Campo do Tarrafal 357 deportados de Portugal e 227 presos de Angola, Guiné e Cabo Verde, tendo aí falecido 36 presos políticos.

# Legislação

O regime fascista produziu múltiplos atos legislativos referentes ao exercício repressivo dos poderes de que se apoderou. Por um lado, em permanente adaptação e reformulação dos seus intuitos e práticas repressivas e, por outro lado, pretendendo exibir um arremedo de legalidade, visando, afinal, afirmar que "tudo está previsto na lei…".



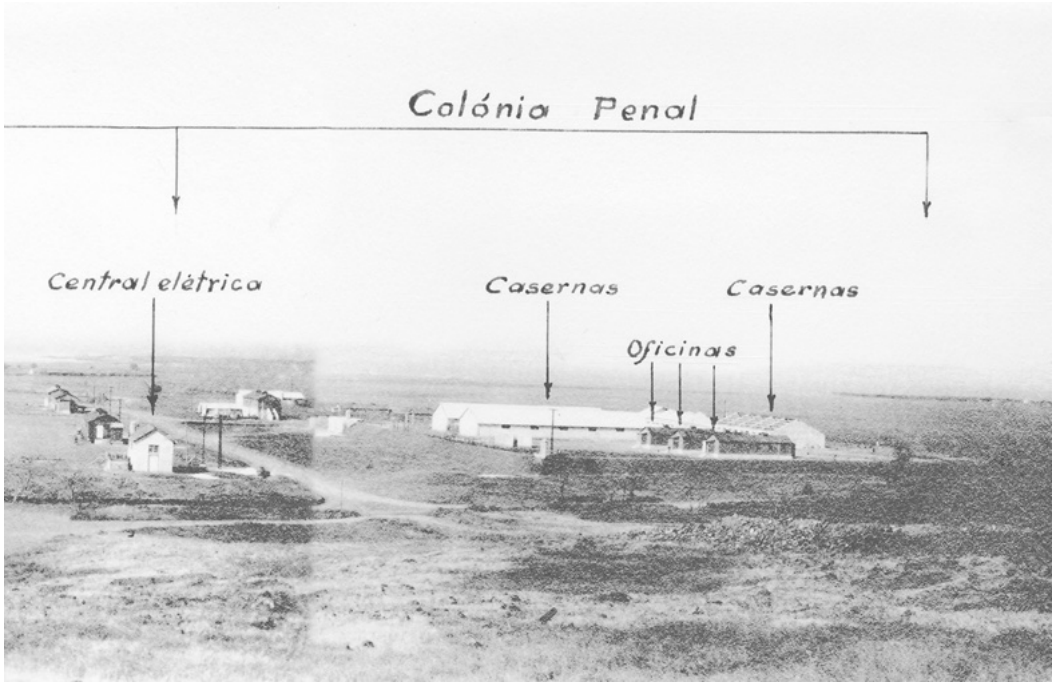

Fotografia do Campo de Concentração do Tarrafal no final dos anos 30, distinguindo-se o edifício da "Frigideira" (SIPA, FOTO.338447)

Neste âmbito, evocamos aqui os diplomas legais que unificaram as várias polícias políticas existentes, definiram a forma e metodologia de repressão dos designados "crimes políticos", criaram a Colónia Penal de Cabo Verde, para "presos políticos e sociais", adaptaram a legislação sobre os crimes contra a segurança exterior do Estado, reabriram o Tarrafal, agora com a designação de Campo de Trabalho de Chão Bom, e ainda as diferentes designações da polícia política do regime (PVDE – PIDE-DGS).

E vale seguramente a pena referir também o diploma legal que extinguiu a DGS, mantendo-a embora, sob outra designação, nas ex-colónias.

**Decreto-lei n.º 22 992, de 29-08-1933**

Cria a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).



**Decreto-lei n.º 23 203, de 06-11-1933**

Substitui o decreto n.º 21 942, que regula a forma de punição dos delitos políticos e das infrações disciplinares de carácter político.

**Decreto-lei n.º 26 539, de 23-04-1936**

Cria uma colónia penal para presos políticos e sociais no Tarrafal, da ilha de Santiago, no Arquipélago de Cabo Verde.

**Decreto-Lei n.º 32 832, de 07-06-1943**

Modifica a maior parte das disposições do Código Penal relativas aos crimes contra a segurança exterior do Estado.

(Trata-se da legislação adotada pelo governo sobre "espionagem", no rescaldo da identificação e repressão da designada "Rede SHELL", em que muitos dos implicados foram deportados para o Campo de Concentração do Tarrafal.)

**Decreto-lei n.º 35 046, de 22-10-1945**

Cria a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), revogando a legislação que instituíra a PVDE.

**Portaria n.º 18 539, de 17 de junho de 1961**

Institui em Chão Bom, província ultramarina de Cabo Verde, um campo de trabalho (Portaria assinada pelo ministro do Ultramar, Adriano José Alves Moreira).

**Decreto-lei n.º 49 401, de 24-11-1969**

Cria no Ministério do Interior a Direcção-Geral de Segurança (DGS), extinguindo a PIDE.

**Decreto-lei n.º 171/74, de 25 de Abril**

Extingue a Direcção-Geral de Segurança, embora mantendo-a nas colónias sob a designação de Polícia de Informação Militar.

# Apresentação das notas biográficas

Até hoje, a literatura relativa ao Campo de Concentração do Tarrafal nunca incluiu as biografias de todos os "presos políticos e sociais" que ali foram encarcerados ao longo das duas fases de funcionamento do Campo.

É certo, no entanto, que foi publicado um número não negligenciável de obras memorialísticas e que foram também editadas biografias de alguns dos presos do Tarrafal.

Mas a verdade é que o tempo passou e não foram recolhidas, de modo amplo e rigoroso, informações biográficas sobre todos os presos, sejam portugueses ou nacionalistas africanos, designadamente junto dos seus familiares e companheiros. O que significa que muitas das vítimas permaneceram *vitimizadas* pelo silêncio que as envolveu.

Acresce, é certo, que a violência e o despotismo que envolveram os presos do Tarrafal causaram inúmeras sequelas, políticas, físicas e intelectuais, afetando o relacionamento entre muitos deles e a própria imagem que os marcou para o futuro. Foi esta também, mas não só, a razão das omissões e das confusões que impediram o exato conhecimento do seu sofrimento e das suas lutas. A que acresceram as dissensões político-sociais, as tentativas de hegemonização da memória e o próprio tempo entretanto passado – sem que vingasse uma clara e consistente política de preservação e divulgação da memória, coletiva e individual.

Meio século após o termo da ditadura em Portugal e meio século após a libertação dos últimos prisioneiros do Campo de Concentração do Tarrafal, entendemos que era urgente e imperioso resgatar a memória de quantos por ali passaram, sem enviesamentos inúteis e sem apagamentos deslocados.

Por isso, esta apresentação das biografias dos presos que passaram pelo Tarrafal, a que queremos, desde logo, aditar algumas notas:

- Com o apoio inexcedível do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Portugal, da Fundação Amílcar Cabral, de Cabo Verde, e da Associação Tchiweka de Documentação, de Angola, foi possível reunir notas biográficas e, sempre que possível, fotografias de grande número dos presos, a que acresceu a colaboração de outras entidades, como o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade;
- O esforço de organização dos dados biográficos dos presos esteve entregue a uma equipa que adiante se enumera, apesar das dificuldades (e omissões) relativas à maioria dos presos oriundos da atual Guiné-Bissau;
- Face à escassez de dados sobre muitos dos presos, optou-se por um modelo de apresentação de dimensão similar (cerca de 170 palavras) e que inclui, por ordem alfabética do primeiro nome, todos os indivíduos identificados em cada uma das fases do Campo, ainda que alguns deles tenham sido referenciados como "presos comuns", ou presos sociais, e outros tenham claudicado face ao inimigo, tornando-se o que ficou conhecido como "rachados";
- As notas biográficas assim reunidas e que agora se apresentam seguem, em larga medida, por ausência de outros conhecimentos, as informações policiais, embora se conheça bem como estas iludiam a realidade e pretendiam acusar os presos dos mais variados e violentos crimes;
- Ainda assim, incorporaram-se, sempre que possível, testemunhos e entrevistas de sobreviventes do Tarrafal;
- Procurou-se também, quando oportuno, integrar cada nome nas diferentes sociabilidades ou grupos que regiam o quotidiano do Campo;
- Trata-se de uma pesquisa em permanente (re)construção, aberta a futuras retificações, acrescentos, interpretações e atualizações que, na internet, o *memoriacomum.org* e o futuro Centro de Documentação do Tarrafal procurarão acompanhar;
- Estas notas biográficas correspondem a 361 nomes detidos na Fase I e 107 angolanos, 100 guineenses e 20 cabo-verdianos aprisionados na Fase II.

**Sob a coordenação de João Esteves, as notas biográficas dos presos do Campo de Concentração do Tarrafal tiveram colaboração de Alfredo Caldeira, Helena Pato, Luís Fonseca, José Vicente Lopes, Diana Andringa, Julião Soares Sousa, Maria da Conceição Neto e Wanda Lara.**

# Biografias da Fase I

## Introdução

Os nomes e as respetivas notas biográficas que adiante se disponibilizam com referência à Fase I do Campo de Concentração do Tarrafal tiveram por base o registo geral de presos mantido pela polícia política, acrescidos de informações recolhidas nas obras memorialísticas e em estudos historiográficos já publicados.

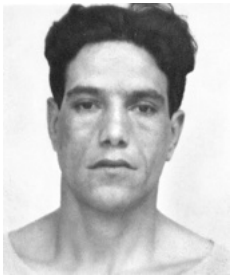
Optou-se por uniformizar a organização dos textos biográficos e os dados neles contidos, permitindo assim uma compreensão comparativa mais rápida da história prisional de cada um dos internados naquele campo de concentração. Em memoriacomum.org poderá o leitor aceder, à medida que forem sendo completadas, a biografias mais desenvolvidas.

As fotografias são provenientes, na sua esmagadora maioria, daquele registo policial, o que as situa na idade correspondente à sua deportação para o Tarrafal, sendo por vezes visíveis as sevícias policiais que sofreram mesmo antes do registo fotográfico. Ainda assim, infelizmente, não foi possível obter registos fotográficos de alguns dos presos.

# NOTAS BIOGRÁFICAS

## FASE I

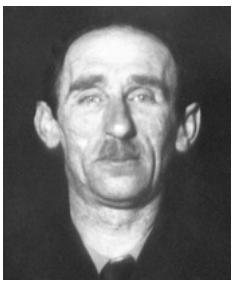
## 1936 – 1954



**ABATINO DA LUZ ROCHA**

Nasceu em Silves, em 05-10-1905. Corticeiro, participou na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, pertencendo ao núcleo comunista. Preso e entregue, em 22-02-1934, pela Polícia de Faro à PVDE, «por fazer propaganda de ideias subversivas por meio de reuniões de uma célula comunista em Silves» e «fabricar bombas explosivas», passou pela 1.ª esquadra e seguiu, no dia 24, para a Casa de Reclusão da Trafaria. Condenado, em 30-05-1934, a 12 doze anos de degredo, ficando à disposição do Governo, embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo. Seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde adoeceu com a febre biliosa, que o deixou magríssimo. Contribuiu para a construção de filtros de pedra vulcânica e porosa a fim de minorar, de forma artesanal, os efeitos da água insalubre dada aos presos. Regressou em 01-02-1946, entrou no Aljube e, no dia seguinte, seria entregue às Cadeias Civis Centrais de Lisboa. Transferido para Peniche, participou, em 20-09-1946, numa fuga coletiva através de uma claraboia existente nas casamatas. Radicou-se em Marrocos, vivendo com o nome "Cabrita".

* * *



**ABICIN SCHUMAN**

Nasceu em 28-12-1893, na Polónia. Químico, foi detido em 02-07-1941, «por emigração clandestina e indocumentado», levado para Caxias e libertado em 04-10-1941. Preso pela PVDE em 22-02-1943, nas Caldas da Rainha, localidade onde lhe tinha sido fixada residência, e encaminhado para o Aljube, acusado de falsificar passaportes com os quais pretendia trazer a família de França, já que a mulher e os filhos se encontravam num campo de concentração em Lyon. Embarcou, em 12-06-1943, para o Tarrafal, sem julgamento. Regressou em 01-02-1946, ingressou no Aljube e, no mesmo dia, seguiu para Caxias. Voltou, em 14-08-1946, ao Aljube, a fim de dar entrada na sua enfermaria. Libertado em 04-12-1946, saiu de Portugal a bordo do navio "Lourenço Marques".



**ABÍLIO AUGUSTO BELCHIOR**

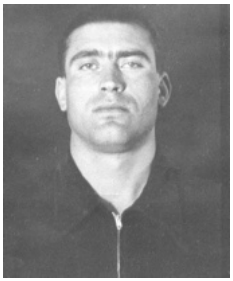
Nasceu em 01-01-1898, em Urros, Moncorvo. Marmorista no Porto, foi detido em 02-01-1932, por fazer parte da Confederação Geral do Trabalho. Libertado em 13-02-1932, seria novamente preso em 14-04--1932, acusado de participar em «atentados dinamitistas» no Porto. Em 22-06-1932, foi-lhe fixada residência na ilha Terceira, para o que entrou na Penitenciária de Lisboa em 16-07-1932, a aguardar embarque para os Açores, o qual não se concretizou. Voltou, em 26-07-1933, à Cadeia da Relação do Porto para ser julgado pelo TME, o que só aconteceu em 23-06-1934, indiciado de «fazer uso de bombas explosivas de grande potência». O Cadastro Político indica que foi preso por ter colocado uma bomba de rastilho «junto da porta da residência do Sr. Francisco Passo, adjunto desta Polícia no Porto». Condenado a 14 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, ingressou no Aljube de Lisboa em 19-03-1935 e, quatro dias depois, embarcou para Angra do Heroísmo no vapor "Carvalho Araújo". Seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde integrou o grupo dos libertários e faleceu em 29-10--1937, com 39 anos de idade, vítima de ausência de tratamento antipalúdico.

* * *



**ABÍLIO DA SILVA ALMEIDA**

Nasceu em 10-03-1907, em Oliveira de Frades, Viseu. Soldador, foi detido, «para averiguações», em 05-11--1942, enviado para o Aljube e libertado quatro dias depois, em 09-11-1942. Preso pela PIDE em 02-04--1947, novamente «para averiguações», seguiu para o Forte de Caxias e embarcou, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou incriminado, provavelmente por estar envolvido na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, organizada pelo PCP. Ficou, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Tarrafal, vigiado por guardas da PIDE. Restituído à liberdade cerca de um mês depois, em 20-05-1947, permaneceu, com residência fixa, na cidade da Praia, de onde regressou em 10-09--1947. Apresentou-se na sede da PIDE em 18-09-1947 e ficou em liberdade condicional até 01-08-1948, data em que aquela passou a definitiva.



**ABÍLIO FERREIRA RAMADA**
**OU ABÍLIO FERNANDES RAMADA**

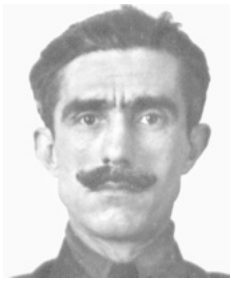
Nasceu em 21-03-1911, em Lugar da Quinta, Boticas. Trabalhador, foi preso em 25-07-1935, no Posto de Valença, por ter sido expulso de Espanha, dando entrada naquela Comarca. Transferido, em 30-07-1935, para Vila Nova de Cerveira e confiado, em 06-08-1935, ao Subdelegado do Procurador da República. Entregue, em 31-07-1941, pela Comarca de Boticas à Delegação do Porto da PVDE, ficou à ordem do TME, pelo qual foi julgado em 13-08-1941 e condenado a 10 anos de degredo. Recorreu da sentença, mas, em 31-08-1941, entrou no Forte de Caxias para ser deportado, em 04-09-1941, para o Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, seria libertado em 20-12-1945, ficando a aguardar embarque. Regressou a Lisboa, no vapor "Guiné", em 01-02-1946.

* * *



**ABÍLIO GONÇALVES**

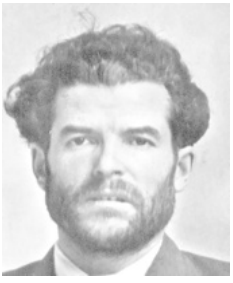
Nasceu em 16-10-1911, em Vinhó, Arganil. Em Lisboa, foi marçano e aprendeu o ofício de padeiro, tornando-se amassador. Filiado na Aliança Libertária Portuguesa, integrou a direção da Associação de Classe dos Manipuladores de Pão e pertenceu à sua Comissão Administrativa. Empregado numa padaria da Rua D. Pedro V, participou na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, sendo preso nesse dia, acusado de ter à guarda bombas de dinamite e material de propaganda. Espancado durante os interrogatórios e transferido para o Presídio Militar da Trafaria, o TME, de 24-03-1934, condenou-o a dez anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo, onde sofreu novas torturas e conheceu a cela disciplinar designada "poterna". Enviado, em 23-10-1936, para o Tarrafal, suportou dezenas de dias de internamento na "frigideira". Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, saiu em liberdade, partiu para Moçambique e, depois, estabeleceu-se na Suazilândia. Voltou depois do 25-04-1974, reatando ligações com os libertários. Faleceu em 20-01-2004, com 92 anos, em Pinheiro de Loures, onde estabelecera um restaurante e residia.



**ABÍLIO GONÇALVES**

«O Garradas». Nasceu em 18-05-1884, em Silves. Corticeiro, anarcossindicalista desde jovem, era bom orador e destacou-se na sua associação de classe. A viver e a trabalhar no Barreiro, nomeadamente na fábrica Cantinho & Marques, envolveu-se nos preparativos da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Capturado nos dias subsequentes, havendo informações contraditórias quanto à data, acusado de participar numa reunião e ter na sua posse bombas de dinamite a utilizar naquele movimento revolucionário, seria condenado, em 05-02-1934, a 10 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo, e seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, quando tinha 52 anos. Em Cabo Verde, passou, como castigo, pela prisão da Vila do Tarrafal, destinada aos locais, suportou a "frigideira" e sobreviveu a várias biliosas. Considerado uma pessoa original, rija, algo vaidosa, irreverente e com ligações à Organização Prisional Libertária, sendo um velho militante das lutas sindicais, foi libertado em 16-11--1945, por estar abrangido pela amnistia de 18-10-1945. Regressou em 01-02--1946, com a saúde muito abalada. Faleceu em 1948.

* * *



**ABÍLIO GUIMARÃES**

Nasceu em 15-11-1896, no Porto. Carpinteiro, com residência naquela cidade, onde tinha uma oficina, foi preso em 1930 e terá sido deportado para Timor, acusado de envolvimento num atentado bombista em preparação. Em 1937, encontrava-se degredado em Moçambique e, «em virtude da propaganda comunista que ali desenvolvia», enviado para Lisboa, tendo-se evadido «do navio em que vinha, simulando um suicídio e sendo capturado quando já em terra fugia à ação da Polícia». Preso e entregue pela Polícia Marítima à PVDE em 18-11-1937, entrou na 1.ª esquadra, seguiu, em 27-12--1937, para Peniche, regressou, em 07-04-1938, à 1.ª esquadra e, dois meses depois, passou para o Forte de Caxias. Considerado «um elemento extremamente perigoso, manipulador de bombas consequentemente indesejável», seguiu para o Tarrafal em 01-04-1939, sem nunca ter sido julgado ou condenado. Integrou o grupo dos libertários e, abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa, no barco "Guiné", em 01-02-1946, saindo em liberdade. Retornou ao Porto, onde faleceu em 24-09-1972.



**ABÍLIO MONTEIRO DE MACEDO**

Nasceu em 03-04-1886, em S. Filipe, Cabo Verde. Diplomado com o Curso Superior do Comércio, era comerciante, proprietário agrícola e armador em Cabo Verde. Republicano convicto e ativista político na I República, tendo sido fundador e proprietário do jornal "A Voz de Cabo Verde", pertencia à Associação Comercial Barlavento da ilha de São Vicente e protestou contra a inépcia da administração colonial portuguesa em assegurar o abastecimento do arquipélago, referindo a hipótese de recurso aos britânicos para garantir esses meios. Na Carta-Relatório dirigida ao ministro das Colónias, Francisco José Caeiro, datada de 30-09-1942, por Henrique Galvão, inspetor superior colonial, encarregado de inquirir sobre a situação das fomes de 1942 no Arquipélago e o papel dos comerciantes locais, afirma-se, textualmente, que este era «um comerciante de passado escuro e ideologia política avançada». Foi encarcerado no Tarrafal entre 10-09-1942 e 26-10-1942, embora fora do Campo, sendo, posteriormente, sujeito a outras medidas de coação, como a de «residência fixa». Faleceu em 1965, na cidade da Praia, com 79 anos de idade.

* * *



**ACÁCIO JOSÉ DA COSTA**

Nasceu em 1905, em Sacavém. Serralheiro nas Oficinas Gerais dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, aderiu ao PCP em 1933. Participou, na madrugada de 28-02-1935, na afixação, no Barreiro e Lavradio, de tarjetas "Contra a guerra imperialista e o fascismo", "Contra a ditadura de Salazar", pelo apoio ao "Socorro Vermelho Internacional" e pela "Jornada de 7 horas sem redução de Salários". Simultaneamente, foram hasteadas bandeiras vermelhas e uma, com a foice, o martelo e as iniciais do P.C.P., surgiu no topo da chaminé das oficinas da CP. Responsabilizado pela ação e interrogado no Barreiro, em 10-03-1935, foi entregue, em 16-03-1935, à PVDE. Levado para uma esquadra, passou pelo Aljube e Peniche. Condenado, em 15-02-1936, a 18 meses de detenção, continuou em prisão preventiva depois de, em 06-09-1936, ter terminado a pena estabelecida pelo TME. Enviado, em 14-10-1936, para Caxias, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal. Regressou em 01-10-1944, reentrou em Caxias e foi libertado em 12-10-1944, fixando-se no Barreiro. Faleceu em 28-11-1986, com 81 anos.



**ACÁCIO TOMÁS DE AQUINO**

Nasceu em 09-11-1899, em Lisboa. Pedreiro, pertenceu às JS e à CGT, sendo seu secretário entre 1919 e 1933. Dirigente anarcossindicalista, foi detido em agosto de 1923, inculpado de distribuir manifestos. Com a Ditadura, passou à semiclandestinidade e integrou o comité de ação da CGT que decretou a greve geral revolucionária de 18-01-1934. Preso em 11-12-1933, acusado de distribuir explosivos a militantes insurrecionais, seria condenado, em 09-03-1934, a 12 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Seguiu, em 08-09-1934, para Angra de Heroísmo e, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde conheceu a "frigideira". Destacou-se na Organização Libertária do Campo do Tarrafal e encarregou-se das lápides dos que faleciam. Apesar da pena estar cumprida em março de 1946, continuou detido por lhe faltar pagar vinte contos de multa. Regressou em 10-11-1949 e permaneceu, até 22-11-1952, em liberdade condicional. Após o 25-04-1974, participou no renascer do movimento libertário e do jornal "A Batalha". Faleceu em 30-11-1998, em Lisboa, com 99 anos.

Acácio Tomás de Aquino, *O segredo das prisões atlânticas,* A Regra do Jogo, 1978.

* * *



**ADELINO ALVES**

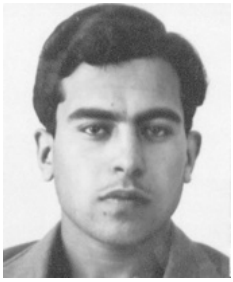
Nasceu em 17-11-1891, em Sintra. Funcionário público no Instituto de Orientação Profissional e contabilista dos ferroviários, colaborava, desde 1933, com Manuel Vieira Tomé, na organização de um movimento grevista revolucionário. Empenhou-se no auxílio às famílias dos ferroviários afastados do serviço e, em 18-01-1934, coube-lhe sabotar a via-férrea e provocar um descarrilamento entre o Sabugo e o Cacém, o que não se concretizou, ficando-se pelo corte dos fios telegráficos e telefónicos no Alto do Ulmeiro. Preso em 16-04-1934, com cerca de 900 exemplares do jornal "A Verdade", foi condenado, em 01-09-1934, a 10 anos de degredo e à disposição do Governo. Embarcou, em 23-09-1939, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde estava associado ao grupo dos republicanos e conheceu a "frigideira". Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi libertado em 16-12-1945 e regressou em 01-02-1946.



**ADELINO FONSECA**

Nasceu em 11-09-1891, no Barreiro. Ajudante de motorista, com residência em Lisboa, foi preso em 21-07--1937, «para averiguações». Conduzido, incomunicável, para uma esquadra, seguiu, em 06-11-1937, para o Tarrafal, sem ter sido acusado, julgado ou condenado. Regressou em 01-10-1944 e, levado para o Forte de Caxias, foi libertado em 12-12-1944, sete anos depois da sua detenção.

* * *



**ADOLFO TEIXEIRA PAIS**

«O Cantador de Fado» ou «O Diabo». Nasceu em 07--07-1912, em Lisboa. Empregado comercial, foi detido pela PSP em 26-02-1933, quando pertencia às Juventudes Comunistas, levado para o Governo Civil e entregue à Polícia de Defesa Política e Social. Julgado pelo TME em 02-03-1934, seria libertado em 21-12--1934. Preso em 24-04-1935, «por extremista», quando era soldado recruta no Regimento de Artilharia de Costa N.º 1 – Trafaria, entrou na 1.ª esquadra, foi transferido, em 16-05-1935, para Peniche, voltou, em 12-07-1935, ao Governo Civil e saiu em liberdade em 22-07-1935, já licenciado. Preso em 19-02-1936, «enquanto comunista», permaneceu numa esquadra e, em 15-04-1936, seguiu para Peniche. Em 14-10-1936, passou para Caxias, antecâmara da deportação para o Tarrafal, para onde embarcou em 17-10-1936, e aí ficaria nove anos, sem julgamento e castigado com vários internamentos na "frigideira". Abrangido pela amnistia de 18--10-1945, regressou a Lisboa em 01-02-1946, saindo em liberdade. Referenciado como eletricista, voltou a ser enclausurado em 18-08-1952 «por emigração clandestina». Recolheu à Cadeia de Castelo de Vide, sendo entregue, para ser julgado, ao Tribunal daquela Comarca. Faleceu em 30-09-1979, em Paris.



**ALBERTO EMÍLIO DE ARAÚJO**

Nasceu em 14-12-1909, em Almada. Professor, aderiu, em 1933, à Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas e, no ano seguinte, ao PCP, coadjuvando na redação do "Avante!". Em finais de 1935, integrou o Secretariado, devido à detenção dos principais dirigentes: responsável pela imprensa, envolveu-se na formação da Frente Popular Portuguesa (FPP). Deslocou-se a Madrid e, em 22-11-1937, regressado de Espanha, seria capturado pela PVDE e passou, repetidamente, pelo Aljube e outras esquadras, num percurso revelador das torturas a que o submeteram. Transferido, em 20-10-1938, para Caxias, foi condenado, em 29-04-1939, a 24 meses de prisão, faltando cumprir 196 dias. Enviado, em 01-05-1939, para Peniche, regressou, em 16-06-1939, à 1.ª esquadra, para embarcar, em 20-06-1939, para o Tarrafal, onde sofreu violências, humilhações e privações que agravaram a saúde débil e a tuberculose renal de que padecia, suportando dezenas de dias na "frigideira". Considerado «muito culto», ensinava os companheiros e funcionou como "bibliotecário". Libertado em 16-11-1945, regressou, muito doente, em 06-12-1945. Integrou o MUD e colaborou no associativismo almadense. Faleceu em 19-03-1955, com 45 anos, no Hospital de São José.

* * *



**ALBERTO GRIMEJA OU GRINJA**

Lituano, nasceu em 05-04-1911. Operário, foi preso pela Delegação do Porto da PVDE em 15-07-1939, por ter entrado no país clandestinamente e indocumentado. Transferido, em 10-06-1949, para Lisboa, passou pela 1.ª esquadra e, em 12-06-1940, seguiu para o Forte de Caxias. Por ter permanecido em Espanha durante a Guerra Civil, «havendo a suspeita de ter estado ao lado dos vermelhos», um despacho do ministro do Interior Mário Pais de Sousa, de 10-05-1940, determinou a sua ida para o Tarrafal. Embarcou em 21-06-1940, sem julgamento ou culpa formada, integrando o grupo daqueles que tinham combatido nas Brigadas Internacionais. Regressou de Cabo Verde em 20-02-1945 e ingressou em Caxias, de onde foi libertado em 19-09-1945. Conduzido ao vapor "Klintz", foi-lhe interditada a entrada em território português. Teria família no Brasil.



**ALBINO AFONSO ROCHA**

Nasceu em 23-04-1896, em Viana do Castelo. Canteiro, foi preso pela Delegação do Porto da PVDE em 01-11-1939, «para averiguações», e transferido, em 28-01-1941, para Lisboa: recolheu à 1.ª esquadra e, em 30-01-1941, entrou no Depósito de Presos de Caxias. Segundo a sua «Biografia Prisional», viera de Espanha, onde exerceu «o cargo de tesoureiro do Sindicato da União Geral de Trabalhadores», «tomou parte ativa nos acontecimentos militares em Oviedo, em 1934» e, durante a Guerra Civil, «comparticipou» em ocorrências em Grado. Embarcou, em 27-02-1941, para o Tarrafal, sem ter sido julgado, sendo referenciado por Manuel Francisco Rodrigues como «o socialista que viveu a epopeia asturiana». Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi libertado em 16-12-1945 e ficou a aguardar transporte para Lisboa. Regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné".

* * *



**ALBINO ANTÓNIO DE OLIVEIRA DE CARVALHO**

«O Carvalho das Batatas». Nasceu em 10-12-1884, em Póvoa de Lanhoso. Comerciante, passou 40 anos a caminho das cadeias e esteve deportado em Angola e Cabo Verde. Preso durante a monarquia (1898, 1908, 1909) e na I República (1917, 1918, 1920), foi detido em 19-05-1927, em Tomar, por ter participado no movimento revolucionário de fevereiro e acusado da morte de uma praça da GNR. Enviado, em 14-06-1927, para a Penitenciária, passou por diferentes cárceres até ser deportado, em 29-06-1929, para África, regressando de Angola em 05-11-1934. Retornou à cadeia em 26-11-1934 e, quando libertado, ficou a residir em Alvito, Tomar, onde seria detido em 26-02-1937. Recolheu à 1.ª esquadra, seguiu, em 23-03-1937, para o Aljube e, em 08-08-1937, passou para Peniche, onde permaneceu 21 meses. Reentrou no Aljube em 07-05-1939 e deslocado, em 12-05-1939, para Caxias, embarcou, em 20-06-1939, para o Tarrafal, onde se identificou como republicano e sobreviveu pouco mais de dois anos. Faleceu em 22-10-1941, com 56 anos, vítima de biliosa anúrica, maus-tratos e falta de assistência médica.



**ALBINO COELHO JÚNIOR**

Nasceu em 10-07-1897, em Lisboa. Motorista, foi capturado pela PSP de Faro, por andar fugido, e entregue, em 09-12-1936, à PVDE. Levado incomunicável para uma esquadra, entrou, em 15-01-1937, no Aljube, sendo transferido, em 16-03-1937, para Peniche, onde permaneceu até 02-04-1937, por ter sido despronunciado pelo TME. Pouco depois, em 10-04-1937, voltou a ser detido, a pedido do 2.º Tribunal Militar Territorial, e levado para o Aljube, de onde foi libertado em 23-04-1937, por ter sido absolvido por aquele. A última prisão, «para averiguações», aconteceu em 21-07--1937. Reentrou no Aljube e ficou em regime de incomunicabilidade, no «segredo», até que, em 06-11-1937, seguiu para o Tarrafal, onde seria castigado com dias de internamento na "frigideira". Faleceu em 11-08-1940, com 43 anos. Esta deportação poderá estar associada a uma eventual colaboração, enquanto motorista, com o ex-sargento Francisco Horta Catarino na tentativa de assalto à Repartição de Finanças da Lourinhã, ocorrida em 01-08-1936, e da qual resultou a morte de um funcionário.

* * *



**ALEXANDRINO RODRIGUES FERNANDES**

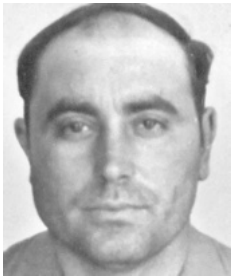
Nasceu em 10-10-1914, em Castro Marim, Faro. Identificado como trabalhador a residir em Ayamonte, foi entregue pela polícia espanhola no Posto de Vila Real de Santo António em 18-08-1941. Recolheu à cadeia desta Comarca e, em 22-08-1941, passou para a alçada da PVDE, entrando no Aljube. Transferido, em 02-09--1941, para o Forte de Caxias, circulou entre esta cadeia, o Aljube e Peniche até ser enviado, em 20-06-1942, para o Tarrafal, sem julgamento ou culpa formada. Por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné". Saiu em liberdade e declarou ir morar em Vila Real de Santo António.



**ALFREDO CALDEIRA**

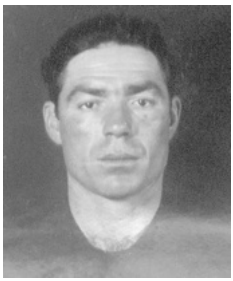
Nasceu em 11-07-1908, em Lisboa. Pintor decorador, pertenceu à direção da SNBA e tornou-se, em 1931, militante do PCP, onde integrou, em 1932, o Comité Regional de Lisboa, o Comité Central e o seu Secretariado, com responsabilidades na ORA. Detido em 28-10-1933, em Faro, entrou na Penitenciária, foi transferido para Peniche e embarcou, em 19-11-1933, para Angra do Heroísmo onde, em 20-08-1934, seria condenado em 690 dias de prisão e esteve, por duas vezes, internado no Hospital Militar. Regressou em 08-12-1935 e ingressou na 1.ª esquadra a fim de ser libertado por ter terminado a pena a que fora condenado, o que sucedeu em 10-12-1935. Seria imediatamente preso como «medida preventiva», encaminhado, em 07-01-1936, para Peniche e, em 21-04-1936, entrou no Aljube. Deportado, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde sofreu dias na "frigideira", pertenceu ao Secretariado da OPC e era considerado um «competente pintor das Belas-Artes». Faleceu em 01-12-1938, por falta de assistência médica e após doze dias em agonia, sempre lúcido, na sequência da segunda biliosa. Tinha 30 anos.

* * *



**ALFREDO GARCIA**

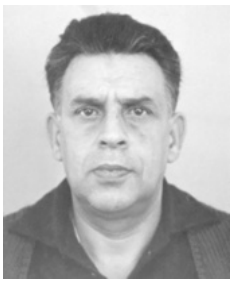
Nasceu em 24-02-1906, em Tomar. Pedreiro, a residir em Lisboa, foi preso em 13-04-1937, «por extremista», e levado para o «segredo» da Cadeia do Aljube. Passou, em 01-05-1937, para uma esquadra, incomunicável, seguiu, em 07-05-1937, para a 1.ª esquadra e regressou, em 02-06-1937, ao Aljube, a fim de ser deportado, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem julgamento ou processo. Regressou de Cabo Verde em 01-10-1944, recolheu a Caxias e, em 01-11-1944, seria julgado pelo TME. Condenado a 10 anos de degredo, ingressou, em 04-12-1944, em Peniche. Posto à disposição do Ministério da Justiça em 31-12-1945, continuou naquela cadeia, de onde apenas foi libertado em 20-01-1951.



**ALFREDO RODRIGUES XISTO**

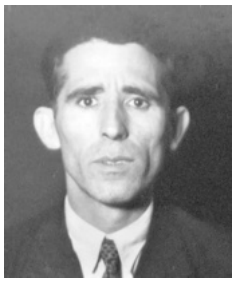
Nasceu em 15-02-1916, em Tortosendo. Soldador, foi detido no Barreiro, «para averiguações», em 24-08--1943, enviado para o Forte de Caxias e libertado em 12-11-1943. Preso em 26-03-1947, «para averiguações», e levado para Caxias, seguiu, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido condenado, provavelmente por estar associado à paralisação dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, organizada pelo PCP. Ficou, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Campo, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 30-09-1947, ficou a aguardar embarque para Lisboa. Regressou no vapor "Guiné" em 07-11-1947 e apresentou-se na Diretoria da PIDE.

* * *



**ALÍPIO DOS SANTOS ROCHA**

Nasceu em 03-01-1914, em Lisboa. Montador mecânico, era comunista e participou na Guerra Civil de Espanha, onde terá sido tanquista. Detido no posto fronteiriço de Beirã em 16-04-1941 e entregue à PVDE, recolheu, no dia seguinte, à 1.ª esquadra. Seguiu, em 01-05-1941, para o Aljube, passou por Caxias (15-05--1941) e Peniche (22-06-1941), até ser deportado, em 04-09-1941, para o Tarrafal, sem julgamento ou acusação. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade. Envolvido na "Revolta de Beja", foi preso em 01-01-1962 e entregue pela PSP local à PIDE, acusado de «tentativa de alteração da Constituição por rebelião armada». Ingressou em Caxias, passou, em 07-02-1962, para o Aljube e, em 15-03-1962, reentrou em Caxias, onde conheceu sucessivas punições, com privação de visitas, por infringir regras da «organização prisional». Julgado pelo Tribunal Militar Territorial de Lisboa em 29-07-1964, seria condenado na pena de 2 anos e 3 meses de prisão maior e na medida de segurança de liberdade vigiada por 2 anos. Transferido, em 25-09-1964, para Peniche, ficou em «liberdade vigiada» em 16-08-1965.



**ÁLVARO AUGUSTO FERREIRA**

Nasceu em finais do século XIX, no Porto. Pintor, com residência em Lisboa, era militante do PCP e foi preso na serra de Monsanto em 24-04-1932, quando ensaiava, com outros ativistas, engenhos explosivos a utilizar nas ações do 1.º de Maio. Entrou no Aljube em 05-05-1932 e, em 24-05-1932, passou para a Penitenciária de Lisboa. Acusado de «comunista e bombista» e de ser um dos responsáveis pela preparação de ações violentas no primeiro quadrimestre de 1932, seria julgado, em 20-10-1934, pelo TME e condenado a 12 anos de degredo. Retornou ao Aljube em 20-03-1935 e, três dias depois, embarcou para Angra do Heroísmo, de onde seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal. Padeceu da ausência de medicação antimalárica, chegou a estar à morte e terá regressado de Cabo Verde por motivos de saúde, nomeadamente para ser operado, já que, em 05-02-1941, foi transferido para o Aljube e enviado para a sua enfermaria, onde permaneceu até 24-12-1941. Libertado, condicionalmente, nesta data, por ter sido indultado.

* * *



**ÁLVARO DUQUE DA FONSECA**

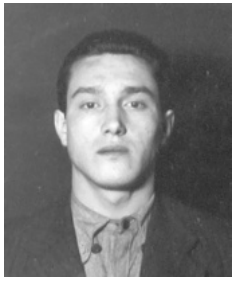
Nasceu em 24-11-1909, na cidade da Praia, Cabo Verde. Estudante, integrou a direção da FJCP. Preso em 17-09-1932, numa reunião do PCP, foi submetido a «apertado interrogatório», torturado e espancado. Desertor, por não se apresentar, em agosto, em Mafra, seria entregue, em 15-12-1932, às autoridades militares. Evadiu-se em 06-02-1933 e refugiou-se em Madrid. Julgado pelo TME de 16-12-1933, ficou abrangido pela amnistia de 05-12-1932 quanto à ação política. Regressou, clandestinamente e reassumiu funções políticas e doutrinárias. Preso em 27-02-1935, quando era procurado há muito, passou por uma esquadra, Aljube (27-03-1935) Peniche (26-05-1935) e, de novo, Aljube (03-03-1936). Condenado, em 04-03-1936, a 2 anos de prisão, embarcou, em 23-03-1936, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde sofreu dias na "frigideira" e integrou o grupo dos comunistas afastados. Considerado «bastante culto», regressou em 01-10-1944 e seguiu para Caxias. Libertado em 12-10-1944, aderiu, em 1946-1947, à Fraternidade Operária Lisbonense. Partiu para Angola e, depois, para Moçambique, onde foi assassinado, com a mulher, no Dondo, Sofala, em 28-09-1971.



**ÁLVARO GONÇALVES**

«O Álvaro das Carnes Verdes» ou «O Gonçalves das Carnes Verdes». Nasceu em 1899, em Lisboa. Cortador de carnes e militante do PCP, liderou, em 1931, a passagem da Associação de Classe dos Trabalhadores em Carnes Verdes de Lisboa da CGT para a CIS onde, em setembro de 1933, desempenhou funções diretivas e se envolveu na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Continuou ligado ao sindicalismo ilegal e, em 17-04-1934, seria preso por andar fugido e ser «agente de ligação» de José de Sousa. Ficou incomunicável, esteve em Peniche e, em 19-02-1935, entrou no Aljube para ser julgado no dia seguinte: condenado em 6 anos de desterro, reentrou, a 22-02-1935, em Peniche. Interpôs recurso, mas o TME, em sessão de 20-03--1935, confirmou a sentença e, em 08-06-1935, seguiu para Angra do Heroísmo. Transferido, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde passou pela "frigideira", perfilhou as posições de José de Sousa e integrou o grupo dos comunistas afastados. Regressou em 01-10-1944 e libertado de Caxias em 12-10-1944, continuou a residir em Lisboa.

* * *



**AMÉRICO DA CUNHA**

«O Neco». Nasceu em 17-12-1917, em Viseu. Serralheiro, foi entregue na PVDE em 19-05-1942, quando era soldado, a fim de ser encarcerado no Tarrafal durante um ano, conforme despacho do subsecretário de Estado da Guerra, Santos Costa. Enviado para o Aljube e transferido, sucessivamente, para o Forte de Caxias (04-06-1942), Aljube (12-06-1942) e Caxias (18-06-1942), embarcou, em 20-06-1942, para Cabo Verde. Regressou do Tarrafal em 12-08-1943, tendo sido libertado nesta data.



**AMÉRICO FERNANDES**

Nasceu em 10-01-1903, em Vieira de Leiria. Picador de limas, militava no PCP desde 1933. Aquando da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, envolveu-se nas ações de Benfica e interveio no arremesso de bombas contra a máquina do comboio de passageiros que circulava entre o Calhariz e o Rossio. Preso em 07-03-1934, passou pela 7.ª esquadra, 1.ª esquadra (23-03-1934) e Aljube (19-04-1934). Condenado, em 14-08-1934, a 12 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, embarcou, em 23-09-1934, para Angra do Heroísmo. Seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde conheceu a "frigideira" e «se fez músico, gramático, poeta e compositor». Autor de «Os ceifeiros» e «O cavador», aparece referenciado junto de anarquistas e libertários. Ficou à disposição do Ministério da Justiça em 31-12-1945 e, por sentença de 23-11-1949, o Tribunal de Execução de Penas concedeu-lhe, por três anos, a liberdade condicional mediante certas condições. Libertado em 19-12-1949, regressou e apresentou-se, em 13-02-1950, na sede da PIDE, onde teria de comparecer nos primeiros sábados de cada mês. Em 17-01-1953, por novo acórdão, foi-lhe concedida a liberdade definitiva.

* * *



**AMÉRICO GONÇALVES DE SOUSA**

«O Russo». Nasceu em 1918, em Lisboa. Fundidor, aderiu ao PCP quando trabalhava no Arsenal da Marinha. Preso em 07-09-1935 e levado para uma esquadra, circulou entre o Aljube e Peniche. Condenado, em 06-05-1936, a 18 meses de prisão, seguiu, em 17-10-1936, para o Tarrafal onde, cumprida a pena, permaneceu em prisão preventiva e adoeceu com uma biliosa. Regressou em 15-07-1940 e, libertado, continuou a ação política: esteve na reorganização do PCP, participou no II Congresso Ilegal e, quando era dirigente do Comité Local de Lisboa e membro do Comité Central, foi preso em 29-09-1955. Tornou a entrar no circuito prisional entre o Aljube-Caxias-Aljube, de onde se evadiu na madrugada de 26-05-1957. Retornou à clandestinidade até ser detido em 15-12-1961: enclausurado em Caxias, no Aljube e em Peniche, seria condenado, em 23-02-1965, a 8 anos e meio de prisão e medida de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos, prorrogável, a qual iniciou em dezembro de 1968. Libertado em 20-10-1971. Faleceu em março de 1993.



**AMÉRICO MARTINS VICENTE**

Nasceu em 18-07-1905, em Lisboa. Serralheiro-mecânico e militante anarcossindicalista, com residência em Laveiras, foi preso pela PVDE em 07-11-1936, «para averiguações». Levado para uma esquadra, passou, em 13-01-1937, para a 1.ª esquadra, dando início à transferência sistemática de local de reclusão: Aljube (19-01-1937), 18.ª esquadra (22-01-1937), 1.ª esquadra (30-01-1937), Aljube (01-03-1937), Peniche (02-04-1937) e, de novo, Aljube (01-06-1937). Daqui, seria enviado, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde permaneceu cerca de nove anos sem qualquer julgamento ou condenação e integrou a Organização Libertária do Campo do Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi libertado em 12-01-1946, «bastante combalido», e regressou, no vapor "Guiné", em 01-02-1946, tendo deixado uma mensagem de despedida «aos camaradas libertários». Segundo Antónia Gato, esteve entre «os elementos que pugnavam pela integridade dos princípios libertários», "contra o poder do Estado" – em conjugação com os sindicalistas Abílio Guimarães, António Gato Pinto, João Gomes, Joaquim Pedro, José de Almeida, José Correia Pires e José Reboredo – em oposição à orientação política «que vinha sendo seguida sob a influência dos interesses dos comunistas». Depois de Abril de 1974, colaborou na republicação do jornal "A Batalha". Faleceu em 1989.

* * *



**ÂNGELO DIAS MINISTRO**

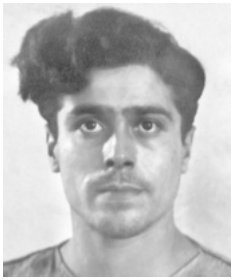
Nasceu em 09-07-1903, em Pardilhó, Estarreja. Carpinteiro, foi preso pela PIDE em 27-03-1947, «para averiguações». Enviado para o Forte de Caxias, seguiu, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem julgamento, provavelmente por estar associado à greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, dinamizada pelo PCP. Tal como os outros presos na mesma circunstância, ficou numa seção diferente daqueles que já se encontravam no Campo, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 30-09-1947, ficou a aguardar embarque e regressou a Lisboa, no vapor "Guiné", em 07-11-1947, apresentando-se na diretoria da PIDE.



**ANÍBAL DA SILVA BIZARRO**

Nasceu em 21-02-1908, em Lisboa. Pintor, era militante do PCP e desenvolveu intensa atividade política em meados da década de 1930: controlou células, organizou outras e esteve associado à instalação e funcionamento de tipografias clandestinas. A militância comunista, sob os pseudónimos de «Russo» e «Vítor», foi detetada pela PVDE em dezembro de 1935, sendo preso pela PSP em 11-04-1937. Transferido, em 15-05-1937, para a Cadeia do Aljube, embarcou, em 05-06-1937, sem julgamento, para Cabo Verde. Regressou do Tarrafal em 01-10-1944 e entrou no Forte de Caxias. Julgado pelo TME em 01-11-1944, seria condenado a 23 meses de prisão, depois de ter passado 7 anos e 205 dias em «prisão preventiva». Libertado em 08-11-1944, manteve atividade política, vindo a trabalhar na empresa Philips. Esteve emigrado no Congo.

* * *



**ANÍBAL DOS SANTOS BARATA**

Nasceu em 17-01-1909, em Lisboa. Participou, enquanto civil, na revolução de 7 de fevereiro de 1927. Assentou praça na Armada, como voluntário, em 31-05-1927, prestou serviço em Angola e, em 1936, era 1.º Artilheiro no navio "Bartolomeu Dias". Participou na "Revolta dos Marinheiros" organizada pela ORA em 08-09-1936, e foi entregue, no dia seguinte, à PVDE pelos Serviços Centrais da Marinha. Recolheu à 1.ª esquadra, seguiu, em 29-09-1936, para a Penitenciária de Lisboa e seria condenado, em 13-10-1936, a 4 anos de prisão maior, seguidos de 8 de degredo. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde contraiu tuberculose e «era o obreiro inexcedível de habilidade» na confeção do guarda-roupa e dos cenários das peças de teatro organizadas entre os deportados. Entregue ao Ministério da Justiça em 31-12-1945, terá sido libertado em 16-03-1947. Fez, posteriormente, traduções de livros.



**ANTONINO FRANCISCO**

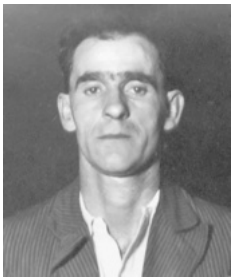
Nasceu em 1905, em Ervedal da Beira, Oliveira do Hospital. Carpinteiro, foi detido em 25-08-1932, por pertencer à Aliança Libertária de Lisboa. Libertado em 13-10-1932, voltaria a ser preso em 22-03-1933, acusado de ligações anarquistas. Julgado pelo TME em 19-04-1933, embarcou de Peniche para Angra do Heroísmo em 19-11-1933. Regressou em 09-11-1934 e seria libertado no dia seguinte. Novamente preso em 04-11-1936 e mantido, incomunicável, numa esquadra, entrou no circuito de transferências entre cárceres, nomeadamente entre a 1.ª esquadra e o Aljube (19-12-1936). Embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde sofreu dias de internamento na "frigideira" e, pela violência sofrida, aceitou denunciar os seus ex-camaradas. Para além de integrar o grupo dos "rachados", terá tido momentos de "loucura". Transferido, em 27-03-1941, para Caxias e julgado em 19-07-1941, a pena de degredo alterou-se para 2 anos de prisão, dada por expirada. Não foi solto nesse dia, como estipulava o mandado de soltura, continuando em prisão preventiva por determinação da PVDE. Enviado, em 24-07-1941, para Peniche, seria libertado em 25-12-1941.

* * *



**ANTÓNIO AFONSO PEREIRA**

Nasceu em 22-07-1901, em Vila do Bispo. Fiel dos Caminhos-de-Ferro Portugueses e Secretário do Sindicato dos Ferroviários, participou nos preparativos da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, ficando encarregue de mobilizar ferroviários das linhas do Oeste e da Beira Baixa. Talvez por ter tentado a participação dos fatores das estações de Caldas da Rainha e de Leiria, que não aderiram, foi preso em 15-01-1934, três dias antes da eclosão daquele movimento. Condenado, em 19-03-1934, a 3 anos de desterro, embarcou para Angra do Heroísmo em 23-09-1934 e, dois anos depois, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal. Regressou em 15-07-1940 e saiu em liberdade. Condenado a 3 anos, cumpriu 6 anos e meio.



**ANTÓNIO AFONSO TEIXEIRA**

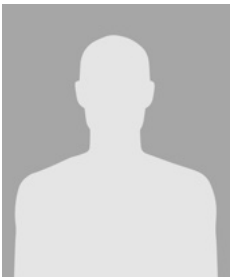
Nasceu em 01-12-1895, em Lisboa. Torneiro-serralheiro, com residência na Vila do Tarrafal, foi entregue, em 22-09-1937, pelo Governo da Colónia de Cabo Verde à Administração do Campo do Tarrafal, onde deu entrada, «por manter ligações com os deportados políticos», sem ter sido julgado. Transferido, em 23-10-1937, para Lisboa e levado para a 1.ª esquadra, entrou, em 06-11-1937, no Aljube, sendo libertado em 30-11-1937. Transferido, em 26-12-1939, da Polícia Marítima para a PVDE, «por emigração ilegal». Encaminhado para o Aljube, seria libertado em 20-01-1940. Voltou a ser detido em 27-08-1941, «por emigração clandestina», e levado para o Forte de Caxias. Ficou, em 13-09-1941, sob a responsabilidade dos Tribunais Criminais de Lisboa.

* * *



**ANTÓNIO AMORIM LUZIO**

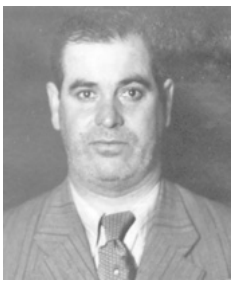
«O Chaluga». Nasceu em 31-01-1901, em São Paio de Jolda, Arcos de Valdevez. Referenciado como lavrador, foi entregue pela Polícia Marítima à PVDE em 19-01-1936, por ter sido «expulso da América do Norte por indocumentado». Levado para a 1.ª esquadra, saiu em liberdade em 29-01-1936. Encaminhado, em 17-08-1941, da Comarca de Arcos de Valdevez para a Delegação do Porto da PVDE, ficou à ordem do TME. Condenado, em 26-08-1941, a 4 anos de degredo, passou, em 31-08-1941, para Caxias e, em 04-09-1941, seguiu para o Tarrafal. Durante a viagem, evadiu-se do vapor "Guiné" no porto de São Vicente, juntamente com Francisco Maria Dias, tendo sido recapturado e encaminhado para o Campo de Concentração num vapor que assegurava a cabotagem insular. Fazia parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviados para o Campo por, alegadamente, possuírem armas proibidas. Novamente julgado em 25-11-1941, viu confirmada a pena anterior. Libertado em 16-03-1945, regressou e apresentou-se na diretoria da PVDE em 29-03-1945.



**ANTÓNIO AUGUSTO MARTINS**

«Filhito». Comerciante em Cabo Verde, Presidente da Associação Comercial de S. Vicente, protestou contra a inépcia da administração colonial portuguesa em assegurar o abastecimento do arquipélago face à fome reinante, referindo a hipótese de recurso aos britânicos para garantir esses meios. Na Carta-Relatório dirigida ao ministro das Colónias, Francisco José Caeiro, com data de 30-09-1942, assinada por Henrique Galvão, inspetor superior colonial, encarregado de inquirir sobre a situação das fomes de 1942 e o papel dos comerciantes locais, afirma-se que este era «conhecido pela alcunha de "Filhito", antigo democrático convicto e hoje membro, não menos convicto, da União Nacional». Foi encarcerado no Tarrafal entre 10--09-1942 e 10-10-1942, fora do Campo, sendo, posteriormente, sujeito a outras medidas de coação, como a de «residência fixa». Já Salomão Benoliel, Presidente da Associação Comercial de Santiago, entretanto hospitalizado na cidade da Praia, e Sérgio Barbosa Mendes, «um comerciante que hoje é considerado a pessoa mais rica» da ilha de Santiago, que se encontrava em Lisboa «para onde foi, segundo ele próprio dizia, "comprar gente"», não seguiram para o Tarrafal.

* * *



**ANTÓNIO AUGUSTO PIRES**

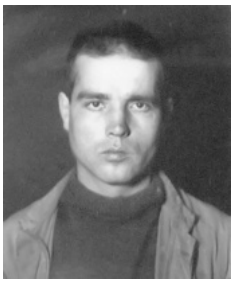
Nasceu em 04-09-1893, em Faro. Sargento-ajudante reformado, com residência em Lisboa, foi julgado pelo TME em 09-02-1938, acusado de ter sido detentor, entre agosto de 1933 e 22-11-1937, de uma pistola e respetivas munições recebidas quando trabalhava na PVDE. Como não as tivesse entregado quando desligado do serviço, seria condenado a dois meses de prisão, pena considerada expiada com a já sofrida. Preso em 07-06-1941, «para averiguações», recolheu ao Aljube e, em 04-09-1941, seguiu para o Tarrafal, sem ter sido julgado e onde chegou a ser punido com dezenas de dias de internamento na "frigideira". Atendendo à anterior ligação à PVDE, tendo ido para Cabo Verde por castigo ou espionagem, e considerado um delator aliado da Direção do Campo, prejudicando com a sua atuação muitos dos presos anarquistas e comunistas, não merecia a confiança destes. Regressou em 17-01-1944, entrou no Hospital Júlio de Matos e, em 02-02--1944, passou para o Forte de Caxias. Libertado em 08-02-1944.



**ANTÓNIO AUGUSTO RUSSO**

«O Bastardo». Nasceu em 07-03-1905, em Benavente. Trabalhador, foi preso em 21-12-1936, por «deter material explosivo», recolhendo, incomunicável, a uma esquadra. Passou, entre 04-01-1937 e 01-06-37, pelo Aljube e Peniche. Enviado, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem julgamento ou condenação, onde adoeceu, por mais de uma vez, com a biliosa. Regressou em 15-07-1940, entrou em Caxias e, em 30-07-1940, foi condenado a 12 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Regressou ao Tarrafal em 14-09-1940, continuando ligado ao grupo dos libertários. Em 31-12-1945, passou para a tutela do Ministério da Justiça e, por sentença do TEP de Lisboa, de 29-06-1951, obteve a liberdade condicional em 27-07-1951, embarcou em 24-08-1951 e apresentou-se, em 29-09-1951, na PIDE, ficando a residir no Montijo. Por despacho daquele Tribunal, de 29-03-1952, foi-lhe autorizado a viver no concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, para onde seguiu em 25-06-1952. Obteve, em 13-10-1954, a liberdade definitiva.

* * *



**ANTÓNIO BATISTA**

Nasceu em 27-03-1909, na Guarda. Serralheiro mecânico em Lisboa, foi detido em 01-12-1932 na fronteira de Elvas, quando regressava de Badajoz, «por suspeita de ter entendimentos com emigrados políticos em Madrid». Entregue pela Secção Internacional à SPS em 04-12-1932, como não se tivesse provado que «aquelas cartas tratavam de assuntos revolucionários», saiu em liberdade em 08-12-1932, abrangido pela amnistia do dia 5. Detido em 01-06-1937, quando marítimo, por dar a guardar, num estabelecimento, exemplares do "Avante!", recolheu à 1.ª esquadra e seria solto em 03-07-1937. Em 12-04-1939, encontrava-se na Cadeia de Monsanto e, dois dias depois, passou para a PVDE, acusado de envolvimento em embarques clandestinos. Levado para o Aljube, seria devolvido, em 15-05-1939, às Cadeias Civis. Preso em 28-06-1939, por possuir uma credencial da Secção Portuguesa do PCP dactilografada em francês, havendo a suspeita de embarcar «extremistas fugidos à ação desta Polícia», seguiu para o Tarrafal em 19-09-1939, sem julgamento. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946 e saiu em liberdade.



**ANTÓNIO CARLOS CASTANHEIRA**

Nasceu em 09-09-1904, em Carregal do Sal. Serralheiro, participou na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande, sendo preso e entregue pela PSP de Leiria à PVDE em 17-02-1934. Recolheu à 1.ª esquadra e foi condenado, em 14-04-1934, a 5 anos de desterro, embarcando, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo. Transferido, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde adoeceu, por mais de uma vez, com a biliosa e tentou o suicídio por, em abril de 1939, ter denunciado um documento a ser publicado no exterior, da autoria de Mário Castelhano e Luís da Costa Figueiredo. Regressou em 27-01-1944, seguiu para o Hospital Júlio de Matos e, em 02-02-1944, passou para Caxias. Entrou, então, no circuito de transferência entre cárceres, com várias reentradas na enfermaria do Aljube: Aljube (10-03-1944), Caxias (04-05-1944), Peniche (23-05-1944), Aljube (05-01-1945) e Caxias (10-03-1945). Libertado em 04-10-1945.

* * *



**ANTÓNIO CORREIA**

Nasceu em 21-07-1895, em S. Pedro de France, Viseu. Capitão de artilharia e piloto-aviador, combateu na 1.ª Guerra Mundial e radicou-se em Viseu. Republicano antifascista, manifestou ao embaixador de Inglaterra, através de missiva intercetada, o apoio dos republicanos de Viseu à causa dos Aliados. Preso em 11-01-1942 e enviado para o Aljube, seguiu, em 19-01-1942, para a Casa de Reclusão da Trafaria, quando integrava a rede de espionagem anglo-portuguesa do «SOE», mais conhecida por "Rede Shell" (com o pseudónimo "Agente H.327a"). Demitido do Exército por Santos Costa, ministro da Guerra, voltou ao Aljube (08-07-1942), passou para Caxias (28-07-1942) e, em 05-08-1942, embarcou, sem julgamento, para o Tarrafal, onde permaneceu alojado fora do Campo. Regressou em 27-01-1944, recolheu ao Hospital Júlio de Matos, reentrou em Caxias e, em 23-05-1944, seria transferido para Peniche. Por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi libertado em 01-11-1945. Continuou a intervenção oposicionista, conviveu com seareiros e lecionou até ser localizado e impedido pela PIDE. Faleceu em 1961, na Quinta das Mestras, Vila da Feira, vítima de hemorragia cerebral.



**ANTÓNIO DE CISNEIROS GOMES FERREIRA**

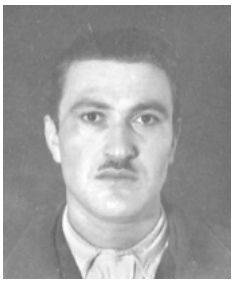
Nasceu em 07-03-1904, em Lisboa. Empregado bancário, foi preso em 17-04-1941, «para averiguações», levado para o Aljube e transferido, em 17-06-1941, para o Tarrafal, sem ter sido julgado. Teria sido enviado para Cabo Verde por espionagem a favor de Inglaterra, não merecendo consideração por parte de presos comunistas devido à forma como os tratava e ser «legionário». Por sua vez, Acácio Tomás de Aquino classifica-o como «fascista», pronto a prestar informações aos carcereiros e à direção do Campo. Transferido, em 15-05-1944, para Aljube, saiu em liberdade condicional em 27-05-1944.

* * *



**ANTÓNIO DE JESUS BRANCO**
**OU ANTÓNIO DE JESUS**

«António Lindinho». Nasceu em 25-12-1906, em Carregosa, Vagos. Descarregador no Porto de Lisboa, foi detido em 26-08-1931, «por suspeita de ter tomado parte no movimento revolucionário deste dia» e libertado por «falta de provas». Preso e entregue, em 19-01-1932, pela PSP de Lisboa, «por suspeita de estar implicado numa tentativa de homicídio», ocorrida em dezembro de 1930, em Alferrarede. Enviado ao Juiz da Comarca de Abrantes, entrou, em 17-07-1932, na Seção de Vigilância Política e Social da Polícia Internacional e seria libertado em 08-12-1932, por ter sido amnistiado. Em março de 1935, a PVDE procurava capturá-lo, enquanto «elemento extremista bastante perigoso», estando em ligação com a comissão organizadora do Sindicato Unitário da Indústria do Vestuário. Preso em 12-07-1936, recolheu a uma esquadra, foi transferido, em 20-08-1936, para a 1.ª esquadra e, uma semana depois, entrou no Aljube. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, sem julgamento, onde permaneceu seis anos, acamado e dependente dos companheiros durante os últimos dias. Debilitado pelo paludismo e pela tuberculose, sem a devida assistência médica, faleceu em 28-12-1942, com 36 anos.



**ANTÓNIO DIAS MENDES**

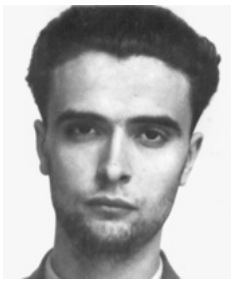
«O Gato Negro». Nasceu em 20-02-1908, em Alvoco das Várzeas, Oliveira do Hospital. Relojoeiro, foi preso nesta localidade, dando entrada na Delegação da PVDE do Porto em 25-01-1941. Presente ao TME em 13-08-1941, desconhecendo-se a acusação, seria condenado a 13 anos de degredo e transferido, em 31-08-1941, para o Forte de Caxias. Embarcou, em 04-09-1941, para o Tarrafal. Interpôs recurso, mas o TME, em sessão de 25-11-1941, confirmou a pena. Libertado em 03-11-1945, ficou, a seu pedido, a residir em Cabo Verde.

* * *



**ANTÓNIO DINIZ CABAÇO**

Nasceu em 29-10-1903, em S. Julião do Tojal. Marinheiro fogueiro, militante do PCP desde 1935, participou na "Revolta dos Marinheiros" organizada pela ORA em 08-09-1936. Foi um dos dois marinheiros que conseguiu escapar, vindo a entregar-se, dias depois, na Escola de Marinheiros. Enviado pelo Comando Geral da Armada à PVDE em 12-09-1936, acusado do crime de «insubordinação», recolheu à 1.ª esquadra e, em 18-09-1936, seguiu para a Cadeia Penitenciária de Lisboa. Condenado pelo TME, de 13-10-1936, a 4 anos de prisão maior, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo, embarcou para o Tarrafal em 17-10-1936, onde chegou no dia 29, quando completava 33 anos de idade, e era conhecido por o «Tojal». Passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério da Justiça e permaneceu em Cabo Verde até dezembro de 1951, quando foi transferido para Peniche, onde entrou no dia 25-12-1951. Ingressou, em 19-03-1952, no Forte de Caxias a fim de ser internado na enfermaria. Faleceu em 1998.



**ANTÓNIO DOS SANTOS MARCELINO MESQUITA**

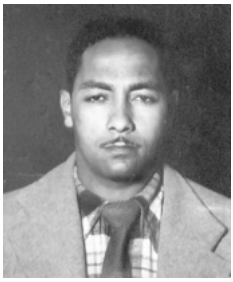
Nasceu em 22-12-1912, em Leiria. Estudante, foi um dos principais anarquistas envolvidos na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934 no distrito de Leiria, sendo o responsável pelo corte de linhas telefónicas e telegráficas que impedissem as comunicações daquela cidade com Lisboa e Porto: a intervenção concretizou-se próximo do sítio conhecido por Cova das Faias e foram serrados três postes (dois telegráficos e um telefónico). Preso, o auto de declarações data de 25-01-1934 e, em 01-02-1934, seria entregue pela PSP de Leiria à PVDE, recolhendo à Casa de Reclusão da Trafaria. Condenado, em 28-02-1934, a 5 anos de desterro, embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, de onde regressou em 15-07-1940, por ter sido amnistiado, e saiu em liberdade. Trabalhou, como jornalista, no vespertino "República", onde foi chefe de redação e, depois, secretário-geral da direção até à sua extinção. Embora tenha abandonado a militância anarquista, continuou como libertário, tornou-se maçon do Grande Oriente Lusitano Unido, presidindo à direção da Escola Oficina n.º 1, em Lisboa. Faleceu em 18-09-1986.

* * *



**ANTÓNIO ENES FARO**

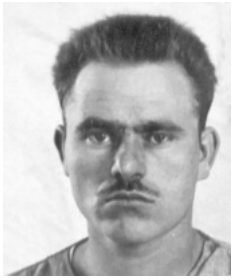
Nasceu em 17-01-1916, em Mondariz, Pontevedra, Espanha. Pintor caiador, com nacionalidade portuguesa, mas a residir e a trabalhar na Galiza, foi preso em 04-08-1936, na fronteira de Valença, entregue pelas autoridades espanholas sob a acusação de «extremista», «manter ligações com elementos comunistas espanhóis» e «andar armado aquando dos recentes acontecimentos no País vizinho». Levado para a cadeia da Comarca de Valença, seria enviado, no dia seguinte, para a Delegação do Porto da PVDE, onde foi fotografado. Transferido, em 14-10-1936, para o Forte de Caxias, a fim de embarcar, em 17-10-1936, para o Tarrafal, sem julgamento ou processo. Regressou em 15-07-1940 e saiu em liberdade por ter sido amnistiado, indo residir para Afife. Integrou a lista de anarquistas deportados para o Tarrafal, salientando Acácio Tomás de Aquino que, por ter exercido «uma grande ação, durante os primeiros dias da guerra civil espanhola, a família salvou-o de ser fuzilado, mandando-o para Portugal, onde foi preso».



**ANTÓNIO FARIA ATAYDE E MELO**

Nasceu em 01-11-1914, em Angola. Desenhador em Lisboa, foi preso pela PVDE em 05-06-1939, à ordem do Tribunal Militar Especial, e recolheu à 1.ª esquadra. Nos sete meses seguintes, entrou e reentrou várias vezes no Forte de Caxias (21-06-1939, 04-11-39, 24-11-1939) e no Aljube (20-10-1939, 09-11-1939, 16-01-1940), num constante desassossego físico e psicológico. Condenado, em 17-01-1940, a 2 anos e 6 meses de degredo, embora se desconheça a acusação, seguiu, em 18-01-1940, do Aljube para Caxias e, em 23-02-1940, embarcou para o Tarrafal. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.

* * *



**ANTÓNIO FERNANDES BATISTA**

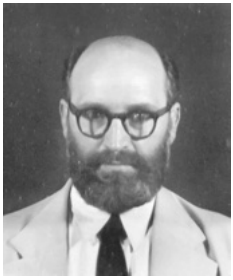
Nasceu em 13-09-1907, em Coimbra. 1.º artilheiro no navio "Bartolomeu Dias", esteve envolvido na "Revolta dos Marinheiros" organizada pela ORA em 08-09-1936. Entregue, nesse mesmo dia, pelas autoridades da Marinha à PVDE, acusado do crime de «insubordinação». Levado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», transitou, em 16-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa. Condenado, em 13-10-1936, a uma pena de 4 anos de prisão maior celular, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde foi um dos «dois exímios construtores de instrumentos musicais». Entregue ao Ministério da Justiça em 31-12-1945, foi transferido, em 20-05-1951, para Peniche e, em 13-01-1952, entrou na enfermaria do Forte de Caxias, aí permanecendo até 08-03-1952. Obtida alta, regressou a Peniche e saiu em liberdade em 06-04-1952, por mandado da Superintendência dos Serviços da Armada. Faleceu em 12-08-1995.



**ANTÓNIO FERNANDES DE ALMEIDA JÚNIOR**

Nasceu em 08-05-1907, em Góis. Empregado do comércio, com residência em Lisboa, era militante do PCP. Preso pela PSP em 18 de janeiro de 1934, acusado de participar, em Xabregas, nas movimentações noturnas associadas à greve decretada para aquele dia e ter na sua posse duas bombas que não chegou a utilizar. Condenado, em 05-02-1934, a 10 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo. Dois anos depois, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde era conhecido por «António de Góis» e integrou o grupo daqueles que quebraram perante a violência concentracionária, tornando-se num dos "rachados" mais em evidência junto da direção do Campo. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa, no vapor "Guiné", em 01-02-1946, saindo em liberdade.

* * *



**ANTÓNIO FERREIRA DA COSTA**

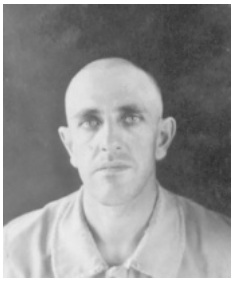
Nasceu em 23-12-1904, em Sangalhos. Médico, foi detido pela PVDE em Coimbra, em 02-02-1942, acusado de ligações ao S.O.E. britânico (com o pseudónimo de "Agente H.560"), e enviado, no dia seguinte, para o Aljube. Transitou, em 17-05-1942, para Caxias e, por determinação da diretoria da PVDE, seguiu, em 05-08-1942, para o Tarrafal, ficando «num pavilhão à parte». Recusou distinções e partilhou o quotidiano dos outros encarcerados, tendo um ofício, datado de 26-10-1943, «determinado que devia recolher ao Campo de Concentração da Colónia Penal, ficando no mesmo regímen dos restantes presos». Transferido, em 15-05-1944, para o Aljube, saiu, em 27-05-1944, em liberdade condicional. Dirigiu, em outubro, uma exposição ao ministro do Interior a denunciar as condições em que viviam e morriam os tarrafalistas e a atuação, criminosa, do médico e do diretor do Campo, tendo enviado para os tarrafalistas «milhares de escudos de medicamentos salvadores». Detido em 28-07-1952, passou pelo Aljube e Caxias (01-08-1952). Libertado em 25-09-1952, ficou impedido de exercer medicina em instituições públicas, mas continuou solidário com os presos e suas famílias. Faleceu em 20-07-2000.



**ANTÓNIO FRANCISCO ALMAÇO**
**OU ANTÓNIO ALMAÇO**

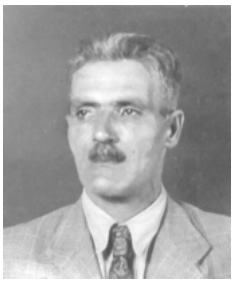
Nasceu em 09-11-1911, em Lisboa. Pintor, foi preso e entregue pela PSP de Lisboa à PVDE em 14-07-1941, «para averiguações». Recolheu à 1.ª esquadra, seguiu, em 26-07-1941, para o Forte de Caxias e, em 04-09--1941, embarcou para o Tarrafal, sem qualquer julgamento e desconhecendo-se a acusação que lhe terão feito. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.

* * *



**ANTÓNIO FRANCO TRINDADE**

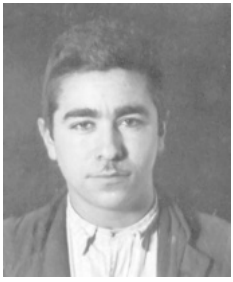
Nasceu em 1906, na Ericeira. Litógrafo da Casa da Moeda, era militante do PCP desde, pelo menos, 1932: participou nos preparativos da jornada de luta de 29--02-1932 e integrou o núcleo responsável pelas ações previstas para o 1.º de Maio, com recurso a bombas não utilizadas anteriormente. Detido na serra de Monsanto, em 24-04-1932, e considerado «elemento duma atividade extraordinária e perigosíssimo pela ação revolucionária desenvolvida», embarcou, em 19-11-1933, de Peniche para Angra do Heroísmo. Condenado nos Açores, em 24-08-1934, a 14 anos de degredo, ficando, depois, à disposição do Governo, interpôs recurso, mas o TME confirmou a pena. Embarcou, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde pertenceu à Organização Comunista Prisional e, devido a divergências, juntou-se ao grupo dos comunistas afastados. Subscreveu, em 09-01-1946, a exposição dirigida por presos políticos no Tarrafal à Comissão Executiva do MUD, onde se apoiava as resoluções tomadas na sessão de 08-10-1945. Saiu em liberdade condicional em 30-05-1950, regressou ao Continente e apresentou-se na PVDE em 22-06-1950. A liberdade definitiva só aconteceu em 02-06-1953.



**ANTÓNIO GATO PINTO**

Nasceu em 02-08-1902, em Moura. Alistou-se, em 1924, na GNR e passou, em 1932, para o Regimento de Infantaria n.º 11, sendo afastado por se recusar a atuar contra grevistas. Domiciliou-se no Barreiro, trabalhou nos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, filiou-se no sindicato ferroviário e, inspirado em princípios anarquistas, participou na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Acusado de possuir explosivos, ocultados numa arrecadação da Companhia, seria preso em 23-01-1934, levado para a Cadeia do Barreiro e, depois, para a Casa de Reclusão da Trafaria. Condenado, em 07-02-1934, a 10 anos de degredo, embarcou, em 23-09-1934, para Angra do Heroísmo. Seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde participou na Organização Prisional Libertária e criticou a atuação de elementos comunistas. Passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério da Justiça: em julho de 1949, foi-lhe concedida, sob condições, liberdade condicional, saiu do Campo em setembro, apresentou-se em Lisboa, em 11-11-1949, e fixou-se em Safara, «doente e envelhecido». A liberdade definitiva data de 06-10-1954. Manteve as convicções libertárias e faleceu em 13-02-1973, em Lisboa.

* * *



**ANTÓNIO GONÇALVES**
**OU ANTÓNIO GONÇALVES CALÇADA**

«O Calçada». Nasceu em 11-02-1921, em Monção. Resineiro. Detido, seguiu, em 24-08-1938, de Monção para a Delegação do Porto da PVDE e ficou à disposição do TME que, em 05-09-1938, o julgou, absolveu e libertou. Em 13-12-1939, tornou a ser enviado de Monção para o Porto, aguardando julgamento pelo TME. Libertado, condicionalmente, em 27-05-1940, continuou a circular entre o Juízo de Direito da Comarca de Monção e aquela delegação, numa quase sobreposição de datas, intervenções e sentenças. Condenado, em 11-08-1940, a 3 anos de degredo por, em 23-04-1939, no lugar de Segude, fazer uso de arma proibida. Seguiu, em 10-11-1940, para Caxias e, em 14-11-1940, embarcou para o Tarrafal, onde foi punido com dias de internamento na "frigideira". Regressou em 20-02-1945, recolheu ao Aljube e entrou na sua enfermaria em 23-02-1945. Teve alta em 28-02-1945 e entregue, nessa mesma data, às Cadeias Civis Centrais de Lisboa, ficando à disposição do Tribunal de Monção que o sentenciara, em 26-08-1940, a 2 anos de prisão, que ainda não cumprira.



**ANTÓNIO GONÇALVES COIMBRA**

Nasceu em 07-03-1913, em Lisboa. Alistou-se na Armada em 1933 e era militante do PCP aquando da "Revolta dos Marinheiros" despoletada pela ORA em 08--09-1936. Grumete fogueiro no NRP "Bartolomeu Dias", foi entregue pelas autoridades de Marinha à PVDE, acusado do crime de «insubordinação». Seguiu para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», passou, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária e, julgado em 14-10-1936, pelo TME, seria condenado a 4 anos de prisão maior celular, seguida de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo. Interpôs recurso, tendo o TME, reunido em 21-10-1936, confirmado aquela sentença. Integrou, até ser afastado, a Organização Comunista Prisional. Concebeu, com Hermínio Martins, uma máquina de cortar o tabaco em rama e subscreveu, em 09-01--1946, a exposição dirigida por presos políticos no Tarrafal à Comissão Executiva do MUD, apoiando as resoluções tomadas na sessão de outubro de 1945. Entregue à tutela do Ministério da Justiça em 31-12-1945. Por estar muito doente, seria transferido para o Continente em 18-03-1951, embarcando na cidade da Praia.

* * *



**ANTÓNIO GONÇALVES SALEIRO**

«O Viana». Nasceu em 26-02-1906, em Viana de Castelo. 1.º fogueiro no NRP "Bartolomeu Dias", participou na "Revolta dos Marinheiros" e, em 08-09-1936, foi entregue pelas autoridades de Marinha à PVDE, acusado de «insubordinação». Enviado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», seguiu, em 18-09--1936, para a Cadeia Penitenciária. Condenado, em 14-10-1936, a 4 anos de prisão maior celular, seguida de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde foi punido com dezenas de dias de internamento na "frigideira". Passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério da Justiça. Transferido, em 14-09-1951, para a Fortaleza de Peniche, aí permaneceu até 27-05-1952, data em que ficou em liberdade definitiva, por mandado da Superintendência dos Serviços da Armada.



**ANTÓNIO GUEDES DE OLIVEIRA E SILVA**

Nasceu em 01-05-1901, em Vila Nova de Gaia. Motorista, foi detido em 06-11-1927, «por suspeita de conspirar contra a ditadura Militar e ser detentor de bombas explosivas», sendo libertado em 25-11-1927. Militante do PCP, voltou a ser preso em 07-11-1937, recolheu, incomunicável, a uma esquadra e, de seguida, entrou no ciclo de transferências entre cárceres: Aljube (17-03-1938), com vários períodos de internamento na enfermaria, Caxias (11-08-1938), 1.ª esquadra (09-12-1938), Caxias (10-12-1938), 1.ª esquadra (28-02-1939), Caxias (05-03-1939) e 1.ª esquadra (14-03-1939). Condenado, em 15-03-1939, a 11 anos de degredo, embarcou, em 01-04-1939, para o Tarrafal, onde viria a falecer, devido a uma biliosa, a 03-11-1941. Tinha 40 anos de idade.

* * *



**ANTÓNIO GUERRA**

Nasceu em 23-06-1913, na Marinha Grande. Empregado do comércio, aderiu, aos 16 anos, ao PCP e, em 1931, participou na criação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vidro. Participou, em 18 de janeiro de 1934, na ocupação da estação telégrafo-postal da Marinha Grande e obteve a rendição do posto da GNR. Andou fugido quatro dias, entregou-se e, espancado e torturado, seguiu, em 27-01-1934, para a PVDE de Lisboa. Condenado, enquanto «chefe da rebelião», a 20 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, seguiu, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, para o Tarrafal. Ao fim de sete anos de paludismo, trabalho forçado na "brigada brava", castigos na "frigideira" e alimentação inqualificável, a saúde começou a deteriorar-se. Regressou em 27-01-1944, seguiu para o Hospital Júlio de Matos e, entre 02-02-1944 e 23-05-1944, circulou entre Caxias, Aljube e Peniche. Posto à disposição do Ministério da Justiça em 31-12-1945, tentou, no início de 1948, uma fuga. Reingressou no Tarrafal e, praticamente cego, faleceu em 28-12-1948, vítima de tuberculose e paludismo. Tinha 35 anos.



**ANTÓNIO JOAQUIM**

Nasceu em 29-07-1900, em Arganil. Carpinteiro, a residir e a trabalhar em Lisboa, foi preso em 04-11-1936, «para averiguações». Levado para o Aljube, entrou no ciclo infernal de transferência entre cárceres: esquadra (17-11-1936), onde ficou incomunicável, Aljube (02-01-1937), Peniche (02-04-1937), esquadra (15-04-1937), mais uma vez em regime de incomunicabilidade, e Aljube (14-05-1937). Embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde permaneceu, sem qualquer julgamento ou condenação, mais de sete anos. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade no mesmo dia.

* * *



**ANTÓNIO JORGE MARQUES**
**OU ANTÓNIO MARQUES**

«O Marques da Ajuda». Nasceu em 1893, em Lisboa. Serralheiro, foi preso em 14-09-1927, acusado de envolvimento num movimento revolucionário: deportado para Angola quatro dias depois, regressou em 13-12-1928. Detido em 14-05-1930, por se reunir com «elementos revolucionários», foi solto em 10-06-1930. Procurado, em maio de 1932, por tentativa de libertação de reclusos da esquadra de Alcântara, seria capturado em 05-05-1933, devido às suas ligações e estar encarregado de obter material explosivo. Deportado, em 19-11-1933, para Angra do Heroísmo, acabaria por ser condenado, em 21-08-1934, a 14 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, sentença confirmada pelo TME em sessão de 30-08-1934. Seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde integrou o grupo dos republicanos e colaborou na produção de gelo. Passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério da Justiça e, em 06-07-1949, entrou em Peniche. Saiu em liberdade condicional em 26-04-1951, apesar da pena ter terminado em 01-10-1950. «Bastante envelhecido», «sem familiares próximos», vivendo «numa extrema miséria», apesar de «excelente serralheiro civil», trabalhou com Edmundo Pedro na empresa Vóltio.



**ANTÓNIO LOPES DE SOUSA**

Nasceu em 27-01-1911, em Avis. Carpinteiro, terá aderido, em março de 1937, ao PCP, de onde foi afastado por considerar necessário eliminar Salazar. Preso em 16-08-1937, acabou associado ao atentado de 04--07-1937, incriminado por José Maria Horta, depois de sistemáticos espancamentos e coagido pela PVDE a envolvê-lo na entrega, inexistente, da bomba. Levado, em 28-08-1937, para a Penitenciária, entrou no ciclo de transferências entre cárceres: Aljube (19-01-1939), Caxias (28-07-1939), Peniche (03-04--1940) e, de novo, Aljube (25-01-1941). Acusado de tentativa de assalto, de diligências no fabrico de explosivos e de ser «o autor do plano do atentado contra S. Ex.ª o Presidente do Conselho, cabendo-lhe as maiores responsabilidades na direção dos atos preparatórios», o que não correspondia à verdade, seria condenado, em 25-01-1941, a 10 anos de degredo. Transferido, em 30-01-1941, para Caxias, embarcou, em 27-02-1941, para o Tarrafal, Entregue, em 31-12-1945, ao Ministério da Justiça, foi libertado em 01-01--1950 e regressou em 10-03-1950. O nome não consta, enquanto arguido, da acusação de 29-11-1938, nem dos condenados pelo TME em 14-01-1939.

* * *



**ANTÓNIO LÚCIO BÁRTOLO**

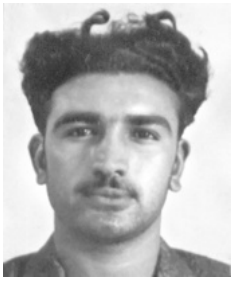
Nasceu em 04-10-1906, em Vila Flor, Bragança. Motorista, foi preso pela PVDE, «para averiguações», em 04-05-1937 e recolheu ao «segredo do Aljube». Transferido para a 1.ª esquadra (11-05-1937), voltou ao Aljube (12-05-1937) e, em 05-06-1937, seguiu para o Tarrafal, sem ter sido julgado e onde foi vítima, por mais de uma vez, da biliosa. Por não ter olfato, assumiu a difícil e nauseabunda tarefa de despejar diariamente no mar os dejetos dos presos, sempre sob escolta de agentes da PVDE. Regressou em 15-07--1940 e ficou encarcerado no Forte de Caxias, a fim de ser julgado. Condenado, em 30-07-1940, na pena de 24 meses de prisão, dada por expiada, saiu em liberdade em 02-08-1940. Voltou a ser detido em 23-11-1942, «para averiguações», e enviado para o Aljube. Libertado em 10-12-1942. Faleceu em 16-09-1963, em Lisboa.



**ANTÓNIO MARREIROS**

Nasceu em 06-01-1910, em Ferrarias, Silves. Grumete de manobra do navio "Bartolomeu Dias", participou, em 08-09-1936, na "Revolta dos Marinheiros". Entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE, pelo crime de «insubordinação», foi enclausurado na «Mitra» e transferido para a Penitenciária dez dias depois. Condenado, em 13-10-1936, a 5 anos de prisão, seguidos de 10 de degredo ou, em alternativa, a 17 anos e meio de degredo, por estar armado e tentar a sublevação do "Afonso de Albuquerque", seguiu, em 17--10-1936, para o Tarrafal, onde integrou a Organização Comunista Prisional, foi castigado com a "brigada brava", trabalhos forçados que se iniciavam às 6 horas da manhã, para terminar às 17 horas, e conheceu a "frigideira", onde penou dezenas de dias. Passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério da Justiça. O embarque de regresso aconteceu em 28--06-1953 e, em 06-07-1953, entrou em Peniche. Quando foi libertado, em 29-08-1953, tinha 43 anos, os pais já haviam falecido e o filho contava 22 anos e meio. Estabeleceu-se no Pinhal Novo, tomando, por trespasse, uma taberna.

* * *



**ANTÓNIO NUNES**

Nasceu em 11-02-1916. Grumete fogueiro no NRP "Bartolomeu Dias", participou na "Revolta dos Marinheiros" e foi entregue, em 08-09-1936, pelas autoridades de Marinha à PVDE, acusado do crime de «insubordinação». Enviado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra da PSP, «Mitra», e transferido, em 18-09--1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa, seria julgado pelo TME em 13-10-1936. Condenado a 4 anos de prisão maior celular, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde foi espancado, integrou a "brigada brava" e seria punido com dezenas de dias de internamento na "frigideira". Passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério da Justiça. O embarque de regresso aconteceu em 13-05-1951 e, em 20-05-1951, entrou em Peniche. Libertado em 06-04-1952, por mandado da Superintendência dos Serviços da Armada.



**ANTÓNIO RODRIGUES DA SILVA**

Nasceu em 07-02-1902, em Lisboa. Carpinteiro, foi preso na capital em 04-11-1936, «para averiguações», acusado de «estar envolvido na preparação do assalto ao cobrador da Alfândega de Lisboa». Levado, incomunicável, para uma esquadra, entrou no ciclo de transferências entre prisões: Aljube (14-12-1936), Peniche (02-04-1937), 1.ª esquadra (26-04-1937), Caxias (14-05-1937) e, do novo, Aljube (01-06-1937). Deportado, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem ter sido julgado, regressou em 01-10-1944, reentrou em Caxias e, em 01-11-1944, seria condenado a 10 anos de degredo. Retomou a passagem pelos diferentes cárceres: Peniche (04-12-1944), Aljube (16-06--1945), Caxias (03-07-1947) e, de novo, Peniche (22-12-1945). Posto à disposição do Ministério da Justiça em 31-12-1945, foi libertado de Peniche em 03-02-1951. Esteve encarcerado mais de 14 anos consecutivos.

* * *



**ANTÓNIO SEBASTIÃO TORRIE**

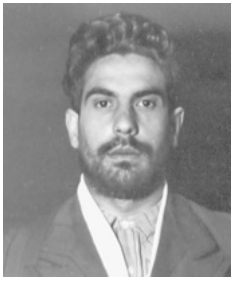
Nasceu em 19-01-1913, na Régua. Enfermeiro, foi preso pela Delegação da PVDE do Porto em 20-05--1940, «para averiguações», no âmbito do assassinato do proprietário e capitalista António da Silva Freitas Gonçalves, ocorrido naquela cidade, na Rua do Bonjardim, 458, sendo acusados pela PVDE, sem provas fundamentadas, três galegos (os irmãos Vásquez Albela) e onze portugueses próximos do PCP. Transferido, em 08-09-1940, para Lisboa, recolheu ao Forte de Caxias. Condenado, em 22-03-1941, na pena de 8 anos de degredo, interpôs recurso e, em sessão de 07-05-1941, o TME alterou aquela para 4 anos de deportação. Embarcou, em 17-06-1941, para o Tarrafal, onde chegou a prestar auxílio de enfermagem aos presos, cooperando com Virgílio de Sousa, o principal enfermeiro entre os deportados. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné", e saiu em liberdade.



**ANTÓNIO TEODORO**

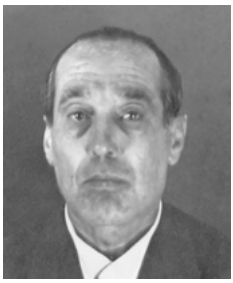
Nasceu em 12-01-1907, em Silves. Corticeiro, interveio nas lutas sindicais enquanto militante comunista e participou na organização local da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Preso e entregue, em 04-03-1934, pela Polícia de Faro à PVDE, acusado de comprar dinamite para o fabrico de bombas, seria condenado, em 14-05-1934, a 10 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Interpôs recurso, a sentença foi confirmada em 30-05-1934 e, em 23-09-1934, foi deportado para Angra do Heroísmo. Seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, de onde regressou em 01-02-1946, por estar abrangido pela amnistia de 18-10-1945. Ligado ao PCP, radicou-se na Margem Sul e, procurado, seria capturado no Montijo e enviado pela Câmara Municipal à PIDE em 10-10-1947. Entrou no Aljube e passou para as Cadeias Civis Centrais de Lisboa para cumprir a medida de segurança imposta. O Tribunal de Execução das Penas, por sentença de 08-07-1949, concedeu-lhe, sob certas condições, a liberdade condicional por 4 anos, sendo libertado de Peniche em 11-07-1949. Regressou a Silves e obteve a liberdade definitiva em 17-07-1953.

* * *



**ANTÓNIO TEODORO DA SILVA SALVADOR**

Nasceu em 07-01-1916, em Castro Marim. Polícia de pesca, residia em Beja, era militante comunista e integrava, quando foi preso em 27-02-1942, a rede de espionagem anglo-portuguesa do «SOE», mais conhecida por "Rede Shell", sendo o "Agente H.531". Entregue pela PSP de Beja à PVDE em 06-03-1942, foi levado, incomunicável, para uma esquadra. Transitou, desde 29-04-1942 até 09-09-1942, entre o Aljube e o Forte de Caxias, sendo transferido, em 10-09-1942, para o Tarrafal, sem qualquer julgamento ou acusação, ficando alojado fora do Campo. Regressou em 27-01-1944 e conduzido para o Hospital Júlio de Matos, reentrou, em 02-02-1944, em Caxias. Julgado pelo TME em 05-04-1942, seria condenado em 20 meses de prisão, dada por expiada, e perda dos direitos políticos por 4 anos. Enviado, em 23-05-1944, para Peniche, saiu em liberdade condicional no dia 29 de maio.



**ANTÓNIO VICENTE DE CARVALHO**

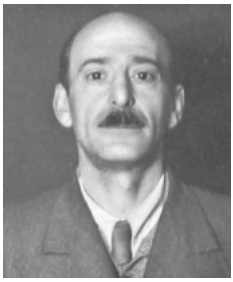
Nasceu em 08-01-1910, em Lisboa. Empregado de escritório, foi preso pela PVDE em 13-04-1936, «para averiguações», e levado para uma esquadra. Transferido, sucessivamente, para o Aljube (28-04-1936), Peniche (24-09-1936) e Caxias (14-10-1936), seguiu, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde foi castigado com dias de internamento na "frigideira". Passou, em 13--12-1938, para Angra do Heroísmo, tornando-se o primeiro preso a sair do Campo a fim de ser julgado, em 17-07-1939, pelo TME. Condenado a 2 anos de prisão, já expiada, regressou ao Continente em 24-08-1939 e saiu em liberdade. Detido novamente pela PVDE em 01-06-1940, foi entregue ao 8.º Juízo Criminal de Lisboa. Preso e enviado pela PSP de Lisboa à PIDE em 03-04-1946, recolheu ao Aljube e, em 15-05-1946, seguiu para Caxias, de onde foi libertado em 20-05-1946. Novamente detido pela PSP de Lisboa e remetido, em 02-03-1957, à PIDE, «para averiguações», recolheu ao Aljube, sendo solto em 06-04-1957. A última detenção deu-se em 30-04-1963, «para averiguações», seguindo para o Depósito de Presos de Caxias. Solto em 21-05-1963.

* * *



**ARIOSTO MESQUITA**

Nasceu em 1911, em Lisboa. Empregado de escritório, terá ingressado no PCP em 1929. Participou, quando prestava serviço militar no Regimento de Metralhadoras N.º 1, na revolta de 26 de agosto de 1931. Detido e levado para o Forte de Elvas, seria libertado devido à amnistia de 05-12-1932. Fugiu, em 1933, para Espanha: viveu em Madrid e Barcelona e estabeleceu contactos com outros exilados. Regressou, clandestinamente, em abril de 1934, foi capturado em 02-12-1934, «por estar envolvido em vários assuntos de caráter revolucionário», e levado, incomunicável, para uma esquadra. Passou, então, pelo Aljube (07-12-1934) e Peniche (20-03-1935), embarcando, em 08-06--1935, para Angra do Heroísmo. A mãe requereu, em 10-08-1936, que fosse despronunciado ou organizado um processo, mas sendo considerado «elemento conspirador de grande atividade e perigoso, pelo que se conserva preso preventivamente», seria enviado, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde padeceu de malária e sofreu dezenas de dias na "frigideira". Regressou em 15-07--1940, por ter sido amnistiado. Libertado, trabalhou na indústria farmacêutica e, em maio de 1969, encontrava-se a viver em Luanda.



**ARMANDO DA CRUZ AZEVEDO**

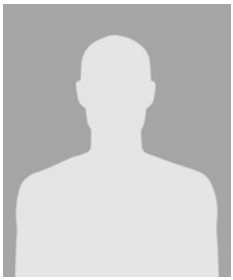
Nasceu em 08-11-1889, em Lisboa. Com residência declarada em Madrid, seria detido na fronteira de Beirã, Marvão, em 18-12-1941 e transferido, de imediato, para a diretoria da PVDE, em Lisboa. Recolheu, incomunicável, a uma esquadra e seguiu, em 07-01--1942 para o Aljube. Embarcou, em 08-01-1942, para o Tarrafal, sem ter sido julgado e onde «escrevia desde manhã até à noite», «enigmático e misterioso», sem integrar nenhum dos diferentes grupos políticos. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e libertado em 04-11-1945, ficou a aguardar viagem para Lisboa. Regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné".

* * *



**ARMANDO DOS SANTOS CALET**

Nasceu em 1908, em Lisboa. Militante do PCP desde a I República, era serralheiro na Fábrica de Material de Guerra, em Braço de Prata, e Secretário Administrativo do Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército. Participou nos preparativos da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, estando envolvido na sabotagem do Cabo Submarino da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, cujas cabines ficavam no Portinho da Costa, entre Porto Brandão e Trafaria: interveio, na noite de 17-01-1934, no corte de fios de duas daquelas cabines, andou fugido e foi capturado em 02-08-1934, após o regresso de Espanha, onde se refugiara. Enviado, em 22-11-1934, para o Aljube e transferido, em 20-03-1935, para Peniche, seguiu, em 08--06-1935, para Angra do Heroísmo. Sem nunca ter sido julgado, foi enviado, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde foi punido com dias de internamento na "frigideira" e integrou a Organização Comunista Prisional. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e libertado em 11-11-1945, regressou, no navio "Guiné", em 01-02-1946.



**ARMANDO MARTINS DE CARVALHO**

Terá nascido em 1914, em Lisboa. Marceneiro, interveio no movimento sindical e, em 1933, integrou a FJCP. Detido em 04-02-1934, permaneceu incomunicável na 21.ª esquadra (Campolide), passou, em 26-02-1934, para a 1.ª esquadra e, em 03-04-1934, seguiu para o Aljube. Condenado, em 19-12-1934, a 15 meses de prisão, foi transferido, em 19-02-1935, para Peniche e libertado, por ordem do TME, em 11-05-1935. Preso novamente em 17-05-1936, no Barreiro, por «propaganda comunista», recolheu, incomunicável, à 15.ª esquadra (Caminho de Ferro) e, em 03-06-1936, foi enviado para os calabouços do Governo Civil, seguindo, em 28-07-1936, para Peniche. Condenado, em 31-10-1936, a 4 anos de prisão, voltou a entrar no ciclo de mudança de cárcere: 1.ª esquadra (30-10-1936), Aljube (18-11-1936), Peniche (20-11-1936) e, de novo, Aljube (01-06-1937). Enviado, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde foi punido com dias de internamento na "frigideira". Emitido mandado de soltura em 08-05-1940, não foi cumprido por ordem do diretor da PVDE, por «haver inconveniente na sua libertação». Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946. Libertado, manteve atividade política.

* * *



**ARMANDO RODRIGUES DOS SANTOS**

«O Rouco». Nasceu em 16-09-1917, na Lapa, Lisboa. Cravador, foi detido pela PIDE, «para averiguações», em 03-04-1947 e enviado para o Forte de Caxias. Transferido, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido condenado, provavelmente por ter participado na paralisação dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, organizada pelo PCP. Ficou, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Tarrafal, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 30-09-1947, ficou a aguardar embarque e regressou a Lisboa no vapor "Guiné". Apresentou-se, em 07-11-1947, na sede da polícia política.



**ARMINDO DO AMARAL GUIMARÃES**

Nasceu em 09-02-1916, em Aveiro. Alistou-se como voluntário na Armada em 1933, teria ligações ao PCP e, em 08-09-1936, aquando da "Revolta dos Marinheiros" organizada pela ORA, era grumete fogueiro no NRP "Bartolomeu Dias". Entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE, acusado do crime de «insubordinação», seguiu para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», e passou, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa. Condenado, em 14-10-1936, a 4 anos de prisão maior celular, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo, interpôs recurso, mas o TME, em sessão de 21-10-1936, confirmou a sentença, quando já estava embarcado, desde 17-10-1936, com destino ao Tarrafal, onde adoeceu com a biliosa. Aí aprendeu a tocar viola. Ficou sob a tutela do Ministério da Justiça em 31-12-1945 e, em 21-01-1949, seria transferido para a Penitenciária. Libertado em 12-07-1951.

* * *



**ARMINDO DOS SANTOS GAMA**

Nasceu em 01-05-1925, em Alcântara, Lisboa. Cravador, foi preso pela PIDE, «para averiguações», em 30-03-1947, e enviado para o Forte de Caxias. Transferido, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido condenado, tendo provavelmente participado na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, organizada pelo PCP. Ficou, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Tarrafal, vigiado por guardas da PIDE. Regressou em 30-09-1947, sendo restituído à liberdade.



**ARMINDO FAUSTO DE FIGUEIREDO OU ARMINDO FAUSTO CARDOSO DE FIGUEIREDO**

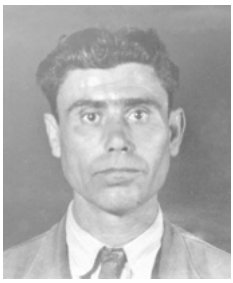
Terá nascido em 1911, no Porto. Empregado do comércio, era militante do PCP. Preso em 09-06-1932, à ordem da SVPS da Polícia Internacional, quando era soldado, por integrar a organização comunista da sua unidade, foi-lhe fixada, em 11-08-1932, «residência obrigatória em Timor ou em Cabo Verde». Condenado, em 15-07-1933, a 2 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, passou, em 22-09-1934, para o Aljube. Seguiu, em 19-12-1934, para Peniche, reingressou, em 20--03-1935, no Aljube e embarcou, em 23-03-1935, para Angra do Heroísmo. Requereu, em julho e agosto, a libertação por haver terminado a pena a que fora condenado, o que foi indeferido pelo ministro do Interior, Henrique Linhares de Lima. Apesar do TME, de 31-07-1936, reunido em Angra, o ter condenado, por acontecimentos reportados a 1932, a 6 meses de prisão, dada por expiada, continuou sem ser solto por decisão da PVDE. Enviado, em 23-10-1936, para o Tarrafal, regressou em 01-10-1944 e entrou em Caxias. Libertado em 09-10-1944, continuou a residir em Lisboa.

* * *



**ARNALDO SIMÕES JANUÁRIO**

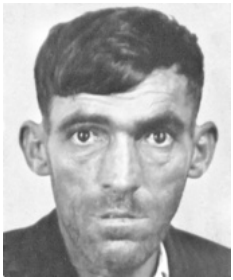
Nasceu em 06-06-1897, em Coimbra, onde era barbeiro e sindicalista. Militante libertário da UAP e colaborador ativo da CGT, escreveu para diversos periódicos. Detido várias vezes, a primeira em 1927, passou pelas cadeias do Governo Civil de Coimbra, do Aljube, da Trafaria e sofreu deportações para Angola, Açores e Cabo Verde, acabando internado, em 22-10-1931, no Campo de Concentração de Oekussi-Ambeno, em Timor. Libertado em 1933, regressou a Coimbra, onde assumiu a organização da greve revolucionária de 18-01-1934. Preso em 26-01-1934, acusado de propaganda subversiva e de transportar bombas de dinamite, seria encarcerado no Aljube, onde foi barbaramente torturado, e no Presídio Militar da Trafaria. Condenado pelo TME a 20 anos de degredo, seguiu, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo, enfrentando vários dias de castigo na "poterna". Transferido, em 23-10-1936, para o Tarrafal, integrou a direção da Organização Libertária do Campo do Tarrafal e faleceu em 27-03-1938, vitimado por uma biliosa anúrica, sem qualquer assistência médica, nem medicamentosa.



**ARTUR DA SILVA CARDOSO**

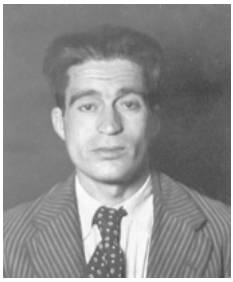
Nasceu em 28-10-1903, em Lisboa. Caldeireiro, foi entregue pela PSP na sede da PIDE em 09-04-1947, «para averiguações». Enviado para o Forte de Caxias, seria transferido, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem qualquer julgamento, provavelmente devido à greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, preparada pelo PCP. Vigiado por guardas da PIDE, permaneceu, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente daqueles que já se encontravam no Campo. Libertado em 20-05-1947, ficou com residência fixada na cidade da Praia e aí se conservou até 10-09-1947, quando embarcou para Lisboa. Apresentou-se, em 18-09-1947, na sede da PIDE e ficou em liberdade condicional. Passou à situação de «liberdade definitiva» em 01-08-1948.

* * *



**ARTUR DA TRINDADE**

Nasceu em 29-11-1896, em Lisboa. Descarregador, foi preso em 10-08-1936, à ordem do TME, levado para a 1.ª esquadra e transferido, em 27-08-1936, para o Aljube. Julgado por aquele tribunal em 24-10-1936, acusado de, no dia 6 de fevereiro, ser portador de uma faca, tendo por agravante o «seu péssimo comportamento constante do processo», seria condenado em 7 anos de degredo para qualquer das colónias, à escolha do Governo. Novamente julgado em 07-11-1936, por ter interposto recurso, viu confirmada a sentença. Transferido, em 07-02-1937, para Peniche, regressou ao Aljube em 01-06-1937. Embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde integrava o grupo dos "presos comuns", o que não impediu de ser punido com dias de internamento na "frigideira". Regressou em 01-10-1944 e, levado para Caxias, saiu em liberdade em 12-12-1944.



**ARTUR ESTEVES**

Nasceu em 21-03 ou 21-04-1904, em Melgaço. Cesteiro, a residir e a trabalhar em Espanha, foi preso no posto fronteiriço do Peso, Melgaço, em 07-09-1936, entregue pelas autoridades espanholas que o detiveram e o expulsaram por estar indocumentado, «ter tomado parte ativa, ao lado dos comunistas, nos recentes acontecimentos revolucionários do País vizinho» e ser filiado no Partido Comunista Espanhol. Levado para a cadeia da Comarca de Melgaço, seria transferido, no dia seguinte, para Valença e, depois, no dia 9, para a Delegação do Porto da PVDE. Enviado, em 15-10-1936, para Caxias, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, sem ter sido julgado. Regressou em 08-02-1940 e saiu em liberdade. Detido, no posto fronteiriço de Valença em 12-10-1942 e entregue pelas autoridades espanholas por emigração clandestina. Levado para a cadeia da Comarca, passou, em 26-10-1942, para a jurisdição do Tribunal de Melgaço.

* * *



**ARTUR GOMES CRESCÊNCIO FERNANDES TEIXEIRA**

«O Alfaiate». Nasceu em 06-03-1901, em Castro Daire. Detido em 1925 e 1926, acusado de bombista e de pertencer à Legião Vermelha. Dirigente da Associação Fraternal da Classe dos Operários Alfaiates de Lisboa e militante do PCP, foi preso em 22-06-1932, «por estar envolvido na organização comunista», habitando as suas sedes clandestinas. Estava para ser deportado para Timor ou Cabo Verde quando foi abrangido pela amnistia de 05-12-1932. Detido em 22-03-1935, «para averiguações», acabou solto três dias depois. Em 10-03-1937, quando já não teria militância ativa, seria preso «sob a acusação de promover agitação e propaganda subversivas». Levado, incomunicável, para uma esquadra, passou, em 21-04-1937, para o Aljube. Condenado, em 15-05-1937, a 2 anos e meio de degredo, ficando à disposição do Governo, por, em 1932, aquando da sua captura, ter uma pistola e 72 balas. Embarcou para o Tarrafal em 05-06-1937, onde foi castigado com a "frigideira" e permaneceu até 25-09-1944. Regressou em 01-10-1944, seguiu para Caxias e, em 13-12-1944, passou para a tutela das Cadeias Civis Centrais de Lisboa.



**ARTUR INÁCIO BASTOS**

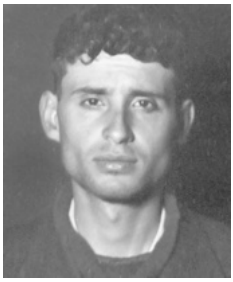
Nasceu em 30-04-1904, em Lisboa. Estofador, integrou, em 08-07-1926, o grupo de 31 indivíduos presos apenas por serem «conhecidos na polícia como agitadores e legionários». Terá emigrado para o Brasil, de onde seria expulso em 1928. Combateu em Espanha, frequentou a Escola de Carabineros de Castellón de la Plana e, em 1939, refugiou-se em França, ficando internado no campo de Gurs. Referenciado como «carabineiro do exército marxista espanhol», foi detido na fronteira, em Beirã, em 21-01-1941, «por estar incurso na Circular Confidencial 742 dos S.S. [Serviços Secretos]». Levado para a 1.ª esquadra, seguiu, em 06-02-1941, para Caxias e, em 20--02-1941, passou para o Governo Militar de Lisboa. Preso em 23-09-1941, entrou na 1.ª esquadra e circulou por Caxias (28-10-1941), Peniche (02-11--1941) e Aljube (27-12-1941). Enviado, em 08-01-1942, para o Tarrafal, sem julgamento ou condenação, regressou em 01-02-1946, abrangido pela amnistia de 18-10-1945. Libertado, seria detido em 31-03-1949, conduzido para Caxias e, em 29-04-1949, entrou no Aljube. Solto em 24-05-1949.

* * *



**ARTUR RODRIGUES PAQUETE**

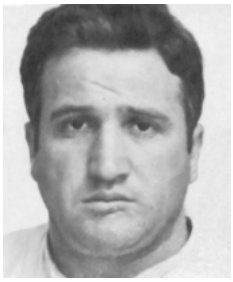
Nasceu em 28-05-1906, em Almancil, Loulé. Emigrou, em 1927, para Espanha e, em 1930, seguiu para França, onde viveu até 1938. Aderiu à CGT e filiou--se, em 1935, no PCF. Trabalhou como mineiro em Saint-Étienne, manteve contactos com a Federação dos Emigrados Portugueses, sediada em Paris e, por intermédio do PCF, entrou, em 31-05-1938, em Espanha, integrando a 14.ª Brigada, 2.º Batalhão, 1.ª Companhia. Participou em combates, pediu a admissão ao PCE e desempenhou as funções de comissário do "Centro de Desmobilização dos Camaradas Portugueses" em Torelló, Barcelona. Em dezembro, deslocou-se, com os portugueses das Brigadas Internacionais, para Puig-Alt de Ter. Atravessou os Pirenéus no início de 1939, esteve nos campos de internamento de Argelès-sur-Mer e de Vernet d'Ariège e seria preso no posto fronteiriço de Beirã em 06-05-1941, quando regressava a Portugal. Passou pelo Aljube (03-06-1941), Caxias (08--07-1941) e Peniche (06-08-1941) e, em 20-06-1942, seguiu para o Tarrafal, sem julgamento. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01--02-1946 e foi solto. Terá voltado para França, onde tinha família.



**AUGUSTO ALVES MACEDO**

Nasceu em 01-07-1914, em Tomar. Estudante, foi enviado pela Polícia de Investigação Criminal à PVDE em 28-07-1937. Recolheu, incomunicável, a uma esquadra, e iniciou o percurso por outros cárceres: Aljube (04-10-1937), Caxias (15-11-1937) e 1.ª esquadra (06-05-1938). Condenado, em 07-05-1938, a oito meses de prisão, pena dada por expiada, reentrou, em 13-05-1938, em Caxias e seria solto em 06-07-1938. Preso de novo em 02-12-1939, entrou no Aljube e, em 08-02-1940, passou para Caxias. Condenado, em 18-05-1940, a 4 anos de prisão e transferido, em 15-06-1940, para o Aljube, constava do seu cadastro que, «apesar de ter sido já condenado no TME por exercer atividade comunista», «não se regenerou, continuando sempre a trabalhar ativamente na propaganda, ligado a elementos de preponderância dentro da organização comunista». Seria, à data da captura, «controleiro do Comité Regional do PCP». Enviado, em 21-06-1940, para o Tarrafal, tentou fugir em maio de 1943, sendo «torturado cruelmente», e totalizou dezenas de dias na "frigideira". Por dissidências com a Organização Prisional Comunista, passou a integrar o grupo dos comunistas afastados. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.

* * *



**AUGUSTO COSTA**

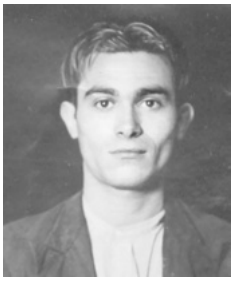
Nasceu em 25-03-1901, em Marrazes, Leiria. A viver na Marinha Grande, era oficial vidreiro na empresa "Santos Barosa", onde era o responsável pela célula do PCP, esteve envolvido na criação do Sindicato Vidreiro e participou na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934: fez parte da brigada que escoltou os soldados da GNR e o respetivo sargento comandante, que se tinham rendido aos revoltosos. Entregue pelo Comando da PSP de Leiria à PVDE em 01-02-1934, seria condenado a 5 anos de desterro e deportado, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo. Requereu, em 30-06-1936, para ser amnistiado, tendo, no entanto, sido transferido para o Tarrafal em 23-10-1936. Faleceu em 22-09-1937, menos de um ano após a sua chegada ao Campo, em resultado das terríveis condições ali encontradas, das torturas, das doenças e da crónica falta de assistência médica e medicamentosa. Tinha 36 anos de idade.



**AUGUSTO DA COSTA VALDEZ**

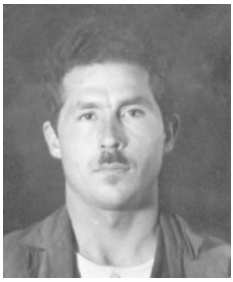
Nasceu em 01-02-1914, em Almada. Empregado de escritório e militante do PCP desde 1934, com responsabilidade em tipografias clandestinas. Detido em 15--05-1935, «por político», percorreu esquadras e os cárceres de Aljube e de Peniche, sendo libertado em 19-10-1935, por haver terminada a pena de 5 meses de prisão imposta pelo TME. Reentrou na clandestinidade, sendo preso em 13-01-1938, «por fazer parte da organização comunista» e ficou incomunicável numa esquadra. Condenado, em 02-04-1938, a 4 anos de prisão, entrou no Aljube em 04-06-1938 e passou, em 22-07--1938, para Peniche, de onde tentou, em 18-11-1938, a fuga num barco. Recapturado, seria espancado, torturado e transferido, em 23-11-1938, para Caxias, de onde se evadiria em 19-03-1939. Detido em 27-05-1939, seguiu para o Aljube e, em 20-06-1939, embarcou para o Tarrafal por ser «um perigoso agitador». Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01--02-1946 e saiu em liberdade. Em 1948, começou a trabalhar no jornal "A Bola". Preso em 01-07-1959, «por atividades subversivas», seria libertado em 14-07-1959. Casapiano, faleceu em 1988.

* * *



**AUGUSTO DA CRUZ**

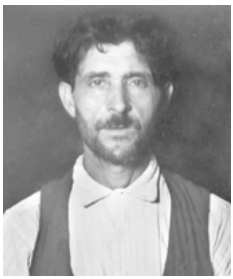
«O Ricardo». Nasceu em agosto de 1919, em Freixianda, Vila Nova de Ourém. Serrador, foi preso em 30--06-1942 e entregue na Delegação do Porto da PVDE pelo tribunal da Comarca de Viseu. Ficou à ordem do TME que o condenou, em 10-07-1942, a 12 anos de degredo. Transferido, em 30-08-1942, para a Diretoria da PVDE, foi enviado para o Forte de Caxias, até embarcar, em 10-09-1942, para o Tarrafal, onde integrava o grupo dos "presos comuns". Adoeceu com febres altas e aprendeu a ler e a escrever com a ajuda dos deportados políticos. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné", saindo em liberdade.



**AUGUSTO DAMAS**

Nasceu em 24-06-1909, em Pereiro, Penafiel. Jornaleiro, deu entrada na Delegação do Porto da PVDE em 29-05-1940, ido de Pinhel, para julgamento no TME, o que só sucedeu em 11-08-1940. Acusado de, no mês de agosto de 1939, «ter feito uso de 2 cartuchos de dinamite», seria condenado na pena de 3 anos de degredo em local a determinar pelo Governo. Transferido, em 10-11-1940, para o Forte de Caxias, embarcou, em 14-11-1940, para o Tarrafal. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.

* * *



**AUGUSTO JOAQUIM RAIMUNDO**

Nasceu em 1889, em Pereiros, Carrazeda de Ansiães. Latoeiro, deu entrada na sede da PVDE em 08-08-1940, ido de Carrazeda de Ansiães, e permaneceu na 1.ª esquadra à ordem do TME. Transferido para Caxias (09-08-1940) e para o Aljube (05-12-1940), seria julgado em 07-12-1940 e condenado a 8 anos de degredo, acusado de, «desde data indeterminada até 15 de setembro de 1940, ter sido detentor de pistola automática de calibre 7,65 m/m». Conforme consta do seu registo prisional, «era detentor e muitas vezes portador da referida arma, com que ameaçava as pessoas pacíficas, tornando-se necessária a intervenção da GNR, por o considerar desordeiro e perigoso.» Como não se tivesse provado «a falta de intenção criminosa e de culpa» e «atendendo a que o réu já sofreu uma condenação a pena maior por crime de homicídio foi condenado na pena acima referida.» Reentrou, em 10-12-1940, em Caxias e, em 27-02-1941, seguiu para o Tarrafal. Libertado em 20-12-1945, por estar abrangido pela amnistia de 18-10-1945, ficou a aguardar embarque e regressou em 01-02-1946.



**BASÍLIO LOPES PEREIRA**

Nasceu em 25-12-1893, na Marmeleira, Mortágua. Advogado, foi preso em 26-04-1930, no Porto, acusado de «agente de ligação entre os elementos revolucionários de Coimbra e Viseu». Deportado, em 08-07--1930, para Angra do Heroísmo, participou, em abril de 1931, na "Revolta das Ilhas". Refugiou-se em Espanha, regressou clandestinamente e envolveu-se na revolta de 26 de agosto de 1931. Detido em 01-11-1932, em Lisboa, seria amnistiado e libertado em 08-12-1932. Detido em 11-03-1933, ficou livre em 20-03-1933. Encontrava-se fugido à polícia em setembro de 1934, tendo sido sentenciado em 08-05-1935, à revelia, a 7 anos de desterro. Capturado em 26-09-1938 e julgado, em 27-06-1939, viu a pena de desterro alterada para 5 anos. Esteve em Peniche e Caxias e, a 23-02-1940, seguiu para o Tarrafal, onde integrou o grupo conotado com os republicanos e chegou a estar numa barraca fora do Campo. Regressou em 10-06-1942 e saiu em liberdade. Preso em 24-11-1949, por dois dias, foi candidato da Oposição pelo círculo de Aveiro em 1953. Faleceu em 25-05-1959, em Lisboa.

* * *



**BENJAMIM INÁCIO GARCIA**

Nasceu em 13-02-1917, em Lisboa. Carpinteiro de moldes do Arsenal da Marinha, seria militante do PCP e foi detido, em 05-09-1935, «por ordem superior». Levado para uma esquadra, passou por Peniche (29--11-1935) e pelo Aljube (24-03-1936) e seria libertado em 10-04-1936, por ter sido absolvido pelo TME. Preso em 08-03-1937, «para averiguações», recolheu ao Aljube, passou por esquadras (06-04-1937, 11-05-1937) e retornou ao Aljube em 02-06-1937. Embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou condenado, e onde adoeceu com a febre biliosa. Regressou em 01-10-1944, muito debilitado pela tuberculose, levado para o Forte de Caxias e julgado, em 01-11-1944, pelo TME. Depois de uma prisão preventiva de 7 anos e 238 dias, seria condenado na pena de 23 meses de prisão, dada por expiada. Libertado em 07-11-1944.



**BENTO ANTÓNIO GONÇALVES**

Nasceu em 02-03-1902, em Fiães do Rio, Montalegre. Torneiro mecânico no Arsenal da Marinha, tornou-se militante do PCP em 20-09-1928 e, em 21-04-1929, era eleito Secretário-Geral. Detido em 29-09-1930 e enviado, em 08-10-1930, para S. Julião da Barra, foi desterrado para Lajes do Pico e, em 15-02-1931, passou para as ilhas do Sal e do Fogo. Regressou em fevereiro de 1933, entrou na clandestinidade e interveio no VII Congresso da Internacional Comunista. Preso em 11-11-1935, após o regresso de Moscovo, entrou, em 20-12-1935, no Aljube e seria transferido, em 08-01-1936, para Angra do Heroísmo. Condenado a 6 anos de desterro, seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde sobressaiu na organização prisional dos comunistas, nos debates ideológicos e nas orientações político-partidárias. Dotado de conhecimentos e capacidades técnicas, cooperou na construção de engenhos úteis ao quotidiano e dirigiu a oficina de serralharia, tendo sido criticado pelo voluntarismo em demonstrar o valor profissional dos deportados. Manuel Firmo nunca o ouviu «pronunciar uma palavra menos correta, mesmo em relação aos próprios carcereiros», nem «exaltar-se». Faleceu em 11-06-1942, aos 40 anos, vítima da biliosa e sem assistência médica.

* * *



**BERNARDINO AUGUSTO XAVIER**

Nasceu em 1903 ou 1904, em Santo André, Estremoz. Serralheiro mecânico das oficinas dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, no Barreiro, integrou, em julho de 1933, um Comité de Ação da CGT. Participou na preparação da greve de 18-01-1934, fez parte do seu comité local e era um dos responsáveis pela aquisição e distribuição de materiais para o fabrico de bombas. Destacado para o Porto, a fim de colmatar, sem sucesso, falhas organizativas, estava no Barreiro aquando da sua eclosão. Julgado, à revelia, em 10-10-1934, foi condenado a 3 anos de desterro. Preso «como revolucionário bombista» e entregue pela Administração do Concelho do Barreiro à PVDE em 02-02-1935, seria transferido, em 11-02-1935, da 1.ª esquadra para o Aljube. Entrou, no dia 22, em Peniche, embarcou, em 08-06-1935, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, havendo, entre alguns presos, desconfianças sobre a sua atuação. Regressou em 17-07-1940, ingressou em Caxias e saiu em liberdade em 16-06-1941.



**BERNARDO CASALEIRO PRATAS**

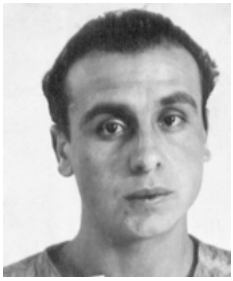
Nasceu em 20-02-1899, em Coimbra. Serralheiro dos Serviços Municipalizados de Coimbra, era sindicalista e militante da União Anarquista Portuguesa. Participou na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, sendo um dos autores do rebentamento, na noite de 17 para 18, de duas bombas nos transformadores de energia da Central Elétrica de Coimbra. Preso em 21-01-1934, foi confiado, em 30-01-1934, à PVDE. Condenado, em 09-02-1934, a 20 anos de degredo, embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde foi castigado com dias de internamento na "frigideira" e seria atingido pela biliosa. Entregue, em 31-12-1945, ao Ministério da Justiça, permaneceu no Campo até quase ao seu encerramento provisório: por fim, trabalhava na padaria da Vila do Tarrafal e regressava para pernoitar. Transferido, em 31-12-1953, para Peniche, entrou, em 16-01-1956, sob prisão, no Sanatório Sousa Martins, na Guarda, devido à tuberculose que contraira em Cabo Verde. Foi-lhe concedida a liberdade condicional pelo prazo de três anos, mediante condições, em 15-11-1956. Retomou a vida familiar em Coimbra e faleceu em 12-08-1989, com 90 anos.

* * *



**BOAVENTURA GONÇALVES**

Nasceu em 05-01-1907, em Silves. Operário da construção civil, participou na revolta de 26 de agosto de 1931, foi preso, nesse mesmo dia, pela PSP e conduzido à Cadeia Nacional. Deportado para Timor, embarcou, em 02-09-1931, no navio "Pedro Gomes". Abrangido pela amnistia de 05-12-1932, desembarcou, em 09-06-1933, no Cais da Rocha do Conde de Óbidos e apresentou-se, em 12-06-1933, na polícia política. Quando estava como empregado de comércio e era responsável por uma tipografia clandestina do PCP, foi detido, em 12-07-1936, pela PVDE. Conduzido para uma esquadra, passou, em 17-08-1936, para a 1.ª esquadra e, em 27-08-1936, para o Aljube, embarcando, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde padeceu da biliosa. Integrou a Organização Comunista Prisional e, na sequência de divergências no seu seio, transitou para o grupo dos comunistas afastados. Regressou em 01-10-1944, seguiu para Caxias e, em 01-11-1944, seria julgado e condenado pelo TME em 24 meses de prisão, quando já levava mais de 8 anos de encarceramento e deportação. Libertado em 08-11-1944.



**CÂNDIDO ALVES BARJA**

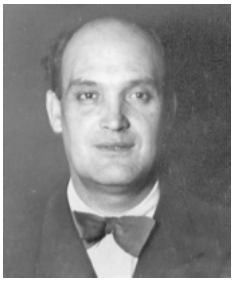
Nasceu em 24-04-1910, em Castro Verde. 1.º artilheiro no navio "Bartolomeu Dias", seria militante do PCP e participou na "Revolta dos Marinheiros" organizada pela ORA em 08-09-1936. Entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE, acusado do crime de «insubordinação», recolheu ao 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», e seria transferido, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa. Condenado, em 13-10-1936, a 5 anos de prisão maior celular, seguidos de 10 de degredo ou, em alternativa, a 17 anos e meio de degredo, embarcou para o Tarrafal em 17-10-1936. Faleceu em 26-09-1937, com 27 anos, devido às graves carências higiénicas, trabalho forçado, maus-tratos e tortura. Num espaço de apenas quatro dias, morreriam no Tarrafal mais cinco presos.

* * *



**CÂNDIDO DA CONCEIÇÃO VIEIRA DA SILVA**

«O Pimenta». Nasceu em 22-05-1905, em Cividade, Braga. Eletricista, terá organizado um Comité Regional do PCP na Guarda. Preso pela Delegação do Porto da PVDE em 19-05-1940, «para averiguações», no âmbito do assassinato do proprietário e capitalista António da Silva Freitas Gonçalves, ocorrido naquela cidade, na Rua do Bonjardim, 458, sendo acusados pela PVDE, sem provas fundamentadas, três galegos (os irmãos Vásquez Albela) e onze portugueses próximos do PCP. Foi transferido, em 08-09-1940, para Lisboa e enviado para o Forte de Caxias. Julgado pelo TME em 22-03-1941 e condenado na pena de 4 anos de prisão correcional, seguiu, em 17-06-1941, para o Tarrafal. Libertado em 24-11-1945, por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, ficou a aguardar embarque para Lisboa. Regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné".

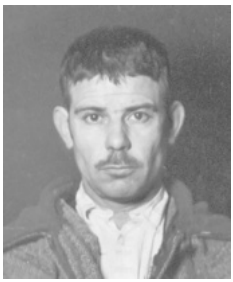


## CÂNDIDO FERNANDES PLÁCIDO DE OLIVEIRA

Nasceu em 24-09-1896, em Fronteira. Casapiano, desportista, treinador, selecionador nacional, jornalista e Inspetor Superior dos Correios de Lisboa, integrou, durante a 2.ª Guerra, sob as referências "Pax", "H.204" e "H.700", a rede de espionagem inglesa "Shell", criada pelo SOE (Special Operations Executive), tendo a seu cargo a montagem de uma rede de radiotelegrafistas e de grupos de resistência em caso de invasão de Portugal pela Alemanha. Preso em 01-03-1942, foi espancado e torturado pela PVDE, enviado para Caxias e, em 20-06-1942, seguiu para o Tarrafal, sem julgamento, onde assegurou a transmissão de informações entre os presos e o exterior, por viver do lado de fora do Campo e não estar obrigado a trabalhos forçados. Regressou em 01-01-1944 e levado para o Hospital Júlio de Matos, passou pelo Aljube e Caxias, até sair em liberdade condicional em 27-05-1944. Durante a deportação, a rede secreta por si organizada manteve-se em funcionamento. Fundou, em 1945, o jornal "A Bola", através do qual ajudou ex-tarrafalistas que o procuravam. Faleceu em 23-06-1958, em Estocolmo.

Cândido de Oliveira, *Tarrafal – Pântano da Morte*, Editorial República, 1974

* * *



## CÂNDIDO FRANCISCO PÓLVORA

Nasceu em 13-12-1899, em Arraiolos. Entregue pela Comarca de Montemor-o-Novo na sede da PVDE em 27-01-1940, para ser julgado pelo TME, foi enviado para a Cadeia do Aljube, passou, em 31-01-1940, para o Forte de Caxias e, em 29-03-1940, entrou na 1.ª esquadra para ser sentenciado no dia seguinte. Acusado de «ser detentor de arma proibida», seria condenado na pena de 8 anos de degredo numa das colónias e reentrou, em 11-08-1940, em Caxias. Embarcou, em 21-06-1940, para o Tarrafal fazendo parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.



**CARLOS DA CONCEIÇÃO GALAN**

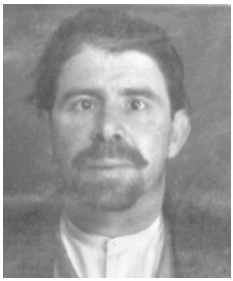
Nasceu em 03-12-1913, em Lisboa. Descarregador, foi preso em 16-10-1936, «por motivo político». Levado, incomunicável, para uma esquadra e posto à disposição da Seção Política e Social da PVDE em 28-10-1936, entrou no circuito de transferência de cárcere: 1.ª esquadra (30-10-1936), Aljube (18-11-1936), Peniche (20-11-1936) e, novamente, Aljube (27-01-1937). Condenado, em 27-01-1937, a 2 anos de prisão e perda dos direitos políticos por 5 anos, reingressou em Peniche (19-02-1937) e no Aljube (01-06-1937). Embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal onde, por ter reclamado da apreensão de produtos que levava consigo, foi enviado, temporariamente, para a prisão da Vila do Tarrafal destinada aos locais, já que ainda estava por construir o "segredo" / "frigideira". Também sofreu espancamentos e seria punido, por várias vezes, com internamento na "frigideira", totalizando uma centena de dias. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi libertado em 06-01-1946 e regressou a Lisboa, no vapor "Guiné", em 01-02-1946.

* * *



**CARLOS FERREIRA**

Nasceu em 1907, em Ventosa, Alenquer. Carpinteiro, foi detido cinco vezes durante a I República (1922, 1923, 1924, 1925), acusado de agitador, bombista, ligações à Legião Vermelha e suspeita de envolvimento no atentado a Carlos Reis, estando, ainda, referenciado como filiado na Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas. Deportado para a Guiné em 29-05-1925, participou na revolta de abril de 1931 e, fracassada aquela, fugiu para Dakar onde, em 27-05-1931, embarcou com destino a Las Palmas. Terá regressado a Lisboa, onde trabalhava como empregado do comércio, sendo detido em 12-05-1933, por conspirar e deter uma pistola. Voltou a ser capturado em 06-10-1933, por se ter «evadido das colónias». Devido aos antecedentes políticos e continuar «a desenvolver a sua atividade revolucionária», sendo considerado «elemento nocivo à ordem pública», seguiu, sem processo, para Angra do Heroísmo em 19-11-1933. Transferido, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde foi castigado com dias de internamento na "frigideira" e construiu os caixões dos que faleciam. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e libertado em 11-11-1945, regressou, em 01-02-1946.



**CARLOS GUEDES LEAL**

Nasceu em 08-07-1893, no Porto. Tipógrafo, pertenceu à Federação Maximalista Portuguesa. Detido em 16-03-1928, por «impressão de manifestos clandestinos», seria libertado no dia seguinte. Preso em 25-01--1932, devido às «ideias avançadas» e ser portador do panfleto "Grito dos Estudantes do Porto", foi solto em 26-03-1932. Capturado dois dias depois, por «provocar tumultos» e «fazer alusões desprestigiosas» para a polícia política, ficou encarcerado até 26-04-1932. Preso em 09-05-1935, inculpado de realizar reuniões em sua casa, saiu em liberdade em 27-06-1935. Detido em 11-10--1936 e solto dois dias depois. Sempre preso pela Delegação do Porto da PVDE, a sexta detenção, em 04-11-1937, aconteceu por possuir armas de guerra e «jornais clandestinos». Condenado, em 06-07-1938, a 8 anos de degredo, foi transferido, em 25-09-1938, para Caxias. Interpôs recurso, mas o TME, de 11-03-1939, confirmou a pena e, em 01-04-1939, seguiu para o Tarrafal, onde Manuel Francisco Rodrigues o recorda como «o poeta vassoureiro mais irónico, mordaz, iracundo e irreverente». Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, saindo em liberdade.

* * *



**CARLOS LUÍS CORREIA MATOSO**

Nasceu em 15-07-1908, em Vila do Bispo. Estudante de Agronomia, aderiu à FJCP e, depois, ao PCP. Detido em 1931. Preso em 24-04-1932, na serra de Monsanto, foi-lhe fixada residência obrigatória em Peniche, para onde seguiu da Penitenciária de Lisboa em agosto de 1932 e de onde terá fugido. Julgado, à revelia, pelo TME em 20-10-1934, foi condenado a 10 anos de degredo. Depois de anos de clandestinidade, seria preso pela PVDE em 11-05-1938, aquando do assalto policial a uma tipografia no Rego. Até 19--06-1939, circulou por esquadras, Aljube, Caxias e Peniche. Julgado pelo TME, em sessão de 10-05-1939, viu a pena de 20-10-1934 ser agravada para 12 anos e, em 20-06-1939, seguiu, para o Tarrafal, onde suportou outras violências, como a "frigideira", e integrou o núcleo dirigente da Organização Comunista Prisional. Libertado em 20-12-1945, regressou «acabrunhado, tristonho, perdida a sua magnífica exuberância antiga». Emigrou, em maio de 1946, para o Brasil, onde reconstruiu a sua vida e formou família. Suicidou-se em 03-03-1959, em Petrópolis.



**CARLOS MARTINS SOVELA**

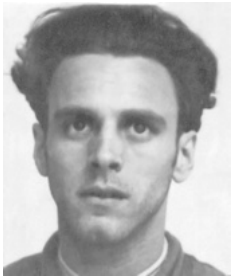
Nasceu em 1918, em Silves. Corticeiro, participou, com apenas 16 anos, na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Integrando o grupo conotado com os anarquistas, percorreu, nesse dia, as fábricas de Silves, «instigando os operários a abandonar o trabalho», o que foi conseguido. Fugiu para a serra e seria julgado, à revelia, pelo TME de 14-04-1934, sendo condenado a 2 anos de prisão. Capturado em finais de agosto de 1934 e entregue, em 29-08-1934, à PVDE, por andar fugido e ter sido sentenciado, foi transferido para a Fortaleza de Peniche em 20-09-1934 e embarcou, em 08--06-1935, para Angra do Heroísmo. Apesar de ter requerido, em 16-12--1935, a sua transferência para o Continente, acabou por ser enviado, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde sobreviveu, em 1937 e 1938, a duas biliosas. Regressou em 15-07-1940 e saiu em liberdade, por ter sido amnistiado. Voltou a Silves e, ainda na década de 1940, radicou-se, tal como outros ex-tarrafalistas, na Margem Sul.

* * *



**CARLOS PEREIRA RIBEIRO**

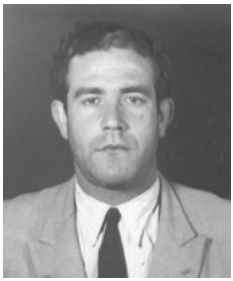
Nasceu em 24-08-1912, em Manaus, Brasil. Serralheiro, sem residência em Portugal, foi preso no posto fronteiriço de Beirã em 29-07-1941 e entregue, no dia seguinte, à PVDE, recolhendo à Cadeia do Aljube. Transferido, em 12-09-1941, para o Forte de Caxias, passou, em 15-11-1941, para o Aljube e, em 17-11--1941, embarcou para o Tarrafal, onde integrou o grupo dos libertários. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e libertado em 11-11-1945, regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné".



**CASIMIRO JÚLIO FERREIRA**

Nasceu em 04-02-1909, em Lisboa. Funileiro, era militante do PCP e foi detido em 07-11-1931, acusado de «andar a afixar manifestos comunistas», nomeadamente «prospetos de propaganda do jornal clandestino "Avante"». Nessa ocasião, a Polícia de Defesa Política e Social considerou-o «um elemento sem categoria no meio comunista», «um estranho a qualquer organização revolucionária» e «um completo ignorante em assuntos comunistas», restituindo-o à liberdade em 26-11-1931, «depois de ser identificado no Posto Antropométrico». Preso em 18 de janeiro de 1934, acusado de tomar parte no movimento revolucionário marcado para esse dia, reunindo em Xabregas com outros elementos e ser portador de «bombas explosivas de que não chegou a utilizar-se». Julgado em 05-02-1934, o TME condenou-o a 10 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde adoeceu com a febre biliosa. Faleceu em 23-09-1941, com 32 anos.

* * *



**CELÍNIO CELINÁ GOMES**

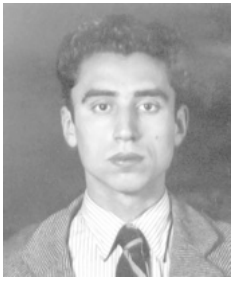
«O Salinas». Nasceu em 04-02-1921, em Lisboa. Ajudante de caldeireiro, foi entregue na sede da PIDE pela PSP de Lisboa, em 28-03-1947, «para averiguações». Ficou na Cadeia do Aljube até ser transferido, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido condenado, tendo provavelmente participado na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, organizada pelo PCP. Ficou, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Tarrafal, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 30-09-1947.



**CESÁRIO RAMOS**

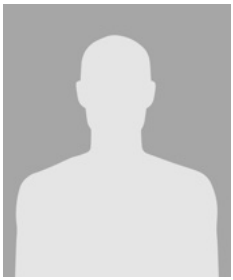
Nasceu em 21-06-1895, em Lisboa. Maquinista, foi entregue pela PSP na sede da PIDE em 09-04-1947, «para averiguações». Enviado para o Forte de Caxias, dois dias depois, em 11-04-1947, seguiu para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou condenado, provavelmente por estar associado à paralisação dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, organizada pelo PCP. Tal como os outros deportados na mesma circunstância, ficou numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Campo, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 20-05--1947, ficou com residência fixa na cidade da Praia e aqui se conservou até 10-09-1947, data em que embarcou para Lisboa. Apresentou-se na diretoria da PIDE em 18-09-1947 e ficou em liberdade condicional. A liberdade definitiva deu-se em 01-08-1948.

* * *



**CIPRIANO NUNES SOARES**

Nasceu em 04-12-1924, em Almada. Serralheiro mecânico, foi preso pela PIDE em 29-03-1947, «para averiguações», enviado para o Forte de Caxias e transferido, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido submetido a julgamento. Provavelmente, terá participado na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, dsencadeada pelo PCP. Vigiado por guardas da PIDE, permaneceu, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente daqueles que já se encontravam no Campo. Libertado em 20-05-1947, ficou com residência fixa na cidade da Praia e aqui se conservou até 10-09-1947, data em que embarcou para Lisboa. Apresentou-se na diretoria da PIDE em 18--09-1947 e ficou em liberdade condicional. A liberdade definitiva deu-se em 01-08-1948.



**CLEMENTINO BENOLIEL DE CARVALHO**

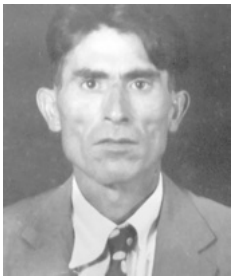
«O Carvalhinho». Nasceu em 01-09-1897, na ilha da Boa Vista. Gerente da firma António Miguel de Carvalho & Cª, de Cabo Verde, foi um dos comerciantes que protestou contra a inépcia da administração colonial portuguesa em assegurar o abastecimento do arquipélago, referindo a hipótese de recurso aos britânicos para garantir os meios para debelar a fome que se abatera sobre as populações. Na Carta-Relatório dirigida ao ministro das Colónias, Francisco José Caeiro, com data de 30-09-1942, por Henrique Galvão, inspetor superior colonial, encarregue de inquirir sobre a situação das fomes de 1942 no Arquipélago e o papel dos comerciantes locais, Clementino Carvalho é integrado no grupo considerado perigoso. Seria enviado para o Tarrafal entre 02-09-1942 e 10-10-1942, ficando fora do Campo e, posteriormente, sujeito a outras medidas de coação, como a de «residência fixa». Faleceu em 05-12-1977, com 80 anos, tendo sido enterrado no Cemitério Judaico de Lisboa.

* * *



**CONSTANTINO DA COSTA**

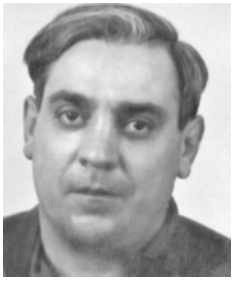
Nasceu em 26-11-1905/06, em Vila Cova, Fafe. Padeiro, a trabalhar em Lisboa, foi detido em 19-05--1931, «por ter distribuído manifestos subversivos» que lhe foram entregues no Sindicato dos Padeiros, sendo libertado em 23-06-1931. Voltou a ser preso, agora pela Delegação do Porto da PVDE, cidade onde residia, em 10-11-1937, «para averiguações», sendo condenado, em 22-08-1938, a 18 meses de prisão: saiu em liberdade condicional em 06-04-1939. Preso pela mesma Delegação em 20-05-1940, no âmbito do assassinato do proprietário e capitalista António da Silva Freitas Gonçalves, ocorrido na Rua do Bonjardim, 458, Porto, sendo acusados pela PVDE, sem provas fundamentadas, três galegos (os irmãos Vásquez Albela) e onze portugueses próximos do PCP. Internado, entre 12 de julho e 9 de agosto, no Hospital de Santo António, seguiu, em 08-09-1940, para Caxias. Condenado pelo TME, em sessão de 22-03-1941, a 15 anos de degredo, embarcou, em 17-06-1941, para o Tarrafal e entregue, em 31-12-1945, à tutela do Ministério da Justiça. Embarcou na cidade da Praia com destino ao Continente em 06-07-1949, por ter sido libertado.



**CUSTÓDIO DA COSTA**

Nasceu em 10-01-1904, na freguesia de Esgueira, Aveiro. Padeiro anarcossindicalista, foi preso em 30--05-1932, por distribuir manifestos de incitamento à greve geral, e solto em 15-06-1932. Em 1933, representou a Federação da Alimentação no Conselho Confederal da CGT e envolveu-se na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Integrou o Comité de Ação e estava encarregado de detonar uma bomba no Miradouro da Senhora do Monte, o que não sucedeu devido à inesperada mobilização policial. Preso em 04-02-1934 e julgado pelo TME em 08-03-1934, seria condenado a 12 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Recorreu da sentença, mas esta foi confirmada por acórdão de 15-03-1934. Embarcou para Angra do Heroísmo em 08-09-1934, seguindo, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde pertenceu à Organização Libertária do Campo do Tarrafal. Entregue, em 31-12-1945, ao Ministério da Justiça, saiu em liberdade condicional em 01-09-1949, mediante condições e, em 10-11-1949, desembarcou em Lisboa. A liberdade definitiva ser-lhe-ia concedida em 24-10-1952. Terá entrado para a Marinha Mercante e interveio, após o 25 de Abril de 1974, no ressurgir do movimento libertário. Faleceu em 22-11-1980.

* * *



**CUSTÓDIO RODRIGUES FERREIRA**

Nasceu em 13-09-1893, em Lisboa. Descarregador, era vigiado desde, pelo menos, junho de 1930, e foi detido em 30-01-1931, «por estar implicado em manejos revolucionários». Evadiu-se da Esquadra da Pampulha em 05-02-1931, permaneceu em Lisboa e seria capturado e entregue pela PSP em 25-06-1932, por andar fugido e ser considerado um «elemento perigosíssimo». Recolheu, incomunicável, a uma esquadra e, em 24-10-1932, por parecer do Diretor da Secção Política e Social e despacho do ministro do Interior, foi-lhe fixada residência obrigatória em Timor. Condenado, em 14-08-1934, a 10 anos de degredo, ficando, depois, à disposição do Governo, embarcou, em 23-09-1934, para Angra do Heroísmo. Seguiu, em 23--10-1936, para o Tarrafal, onde foi punido com dezenas de dias de internamento na "frigideira" e fez parte do grupo dos republicanos. Incluído, por alguns deportados, no grupo dos "rachados", prestando informações à direção do Campo. Libertado, por ordem do ministro da Justiça, em 10-12-1946.



**DAMÁSIO MARTINS PEREIRA**

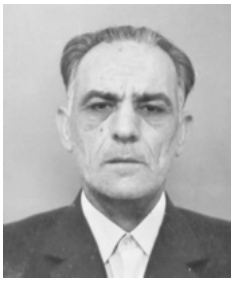
Nasceu em 21-10-1905, em Lisboa, onde trabalhava como servente ou calceteiro. Preso em 26-08-1931 e deportado para Timor em 02-09-1931, regressou em 09-06-1933, por estar abrangido pela amnistia de 05--12-1932. Detido novamente e entregue pela PSP de Lisboa em 23-09-1934, acusado de tentar subornar um soldado servente da 2.ª Companhia do Batalhão de Metralhadora n.º 1, foi libertado em 22-10-1934, com a indicação de que devia ficar «sob as vistas» da PVDE. Preso em 09-04-1937 e enviado, incomunicável, para uma esquadra, seria transferido para a 1.ª esquadra e, depois, para o Aljube. Sem julgamento, embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde trabalhou duramente no regime de trabalhos forçados, mesmo depois de adoecer com paludismo e biliosa. «Franzino, magro, baixo», fez muitos dos passeios que circundavam as casernas e as valetas e, sem assistência médica, nem medicamentosa, que o médico lhe recusava intencionalmente nas frequentes idas à consulta, aconselhando-o a que continuasse a trabalhar, só baixou à enfermaria nos últimos três dias de vida. Faleceu em 11-11-1942, com 37 anos de idade.

* * *



**DANIEL EVARISTO DOS SANTOS**

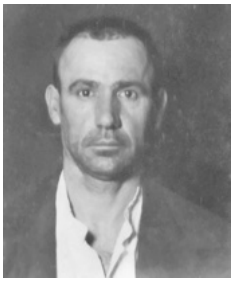
Nasceu em 17-96-1915, em Rio Maior. Trabalhador, foi entregue em 09-02-1939 na PVDE pelo Administrador de Rio Maior e ficou à ordem do TME. Recolheu à 1.ª esquadra, entrou, em 03-03-1939, no Forte de Caxias, e reingressou naquele posto policial em 10--03-1939, a fim de ser julgado no dia seguinte. Condenado na pena de 5 anos de degredo, «numa das colónias à escolha do Governo», embarcou, em 01-04-1939, para o Tarrafal, onde foi punido com dias de internamento na "frigideira" e acabou por se alojar no "porta-aviões", sem que prejudicasse os deportados políticos. Tratar-se-ia de um preso comum, condenado, em 07-10-1939, no Tribunal da Comarca de Rio Maior, por «ter esbofeteado o pai», na pena de um ano de prisão, indemnização ao ofendido e pagamento de emolumentos aos peritos que realizaram os exames médicos e ao defensor oficioso. Regressou em 20-02-1945, saindo em liberdade.



**DEMÉTRIO GARCIA ALVAREZ**

«Pedro». Nasceu na aldeia de Chas (Oimbra), Orense, Espanha, em 16-05-1912. Lavrador, fugido, desde 1937, do Forte de San Cristóbal de Pamplona, onde já estava preso havia dois anos, refugiou-se em Cambedo da Raia, Chaves, onde vivia a irmã. Aderiu, em 1946, à guerrilha galega antifranquista. Envolvido nos acontecimentos de 20-12-1946, quando aquela aldeia ficou cercada pela Guarda Civil Espanhola, GNR, Guarda Fiscal, Exército e PIDE, rendeu-se após a resistência inicial. Torturado em Chaves e entregue, em 22-12-1946, à Delegação do Porto da PIDE, continuou a ser regularmente seviciado. Julgado, em 12-12-1947, pelo TMT daquela cidade, seria condenado a 10 anos de prisão maior celular, seguidos de 12 de degredo ou, em alternativa, a 28 anos de degredo. Dos 63 presos indiciados no processo, foi o que sofreu a pena mais pesada e um dos dois a ser enviado para o Tarrafal, com José Pinheiro Barbosa, para onde embarcou em 11-06-1948 e era apresentado como preso comum. Regressou, posteriormente, à Cadeia Civil do Porto. Libertado em 19-02-1965, exilou-se em França e faleceu em julho de 1990.

* * *



**DINIZ LOPES DA CRUZ OU LUÍS LOPES OU ANTÓNIO LOPES DA SILVA**

«O Afonso Costa». Nasceu em 15-02-1900, na Amora, Seixal. Jornaleiro, foi preso em 05-03-1941, em Sobral da Adiça, por «emigração clandestina e refratário às leis militares», transferido, em 08-03-1941, para a Cadeia de Moura e enviado à GNR em 29-03-1941. Entregue pela PSP de Santarém à PVDE em 21-10-1941, recolheu à 1.ª esquadra e passou, sucessivamente, por Caxias (28-10-1941), Peniche (02-11-1941), Aljube (14-11-1941). Embarcou, em 17-11-1941, para o Tarrafal, fazendo parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviado para o Campo como "preso comum". Libertado em 20-12-1945, abrangido pela amnistia de 18-10-1945, ficou a aguardar embarque para Lisboa. Regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné".



**DOMINGO DOMINGUES QUINTAS**
**OU DOMINGOS RODRIGUES QUINTAS**

Nasceu em 15-10-1914, em Grijó. Estudante e 1.º cabo do Regimento de Artilharia Pesada, vivia em Ferrol, Galiza, e foi entregue, em 28-08-1936, no posto fronteiriço de Valença à Guarda Fiscal e à PVDE. Recolheu à cadeia da Comarca de Valença e, em 05-09-1936, passou para a Delegação da PVDE do Porto e, de seguida, para Caxias. Embarcou em 17-10-1936, com o pai e o irmão, para o Tarrafal, sem julgamento ou processo, onde não integrou nenhum dos grupos políticos, apesar de ter convivido mais com os comunistas. Visto como fazendo parte do grupo dos "Galegos", não aceitou, o «indulto do Natal de 1939», recusando-se a assinar o «termo de responsabilidade» que lhe fora apresentado. Regressou em 15-07-1940, por ter sido amnistiado. Preso novamente pela PVDE em 07-08-1940 e entregue no Quartel-General da 1.ª Região Militar, recolheu à Companhia Disciplinar de Penamacor. Reenviado para o Tarrafal por despacho do subsecretário de Estado da Guerra, Santos Costa, embarcou em 12-06-1943. Regressou em 01-02-1946.

* * *



**DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA**

Nasceu em 22-08-1880, em Vila Praia de Âncora. Negociante, foi preso e entregue pelo Administrador do Concelho de Valongo à Delegação do Porto da PVDE em 19-06-1937. Julgado pelo TME em 29-06-1938 e condenado a 4 anos de degredo, passou, em 20-09-1938, para o Forte de Caxias. Embarcou, em 01-04-1939, para o Tarrafal, fazendo parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviado para o Campo como "preso comum". Regressou em 20-02-1945, saindo em liberdade.



**DOMINGOS DOS SANTOS**

«O Calabrez». Nasceu em 01-05-1915, em Lisboa. Serralheiro do Arsenal do Exército, era procurado desde fevereiro de 1933 por estar identificado como fazendo parte do Comité Regional de Lisboa da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas. Detido em 11-04-1933, acusado de ser responsável por intensa atividade partidária, sindical e estudantil, embarcou, por ordem do Governo, para Angra do Heroísmo em 19-11-1933. Condenado, em 25-08-1934, pela Seção dos Açores do TME, a 300 dias de prisão, já cumpridos, pena atenuada pela circunstância de ser menor de idade, regressou em 09-11-1934. Libertado no dia seguinte, integrou, em 1935, o Secretariado da FJCP e foi um dos dois Delegados ao Congresso da Internacional Comunista Juvenil que se realizou em Moscovo. No ano seguinte, ficou a controlar aquela organização e, em 30-04-1937, tornou a ser preso, passou pelo "segredo" do Aljube e seguiu, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde se tornou no «primeiro caso de loucura que constatávamos no acampamento». Regressou em 15-07-1940 e entrou em Caxias. Solto em 27-09-1940 e «entregue na mesma data ao Pai», quando tinha 25 anos.

* * *



**DOMINGOS MARTINS**

«O Ovelha». Nasceu em 14-06-1910, em Outeiro do Rei, Vale de Cambra. Serralheiro, deu entrada na sede da PVDE em 04-04-1940, enviado pelo TME, ficando na 1.ª esquadra à sua ordem. Transferido, sucessivamente, para Caxias (05-04-1940), 1.ª esquadra (29-06-1940) e Caxias (01-07-1940). Acusado de ter utilizado uma pistola "Browning" de calibre 7.65 e ser detentor de sete cartuchos com bala para a mesma arma, seria julgado pelo TME em 29-06-1940 e condenado a 4 anos de degredo. Recorreu da sentença, a qual viria a ser confirmada por acórdão de 13-07-1940. Embarcou, em 14-09-1940, para o Tarrafal, fazendo parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviados para o Campo por possuírem, apenas, armas proibidas. Segundo Manuel Francisco Rodrigues, «não fala nunca» e era muito prestável em construir pequenos objetos do quotidiano e em «consertar tudo o que esteja partido, fazer novo do velho». Libertado em 08-12-1945, por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou, em 01-02-1946, no vapor "Guiné".



**DOMINGOS TAVARES**

Nasceu em 06-08-1916, em Lisboa. Comerciante, foi preso em 28-10-1937, «para averiguações», e recolheu ao «segredo» do Aljube. Transferido, em 13-11-1937, para o regime de incomunicabilidade, passou, depois, pelos vários cárceres: 1.ª esquadra (14-12-1937), Forte de Caxias (18-12-1937), 1.ª esquadra (31-03-1938), Caxias (19-04-1938) e 1.ª esquadra novamente (25-04-1938). Julgado pelo 2.º Tribunal Militar Territorial em 26-04-1938, seria condenado a 5 anos de degredo. Reentrou no Forte de Caxias (06-05-1938), regressou à 1.ª esquadra (21-05-1938), seguiu, em 23-05-1938, para Angra do Heroísmo e, em 18-04-1939, embarcou para o Tarrafal, onde deu entrada em 18-05-1939 e foi castigado com dias de internamento na "frigideira". Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.

* * *



**EDMUNDO GONÇALVES**

Nasceu em 19-02-1900, em Lisboa. 2.º sargento, foi detido em 13-04-1929, em 20-12-1929 e em 30-04-1930, por estar envolvido em conspirações militares. Libertado em 10-06-1930, «por nada se ter provado», seria encarcerado em 17-07-1930, «por ser considerado indesejável», e entregue ao Ministério da Guerra. Sem ter sido «organizado processo», seguiu para Cabo Verde: amnistiado em 05-12-1932, apresentou-se na Seção de Vigilância Política e Social em 18-01-1933. Detido de novo em 09-06-1935, «acusado de ter aliciado sargentos e assistido a reuniões políticas», foi encerrado, em 25-06-1935, no Aljube, e libertado, por falta de provas, em 15-07-1935. Preso em 06-12-1936, circulou entre a 1.ª esquadra (02-01-1937), Caxias (22-03-1937) e Aljube (17-04-1937). Condenado, em 23-04-1937, a 4 anos de desterro, embarcou para o Tarrafal em 05-06-1937, data em que seria demitido do Exército. Integrou o grupo dos republicanos e permaneceu no Campo sete anos e um dia, sofrendo de uma tuberculose pulmonar e de uma úlcera no estômago. Este «republicano de esquerda» faleceu em 13-06-1944, «mirrado, seco, esquelético e sem qualquer assistência médica ou medicamentosa». Tinha 44 anos de idade.

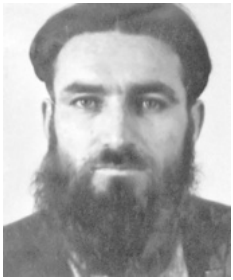


**EDMUNDO PEDRO**

Nasceu em 08-11-1918, em Samouco, Alcochete. Com 13 anos, quando trabalhava no Arsenal da Marinha, aderiu à FJCP. Detido em 17-01-1934, passou pelo Governo Civil, Aljube (25-04-1934) e Peniche (19-12-1934). Solto em 22-01-1935, seria preso pela SPS em 20-02-1936. Recolheu a uma esquadra, conheceu o Aljube (02-04-1936), Peniche (28-04-1936) e Caxias (14-10-1936) e, em 17-10-1936, sem julgamento, embarcou para o Tarrafal. Em maio de 1943, participou numa tentativa de fuga, sendo espancado e castigado com sessenta dias na "frigideira". Rompeu com o PCP, regressou a Lisboa em 28-08-1945, reentrou no Aljube e, em 06-10-1945, foi-lhe aplicada a pena de 22 meses de prisão, «expiada com a preventiva de 9 anos e 229 dias». Liberto em 10-10-1945, participou no "Golpe de Beja". Entregue pela GNR de Tavira à PIDE em 01-01-1962, seria condenado, em 29-07-1964, a 3 anos e 8 meses de prisão. Solto em 30-11-1965, aderiu, em 1973, ao PS. Faleceu em 27-01-2018, com 99 anos.

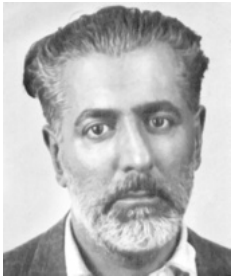
Edmundo Pedro, *Memórias – um combate pela liberdade,* Âncora, 2007.

* * *



**EDUARDO VALENTE NETO**

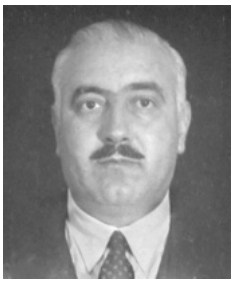
Nasceu em 1898 ou 1899, em Pardilhó, Estarreja. Marítimo (fragateiro), filiado no PCP, seria detido em 24-04-1932, na serra de Monsanto, quando assistia à preparação de bombas a utilizar no 1.º de Maio. Considerado «elemento perigoso e desembaraçado», foi-lhe fixada, em 10-08-1932, residência obrigatória em Cabo Verde ou em Timor, dando entrada na Penitenciária, onde ficou a aguardar a oportunidade de embarque. Acusado de «bombista», o TME de 20-10-1934 condenou-o a 10 anos de degredo. Interpôs recurso, mas o tribunal confirmou a sentença em sessão de 03-11-1934. Transferido, em 19-12-1934, do Aljube para Peniche, regressou àquele cárcere em 20-03-1935 e embarcou, em 23-03-1935, para Angra do Heroísmo. Seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde adoeceu com a febre biliosa e foi um dos obreiros da filtração das águas insalubres a partir das pedras vulcânicas porosas, revelando-se «um camaradão sempre bem-disposto». Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa em 01-02-1946, saindo em liberdade.



**EDUARDO VIEIRA MARQUES**

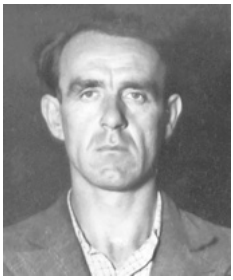
Nasceu em 09-02-1886, em Lisboa. Artista de teatro (ponto), foi detido durante a I República, em 01-10-1921, «por delito político». Preso em 25-08-1936, «sob a acusação de fazer espionagem a favor da Espanha vermelha», mantendo, voluntariamente, ligações com alguns espanhóis a quem terá fornecido informações. Levado, incomunicável para uma esquadra, seguiu, em 22-09-1936, da 29.ª esquadra para o Aljube. Deportado para o Tarrafal, por proposta do subdiretor da PVDE e concordância do seu Diretor, embarcou, em 17-10-1936, no vapor "Loanda". Estava conotado com os presos republicanos, encontrando-se, por vezes, alojado numa barraca fora do Campo. Foi o primeiro deportado a regressar ao continente, onde chegou em 26-04-1938. Libertado neste dia.

* * *



**ÉLIO CORREIA AMORIM**

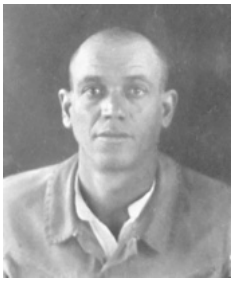
Nasceu em 25-09-1906, em Arrifana, Vila da Feira. Comerciante, foi preso em 03-03-1942 pela Delegação do Porto da PVDE, quando integrava a rede de espionagem anglo-portuguesa do «SOE» (Special Operations Executive, Seção H), mais conhecida por "Rede Shell". Transferido, em 11-03-1942, para Lisboa e encaminhado para Caxias, andou de cárcere em cárcere: Aljube (19-05-1942), Porto (21-05-1942), Aljube (23-05-1942) e Caxias (03-07-1942). Embarcou, em 05-08-1942, para o Tarrafal, ficando alojado fora do Campo. Regressado em 01-01-1944 e levado para o Hospital Júlio de Matos, reentrou, em 07-01-1944, em Caxias e, em 04-05-1944, seguiu para o Aljube, de onde saiu em liberdade condicional em 27-05-1944. Entregue pela PSP na Delegação do Porto da PVDE em 01-08-1945, foi solto três dias depois. Preso pela Subdiretoria da PVDE do Porto em 13-11-1949, seria entregue, em 19-11-1949, nos Tribunais Criminais daquela cidade. Preso pela mesma Subdiretoria em 28-04-1950, por «provocação a um chefe de Brigada» da PIDE e solto em 05-05-1950.



**ERICH WILLY RINDFLEISCH**

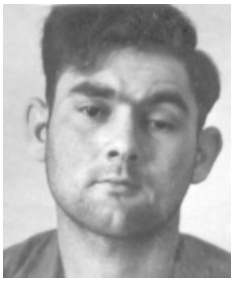
Nasceu em Stettin, Alemanha. Marinheiro, com 34 anos, foi preso pela PVDE em 28-09-1939, «por indocumentado». Levado para a 1.ª esquadra, seria transferido, em 25-11-1939, para o Aljube e, em 12-01-1940, para Caxias. Deportado para o Tarrafal por despacho do ministro Mário Pais de Sousa, datado de 21-05-1940, por no seu registo prisional constar «ter desertado do vapor Las Palmas, de que era tripulante, encontrando-se indocumentado, tendo-se recusado a abandonar Portugal e embarcar para a sua Pátria. É considerado um indivíduo suspeito e indesejável, tendo tido um péssimo comportamento no D. P. de Caxias». Embarcou para o Tarrafal em 21-06-1940 e, provavelmente, é o alemão identificado como «Fred». Instalado no "porta-aviões", barraca onde os "rachados" gozavam de algumas concessões, intentou, em 28-05-1941, uma fuga por mar com Willi Kalleske. Capturado, seria, então, interrogado, selvaticamente espancado a cavalo-marinho e encerrado na "frigideira". Regressou em 27-01-1944 e levado para o Hospital Júlio de Matos, passou, em 02-02-1944, para Caxias. Transferido para Peniche em 09-02-1944, foi libertado nesse mesmo dia. Ficou com residência fixa nesta localidade.

* * *



**ERNESTO DA GRAÇA MARQUES**

Nasceu em 14-04-1911, em Lisboa. Identificado como trabalhador, com residência em Almada, foi detido em 28-10-1937, «para averiguações», e levado, incomunicável, para uma esquadra. Percorreu, seguidamente, os diferentes cárceres: 1.ª esquadra (14-12-1937), Forte de Caxias (28-12-1937), 1.ª esquadra (31-03-1938), Forte de Caxias (19-04-1938) e, novamente, 1.ª esquadra (25-04-1938). Julgado, em 26-04-1938, pelo 2.º Tribunal Militar Territorial, seria condenado a 5 anos de degredo. Retornou, em 06-05-1938, ao Forte de Caxias, passou novamente, em 21-05-1938, pela 1.ª esquadra e, em 23-05-1938, seguiu para Angra de Heroísmo. Transferido, em 18-04-1939, para o Tarrafal, onde entrou um mês depois e seria punido com dias de internamento na "frigideira". Regressou em 20-02-1945, saindo em liberdade.



**ERNESTO JOSÉ RIBEIRO**

Nasceu em 11-03-1911, em Lisboa. Servente de pedreiro e militante do PCP, participou nos preparativos da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, nomeadamente na recolha de bombas explosivas e na realização de um comício relâmpago no Cais da Rocha do Conde de Óbidos, de forma a publicitar o movimento junto dos operários da Administração do Porto de Lisboa. Entregue, em 29-01-1934, pelo Comando da PSP de Lisboa à Secção Política e Social da PVDE, acusado de guardar «em sua casa 15 bombas para serem empregadas no movimento revolucionário de 18/1/934, não chegando a fazer uso delas» e de possuir «arma proibida». Julgado pelo TME em 08-03-1934 e condenado a 14 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, embarcou, em 23-09-1934, para Angra do Heroísmo. Seguiu dois anos depois, em 23-10-1936, para o Tarrafal onde, sem cuidados médicos, viu a saúde deteriorar-se, padecendo de anúria. Ficou anúrico durante três dias e faleceu em 08-12-1941, com 30 anos de idade.

* * *



**EURICO MARTINS PIRES**

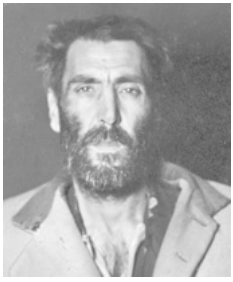
Nasceu em 02-05-1915, em Lisboa. Empregado do comércio, foi preso em 23-02-1938, «para averiguações», recolhendo, incomunicável, a uma esquadra. No espaço de um ano, até ser julgado pelo TME, transitou entre a 1.ª esquadra (05-03-1938, 28-02-1939, 14-03-1939) e Caxias (11-08-1938, 08-03-1939). Julgado em 15-03-1939, seria condenado a 10 anos de desterro, com prisão por um ano no lugar escolhido. Embarcou, em 01-04-1939, para o Tarrafal e, em 31-12-1945, passou para a tutela do Ministério da Justiça. Foi um dos subscritores da exposição dirigida por presos políticos no Tarrafal à Comissão Executiva do Movimento de Unidade Democrática, datada de 09-01-1946, onde se saudava e apoiava as resoluções tomadas na sessão de outubro de 1945. Libertado em 11-09-1948, embarcou, dois dias depois, para Lisboa.



**EURICO PINTO MATEUS**

Nasceu em 24-11-1908, em Lisboa. Estucador. Desenvolveu, no início da década de 1930, intensa atividade sindical, pertenceu à Comissão Intersindical e militou no PCP. Entretanto, abraçou o anarco-sindicalismo, por estar «mais de acordo com os princípios estabelecidos pelo proletariado», e foi delegado dos estucadores ao Conselho Administrativo do Sindicato da Construção Civil. Preso em 21-10-1932, por distribuir manifestos anarquistas, era considerado pela Polícia de Defesa Política e Social como tendo «uma relativa cultura e facilidade em falar e escrever», assegurando, «apesar de bastante novo», «enorme atividade de ideias social-revolucionárias». Julgado pelo TME em 17-06-1933 e absolvido, foi solto. Pertenceu ao Comité de Ação da greve revolucionária de 18-01-1934 e exilou-se em Espanha, onde integrou o Secretariado da Federação dos Anarquistas Portugueses Exilados. Expulso de Espanha, seria detido em 04-03-1937 e levado para o Aljube, onde recolheu à enfermaria. Passou, de seguida, por uma esquadra, reingressou no Aljube e seguiu, em 06-11-1937, para o Tarrafal. Voltou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.

* * *



**FELICÍSSIMO ANTÓNIO FERREIRA**

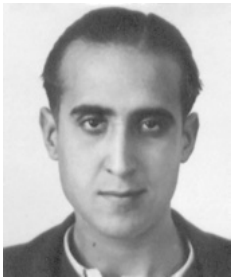
Nasceu em 06-04-1895, em Lisboa. Pintor decorador, a residir e a trabalhar em Espanha, seria preso em 18--08-1936, na fronteira de Valença, por ter sido expulso daquele país «por indesejável». Levado para a cadeia da Comarca de Valença e transferido, no dia seguinte, para a Delegação do Porto da PVDE, seguiu, em 15--10-1936, para Caxias e, em 17-10-1936, embarcou para o Tarrafal. Para tal, terá contribuído haver no seu cadastro nove prisões em Lisboa, «oito por desordem e agressão» e «a restante aquando do movimento revolucionário de 7 de fevereiro, tendo sido deportado para Angola», e não qualquer ação em Espanha, de que não se fez prova nos autos. Testemunhos de tarrafalistas menorizam a consciência política deste "luso-galaico", que «albergava uma alma de criança» e gostava de pintar e de declamar. Regressou em 08-02-1940 e saiu em liberdade. Preso pela PSP de Santarém e entregue à PVDE em 21-02-1941, acusado de fazer «propaganda subversiva», foi solto em 18-03-1941.



**FERNANDO ALCOBIA**

Nasceu em 15-02-1914, em Lisboa. Vendedor de jornais, era militante da Federação das Juventudes Comunistas Portugueses e do PCP. Em 16-06-1935, numa ação política, chegou a ser detido, mas conseguiu fugir por um seu camarada, José Machado Pinto, ter disparado contra o agente da PSP. Refugiou-se em Espanha e preso pela Guarda Civil, por estar indocumentado, foi entregue à Guarda Fiscal de Elvas. Levado para a PVDE em 03-12-1935, por ser cúmplice naquele homicídio, recolheu a uma esquadra. Transferido, em 27-12-1935, para Peniche, iniciou o circuito entre cárceres: 1.ª esquadra (04-02-1936), Peniche (18-03-1936), Aljube (06-05-1936), outra esquadra (23-07-1936), 1.ª esquadra (14-08-1936) e Cadeia do Aljube (27-08-1936), de onde procurou evadir-se através da «abertura de um buraco na parede da casa de banho da sala n.º 3». Transferido para a 1.ª esquadra (27-08-1936), regressou, em 08-09-1936, ao Aljube e, em 17-10-1936, sem julgamento, embarcou para o Tarrafal, onde suportou a "frigideira", o trabalho forçado na "brigada brava" e constantes maus-tratos. Atravessou períodos de grande sofrimento, sem qualquer assistência médica, até 15-12-1939, quando adoeceu com uma biliosa. Faleceu em 19-12-1939, com 25 anos.

* * *



**FERNANDO CARVALHO DA CRUZ**

Nasceu em Monte Pedral, Lisboa. Estudante, foi detido com 21 anos, por estar filiado na Federação das Juventudes Comunistas Portugueses. Levado para a 1.ª esquadra, entrou, em 14-11-1934, no Aljube e, em 20-03-1935, seria julgado pelo TME e condenado a 4 anos de prisão. Transferido, em 05-04-1935, para Peniche, embarcou, em 08-06-1935, para Angra do Heroísmo e, a 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal. Embora tenha terminado o cumprimento da pena em 05-09-1938, continuou em prisão preventiva. Incluído no indulto de Natal de 1939, recusou-se a assinar o termo de responsabilidade que lhe foi apresentado e continuou encarcerado: «Por informação do Diretor da C. P. é considerado como elemento extremista sem a menor tendência de regeneração». Amnistiado, regressou em 15-07-1940 e saiu em liberdade. Ficou a residir em Lisboa fixando-se posteriormente em Moçambique, onde casou com a cabo-verdiana Alda Benedita Duque Levy. Faleceu em 1974.



**FERNANDO MACEDO DE SOUSA**

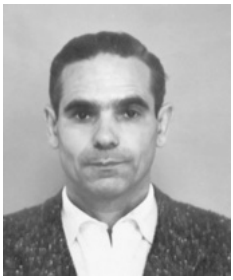
Nasceu em 22-02-1912, em Lisboa. Empregado de escritório, pertencia à FJCP desde 1931 e foi detido em 09-07-1933, quando participava numa reunião da sua Comissão Central. Condenado, em 22-01-1934, a 18 meses de prisão, seria transferido, em 09-02-1934, do Aljube para Peniche, internado, em 16-06-1934, no Hospital de S. José, levado, em 20-06-1934, para a 1.ª esquadra e, em 17-08-1934, regressou a Peniche, de onde saiu em 29-12--1934, por ter terminado a pena. Retomou a atividade partidária e trabalhou em tipografias clandestinas associadas ao Socorro Vermelho Internacional e à Comissão Intersindical. Procurado desde julho de 1936, foi capturado em 02-07-1937, recolheu, incomunicável, a uma esquadra e passou, em 12--05-1937, para a Cadeia do Aljube. Sem ter sido julgado, embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde se afastou das orientações do PCP e integrou o grupo dos comunistas afastados. Libertado em 24-11-1945, por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946.

* * *



**FERNANDO QUIRINO**

Nasceu em Lisboa, provavelmente em 1911. Serralheiro mecânico no Arsenal da Marinha, militou na Federação das Juventudes Comunistas Portugueses, a que aderiu em 1929, e no PCP. Em representação daquela, partiu, em agosto de 1931, para Moscovo, onde frequentou a Escola Leninista e permaneceu dezassete meses: executou tarefas, redigiu relatórios, assistiu a reuniões da Internacional Comunista e relacionou-se com outros representantes do PCP. Regressou em novembro de 1932 e, procurado, foi capturado em 09-07-1933. Transferido, em 19-11-1933, do Aljube para Peniche, embarcou, por ordem do Governo, para Angra do Heroísmo. Condenado nos Açores, em 20-08-1934, a 690 dias de prisão, seria mandado restituir à liberdade pelo TME em 25-07-1935, por ter terminado a pena: continuou encarcerado à disposição da PVDE, por «se tratar de um elemento bastante perigoso», decisão confirmada pelo ministro do Interior. Deportado, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde adoeceu, por mais de uma vez, com a febre biliosa, conheceu a "frigideira" e integrou o grupo dos comunistas afastados. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e libertado em 12-01-1946, regressou em 01-02-1946.



**FERNANDO VICENTE**

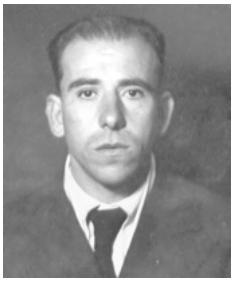
Nasceu em 24-04-1914, no lugar de Paul, Torres Vedras. 2.º artilheiro da Armada, foi um dos reorganizadores da ORA no início de 1936, pertenceu ao seu Secretariado e participou na sublevação de 08-09-1936, estando indiciado como um dos sete praças e marinheiros que a dirigiram. Preso pela GNR em Cacilhas, levado para o Forte de Almada e entregue pelo Comando Geral da Armada à PVDE em 11-09-1936, ingressou numa esquadra e, em 18-09-1936, entrou na Penitenciária. Condenado, em 13-10-1936, a 6 anos de prisão, seguidos de 10 de degredo ou, em alternativa, a 20 de degredo, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde conheceu a "frigideira". Regressou em 28-06-1953, com uma mala carregada de livros, e seguiu, em 06-07-1953, para Peniche. Libertado em 24-12-1953, retomou a militância no PCP. Já muito doente, seria preso em 18-09-1963 e submetido às torturas do sono e da estátua. Transferido, em 20-02-1964, do Aljube para Caxias, foi solto em 14-03-1964. Faleceu em 22-01-1965.

* * *



**FILIPE JOSÉ DA COSTA**

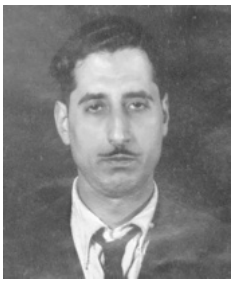
Nasceu em 19-12-1896, em Lisboa. Pintor, pertenceu às Juventudes Sindicalistas. Detido em 28-03-1928, foi deportado para a Guiné em 04-05-1928, de onde se evadiu. Capturado em 08-07-1928, passou, em 21-08-1928, para Moçambique. Transferido para Cabo Verde, foi-lhe fixada residência em Timor, escapando-se na viagem. Preso em 18-02-1932, evadiu-se, em 04-04-1932, do Aljube, sendo acusado da morte do guarda António Lopes e condenado a 28 anos de prisão. Enquanto anarquista, envolveu-se, em Almada, na greve revolucionária de 18-01-1934. Regressado de Espanha e capturado em 31-07-1934, seria, em 30-10-1934, absolvido do crime de assassinato. Recolheu ao Limoeiro e voltou, em 29-03-1935, a estar dependente da PVDE. Condenado, em 15-05-1935, a 5 anos de desterro, interpôs recurso e a pena passou, em 25-05-1935, para 4 anos. Embarcou, em 08-06-1935, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde conheceu a "frigideira" e foi alvo de constantes perseguições. Deveria ter sido solto em 15-10-1940, mas ficou em prisão preventiva. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e solto em 30-12-1945, regressou em 01-02-1946. Detido em 28-03-1947, recolheu ao Aljube e saiu em 14-05-1947.



**FIRMINO LOPES DE MATOS**

Nasceu em 13-02-1908, em Lisboa. Caldeireiro, foi preso no posto fronteiriço de Beirã, em 14-11-1940, levado para a 1.ª esquadra e, em 20-11-1940, seguiu para o Aljube. Transferido, em 27-12-1940, para o Reduto Norte do Depósito de Presos de Caxias, embarcou, em 17-06-1941, para o Tarrafal, sem ter sido julgado. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade neste dia.

* * *



**FLORINDO DA SILVA SANTOS JÚNIOR**

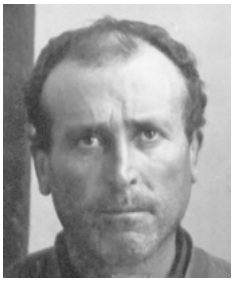
Nasceu em 28-04-1910, em Lisboa. Serralheiro, preso pela PIDE, «para averiguações», em 10-04-1947 e enviado para a Cadeia do Aljube. Embarcou, em 11-04--1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou incriminado, tendo, presumivelmente, participado na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, dinamizada pelo PCP. Tal como os outros presos na mesma circunstância, ficou em instalações diferentes dos que que já se encontravam no Campo. Libertado em 30-09--1947, ficou a aguardar embarque e regressou, em 07-11-1947, no vapor "Guiné". Apresentou-se, então, na sede da PIDE e saiu em liberdade.



**FRANCISCO ANTÓNIO RATO**

Nasceu em 10-08-1890, em Beja. Sapateiro, foi preso pela PSP de Beja e entregue à PVDE em 23-11-1935, enquanto «comunista». Levado para uma esquadra, passou pelo Aljube (04-02-1936), 25.ª esquadra (11--02-1936), Aljube (22-02-1936), Peniche (28-04-1936) e 1.ª esquadra (14-07-1936). Condenado, em 15-07--1936, a 20 meses de prisão, regressou, em 17-04--1936, a Peniche e retomou o circuito entre presídios: 1.ª esquadra (27-10--1936), Aljube (18-11-1936) e Peniche (20-11-1936), de onde saiu em 21--11-1937. Entregue pela PSP de Beja à PVDE em 15-03-1942, quando integrava o Comité Regional de Beja do PCP e a rede de espionagem anglo--portuguesa do "SOE" – "Rede Shell". Entrou no Aljube, seguiu para Caxias (18-06-1942) e, em 20-06-1942, embarcou para o Tarrafal, sem julgamento, ficando alojado fora do Campo. Regressou em 27-01-1944, entrou no Hospital Júlio de Matos e, em 02-02-1944, ingressou em Caxias. Condenado, em 05-04-1944, a 3 anos de prisão, seguiu, em 27-04-1944, para Peniche, de onde foi solto em 06-10-1945. A PSP de Beja voltou a entregá--lo à PIDE em 04-04-1947, sendo libertado em 21-10-1947.

* * *



**FRANCISCO ANTÓNIO RODRIGUES BARBAS**

Nasceu em 28-07-1893, em S. Vicente. Vendedor ambulante, foi entregue pela PSP de Évora à PVDE em 17-08-1938 e recolheu à 1.ª esquadra. Iniciou, então, o périplo por vários cárceres: Caxias (29-09-1938), Peniche (22-10-1938), Aljube (09-12-1938), enfermaria do Aljube (13-12-1938 a 27-01-1939) e Caxias (25--02-1939). Julgado pelo TME em 12-04-1939 e condenado a 4 anos de prisão, passou pela 1.ª esquadra (12-04-1939) e Caxias (15-04-1939), onde regressou, acusado de mau comportamento no Aljube, fazer propaganda contra o Estado Novo e agredir com brutalidade outro preso. Embarcou para o Tarrafal em 23-02-1940, onde manteve uma postura violenta para com alguns presos, chegando à agressão, e cumpriu dias de internamento na "frigideira". Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.



**FRANCISCO AUGUSTO**

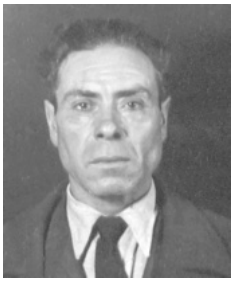
«O Martins», «O Bigodinho». Nasceu em 25-04-1910, em Covas, Vila Nova de Cerveira. Carpinteiro, foi entregue pela PSP na PIDE, «para averiguações», em 09-04-1947. Levado para Caxias, embarcou, em 11--04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou incriminado, provavelmente por estar envolvido na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, organizada pelo PCP. Ficou, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Tarrafal, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 20-05-1947, ficou na cidade da Praia a aguardar embarque para Lisboa, o que aconteceu em 10-09-1947. Apresentou-se, em 18-09-1947, na sede da PIDE, ficou em liberdade condicional e obteve a liberdade definitiva em 01-08-1948. Preso novamente pela PIDE em 24-01-1951, «para averiguações», foi enviado para a Cadeia do Aljube. Libertado em 03-01-1951.

* * *



**FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA CARVALHO**

Nasceu em 19-01-1920, em Monte Pedral, Lisboa. Servente, foi entregue pela PSP de Lisboa na PIDE, «para averiguações», em 09-04-1947. Enviado para Caxias, embarcou para o Tarrafal dois dias depois, em 11-04-1947, sem qualquer condenação. Terá participado na greve desencadeada nas construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa preparada pelo PCP. Vigiado por guardas da PIDE, permaneceu, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferenciada daqueles que já se encontravam no Campo. Libertado em 30-09-1947, ficou a aguardar embarque e regressou no vapor "Guiné", apresentando-se, em 07-11-1947, na sede da PIDE.



**FRANCISCO BATISTA**

Nasceu em 25-10-1896, em São Martinho de Candoso, Guimarães. Cordoeiro, a residir em Lisboa, foi preso em 20-04-1937, «por extremista». Recolheu, incomunicável, a uma esquadra, passou, em 02-05-1937, para a 1.ª esquadra, e seguiu, em 02-06-1937, para o Aljube, a fim de embarcar, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem julgamento. Regressou em 15-07-1940 e entrou no Forte de Caxias. Julgado em 30-07-1940 e condenado a 24 meses de prisão, pena dada por expiada, saiu em liberdade em 02-08-1940. Preso novamente em 30-10-1944, quando era guarda da noite, «para averiguações». Levado, incomunicável, para uma esquadra, entrou no Aljube em 05-01-1945 e, em 26-04-1945, passou para Caxias, sendo libertado em 04-10-1945. Referenciado como empregado industrial, tornou a ser detido em 05-03-1947, «para averiguações», e encaminhado para Caxias. Entregue, em 16-05-1947, aos Tribunais Criminais de Lisboa (Tribunal Plenário) e julgado em 07-03-1949, pelo 4.º Juízo Correcional de Lisboa, seria absolvido.

* * *



**FRANCISCO BATISTA DA SILVA**

Nasceu em 17-12-1901, em Portalegre. Gerente da *Shell* em Viseu, foi preso nesta cidade, em 21-01-1942, quando integrava a rede de espionagem anglo-portuguesa do «SOE» (Special Operations Executive, Seção H), mais conhecida por "Rede Shell", onde era o "Agente H.327". Levado para a sede da PVDE, onde deu entrada no dia seguinte, ficou «a aguardar destino». Entrou, nesse mesmo dia, no Aljube e, depois, foi sendo sucessivamente deslocado: Caxias (27-02-1942), Aljube (10-03-1942) e, de novo, Caxias (03-07-1942). Embarcou, em 05-08-1942, para o Tarrafal, sem ter sido julgado, ficando instalado fora do Campo. Regressou em 01-01-1944, entrou no Hospital Júlio de Matos e, uma semana depois, voltou às constantes transferências de cárcere: Caxias (07-01-1944), Aljube (13-01-1944), Caxias (02-02-1944) e Peniche (23-05-1944). Foi solto em 29-05-1944, na situação de liberdade condicional.



**FRANCISCO DO NASCIMENTO ESTEVES**

Nasceu em 19-02-1914, em Lisboa. Operário torneiro de metais, era militante do PCP e seria detido em 27--06-1934, quando participava numa reunião. Transferido, em 17-08-1934, para Peniche, aí permaneceu até 18-01-1935, quando deu entrada no Aljube. Julgado pelo TME no dia seguinte e condenado a seiscentos dias de prisão, regressou a Peniche, sendo solto em 22-02-1936, por «haver terminado a pena imposta pelo Tribunal». Alistado, em março de 1936, como soldado recruta no Batalhão de Aerosteiros, foi «mandado apresentar em Peniche, onde ficou detido», tendo a Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra solicitado à PVDE informações sobre si. Preso, em 02-05-1937, pela Secção Política e Social da PVDE, «para averiguações», recolheu, incomunicável, a uma esquadra, transitou, em 11-05--1937, para a 1.ª esquadra e, no dia seguinte, entrou no Aljube. Sem ter sido julgado ou condenado, embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde adoeceu com a biliosa. Faleceu, vítima do paludismo, da inexistência de assistência médica e farmacêutica e das condições prisionais, em 21-01--1938, com 23 anos de idade.

* * *



**FRANCISCO DO NASCIMENTO GOMES**

Nasceu em 28-08-1909, em Vila Nova de Foz Côa. Condutor da Companhia Carris do Porto e militante do PCP, foi detido pela Delegação do Porto da PVDE em 31-07-1936 e solto em 12-10-1936. Preso novamente pela mesma Delegação em 11-10-1937, quando era membro do Comité Regional do Porto do PCP, seria condenado, em 08-08-1938, a 6 anos de degredo e transferido, em 26-09-1938, para Caxias. Interpôs recurso e o TME, em sessão de 15-03-1939, alterou o tempo de degredo para 3 anos. Embarcou, em 01-04-1939, para o Tarrafal, onde integrou a OCPT, foi punido com dezenas de dias de internamento na "frigideira" e barbaramente espancado após uma tentativa de fuga, em maio de 1943. Mesmo antes de morrer, sofreu dois meses ininterruptos de castigo na "frigideira", a pão-e-água em dias alternados. Faleceu em 15-11-1943, com 34 anos de idade, vítima do paludismo que o levaria à biliosa, agravados pelos maus-tratos e ausência de assistência médica e medicamentosa. Já tinha cumprido o tempo de prisão e de deportação a que fora condenado.



**FRANCISCO DOMINGUES QUINTAS**

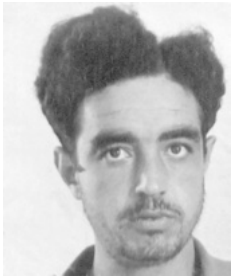
Nasceu em 30-04-1890, em Grijó. Industrial talhante, de orientação socialista e simpatizante libertário, vivia e trabalhava em Ferrol, juntamente com os filhos Domingos e Patrício. Entregue, em 28-08-1936, no posto fronteiriço de Valença, à Guarda Fiscal e à PVDE, foi identificado como tendo tomado «parte ativa no movimento revolucionário comunista». Levado para a cadeia da Comarca de Valença, seria transferido, em 05-09--1936, para a Delegação da PVDE no Porto e, de seguida, para Caxias. Sem qualquer julgamento ou condenação, embarcou em 17-10-1936, com os filhos, para o Tarrafal, onde se identificou com o "grupo dos galegos" – portugueses que viviam e trabalhavam na Galiza – expulsos de Espanha. Embora nunca tivesse sido magarefe, foi ele quem matou, de forma muito rude, os primeiros animais abatidos pelos deportados. Faleceu em 22-09-1937, com 47 anos de idade, vítima de febre palustre e sem qualquer tratamento médico e medicamentoso. Não chegou a completar um ano de Tarrafal, integrando o grupo dos seis deportados que morreram entre 20 e 24-09-1937.

* * *



**FRANCISCO GÓMEZ MORENO**

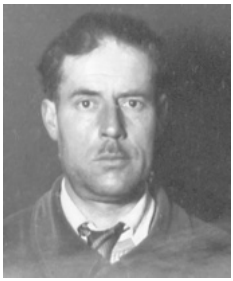
«O Serrenho». Nasceu em 12-10-1910 (ou 02-10--1909), em El Almendro, Huelva. Comerciante, foi entregue pela Guarda Fiscal no Posto de Vila Real de Santo António em 04-05-1940, por estar indocumentado, enviado para a cadeia da Comarca daquela Vila e expulso em 15-05-1940, ficando proibido de entrar no país. Preso pela PIDE em 24-03-1948 e levado para a Cadeia do Aljube, onde passou três períodos de internamento na sua enfermaria (27-07-1948 a 03-08-1948, 16-11-1948 a 15-12-1948 e 7-02-1949 a 11-03-1949). Condenado no 1.º TMT de Lisboa, em 23-05-1949, a 6 anos de prisão maior celular, seguidos de degredo por 10 ou, em alternativa, na pena fixa de 20 anos de deportação, interpôs recurso, mas o Supremo Tribunal Militar confirmou a sentença em 03-06-1949. Entregue, em 15-09--1949, às Cadeias Civis Centrais de Lisboa, deu entrada no Tarrafal em 27--09-1949, provavelmente por ser ativista antifranquista. Em 22-05-1960, seria entregue na PIDE pela Penitenciária de Lisboa, enviado para Caxias e solto em 24-05-1960. Abandonou o país nesta data, ficando interdito de regressar.



**FRANCISCO JOSÉ PEREIRA**

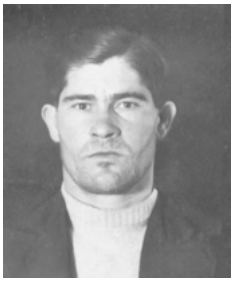
Nasceu em 08-06-1909, em Lisboa. 1.º artilheiro do navio "Bartolomeu Dias" e militante comunista da ORA, participou, em 08-09-1936, na "Revolta dos Marinheiros". Acusado do crime de «insubordinação», foi entregue, nesse mesmo dia, pelas autoridades de Marinha à PVDE, levado para o 3.º Posto da 14.ª Esquadra, «Mitra», na zona oriental de Lisboa, e transferido, em 18-09-1936, para a Penitenciária de Lisboa. Condenado, em 13-10-1936, a 5 anos de prisão maior celular, seguidos de 10 de degredo ou, em alternativa, a 17 anos e meio de degredo, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal. Faleceu em 20-09-1937, vítima de "febre biliosa" e sem qualquer prestação de cuidados médicos ou medicamentosos, tornando-se no primeiro deportado a morrer. Mais cinco tarrafalistas seriam vítimas do mesmo mal entre 20 e 24 de setembro de 1937.

* * *



**FRANCISCO MANUEL FERREIRA**

Nasceu em 12-03-1904, em Évora. Pedreiro, seria preso em Vilar Formoso, em 04-03-1942, levado para a sede de PVDE e enviado, em 06-03-1942, para o Aljube. Transferido, em 04-05-1942, para Peniche, retornou, em 08-09-1942, ao Aljube, a fim de embarcar, em 10-09-1942, para o Tarrafal, sem ter sido julgado e onde era conhecido como «o cortador de Évora». Terá lutado em Espanha do lado republicano e, em 1945, teve de passar para o Pavilhão C4, «um lugar reservado para receber os prisioneiros que enlouqueciam», devido ao seu estado de saúde emocional. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné", e saiu em liberdade.



**FRANCISCO MARIA DIAS**

«O Russo». Nasceu em 20-09-1909, em Freineda, Almeida. Jornaleiro, com residência em Freineda, foi entregue, em 16-07-1941, no Posto de Vilar Formoso pelo Julgado Municipal de Almeida e transferido, no dia seguinte, para a Delegação do Porto da PVDE, onde ficou à disposição do TME. Condenado, em 12-08-1941, a 6 anos de degredo, passou, em 31-08-1941, para o Forte de Caxias e, em 04-09-1941, embarcou para o Tarrafal. Durante a viagem, evadiu-se do vapor "Guiné" no porto de São Vicente, juntamente com António Amorim Luzio, tendo sido, posteriormente, recapturado e encaminhado para o Campo num vapor que fazia as carreiras das ilhas. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e libertado em 08-11-1945, regressou em 01-02-1946.

* * *



**FRANCISCO MIGUEL DUARTE**

«Chico Sapateiro». Nasceu em 18-12-1907, em Baleizão, Beja. Aprendiz de sapateiro em Serpa, participou no associativismo local e, em 1931, refugiou-se em Espanha. Regressou em 1932, aderiu ao PCP e, em 1935, partiu para Moscovo, onde frequentou a Escola Leninista. Voltou em 1937, entrou na clandestinidade e integrou o Secretariado e o Comité Central. Franzino, discreto e pouco expansivo, foi dos presos políticos que mais tempo esteve encarcerado, totalizando 21 anos. Detido cinco vezes (10-10-1938, 01-12-1939, 25-06-1947, 03-11-1950 e 23-07-1960), passou por esquadras, entrou e reentrou no Aljube, em Caxias e Peniche. Deportado, por duas vezes, para o Tarrafal (21-06-1940 a 01-02-1946 e 17-01-1951 a 26-01-1954): a primeira, por ser considerado «um elemento com graves responsabilidades dentro da organização comunista»; na segunda, permaneceu até ao encerramento do Campo em 1954, sendo o último preso a abandoná-lo. Cumpriu medidas de segurança, sofreu castigos em celas disciplinares e foi violentamente torturado, nunca prestando declarações na polícia. Evadiu-se quatro vezes (Caxias, 1939 e 1961; Peniche, 1950 e 1960) e, no início dos anos setenta, esteve ligado à ARA. Faleceu em 21-05-1988, no Seixal, com 81 anos.

Francisco Miguel – *Das prisões à liberdade*, Org. Fernando Correia, Edições Avante!, 1986.



**FRANCISCO SILVÉRIO MATEUS**

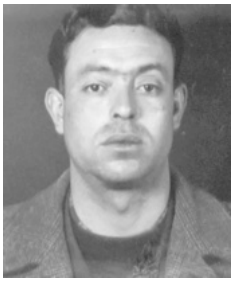
Nasceu em 27-01-1903, em Vila Franca de Xira. Pedreiro, aderiu ao PCP na década de 1930 e interveio nos preparativos da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, cabendo-lhe atuar junto das fábricas de Benfica e inutilizar a rede elétrica. No dia 18, participou no lançamento de duas bombas contra a locomotiva do comboio que, à meia-noite, costumava passar pela Estação de Benfica. Preso em 24-02-1934 e julgado em 14-08-1934, seria condenado a 12 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Interpôs recurso, o TME, em sessão de 01-09-1934, confirmou a sentença e, em 23-09-1934, embarcou para Angra do Heroísmo. Seguiu, em 23-10-1936, para Cabo Verde, onde integrou a OCPT e, depois, o grupo dos comunistas afastados. Subscreveu a exposição dirigida por presos políticos no Tarrafal à Comissão Executiva do MUD de apoio às resoluções tomadas na sessão de 08-10-1945. Posto à disposição do Ministério da Justiça em 31-12-1945, o Tribunal de Execução das Penas concedeu-lhe, em 23-12-1949, a liberdade condicional. Regressou em 13-02-1950 e obteve a liberdade definitiva em 13-12-1952.

* * *



**FRANKLIM FERREIRA AZEVEDO**
**OU FRANKLIN FERREIRA MENDES**

Nasceu em 19-01-1901, em Famalicão. Ferroviário, a residir e a trabalhar no país vizinho, foi preso pelo Posto de Valença em 01-08-1936, «por tomar parte no movimento comunista em Espanha». Referenciado como sendo objeto de um «cadastro secreto», foi levado para o Comando Militar de Valença, seguiu, em 05-08-1936, para a Delegação do Porto da PVDE e, em 14-10-1936, passou para o Forte de Caxias, a fim de ser deportado, em 17-10-1936, para o Tarrafal. Regressou em 08-02-1940, saiu em liberdade e declarou ir residir para Telhada, Vila Nova de Famalicão. Referenciado enquanto pedreiro, seria entregue pelas autoridades espanholas no Posto de Valença em 21-12-1948, acusado de emigração clandestina. Recolheu à cadeia desta Comarca e entregue, no dia seguinte, ao Tribunal de Melgaço.



**FREDERICO DA SILVA PEREIRA**

Nasceu em 30-11-1917, em Almada. Eletricista, foi preso pela PIDE, «para averiguações», em 29-03--1947, e enviado para o Forte de Caxias. Transferido, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido submetido a julgamento, provavelmente por estar associado à greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, dinamizada pelo PCP. Tal como os outros presos na mesma circunstância, ficou numa seção diferente daqueles que já se encontravam no Campo, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 30-09-1947, ficou a aguardar embarque. Regressou, em 07-11-1947, no vapor "Guiné".

* * *



**GABRIEL PEDRO**

«O Samouco». Nasceu em 22-04-1898, em Lisboa. Marítimo e fragateiro, participou, durante a I República, em atentados e assaltos, refugiando-se, em fevereiro de 1926. em Luanda, passando depois por Bolama, na Guiné, e seguindo para a cidade da Praia, em Cabo Verde, onde seria capturado e enviado para Lisboa. Passou pelos calabouços do Governo Civil, do Limoeiro e do Forte de Monsanto e, em 1927, foi deportado para a Guiné, acusado de pertencer à Legião Vermelha. Fugiu, procurou asilo em Espanha, regressou e detido, seria deportado, em maio de 1928, para a Guiné, onde permaneceu até à Revolta das Ilhas (1931). Fixou-se em Sevilha, filiou-se no Partido Comunista Espanhol e, em 1932, formalizou a ligação ao PCP. Durante a greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, participou nos acontecimentos de Xabregas e de Chelas: preso em 29-01-1934 e levado para a Trafaria, seria condenado, em 08-03-1934, a 10 anos de degredo. Embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde foi perseguido, integrando a "brigada brava" e totalizando mais de uma centena de dias na "frigideira". Tentou a fuga em maio de 1943, foi capturado e «torturado cruelmente». Libertado em 09-12-1945, regressou em 01-02-1946, instalou-se em Almada e emigrou para França. Mais tarde, Em 1970, já com 72 anos, regressou a Portugal para integrar a ARA, participando na colocação de explosivos no navio "Cunene". Faleceu em 02-02-1972, em Paris. Pai de Edmundo Pedro.



**GAVINO RODRIGUES**

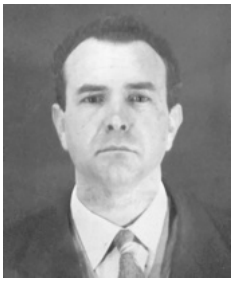
Nasceu em 28-12-1910, em Vila Real de Santo António. Trabalhador, participou nos preparativos locais da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934 e veio a ser acusado de ter transportado, em dezembro de 1933, malas com bombas a utilizar naquele dia. Preso e entregue pelo Comando da PSP de Faro à PVDE em 03-02-1934, foi levado para a 1.ª esquadra, em Lisboa. Condenado, em 16-04-1934, a 10 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, seguiu, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, embarcou no "Loanda" para o Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa, no navio "Guiné", em 01-02-1946, saindo em liberdade. Voltou a residir em Vila Real de Santo António e faleceu em 08-08-1976.

* * *



**GIL CORNÉLIO GONÇALVES**

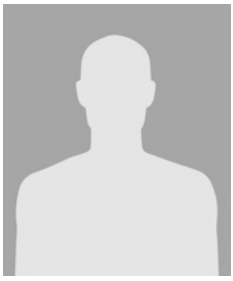
Nasceu em 16-09-1893, em Elvas. Tenente, participou na revolução de fevereiro de 1927 e estaria degredado na Madeira quando se iniciou a "Revolta das Ilhas" (1931), a que aderiu. Demitido do Exército, foi-lhe fixada residência na ilha de S. Nicolau, em Cabo Verde: abrangido pela amnistia de 05-12-1932, regressou e apresentou-se em 17-01-1933. Entregue pela PSP de Setúbal à PVDE em 24-11-1933, acusado de manter ligações com deportados em Cabo Verde, saiu em liberdade em 12-05-1934. Detido em 16-04-1938 e levado para o Aljube, foi solto em 11-05-1938. Reintegrado, em 1939, seria preso em 25-03-1940, ficando detido até 03-06-1940. Preso em 27-02-1942, quando era comerciante e integrava a rede anglo-portuguesa do «SOE» (Special Operations Executive, Seção H), mais conhecida por "Rede Shell". Transferido da Delegação do Porto da PVDE para Lisboa, passou pelo Aljube (31-07-1942) e Caxias (02-08-1942), embarcando, em 05-08-1942, para o Tarrafal, onde ficou alojado fora do Campo e estava associado ao grupo dos republicanos. Regressou em 01-01-1944, deu entrada no Hospital Júlio de Matos, transitou para Caxias (07-01-1944) e para Peniche (23-05-1944), de saiu em 29-05-1944. Maçon, faleceu em 16-11-1966, em Lisboa.



**GUILHERME DA COSTA CARVALHO**

Nasceu em 11-06-1921, no Porto. Aderiu ao PCP em 1943, ingressou, em 1945, na clandestinidade e integrou, entre 1957 e 1973, o Comité Central. Preso quatro vezes (20-10-1948, 11-04-1959, 14-11-1960, 07-05-1963), evadiu-se duas (03-01-1960 e 04-12-1961) e conheceu o Aljube, Caxias, Peniche e Tarrafal, totalizando dezasseis anos nesses cárceres. Quando tinha como profissão "proprietário", embarcou, em 15-09-1949, para o Tarrafal, onde foi o único preso a ter visitas durante a primeira fase de funcionamento do Campo. Os pais, pessoas de posses, prestaram homenagem aos presos falecidos, colocaram flores em todas as campas, fotografando-as uma a uma, e tiraram retratos de grupo, a fim de, no regresso, informarem as famílias da situação dos deportados. Transferido, em 21-05-1951, para Peniche, foi libertado em 30-08-1954. Preso mais três vezes, seria durante a última captura, em 1963, que a saúde se agravou, intencionalmente, por falta de assistência médica. Libertado em 16-02-1972, na fase terminal da doença, para não morrer na cadeia. Faleceu no Instituto Português de Oncologia de Lisboa em 24-03-1973, com 52 anos.

* * *



**HEINRICH KAHN**

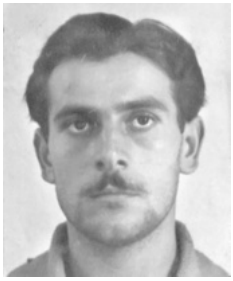
Comerciante em Cabo Verde, pertencia à Associação Comercial Barlavento da ilha de São Vicente e foi um dos que protestou contra a inépcia da administração colonial em assegurar o abastecimento do arquipélago, referindo a hipótese de recurso aos britânicos para garantir esses meios e obviar à fome que grassava. Na Carta-Relatório dirigida ao ministro das Colónias, Francisco José Caeiro, com data de 30-09-1942, por Henrique Galvão, inspetor superior colonial, encarregue de inquirir sobre a situação das fomes de 1942 no Arquipélago e o papel dos comerciantes locais, afirma-se textualmente que este era «um judeu alemão bastante misterioso que vive nas boas graças do Consulado de Inglaterra, faz propaganda contra o seu país e tem poderes para atirar para a lista negra comerciantes portugueses seus concorrentes.» Enviado para o Tarrafal entre 10-09-1942 a 26-10-1942, embora ficando na parte de fora do Campo, seria sujeito a outras medidas de coação, como a de «residência fixa». Outros dois comerciantes que estavam nas mesmas circunstâncias (Salomão Benoliel e Sérgio Barbosa Mendes), não chegaram a ser enviados para o Campo.



**HENRIQUE ARTUR DOS SANTOS OCHSEMBERG**

Nasceu em 23-04-1914, em Lisboa. Grumete artilheiro, militou na Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, integrava, desde novembro de 1933, a ORA e participou, em 1934, no «Pleno da Organização Revolucionária da Armada». Preso a bordo da fragata "D. Fernando" e entregue pelo Comando Geral da Armada à PVDE em 17-05-1935, seguiu para uma esquadra e, em 30-05-1935, passou para a Cadeia do Aljube. Entraria, então, no circuito de transferências entre presídios: 1.ª esquadra (07-10-1935), Peniche (23-10-1935), 1.ª esquadra (09-12-1935), Peniche (26-12-1935) e Caxias (14-10-1936). Condenado, em 14-12-1935, a 23 meses de prisão, embarcou para o Tarrafal em 17-10-1936, onde foi um dos protagonistas da primeira tentativa de fuga, em 02-08-1937. Estreou a "frigideira", acabada de instalar e, violentamente espancado, ficou com uma lesão irreversível na cervical. Terminada a pena em 07-04-1937, continuou em prisão preventiva. Requereu, em 09-12-1937, a libertação, a qual seria indeferida por despacho do ministro Mário Pais de Sousa, datado de 02-02-1938. Regressou em 15-07-1940, na sequência de uma amnistia, e saiu em liberdade. Manteve a atividade política.

* * *



**HENRIQUE VALE DOMINGUES FERNANDES**

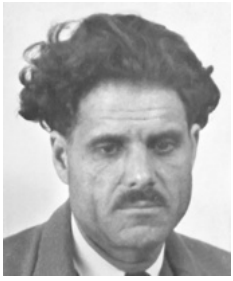
Nasceu em 24-08-1913, em Lisboa. Grumete de manobras, a prestar serviço a bordo do aviso de 1.ª classe "Bartolomeu Dias" desde 31-08-1936, era membro da ORA e tinha ligações ao PCP. Participou na "Revolta dos Marinheiros" e, em 08-09-1936, foi entregue pelas autoridades de Marinha à PVDE, acusado do crime de «insubordinação». Recolheu ao 3.º Posto da 14.ª Esquadra, «Mitra», seguiu, em 18-09-1936, para a Penitenciária de Lisboa e seria condenado, em 14-10-1936, a 4 anos de prisão, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo. Interpôs recurso, tendo o mesmo tribunal, por decisão de 21-10-1936, confirmado a sentença. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde colaborou na prestação de serviços de enfermagem aos outros presos, ficando conhecido como enfermeiro-ajudante. Faleceu em 07-01-1942, com apenas 28 anos de idade.



**HERCULANO JORGE MARINI BRAGANÇA**

Nasceu em 20-01-1908, em Portalegre. Mecânico agrícola, com residência em Portalegre, foi preso pela PSP local, acusado de, em 12-06-1937, ter matado um irmão com uma pistola. Enviado, em 12-12-1938, pelo Comando da PSP de Portalegre à PVDE, recolheu à 1.ª esquadra à ordem do TME. Julgado no dia 14-12-1938 e condenado em 9 anos de degredo, seguiu, em 18-12-1938, para Peniche. Transferido, em 27-12-1938, para o Aljube, de forma a ser entregue, no dia seguinte, ao Delegado do Procurador da República da Comarca de Portalegre. Regressou ao Aljube em 07-07-1939, ido da Comarca de Portalegre, e requereu, em 26-07-1939, a sua permanência no Continente já que pedira revisão do seu processo. Seguiu, em 19-09-1939, para o Tarrafal, onde fez parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviados para o Campo por atos de delito comum. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou, no vapor "Guiné", em 01-02-1946, saindo em liberdade.

* * *



**HERCULANO MARQUES GOUVEIA**

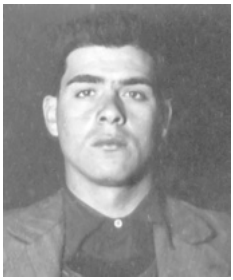
Nasceu em 13-12-1890, em Carvalhal Redondo, Nelas. Integrou, em 1917, o Corpo Expedicionário Português enquanto soldado da 4.ª Companhia. Comerciante, foi preso pela PSP de Lisboa em 01-05-1933 e entregue, no dia seguinte, à PVDE, «por suspeita de estar envolvido no lançamento de algumas bombas explosivas no Largo do Terreiro do Trigo», onde residia. Libertado em 10 de maio, voltou a ser preso em 22-03-1937, «para averiguações». Levado, incomunicável, para uma esquadra, passou, em 28-04-1937, da 27.ª esquadra (Pedrouços) para a Cadeia do Aljube e, em 05-06-1937, embarcou para o Tarrafal sem ter sido julgado. Apesar de combatente da 1.ª Guerra, sofreu maus-tratos e vexames dos militares, afetando o seu frágil estado emocional. Regressou em 01-10-1944 e ficou detido em Caxias. Julgado pelo TME em 01-11-1944 e condenado a 6 anos de degredo, seguiu, em 04-12-1944, para Peniche. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi libertado em 01-11-1945, depois de mais de oito anos e meio de prisão efetiva.



**HERMÍNIO MARTINS**

Nasceu em 18-08-1914, na Lousã. Grumete fogueiro, foi entregue pelas autoridades de Marinha à PVDE em 08-09-1936, acusado do crime de «insubordinação», por estar envolvido na "Revolta dos Marinheiros". Enviado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra da PSP, «Mitra», seria transferido, em 18-09-1936, para a Penitenciária de Lisboa. Condenado, em 13-10-1936, a 5 anos de prisão maior celular, seguidos de 10 anos de degredo ou, em alternativa, a 17 anos e meio de degredo, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde sofreu dias de internamento na "frigideira", padeceu, por várias vezes, da biliosa e concebeu, entre outras, uma máquina de cortar o tabaco em rama. Regressou em 17-12-1950, doente, ficando internado na Cadeia Penitenciária de Lisboa. Segundo memória familiar, o regresso só teria sido possível com o auxílio dos pais de Guilherme da Costa Carvalho, tendo o casal chegado a visitar a família na Lousã e tirado fotografias. Devido ao estado de saúde, esteve internado nos sanatórios do Caramulo e de Torres Vedras, onde veio a falecer pouco tempo depois.

* * *



**HERNÂNI DOS SANTOS PINTO**

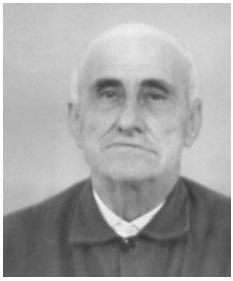
Nasceu em 25-02-1918, em Macieira de Cambra, Vale de Cambra. Motorista, foi entregue pelo «Grupo de Companhias de Trem Automóvel» à PVDE, em 23--03-1942, e enviado para o Aljube. Punido, em despacho do subsecretário de Estado da Guerra, Santos Costa, com 60 dias de pena de prisão disciplinar agravada e na indemnização ao Estado, na importância de 3500$00, por avarias causadas no automóvel de que era condutor, deveria, segundo a mesma deliberação, ser encarcerado durante um ano no Tarrafal caso não pagasse a referida importância. Após o cumprimento dos 60 dias de prisão, foi entregue na PVDE a fim de aguardar embarque para Cabo Verde, já que não tinha depositado a referida importância. Transferido, em 10-04-1942, para o Forte de Caxias e, em 24-04-1942, para Peniche, regressou ao primeiro presídio em 19-06-1942 e embarcou, em 20-06-1942, para o Tarrafal. Libertado em 11-06-1943, o ex-soldado foi admitido como guarda auxiliar, passando de preso a carcereiro: «o célebre guarda Pinto».



**INÁCIO FRANCISCO DAS NEVES**

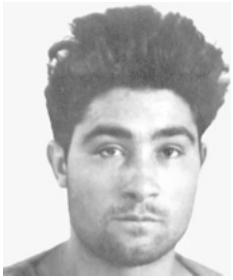
Nasceu em 26-02-1906, em Lisboa. Carpinteiro, preso pela PIDE em 31-03-1947 e enviado para o Forte de Caxias, embarcou, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou incriminado, provavelmente por estar envolvido na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, organizada pelo PCP. Ficou, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Tarrafal, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 30-09-1947, ficou a aguardar embarque para Lisboa. Regressou, em 07-11--1947, no vapor "Guiné", e apresentou-se na sede da PIDE.

* * *



**ISIDRO FELISBERTO CANELAS**

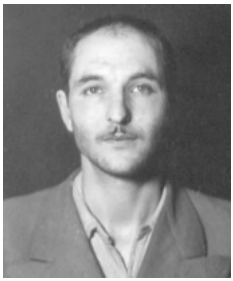
Nasceu em 01-02-1898, em Arronches. 2.º sargento de Caçadores 2, participou, em 20-07-1928, na Revolta do Castelo, foi preso e deportado, em 21-08-1928, para o «Campo de Concentração de Angola». Nos primeiros meses de 1929, embarcou, clandestinamente, de Angola para o Funchal, apresentou-se no Governo Militar e ficou à disposição do Ministério do Interior. Preso pela Delegação da PVDE do Porto em 03-10-1936, «acusado de organizar grupos civis destinados a atuar num movimento revolucionário» com ligações à Maçonaria. Era, então, empregado de praça e residia no Porto. Transferido, em 15-10-1936, para Caxias, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde fez parte do grupo dos republicanos e se tornaria num defensor do regime: incluído no grupo dos "rachados", prestou serviços à direção do Campo, informando-a do que se passava entre os deportados, e colaborava com os carcereiros. Requereu, em 17-12-1937, a libertação, a qual foi indeferida pelo ministro do Interior em 02-02-1938. Regressou em 08-02-1940 e saiu em liberdade. Detido em 09-11-1965 e levado para Caxias, seria solto no dia seguinte.



**JACINTO DE MELO FARIA VILAÇA**

Nasceu em 04-05-1914, em Lisboa. Antigo marinheiro, assentou praça na Armada em 1936 e aquando da "Revolta dos Marinheiros", em 08-09-1936, era aluno de manobras no navio "Bartolomeu Dias". Entregue pelas autoridades de Marinha à PVDE, acusado do crime de «insubordinação», recolheu ao 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», seguiu, em 18-09-1936, para a Penitenciária e, em 15-10-1936, seria condenado pelo TME a 4 anos de prisão, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde era visto sem preparação política e vivia fora do Campo, por se ter mostrado arrependido em requerimento dirigido às autoridades. No entanto, embora viesse a integrar o grupo denominado "porta-aviões", nunca terá prejudicado deliberadamente os outros presos, sendo, por isso, respeitado aquando da sua morte. Faleceu em 03-01-1941, com 26 anos, por alegada «icterícia grave».

* * *



**JAIME AUGUSTO DE CARVALHO**

Nasceu em 23-02-1909, em Aveiro. Alfaiate, foi entregue pelas autoridades espanholas no Posto de Galegos em 09-05-1938, por «indesejável». Seguiu para o Posto de Marvão e, no dia 10-05-1938, para a cadeia de Castelo de Vide, de onde foi solto em 22-05-1938. Detido novamente em 05-02-1939, recolheu ao Aljube, constando no Registo Geral de Presos que «exerceu vários cargos nas organizações avançadas espanholas» e «concebeu um atentado contra Sua Ex.ª o Presidente do Conselho, chegando a trabalhar no fabrico da bomba com que tencionava realizá-lo». Deportado, em 01-04-1939, para o Tarrafal, onde exerceu a sua profissão, foi punido algumas vezes com dias de internamento na "frigideira" e tentou evadir-se em 06-08-1944. Por integrar o grupo dos "rachados", gozava de certa liberdade e conseguiu andar cerca de duas semanas fugido, até que «exausto, famélico, quase morto de cansaço, com os pés ensanguentados, foi entregar-se», sendo-lhe aplicados 30 dias na "frigideira", a pão-e-água, embora em condições mais benévolas do que sucedera a outros. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e libertado em 03-11-1945, regressou em 01-02-1946.



**JAIME DA FONSECA E SOUSA**

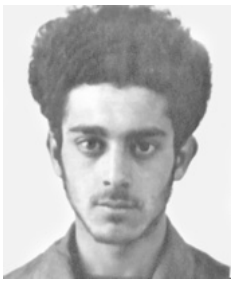
Nasceu em 1902, em Lisboa ou Tondela. Impressor da Casa da Moeda, era militante do PCP. Preso em 25-04-1932, chegou a ser-lhe fixada residência obrigatória em Cabo Verde ou Timor, o que não sucedeu. Passou dezanove meses na Penitenciária de Lisboa, seguiu para Peniche e, em 19-11-1933, embarcou para Angra do Heroísmo. Julgado, em 24-08-1934, pela Secção dos Açores do TME, acusado de, em 1932, «ter tomado parte no fabrico, transporte, detenção e uso, para experiência, de bombas explosivas», seria condenado a 12 anos de degredo. Com graves problemas hepáticos e internado no Hospital Militar de Angra, requereu, em janeiro de 1935, ao Ministério do Interior, a transferência para Lisboa, acabando por ser intervencionado de urgência ao fígado (20-05-1935). Solicitou ao ministro do Interior, em 15-07-1935, que lhe fosse dada por expiada a pena, alegando falta de saúde e a sua adesão à União Nacional, pretensão negada pela PVDE em 14-08-1935. Deportado, em 23-10-1936, para o Tarrafal, os problemas de saúde agravaram-se. Faleceu em 07-07-1940, após alguns dias em coma.

* * *



**JAIME FERREIRA**

Nasceu em 28-08-1907, em Lisboa. Compositor tipográfico, foi preso em 02-05-1937, «para averiguações», e levado, incomunicável, para uma esquadra. Transferido, em 11-05-1937, para a 1.ª esquadra, entrou, no dia seguinte, na Cadeia do Aljube e, em 05-06-1937, embarcou para o Tarrafal, onde adoeceu com a febre biliosa. Regressou em 20-02-1945 e seria conduzido para Caxias. Condenado pelo TME de 06-03-1945 a 3 anos de prisão, pena dada por expiada. Libertado em 07-03-1945.



**JAIME FRANCISCO**

Nasceu em 03-04-1914, em Lisboa. Grumete artilheiro, aderiu, em 1934, à ORA e, nesse mesmo ano, controlou a célula do Corpo de Marinheiros. No ano seguinte, integrou o Secretariado da ORA e participou na "Semana de Agitação" organizada pelo PCP entre 25 de fevereiro e 2 de março. Preso em 30-04-1935, durante uma reunião no Jardim do Campo Santana, foi conduzido para uma esquadra, onde ficou incomunicável, e seguiu, em 25-05-1935, para o Aljube, a aguardar julgamento pelo TME. Condenado, em 14-12-1935, a 23 meses de prisão, entrou, em 17-01-1936, na 1.ª esquadra, passou, em 19-01-1936, para Peniche e, em 14-10-1936, foi transferido para Caxias, a fim de embarcar, em 17-10-1936, para o Tarrafal. Embora tenha terminado a pena em 25-03-1937, continuou em prisão preventiva e, em 1945, ficou confinado ao Pavilhão C4, reservado aos prisioneiros que desenvolveram perturbações mentais, devido ao constante agravamento do seu estado de saúde emocional. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e libertado em 10-11-1945, ficou a aguardar embarque para Lisboa. Regressou em 01-02-1946, ao fim de quase dez de deportação.

* * *



**JAIME TIAGO**

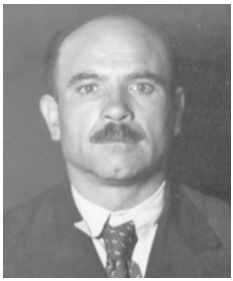
Nasceu em 1899, em Pampilhosa da Serra. Litógrafo da Casa da Moeda, desenvolveu atividade na CGT durante a I República. Tornou-se militante do PCP no início da década de 1930, sendo preso em 21-05-1932, «por estar envolvido em trabalhos de organização comunista» e «ser portador de bombas explosivas». Embarcou, em 19-11-1934, para Angra do Heroísmo. Julgado em 18-08-1934, o TME condenou-o a 12 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Transferido, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde foi punido com dias de internamento na "frigideira", integrou a Organização Comunista Prisional e, devido a divergências, transferiu-se para o grupo dos comunistas afastados. Passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério de Justiça. Em janeiro de 1946, subscreveu a exposição dirigida por tarrafalistas à Comissão Executiva do Movimento de Unidade Democrática, na qual se apoiava as resoluções tomadas na sessão de outubro de 1945. O Tribunal de Execução das Penas, de 13-08-1948, concedeu-lhe a liberdade condicional por quatro anos sob determinadas condições. Obteve a liberdade definitiva em 28-07-1952.



**JOÃO ANTÓNIO PIRES**

Nasceu em 13-08-1917, em Alvito, distrito de Beja. Motorista (soldado), foi entregue na sede da PVDE em 19-05-1942, por ordem do Ministério da Guerra, a fim de ser «internado» durante um ano no Tarrafal, conforme despacho do subsecretário de estado da Guerra, Santos Costa. Enviado para o Aljube e transferido, em 18-06-1942, para o Forte de Caxias, embarcou, em 20-06-1942, para Cabo Verde. Regressou em 12-08-1943 e saiu em liberdade nesse mesmo dia.

* * *



**JOÃO BATISTA GARRIDO**

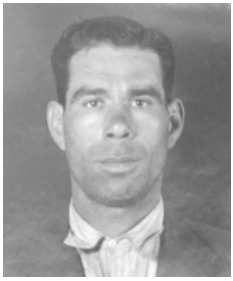
Nasceu em 08-04-1891, em Matela, Vimioso. Estofador, a viver e a trabalhar no Porto, foi detido nesta cidade em 01-10-1931, «por fazer parte de um grupo civil que tinha a missão de levar a efeito atentados pessoais», sendo libertado em 18-11-1931. Preso novamente em 25-08-1936, também no Porto, «para averiguações de carácter revolucionário», já que desenvolvia «vasto trabalho nos aliciamentos de indivíduos simpatizantes com as ideias marxistas» e «afirmava publicamente que desejava o mesmo fim de Calvo Sotelo aos componentes do Governo Português», numa alusão ao assassinato, em 13-07-1936, do político direitista espanhol José Calvo Sotelo. Sem nunca ter sido julgado, seguiu, em 15-10-1936, para o Forte de Caxias e, em 17-10-1936, embarcou para o Tarrafal, onde integrava o grupo dos republicanos. Regressou em 08-02-1940 e saiu em liberdade.



**JOÃO BATISTA MACHADO**

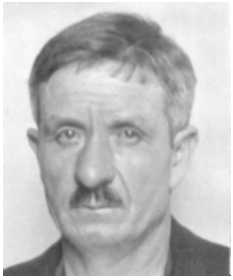
Nasceu em 04-07-1907, em Monte Pedral, Lisboa. Motorista, com atividade no Sindicato Unitário da Indústria de Transportes Automóveis, foi detido em 03-08-1935, «por ordem superior», acusado de, em 30-07-1935, ter distribuído manifestos no Poço de Borratém. Levado, incomunicável, para a 1.ª esquadra, passou, em 27-08-1935, para o Aljube e, em 10-09-1935, seguiu para Peniche. Regressou a Lisboa em 17-12-1935, para ser julgado pelo TME no dia seguinte, tendo sido absolvido e libertado. Preso de novo em 16-09-1936, «por continuar a desenvolver propaganda subversiva no sindicato clandestino de orientação comunista da classe dos motoristas», o qual integrava a Comissão Intersindical e publicava "O Profissional do Volante". Levado, incomunicável, para a 25.ª esquadra (Ajuda), seguiu, em 13-10-1936, para a Cadeia do Aljube e, em 17-10-1936, embarcou para o Tarrafal. Regressou, por transferência, em 08-02-1940, recolheu a Caxias e seguiu, em 16-02-1940, para o Aljube. Julgado pelo TME no dia subsequente e condenado em vinte e dois meses de prisão, dada por cumprida, foi libertado em 18-02-1940. Detido, mais uma vez, em 22-12-1944, seria libertado do Aljube no dia seguinte.

* * *



**JOÃO CONCEIÇÃO DA ROCHA**

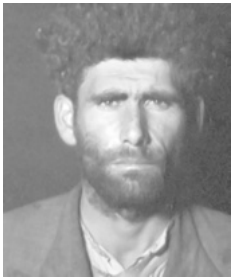
«O Rancolho». Nasceu em 16-01-1916, em Lisboa. Servente, foi entregue pela PSP de Lisboa à PIDE em 09-04-1947, «para averiguações», e enviado para o Forte de Caxias. Transferido, em 11-04-1977, para o Tarrafal, provavelmente por estar envolvido na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, organizada pelo PCP. Libertado em 20-05-1947, ficou com residência fixa na cidade da Praia a aguardar transporte para Lisboa. Embarcou em 10-09-1947, apresentou-se, em 18-09-1947, às autoridades e saiu em liberdade condicional. Passou à situação de liberdade definitiva em 01-08-1948.



**JOÃO CRUZ CEBOLA**

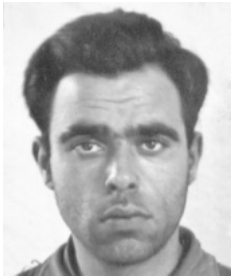
Nasceu em 21-09-1886, em Nisa, distrito de Portalegre. Detido em 16-05-1928, quando comerciante a residir no Barreiro, «acusado de ter tomado parte nas reuniões do "comité revolucionário" ultimamente descoberto», e levado para os calabouços do Governo Civil, desconhecendo-se a data da sua libertação. Preso em 21-07-1937, «para averiguações», recolheu, incomunicável, a uma esquadra e, em 06-11-1937, embarcou para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou condenado, onde foi punido com dezenas de dias de internamento na "frigideira". Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e libertado em 27-12-1945, regressou a Lisboa, no vapor "Guiné", em 01-02-1946.

* * *



**JOÃO DA SILVA**

Natural de Lagos, desconhecia a sua data de nascimento. Trabalhador, entregue pelo TME em 28-02-1939, recolheu à 1.ª esquadra e, em 04-03-1939, seguiu para Caxias. Regressou à 1.ª esquadra em 12-05-1939, a fim de ser julgado, no dia seguinte, pelo TME. Condenado na pena de 4 anos de degredo, embarcou em 26-06-1939, para o Tarrafal, fazendo parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviados para o Campo como "presos comuns". Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade. Do seu cadastro consta a menção de «ser portador e fazer uso contra um indivíduo de avançada idade, de uma pistola de calibre 7.65».



**JOÃO DA SILVA CAMPELO**

Nasceu em 08-08-1912, em Oliveira de Azeméis. Alistou-se na Armada em 1931 e, em 1935, tornou-se militante do PCP. 2.º torpedeiro do navio "Bartolomeu Dias" e ativista da Organização Revolucionária da Armada, esteve envolvido na "Revolta dos Marinheiros", sendo entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE em 08-09-1936, «por insubordinação». Enviado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, seguiu, em 18-09-1936, para a Penitenciária de Lisboa e o TME, em sessão de 13-10-1936, condenou-o na pena de 4 anos de prisão maior celular, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde foi punido com dias de internamento na "frigideira" e chegou a estar muito doente com a biliosa. Entregue, em 31-12-1945, ao Ministério da Justiça, seria libertado em 22-09-1952, «por ter terminado a pena a que havia sido condenado».

* * *



**JOÃO FARIA BORDA**

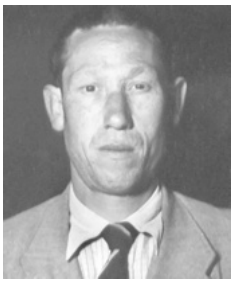
Nasceu em 18-11-1912, em Alcobaça. Assentou praça na Armada em 1932, como voluntário, tornou-se militante do PCP e dirigente da ORA. 2.º artilheiro no navio "Bartolomeu Dias", encabeçou a sublevação, em 08-09-1936, de grumetes, marinheiros e cabos dos navios de guerra "Bartolomeu Dias", "Afonso de Albuquerque" e "Dão". Preso, recolheu à 1.ª esquadra, ficou, em 10-09-1936, em regime de incomunicabilidade e, em 18-09-1936, passou para a Penitenciária. Julgado pelo TME em 13-10-1936, assumiu responsabilidades na "Revolta dos Marinheiros" e seria condenado em 6 anos de prisão, seguidos de 10 de degredo ou, em alternativa, em 20 anos de deportação. Embarcou para o Tarrafal em 17-10-1936, de onde procurou evadir-se em 02-08-1938 e punido com internamento na "frigideira". Passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério da Justiça e, em 23-12-1952, seria transferido para Peniche, sendo libertado em 24-12-1953. Preso novamente em 28-10-1959, por «atividades subversivas», recolheu ao Aljube e, em 09-06-1960, deu entrada no Depósito de Presos de Caxias. Foi absolvido pelo Tribunal Plenário de Lisboa, por ter «sido improcedente e não provada a acusação», sendo libertado no dia seguinte. Faleceu em 30-05-1985, no Hospital da Marinha.



**JOÃO GALO GOMES**

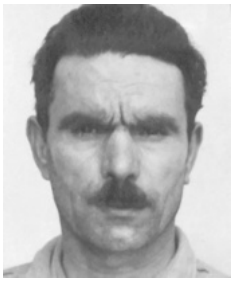
Nasceu em 07-06-1913, em Lisboa. 1.º Artilheiro no navio de guerra "Bartolomeu Dias", foi entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE em 08-09-1936, acusado do crime de «insubordinação» por estar envolvido na "Revolta dos Marinheiros". Recolheu ao 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», foi transferido, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa e, em 13-10-1936, seria condenado pelo TME na pena de 4 anos de prisão maior, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde foi punido com dias de internamento na "frigideira". Passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério da Justiça, desconhecendo-se o percurso posterior.

* * *



**JOÃO GARCIA RIBEIRO**

Nasceu em 25-05-1901, em Peso da Régua. Marceneiro em Lisboa, foi detido em 05-03-1938, recolhendo, incomunicável, a uma esquadra. Nos oito meses seguintes, passou pelo Aljube (16-03-1938), Caxias (07-06-1938), Peniche (13-08-1938) e, por fim, regressou à capital para ser julgado. Condenado, em 22-10-1938, a oito meses de prisão, dada por expiada, seria libertado em 31-10-1938, após ter alta da enfermaria do Aljube. Preso pela PSP de Lisboa em 06-06-1940, circulou entre a 1.ª esquadra (17-06--1940), Caxias (01-07-1940), onde em 03-11-1940, foi encaminhado para o isolamento, em virtude de se ter «insubordinado» durante a distribuição do jantar e ter agredido um guarda, 1.ª esquadra (11-01-1941), Caxias (11-01--1941) e novamente a 1.ª esquadra (07-02-1941). Condenado, em 08-02--1941, a 4 anos de prisão, retornou, em 10-02-1941, a Caxias, e embarcou, em 27-02-1941, para o Tarrafal, onde foi punido com dias de internamento na "frigideira" e se revelou como um dos «dois exímios construtores de instrumentos musicais». Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e libertado em 16-11-1945, regressou a Lisboa, no barco "Guiné", em 01-02-1946.



**JOÃO GOMES JACINTO**

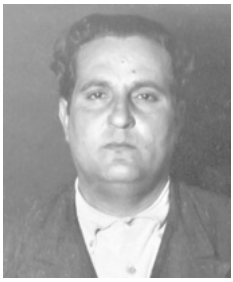
Nasceu em 02-06-1890, em Coimbra. Pedreiro, com residência em Lugar de Fala, freguesia de São Martinho do Bispo, integrou o Comité Sindicalista Revolucionário e foi em sua casa que se realizaram algumas das reuniões preparatórias da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, nela se guardando bombas de dinamite a utilizar nas sabotagens em Coimbra. Preso e enviado para Lisboa em 26-01-1934, seria julgado em 09-02-1934 e condenado a 12 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Interpôs recurso, mas o Tribunal, em sessão de 10-03-1934, confirmou a pena. Embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa em 01-02-1946, saindo em liberdade.

* * *



**JOÃO LOPES DINIZ**

«João da Pedrinha» ou «João da Facadinha». Nasceu em 1904, em Sintra. Canteiro, militava no PCP desde o início da década de 1930. Preso na serra de Monsanto, em 24-04-1932, seria condenado, em 20-10--1934, a 10 anos de degredo, pena confirmada em 03--11-1934 por interposição de recurso. Entrou no Aljube em 04-12-1934, acusado de «bombista», foi transferido, em 19-12-1934, para Peniche, e regressou, em 20-03-1935, à Cadeia do Aljube, para ser deportado, em 23-03-1935, para Angra do Heroísmo. Seguiria, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde construiu, a partir de pedras vermelhas, porosas e leves, de origem vulcânica, filtros que tornassem a água que os presos bebiam menos impura. Canteiro de profissão, também lhe coube esculpir muitas das inscrições que constam nas lápides das sepulturas dos que iam morrendo. Faleceu em 12-12-1941, com 37 anos de idade. Manuel Francisco Rodrigues refere-se-lhe como «um pobre já velho apesar de não ter ainda quarenta anos» e «havia dez anos que a violência e a arbitrariedade o haviam separado da família», deixando filhas e mãe.



**JOÃO MANUEL GIL**

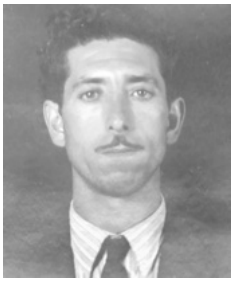
Nasceu em 02-06-1898, em Cuba, distrito de Beja. Sapateiro em Aljustrel, foi entregue pelo Comando da PSP de Beja à PVDE em 15-03-1942 e enviado para o Aljube. Militante comunista, integrava a rede de espionagem anglo-portuguesa do «SOE» (Special Operations Executive, Seção H), mais conhecida por "Rede Shell", sendo o "Agente H.527". Transferido, em 09-06-1942, para o Depósito de Presos de Caxias, embarcou, em 10-09-1942, para o Tarrafal, ficando alojado fora do Campo. Regressou, em 27-01-1944, levado para o Hospital Júlio de Matos e, em 02-02-1944, seguiu para Caxias. Condenado pelo TME, em sessão de 05-04-1944, na pena de 20 meses de prisão, dada por expiada uma vez descontado o tempo de prisão preventiva cumprido de 2 anos e 23 dias. Passou, em 23-05-1944, para Peniche, de onde foi libertado em 29-05-1944.

* * *



**JOÃO MARIA**

Nasceu em 03-01-1910, em Vidago, município de Chaves. Grumete de manobras no navio de guerra "Bartolomeu Dias", foi entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE em 08-09-1936, por «insubordinação», acusado de estar envolvido na "Revolta dos Marinheiros" que eclodira nesse mesmo dia. Enviado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», passou, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa e, por sentença de 13-10-1936, seria condenado pelo TME na pena de 4 anos de prisão maior celular, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo. Enviado para o Tarrafal em 17-10-1936, seria transferido para Peniche, tendo embarcado na cidade da Praia em 06-07-1949. Obteve a liberdade definitiva em 01-09-1951.



**JOÃO MARIA PEREIRA DA ANUNCIAÇÃO**

Nasceu em 25-02-1915, em Lisboa. Serralheiro, foi entregue pela PSP de Lisboa na PIDE em 09-04-1947, «para averiguações», e levado para Caxias. Transferido, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou incriminado, provavelmente devido à sua participação na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa preparada pelo PCP. Vigiado por guardas da PIDE, permaneceu, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa instalação diferente daqueles que já se encontravam no Campo. Libertado em 30-09-1947, ficou a aguardar transporte para Lisboa. Desembarcou em 07-11-1947 e apresentou-se na sede da PIDE.

* * *



**JOÃO MARTINS LEITÃO**

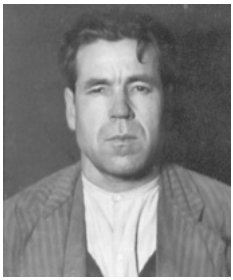
Nasceu em 23-09-1917, em Penamacor. Vidraceiro, a residir em Lisboa, foi preso em 01-05-1936. Referenciado como «extremista» e levado para uma esquadra, seguiu, em 07-06-1936, para o Aljube e, em 17-10--1936, embarcou para o Tarrafal, sem ter sido julgado e onde foi castigado com internamento na "frigideira". Regressou em 20-02-1945, recolheu a Caxias e, em 07-03-1945, seria condenado pelo TME a 10 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Começou, então, a circular entre o Aljube, Caxias e a enfermaria do Aljube, entrando em Peniche em 22-12-1945. Passou, no último dia do ano, para a tutela do Ministério da Justiça e, em 05-09-1949, o Tribunal de Execução das Penas concedeu-lhe, sob determinadas condições, a liberdade condicional por três anos, ficando sob vigilância da PIDE. Foi-lhe revogada aquela por ter sido condenado a um mês de prisão pelo Tribunal da Relação de Lisboa (04-05-1953), devido a ofensas corporais, sendo detido em 23-05-1953. Concedida, por sentença de 08-09-1953, a liberdade condicional por três anos, obteve, em 24-08-1955, a definitiva.



**JOÃO PAULINO DE SOUSA**

Nasceu em 03-03-1906, em Serra d'El-Rei, Peniche. Empregado comercial, seria comunista, combateu em Espanha, esteve internado em campos de concentração em França, onde se refugiara, e foi preso em Vilar Formoso em 04-07-1940, ao reentrar em Portugal, por «ser combatente nos marxistas espanhóis». Enviado para a cadeia da localidade, entrou na sede da PVDE em 13-07-1940, seguiu para o Aljube e iniciou a transferência sucessiva de cárcere: Caxias (21-12-1940), Aljube (06-02-1941), Caxias (13-03-1941) e Peniche (04-08-1941). Embarcou, em 04-09-1941, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou condenado. Libertado em 01-01-1946, por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, ficou a aguardar embarque e regressou em 01-02-1946.

* * *



**JOÃO PEDRO LEITÃO**

Nasceu em 25-12-1902, em Santa Bárbara de Padrões, Castro Verde. Mineiro, foi entregue pelo Delegado do Procurador da República na Comarca de Beja à PVDE em 09-01-1940, ficando à ordem do TME. Levado para a Cadeia do Aljube e julgado no dia seguinte, acusado de ser detentor de um punhal, seria condenado na pena de 3 anos de degredo. Transferido, em 16-01-1940, para Caxias, embarcou, em 23-02-1940, para o Tarrafal, de onde regressou em 20-02-1945, sendo restituído à liberdade. Novamente preso pela PIDE, em 09-04-1960, por «paralisação de trabalho», na sequência da luta travada no dia anterior contra o despedimento, em 09-05-1959, de 23 trabalhadores da Mina de Algares, em Aljustrel. Enviado, em 10-04-1960, para Caxias, foi solto em 11-05-1960. Faleceu em 25-12-1977, em Aljustrel.



**JOÃO RODRIGUES**

Nasceu em 07-10-1921, no Funchal. Ajudante-serralheiro, foi entregue à PIDE pela PSP de Lisboa em 09-04-1947, «para averiguações», e levado para o Forte de Caxias. Transferido, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou condenado, provavelmente por estar associado à greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, dinamizada pelo PCP. Tal como os outros presos na mesma circunstância, ficou numa seção diferente daqueles que já se encontravam no Campo, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 20-05-1947, ficou com residência fixa na cidade da Praia, a aguardar transporte para Lisboa, o que apenas aconteceu em 10-09-1947. Desembarcou em 18-09-1947, apresentou-se na sede da PIDE e ficou em liberdade condicional. Obteve, em 01-08-1948, a definitiva.

* * *



**JOÃO RODRIGUES**

«O João da Quinta». Nasceu em 09-05-1911, em Vila Real de Santo António. Desenhador litógrafo na sua terra e militante do PCP desde 1933, esteve envolvido nos preparativos locais da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Preso e entregue pela PSP de Faro à PVDE em 03-02-1934, seria levado para a 1.ª esquadra, em Lisboa. Condenado, em 07-04-1934, a 14 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, acusado de ter participado em reuniões e transportado bombas. Interpôs recurso, mas a sentença seria confirmada em 16-04-1934. Embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde integrou a OCPT, desenhou, voluntariamente, as letras das lápides dos companheiros falecidos e trabalhou na "brigada brava". Entregue, em 31-12-1945, ao Ministério da Justiça, entrou, em 19-08-1950, em Peniche. Em 17-03-1951, foi-lhe permitida a liberdade condicional por quatro anos, com residência fixada na sua terra e sob vigilância da GNR. Em 28-05-1955, aquela foi prorrogada por três anos e a definitiva só lhe seria concedida em 31-03-1958. Emigrou para França, país onde permaneceu depois de 1974.



**JOÃO RODRIGUES DA SILVA**
**OU JOÃO RODRIGUES**

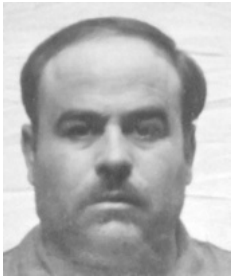
«O João da Varina». Nasceu em 17-02-1893, em Lisboa. Serralheiro e, após 1940, mecânico. Preso três vezes durante a I República. Detido em 15-08-1927, por distribuir panfletos, foi solto em 19-08-1927. Preso em 15-02-1928, por cooperar com Américo Vilar no fabrico de bombas, ter ideias avançadas e guardar na algibeira uma bomba carregada, seria deportado, em 04-05-1928, para a Guiné, de onde fugiu. Preso em 28-12-1928, por possuir 40 bombas. Deportado, em 04-04-1929, para S. Tomé, passou, em 19-05-1929, para Luanda e, em 20-10-1930, para a Madeira, participando na "Revolta das Ilhas". Enviado, em 12-05-1931, para Cabo Verde, evadiu-se, fixou-se em Barcelona, auxiliou os «marxistas espanhóis» e, finda a guerra, «foi internado no Campo de Concentração de Gurs». Pediu para ser repatriado, sendo preso pela PVDE em Vilar Formoso, em 14-03-1940. Seguiu para a 1.ª esquadra, Aljube e Caxias, embarcando em 21-06-1940, para o Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi libertado em 16-11-1945 e regressou em 01-02-1946.

* * *



**JOAQUIM AMARO**

Nasceu em 26-04-1904, no Crato, distrito de Portalegre. Servente da construção civil, participou na revolta de 26 de agosto de 1931 sendo deportado para Timor. Abrangido pela amnistia de 05-12-1932, regressou em 1933 e, em 1935, passou a militar no PCP. Detido em 22-07-1936, «por criticar os acontecimentos de Espanha», recolheu à 7.ª esquadra, sendo solto no dia seguinte. Preso novamente em 16-04-1937, recolheu, incomunicável, a uma esquadra, seguiu, em 02-05-1937, para a 1.ª esquadra e entrou, um mês depois, no Aljube. Embarcou em 05-06-1937, sem julgamento, para o Tarrafal, onde integrou a "brigada brava" e adoeceu com a biliosa. Abrangido pela amnistia de 1945, regressou em 01-02-1946 e saiu em liberdade. Preso, mais uma vez, em 22-04-1963, seria condenado, em 18-02-1964, a 2 anos de prisão maior e medida de segurança de internamento, prorrogável. Entrou, em 24-03-1964, em Peniche, iniciando, em 24-11-1965, o cumprimento da medida de segurança. Foi-lhe concedida a liberdade condicional em 24-07-1968 e, quatro anos depois, a definitiva.



**JOAQUIM DA CRUZ DIAS**

Nasceu em 22-02-1903, em Vila Viçosa. 1.º fogueiro, foi entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE em 08-09-1936, «por insubordinação», devido a estar envolvido na "Revolta dos Marinheiros". Enviado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», seria condenado, em 14-10-1936, a 4 anos de prisão maior celular, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo. Transferido, em 17-10-1936, para a Penitenciária de Lisboa, interpôs recurso e a sentença seria confirmada pelo TME, em sessão de 21--10-1936, quando já tinha embarcado a caminho do Tarrafal, onde foi castigado com dias de internamento na "frigideira" e era tratado por outros marinheiros como o «tio». Libertado 16 anos depois, em 26-09-1952, «muito envelhecido», por ter terminado a pena a que havia sido condenado, regressou num navio da marinha mercante.

* * *



**JOAQUIM DE SOUSA TEIXEIRA**

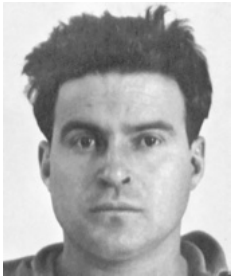
Nasceu em 02-01-1916, em Vila Real. Grumete artilheiro no NRP "Bartolomeu Dias", foi entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE em 08-09-1936, «por insubordinação», devido à participação na "Revolta dos Marinheiros". Enviado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», e transferido, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária, seria condenado, em 13-10--1936, a 5 anos de prisão, seguidos de 10 de degredo ou, em alternativa, a 17 anos e meio de degredo. Interpôs recurso, mas o TME, em sessão de 21-10-1936, confirmou a sentença. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde foi punido com dias de internamento na "frigideira" e permaneceu até agosto de 1944. Transferido, em 24-08-1944, para a Cadeia do Aljube, deu entrada no Hospital de S. José em 25-04-1945, a fim de lhe ser extraído um rim. Posto à disposição do Ministério da Justiça, evadiu-se numa tarde de agosto de 1948, tendo passado a viver de forma clandestina, com falsa identidade, para escapar à PIDE. Faleceu em 02-10-2009, no hospital Militar da Estrela, com 93 anos.



**JOAQUIM DIOGO**

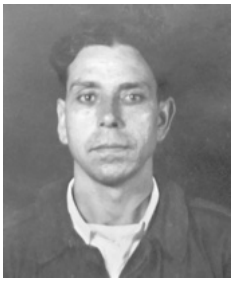
«O Vigarista». Nasceu em 1910 ou 1911, em Lisboa. Ajudante de motorista, foi preso pela PVDE em 03-03-1939, «para averiguações», enviado para o Aljube e transferido, sucessivamente, para a 1.ª esquadra (30-03-1939), Aljube (01-04-1939), Caxias (11-04-1939) e, novamente, Aljube (04-12-1939). Condenado pelo TME, em 09-12-1939, na pena de 11 anos de degredo, reentrou em Caxias (10-12-1939) e interpôs recurso, tendo o mesmo tribunal, em sessão de 20-12-1939, confirmada a sentença. Embarcou, em 23-02-1940, para o Tarrafal, onde adoeceu com a febre biliosa. Passou, em 31-12-1945, para a dependência do Ministério da Justiça. Saiu em liberdade condicional em 07-05-1953, ficou a residir em Cabo Verde até 25-06-1953, data da sua liberdade definitiva, e regressou a Lisboa. Apresentou-se na PIDE em 06-07-1953, indo residir para Sacavém.

* * *



**JOAQUIM DOS SANTOS**

Nasceu em 29-05-1906, na Lourinhã. 2.º fogueiro do NRP "Dão", foi entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE em 08-09-1936, «por insubordinação», acusado de participação na "Revolta dos Marinheiros" desencadeada naquela data. Enviado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra» e transferido, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa, foi condenado, em 13-10-1936, a 5 anos de prisão maior celular, seguidos de 10 de degredo ou, em alternativa, a 17 anos e meio de degredo. Deportado, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde era conhecido por «o Peniche» e foi castigado com dias de internamento na "frigideira". Permaneceu em Cabo Verde até 30-07-1953, data em que embarcou no vapor "Ana Mafalda", sendo internado, em 06-08-1953, na Fortaleza de Peniche. Libertado em 22-09-1953.



**JOAQUIM DUARTE**
**OU JOAQUIM DUARTE FERREIRA**

Nasceu em 1911, em Póvoa de S. Martinho do Bispo. Pedreiro e estucador, anarcossindicalista, participou nos preparativos da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934 em Coimbra, colaborando no transporte de dez bombas de choque desde Bencanta. Preso e entregue pela PSP de Coimbra à PVDE em 25-01-1934, seguiu para a Casa de Reclusão da Trafaria. Condenado, em 09-02-1934, a 12 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, recorreu, mas a sentença seria confirmada em sessão do TME de 10-03-1934. Passou, em 13--10-1934, da 1.ª esquadra para o Aljube, seguiu, em 19-12-1934, para Peniche e reentrou, em 20-03-1935, no Aljube, a fim de ser deportado, em 23--03-1935, para Angra do Heroísmo. Transferido, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde era elemento de destaque da Organização Libertária do Campo do Tarrafal e aprendeu a escrever e a tocar viola. Sob a tutela do Ministério da Justiça desde em 31-12-1945, foi-lhe concedida, em 08-08-1949, a liberdade condicional por três anos mediante condições, nomeadamente a de abster-se de atividades políticas. Regressou em 11-11-1949 e obteve a liberdade definitiva em 27-10-1952.

* * *



**JOAQUIM FAUSTINO DE CAMPOS**

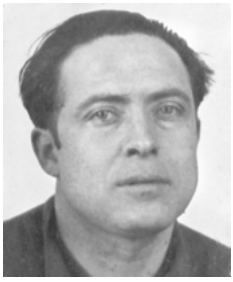
«Faustino das Fragatas». Nasceu em 23-09-1900, em Rio de Moinhos, Abrantes. Marítimo, foi preso em 18-10-1935 e levado para uma esquadra: «motivo, comunista». De seguida, transitou entre diferentes cárceres: Aljube (19-10-1935), esquadra (08-11-1935), Aljube (04-02-1936), 1.ª esquadra (05-03-1936) e, em 23-03-1936, embarcou no vapor "Carvalho Araújo" para Angra do Heroísmo. Condenado, em 31-07-1936, a 540 dias de prisão, seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde era conhecido por "Faustino das Fragatas". «Homem possante, um marinheiro que calejou as mãos nas barcaças do Tejo e no leme dos navios», segundo as palavras de Pedro Soares, foi regularmente espancado com violência e tornou-se num dos recordistas em dias de internamento na "frigideira", onde chegou a estar dez dias em greve de fome. Joaquim Ribeiro descreve-o como «alma boa e um tanto ingénuo», «muito sensível e intransigente para com os carcereiros», tendo uma «robustez de gorila». Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade. Novamente detido em 26-05-1958, «para averiguações», permaneceu em Caxias até 24-09-1958, quando foi libertado.



**JOAQUIM FERNANDES DA ROCHA**

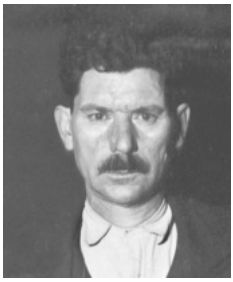
Nasceu em 19-08-1891, em Macieira, Vila do Conde. Eletricista – "picheleiro", deu entrada na delegação do Porto da PVDE em 04-03-1939, ido de Vila do Conde, e ficou à ordem do TME. Condenado, em 11--09-1939, a 6 anos de degredo, seria transferido, em 26-10-1939, para a diretoria da PVDE, em Lisboa, e enviado para o Aljube. Passou, em 30-10-1939, para Caxias, onde ficou até embarcar, em 23-02-1940, para o Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa em 01-02-1946, reentrou no Aljube e, em 02-02-1946, foi entregue às Cadeias Civis Centrais de Lisboa, «ficando à disposição da Comarca de Vila do Conde, por quem havia sido solicitado».

* * *



**JOAQUIM FERNANDES TEIXEIRA**

Nasceu em 06-07-1906, em Coimbra. Polidor, com residência em Lisboa, foi preso em 10-03-1937, «por extremista», recolhendo, incomunicável, a uma esquadra. Transferido, em 05-04-1937, para a Cadeia do Aljube, seguiu, em 05-06-1937, para o Tarrafal. Regressou em 15-07-1940, entrou no Forte de Caxias e, no dia 30-07-1940, seria condenado pelo TME em 24 meses de prisão, dada por expiada. Libertado em 02-08-1940.



**JOAQUIM FERREIRA**

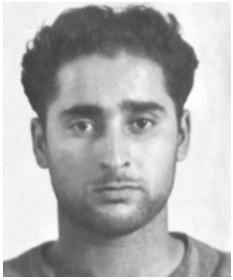
«O Joaquim da Pedra». Nasceu em 16-04-1892, em Sé, Lamego. Jornaleiro, seria julgado, à revelia, em 02-09-1938 e condenado a 4 anos de degredo. Enviado pelo Juíz de Direito da Comarca de Vila Real, deu entrada na sede da PVDE em 15-09-1939, por ter sido acusado pelo TME de «ser portador e ter feito uso de um punhal». Enviado para o Aljube, embarcou, em 19-09-1939, para o Tarrafal, fazendo parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações políticas prisionais, tendo sido enviados para o Campo acusados de possuírem armas proibidas. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.

* * *



**JOAQUIM GOMES CASQUINHA**

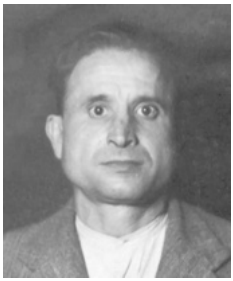
Nasceu em 13-02-1911, em Linda-a-Velha. Alistou-se, como voluntário, na Armada, era militante do PCP e integrou a ORA, sendo considerado pelo TME um dos dirigentes da "Revolta dos Marinheiros". Marinheiro artilheiro no NRP "Afonso Albuquerque", foi enviado pelo Comandante da PSP de Lisboa à PVDE em 08-09-1936, por estar «implicado no movimento revolucionário de 8 de setembro». Recolheu à 1.ª esquadra, passou, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária e, em 13-10-1936, foi condenado a 6 anos de prisão maior celular, seguidos de 10 de degredo ou, em alternativa, a 20 anos de degredo. Seguiu, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde se revelou um artista em construir animais em chifre como forma de passar o tempo. Passou para a tutela do Ministério da Justiça em 31-12-1945 e, por ter sido transferido para Peniche, embarcou no vapor "Ana Mafalda" em 30-07-1953. Entrou naquela prisão em 06-08-1953 e saiu em liberdade em 24-12-1953.



**JOAQUIM JACINTO**

Nasceu em 11-02-1911, em Tomar. Grumete artilheiro no NRP "Bartolomeu Dias", foi entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE em 08-09-1936, «por insubordinação», acusado de ter participado na "Revolta dos Marinheiros" que eclodiu nesse dia. Recolheu ao 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», seguiu, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa e, em 14-10-1936, seria condenado na pena de 4 anos de prisão maior celular, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, de onde regressou por motivo de doença e deu entrada, em 06-12-1950, na Fortaleza de Peniche. Transferido, em 22-12-1950, para a enfermaria da Cadeia Penitenciária de Lisboa, «para tratamento».

* * *



**JOAQUIM LUÍS MACHADO**

«O Tamanqueiro». Nasceu em 18-02-1901, em São Paio de Carvalhal, Barcelos. Jornaleiro e/ou tamanqueiro, a residir e a trabalhar em Tuy, Espanha, de onde foi expulso por indocumentado. Preso na fronteira de Valença em 11-04-1935, passou para a cadeia da Comarca de Vila Nova de Cerveira e seria solto em 08-05-1935. Regressou clandestinamente a Espanha e expulso, sendo detido, em 27-09-1935, no Posto fronteiriço de Valença. Levado para a cadeia desta Comarca e transferido, em 02-10-1935, para os calabouços da Comarca de Vila Nova de Cerveira, saiu em liberdade em 05-10-1935. Retornou a Espanha, voltou a ser expulso como indesejável por «suspeita de ter tomado parte, ao lado dos comunistas, no movimento revolucionário espanhol». Preso em 31-08-1936, seria transferido, em 05-09-1936, para a Delegação do Porto da PVDE. Entrou, em 15-10-1936, em Caxias, a fim de embarcar, em 17-10-1936, para o Tarrafal, sem julgamento. Acabou incluído no grupo dos "rachados", prestando informações à direção do Campo. Regressou em 08-02-1940 e foi libertado. As detenções, sempre pelo mesmo motivo, continuaram: 21-08-1946, 25-09-1946 e 12-09-1952.



**JOAQUIM MANUEL DA COSTA**

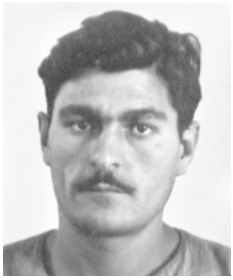
Nasceu em 23-03-1899, em Montemor-o-Novo. Carpinteiro, com residência em Lisboa, estava, em setembro de 1933, referenciado pela PVDE como sócio da Gráfica Artística (ou tipografia Futurista Gráfica segundo o seu Cadastro), na Rua Antero de Quental, a qual fazia, com a sua colaboração, a impressão de manifestos e impressos clandestinos para a Confederação Geral do Trabalho. Esteve, em março de 1935, associado ao início da publicação clandestina da 4.ª série do jornal "A Batalha". Preso em 04-11-1936, «para averiguações», recolheu, incomunicável, à 4.ª esquadra. Iniciou, então, o circuito pelos diferentes cárceres: 1.ª esquadra (30-01-1937), Cadeia do Aljube (13-03-1937), Peniche (02-04-1937) e, de novo, Aljube (01-06-1937). Embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem ter sido julgado e onde foi castigado com a "frigideira". Regressou, em 20-02-1945 e seguiu para Caxias. Julgado pelo TME em 07-03-1945, seria amnistiado ao abrigo do Decreto-lei 34 377, de 12-01-1945, e libertado em 09-03-1945.

* * *



**JOAQUIM MARQUES**

Nasceu em 19-01-1913, em Alenquer. Trabalhador, com residência na Aldeia Gavinha, foi preso e entregue, pela Administração daquele concelho à PVDE em 07-07-1937. Recolheu à 1.ª esquadra, dando início ao habitual périplo pelas diferentes prisões: Aljube (03-08-1937), 1.ª esquadra (20-10-1937), Caxias (06-12-1937), uma esquadra (31-03-1938), 1.ª esquadra (01-04-1938), Caxias (06-05-1938) e, novamente, 1.ª esquadra (06-12-1938). Julgado pelo TME em 07-12-1938 e condenado a 4 anos de degredo, entrou, em 08-12-1938, em Peniche, passou, em 31-03-1939, para o Aljube e, em 01-04-1939, embarcou para o Tarrafal, «por mau comportamento e atitudes ameaçadoras e rebeldes no Depósito de Presos de Peniche». Durante a permanência no Campo, foi punido com dias de internamento na "frigideira". Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, seria libertado em 12-11-1945, ficando a aguardar transporte para Lisboa. Regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné".



**JOAQUIM MARREIROS**

Nasceu em 27-07-1910, em Lagos. Grumete de manobras no navio "Bartolomeu Dias" e militante do PCP, participou, em 08-09-1936, na "Revolta dos Marinheiros" planeada pela ORA. Acusado do crime de «insubordinação», foi entregue, nesse mesmo dia, pelas autoridades da Marinha à PVDE, sendo levado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra». Transferido, em 18-09-1936, para a Penitenciária de Lisboa, seria condenado, em 13-10-1936, a 4 anos de prisão, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde, apesar de sofrer de uma úlcera péptica, nunca recebeu qualquer tratamento. Faleceu em 03-11-1948, com 38 anos, em condições prisionais terríficas e depois de doze anos de cativeiro. Foi o penúltimo preso a morrer nesta primeira fase de funcionamento do Tarrafal.

* * *



**JOAQUIM MONTES**

Nasceu em 11-09-1912, em Almada. Corticeiro, membro da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e anarquista, participou na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Preso em 30-01-1934, acusado de ter procedido à «distribuição de bombas para serem utilizadas em Lisboa e outras localidades do País» e ter provocado, «com outros, a paralisação do trabalho em Almada», foi condenado, em 08-03-1934, a 14 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Deportado, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde foi punido com dezenas de dias de internamento na "frigideira". Faleceu em 14-02-1943, atacado pelo paludismo e com febre biliosa, depois de estar três dias na enfermaria. Tinha 30 anos de idade. Manuel Francisco Rodrigues retrata-o como um jovem de olhos azuis e cabelos louros e um apaixonado pelo seu ideal: um «partidário da Liberdade e da Justiça Social» que «resistiu a sete anos deste clima de inferno».



**JOAQUIM PAIS**

«O Varino». Nasceu em 10-01-1904, em Estarreja. Quando eletricista, com residência em Lisboa, foi preso por diversas vezes durante a I República, nomeadamente em 23-05-1925, «como suspeita de ser agitador e como conhecido sindicalista», e em 30-07-1925, «por suspeita de querer atentar contra a vida do 2.º Comandante da P.S.P.», tendo sido deportado para Luanda por fazer parte das Juventudes Sindicalistas e integrar a Legião Vermelha. Já como ajudante de caldeireiro, seria preso em 07-01-1934, por ser um dos responsáveis pela distribuição de manifestos clandestinos relacionados com o 18 de janeiro, da autoria da Federação Anarquista da Região Portuguesa. Condenado, em 24-03-1934, a 5 anos de desterro, embarcou, em 23-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde foi castigado com dias de internamento na "frigideira". Regressou em 15-07-1940, por ter sido amnistiado, continuando a residir em Lisboa. Foi acusado de colaborar com a direção do Campo.

* * *



**JOAQUIM PEDRO**

Nasceu em 29-06-1911, em Portimão. Servente de Pedreiro, anarcossindicalista, esteve envolvido nos preparativos da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934 em Portimão. Preso e entregue, em 10-03-1934, pelo Comando da PSP de Faro, acusado de, em dezembro de 1933, ter sido portador de bombas explosivas. Condenado, em 18-08-1934, a 10 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, embarcou em 23-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde foi castigado com dias de internamento na "frigideira". Integrou a Organização Libertária do Campo do Tarrafal e, em 09-01-1946, subscreveu a exposição dirigida por presos políticos no Tarrafal à Comissão Executiva do MUD, apoiando as resoluções tomadas na sessão de outubro de 1945. No dia seguinte, assinou, com António Gato Pinto, o comunicado dirigido à Federação Anarquista da Região Portuguesa, onde se solicitava informação sobre a sua posição oficial perante o momento político e se transmitia o agrado perante o manifesto publicado pela CGT em apoio ao MUD. Passou, em 31-12-1945, para a jurisdição do Ministério da Justiça. Terá falecido em 2000.

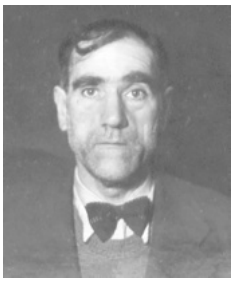


**JOAQUIM RIBEIRO**

Nasceu em 08-11-1910, em Ferreira do Zêzere. Alistou-se na Armada em 1930, aderiu ao PCP em 1934 e integrou a ORA, fazendo parte do núcleo que preparou a "Revolta dos Marinheiros" em 08-09-1936. 1.º artilheiro do NRP "Bartolomeu Dias", foi entregue nesse mesmo dia pelas autoridades da Marinha à PVDE, acusado de «insubordinação». Levado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», seria transferido, em 18-09-1936, para a Penitenciária de Lisboa. Condenado, em 13-10-1936, a 4 anos de prisão maior celular, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde foi castigado com a "frigideira" e adoeceu com a biliosa. Passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério da Justiça. Libertado em 22-09-1952, por ter terminado a pena a que havia sido condenado, regressou, com mais quatro companheiros, no navio de passageiros "Ana Mafalda", pertencente à Marinha Mercante Portuguesa. Seria novamente preso em março de 1952 e julho de 1966.

Joaquim Ribeiro, *No Tarrafal, prisioneiro*, A Opinião, 1976.

* * *



**JOAQUIM ROQUE**

Nasceu em 08-11-1887, em Lisboa. Polidor, com residência na capital, foi entregue pelo TME à PVDE em 24-10-1940, recolhendo à 1.ª esquadra. Seguiu, em 26-10-1940, para Caxias e regressou àquela esquadra em 22-11-1940, a fim de ser julgado no dia seguinte. Condenado a 14 anos de degredo, acusado de ser detentor de uma pistola «Colt» e respetivos cartuchos, reingressou em Caxias em 24-11-1940. Novamente julgado em 21-12-1940, por ter interposto recurso, viu confirmada a pena e embarcou, em 27-02-1941, para o Tarrafal, fazendo parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviado para o Campo por possuir uma arma proibida. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945 e libertado em 06-01-1946, regressou a Lisboa, no vapor "Guiné", em 01-02-1946. Levado para o Aljube, foi entregue ao 1.º Juízo Correcional de Lisboa por já não interessar à PVDE.



**JOAQUIM ZACARIAS**

Nasceu em 03-12-1904, em Alcácer do Sal. Guarda da PSP, foi por esta polícia entregue à PVDE em 04-12-1937, «para averiguações». Levado para a Penitenciária, iniciou o conhecido percurso pelos cárceres políticos: Cadeia do Aljube (28-01-1938), Forte de Caxias (15-03-1938) e Peniche (13-08-1938). Transportado para o Aljube em 22-10-1938, a fim de ser julgado pelo TME, seria condenado a 3 anos de desterro. Retornou a Peniche nesse mesmo dia e passou, em 31-03-1939, pelo Aljube, para ser transferido, em 01-04-1939, para o Tarrafal «por mau comportamento e atitudes ameaçadoras e rebeldes no Depósito de Presos de Peniche». Regressou em 15-07-1940, reentrou no Aljube e, por ter sido amnistiado, foi libertado no dia seguinte.

* * *



**JOSÉ AGOSTINHO CÂNDIDO**
**OU JOSÉ AGOSTINHO**

Nasceu em 30-01-1905, em Adão, Guarda. Jornaleiro, preso na fronteira de Beirã em 16-04-1941, foi enviado à PVDE no dia seguinte, recolhendo à 1.ª esquadra. Transferido para a Cadeia do Aljube em 01-05-1941 e, em 22-06-1941, para Peniche, embarcou, em 04-09-1941, para o Tarrafal, sem ter sido julgado, desconhecendo-se a acusação que lhe foi dirigida. Regressou em 20-02-1945, sendo entregue nessa data ao Governo Militar de Lisboa.



**JOSÉ ALEXANDRE**

Nasceu em 29-10-1907, em Coimbra. Pedreiro, com residência no Lugar do Bordalo, esteve envolvido nos preparativos da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934 e integrou o trio de anarquistas responsável pela sabotagem dos transformadores de corrente da União Elétrica Portuguesa ocorrida naquela madrugada, deixando a cidade de Coimbra às escuras. Preso e enviado pelo Comando da PSP desta cidade para Lisboa em 26-01-1934, seria julgado pelo TME em 09-02-1934 e condenado a 18 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal. Entregue, em 31-12--1945, ao Ministério da Justiça, permaneceu no Campo até final de 1953, trabalhando, por fim, na padaria da Vila do Tarrafal, de onde regressava para pernoitar. Transferido para Peniche em 31-12-1953, saiu em liberdade condicional em 14-03-1955. O Tribunal de Execução das Penas de Lisboa concedeu-lhe, em 30-03-1960, a liberdade definitiva.

* * *



**JOSÉ ANTÓNIO FILIPE**

Nasceu em 25-12-1913, em Alcobaça. 1.º marinheiro artilheiro no aviso "Pedro Nunes", integrou a ORA, fazendo a distribuição de "O Marinheiro Vermelho" no seu barco, e participou na reunião de 07-09-1936, na qual se decidiu desencadear, na madrugada seguinte, o movimento que ficou conhecido como "Revolta dos Marinheiros". Enviado pelo Ministério da Marinha à PVDE em 13-09-1936, ficou incomunicável numa esquadra e passou, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa. Condenado, em 13-10-1936, na pena de 2 anos de prisão maior celular ou, em alternativa, a 3 anos de degredo, interpôs recurso, tendo o TME, em sessão de 21-10--1936, confirmado a sentença. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal. Regressou em 15-07-1940 e saiu em liberdade.



**JOSÉ BARATA JÚNIOR**

Nasceu em 26-08-1916, em Lisboa. Alistou-se na Armada, como voluntário, em 1932, quando tinha 16 anos. Grumete artilheiro no NRP "Bartolomeu Dias", foi entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE em 08-09-1936, por estar envolvido na "Revolta dos Marinheiros" desencadeada nesse dia pela ORA, estrutura clandestina a que pertencia. Recolheu ao 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», foi transferido, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa e, julgado, em 13-10-1936, seria condenado pelo TME na pena de 4 anos de prisão maior, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal. Passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério da Justiça e, em 10-09-1947, terá sido transferido para a "metrópole". Passou, depois, pela Penitenciária, Limoeiro e Peniche, sendo libertado ao fim de 14 anos, 4 meses e 8 dias. Reintegrado na Armada depois do 25 de Abril, como sargento-ajudante, faleceu em 07-06-2014, com 97 anos.

* * *



**JOSÉ BERNARDO**

Nasceu em 1907 ou 1908, em Prados, Celorico da Beira. Soldador na Sociedade Mecânica Setubalense, integrou, em 1931-1932, a direção do Sindicato Único dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Setúbal. Anarcossindicalista, participou nos preparativos da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, tendo sido preso pelo Comando Distrital de Setúbal da PSP uma semana antes, em 11-01-1934, por andar a testar explosivos. Entregue na PVDE em 23-01-1934, seguiu, em 05-02-1934, para a Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa, na Trafaria e, em 29-09-1934, seria transferido para a Cadeia do Aljube. Condenado, em 10-10-1934, a 3 anos de desterro, acusado de, em dezembro de 1933 e janeiro de 1934, «fazer parte do Comité Grevista Revolucionário de Setúbal, tendo efetuado várias reuniões nos arredores daquela cidade». Enviado, em 19-12-1934, do Aljube para Peniche, seguiu, em 08-06-1935, para Angra do Heroísmo. Embarcou, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde integrou o comité dos libertários e colaborou com Mário Castelhano e Tomás Aquino. Regressou em 15-07-1940 e libertado por ter sido amnistiado. Faleceu em 29-11-1987, em Setúbal.



**JOSÉ BORGES SELEIRO**

Nasceu em 08-05-1900, em Serpa. Motorista da Carris de Lisboa e militante do PCP, tinha funções diretivas na Comissão Intersindical. Na clandestinidade, interveio nos preparativos da greve de 18-01-1934 e escapou às prisões efetuadas. Continuou ligado à CIS e, em 20-02-1935, seria julgado à revelia e condenado a 4 anos de desterro, pena confirmada em 20-03-1935. Prosseguiu a atividade sindical e partidária, com ligações ao SVI. Capturado em 12-05-1935 e levado para uma esquadra, passou pelo Aljube (01--06-1935, 20-12-1935) e 1.ª esquadra (17-08-1935). Embarcou, em 08-01--1936, para Angra do Heroísmo e, submetido a novo julgamento (31-07--1936), o degredo passou para 5 anos. Seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde conheceu a "frigideira" e se converteu ao regime: incluído no grupo dos "rachados", cooperou com a direção do Campo. Voltou em 05--02-1941, entrou no Aljube e foi solto em 07-02-1941.

* * *



**JOSÉ CORREIA PIRES**

Nasceu em 17-04-1907, em São Bartolomeu de Messines, Silves. Carpinteiro em Messines, integrou o núcleo das JS, militou na CGT e pertenceu ao Sindicato da Construção Civil. Detido em 1932, em Faro, ficou seis meses no Aljube, onde conviveu com anarquistas e anarcossindicalistas. Julgado pelo TME em 1933 e absolvido, participou na preparação da greve revolucionária de 18-01-1934 na região algarvia, em que não interveio por andar fugido. Exilou-se em Espanha e, em Madrid, integrou o secretariado da Federação Anarquista dos Portugueses Exilados. Regressou, clandestinamente, e envolveu-se em conspirações reviralhistas. Preso em 05-11-1936, recolheu à 32.ª esquadra e iniciou o circuito pelos cárceres: 1.ª esquadra (09-01-1937), Aljube (01-03-1937), 28.ª esquadra (03-03-1937), 1.ª esquadra (16-03-1937), Aljube (23-03-1937). Deportado, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem ter sido julgado, passou dezenas de dias na "frigideira", integrou a "brigada brava" e construiu caixões dos que faleciam. Regressou em 20--02-1945, entrou em Caxias e, amnistiado, seria solto em 09-03-1945. Continuou libertário e fixou-se em Almada. Faleceu em 28-10-1976.

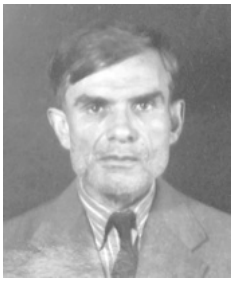
José Correia Pires, *Memória de um prisioneiro do Tarrafal*, Ed. Dêagá, 1975



**JOSÉ DE ALMEIDA**

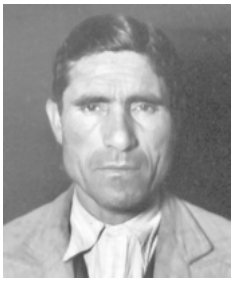
Nasceu em 13-03-1904, em São Vítor, Braga. Tipógrafo, foi entregue pela Comarca de Braga à Delegação do Porto da PVDE em 27-07-1941, ficando à ordem do TME. Julgado em 13-08-1941, foi condenado a 12 anos de degredo, levado, em 31-08-1941, para o Forte de Caxias e, em 04-09-1941, embarcou para o Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa, no vapor "Guiné", em 01-02-1946, saindo em liberdade. Voltou a residir em Braga.

* * *



**JOSÉ DE ALMEIDA**

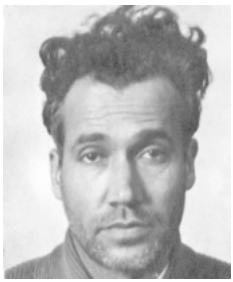
Nasceu em 24-07-1893, na freguesia de S. Bartolomeu, Coimbra. Sapateiro, foi um influente ativista anarquista, libertário e anarcossindicalista de Coimbra desde o início da década de 1910. Funcionou na sua morada, durante a década de 1920, a redação e administração de jornais de orientação comunista-anarquista. Talvez em 1931, ter-se-á ligado ao SVI e ao PCP. Preso em 28-08-1932, seria enviado pelo Comando da PSP de Coimbra para Lisboa e levado para uma esquadra. Libertado em dezembro de 1932, terá sido afastado da atividade partidária devido a conduta privada, voltando às origens anarquistas. Preso em 26-01-1934, em Coimbra, no âmbito da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, seria condenado, em 09-02-1934, a 6 anos de desterro. Seguiu, em 23-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde se destacou na Organização Libertária do Campo do Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946 e saiu em liberdade. Preso novamente em 06-11-1948, em Coimbra, recolheu aos calabouços da PSP. Enviado para Lisboa em 17-11-1948, entrou no Aljube. Libertado em 31-03-1949. Faleceu em 09-10-1962, com 69 anos.



**JOSÉ DE SOUSA**

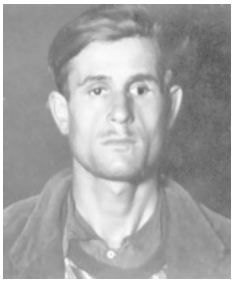
Nasceu em 11-11-1895, em Alijó, distrito de Vila Real. Contínuo, foi entregue pela PSP de Lisboa na sede da PVDE em 06-04-1939 e levado, incomunicável, para uma esquadra. Transferido, em 26-04-1939, para a 1.ª esquadra, seria entregue ao juiz de turno do Tribunal da Boa-Hora em 05-05-1939. Regressou à sede da PVDE em 12-06-1939, enviado pelo 9.º Juízo Criminal de Lisboa, e entrou no circuito de transferências de cárcere: Aljube, Caxias (24-09-1939) e, de novo, Aljube (26-01-1940). Condenado, em 27-01-1940, a 14 anos de degredo, desconhecendo-se a acusação, regressou, em 31-01-1940, a Caxias e, em 23-02-1940, embarcou para o Tarrafal. O TME julgou, em 13-04-1940, o recurso apresentado, sem que houvesse alteração da pena. Libertado em 30-11-1945, abrangido pela amnistia de 18-10-1945, ficou a aguardar embarque para Lisboa. Regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné".

* * *



**JOSÉ DE SOUSA COELHO**

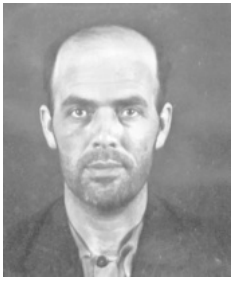
Nasceu em 17-08-1898, em Penacova, distrito de Coimbra. Torneiro, teve ação sindical e política na I República, como anarcossindicalista e no PCP, do qual foi um dos fundadores em 1921. Tornou-se, entre 1930 e 1933, o principal dirigente junto dos sindicatos, possibilitando a criação, em 1930, da Comissão Intersindical. Envolveu-se na eclosão da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, não a considerando, no entanto, um «movimento revolucionário insurrecional». Procurado, foi condenado à revelia, em 20-02-1935, a 6 anos de desterro. Preso em 11-11-1935, seguiu para uma esquadra e, nesse mesmo dia, para o Aljube. Após dois meses em regime de incomunicabilidade, embarcou, em 08-01-1936, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, passou para o Tarrafal, onde foi castigado, por diversas vezes, com dias de internamento na "frigideira". Integrou a direção da Organização Comunista Prisional e, devido ao acentuar das divergências políticas com Bento Gonçalves, criou o grupo dos comunistas afastados. Regressou em 20-02-1945, saindo em liberdade. Procurou formar o Partido Social Operário, aderiu, em 1946, ao reativado PSP e evidenciou-se enquanto dirigente do movimento cooperativista. Faleceu em 1967.



**JOSÉ DE SOUSA GUERREIRO**

Nasceu em 27-10-1915, em Alfarrobeira, Loulé. Trabalhador, foi preso no Posto fronteiriço de Beirã em 22-08-1940, «por o seu nome constar numa circular dos serviços secretos». Transferido, em 23-08-1940, para a sede da PVDE e entregue na 1.ª esquadra, foi sendo sucessivamente transferido de cárcere: Aljube (04-09-1940), Forte de Caxias (19-09-1940), 1.ª esquadra (06-03-1941), Caxias (13-03-1941) e, por fim, em 17-06-1941, embarcou para o Tarrafal, por ter vindo de Espanha. Regressou a Lisboa em 20-02-1945, tendo sido entregue, na mesma data, ao Governo Militar de Lisboa, tal como outros presos que tinham passado pelo país vizinho.

* * *



**JOSÉ DOS SANTOS VIEGAS**

«O Tavira». Nasceu em 01-11-1912, na freguesia de Santa Maria, Tavira. Litógrafo, a residir em Vila Real de Santo António, aderiu ao PCP em 1933 e participou nos preparativos da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Preso e entregue à PVDE pela PSP de Faro em 03-02-1934, seria condenado, em 16-04-1934, a 12 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Circulou pelas prisões de Faro, Lisboa e Presídio Militar da Trafaria e, em 08-09-1934, embarcou para Angra do Heroísmo. Transferido, em 23-10-1936, para o Tarrafal, passou, em 31-12-1945, para a tutela do Ministério da Justiça. Em 09-11-1949, foi-lhe concedida, por três anos, a liberdade condicional. Libertado em dezembro, só pôde regressar com o auxílio económico de Luís e Herculana de Carvalho. Desembarcou em 31-12-1949, devendo apresentar-se mensalmente na PIDE de Faro. A viver em Olhão, foi novamente preso em 26-05-1952, levado para Caxias e para o Aljube, alternando entre estas duas cadeias o novo ciclo de detenção. Solto em 11-05-1953, por ter sido absolvido em 08-05-1953. Foi-lhe concedida a liberdade definitiva em 11-05-1954.



**JOSÉ DUARTE**

«O José da Baloita». Nasceu em 15-04-1897, em Baloita-Cepões, Lamego. Referenciado como trabalhador, terá sido preso em Lamego e deu entrada na Delegação do Porto da PVDE em 03-12-1938, ficando a aguardar julgamento do TME. Condenado, em 29-08--1939, a 3 anos de degredo, seria, em 21-02-1940, transferido da Delegação do Porto para a Cadeia do Aljube de Lisboa e, no mesmo dia, para Caxias. Embarcou, em 23-02-1940, para o Tarrafal, de onde regressou em 20-02-1945, saindo em liberdade.

* * *



**JOSÉ FILIPE PIÇARRA**

Terá nascido em 1891, em Lisboa. Ex-tenente de infantaria, estava deportado nos Açores quando se apresentou, em 11-05-1929, no Ministério da Guerra. Preso em julho de 1930, foi-lhe fixada residência nos Açores, para onde seguiu em 08-08-1930. Participou no movimento militar da Madeira, passou, em 09-06--1931, para Cabo Verde e, abrangido pela amnistia de 05-12-1932, apresentou-se em 18-01-1933. Preso em 12-07-1933, seguiu, em 14-07-1933, para Peniche, onde lhe foi fixada residência e aí continuou, mesmo quando libertado em 26-07-1933. Evadiu-se em 27-10-1933, exilou--se em Espanha, regressou e seria capturado pela Delegação do Porto da PVDE em 06-10-1934. Passou, então, por Peniche (14-10-1934), Aljube (22--02-1935) e enfermaria do Limoeiro, até regressar ao Porto (25-04-1935). Condenado, em 02-05-1935, a 3 anos de desterro, retornou, em 04-05-1935, a Peniche, de onde se evadiu em 02-05-1936. Capturado e entregue pela PSP de Beja em 07-01-1937, seguiu para o Aljube e, em 05-06-1937, embarcou para o Tarrafal, onde foi espancado e esteve, como castigo, encarcerado na prisão da Vila, antes de sofrer dias de internamento na "frigideira". Integrou o restrito núcleo dos republicanos mas, almejando a libertação, teve comportamentos impróprios para com os correligionários e outros deportados, o que fez com que fosse "desprezado" e ficasse isolado. Regressou em 15--07-1940, seguiu para Caxias e foi solto em 24-12-1940.



**JOSÉ FERREIRA**

«José do Porquito». Nasceu em 09-04-1900, em Zambujal. Pedreiro, foi detido pela PVDE em 28-01-1939, «para averiguações», enviado para o Aljube e libertado dias depois, em 02-02-1939. Voltou a ser preso pela PVDE em 09-06-1939, «para averiguações», permaneceu no Aljube até 22-07-1939, data em que seria transferido para Caxias e, em 04-12-1939, reingressou no Aljube, onde ficou enquanto decorreu o julgamento no TME, desconhecendo-se a respetiva acusação. Condenado, em 09-12-1939, na pena de 11 anos de degredo, viu-a confirmada em 20-12-1939 e reingressou em Caxias. Embarcou, em 23-02-1940, para o Tarrafal, sendo libertado em 07-05-1953. Terá ficado a residir no Tarrafal.

* * *



**JOSÉ FERREIRA GALINHA**

Nasceu em 20-12-1897, em Arcos, Anadia, ou em Coimbra. Detido em 19-11-1927, «por suspeita de conspirar contra a situação», e solto em 02-12-1927. Serralheiro mecânico em Coimbra, militou no PCP e era o representante dos partidários da CIS no Comité Sindicalista Revolucionário daquela cidade aquando da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Preso em 17-01-1934 e enviado para Lisboa em 26-01-1934, seria condenado, em 09-02-1934, a 12 anos de degredo, acusado do transporte de explosivos e participação em reuniões. Em audiência de recurso, realizada em 10-03-1934, a pena passou para 10 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, por se considerar «que teve uma ação menos ativa nos acontecimentos do que os seus corréus». Embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde sofreu dias de internamento na "frigideira", revelou-se hábil mecânico e integrou o grupo republicano. Libertado em 03-11-1945, ficou a residir em Cabo Verde, a seu pedido, regressando nos anos sessenta. Depois do 25-04-1974, terá aderido ao PS. Já octogenário, sobrevivia em condições precárias.



**JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS MALARRANHA OU JOSÉ TROVISCO [MALARRANHA]**

Nasceu em 18-03-1906, em Évora. Em 1932, estava deportado em Cabo Verde. Abrangido pela amnistia de 05-12-1932, regressou e apresentou-se na SVPS em 17-01-1933. Empregado de escritório em Évora, foi preso em 30-09-1936, recolheu à 7.ª esquadra e entrou no circuito de transferências de cárcere: Aljube (25-10-1936), esquadra (14-11-1936), Aljube (28-11-1936), Peniche (19-12-1936) e 1.ª esquadra (19-02-1937). Condenado, em 20-02-1937, a 6 anos de degredo, voltou ao Aljube (23-03-1937, 01-06-1937) e a Peniche (02-04-1937). Embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde sofreu espancamentos, foi castigado com a "frigideira" e seria acusado de estabelecer contactos com o cabo-verdiano Miguel Óscar de Oliveira, que viria a ser encarcerado no Campo. Libertado em 15-11-1945, permaneceu, a seu pedido, em Cabo Verde. Regressou de S. Vicente em 05-07-1949.

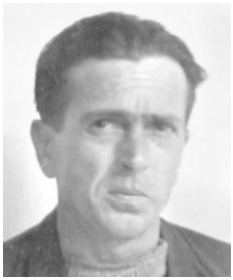
* * *



**JOSÉ GILBERTO FLORINDO DE OLIVEIRA**

Nasceu em 13-08-1915, em Lisboa. Preso em janeiro de 1933, enquanto dirigente da FJCP, seria deportado para Angra do Heroísmo, onde chegou em 22-11-1933. Condenado, em 20-08-1934, a 540 dias de prisão, saiu em liberdade em 23-02-1935, integrando o Secretariado da FJCP. Enviado pelo Comando da PSP de Lisboa à SPS da PVDE em 12-07-1936, acusado de «comunista», ficou detido no Aljube. Referenciado como empregado de comércio, foi enviado, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde integrou a Organização Comunista Prisional, conheceu a "frigideira" e tentou evadir-se em 02-08-1938, com outros três militantes. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946 e saiu em liberdade. Antes da viagem para Lisboa, devidamente autorizado, escalou, juntamente com Sebastião Torrie e Artur Paquete, o Monte Graciosa que há muito avistava do Campo. Participou, em 1946, no II Congresso Ilegal do PCP (1946) e passou à clandestinidade durante vários anos. Preso em 02-10-1965, «por atividades contra a segurança do Estado», seguiu para Caxias, de onde foi solto em 19-04-1966.

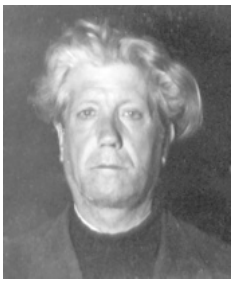
Gilberto de Oliveira, *Memória Viva do Tarrafal*, Edições avante!, 1987



**JOSÉ GOMES**

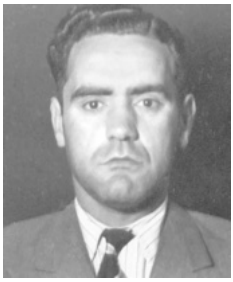
«O José Dourador». Nasceu em 05-12-1893, em Palmela. Pintor, foi preso em 14-04-1928, acusado de ser «agitador e fabricante de explosivos» e deportado para Angola em 07-06-1928. Evadiu-se em 09-06--1928, quando o vapor "Moçambique" aportou no Funchal, sendo recapturado em 22-07-1928. Apresentou-se, em 20-10-1930, no Quartel-General do Governo Militar da Madeira, teve residência fixada nos Açores e, em março de 1931, embarcou para Cabo Verde. Abrangido pela amnistia de 05-12--1932, apresentou-se em 26-04-1933 e saiu em liberdade. Preso novamente em 17-04-1937, «para averiguações», recolheu a uma esquadra. Levado, em 07-05-1937, para a esquadra do Governo Civil, passou, em 02-06-1937, pelo Aljube e seguiu, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem ter sido julgado. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi libertado em 16-11-1945.

* * *



**JOSÉ GOMES**

Nasceu em 19-07-1889, em Lisboa. Torneiro mecânico, trabalhou em Évora, onde conviveu com o operário tipógrafo Sertório Fragoso, que muito o influenciou quanto às suas ideias libertárias, na Catalunha, onde terá aprendido música no Conservatório de Barcelona e convivido com anarcossindicalistas, e em França. Voltou a Espanha e terá sido no regresso a Portugal que foi detido pela PVDE, «para averiguações», em 28-11-1941, e enviado para a Cadeia do Aljube. Entrou, então, no circuito de transferência entre cárceres: Forte de Caxias (04-02-1942), 1.ª esquadra (23-03-1942) e Caxias (24-03-1942). Embarcou, em 10-09-1942, para o Tarrafal, por ter vindo de Espanha, sem ter sido julgado e quando já tinha mais de 50 anos. Assumia-se como «vegetariano e pacifista» e dedicava o tempo a tocar um velho violino encontrado no Campo, já que o seu teria ficado em França. Regressou em 20-02-1945 e levado para a Cadeia do Aljube, foi entregue, em 24-02-1945, ao 8.º Juízo Criminal.



**JOSÉ GOMES DA SILVA**

Nasceu em 21-07-1913, em Lisboa. Enfermeiro, foi detido pela PVDE em 17-05-1943, «para averiguações», e enviado incomunicável para uma esquadra. Seguiu, em 15-06-1943, para o Aljube, e embarcou, em 28-09-1943, para o Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi libertado em 13-11-1945, ficando a aguardar embarque para Lisboa. Regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné", e voltou a residir no Dafundo. Segundo Manuel Francisco Rodrigues, dirigira «os serviços de saúde no forte de Caxias» e teria sido enviado para o Campo, segundo o próprio, «por ser demasiado anglófilo». Acácio Tomás de Aquino refere que estava instalado na «célebre caserna dos provocadores», o que não impedia de ter sido castigado com dias de internamento na "frigideira".

* * *



**JOSÉ JACINTO DE ALMEIDA**

«O Al Capone». Nasceu em 16-02-1910, em Lisboa. Grumete de manobras no NRP "Dão", participou na "Revolta dos Marinheiros", organizada pela ORA em 08-09-1936. Entregue, nesse mesmo dia, pelas autoridades da Marinha à PVDE, «por insubordinação», e levado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra». Transferido, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária, seria condenado, em 13-10-1936, a 6 anos de prisão maior celular, seguidos de 10 de degredo ou, em alternativa, a 20 anos de degredo. Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde foi castigado com dezenas de dias de internamento na "frigideira". Transferido, «por determinação superior», para a Fortaleza de Peniche, onde entrou em 10-03-1950. Em ofício datado de 19-07-1950, a direção daquela prisão comunicou a sua passagem para a Cadeia Penitenciária de Lisboa com vista à sua hospitalização.



**JOSÉ JÚLIO FERREIRA**

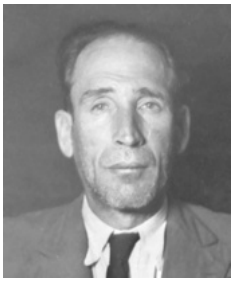
Nasceu em 06-11-1900, em Lisboa. Trabalhador, com residência em Lisboa, foi preso em 31-10-1927, «por conspirar contra a Ditadura Militar e ter ligações revolucionárias». Deportado, em 15-11-1927, para África, seguiu, em 10-09-1930, para os Açores, indo a bordo do vapor "Mouzinho". Em dezembro de 1932, quando abrangido pela amnistia do dia 5, encontrava-se com residência obrigatória em Cabo Verde, «por motivos políticos». Regressou e apresentou-se em 17-01-1933, indo residir no Porto. Preso em 26-07-1937, em Lisboa, recolheu, incomunicável, a uma esquadra e, em 06-11-1937, embarcou para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou condenado. Libertado em 31-12-1945, por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945. Regressou a Lisboa em 01-02-1946, no barco "Guiné", e declarou ir residir para Figueiró dos Vinhos.

* * *



**JOSÉ LOPES**

Nasceu em 30-04-1908, em Lisboa. Serralheiro, foi detido pela PIDE em 10-04-1947, «para averiguações», e enviado para o Aljube. Embarcou, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou incriminado, provavelmente devido à greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, organizada pelo PCP. Vigiado por guardas da PIDE, ficou numa instalação diferente dos presos que já se encontravam no Campo. Libertado em 30-09-1947, ficou a aguardar viagem para Lisboa na cidade da Praia. Regressou em 07-11-1047 e apresentou-se na sede da PIDE, tendo sido solto.



**JOSÉ LUIZ MARQUES LEBROTO**

Terá nascido em 1899, em Santarém. Integrou, como 1.º cabo, o Corpo Expedicionário Português. Funcionário público, estava, em 1932, com residência obrigatória em Cabo Verde. Abrangido pela amnistia de 05-12-1932, regressou e apresentou-se na Secção de Vigilância Política e Social em 19-01-1933. Novamente preso em 1933, seria deportado, em 19-11-1933, para Angra do Heroísmo, «acusado de estar implicado na preparação de um movimento revolucionário prestes a eclodir». Seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde estava conotado com os presos de tendências republicanas, encontrando-se, por vezes, alojado numa barraca fora do Campo. Regressou em 08-02-1940 e saiu em liberdade.

* * *



**JOSÉ MANUEL ALVES DOS REIS**

Nasceu em 17-02-1894, em Setúbal. Residia no Montijo, onde foi marceneiro e, mais tarde, proprietário de uma taberna. Libertário, terá tido ligações com ativistas da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Entregue, em 13-12-1936, pelo Administrador do Concelho do Barreiro à PVDE, recolheu, incomunicável, a uma esquadra. Transferido, em 30-12-1936, para a 1.ª esquadra, entrou, no dia seguinte, no Aljube, passou, em 17-03-1937, para Peniche e, em 01-06-1937, regressou ao Aljube. Embarcou para o Tarrafal em 05-06-1937, sem ter sido julgado ou condenado, nem perceber a razão da detenção. Durante os sete anos que ali sobreviveu, passou dias na "frigideira" e a sua saúde degradou-se: «dependia da ajuda dos companheiros, para se recostar nos travesseiros, para comer, para lhe lavarem a roupa, os pratos, as colheres». Com problemas de estômago, passou oito meses na enfermaria e, apesar das constantes queixas, não obteve do médico qualquer intervenção clínica atempada. Faleceu em 11-06-1943, com 49 anos. José Severino de Melo Bandeira foi um dos deportados que o tratou até ao fim, auxiliando-o nas suas necessidades.



**JOSÉ MANUEL CARDOSO**

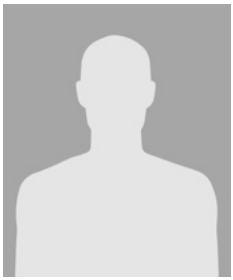
Nasceu em 15-11-1899, em Almaceda, Castelo Branco. Levado de Castelo Branco para a sede da PVDE em 16-05-1939, à ordem do TME. Entregue na 1.ª esquadra, seguiu para o Aljube no próprio dia e, em 03-06-1939, seria condenado na pena de 2 anos de degredo «numa das colónias». Transferido, em 10-06-1939, para Caxias, embarcou, em 20-06-1939, para o Tarrafal, de onde regressou em 02-09-1940 e foi restituído à liberdade.

* * *



**JOSÉ MARIA DE ALMEIDA JÚNIOR**

Nasceu em 12-03-1899, em Segões, Moimenta da Beira. Funcionário público, estava deportado na Guiné quando participou na revolta de 1931, iniciada na Madeira em 4 de abril e alastrada aos Açores e àquela colónia. Falhado o movimento insurreto, partiu para o Senegal, embarcou em Dacar para Las Palmas, seguiu para Cádis e fixou-se, temporariamente, em Sevilha. Regressou clandestinamente, continuou a conspirar e acabou por ser capturado, acusado de estar envolvido num atentado contra Salazar, que se encontrava no Caramulo. Preso em meados de 1933, seria deportado, em 19-11-1933, para Angra do Heroísmo. Condenado, em 21-08-1934, a 18 anos de degredo, ficando entregue ao Governo, embarcou, em 23-10-1936, para o Tarrafal. Conotado com os presos de tendências republicanas, encontrando-se, por vezes, alojado numa barraca fora do Campo, veio a colaborar com as autoridades, não sendo bem visto por outros deportados devido a atitudes tomadas, nomeadamente quando trabalhava no armazém de géneros. Regressou em 08-02-1940, deu entrada em Caxias e seria libertado em 03-06-1940 por ter sido amnistiado. Faleceu em 24-11-1983, em Odivelas.



**JOSÉ MARIA DE ALPOIM**

Nasceu em 27-06-1893, em São Miguel de Fontoura, Valença. Em 04-01-1934, quando 1.º cabo da Guarda Fiscal, era procurado pela PVDE por estar envolvido na "sublevação de Bragança", de caráter reviralhista, ocorrida na madrugada de 27-10-1933. Julgado no Porto, à revelia, em 09-07-1934, acusado de participação no assalto ao quartel do Regimento de Infantaria 10, em Bragança, e na preparação do movimento revolucionário que ali devia eclodir, seria condenado a 6 anos de desterro. Capturado pelo Posto de Bragança em 02-11-1937, por andar fugido e ter a cumprir 4 anos de degredo, foi transferido, em 07-11-1937, para a Delegação do Porto da PVDE e entregue, em 29-11-1937, à Diretória PVDE. Identificado como lavrador, entrou, em 26-07-1938, em Caxias e, no dia seguinte, seria condenado a 8 anos de degredo. Embarcou, em 01-04-1939, para o Tarrafal, onde foi penalizado com dias de internamento na "frigideira" e veio a colaborar com as autoridades, não sendo bem visto por outros deportados devido a atitudes tomadas, nomeadamente quando trabalhava no armazém de géneros. Libertado em 28-04-1945.

* * *



**JOSÉ MARIA VIDEIRA**

Nasceu em 26-04-1896, em Bendada, Sabugal. 1.º sargento, integrou a Organização Revolucionária dos Sargentos, da qual foi dirigente. Em abril de 1929, estava detido e, em fevereiro de 1932, encontrava-se na esquadra de Alcântara, tendo transitado para o Forte de S. Julião da Barra, de onde se evadiu. Recapturado em outubro, seguiu para a Cadeia do Aljube, de onde foi deportado para Santa Cruz da Graciosa e enviado, em 22-11-1933, para Angra do Heroísmo. Demitido, em 1934, do Exército, seria condenado, em 27-08-1934, a mais um ano de desterro. Novamente julgado em 31-07-1936 e sentenciado a 6 anos de desterro, embarcou, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde integrou o grupo dos republicanos e passou dezenas de dias na "frigideira". Apesar do mandado de soltura datar de 06-09-1939, o Diretor da PVDE determinou que se mantivesse em prisão preventiva por «se tratar de um elemento perigoso e indesejável». Regressou em 15-07-1940 e, por ter sido amnistiado, libertado. Detido, mais uma vez, em 15-03-1947, entrou em Caxias e foi solto em 18-04-1947, sendo absolvido em 07-03-1949. Faleceu em 16-06-1976, em Lisboa.



**JOSÉ MARQUES**

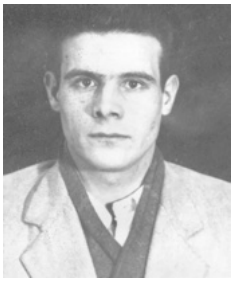
Nasceu em 1906, em Carlão, Alijó. Levado de Alijó para a Delegação do Porto da PVDE em 18-10-1938, para ser julgado pelo TME. Restituído à liberdade condicional em 27-05-1940, foi entregue pela Comarca de Murça àquela Delegação em 27-08-1940, ficando à ordem do TME. Condenado, em 28-08-1940, a 4 anos de degredo, «por ser portador dum punhal», seguiu para Caxias em 10-11-1940. Embarcou, em 14-11-1940, para o Tarrafal, fazendo parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, mas eram acusados de possuir arma proibida. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, saindo em liberdade.

* * *



**JOSÉ NEVES AMADO**

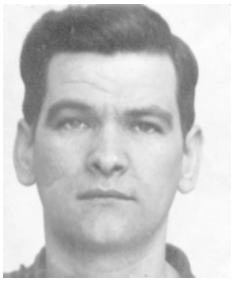
Nasceu em 16-01-1911, em Aveiro. Marinheiro da Armada desde 1932, sendo, em 08-09-1936, 2.º artilheiro no navio "Afonso de Albuquerque", foi um dos dirigentes da "Revolta dos Marinheiros" organizada pela ORA naquela data. Entregue pelo Comando da PSP de Lisboa à PVDE, seguiu para a 1.ª esquadra e, em 18-09-1936, passou para a Cadeia Penitenciária de Lisboa. Condenado, em 13-10-1936, a 5 anos de prisão maior celular, seguidos de 10 de degredo ou, em alternativa, a 17 anos e meio de degredo, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde adoeceu com a febre biliosa e foi castigado, por várias vezes, com dias de internamento na "frigideira", alimentado, em dias alternados, a pão e água. Transferido por motivo de doença, devido ao seu estado grave, deu entrada, em 13-05-1951, na enfermaria da Penitenciária de Lisboa, quando já tinha 15 anos de cárcere. Libertado em 1953, era considerado discreto, reservado e simples. Faleceu em 03-05-2004, em Aveiro, com 93 anos.



**JOSÉ PINHEIRO BARBOSA**

«O Pepe» ou «Pepe da Castanheira». Nasceu em 23-01-1922, em Sanfins da Castanheira, Chaves. Associado aos acontecimentos ocorridos na aldeia fronteiriça de Cambedo da Raia, Chaves, em 20-12-1946, envolvendo guerrilheiros galegos antifranquistas, foi julgado à revelia pelo Tribunal Militar Territorial do Porto em 12-12-1947 e condenado a 4 anos de degredo. Preso posteriormente e entregue, em 31-01-1949, pela GNR de Chaves à Delegação do Porto do PIDE, seria posto à disposição daquele Tribunal em 28-07-1949. Por despacho de 10-08-1949, o ministro da Justiça determinou que fosse deportado para Cabo Verde, devendo embarcar no porto de Leixões. Dos 63 presos indiciados no processo, foi, com Demétrio Alves, um dos dois a ser enviado para o Tarrafal, onde entrou em 27-09-1949.

* * *



**JOSÉ RAMOS DOS SANTOS**

Nasceu em 20-11-1901, em Tavira. Marceneiro, preso em 04-02-1934 e entregue pela PSP de Faro à PVDE, acusado de ter assistido, em novembro de 1933, em Castro Marim, a «uma reunião preparatória do Movimento do 18 de janeiro de 1934» e guardar «em sua casa (Tavira) duas malas com bombas que se destinavam a Vila Real de Santo António e a serem aplicadas no referido movimento». Condenado, em 07-04-1934, a 12 anos de degredo, ficando entregue ao Governo, seguiu, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo. Embarcou, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde estava incluído no grupo dos libertários. Foi-lhe concedida liberdade condicional em 04-06-1949, pelo prazo de 3 anos, sob determinadas imposições. Com residência fixa no próprio Campo e sem dinheiro para regressar a Lisboa, as organizações prisionais e vários camaradas realizaram uma subscrição para que tal se tornasse possível. Por sentença do Tribunal de Execução de Penas, de 30-06-1952, foi-lhe concedida a liberdade definitiva.



**JOSÉ RAMOS VARGAS**

[ou José Cândido Vargas Júnior ou ainda José da Conceição Alves Júnior ou José da Conceição Vargas Júnior ou José Vargas Júnior]

«O Cavalaria 7». Nasceu em 1899, em Lisboa, variando nomes e apelidos da filiação consoante os documentos consultados. Estivador e marítimo, esteve detido onze vezes entre 26-02-1919 e 15-09-1924. Acusado de pertencer à Legião Vermelha, foi preso, em 25-05-1925, por tomar parte no atentado contra Ferreira do Amaral, comandante da Polícia Cívica de Lisboa, e deportado, em 29-05-1925, para a Guiné, de onde se terá evadido. Capturado em 06-10-1933, em Lisboa, seguiu, em 19-11-1933, para Angra do Heroísmo. Em agosto de 1935, requereu ao Governo que lhe fosse fixada residência em Cabo Verde, «sem dispêndio para a Fazenda Nacional», o que foi recusado pela PVDE, com o argumento de que «o requerente é "O Cavalaria 7", célebre membro da Legião Vermelha. […] e é um dos espectros de vulto no capítulo do crime, sob pretexto de causa social». Embarcou, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde foi castigado com a "frigideira". Libertado em 03-11-1945, ficou a residir em Cabo Verde.

* * *



**JOSÉ RICARDO DO VALE**

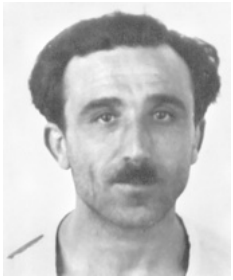
Nasceu em 14-02-1891, em Silves. Corticeiro, residia no Barreiro e esteve envolvido na organização local da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, sem que tenha sido detetado na altura. Entregue pelo Administrador do Concelho do Barreiro à PVDE em 14-12-1936, recolheu, incomunicável, a uma esquadra, seguiu, em 29-12-1936, para o Aljube e, em 17-03-1937, para Peniche. Reentrou, em 01-06-1937, no Aljube, a fim de ser deportado, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde integrou a Organização Libertária do Campo do Tarrafal. Regressou em 15-07-1940, entrou em Caxias e seria condenado, em 30-07-1940, a 10 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Voltou a ser enviado para o Tarrafal em 14-09-1940, de onde regressou em data desconhecida, e para Peniche. Apesar de já ter terminado o cumprimento da pena a que fora condenado, iniciou, em 24-11-1950, o cumprimento da medida de segurança a que havia sido sentenciado. O Tribunal de Execução das Penas de Lisboa concedeu-lhe, em 29-06-1951, a liberdade condicional por três anos, fixando-lhe, sob vigilância, a residência na freguesia de Palhais, Barreiro.



**JOSÉ RODRIGUES REBOREDO**

Nasceu em 19-07-1891, perto de Barcelos. Confeiteiro, envolveu-se na ação sindical no Porto, cooperando no âmbito da CGT, e tornou-se importante propagandista dos ideais anarquistas enquanto editor, administrador e redator de publicações. Detido em 14-05-1925, «por ser anarquista», seria solto dois dias depois. Em julho de 1932, andava fugido. Exilou-se em Espanha e radicou-se em Barcelona, onde impulsionou a Federação dos Anarquistas Portugueses Exilados, dirigindo o Secretariado, e se filiou na Confederação Nacional do Trabalho, sendo o representante da CGT portuguesa. Finda a Guerra Civil, atravessou os Pirenéus, refugiou-se em França e permaneceu nos campos de internamento de Argelès-Sur-Mer e de Gurs. De regresso a Portugal, foi detido em 15-12-1940, no posto fronteiriço de Beirã, Marvão. Levado para Lisboa, passou pelo Aljube (20-12-1940), Caxias (21-02-1941), 1.ª esquadra (06-03-1941), Caxias (13-03-1941) e Peniche (22-06-1941). Sem julgamento, seguiu, em 04-09-1941, para o Tarrafal, onde integrou a Organização Libertária do Campo do Tarrafal. Voltou em 20-02-1945 e saiu em liberdade. Faleceu em 17-06-1952, no Porto.

* * *



**JOSÉ SALAZAR**

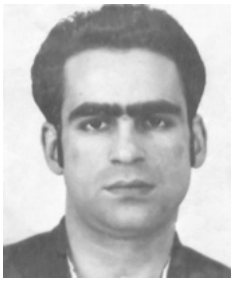
Nasceu em 10-08-1902, no Bombarral. Limpador da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, pertencia ao Sindicato Unitário da Indústria de Tração Elétrica, federado na Comissão Intersindical, e militava no PCP. Considerado «como agitador na preparação revolucionária do pessoal da Carris», foi detido em 10-03-1936, levado para uma esquadra e transferido, em 18-03-1936, da 1.ª esquadra para a Fortaleza de Peniche. Regressou a Lisboa em 08-07-1936 e recolheu à 7.ª esquadra, a fim de ser julgado pelo TME: condenado em 3 meses de prisão, dada por expiada, saiu em liberdade. Preso em 13-03-1937, «por extremista», recolheu a uma esquadra e entrou no circuito de transferências entre cárceres: 1.ª esquadra (01-04-1937), Caxias (14-05-1937), Peniche (18-05-1937) e Aljube (01-06-1937), embarcando, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem ter sido julgado e condenado. Regressado a Lisboa em 20-02-1945, seguiu para o Forte de Caxias e, em 28-03-1945, seria condenado a 4 anos de prisão, pena dada por expiada com a prisão sofrida de 8 anos e dezasseis dias. Libertado em 03-04-1945.



**JOSÉ SALGADO FERREIRA**

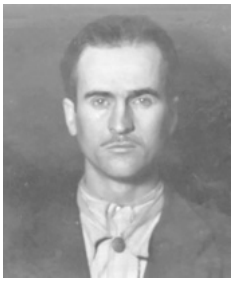
«O Pepe». Nasceu em 28-07-1920, em Lisboa. Serralheiro civil, foi entregue pela PSP de Lisboa na PVDE em 28-07-1943, «para averiguações». Recolheu à 1.ª esquadra (Governo Civil), seria transferido, em 09-09-1943, para Caxias e, em 21-09-1943, foi entregue ao 4.º Esquadrão da GNR, a fim de ser incorporado no "Batalhão de Trabalhadores". Aquele Esquadrão encaminhou-o, em 05-11-1943, para a PVDE, que o enviou para o Aljube e, em 21-01-1944, seguiu para Caxias. Libertado em 21-06-1944. Preso, de novo, em 03-04-1947, «para averiguações», e enviado para Caxias, embarcou, em 11-04-1947 para o Tarrafal, sem ter sido julgado, provavelmente devido à greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa preparada pelo PCP. Vigiado por guardas da PIDE, permaneceu, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente daqueles que já se encontravam no Campo. Libertado em 30-09-1947.

* * *



**JOSÉ SEVERINO DE MELO BANDEIRA**

Nasceu em 1909, no Porto. Empregado de escritório, foi entregue pela PSP de Setúbal em 28-02-1931, acusado da autoria do manifesto "Ao Povo Faminto". Condenado a 90 dias de prisão na Cadeia do Aljube, seria solto em 30-05-1931. Detido por participar na revolta de 26 de agosto de 1931, foi deportado, em 02-09-1931, para Timor, de onde regressou em 09-06-1933. Preso em 29-05-1934, por manter as ligações anarquistas, integrar o núcleo dirigente da FARP, deter armas, participar na impressão do jornal "A Batalha" e ter colaborado na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934: redigiu e imprimiu propaganda na tipografia clandestina da CGT e, na noite de 17 para 18, assumiu o corte de três cabos telegráficos do Gravato e de Monsanto. Entrou no Aljube em 13-11-1934 e, em 23-03-1935, seria condenado a 12 anos de degredo. Embarcou, em 23-04-1935, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, passou para o Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946 e saiu em liberdade. Foi um dos presos que tratou José Manuel Alves dos Reis, gravemente enfermo durante meses.



**JOSÉ SIMÃO**

Nasceu em 17-01-1910, em Albufeira. Padeiro, deu entrada na PVDE em 03-04-1941, ido de Almodôvar, e recolheu à 1.ª esquadra à ordem do TME. Transferido, sucessivamente, para Caxias (05-04-1941), 1.ª esquadra (22-05-1941) e, novamente, Caxias (24-05-1941), foi condenado, neste dia, a 4 anos de degredo, acusado de «ter sido detentor desde data indeterminada e portador em 24-03-1941 dum revolver de calibre 9 mm e de 4 balas para a mesma arma». Embarcou, em 17-06-1941, para o Tarrafal, fazendo parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviados para o Campo por possuírem armas proibidas. Libertado em 03-11-1945, por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, ficou a aguardar viagem para Lisboa. No entanto, faltou ao embarque, vindo a entrar, mais tarde, a 19-04-1946, no Aljube. Passou, em 20-04-1946, para as Cadeias Centrais Civis de Lisboa.

* * *



**JOSÉ SOARES**

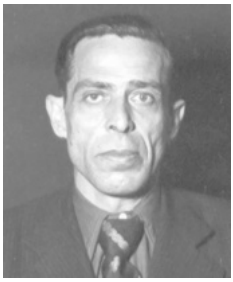
«O Malatesta». Nasceu em 05-01-1901, em Lisboa. Exerceu várias profissões, pertenceu às Juventudes Sindicalistas e, ligado à Legião Vermelha, envolveu-se em atentados. Deportado, em 30-04-1925, para Angra do Heroísmo, terá seguido para a Guiné, de onde se evadiu. Capturado em outubro de 1928, no Porto, e reenviado para aquele território, participou na revolta de 17-04-1931 e integrou a Junta Governativa Revolucionária. Fracassada aquela, viajou para Dakar e daí para Las Palmas. Veio a ser detido em 17-09-1932. Embarcou, em 19-11-1933, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde foi espancado e castigado com a "frigideira" aquando da tentativa de fuga de 02-08-1937. Regressou em 15-07-1940, saiu em liberdade e interveio na reorganização do PCP. Preso em 29-04-1942, passou pelo Aljube e Caxias. Condenado, em 05-04-1944, a 24 meses de prisão, retornou, em 26-07-1944, ao Tarrafal: abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou e apresentou-se em 06-12-1945. Retomou a militância e presidiu ao Sindicato Nacional dos Fragateiros do Porto de Lisboa. Abandonou, em 1947, qualquer atividade, devido a um compromisso com a PIDE.



**JOSÉ TAVARES DE ALMEIDA**

Nasceu em 1911, no Montijo. Telegrafista da Marinha Mercante, foi detido em 22-01-1934, por um tenente da GNR, «por andar a inutilizar os cartazes de propaganda do Estado Novo», e libertado em 25-01-1934. Emigrou para Espanha, onde esteve encarcerado na prisão provincial de Badajoz, «por suspeita de revolucionário agitador» e «onde se relacionou com vários presos por questões sociais». Libertado em 19-02-1935, entrou legalmente em Portugal e, no dia seguinte, foi preso pela PSP de Lisboa, acusado de andar a distribuir exemplares do jornal espanhol "Bandera Roja". A polícia apurou que mantinha correspondência com espanhóis considerados revolucionários, enviou-o para a 1.ª esquadra e, acusado de insubordinação, seria transferido, em 16-05-1935, para a Fortaleza de Peniche. Voltou, em 28-06-1935, aos calabouços do Governo Civil e entrou, em 06-07-1935, no Aljube, a fim de ser julgado nesse mesmo dia pelo TME. Considerado «extremista», seria condenado a 22 meses de prisão e regressou, em 11-07-1935, a Peniche. Transferido, em 14-10-1936, para Caxias, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.

* * *



**JOSÉ VENTURA**

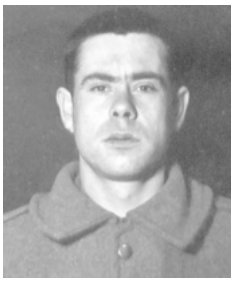
Nasceu em 28-05-1890, em Olhão. Comerciante, foi entregue na delegação do Porto da PVDE, em 20-05-1939, pelo Comandante do vapor "Pero de Alenquer". Transferido, em 23-05-1939, para a PVDE de Lisboa, seguiu para o Aljube e, em 20-06-1939, embarcou para o Tarrafal. Segundo registo na ficha prisional: «Do seu cadastro consta que viveu em França e em Marrocos francês misturado nas organizações revolucionárias que auxiliou. Sempre "feito" em várias conspirações e algumas delas de carácter terrorista, procurou a breve trecho comer a dois carrinhos. Fez-se "Amigo" da Polícia e foi servindo a "Frente Popular". Vigarizou miseravelmente o nosso Cônsul em Marselha e munido de um passaporte falso fugiu para a Bélgica onde foi preso. Em França cumpriu uma condenação por falsificação. "É elemento perigoso"». Regressou em 20-02-1945 e seria libertado nessa data.



**JOSÉ VENTURA OU JOSÉ VENTURA PAIXÃO**

Nasceu em 19-01-1901, em São Martinho do Bispo, Coimbra. Pedreiro, anarquista, com residência em Lugar da Fala, esteve envolvido, na sabotagem dos transformadores de corrente da União Elétrica Portuguesa ocorrida na madrugada de 18 de janeiro de 1934, deixando a cidade de Coimbra às escuras. Preso e enviado para Lisboa em 26-01-1934, seria condenado, em 09-02-1934, a 18 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Novamente submetido a julgamento em 10-03-1934, por ter interposto recurso, o TME manteve a sentença anteriormente aplicada e, em 08--09-1934, seguiu para Angra do Heroísmo. Dois anos depois, em 23-10--1936, teve como destino o Tarrafal, onde integrou a Organização Libertária do Campo do Tarrafal. Entregue, em 31-12-1945, ao Ministério da Justiça, permaneceu no Campo até final de 1953, trabalhando, por fim, na padaria da Vila do Tarrafal e regressava para pernoitar. Deu entrada em Peniche em 31-12-1953 e, depois de mais de 21 anos encarcerado, saiu em liberdade condicional em 14-03-1955. Por sentença do Tribunal de Execução das Penas de Lisboa, foi-lhe concedida, em 30-03-1960, a liberdade definitiva.

* * *



**JOSUÉ FERNANDES**

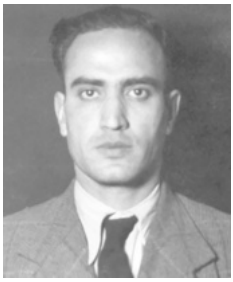
Nasceu em 10-02-1918, em Paranhos, Porto. Sapateiro, estaria, então, a cumprir serviço militar. Entregue pela Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa à PVDE em 28-03-1942. Enviado para o Aljube, foi transferido, em 24-04-1942, para Peniche e, em 19--06-1942, passou para Caxias, a fim de seguir, em 20--06-1942, para o Tarrafal. Entregue, em 11-02-1945, «na repartição Militar daquela Região».



**JOSUÉ MARTINS ROMÃO**

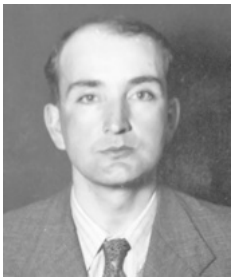
Nasceu em 27-04-1918, em Moita do Ribatejo. Grumete clarim no navio "Bartolomeu Dias", participou, em 08-09-1936, na "Revolta dos Marinheiros" organizada pela ORA. Enviado, em 19-09-1936, pelo Comando da PSP de Lisboa à PVDE, permaneceu no 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», até ser transferido, em 12-10-1936, para a Cadeia Penitenciária. Condenado, em 13-10-1936, a 4 anos de prisão maior seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde foi punido com dias de internamento na "frigideira" e se filiou, em 1939, no PCP. «Alto, espadaúdo e de aspeto resoluto», tinha apenas dezoito anos. Entregue ao Ministério da Justiça em 31-12-1945, foi libertado em 22-09-1952, por ter terminado a pena que lhe fora imposta. Regressou com 34 anos e faleceu em 30-10-2006, setenta anos após ter entrado no Campo de Concentração. No centenário do nascimento, o NRP "Cassiopeia" atirou as suas cinzas ao mar.

* * *



**JÚLIO DE MASCARENHAS JÚNIOR**

Nasceu em 02-11-1908, no Vimeiro, Alcobaça. Empregado de escritório, foi detido no posto fronteiriço de Vilar Formoso, em 09-04-1941, por ter sido «expulso de Espanha», e entregue, em 09-05-1941, no Comando Militar da Guarda. Preso pela PVDE em 22-11-1941, «para averiguações», e levado para a Cadeia do Aljube, embarcou, em 08-01-1942, para o Tarrafal, integrando o grupo dos anarquistas. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa em 01-02-1946, no vapor "Guiné", tendo saído em liberdade.



**JÚLIO DE MELO FOGAÇA**

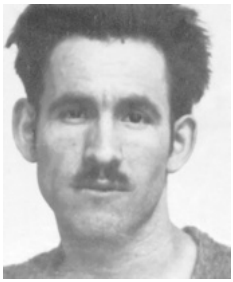
Nasceu em 10-08-1907, em Alguber, Cadaval. Empregado bancário e dirigente do PCP com responsabilidades políticas e ideológicas. Preso em 11-11-1935, permaneceu meses no Aljube e, em 08-01-1936, embarcou, para Angra do Heroísmo. Seguiu, em 23-10--1936, para o Tarrafal, apesar de terminada a pena imposta pelo TME, onde foi espancado e castigado com a "frigideira" aquando da tentativa de fuga de 02-08-1937. Transferido para Angra, em regime de «prisão preventiva», em 14-02-1940, seria libertado em 24-06-1940. Preso novamente em 01-08-1942, passou pelo Aljube, Caxias e Peniche. Condenado, em 04-06-1943, a 4 anos de prisão, retornou ao Tarrafal em 12-06-1943, onde dirigiu a Organização Comunista Prisional e enfrentou a "frigideira". Libertado em 16-12-1945, abrangido pela amnistia de 18-10-1945, retomou a sua militância política. Detido em 28-08-1960, na Nazaré, percorreu o Aljube, Caxias (21-02-1961) e Peniche (16-12-1961). Condenado, em cúmulo jurídico, a 9 anos, para que foi também alegada a sua homossexualidade, só saiu em liberdade condicional, em 08-07-1970. Totalizou cerca de 18 anos de cárcere, mantendo comportamento exemplar na PIDE e quando torturado. Faleceu em 28-01-1980.

* * *



**JÚLIO DE SOUSA MARQUES**

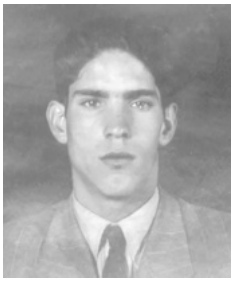
Nasceu em 01-03-1905, na Marinha Grande. Operário vidreiro, registado na PVDE como «O filho do mestre Gervásio», interveio na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande, participando no assalto ao posto local da GNR. Preso e entregue, em 05-02-1934, à PVDE, foi condenado pelo TME, reunido na Trafaria em 24-02-1934, a 5 anos de degredo. Interpôs recurso, a sentença seria confirmada e, em 08-09-1934, embarcou para Angra do Heroísmo. Dois anos depois, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal. Regressou em 15-07-1940 e, libertado, ficou a residir em Engenho, freguesia da Marinha Grande. Detido pelo Delegado Policial do concelho da Marinha Grande em 01-10-1941 e entregue à PVDE no dia 09-10-1941, passou, incomunicável, por uma esquadra (23-10-1941) e pela 1.ª esquadra (30-10-1941). Solto em 03-11-1941. Faleceu em 1967, com 61 anos de idade.



**JÚLIO FERREIRA**

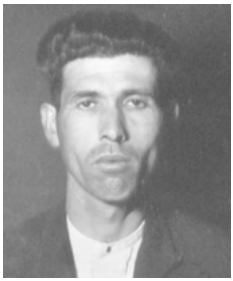
Nasceu em 29-08-1904, em Coimbra. Pedreiro, sindicalista, teve participação ativa nos preparativos da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, colaborando no transporte, entre o apeadeiro de Bencanta e Coimbra, cidade onde vivia e trabalhava, de dez bombas de choque conseguidas em Lisboa. Entregue pelo Comando da PSP de Coimbra à PVDE em 26-01-1934, seria condenado, em 09-02-1934, a 12 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, acusado do transporte de explosivos e da sabotagem na Central Elétrica dos Serviços Municipalizados daquela cidade, pondo-a às escuras. Embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde sofreu com a biliosa e se revelou poeta, músico, tocador de bandolim e compositor de marchas, como a «Hora H» e «Muito sofremos, mas venceremos». Libertado em 12-01-1946, por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa em 01-02-1946, no vapor "Guiné".

* * *



**JÚLIO JORGE DOS SANTOS DIOGO**

Nasceu em 03-02-1928, em Lisboa. Ajudante traçador, foi entregue pela PSP de Lisboa à PIDE em 09-04-1947, «para averiguações», e levado para o Forte de Caxias. Embarcou, dois dias depois, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou incriminado, provavelmente por estar envolvido na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa organizada pelo PCP. Ficou, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Tarrafal, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 20-05-1947, ficou com residência fixa na cidade da Praia até embarcar, em 10-09-1947, para Lisboa. Apresentou-se, em 18-07-1947, na sede da PIDE e obteve a «liberdade condicional», situação em que se manteve até 01-08-1948, data em que conseguiu a «liberdade definitiva».

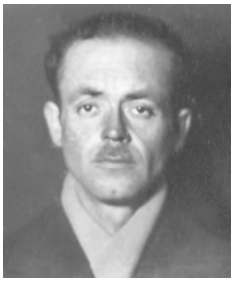


**JÚLIO MARQUES**

Nasceu em 26-07-1907, em Lisboa. Pedreiro, foi preso pela PVDE em 23-03-1939, «para averiguações», e levado, incomunicável, para uma esquadra. Transferido, em 10-04-1939, para a 1.ª esquadra, seguiu, em 13-04-1939, para Caxias e, em 04-12-1939, entrou no Aljube. Condenado, em 09-12-1939, a 5 anos de degredo numa das colónias, interpôs recurso, tendo o TME, em sessão de 20-12-1939, confirmado a sentença. Regressou, em 10--12-1939, a Caxias e, em 23-02-1940, embarcou para o Tarrafal. Libertado em 20-12-1945, por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, ficou a aguardar viagem para Lisboa. Regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné".

* * *

**JÚLIO MATEUS FARINHA**



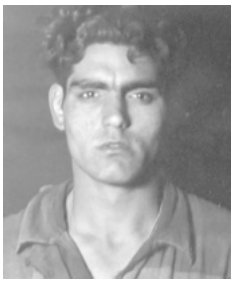
Nasceu em 12-06-1904, em Figueiredo, Sertã. Jornaleiro, foi preso no Posto fronteiriço da Beirã, em 24--02-1941. Levado para a sede da PVDE em 25-02--1941, recolheu à 1.ª esquadra e, entrou no circuito de transferência entre presídios: Aljube (06-03-1941), Forte de Caxias (17-03-1941) e Peniche (26-06-1941). Embarcou, em 04-09-1941, para o Tarrafal, sem qualquer julgamento ou condenação, integrando o grupo daqueles que foram deportados sem acusação política. Regressou em 20--02-1945 e foi libertado nesta data.



**JÚLIO MONTEIRO DE MACEDO**

Nasceu em 01-03-1906, em Lisboa. Oficial das alfândegas e militante comunista, foi preso pela PVDE em 02-03-1942, quando integrava a rede de espionagem anglo-portuguesa do «SOE» (Special Operations Executive, Seção H), mais conhecida por "Rede Shell", onde era o "Agente H.501". Enviado para o Aljube, foi transferido, em 18-06-1942, para Caxias. Embarcou para o Tarrafal em 20-06-1942, sem ter sido julgado, ficando alojado fora do Campo. Regressou em 27-01-1944, para dar entrada no Hospital Júlio de Matos. De seguida, passou, sucessivamente, por Caxias (02-02-1944), Aljube (15-03-1944) e Peniche (27-04-1944), de onde saiu, em liberdade condicional, em 29-05-1944.

* * *



**JÚLIO PEREIRA DA SILVA**

Nasceu em 24-12-1922, em Lisboa. Ajudante-caldeireiro da CUF, foi preso pela PVDE em 11-05-1945, «para averiguações», enviado para a Cadeia do Aljube e solto em 22-06-1945. Preso pela PSP de Lisboa em 25-03-1947, entregue à PIDE e levado para a Cadeia do Aljube, embarcou, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido submetido a julgamento, provavelmente por estar envolvido na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa organizada pelo PCP. Ficou, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Tarrafal, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 30-09-1947.



**LEONIDO ASSUNÇÃO FELIZARDO**

Nasceu em 27-03-1910, em Lisboa. Eletricista, foi detido em 12-06-1931, por ter sido denunciado, mediante carta anónima, que estaria envolvido com bombistas presos, sendo libertado no dia seguinte. Em 1932, estava filiado no PCP, realizando diversas atividades clandestinas, nomeadamente algumas que implicavam o recurso a engenhos explosivos. Preso em 04-08-1932 e julgado pelo TMT em 18-07-1934, seria condenado a 10 anos de degredo. Interpôs recurso e, em 25-07-1932, a pena passou para 4 anos de degredo, ficando à disposição do Governo. Embarcou, em 23-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde colaborou assiduamente na prestação de serviços de enfermagem aos presos. Integrou, primeiro, a Organização Comunista Prisional e, depois, o grupo dos comunistas afastados. Regressou em 20-02-1945 e, apesar de já há muito ter cumprido a pena a que fora condenado, não saiu em liberdade. Levado para o Aljube em 20-02-1945, foi entregue às Cadeias Civis Centrais de Lisboa em 03-03-1945 e solto em 21-06-1948. O nome próprio tanto aparece grafado como Leonido ou Leonildo.

* * *



**LEVINDO MANUEL DA COSTA**

Nasceu em 24-06-1915, em Santa Marinha, Ribeira de Pena. Ferreiro, foi levado de Vila Pouca de Aguiar para a Delegação do Porto da PVDE em 24-07-1940, a fim de ser julgado pelo TME. Condenado, em 21-08-1940, a 8 anos de degredo, acusado de «no dia 09-06-1940, no lugar da sua residência, ser portador duma pistola automática "Savage" e de 5 cartuchos que lhe foram apreendidos». Transferido, em 10-11-1940, para o Forte de Caxias, embarcou, em 14-11-1940, para o Tarrafal, fazendo parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviados para o Campo por possuírem armas proibidas. Libertado em 20-02-1945, dia em que regressou a Lisboa.



**LUÍS DA COSTA FIGUEIREDO**

Nasceu em 25-06-1897, em Sátão, distrito de Viseu. Advogado, foi preso em maio de 1928 e deportado, em 07-06-1928, para S. Tomé, de onde se evadiu em 01-07-1928. Envolvido na "Revolta do Castelo", seria preso em Contenças e levado para o Presídio Militar de Fontelo, de onde fugiu na noite de 15-08-1928. Capturado em 29-06-1929, seguiu, em 22-07-1929, para Ponta Delgada, de onde se escapou em agosto de 1929. Capturado em 15-06-1930, foi transferido, em 08-08-1930, para Angra do Heroísmo e, depois, para o Depósito de Deportados Políticos de Santa Cruz, na ilha Graciosa. Escapuliu-se novamente em 04-11-1930 e seguiu para Vigo, sendo preso em 26-07-1932, ao regressar a Portugal. Tuberculoso, foi-lhe fixada, em 07-09-1932, residência em Sátão. Detido em 21-05-1935 e transferido, em 06-06-1935, para o Aljube, seria libertado em 19-10-1935. Preso em 24--11-1936, embarcou para o Tarrafal em 05-06-1937. Autorizado a viver no estrangeiro, saiu em 20-04-1939 com destino ao Brasil. Por despacho de 03-03-1940, concedeu-se-lhe o regresso, «por se encontrar em estado precário de saúde». Detido durante dois dias em 09-06-1942. Faleceu em 24--06-1974.

* * *



**LUÍS DA CUNHA TABORDA**

Nasceu em 1915, em Alcains, Castelo Branco. Grumete-artilheiro, pertencia, desde 1933, à ORA, desenvolvendo a sua ação na fragata "D. Fernando", cuja célula organizou, reforçou e controlava. Foi preso em 04-03-1935, «acusado de estar filiado no PCP, de fazer parte das células organizadas dentro da Armada e de fazer distribuição de folhetos comunistas entre os seus camaradas», para além de manter ligações com civis. Levado para uma esquadra, entrou no circuito de transferência entre cárceres: Aljube (02-05--1935), esquadra (10-05-1935), Aljube (24-05-1935). Condenado, em 14-12--1935, a 23 meses de prisão, seguiu, em 18-03-1936, para Peniche e, em 14-10-1936, para Caxias, a fim de ser deportado, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde foi castigado com dias de internamento na "frigideira" e se revelou sempre solidário com os outros deportados. Terminada, em 27-01--1937, a pena imposta pelo TME, continuou em prisão preventiva. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa em 01-02-1946, saindo em liberdade. Faleceu em 1967.



**LUÍS FERREIRA LIMA**

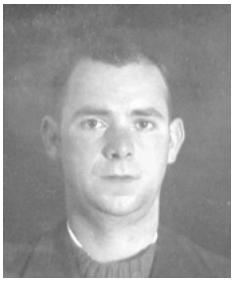
Nasceu em 10-04-1908, em Lisboa. Motorista, com residência em Lisboa, foi preso em 02-05-1937, por ser considerado «extremista», e levado, incomunicável, para uma esquadra. Transferido, em 11-05-1937, para a 1.ª esquadra, entrou, no dia seguinte, na Cadeia do Aljube e, em 05-06-1937, seguiu para o Tarrafal, sem ter sido julgado. Regressou em 15-07-1940, entrou em Caxias e seria julgado pelo TME em 30-07-1940. Condenado a 24 meses de prisão, pena dada por expiada, foi libertado em 02-08-1940.

* * *



**LUÍS LOURENÇO PIRES**

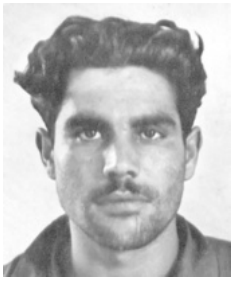
Nasceu em 07-08-1899, em Monção. Serralheiro, a residir e a trabalhar em Espanha, foi preso no posto fronteiriço do Peso-Melgaço em 07-09-1936, entregue pelas autoridades espanholas que o detiveram e o expulsaram por estar indocumentado, «ter tomado parte ativa, ao lado dos comunistas, nos recentes acontecimentos revolucionários do País vizinho» e ser filiado no Partido Socialista Espanhol. As autoridades portuguesas detetaram, também, que «era refratário às leis militares». Levado para a cadeia da Comarca de Melgaço e, transferido, no dia seguinte, para Valença, seguiu, em 09-09-1936, para a Delegação do Porto da PVDE. Entrou, em 15-10-1936, no Forte de Caxias, a fim de embarcar, em 17-10-1936, para o Tarrafal, sem ter sido submetido a julgamento. Regressou em 08-02-1940 e saiu em liberdade.



**LUÍS MANUEL DIZY ARGUELLES**

Nasceu em 22-12-1911, em Langreo, Astúrias, Espanha, sendo registado pela PVDE com a nacionalidade Holandesa, a que acrescentaram «apátrida». Industrial, deu entrada na Delegação do Porto da PVDE em 19-04-1940, «para averiguações», ido de Terras do Bouro. Segundo o registo prisional, constava do seu processo «ser apátrida e um elemento suspeito e indesejável», «mobilizado pelos vermelhos espanhóis na zona de Oviedo, sendo mais tarde expulso de Espanha pelas autoridades nacionalistas.» Considerando não haver nenhum consulado que lhe concedesse visto na sua documentação, por despacho ministerial, de 04-05-1940, «foi determinada a sua transferência para Cabo Verde». Enviado para Lisboa em 10-06-1940, recolheu à 1.ª esquadra e, em 12-06-1940, seguiu para Caxias, tendo embarcado para o Tarrafal em 21-06-1940. Regressou em 01-02-1946, recolheu ao Aljube e passou, no mesmo dia, para o Forte de Caxias. Voltou ao Aljube em 04-03-1946 e, em 06-03-1946, seria expulso pelo Posto fronteiriço de Ficalho, ficando-lhe interdita a entrada em território nacional. O apelido pode ser Arguelles ou Arquelles.

* * *



**LUÍS MARQUES FIGUEIREDO**

Nasceu em 16-09-1911, em Lisboa. 2.º fogueiro no NRP "Dão", participou na "Revolva dos Marinheiros" despoletada pela ORA em 08-09-1936. Entregue, nesse mesmo dia, pelas autoridades da Marinha à PVDE, por «insubordinação», recolheu ao 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra». Transferido, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa e condenado, em 13-10-1936, à pena de 4 anos de prisão maior seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo, embarcou para o Tarrafal em 17-10-1936. Entregue, em 31-12-1945, à tutela do Ministério da Justiça, seria libertado em 22-09-1952, por ter terminado a pena a que havia sido condenado. Regressou, com mais companheiros, num navio de passageiros pertencente à Marinha Mercante Portuguesa.



**LUÍS MARTINS LEITÃO**

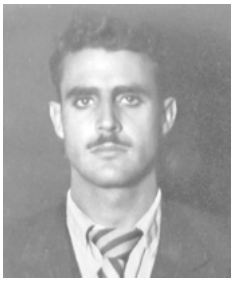
Nasceu em 29-09-1918, em Pedrogão Pequeno, Sertã. Alfaiate em Lisboa, era militante da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, evidenciando-se na distribuição de material de propaganda. Detido em 18-05-1935, levado para a 1.ª esquadra e julgado, em 10-08-1935, seria condenado a noventa dias de prisão, por ser menor de idade, e libertado em 19-08-1935. Voltou a ser preso em 09-10-1935, acusado de comunista, levado para uma esquadra e enviado, em 27-12-1935, para a Fortaleza de Peniche. Transferido, em 15-03-1936, para uma esquadra de Lisboa, foi condenado, em 01-04-1936, a 4 anos de prisão, circulando, então, entre presídios: Aljube (11-04-1936), Peniche (17-04-1936) e Caxias (14-10-1936). Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde em 1937, na época mais grave do paludismo, chegou a ser dado como morto e transportado para a câmara mortuária. Regressou em 20-02-1945, quase seis anos depois de ter cumprido a pena a que fora condenado pelo TME, sendo libertado nessa data. Continuou a viver em Lisboa.

* * *



**LUÍS REBELO**

Nasceu em 08-11-1909, em São Pais, Melgaço. Pedreiro, foi preso pela Guarda Fiscal na fronteira de Peso-Melgaço em 02-09-1936 e entregue no respetivo Posto da PVDE, «sob a acusação de ter atravessado clandestinamente a fronteira», «suspeita de ter tomado parte, como comunista, no movimento revolucionário do País vizinho» e estar indocumentado. Levado para a cadeia da Comarca de Melgaço, seria transferido, no dia seguinte, para Valença e, depois, em 05-09-1936, para a Delegação do Porto da PVDE. Entrou, em 15-10-1936, em Caxias e, em 17-10-1936, embarcou para o Tarrafal, sem ter sido julgado. Regressou em 08-02-1940 e saiu em liberdade.



**LUÍS VALENTE DE MATOS**

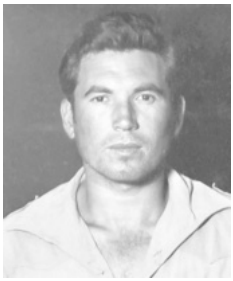
Português, nasceu em 05-01-1918, no Rio Grande do Sul, Brasil. Estudante a cumprir serviço militar, foi entregue pelo Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 1 à PVDE em 31-10-1941. Recolheu à 1.ª esquadra, passou por Peniche (02-11-1941) e Aljube (14-11--1941), tendo embarcado, em 17-11-1941, para o Tarrafal, em conformidade com o despacho do subsecretário de Estado da Guerra. Libertado em 10-09-1943, data em que recebeu guia de marcha para se apresentar na Secretaria Militar da Praia.

* * *



**LUIZ DUARTE**

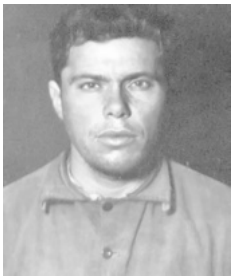
Nasceu em 15-03-1902, em Penamacor. Manipulador, a residir em Lisboa, foi preso em 16-04-1937 e levado, incomunicável, para a 7.ª esquadra. Transferido, em 08-05-1937, para a 1.ª esquadra e, em 02-06-1937, para a Cadeia do Aljube. Embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou formulada acusação. Regressou em 10-05-1943, continuou preso e passou pelo Aljube, onde entrou nesse mesmo dia, Caxias (02-07-1943) e, novamente, o Aljube (09-12-1943), a fim de ser julgado pelo TME em 10-12-1943. Condenado à pena de 24 meses de prisão, dada por expiada, reingressou, em 14-01-1944, em Caxias e seguiu, em 02-02-1944, para Peniche. Libertado em 02-03-1944.



**LUIZ PIRES MENDONÇA**
**OU LUÍS PIRES BARBACENA**

Nasceu em 15-04-1915, em Portalegre. Trabalhador, foi enviado pelo Cônsul de Portugal em Rabat à PVDE em 12-08-1938. Recolheu à 1.ª esquadra, dando início ao circuito de transferências entre cárceres: Aljube (21-08-1938), Caxias (24-09-1939), Aljube (06-10-1939), Caxias (24-11-1939) e, novamente, Aljube (22-12-1939). Entregue no Juízo de Direito da Comarca de Castelo de Vide em 03-01-1940, regressou à sede da PVDE em 11-01-1940, enviado pelo Delegado do Procurador da República naquela Comarca. Voltou ao Aljube, passou para Caxias (12-01-1940) e, em 27-02-1941, embarcou para o Tarrafal, por constar no registo criminal que «Combateu na guerra de Espanha pelo lado dos vermelhos, com a graduação de cabo. Tendo sido feito prisioneiro pelos nacionalistas e conseguindo ludibriá-los, foi incorporado por estes na Legião Estrangeira, de onde desertou para os marxistas, onde foi ocupar o seu lugar na frente de combate». Abrangido pela amnistia de 18-11-1945, foi libertado em 20-12-1945 e regressou a Lisboa em 01-02-1946.

* * *



**MANUEL AFONSO**

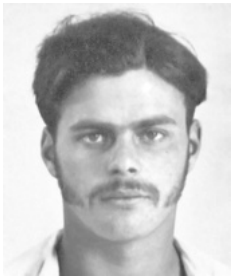
Nasceu em 07-11-1908, em Santa Maria, Lagos. Trabalhador, foi entregue pelo Delegado do Procurador da República da Comarca de Lagos na sede da PVDE em 11-05-1939. Enviado para a 1.ª esquadra, seguiu, no dia seguinte, para Caxias, e regressou àquele posto policial em 01-06-1939. Condenado, em 03-06-1939, na pena de 2 anos de degredo, embarcou, em 20-06-1939, para o Tarrafal. Fazia parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviado para o Campo por delito comum. Permaneceu em Cabo Verde 5 anos e oito meses, regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.



**MANUEL ALBINO**

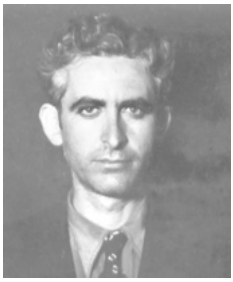
Nasceu em 22-01-1905, no Crato. Pedreiro, participou na revolta de 26 de agosto de 1931 e, preso nesse mesmo dia por soldados do Batalhão de Caçadores 5, seguiu, em 02-09-1931, para Timor. Autorizado a regressar por estar abrangido pela amnistia de 05-12--1932, desembarcou em 09-06-1933 e continuou a residir em Lisboa. Detido, em 16-04-1937, «para averiguações», recolheu, incomunicável, a uma esquadra, passou, em 02-05--1937, para a 1.ª esquadra e, em 02-06-1937, entrou no Aljube. Deportado, em 05-06-1937, para o Tarrafal, «como medida de segurança» por ser considerado «bombista». Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi libertado em 16-11-1945 e regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné".

* * *



**MANUEL AMADO DOS SANTOS**

Nasceu em 02-08-1912, no Porto. 1.º artilheiro no NRP "Bartolomeu Dias", participou, em 08-09-1936, na "Revolta dos Marinheiros" organizada pela ORA. Entregue, nesses mesmo dia, pelas autoridades da Marinha à PVDE, «por insubordinação», foi levado para o 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra», e enviado, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária. Condenado, em 13-10-1936, a 4 anos de prisão maior celular, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 de degredo, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde trabalhou como magarefe. Transferido, em 27-01--1951, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa, entrou, em 08-02-1951, em Peniche. Libertado em 27-02-1952. Faleceu em novembro de 1966.



**MANUEL ANTÓNIO BOTO**

Nasceu em 26-04-1907, em Silves. Ferroviário anarcossindicalista do Barreiro, cultivou o esperanto e, no âmbito da CGT, envolveu-se na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934. Preso em 26-01-1934 e entregue à PVDE em 05-02-1934, passou pela 1.ª esquadra e Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa, na Trafaria. O TME despronunciou-o em 06-03-1934, mas continuou detido. Entregue, em 08-03-1934, à PSP de Faro, por causa dos acontecimentos do 18 de janeiro em Silves, regressou à Diretoria da PVDE em 10-03-1934: julgado em 12-05-1934, seria absolvido e libertado da Trafaria. Refugiou-se em Espanha e interveio na Guerra. Em 16-05-1939, o Diretor dos Serviços de Informação da Legião Portuguesa enviou à PVDE a lista dos portugueses «residentes na zona vermelha, em Espanha», entre os quais constava o seu nome, sendo preso no Posto de Beirã em 01-10--1940. Seguiu para o Aljube, Caxias (20-12-1940) e, por fim, Tarrafal (17--06-1941), integrando o grupo dos libertários. Amnistiado em 18-10-1945 e libertado em 16-11-1945, regressou em 06-12-1945. Emigrou para São Paulo e faleceu em 18-01-1984, em Lisboa.

* * *



**MANUEL AUGUSTO DA COSTA**

«Manuel da Horta» ou «Manuel da Amora». Nasceu em 21-05-1887, em São Martinho da Anta, Sabrosa. Militante anarquista e libertário, residia na Amora e trabalhava como servente de pedreiro na Fábrica da Pólvora. Participou na preparação do 18 de janeiro de 1934, em Almada. Preso em 30-01-1934, sendo ferido durante a captura, acusado de ter transportado «cerca de 100 bombas para serem utilizadas na greve revolucionária», possuir arma proibida e 20 munições. Condenado, em março, a 14 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde terá integrado a Organização Libertária do Campo do Tarrafal até "rachar" em 1939. Sofria de diabetes e a sua morte, aos 58 anos, ocorreu em 03-06-1945, poucos dias depois de ter cumprido 30 dias de castigo na "frigideira", punição aplicada pelo teor de uma carta que teria escrito ao filho. Segundo Tomás de Aquino, «tomou posições bastante criticáveis» e teve «atitudes incontroladas», mas «nunca se bandeou com os carcereiros, nem atraiçoou a sua organização».



**MANUEL AUGUSTO DA ROSA ALPEDRINHA**

Nasceu em 08-04-1905, em Mação, Santarém. Diplomado, em 1926, pelo Instituto das Missões Civilizadoras Laicas, frequentou, depois, a Escola Superior Colonial. Esteve ligado ao PRP, foi maçon e tornou-se militante do PCP. Quando estudante, foi detido em 01-12-1927, por se manifestar contra a Ditadura, e solto no mesmo dia. Preso em 22-07-1928, por suspeita de envolvimento na "Revolta do Castelo", de 20-07-1928, seria libertado em 18-08-1928. Integrou, em 1931, o Secretariado do PCP, entrou na clandestinidade e, em 20-02-1933, seria preso. Passou pelo Aljube e Penitenciária, seguindo, em novembro, para Angra do Heroísmo. Condenado, em 25-08-1934, a 690 dias de prisão e mandado soltar pelo TME em 08-06-1935, pois a pena terminara em 11-01-1935, continuou em prisão preventiva à ordem da PVDE, por decisão do ministro do Interior. Enviado, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde organizou cursos de filosofia e procurou evadir-se em 02-08-1938, seria castigado com a "frigideira". Regressou em 01-02-1946, por estar abrangido pela amnistia de 18-10-1945. Trabalhou, então, como jornalista nas redações de vários diários. Faleceu em 30-12-1984, em Cascais.

* * *



**MANUEL BATISTA DOS REIS**

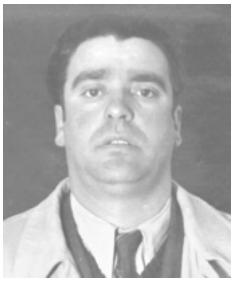
Nasceu em 18-02-1908, em Lisboa. Militante do PCP, foi preso em 08-11-1932, quando estudante do 5.º ano de Medicina. Efetuou o exame final do curso na esquadra e foi solto em 24-11-1932. Partiu, em outubro de 1936, para Espanha, com o «aval» do PCP, a fim de auxiliar a causa republicana. Tornou-se médico nas Brigadas Internacionais, integrando a 86.ª, ficou gravemente ferido em 1937 e, com a vitória dos nacionalistas, refugiou-se em França, onde ficou detido num campo de internamento. Solicitou, em 1941, o repatriamento, regressou com passaporte falso e, preso na fronteira de Beirã, Marvão, em 16-04-1941, seguiu para Lisboa, recolheu à 1.ª esquadra e, em 01-05-1941, entrou no Aljube. Embarcou, em 17-06-1941, para o Tarrafal, sem julgamento ou culpa formada, arrostou duas vezes com a "frigideira" e tornou-se uma ajuda para os outros presos, atenuando o abandono médico a que estavam votados. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946 e fixou-se em Grândola. Detido em 11-02-1949 e levado para Caxias, foi libertado em 19-03-1949. Faleceu em 10-02-1992.



**MANUEL BATISTA MIRANDA**

Nasceu em 23-04-1910, em Lousada, Famalicão. Serrador, a residir e a trabalhar em Espanha, foi preso no posto fronteiriço do Peso-Melgaço em 07-09-1936, entregue pelas autoridades espanholas que o detiveram e o expulsaram sob a acusação de, «ao lado dos comunistas, ter tomado parte ativa nos recentes acontecimentos revolucionários do País vizinho», estar indocumentado e ser filiado no Partido Socialista Espanhol. As autoridades portuguesas detetaram, ainda, ser «refratário às leis militares». Levado para a cadeia da Comarca de Melgaço, foi transferido, no dia seguinte, para Valença e, em 09-09-1936, para a Delegação do Porto da PVDE. Enviado, em 15-10-1936, para Caxias, a fim de embarcar, em 17-10-1936, para o Tarrafal, integrando o grupo de presos entregues pelas autoridades espanholas no início da Guerra Civil. Regressou em 08-02-1940 e saiu em liberdade, indo residir para o Porto.

* * *



**MANUEL BORGES DO CANTO**

Nasceu em 07-07-1906, na Vila do Topo, Calheta de S. Jorge, Açores. Serralheiro, com residência em Lisboa, foi preso em 18-04-1941 e transferido para a Delegação do Porto da PVDE, «para averiguações», por «suspeita de engajamento». Enviado, em 25-05-1941, para Lisboa, deu entrada numa esquadra, incomunicável, passou, em 28-05-1941, para a 1.ª esquadra e, em 17-06-1941, embarcou para o Tarrafal, sem ter sido julgado e onde foi punido com dias de internamento na "frigideira". Fazia parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviado para o Campo enquanto "preso comum". Regressou em 27-01-1944, entrou no Hospital Júlio de Matos e, em 02-02-1944, seguiu para o Forte de Caxias. Libertado em 08-02-1944.



**MANUEL DA ASSUNÇÃO MALAQUIAS**

Nasceu em 01-11-1909, em Aguiar da Beira. Trabalhador, foi entregue pela PSP de Lisboa à PIDE em 09-04-1947, «para averiguações», e enviado para o Forte de Caxias. Embarcou, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido submetido a julgamento. Terá participado na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa preparada pelo PCP. Vigiado por guardas da PIDE, permaneceu, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa instalação diferente daqueles que já se encontravam no Campo. Libertado em 20-05-1947, ficou com residência fixa na cidade da Praia até viajar para Lisboa. Regressou em 10-09-1947, apresentou-se na sede da PIDE em 18-09-1947 e obteve a liberdade condicional. Foi-lhe concedido a definitiva em 01-08-1948.

* * *



**MANUEL DA GRAÇA**

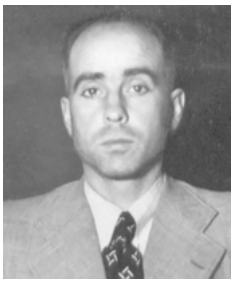
«O Juvenal». Nasceu em Setúbal, em 1895 ou 1896. Soldador, ter-se-á filiado no PCP em 1927 e, aquando da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, integrou o Comité Revolucionário de Setúbal. Julgado, à revelia, pelo TME, seria capturado em 08-02-1935, referenciado como «extremista». Levado para uma esquadra, entrou no ciclo de transferências entre cárceres: 1.ª esquadra, Aljube (20-03-1935), Peniche (05-04-1935) e Aljube (03-03-1936). Julgado pelo TME em 04-03-1936, viu a pena de 3 anos de desterro agravada para cinco. Continuou no Aljube, com passagens pela enfermaria provisória e, em 28-05-1936, «requereu para ser amnistiado». Embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, de onde regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.



**MANUEL DOS SANTOS**

Nasceu em S. Bartolomeu, Coimbra. Comerciante de cereais e legumes, foi preso quando teria 32 anos, por guardar material explosivo «destinado à revolução de 18 de janeiro». Deu entrada no Aljube em 12-01-1934 e passou por diversos cárceres: Peniche (20-03-1935), 1.ª esquadra (28-06-1935) e, de novo, a Cadeia do Aljube (06-07-1935). Condenado, em 06-07-1935, a 10 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, recorreu e, em 13-07-1935, a pena passou para 5 anos. Transferido, em 29-11-1935, para Peniche, requereu ser abrangido pela amnistia concedida pelo Decreto n.º 26636, mas foi-lhe negada por despacho do ministro do Interior (04-01-1937). Seguiu, em 30-10-1937, para o Aljube e, em 06-11-1937, embarcou para o Tarrafal, de onde regressou em 20-02-1945 e recolheu ao Aljube. Entregue, em 03-03-1945, às Cadeias Centrais da Comarca de Lisboa. O ministro da Justiça, por despacho 09-03-1945, concedeu-lhe a liberdade condicional. Voltou a residir em Coimbra.

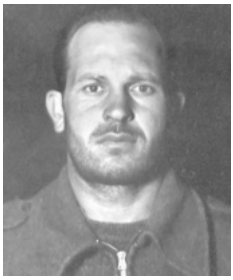
* * *



**MANUEL FIRMO**

Nasceu em 09-09-1909, no Barreiro. Serralheiro nas Oficinas Gerais dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, era anarcossindicalista e estudioso do esperanto. Em vias de ser detido, refugiou-se, em 07-06-1936, em Espanha, sendo preso em Badajoz por entrada ilegal. Instalou-se em Madrid, foi secretário da delegação da CGT portuguesa e, com a Guerra, aderiu ao batalhão de milícias da CNT/FAI, integrando a Brigada Internacional n.º 35. Ferido na frente de Guadarrama-Somosierra, cooperou na aviação republicana enquanto sargento mecânico. Em 1939, atravessou os Pirenéus e, em França, ficou internado nos campos de Argelés-sur-Mer e de Gurs. Preso em 06-08-1941, no posto fronteiriço de Beirã, e levado para o Aljube, seguiu, em 12-09-1941, para Caxias. Sem julgamento, embarcou, em 20-06-1942, para o Tarrafal, onde integrou o grupo dos libertários e continuou a ensinar o esperanto. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi solto em 16-11-1945 e regressou em 01-02-1946. Partiu para Angola, retornou em 1964 e fixou-se em Barcelona, onde faleceu em 30-01-2005, com 95 anos.

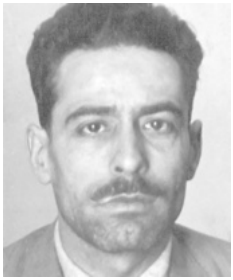
Manuel Firmo, *Nas trevas da longa noite*, Europa-América, 1975.



**MANUEL FONTES**

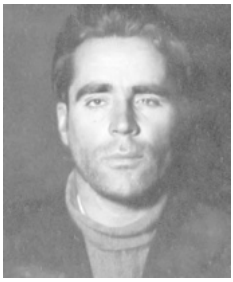
Nasceu em 06-11-1912, em Orvalho, Oleiros. Empregado de comércio, deu entrada no Forte de Caxias em 22-12-1939, por ter sido expulso de Espanha, onde terá feito parte das Brigadas Internacionais. Por despacho do Diretor da PVDE, de 10-05-1940, foi determinado que deveria aguardar no Tarrafal «a oportunidade para ser restituído à liberdade». Embarcou em 21-06-1940 e seria libertado do Campo em 30-12-1945, por estar abrangido pela amnistia de 18-10-1945. Em determinados momentos, integrou o grupo dos "rachados", embora punido com dias de internamento na "frigideira". Regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné".

* * *



**MANUEL FRANCISCO CANDEIAS**

Nasceu em 28-04-1898, em Elvas. Guarda da PSP, foi por esta polícia entregue à PVDE em 20-11-1937. Levado para a 1.ª esquadra, incomunicável, iniciou o habitual percurso pelos cárceres políticos: Aljube (27-11-1937), Caxias (15-06-1938), Peniche (13-08-1938) e, novamente, Aljube (22-10-1938). Condenado, em 22-10-1938, a 6 anos de desterro, com 2 anos de prisão nesse local, regressou, nesse mesmo dia, a Peniche. Interpôs recurso mas, como habitualmente, o TME, de 04-03-1939, confirmou a sentença e, em 31-03-1939, reingressou no Aljube. Transferido para o Tarrafal em 01-04-1939, «por mau comportamento e atitudes ameaçadoras e rebeldes no Depósito de Presos de Peniche». Pedro Soares considera-o um «degenerado» e um denunciante que ajudou o diretor, o capitão João da Silva, a perseguir Gabriel Pedro, enquanto Manuel Francisco Rodrigues o referencia como «o grande admirador da Inglaterra e apaixonado amigo de Churchill». Libertado em 18-08-1945, regressou no vapor "Guiné" em 28-08-1945.



**MANUEL FRANCISCO RODRIGUES**

Nasceu em 12-02-1901, em Lisboa. Provavelmente, tratar-se-á de Manuel Francisco Rodrigues, «O ação direta», preso durante a I República. Partidário das ideias libertárias e cristãs, viajou pela Europa e, em 1936, estava em Espanha, onde colaborava com os anarquistas e a FAP. Lutou do lado republicano, perdeu a visão do olho esquerdo e, perante o avanço dos nacionalistas, refugiou-se em França, ficando internado nos campos de concentração de Argelès-Sur-Mer, Saint-Cyprien e Gurs. De regresso a Portugal, com passaporte passado pelo Consulado de Toulouse, foi detido no Posto de Beirã, Marvão, em 15-12-1940. Levado para a 1.ª esquadra, seguiu-se-lhe o Aljube (20-12-1940), Caxias (21-02-1941) e Peniche (02-07--1941). Deportado, em 04-09-1941, para o Tarrafal, sem julgamento e a acusação de ser um «perigoso anarquista». Considerando-se vítima de engano, escreveu missivas às diversas entidades, incluindo o Bispo de Cabo Verde, sem sucesso. Regressou em 20-02-1945 e foi libertado. Fixou-se no Porto e, em 1952, solicitou uma revisão do seu processo para poder lecionar no ensino oficial. Faleceu naquela cidade em 28-09-1977, praticamente invisual.

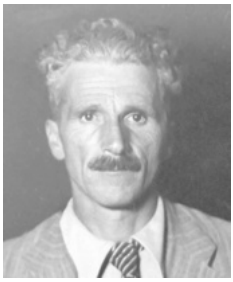
Manuel Francisco Rodrigues, *Tarrafal, aldeia da morte – O Diário da B5*, Brasília Editora, 1974

* * *



**MANUEL GOMES**

Nasceu em 15-11-1903, em Braga. Referenciado como trabalhador, a residir em Lisboa, foi preso em 14-04-1937, por ser «extremista», recolhendo, incomunicável, a uma esquadra. Transferido, em 02-06--1937, para o Aljube, seguiu, em 05-06-1937, para o Tarrafal, onde foi punido, por mais de uma vez, com dias de internamento na "frigideira", ficando a pão e água em dias alternados. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa em 01-02-1946, no vapor "Guiné", saindo em liberdade.



**MANUEL GONÇALVES RODRIGUES**

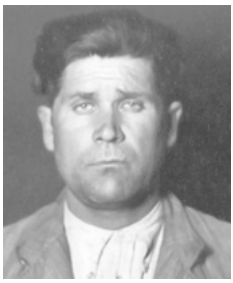
Nasceu em 02-01-1896, em Santiago, Monção. Canteiro e pedreiro, com residência em Pontevedra, Espanha, foi preso no posto fronteiriço do Peso-Melgaço em 07-09-1936, entregue pelas autoridades espanholas que o detiveram e o expulsaram por estar indocumentado e «ter tomado parte ativa nos recentes acontecimentos revolucionários do País vizinho». No seu Cadastro Político aparece referenciado como filiado no Partido Socialista Espanhol, enquanto no Registo Geral de Presos a filiação é no Partido Comunista. Levado para a cadeia da Comarca de Melgaço e transferido, no dia seguinte, para Valença, seguiu, em 09-09-1936, para a Delegação do Porto da PVDE. Enviado, em 15-10-1936, para Caxias, embarcou, em 17--10-1936, para o Tarrafal. Regressou em 08-02-1940 e saiu em liberdade.

* * *



**MANUEL HENRIQUES RIJO**

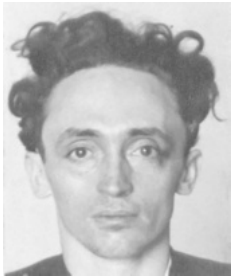
Nasceu em 27-05-1897, em Arruda dos Vinhos. Envolveu-se ainda novo na ação sindical, sendo dos anarquistas e anarcossindicalistas com maior destaque na CGT e no jornal "A Batalha". Preso em 06-06--1927, «por ser anarquista» e, em 26-10-1927, «por conspirar contra a Ditadura Militar» e estar referenciado como um dos «orientadores do movimento extremista», seria deportado, em 15-11-1927, para Novo Redondo, Cuanza Sul, Angola. Em 1931, encontrava-se com residência fixada na ilha do Pico e, em abril, envolveu-se na "Revolta das Ilhas". Regressou em junho, passou a trabalhar no Sindicato dos Manipuladores de Pão, reassumiu o seu papel no Comité Confederal da CGT e, em abril de 1933, andava fugido. Considerado um dos organizadores da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, foi preso em 15-08-1934. Entrou, 12-09-1934, no Aljube e condenado, em 23-03-1935, a 7 anos de desterro, embarcou, em 23-04-1935, para Angra do Heroísmo. Seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde integrou o grupo dos libertários e a sua saúde sofreu constantes sobressaltos. Regressou em 20-02-1945, saindo em liberdade. Faleceu em agosto de 1974, com 77 anos.



**MANUEL MARIA**

Nasceu em 08-07-1904, em Sobral da Lagoa, Óbidos. Trabalhador, foi entregue à PVDE pelo Tribunal Criminal das Caldas da Rainha em 10-03-1941, para responder no TME. Recolheu à 1.ª esquadra e entrou no ciclo de transferências entre cárceres: Caxias (11-03--1941), 1.ª esquadra (28-03-1941) e, de novo, Caxias (31-03-1941). Julgado em 29-03-1941, acusado de «ter sido detentor desde data indeterminada até 15 de maio de 1940 de uma navalha que pelas suas características é considerada arma proibida, com a qual ameaçava aqueles que lhe não agradavam e até sua própria mãe, uma pobre velha de 75 anos, que dele se queixou por já não poder suportar os seus maus-tratos. A própria autoridade administrativa diz que o réu é considerado homem perigoso, no local da sua residência, onde toda a gente o receia pelos seus maus instintos e constantes ameaças.» Condenado a 4 anos de degredo, embarcou para o Tarrafal em 17-06-1941, fazendo parte daqueles deportados entrados no Campo por possuírem armas proibidas ou serem violentos. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.

* * *



**MANUEL MARIA DA SILVA PINHO**

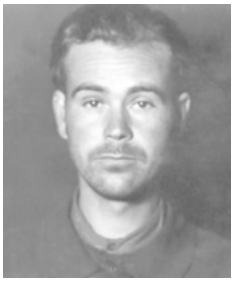
Nasceu em 10-02-1907, em Albergaria-a-Velha. Padeiro, com residência em Lisboa, foi preso em 08-08--1937, «para averiguações». Levado incomunicável, para uma esquadra, iniciou o ciclo de transferências por vários cárceres: Diretoria da PVDE (21-08-1937), Penitenciária de Lisboa (23-08-1937), Penitenciária (27-08-1937), Aljube (14-09-1937), Penitenciária (25--10-1937), Aljube (19-01-1939), Caxias (05-04-1939l), Peniche (03-04--1940) e Aljube (25-01-1941). Condenado, em 25-01-1941, a 10 anos de degredo, acusado de colaborar no atentado contra Salazar e nas diligências levadas a efeito para o fabrico de explosivos. Reentrou, em 30-01-1941, no Forte de Caxias e embarcou, em 27-02-1941, para o Tarrafal, onde chegou a fazer de "barbeiro" e permaneceu anos consecutivos deitado dentro de um colete de gesso, devido ao estado da coluna. Sem a devida assistência médica e imobilizado, reconfortava-se «no convívio com os passarinhos, especialmente os que ainda não sabiam voar e os seus companheiros lhe traziam, quando os apanhavam. O seu mosquiteiro era uma autêntica gaiola onde eles se albergavam, esvoaçavam e pipilavam» (Tomás de Aquino). Entregue, em 31-12-1945, ao Ministério da Justiça.



**MANUEL MARQUES NUNES**

«O chapéu pequenino». Nasceu em 06-03-1915, em Vila de Senhorim, Nelas. Trabalhador, foi entregue pela PSP de Lisboa à PIDE em 09-04-1947, «para averiguações». Enviado para Caxias, embarcou, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou incriminado, provavelmente devido à greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa organizada pelo PCP. Vigiado por guardas da PIDE, ficou numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Campo. Libertado em 30-09-1947, ficou a aguardar viagem para o Continente. Apresentou-se na sede da PIDE em 07-11-1947.

* * *



**MANUEL MOLINA VAILÓ OU MANUEL MOLINA BAILÃO OU MANUEL MOLINA BAILÓ**

Nasceu em 27-05-1909, em Parada do Monte, Melgaço. Mineiro, com residência em Perpignan, França, foi preso pelo Posto de Beirã em 03-04-1941 e transferido, no dia seguinte, para a diretoria da PVDE. Recolheu à 1.ª esquadra e entrou no ciclo de transferências entre presídios: Aljube (10-04-1937), Forte de Caxias (20-06-1941) e Peniche (22-06-1941). Embarcou, em 04-09-1941, para o Tarrafal, por ter vindo de Espanha. Regressou em 20-02-1945 e foi entregue, de imediato, ao Governo Militar de Lisboa.



**MANUEL MONIZ BETTENCOURT**

Nasceu em 11-12-1911, na ilha do Pico, Açores. Aprendiz de Carpinteiro, com residência no Faial, foi posto à disposição da PVDE pelo Comando da PSP da Horta em 28-07-1941. Enviado para Lisboa, recolheu, incomunicável, a uma esquadra, iniciando o percurso pelos diferentes cárceres políticos: Aljube (29-11--1941), Forte de Caxias (16-01-1942), Peniche (24-04--1942) e, novamente, Caxias (19-06-1942). Transferido, em 20-06-1942, para o Tarrafal, onde não era considerado como "antifascista", mas um «anglófilo e protestante». Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, foi libertado em 14-12-1945 e regressou a Lisboa, no vapor "Guiné", em 01-02-1946.

* * *



**MANUEL PEREIRA DOS SANTOS**

«O Polim». Nasceu em 1896, em Vila da Feira. Sapateiro, com residência em Espinho, foi preso em 21-05--1931, pelo Comando da PSP de Aveiro, acusado de ser «comunista e bombista» e um «elemento agitador muito perigoso», tendo encabeçado um grupo civil nos tumultos e manifestações realizadas em Espinho na noite de 1 de maio, na sequência do funeral do estudante João Martins Branco, assassinado pela polícia em abril de 1931. Considerado temível «pela facilidade com que maneja uma navalha» e já ter sido várias vezes preso em Aveiro, foi deportado, em 06-06-1931, para Cabo Verde. Por não estar abrangido pela amnistia de 05-12-1932, continuou com residência fixada naquele Arquipélago e, em 20-08-1937, foi enviado pelo Governador para o Tarrafal, onde era conhecido pela sua profissão e seria punido com dias de internamento na "frigideira". Considerado por Pedro Soares um «provocador», integrou o grupo dos "rachados", colaborando com a direção do Campo e prejudicando os deportados políticos. Regressou em 20-02-1945, sendo libertado no mesmo dia.



**MANUEL PESSANHA**

Nasceu em 27-07-1906, em Silves. Corticeiro, a residir e a trabalhar em Silves, teve intervenção ativa na organização da greve local de 18 de janeiro de 1934, integrando a fação anarcossindicalista. Além de participar em diversas reuniões, arranjou seis bombas que trouxera de Lisboa e, no dia aprazado, forçou a entrada na Associação de Classe Corticeira, entretanto encerrada pelas autoridades do Estado Novo, onde terá hasteado a sua bandeira, e percorreu as fábricas de Silves a incitar os operários à greve, tendo facilmente conseguido mobilizá-los. Fracassado o movimento, fugiu para a serra, esteve, temporariamente em Espanha e, depois, fixou-se, durante uns meses, até ser detido, numa vila do Alentejo. Condenado, em 04-06-1934, a 12 anos de degredo, ficando à ordem do Governo, embarcou, em 23-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, saindo em liberdade. Regressou a Silves, retomou a profissão de quadrador e abandonou a atividade política. Filiou-se no Partido Socialista após o 25-04-1974. Faleceu em 18-02-1985, em Silves.

* * *



**MANUEL RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR**

Nasceu em 10-04-1909, em S. Luís do Maranhão, Brasil. Ativista sindical, aderiu, em 1932, ao PCP, integrando, em 1934, a Comissão Executiva da CIS e, em 1936, o Secretariado comunista. Preso em 23-09-1936 e levado para o Aljube, foi mantido incomunicável durante 23 dias. Em 17-10-1936, seguiu, sem julgamento, para o Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946 e mergulhou na clandestinidade, sendo eleito para o Comité Central. Preso em 07-02-1950, permaneceu encarcerado três anos na mais insalubre cela do Aljube, sem recreio e visitas. Condenado, em 24-04-1951, a 4 anos de prisão maior, o Ministério Público recorreu da sentença e aquela passou para 8 anos, acrescida de «medida de segurança». Entrou, em 01-06-1954, em Peniche, onde ficou até 08-01-1964, devido às sucessivas prorrogações daquela medida. As condições precárias de saúde e a pressão nacional e internacional contribuíram para a sua liberdade condicional. Retomou a militância e, em 1965, partiu para a União Soviética, onde faleceu, muito debilitado, em 22-07-1968, com 59 anos.



**MÁRIO BATISTA DOS REIS**

Nasceu em 14-11-1910, em Lisboa. Preso em 20-11-1932, quando estudante, e libertado em 28-11-1932. Eletricista, próximo do PCP, partiu para Espanha, onde chegou em novembro de 1936, a fim de auxiliar a República. Alistou-se nas Brigadas Internacionais e integrou o restrito grupo de nacionais que recebeu formação na Escola de Artilharia N.º 2, em Lorca, Valência. Comandou, em março de 1938, uma bateria da unidade de artilharia de Almansa e, em 30-10-1938, foi promovido a capitão. Finda a Guerra, refugiu-se em França e esteve internado nos campos de Argelès-Sur-Mer e de Gurs. Solicitou o repatriamento e, em 16-04-1941, foi preso no posto fronteiriço de Beirã. Passou, então, pela 1.ª esquadra (17-04-1941), Aljube (01-05-1941), Caxias (15-05-1941), Peniche (22-06-1941) e Caxias (19-06--1942). Embarcou, em 20-06-1942, para o Tarrafal, sem julgamento. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946 e saiu em liberdade. Irmão de Manuel Batista dos Reis.

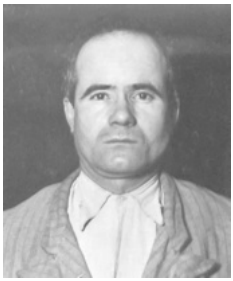
* * *



**MÁRIO DOS SANTOS CASTELHANO**

Nasceu em 31-05-1896, em Lisboa. Empregado de escritório. Destacado dirigente anarcossindicalista e da CGT, participou, após o golpe militar de 1926, na reorganização do Conselho Confederal da CGT e tornou-se redator-principal de "A Batalha". Detido em outubro de 1927, seria deportado para Angola no mês seguinte, ficando em Vila Nova de Seles (Uku-Seles). Passou, em setembro de 1930, para os Açores e, em 06-04-1931, para a Madeira, participando na "Revolta das Ilhas". Regressou clandestinamente ao Continente e, no âmbito da CGT, integrou o grupo que preparou a greve de 18-01-1934. Preso em 15-01-1934 e condenado, em 08-03-1934, a 16 anos de degredo, embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23--10-1936, para o Tarrafal, onde teve ação preponderante na organização dos libertários e na sua unificação ideológica, cabendo-lhe, ainda, estabelecer ações convergentes com os comunistas. Sofria, desde Angra do Heroísmo, de patologia intestinal e faleceu em 12-10-1940, com 44 anos, depois de quase duas semanas de sofrimento com febre e sem assistência médica.

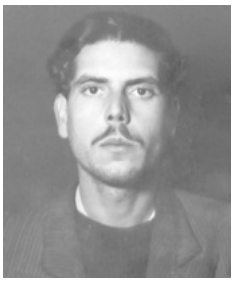
Mário Castelhano, *Quatro anos de deportação*, Seara Nova.



**MATEUS PEDROSO**

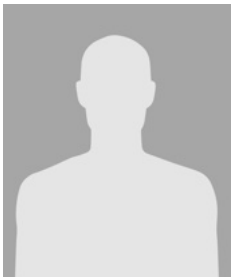
Nasceu em 04-11-1906, em Odivelas. Identificado como trabalhador, com residência no Senhor Roubado, foi levado pelo Comando da PSP de Lisboa à PVDE em 10-12-1937, «para averiguações», recolhendo à 1.ª esquadra. Com «largo cadastro no Arquivo Geral do Registo Criminal e Policial de Lisboa», seria libertado em 13-12-1937, «por não interessar a esta Polícia». Entregue, em 20-06-1941, pelo Juízo de Direito da Comarca de Castelo Branco à PVDE por ter uma arma de fogo proibida. Levado para o Aljube, ficando à ordem do TME, seguiu para o Forte de Caxias em 24--06-1941. Condenado, em 28-06-1941, a 3 anos de degredo, passou, em 02--07-1941, para Peniche. Embarcou, em 04-09-1941, para o Tarrafal, onde era referenciado como cavador e fazia parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviados para o Campo por possuírem, apenas, armas proibidas. Regressou em 20-02-1945 e saiu em liberdade.

* * *



**MIGUEL FRANCISCO RAMOS**

Nasceu em 28-09-1916, em Borba. Trabalhador, foi preso na fronteira da Beirã em 26-09-1940 e transferido, no dia seguinte, para a sede da PVDE. Recolheu à 1.ª esquadra, dando início a sucessivas transferências entre cárceres: Aljube (21-12-1940), Caxias (06--02-1941), 1.ª esquadra (06-03-1941) e, de novo, Caxias (13-03-1941). Embarcou, em 17-06-1941, para o Tarrafal. Por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, no vapor "Guiné", e saiu em liberdade.



**MIGUEL ÓSCAR DE OLIVEIRA**

«O Miguel Sapateiro». Nasceu em 21-01-1900, na ilha de S. Nicolau, Cabo Verde. Sapateiro, a residir no Tarrafal da ilha de Santiago, foi preso em 31-08-1941 e encarcerado no Campo de Concentração por se corresponder clandestinamente, por intermédio da sua filha menor, com o preso José Francisco dos Santos Malarranha. Além de submetido a interrogatórios, foi punido com dias de internamento na "frigideira". Libertado em 19-01-1942.

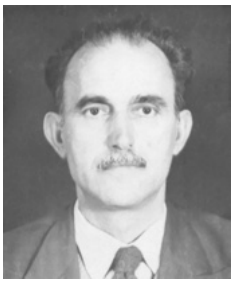
* * *



**MIGUEL WAGER RUSSELL**

Nasceu em 01-02-1908, em Santarém. Militante do PCP e do Socorro Vermelho Internacional desde o início dos anos 30, foi detido, pela primeira vez, em dezembro de 1931. Destacou-se no SVI, contactando os presos, auxiliando as famílias e denunciando as prisões, violências e torturas. Escolhido para representar a Seção Portuguesa no I Congresso Mundial do SVI, realizado em setembro de 1932, em Moscovo, aí permaneceu vários meses e só reentrou em Portugal em 18 de janeiro de 1934. Integrou, em finais de 1935, o Secretariado comunista, chegou a ser responsável pela ORA, envolvendo-se na preparação da "Revolta dos Marinheiros", e manteve-se no apoio aos presos. Detido em 14-04-1937, seria levado para diversas esquadras, esteve no Aljube (27-05-1937) e, em 05-06-1937, seguiu, sem julgamento, para o Tarrafal, onde casou por procuração, seria punido com a "frigideira" e foi ensaiador de noites de teatro. Regressou em 01-02-1946, «precocemente envelhecido pelo sofrimento e com a saúde abalada». Partiu, em 1950, para Moçambique, de onde voltou depois de 25-04-1974. Faleceu em 19-02-1992, com 84 anos. Cunhado de Oliver Branco Bártolo.

Miguel Wager Russell, *Recordações dos tempos difíceis*, Edições avante!, 1976.



**MILITÃO DE BESSA RIBEIRO**

Nasceu em 13-08-1896, em Murça, Vila Real. Com 13 anos, emigrou para o Brasil, de onde foi expulso em abril de 1931 por militar no Partido Comunista Brasileiro. Evadiu-se quando o barco aportou a Lisboa, refugiou-se na sua terra e tornou-se militante do PCP. Preso em 13-07-1934, no Porto, incriminado por pertencer ao SVI. Condenado, em 06-04-1935, a 12 meses de detenção, seguiu, em 20-04-1935, do Aljube do Porto para Peniche. Acusado de «insubordinação», embarcou, em 08-06-1935, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde era elemento preponderante na OCPT. Amnistiado, regressou em 15-07-1940 e participou na reorganização partidária. Preso em 22-11-1942, ficou detido no Aljube e condenado, em 05-04-1944, a 4 anos de prisão, reingressou, em 26-07-1944, no Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, e libertado em 16-11-1945, retomou a militância. Preso em 25-03-1949, no Luso, com Álvaro Cunhal e Sofia Ferreira, seguiu para o Porto e, em 10-05-1949, passou para a Penitenciária de Lisboa, onde permaneceu incomunicável numa cela individual: sem assistência médica, medicamentosa e alimentar, entrou em greve de fome. Faleceu em 02-01-1950, quando pesava 32 quilos.

.* * *



**OLIVER BRANCO BÁRTOLO**

Nasceu em 06-03-1909, em Ílhavo. Marinheiro, alistou-se na Armada em 1927 e era dirigente da ORA. Preso pela PVDE em 23-05-1935, deu entrada numa esquadra. Levado para o Aljube (01-06-1935), passou pela 1.ª esquadra (07-10-1935), Peniche (23-10-1935), 1.ª esquadra (09-12-1935), Aljube (28-12-1935), Peniche (18-03-1936) e Caxias (14-10-1936). Condenado, em 04-12-1935, a 23 meses de prisão, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, onde participou na tentativa de fuga de 02-08-1938 e era tratado por o «Almirante» devido aos muitos conhecimentos náuticos. Terminou a pena imposta pelo TME em 17-04-1937, mas continuou «em prisão preventiva». Requereu, em 09-12-1937, a libertação, pretensão indeferida pelo ministro do Interior em 02-02-1938. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946 e saiu em liberdade. Soube, então, do falecimento da mãe, muito considerada entre os tarrafalistas «pois nunca em sua casa fora negado auxílio às mulheres, mães e filhas de antifascistas».



**PATRÍCIO DOMINGUES QUINTAS**

Nasceu em 16-06-1913, em Grijó, Vila Nova de Gaia. Estudante, vivia em Ferrol, Galiza, e foi entregue no posto fronteiriço de Valença à Guarda Fiscal e à PVDE em 28-08-1936. Recolheu à cadeia da Comarca de Valença e, em 05-09-1936, passou para a Delegação da PVDE do Porto e, de seguida, para Caxias. Transferido em 17-10-1936, com o pai e o irmão, para o Tarrafal, sem julgamento ou processo, onde não integrou nenhum dos grupos políticos, embora mais inclinado para os anarquistas. Visto como fazendo parte do grupo dos "Galegos", rejeitou o «indulto do Natal de 1939», recusando-se assinar o «termo de responsabilidade» que lhe fora apresentado. Amnistiado, regressou em 15-07-1940. Preso pela PVDE em 07-08-1940 e entregue na Casa de Reclusão da 1.ª Região Militar, recolheu à Companhia Disciplinar de Penamacor. Devolvido à PVDE em 07-06--1943, deu entrada na 1.ª esquadra e, depois, no Aljube. Reenviado para o Tarrafal por despacho do subsecretário de Estado da Guerra, Santos Costa, embarcou em 12-06-1943, voltando a ser castigado com períodos na "frigideira". Regressou em 01-02-1946.

* * *



**PAULO JOSÉ DIAS**

Nasceu em 24-01-1904, em Lisboa. Fogueiro marítimo, com ligações aos libertários e ao PCP, foi preso em 07-07-1939, «para averiguações», e recolheu ao Aljube, acusado de ser «possuidor de uma credencial passada a seu favor pelo Comité Executivo da União Geral dos Trabalhadores de Barcelona» e «um elemento de absoluta confiança dos marxistas espanhóis». Transferido, em 22-07-1939, para Caxias, por despacho do Diretor da PVDE, capitão Agostinho Lourenço, datado de 29-02-1940, «foi determinado que se mantivesse em prisão preventiva, devendo ser transferido para Cabo Verde até se esclarecer a situação internacional». Passou, então, por vários cárceres: Peniche (03-04-1940), 1.ª esquadra (04-06-1940), Caxias (07-06-1940), antes de embarcar, em 21-06-1940, sem julgamento, para o Tarrafal, onde era referenciado como tendo combatido em Espanha. Faleceu em 13-01-1943, com 38 anos, tuberculoso, muito magro e após quatro meses acamado e de grande sofrimento, deixando mulher e filhos.



**PEDRO DA CUNHA E FOIOS TEIXEIRA**

Nasceu em 07-04-1899, em Lisboa. Funcionário da alfândega de Lisboa, foi preso pela PVDE em 27-03--1942, «para averiguações», quando integrava a rede de espionagem anglo-portuguesa do «SOE» (Special Operations Executive, Seção H), mais conhecida por "Rede Shell" (identificado como "Agente H.500"). Levado para uma esquadra, incomunicável, foi transferido, em 05-05-1942, para Caxias, e embarcou, em 20-06-1942, para o Tarrafal, sem ter sido julgado, ficando alojado fora do Campo. Regressou em 01-01-1944, deu entrada no Hospital Júlio de Matos e, em 07-01-1944, seguiu para Caxias, entrando num ciclo de transferências entre cárceres: Aljube (13-01-1944), Caxias (02-02-1944) e Peniche (23-05-1944). Saiu em liberdade condicional em 29-05-1944.

* * *



**PEDRO DE MATOS FILIPE**

Nasceu em 19-06-1905, em Almada. Estivador de porto e sindicalista, ligado ao movimento libertário e anarcossindicalista, foi preso em 30-01-1934, por estar implicado na greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, promover a paralisação da fábrica Parry & Son, ter recebido uma bomba, que não chegou a utilizar, e fazer parte do grupo de apoio que protegeu os elementos que cortaram os cabos submarinos em Almada. Condenado pelo TME a 12 anos de degredo, ficando à disposição do Governo, embarcou, em 08-09-1934, para Angra do Heroísmo. Dois anos depois, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde faleceu em 20-09-1937, vítima de biliosa, menos de 4 meses após a sua chegada, sem qualquer assistência médica ou farmacêutica, apesar de se queixar há muito. Tinha 31 anos e foi o segundo deportado a morrer no Campo. Segundo Acácio Tomás de Aquino, «era um dos rapazes mais fortes do Acampamento» e, quando faleceu, «estava reduzido a pele e osso».

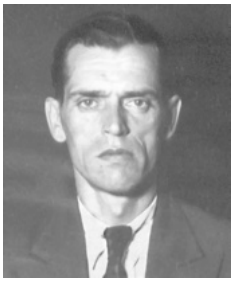


**PEDRO DOS SANTOS SOARES**

Nasceu em 13-01-1915, em Trigaches, Beja. Militante comunista entre 1933 e 1975, foi preso em 1934, 1935, 1954 e 1958, percorrendo os principais cárceres do regime: diversas esquadras da PSP, Cadeia do Aljube, Fortaleza de Peniche, Depósito de Presos de Caxias e celas privativas da Subdiretoria do Porto da PVDE. Evadiu-se duas vezes: do Porto (03-10-1954) e de Peniche (03-01-1960). Condenado, em 30-11-1935, a 22 meses de detenção, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal, quando terminara na véspera a pena imposta pelo TME e tinha 21 anos. Amnistiado, regressou em 15-07--1940, licenciou-se em Histórico-Filosóficas e participou na reorganização do PCP. Condenado, em 04-06-1943, a 4 anos de prisão, retornou, em 12-06-1943, ao Tarrafal, onde era elemento preponderante da OCPT e foi castigado várias vezes com a "frigideira". Abrangido pela amnistia de 18--10-1945, regressou em 01-02-1946, saiu em liberdade e partiu para Moçambique. Com a última fuga (03-01-1960), a ação política exerceu-se no estrangeiro. Regressou a Portugal após 25-04-1974. Faleceu em 10-05--1975 num acidente de viação.

Pedro Soares, *Tarrafal, Campo da Morte Lenta*, Edições avante!, 1975.

* * *



**PEDRO JOSÉ DA CONCEIÇÃO**

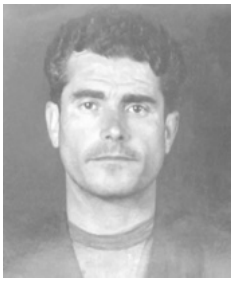
Nasceu em 11-08-1899, em Lisboa. Sargento da Marinha de Guerra, foi preso em Vilar Formoso em 22--07-1940, por «estar pedida a sua captura em virtude de se ter evadido dos Serviços Auxiliares da Marinha», onde se encontrava detido à ordem da PVDE. Transferido, em 25-07-1940, para a sede da PVDE e entregue na Cadeia do Aljube, passou para a enfermaria entre 31-07-1940 e 15-08-1940. Considerado «um perigosíssimo elemento revolucionário e de agitação constante, mantendo numerosas e importantes ligações com elementos considerados organizados», foi «notificado a abandonar o País, no prazo de 30 dias, conforme despacho de S. Exª o Ministro do Interior». Como declarasse que não o faria, o Diretor da PVDE, em 15-02-1941, deliberou a sua transferência para Cabo Verde, embarcando, em 27-02-1941, para o Tarrafal, onde estava conotado com um dos grupos de republicanos. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou a Lisboa em 01-02-1946 e saiu em liberdade.



**PINKUS ISRAELSKI OU PINKUS ISRAL SKI**

Nasceu em 06-04-1908, em Varsóvia, Polónia. Tecelão de malhas (técnico), este judeu polaco foi preso pela Delegação do Porto da PVDE em 07-12-1939, «para averiguações». Por constar do seu processo que tinha «sido expulso da Bélgica por suspeita de comunista e de ter entrado em Portugal com documentação falsificada», sendo, portanto, «um elemento indesejável», «foi proposto para que lhe fosse aplicável o Decreto n.º 15946 de 23-5-1928», tendo o ministro, por despacho de 23-01-1940, aprovado essa decisão. Transferido, em 21-02-1940, para Caxias, embarcou em 23-02-1940, sem julgamento, para o Tarrafal. Regressou em 27-01-1944, entrou no Hospital Júlio de Matos e, de seguida, circulou entre vários cárceres: Caxias (02-02-1944), Peniche (09-02-1944), Aljube (25-07-1945), Peniche (27-08-1945), Caxias (22-12-1945) e Aljube (25-03-1947). Libertado em 14-01-1948, foi-lhe fixada, provisoriamente, residência na Ericeira. Detido pela PIDE em 25-04-1948, por estar indocumentado, seguiu para Caxias. Libertado em 19-05-1948, continuou com residência fixada na Ericeira. Faleceu em 07-05-1993, com 85 anos.

* * *



**RAFAEL DA SILVA PIRES**

Nasceu em 23-03-1912, em Lisboa. Servente, foi entregue pela PSP de Lisboa à PIDE em 09-04-1947, «para averiguações». Enviado para Caxias, seguiu, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido condenado, tenso provavelmente estado associado à greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa dinamizada pelo PCP. Tal como os outros presos na mesma circunstância, ficou numa seção diferente daqueles que já se encontravam no Campo, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 20-05-1947, ficou com residência fixa na cidade da Praia até embarcar, em 10-09-1947, para Lisboa. Apresentou-se, em 18-09-1947, na Diretoria da PIDE, ficando em liberdade condicional. Obteve a definitiva em 01-08-1948.



**RAFAEL TOBIAS PINTO DA SILVA**

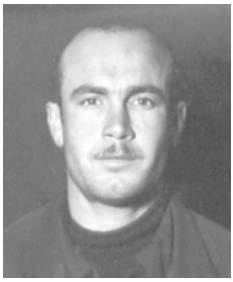
Nasceu em 14-12-1910, em Lisboa. Militante do PCP desde o início da década de 1930, foi detido, quando estudante, em 09-03-1934, por integrar um grupo de manifestantes que percorria «a Rua da Escola Politécnica dando gritos subversivos», empunhava «cartazes com palavras ofensivas para a atual Situação Política do País» e distribuía «manifestos clandestinos». Transferido, em 19-05-1934, para Peniche, seria libertado em 23-08-1934. Já referenciado como relojoeiro, foi preso em 07-11-1935, levado para uma esquadra, transferido, em 27-12-1935, para Peniche e, em 24-03-1936, entrou no Aljube. Julgado pelo TME em 03-04-1936 e absolvido, continuou preso à ordem da PVDE. Requereu, em 04-06-1936, para ser amnistiado, acabando, no entanto, por embarcar, em 17-10-1936, para o Tarrafal. Faleceu em 22-09-1937, vítima da biliosa e em grande sofrimento, após ter sido levado para a morgue ainda com vida. Tinha 26 anos de idade e foi um dos seis tarrafalistas a morrer entre 20 e 24-09-1937, sem qualquer assistência médica, farmacêutica ou cuidados de higiene.

* * *



**RAÚL DE ALMEIDA**

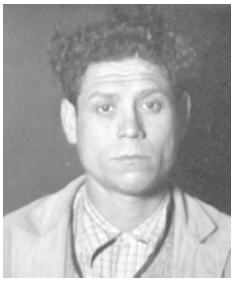
Nasceu em 01-02-1915, em Lisboa. Aprendiz de serralheiro, foi detido pela PSP de Lisboa em 30-05-1932, por suspeita de instigar outros operários à greve. Tinha, então, dezasseis anos e saiu em liberdade em 01-06-1932. Entregue pelas autoridades militares à PVDE em 30-11-1936, ficou preso no Presídio Militar da Trafaria e saiu em liberdade em 19-12-1936. Quando serralheiro de máquinas, seria preso em 31-03-1947, «para averiguações», e levado para Caxias. Embarcou, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem julgamento ou condenação, provavelmente devido à greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, preparada pelo PCP. Vigiado por guardas da PIDE, permaneceu, tal como os outros deportados na mesma circunstância, em instalações diferentes daqueles que já se encontravam no Campo. Solto em 30-09-1947, regressou em 07-11-1947, no vapor "Guiné".



**REINALDO DE CASTRO**

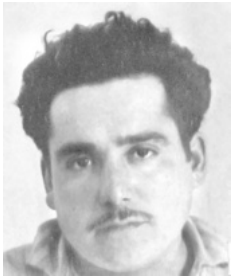
«O Monteiro». Nasceu em 06-06-1907, em Lisboa. Tomou parte na Revolta Militar de 26 de agosto de 1931, quando era empregado na Câmara Municipal de Lisboa, sendo deportado para Timor em 02-09-1931; abrangido pela amnistia de 05-12-1932, regressou em 09-06-1933. Em 1937, encontrava-se fugido à PVDE, por desenvolver militância comunista, tendo o TME emitido um mandado de captura. Refugiado em Espanha, participou, entre 1937 e 1939, na Guerra Civil ao lado das forças republicanas, combatendo na frente de Ocaña. Terminada aquela, esteve preso e seria entregue pelas autoridades franquistas no Posto de Beirã em 26-12-1940, seguindo para Peniche: passou, em 02-01-1941, para o Aljube e, em 30-01-1941, para Caxias. Depois, de condenado, à revelia, a 12 anos de degredo (15-06-1940), viu a pena ser aumentada para 15 anos em sessão do TME de 18-04-1941. Embarcou, em 17-06-1941, para o Tarrafal. Abrangido pela amnistia de 18--10-1945 e libertado em 12-01-1946, ficou a aguardar transporte para Lisboa. Regressou em 01-02-1946.

* * *



**REINALDO VICTOR**

«O Zambujal». Nasceu em 04-05-1904, em Sacavém. Trabalhador, foi preso pela PVDE em 04-03-1939, «para averiguações», e enviado para o Aljube. Passou, de seguida, por várias transferências de cárcere: 1.ª esquadra (30-03-1939), Aljube (01-04-1939), Caxias (12-04-1939) e, de novo, Aljube (4-12-1939). Condenado, em 09-12-1939, à pena de 10 anos de degredo, reentrou em Caxias (10-12-1939) e embarcou, em 23-02-1940, para o Tarrafal, onde foi punido com dias de internamento na "frigideira". Embora tenha interposto recurso, o TME, em sessão de 20-12-1939, confirmou a sentença. O Tribunal de Execução de Penas concedeu-lhe a liberdade condicional apenas em 16-10-1952, fixando-lhe residência no concelho de Loures e obrigatoriedade de se apresentar na PIDE, sob cuja vigilância ficaria. Obteve a liberdade definitiva em 27-11-1957. Segundo Antónia Gato Pinto, era comunista e «rachou durante a clausura no campo».



**RODRIGO RAMALHO**

Nasceu em 22-07-1909, em Alenquer. 2.º sinaleiro da Armada, participou, em 08-09-1936, na "Revolta dos Marinheiros" organizada pela ORA. Entregue pelas autoridades da Marinha à PVDE nesse mesmo dia, pelo crime de «insubordinação», deu entrada no 3.º Posto da 14.ª esquadra, «Mitra». Transferido, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa e condenado, em 13-10-1936, a 4 anos de prisão maior, seguidos de 8 de degredo ou, em alternativa, a 16 anos de degredo, seguiu, em 17-10-1936, para o Tarrafal. Entregue, em 31-12-1945, ao Ministério da Justiça, foi transferido para a Fortaleza de Peniche em abril de 1949, tendo embarcado na cidade da Praia no dia 16. Libertado em 30-05-1949, devido a mandado de soltura entregue pela Superintendência dos Serviços da Armada ao Diretor de Peniche, ficou a residir na Quinta do Jardim, Chão de Meninos, Sintra.

* * *



**RUI CARDOSO GOMES**

Nasceu em 1916, em Lisboa. Pertenceu à FJCP e, em novembro de 1933, já alistado na Armada, onde era grumete artilheiro, aderiu à ORA. Preso pela PSP de Lisboa em 26-02-1935, por ser um dos autores «do desenho comunista – "Foice e Martelo" – feito nas paredes» de Alcântara. Entregue, em 04-03-1935, pelo Comando Geral da Armada à PVDE, a pedido desta, seguiu, incomunicável, para uma esquadra e, em 02-05-1935, entrou na Cadeia do Aljube. Condenado, em 03-08-1935, a 493 dias de prisão, acusado de «propaganda dos princípios comunistas» e desenhar «o emblema comunista», circulou pela 1.ª esquadra (07-10-1935), Peniche (23-10-1935), 1.ª esquadra (10-12-1935) e, de novo, Peniche (26-12-1935), sendo libertado em 05-06-1936. Preso em 02-05-1937, na tipografia da Comissão Intersindical, passou, em 11-05-1937, para a 1.ª esquadra e, depois, para o Aljube, acusado de «continuar a desenvolver grande atividade dentro da organização comunista». Embarcou, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem julgamento, onde adoeceu com a biliosa. Regressou em 20-02-1945, entrando em Caxias. Libertado em 07-03-1945.



**RUI NUNES DE AZEVEDO**

Nasceu em 18-02-1915, em Lisboa. Soldador, foi preso pela PIDE em 30-03-1947, «para averiguações», e enviado para Caxias. Embarcou, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou incriminado, provavelmente por estar envolvido na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa organizada pelo PCP. Ficou, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Tarrafal, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 30-09-1947, ficou a aguardar viajem. Apresentou-se na Diretoria da PIDE, em Lisboa, em 07-11-1947.

* * *



**SAÚL GONÇALVES**

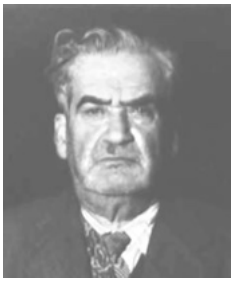
Nasceu em 27-11-1916, em Serra de El-Rei, Peniche. Vendedor ambulante e militante do PCP, a residir e a trabalhar em Peniche, foi preso pela PVDE em 19-12--1936, «para averiguações», por estar envolvido na celebração do 1.º de Maio naquela vila, com pinturas, afixação de propaganda e colocação de bandeiras vermelhas. Recolheu, incomunicável, a uma esquadra, seguiu, em 05-01-1937, para a 1.ª esquadra e, condenado, em 17-02-1937, a 5 anos de degredo, foi transferido, em 19-02-1937, para a Fortaleza de Peniche. Envolvido nos preparativos da tentativa de fuga de Augusto da Costa Valdez, de Artílio Baptista e de Veríssimo Sim-Sim, ocorrida em 18-11--1938, seguiu para o Forte de Caxias em 23-11-1938. A fim de dar cumprimento ao despacho do Diretor da PVDE, datado de 16-01-1939, regressou, em 24-03-1939, ao Aljube, e seria transferido, em 01-04-1939, para o Tarrafal, onde foi barbaramente espancado, conheceu a "frigideira" e veio a sofrer de tuberculose. Libertado em 12-01-1946, por estar abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, no barco "Guiné".



**SEBASTIÃO DA ENCARNAÇÃO JÚNIOR**

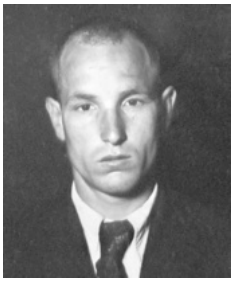
Nasceu em 1895, em Alcoutim. Quando sargento-ajudante, participou na revolta de fevereiro de 1927, sendo-lhe fixada residência fora do Continente. Preso em dezembro de 1928, passou por Ponta Delgada e, em junho de 1932, encontrava-se na ilha do Sal: regressou em 1933, por estar incluído na amnistia de 05-12-1932. Entregue pela PSP de Beja à PVDE em 17-11-1936, circulou pelo Aljube (17-12-1936), Peniche (07-02-1937) e 1.ª esquadra (05-07-1937). Condenado, em 07-07-1937, a 4 anos de desterro, reentrou no Aljube (08-07-1937) e Peniche (13-09-1937), embarcando, em 23-10-1937, para Angra do Heroísmo: solto em 23-12-1938, devido a indulto. Preso e entregue, em 25-02-1942, pela PSP de Beja, por integrar a rede de espionagem anglo-portuguesa "SOE" – "Rede Shell", sendo-lhe apreendido instruções detalhadas e cartuchos de dinamite. Transferido, em 05-05-1942, para Caxias, embarcou, em 20-06-1942, para o Tarrafal, ficando alojado fora do Campo. Regressou em 27-01-1944, entrou no H. Júlio de Matos e seguiu para Caxias (02-02-1944) e Peniche (23-05-1944). Libertado em 29-05-1944. Novamente detido em Beja em 1949. Referenciado como comunista por Antónia Gato Pinto.

* * *



**SEBASTIÃO DE JESUS PALMA**

Nasceu em 20-06-1879, em Loulé. Antigo Comissário de Polícia de Beja. Comerciante, foi detido nesta cidade e enviado, em 27-08-1928, para Lisboa, por envolvimento na revolta de 20-07-1928. Libertado em 29-09-1928. Entregue pela PSP de Beja à PVDE em 10-11-1933, por atividades conspiratórias, seria solto em 09-12-1933. Detido pela PVDE em 31-10-1936, por «ligações revolucionárias», e levado para uma esquadra, passou, em 17-11-1936, para o Aljube. Solto em 24-05-1937, por ter sido despronunciado pelo TME. Preso em 05-03-1942, quando integrava a rede de espionagem anglo-portuguesa do "SOE" – "Rede Shell" ("Agente H.503"). Entrou, em 05-05-1942, em Caxias e embarcou, em 05-08-1942, para o Tarrafal, sem julgamento ou acusação, ficando alojado fora do Campo. Regressou em 27-01-1944 e passou pelo H. Júlio de Matos, Caxias (02-02-1944) e Peniche (23-05-1944). Saiu em liberdade condicional em 29-05-1944. Referenciado como militante comunista por Antónia Gato Pinto.



**SEBASTIÃO DOS RAMOS VIOLA JÚNIOR**

Nasceu em 12-01-1915, em Silves. Militante comunista de Silves, seria momentaneamente preso aquando do 18 de janeiro de 1934. Partiu para o Barreiro e, em 1935, o PCP enviou-o para a escola de formação de quadros da Internacional Comunista, em Moscovo, de onde regressou em meados de 1938, entrando na clandestinidade. Preso em 27-05-1939, seguiu para o Aljube, passou, em 25-07-1939, para Caxias e, regressou, em 11-09-1939, ao Aljube. Por lhe terem sido apreendidos materiais das Juventudes Comunistas, conhecerem o seu percurso em Silves e a passagem por França, transferiram-no, em 19-09-1939, para o Tarrafal, sem julgamento. Permaneceu setenta e cinco meses preso preventivamente, integrou a OCPT, conheceu a "frigideira" e, apesar das diligências, a família não foi autorizada a visitá-lo. Libertado em 13-11-1945, por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, voltou, temporariamente, para Silves. Mudou-se para Lisboa, onde trabalhou como empregado de escritório e manteve, durante alguns anos, ligação ao PCP. Os últimos dezoito anos de vida foram passados no Montijo, onde montou uma fábrica de cortiça. Faleceu em 17-01-1980, em Alcochete.

* * *



**SEBASTIÃO SALVADOR ROSINHA**

Nasceu em 10-03-1906, no Seixal. Ajudante de motorista, com residência no Montijo, foi preso em 21-12-1936, «por detentor de material explosivo», recolhendo à Cadeia do Aljube. Transferido, em 17-03-1937, para Peniche, retornou, em 01-06-1937, ao Aljube, a fim de seguir, em 05-06-1937, para o Tarrafal, sem ter sido julgado e onde foi incluído no grupo dos "rachados" por renegar as suas ideias e colaborar ativamente com a direção do Campo. Regressou em 20-02-1945, entrou no Forte de Caxias e, em 10-03-1945, foi condenado em 2 anos de prisão correcional, dada por expiada com os 8 anos e 80 dias de prisão sofrida. Libertado em 22-10-1945, por estar abrangido pela amnistia de 18-10-1945.



**SÉRGIO DE MATOS VILARIGUES**

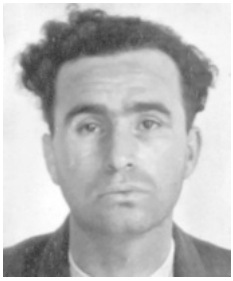
Nasceu em 23-12-1914, em Routar-Torredeita, Viseu. Cortador de carnes verdes, era militante da FJCP desde 1932, integrou, em 1933-1934, o SVI e terá participado no 18 de janeiro de 1934. Preso pela PSP de Lisboa na madrugada de 23-09-1934, junto à Rocha de Conde de Óbidos, por colar tarjetas e, entregue à PVDE, foi levado, incomunicável, para a 20.ª esquadra, passou, em 27-09-1934, para a 1.ª esquadra e entrou no Aljube em 08--11-1934. Condenado, em 23-03-1935, a 23 meses de prisão, seria transferido, em 05-04-1935, para Peniche, aderindo ao PCP. Embarcou, em 08-06--1935, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, quando já cumprira a pena e onde integrou a OCPT. Amnistiado, regressou em 15-07-1940, participou na reorganização comunista e, em 1942, entrou na clandestinidade, de onde só saiu em 1974. As suas tarefas incluíram o funcionamento do aparelho partidário de passagem das fronteiras e, durante dezasseis anos, foi o responsável pelo jornal "Avante". Faleceu em 08-02--2007, em Lisboa.

* * *



**SILVINO LEITÃO FERNANDES COSTA**

Nasceu em 1912, em Monte Pedral. Ajudante de farmácia, integrava, desde 1931, a FJCP, encontrando-se referenciado pela polícia. Participou na reorganização daquela estrutura, assegurou a impressão de manifestos, procedeu à sua distribuição, garantiu ligações com a província, incentivou a formação de células no Exército e integrava as chamadas "Brigadas de Choque". Preso em 24-04-1932, na serra de Monsanto, o ministro do Interior fixou-lhe residência na ilha Terceira, por ser «elemento de uma atividade extraordinária e perigosíssima», ficando a aguardar o embarque na Penitenciária. Em 10-08-1932, determinaram que seguisse para Cabo Verde ou Timor. Condenado, em 20-10-1934, a 10 anos de degredo, acusado de ter participaso no fabrico, transporte e uso, para experiência, de bombas. Levado para Peniche e Aljube, embarcou, em 23-03-1935, para Angra do Heroísmo. Seguiu, em 23-10-1936, para o Tarrafal, onde adoeceu com a biliosa e se revelou um auxiliar precioso do enfermeiro Virgílio de Sousa. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, saindo em liberdade.



**TOMÁS GARCIA**

Nasceu em 10-03-1907, na Azambuja. Ajudante de motorista, com residência em Lisboa, foi preso em 26 de agosto de 1931, acusado de estar implicado na revolta contra a Ditadura Militar. Levado para o Quartel do Carmo por soldados da GNR, passou para a Penitenciária e, em 02-09-1931, foi deportado para Timor. Abrangido pela amnistia de 05-12-1932, regressou em 09-06-1933. Libertado, terá ido viver para Tagarro, no concelho da Azambuja. Novamente a viver em Lisboa, onde era canalizador, foi detido em 16-04-1937 e mantido, incomunicável, numa esquadra. Seguiu, em 13-05-1937, para a 1.ª esquadra e daí, em 02-06-1937, para o Aljube, embarcando, em 05-06-1937, para o Tarrafal, quando estava em prisão preventiva a aguardar julgamento. Por ter sido abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, saindo em liberdade.

* * *



**TOMAZ BATISTA MARREIROS**

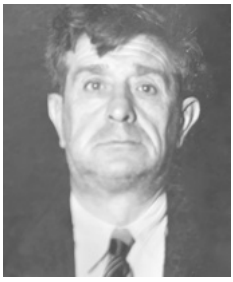
Nasceu em 22-08-1906, em Vila do Bispo. 1.º fogueiro da Armada, em serviço no contratorpedeiro "Dão", integrava o Secretariado da Organização Revolucionária da Armada e foi considerado um dos dirigentes da "Revolta dos Marinheiros" despoletada em 08-09-1936. Enviado, nesse mesmo dia, pelo Comando da PSP de Lisboa à PVDE, recolheu à 1.ª esquadra e, em 12-09-1936, foi transferido para o Aljube, seguindo, em 18-09-1936, para a Cadeia Penitenciária de Lisboa. Condenado, em 13-10-1936, a 6 anos de prisão maior celular, seguidos de 10 de degredo ou, em alternativa, a 20 anos de degredo, embarcou, em 17-10-1936, para o Tarrafal. Saiu de Cabo Verde em 30-07-1953, no vapor "Ana Mafalda", por ter sido transferido para Peniche, onde deu entrada em 06-08-1953. Libertado em 24-12-1953.



**TOMAZ FERREIRA RATO**
**OU TOMAZ FERREIRA DA SILVA**

Nasceu em 05-03-1909, na Marinha Grande. Ferroviário e militante do PCP, foi preso em 01-12-1935. Levado para uma esquadra, iniciou o rodopio entre cárceres: Delegação do Porto da PVDE (12-11-1935), Peniche (22-12-1935), esquadra (15-04-1936), Aljube (16-05-1936) e, novamente, o Porto (28-05-1936). Condenado, em 23-06-1936, a 20 meses de prisão, passou por Peniche (30--06-1936) e Caxias (14-10-1936), antes de embarcar, em 17-10-1936, para o Tarrafal, quando lhe faltava cumprir pouco tempo de prisão. Estudioso da matemática e várias vezes castigado com a "frigideira", integrou o grupo de cinco presos que procurou evadir-se do Campo em maio de 1943: capturado ao fim de uma semana a deambular pela ilha, esfarrapado, a cair de cansaço, de fome e de sede, seria cruelmente torturado. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946 e saiu em liberdade. Detido em 10--10-1947 e transferido para Lisboa, foi submetido às torturas do sono e da estátua. Voltou ao Aljube (14-10-1947), Caxias (05-12-1947) e Peniche (05--06-1948). Libertado em 16-08-1950, fixou-se na Marinha Grande. Exilou--se em França, onde faleceu em 03-08-1998.

* * *



**VIRGILIO BARTOLINI**

Cidadão italiano foi capturado pela PVDE no posto fronteiriço de Beirã em junho de 1941, por ter entrado clandestinamente, estar indocumentado e fazer-se passar por português. Acusado de alegado envolvimento em redes que tentavam organizar a passagem de refugiados para Portugal e de afirmações contestadas pela PVDE, seguiu para o Tarrafal, onde deu estrada em 08-01-1942, sem ter sido julgado. Por despacho do Diretor Esmeraldo Pais Prata, de 27-01-1944, saiu com destino à Diretoria da PVDE. Terá desembarcado em Lisboa em 14-02-1944 e seguiu para Caxias. Entretanto, a Embaixada Britânica em Lisboa dirigiu-se à PVDE, nessa mesma data, a solicitar autorização para que Virgílio Bartolini ali se pudesse dirigir para tratar das formalidades necessárias à sua partida.



**VIRGÍLIO DE SOUSA**

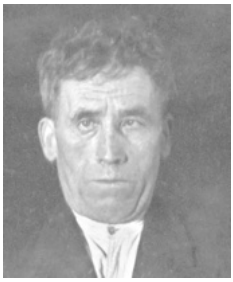
Nasceu em 27-04-1903, em Lisboa. Enfermeiro dos Hospitais Civis de Lisboa e militante do PCP, foi preso pela PVDE em 02-05-1937, «para averiguações», e recolheu, incomunicável, a uma esquadra. Transferido, em 12-05-1937, para o Aljube, ficou na sua enfermaria entre 21 de maio e 05 06-1937, dia em que embarcou, sem qualquer julgamento, para o Tarrafal, onde integrou a OCPT e, depois, a organização dos comunistas afastados. Castigado com vários dias de internamento na "frigideira", revelou-se, durante oito anos e meio, um «bom profissional de enfermagem» e, como tal, uma preciosa ajuda aos presos que adoeciam e que não tinham, intencionalmente, outra assistência médica ou medicamentosa. Diligente, infatigável e prestável, era, frequentemente, o único recurso dos deportados enfermos, apesar dos meios escassos ou inexistentes que possuía. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1945 e saiu em liberdade. Manuel Francisco Rodrigues, que o conhecera «nos tempos da nossa mocidade, quando o idealismo nos lançou para o seio das organizações da juventude sedenta de justiça e de liberdade», reencontrou-o no Tarrafal.

* * *



**VIRGÍLIO MARTINS OU VIRGÍLIO CELESTINO OLIVEIRA MARTINS**

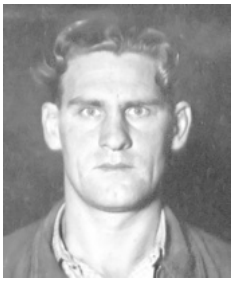
Nasceu em 27-10-1907, em Lisboa. Preso pelo Comando da PSP de Lisboa e entregue à PVDE em 29-01--1934, acusado de ser militante do PCP e ter feito propaganda da greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934 junto dos operários da Administração do Porto de Lisboa. Foi-lhe apreendida uma pistola e respetivas munições, pertença de um guarda da PSP, então desarmado, e «um pedaço de carvão com que nas paredes das escadas e prédios da cidade desenhava a foice e o martelo». Condenado, em 08-03-1934, a 4 anos de degredo, embarcou, em 23-09-1934, para Angra do Heroísmo e, em 23-10-1936, seguiu para o Tarrafal, onde integrou a OCP e, depois, o grupo dos comunistas afastados. Apesar de ter cumprido, em 1938, a pena a que fora condenado, continuou em prisão preventiva por decisão da PVDE (ofício da SPS de 08-03-1938). Regressou em 20-02-1945, saindo em liberdade. Há no Museu Nacional Resistência e Liberdade – Peniche, um par de tairocas por si feitas no Tarrafal para se defender da terra escaldante que lhe queimava os pés.



**VITORINO DOMINGUES**

Nasceu em 04-03-1888, em Castro Laboreiro, Melgaço. Trabalhador, foi entregue pela Comarca de Melgaço à Delegação do Porto da PVDE em 12-07-1940, ficando à disposição do TME. Condenado, em 20-08--1940, a 8 anos de degredo, «pena esta que substitui a pena de prisão correcional imposta no cível», «por ser detentor de um revolver de calibre 9 mm, arma proibida por lei, e com o qual no dia 3-05-1939 fez uso, disparando-o contra o seu irmão Manuel José Domingues, a quem causou ferimentos». Transferido, em 10-11-1940, para Caxias, embarcou, em 14-11-1940, para o Tarrafal, fazendo parte daqueles deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviados para o Campo por possuírem, apenas, armas proibidas. Abrangido pela amnistia de 18-10-1945, regressou em 01-02-1946, saindo em liberdade.

* * *



**WILLI KALLESKE**

Natural de Berlim. Marinheiro, com 33 anos, foi preso pela PVDE em 28-09-1939, por estar indocumentado. Recolheu à 1.ª esquadra e, em 24-11-1939, passou para Caxias. Por ter «desertado do vapor «Las Palmas», de que era tripulante, encontrando-se indocumentado, tendo-se recusado a abandonar Portugal e embarcar para a sua Pátria» e ser «considerado um indivíduo suspeito e indesejável, tendo tido um péssimo comportamento no D. P. de Caxias», o ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, por despacho de 02-05--1940, determinou «a sua transferência para a Colónia Penal de Cabo Verde». Embarcou, em 21-06-1940, para o Tarrafal, foi instalado no "porta-aviões", barraca onde os "rachados" gozavam de concessões e, em 28-05-1941, intentou uma fuga por mar com Erich Willy Rindfleisch, por gozar de alguma liberdade fora do Campo. Capturado, seria, então, interrogado, selvaticamente espancado a cavalo-marinho e encerrado na "frigideira". Regressou em 27-01-1944, entrou no Hospital Júlio de Matos e seguiu, em 02-02-1944, para Caxias. Enviado para Peniche em 09-02-1944, foi libertado nesse mesmo dia. Ficou com residência fixa em Peniche.



**ZEFERINO SOARES**

Nasceu em 02-05-1905, em Belmonte. Soldador, foi preso pela PIDE em 04-04-1947, «para averiguações», e enviado para Caxias. Embarcou, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado, tendo, muito provavelmente, participado na greve dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, dinamizada pelo PCP. Tal como os outros presos na mesma circunstância, ficou em instalações diferentes dos que já se encontravam no Campo, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 20-05-1947, ficou com residência fixa na cidade da Praia, conservando-se ali até 10-09-1947, data em que embarcou para Lisboa. Apresentou-se na sede da PIDE em 18-09-1947 e saiu em liberdade condicional. Obteve a definitiva em 01-08-1948.

* * *



**RAUL PEREIRA**

Nasceu em 27-11-1916, em Lisboa, filho de Maria Justina e de Filipe Pereira. Serralheiro, foi detido pela PSP de Lisboa e entregue à PVDE em 07-04-1947, «para averiguações». Enviado para o Forte de Caxias, seguiu, em 11-04-1947, para o Tarrafal, sem ter sido julgado ou condenado, provavelmente por estar associado à paralisação dos trabalhadores das construções e reparações navais dos estaleiros de Lisboa, organizada pelo PCP. Ficou, tal como os outros deportados na mesma circunstância, numa seção diferente dos presos que já se encontravam no Campo, vigiado por guardas da PIDE. Libertado em 30-09-1947, ficou a aguardar embarque para Lisboa. Regressou no vapor «Guiné» em 07-11-1947 e apresentou-se na Diretoria da PIDE.

# Mais e mais prisões

A resposta do regime colonial-fascista às lutas dos povos dominados recorreu a métodos ainda mais violentos do que aqueles que tinham marcado todo o percurso repressivo da Ditadura Militar e do Estado Novo.

Não apenas foram mais restringidas as poucas liberdades formais ainda vigentes como, sobretudo, foram redimensionados e repostos em atividade ou edificados toda uma série de estabelecimentos prisionais a que, muito justamente, temos chamado "Cárceres do Império" – até na medida em que as vítimas eram frequentemente atiradas de uma para outra prisão, quantas vezes a milhares de quilómetros das suas residências e das suas famílias.

No espaço de dois meses, o governo de Salazar criou formalmente, pela mão do ministro do Ultramar, Adriano Moreira, dois campos de concentração, eufemisticamente denominados "campos de trabalho":

**Portaria n.º 18 539**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos da parte final do n.º VI e da alínea *a*) do n.º IV da base X da Lei Orgânica do Ultramar Português e dos artigos 4.º e 5.º do Decreto n.º 43 600, de 14 de Abril de 1961, o seguinte:

I) É instituído em Chão Bom um campo de trabalho.

II) O pessoal necessário ao seu funcionamento será determinado em despacho do Ministro do Ultramar e recrutado, em regime de comissão, entre os servidores dos respectivos quadros da província de Angola, que suportará todos os encargos.

III) O seu regulamento será aprovado por despacho do Ministro do Ultramar.

IV) Ficam autorizadas as operações financeiras necessárias à execução deste diploma.

Ministério do Ultramar, 17 de Junho de 1961. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira.*

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *A. Moreira.*

Portaria n.º 18539, de 17 de junho de 1961 reabriu em Cabo Verde, o Campo de Concentração do Tarrafal, designado *Campo de Trabalho de Chão Bom*

**Portaria n.º 18 702**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos da parte final do n.º VI e da alínea *a*) do n.º IV da base X da Lei Orgânica do Ultramar Português e dos artigos 4.º e 5.º do Decreto n.º 43 600, de 14 de Abril de 1961, o seguinte:

1.º É instituído na província de Angola o campo de trabalho de Missombo.

2.º O quadro de pessoal necessário ao seu funcionamento será o constante do mapa anexo a este diploma, mas os respectivos cargos só serão providos na medida que as circunstâncias aconselharem.

3.º Dentro de 60 dias, a contar da data da publicação desta portaria, o governador-geral de Angola fará publicar o regulamento do campo de trabalho.

4.º Ficam autorizadas as operações financeiras necessárias à execução deste diploma.

Ministério do Ultramar, 24 de Agosto de 1961. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira.*

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — *A. Moreira.*

Portaria n.º 18702, de 24 de agosto de 1961 instituiu em Angola, no Cuando Cubango, o *Campo de Trabalho de Missombo*

Esse mesmo ministro do Ultramar desloca-se ao Tarrafal no dia 1 de agosto de 1962, presidindo a uma sessão da União Nacional, em que afirma, designadamente, que "(...) a maior parte das terras está cheia de exemplos de povos que hoje têm uma nacionalidade e que podiam ter tido outra, ou já tiveram outra durante a vida dos seus territórios. E aqui não, é um caso como que único, estas terras de Cabo Verde parece que desde a noite dos tempos estiveram adormecidas no meio do mar à espera de poderem ser Portugal".

Após tão eloquente declaração, visita o Campo de Concentração que criara no ano anterior, fala com alguns presos e deixa-lhes uma bola de futebol.

# FASE II

# Campo de Trabalho de Chão Bom

1961 – 1974

# ANGOLA



Na fase II do Campo, a “Holandinha” substituiu a “Frigideira” como cela de castigo: construída dentro da arrecadação anexa à cozinha que servia os presos de delito comum, era “uma espécie de jazigo, dentro dum armazém”, onde "às três horas da tarde já era noite" (citado in Dalila Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial, 1961-1974*, Lisboa, Terramar, 2004). Ali estiveram castigados dois Angolanos: António Cardoso (MPLA) e César Teixeira (UNITA).

# Campo de Chão Bom, Tarrafal – uma prisão (também) angolana

Maria da Conceição Neto*

A 17 de Junho de 1961, quando ainda não estava dominada a grande insurreição que alastrava no norte de Angola desde 15 de Março, e os cárceres angolanos estavam demasiado cheios com as vagas de prisões da PIDE em 1959, 1960 e 1961, o Ministro do Ultramar Adriano Moreira instituiu em Chão Bom um "campo de trabalho". O pessoal "necessário ao seu funcionamento" seria recrutado nos quadros de funcionários da colónia de Angola "que suportará todos os encargos". A situação em Angola, portanto, é o pano de fundo que justifica a reabertura do Tarrafal, mas os primeiros presos a chegar, em Fevereiro de 1962, estavam detidos em Luanda desde 1959, muito antes de eclodir a guerra. O seu crime, tipificado como "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta", era tão somente a defesa do direito à independência de Angola.

Reivindicações de autonomia ou de independência por parte de alguns grupos eram antigas na colónia, assim como as lutas de resistência à conquista colonial. Mas o contexto do século XX era diferente: consolidada a ocupação do território, a exploração colonial compensava a fraqueza e o atraso económico da metrópole com a violência da generalização do trabalho forçado e dos impostos, da expropriação de terras e das culturas obrigatórias. Ao mesmo tempo, abandonadas antigas doutrinas assimilacionistas, impusera-se uma discriminação jurídica ("indígena" versus "civilizado") que permitia legislação específica para "os negros e seus descendentes" (com limitadas excepções) e os abusos a ela

* Historiadora angolana. Professora na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Luanda).

associados. Os fundamentos racistas do "Estatuto dos indígenas" (1926--1961) eram claros, já que aos brancos não se exigiam quaisquer condições económicas e sociais para serem "cidadãos". Após a II Guerra Mundial, o anticolonialismo sobe de tom em todo o mundo e os impérios europeus em África ensaiam outras estratégias de domínio, com reformas económicas e políticas que alargam a margem de acção dos colonizados, incluindo o direito à independência. Tal não será o caso de Portugal, cujo regime optará por "permanecer em África", reforçando a emigração para as colónias e a repressão política. Apesar da mudança de terminologia oficial (as "colónias" passaram a "províncias", o "império" escondeu-se atrás do "ultramar") e do discurso lusotropicalista em ascensão, a exploração colonial reforçou-se e a discriminação legal consagrada no "Estatuto dos Indígenas" manteve-se, enquanto o aumento exponencial da imigração europeia agravava as tensões raciais em Angola.

Sem liberdades associativas e sindicais nem imprensa livre, diferentemente do que ocorria na maior parte de África, a acção dos independentistas nas colónias portuguesas era forçadamente clandestina ou camuflada em actividades nas associações culturais, recreativas ou até religiosas, como ilustram as biografias dos presos. Desde 1957 a PIDE actuava em Angola, colaborando com a PSP. Em 1959 o nervosismo das autoridades coloniais aumentou, com a expectativa da independência em 1960 da vizinha colónia belga do Congo. Ali viviam e trabalhavam largas dezenas de milhares de Angolanos e as fronteiras colonias não eram obstáculo à circulação de pessoas, informações e ideias. Sabia-se que muitos usavam as suas ligações familiares, profissionais e religiosas para receber e enviar informações. Ao longo de 1959 várias foram as demonstrações públicas da decisão portuguesa de reprimir pelas armas quaisquer veleidades independentistas. A 6 de Março de 1959 o Governador-geral, na inauguração da Carreira de Tiro militar de Luanda, exaltava a importância da "autodefesa" dos colonos, se fosse necessário. A 27 de Abril o "Exercício Himba" da Força Aérea Portuguesa realizou em Luanda uma grande exibição de paraquedistas e meios de combate, incluindo bombas de napalm lançadas sobre alvos que simulavam casas, na periferia do aeroporto. O espectáculo, devidamente publicitada na imprensa, reforçava a ideia da capacidade militar portuguesa para se opor aos "ventos de mudança" em África.

Foi nesse ambiente que, a partir dos finais de Março, a PIDE deteve e interrogou em Luanda centenas de pessoas, tentando (e conseguindo)

desarticular os vários grupos clandestinos cuja acção mais visível era a produção e distribuição de panfletos anticoloniais e pró-independência. A actuação policial gerou dezenas de prisões efectivas e uma série de processos judiciais, transferidos para o Tribunal Militar Territorial de Angola, cujas sentenças seriam pronunciadas nos anos seguintes (em alguns casos já em tempo de guerra, em 1961). "O Processo dos 50" (título de uma brochura de denúncia publicada por nacionalistas angolanos no exílio) foi o nome com que ficaram para a história, embora fossem vários os processos e mais de 50 os detidos. Foi um grupo desses presos de 1959 que "inaugurou" o "Campo de Trabalho de Chão Bom" em 1962.



Montagem das fotografias de 26 dos presos acusados no chamado "Processo dos cinquenta", publicado em 1960, sob o título "La répression colonialiste en Angola – Le Procès des Cinquante" (Associção Tchiweka de Documentação, 1002.005.001)

Importa destacar que as várias levas de presos enviados ao longo dos anos para o Tarrafal estavam longe de representar a totalidade dos sentenciados nos respectivos processos (judiciais ou meramente administrativos) e nem sempre está clara a lógica do destino de cada um. O argumento mais comum era o da "perigosidade" ou "rebeldia" (por isso deveriam ficar longe de Angola), outras vezes jogava o factor "racial" (os brancos seriam julgados e presos em Portugal) mas nem sempre isso foi aplicado. A imensa maioria dos presos políticos angolanos, antes e depois de 1961, teve como destino outras prisões (São Pedro da Barra, Casa de Reclusão Militar, Cadeia da Comarca, Cadeia de S. Paulo…) ou campos prisionais como o Missombo e, sobretudo, São Nicolau (sul de Angola).

Mesmo sendo uma minoria no universo prisional angolano, os 107 que foram para o Tarrafal revelam grande diversidade de filiações políticas, origens étnicas ou regionais, classe social, profissão, religião ou nível de escolaridade. As regiões do Norte (incluindo Luanda), Leste e Centro-sul estão amplamente representadas; as línguas maternas são Kimbundu, Kikongo, Cokwe, Umbundu e Português; a escolaridade vai de iletrados a estudantes universitários; há Católicos e Protestantes (Metodistas e Congregacionais), alguns ateus, um Tocoísta e, pelo meio, praticantes de religiões africanas tradicionais. Profissionalmente, há funcionários públicos no activo ou reformados, camponeses, operários, artesãos, ferroviários, enfermeiros, estudantes e professores. Há casos de pais e filhos juntos na prisão: Sebastião Domingos era pai de Florêncio Gaspar; Chipoia Magita era pai de Maquinixe António; Cassupa Sousa era pai de Colúvua Cassupa e de Silva e Sousa.

Politicamente, os presos do Tarrafal reflectem a evolução organizativa do nacionalismo angolano. Inicialmente há uma constelação de grupos e siglas, característica dos finais da década de 50, fruto de diferenças sociais, culturais e ideológicas, mas também de afinidades de base familiar, profissional ou religiosa, sendo o confronto de ideias impossível ou limitado pelas restrições da clandestinidade. As organizações são fluidas e cruzam-se, as pessoas podem aderir a umas e outras, os nomes nos panfletos ou nos autos de perguntas da PIDE não correspondem necessariamente a estruturas formais existentes ou podem esconder outras filiações. O grupo do dito "Processo dos 50", a que se juntam mais três presos em 1964, é um exemplo disso: há os "mais-velhos" do ELA (com

acções documentadas desde 1952) a que se tinham associado em 1958 os do clube Espalha Brasa (ou "dos enfermeiros"). Há quem venha do Partido Comunista Angolano que evoluiu para o PLUAA e que, alargando a sua base de apoio, aparece identificado como MIA. E há quem pertença simultaneamente ao clube recreativo (e político) Botafogo e a um MLN ou MLNA de influência comunista. A maioria dos elementos desses grupos integrará mais tarde o MPLA que em 1959 não estava ainda estruturado. As prisões a partir de 1960 indicarão já outra realidade, repartindo-se por duas organizações principais rivais, que mantêm as suas direcções a salvo no exterior: a UPA (que em 1962 se junta ao PDA para formar a FNLA) e o MPLA onde se integrou em 1960 o MINA, no curto tempo de estadia de Agostinho Neto em Luanda, antes de este ser de novo preso, assim como muitos elementos do ex-MINA.

O ano de 1961 foi decisivo, transformando as características da luta pela independência e forçando o regime a empreender reformas na política colonial. A revolta camponesa na Baixa de Kasanje terminou em Fevereiro com massacres perpetrados pelo exército português, mas ocorreu longe da capital e quase não teve eco fora da região. Os ataques às prisões em Luanda, a 4 de Fevereiro, visando libertar os nacionalistas presos, atingiram o coração do aparelho repressivo colonial. Acção que as circunstâncias condenavam de antemão ao fracasso, o seu impacto político, porém, foi muito além dos dias imediatos, ampliado pela presença em Luanda de imprensa estrangeira (por razões alheias aos acontecimentos). A informação correu mundo e abriu uma brecha no muro de silêncio que rodeava as colónias portuguesas. Seguiram-se semanas de repressão indiscriminada, destacadamente nos musseques e arredores de Luanda, suprimindo o que restara das redes nacionalistas após as prisões de 1959 e 1960. Mas foi a violenta revolta anticolonial no norte de Angola, iniciada a 15 de Março (coincidindo com a discussão sobre Angola na ONU) que obrigou Portugal a enviar para Angola elevados contingentes militares, início de uma guerra que duraria 13 anos. Durante meses vastas áreas, fazendas e povoações, estiveram fora do controlo colonial (Nambuangongo só foi retomada em Agosto) e esse controlo nunca voltou a ser total, com avanços e recuos das forças combatentes da UPA/FNLA e, depois, também do MPLA. À extrema violência dos ataques da UPA, matando centenas de brancos e um número indeterminado de mestiços e negros, respondeu a retaliação não menos violenta

de colonos, militares e forças paramilitares, matando dezenas de milhares de negros, inclusive em zonas não sublevadas, dizimando famílias e aldeias. Segundo a ONU, no final de 1961 havia 200 mil Angolanos refugiados no Congo-Léopoldville.

Para o governo português, a ligação à UPA/FNLA ou ao MPLA ou, simplesmente, o apoio à causa independentista, significavam "ligação a grupos terroristas" contra os quais combatiam as Forças Armadas portuguesas, auxiliadas também pela PIDE que se sobrepunha cada vez mais ao poder judicial. A partir de 1961 ficou definitivamente afastada uma transição pacífica para a independência de Angola e a luta armada tornou-se a via principal para a obter. O epicentro da contestação anticolonial deslocou-se dos centros urbanos para o mundo rural e serão os camponeses das regiões afectas à guerrilha, ou suspeitos de a apoiar, a sofrer as piores violências da repressão colonial. Mas essa repressão atingia também as cidades onde se iam organizando redes de apoio, propaganda e mobilização para a luta. Os Angolanos enviados para o Tarrafal em 1970 por "medidas administrativas" (sem julgamento) eram acusados de participar nesse apoio, uns à UNITA no Leste e os outros à 1.ª Região do MPLA.

As revoltas de 1961, a repressão subsequente e a guerra que se instalou em Angola desfizeram a percepção internacional da colonização portuguesa "suave", de paz e harmonia racial e a questão recebeu mais atenção na própria ONU, para além da solidariedade de países e organizações com as lutas pela independência de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. O quadro político-militar ganhou novos contornos em 1966 quando as organizações angolanas, contando com uma (relutante) retaguarda na Zâmbia independente, obrigaram as forças militares portuguesas a desdobrarem-se para o Leste de Angola. O MPLA abriu em 1966 a sua Frente Leste, depois subdividida em várias Regiões. A UNITA, proclamada em Março de 1966, fez o seu primeiro ataque de grande impacto (embora mal sucedido e com muitas baixas) a Vila Teixeira de Sousa (Luau) no dia 25 de Dezembro. A partir de então a PIDE tem mais um alvo: os membros das redes de apoio à UNITA, que constituirão a maioria dos presos chegados ao Tarrafal em 1969 e 1970.

Para os Angolanos a ida para o Tarrafal acrescentava, na prática, o degredo à prisão. Mesmo que as condições materiais não fossem piores do que as dos cárceres angolanos, a distância impedia o contacto com

outros conterrâneos (e com as notícias "de fora" que sempre conseguem atravessar os muros da prisão) e, sobretudo, impedia o ânimo trazido pelas visitas dos familiares. Como recordam os que ali estiveram, essa era uma tortura psicológica permanente, agravada com ocasionais cortes do correio. Quanto aos contactos no interior do Campo, estava restringida a comunicação entre as várias casernas e, principalmente, com os presos da Guiné e de Cabo-Verde. As condições físicas (água, luz, latrina) foram melhorando com o tempo e até a ida semanal à praia lhes veio a ser permitida. O resto dependia também dos interesses de cada um, quando autorizados a sair da caserna: trabalhar em improvisadas hortas ou na pequena oficina existente, ler ou fazer exercício, reunir-se para leituras bíblicas ou orações, distrair-se com discussões filosóficas ou relembrando contos e canções tradicionais. Havia quem aprendesse a ler e escrever ou se preparasse para eventuais exames com ajuda de outros presos. E havia os que se aventuravam na literatura: se António Jacinto, Luandino Vieira e António Cardoso já eram escritores quando foram detidos (e continuaram a escrever na prisão), outros descobriram ali, afastados do seu mundo habitual, a veia literária. Foi o caso de Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu), mais tarde um autor bem conhecido. Sujeitos a "medidas de segurança" que poderiam ser indefinidamente prorrogadas, nunca tendo a certeza do dia em que seriam libertados, o importante era sobreviver sem se deixar destruir psicologicamente. Uns conseguiram-no melhor do que outros. Dois Angolanos não regressaram do Tarrafal, resistindo poucos meses à estadia no Campo: António Pedro Benge, evacuado sob prisão para um hospital em Lisboa, faleceu em Setembro de 1962; e Chipoia Magita, evacuado *in extremis* para o hospital da Praia, faleceu em Maio de 1970.

Em 1972, "celebrando" a nova Lei Orgânica do Ultramar (23-06-1972), o Decreto-Lei n.º 450/72 de 14 de Novembro aboliu a medida de segurança de internamento para "delinquentes políticos" e reduziu as penas aplicáveis aos acusados de crimes políticos. Em Angola aplicaram-se "medidas de clemência" aos que estavam sujeitos a medidas de segurança sem processos-crime ou que não tinham "acusações mais graves". Jornais da época referem a libertação de 700 presos do Campo de São Nicolau (1500 presos no total em Angola, Moçambique e Guiné). Nenhum Angolano no Tarrafal foi libertado nessa altura. Alguns foram saindo antes em liberdade condicional e/ou com residência fixa. Quatro

requereram *habeas corpus* mas apenas lhes mudaram a "residência", transferindo-os para São Nicolau (Angola), em piores condições. Os restantes foram libertados a 1 de Maio de 1974, depois de o 25 de Abril pôr fim à ditadura em Portugal. Em Angola, a liberdade para os presos políticos chegou alguns dias mais tarde, a guerra ainda não tinha acabado e o direito à independência só três meses depois foi formalmente reconhecido. Mas os sobreviventes do Tarrafal podiam, finalmente, voltar a casa.

# Angolanos no Tarrafal
## Pequeno guia para uma história política

Maria da Conceição Neto*

### 1.º GRUPO (25 E 26 DE FEVEREIRO DE 1962) – 31 presos

Na véspera do domingo de Páscoa de 1959, 28 de Março, a PIDE deteve no aeroporto de Luanda um jovem de 19 anos, José Manuel Lisboa, portador de correspondência clandestina para Armando Ferreira da Conceição, funcionário angolano do Consulado português em Léopoldville (Kinshasa). Este deveria reencaminhar para o Gana o documento "O nosso Relatório para a Conferencia a realizar em Accra em Março do corrente ano", do "Grupo ELA", assinado por "Os líderes da libertação de Angola": António Pedro Benge ("Ernesto Guendes"), Fernando Pascoal da Costa ("Luzerna Pinto Mendes"), Joaquim de Figueiredo ("Arnaldo Goreva") e outros. Os nomes (pseudónimos) citados tinham encabeçado, em 1952, uma lista de mais de 500 assinaturas numa Petição enviada às Nações Unidas (Portugal ainda não era membro) denunciando "maus tratos infligidos aos autóctones" e pedindo medidas para "pôr fim ao domínio português em Angola". A esses "mais-velhos" se tinham associado em 1958 (com "juramento" de confidencialidade e lealdade) membros do grupo "Espalha Brasa" (ou "Espalha Brasas"), maioritariamente de enfermeiros, criado por Agostinho Mendes de Carvalho, Contreiras da Costa e outros, que encobria com desporto e festas a mensagem anticolonial.

* Historiadora angolana. Professora na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Luanda).

As prisões sucederam-se ao longo do ano, atingindo outros grupos clandestinos, nomeadamente o liderado por Ilídio Machado, referido como MIA, e o liderado por anticolonialistas portugueses ligados à Sociedade Cultural de Angola, referido como MLN. É difícil estabelecer o número dos que não chegaram a julgamento, soltos após interrogatórios ou detenção temporária, assim como o dos que voltaram a ser presos ou escaparam a tempo para o exílio. O volume de detenções revela a dimensão da contestação anticolonial mas, também, a inexperiência das organizações e dos seus membros, que facilitava a acção da PIDE. Esta fez incluir nos processos judiciais vários Angolanos no exílio (Deolinda Rodrigues, Holden Roberto, Mário de Andrade, Viriato da Cruz e outros) julgados à revelia.

Organizados três processos judiciais, com vários atropelos à lei, foi decidido julgar a maioria dos presos no Tribunal Militar Territorial (um "tribunal de excepção", apesar de não haver guerra) que os condenou a ser enviados para o Tarrafal. Não todos, porém: os Portugueses (Calazans Duarte, José Meireles, António Veloso, Julieta Gandra) seguiram sob prisão para julgamento em Lisboa. Alguns Angolanos (Francisco Pereira Africano, Luís Rafael, Miguel de Oliveira Fernandes) foram libertados após o julgamento. Joaquim de Figueiredo, sentenciado a 10 anos de prisão, faleceu entretanto, vítima de maus tratos e das terríveis condições da Casa de Reclusão Militar. Amigo de Ilídio Machado, era elemento de ligação entre o ELA e o MIA, perspectivando uma coordenação dos vários grupos que a repressão de 1959 bloqueou.

A vigilância policial dificultava mas não impedia os canais de comunicação entre os Angolanos e o resto de África e do mundo. Essas ligações passavam por trabalhadores estrangeiros dos navios que acostavam a Luanda ou Lobito (alguns detidos em 1959), ferroviários, membros de Igrejas, comunidades de emigrados, estudantes ou exilados. Foi assim que o MPLA pôde divulgar na Europa em 1960 uma brochura de denúncia da repressão colonial com as fotos de alguns dos detidos ("Le Procès des Cinquante").

## 2.º GRUPO (13 DE AGOSTO DE 1964) – 3 presos

Os três presos deste grupo, todos escritores angolanos, com actividade nas principais associações culturais (ANANGOLA e Sociedade Cultural de Angola), estavam ainda relacionados com o "Processo dos

50". Detidos em 1959, a PIDE não conseguira então incriminá-los e soltou-os, prendendo-os novamente já depois das revoltas de 4 de Fevereiro e de 15 de Março de 1961, confirmada a sua ligação ao MPLA por documentos apanhados na posse de um deles. Ao contrário do que era usual, não foram enviados para a "metrópole" embora fossem brancos. Julgados no Tribunal Militar Territorial de Angola já num contexto de guerra, as sentenças proferidas (Julho de 1963) foram as mais duras atribuídas a não combatentes: 14 anos e alguns meses de prisão. Cumprida metade da pena no Tarrafal, António Jacinto e Luandino Vieira obtiveram liberdade condicional com residência fixa em Portugal (de onde Jacinto fugiu para se juntar à guerrilha do MPLA). António Cardoso, cuja atitude de confronto com a chefia do Campo lhe valera estadias na terrível "holandinha", ficou no Tarrafal até à libertação em Maio de 1974.

### 3.º GRUPO (08 DE AGOSTO DE 1969) – 34 presos

Durante cinco anos não chegaram Angolanos ao Tarrafal, mas os cárceres em Angola continuavam a encher-se e novos lugares de detenção eram criados ou adaptados para receber cada vez mais prisioneiros acusados de "querer separar Angola da mãe-pátria", por via pacífica ou por via armada. Nos finais da década de 60, confrontadas com três organizações armadas em duas amplas frentes, no Norte e no Leste, as Forças Armadas portuguesas ensaiam novas estratégias militares em que a PIDE é um apoio de peso. A repressão das populações incluiu transferências forçadas de milhares de camponeses para outras regiões ("Operação Robusta" em 1969), "aldeamentos estratégicos", e envio de presos para campos prisionais por "processos administrativos", muitas vezes por tempo indeterminado.

A 8 de Agosto de 1969 chegou ao Tarrafal o mais heterogéneo de todos os grupos (UPA/FNLA, MPLA e UNITA) e aquele onde estão as sentenças mais pesadas (superiores a 20 de prisão), aplicadas a quem combateu de armas na mão o poder colonial. Em dois dos casos em que não foi possível determinar a filiação política (Diogo José e Américo Adão) as prisões foram de 20 anos, indicativas de serem combatentes.

Acórdãos do Tribunal Militar Territorial confirmam, nos processos da UPA/FNLA, co-arguidos que não foram para o Tarrafal. Vários dos

processos têm datas muito posteriores aos factos que justificam as sentenças: há processos abertos em 1965 julgados em 1969 e referindo-se a Março de 1961, quando os réus teriam participado em mortes e saques, durante os ataques da UPA a fazendas e vilas. Marcelo Misselo, único da FNLA vindo de Cabinda, foi julgado com um grupo do Belize que em 1964 terá sido detido no Congo-Kinshasa pela UPA, ou se terá juntado a ela, acompanhando as suas incursões armadas em Cabinda.

Os três elementos do MPLA neste grupo tinham trajectórias muito diferentes. Armindo Fortes ("Mongol") trocara os estudos nos Estados Unidos pela participação na guerrilha do MPLA em Cabinda. Capturado em 1968 e julgado no Tribunal Militar, foi condenado a 21 anos de prisão e mandado para o Tarrafal pouco depois. Manuel Pedro Pacavira começou o seu historial de prisões em 1960, ano em que a PIDE prendeu centenas de pessoas, com destaque para Agostinho Neto e Joaquim Pinto de Andrade, enviados sob prisão para Portugal. Em Janeiro de 1961 a PIDE informa o Ministério do Ultramar que "não estão a prender todos, seriam muitos" e fala em "estado latente de revolta generalizada… entre a população nativa de Luanda", considerando necessário abrir campos prisionais longe dali. Nas prisões sobrelotadas, presos morriam diariamente por asfixia. Pacavira será enviado em Maio de 1962 para o novo Campo de Trabalho do Missombo no sudeste de Angola (criado em Agosto de 1961 por Adriano Moreira). Considerado "agitador" no Campo, é reenviado para Luanda. Libertado em 1967, foi novamente preso e enviado para o Tarrafal por despacho administrativo (12 anos de "residência"). No mesmo despacho foi incluído José dos Santos ("Olim"), com 8 anos de "residência".

O grupo da UNITA, inteiramente constituído por Cokwe (grupo etnolinguístico dominante no Moxico), fora detido na área do Léua em 1967, numa das várias operações da PIDE, no rescaldo do ataque da UNITA a Teixeira de Sousa (Luau) em Dezembro de 1966. Em Janeiro de 1967 já tinham sido enviados para São Nicolau (sul de Angola) 76 presos, 3 dos quais mortos numa tentativa de fuga. Os do grupo do Léua estiveram detidos no Lobito cerca de um ano até serem julgados no Tribunal Militar Territorial em Luanda. Não conseguindo provar que eles tinham "pegado em armas" ou apoiado a UNITA, o Tribunal culpou-os de crimes menores. Alguns dos co-réus, embora "absolvidos" das acusações, foram "incluídos nas medidas de segurança de internamento" de

6 meses a 3 anos, prorrogáveis, seguindo com os outros para o Tarrafal. Eram liderados pelo mais-velho Chipoia Magita que, diabético, não sobreviveu à falta de assistência adequada e morreu meses depois.

### 4.º GRUPO (14 DE MARÇO DE 1970) – 25 presos

Este era um grupo politicamente homogéneo (UNITA) mas socialmente diverso: mecânicos, enfermeiros, pedreiros, pintores, motoristas, operários e trabalhadores do Caminho-de-Ferro de Benguela, contínuos, alfaiates, agricultores, professores primários, catequistas... Todos pertenciam à rede de apoio à UNITA sediada no Luso/Luena cujo líder, Eduardo Jonatão Chingunji, há anos sob vigilância policial, tinha dois filhos nas forças militares daquela organização (Samuel Chingunji "Kapesi Kafundanga" e David Chingunji "Samuimbila"). Outro dos presos, João Cauaua, fizera a ligação entre as células clandestinas urbanas e o acampamento de Jonas Savimbi nas matas. Um outro, César Caliengue, tinha estado na conferência constitutiva da UNITA (Muangai, Março de 1966). O grupo revela a penetração desta organização nos meios da Igreja Congregacional do centro de Angola e em sectores da população urbana, nomeadamente no eixo do CFB. Em 1969, após a "Operação Detenção", a PIDE recomenda ao Governador-geral, para "completo desmantelamento" da "poderosa" rede de apoio logístico à UNITA, "punição por via administrativa, sujeitando-os a uma medida de fixação de residência". Os mais perigosos deveriam ir para o Tarrafal, os outros para São Nicolau (sul de Angola) "pelo tempo julgado suficiente". Efectivamente, após algum tempo de prisão em Luanda e sem julgamento formal, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhes a fixação de residência em Chão Bom: 10 anos para a maioria do grupo e 12 anos para Jonatão Chingunji (cuja esposa, Violeta, detida com ele, foi enviada para São Nicolau com os filhos menores).

### 5.º GRUPO (14 DE MAIO DE 1970) – 14 presos

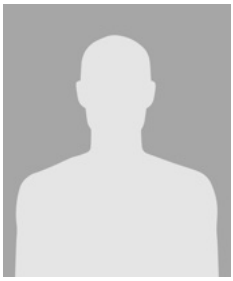
O último grupo a chegar era todo do MPLA, na maioria estudantes, alguns ainda menores (a maioridade era aos 21 anos). Dois eram homens mais velhos com experiência prisional, por participação nos ataques de 4 de Fevereiro de 1961 às prisões de Luanda (Paiva Domingos da Silva)

ou por ter contribuído para essa acção (Augusto Bengue, responsável pelos preparativos mágico-religiosos). Ambos estavam em liberdade condicional quando se associaram ao "Comité Regional de Luanda" (CRL), sendo novamente presos.

Grupo clandestino do MPLA, o "Comité Regional de Luanda" (CRL), coordenado por Juca Valentim, Justino Pinto de Andrade e Vicente Pinto de Andrade, subdividia-se em várias "células" (Kimangua é a mais conhecida), constituídas por estudantes, trabalhadores e militares. Mantinha (com dificuldade) contactos com a direcção do MPLA no exterior mas, na prática, era quase autónomo e alguns sonhavam com formas de luta urbana mais radicais. Além da mobilização e doutrinação política pró-independência e da eventual distribuição de panfletos, a acção mais importante do CRL era o apoio aos guerrilheiros e população da 1.ª Região Militar do MPLA, a noroeste de Luanda: informações, medicamentos, vestuário, sabão, e até munições. As "células" do CRL espalhavam-se por Luanda preocupando a PIDE, que infiltrou a rede de apoio à guerrilha servindo-se de um intermediário com a 1.ª Região que conquistara a confiança de vários grupos clandestinos (o "famoso" Sidónio). Entre Outubro e Novembro de 1969 cerca de 70 membros do CRL foram detidos e, de seguida, foram divididos: António Ferreira Neto (médico) e Rui Ramos (estudante), brancos, foram sob prisão para Lisboa, onde foram julgados e condenados por "actividades contra a segurança do Estado", com outros membros ou colaboradores do CRL ali residentes (Álvaro Sequeira, Garcia Neto, Raul Feio, Diana Andringa e outros). Os que ficaram em Angola (negros e mestiços) não tiveram julgamento, apenas "medidas administrativas de fixação de residência" de 6 a 10 anos, a maioria no Campo de São Nicolau (sul de Angola). Um pequeno grupo (14) foi "seleccionado" para o Tarrafal, por despacho do Ministro do Ultramar (09-04-1970).

A história de quatro desses presos (Juca Valentim, Jaime Cohen, Bernardo Teixeira e Gilberto de Carvalho) complicou-se quando as famílias recorreram a advogados em Portugal para solicitaram "habeas corpus". Após tergiversações diversas (o "habeas corpus" não se aplicaria porque não eram "presos" mas apenas "residentes" em Chão Bom…), foram "libertados" mas de imediato enviados, sob prisão, para Angola, acabando no Campo de São Nicolau, de onde só sairiam em Maio de 1974.

## NOTAS BIOGRÁFICAS – ANGOLA



### ABRAÃO CACHUMBO

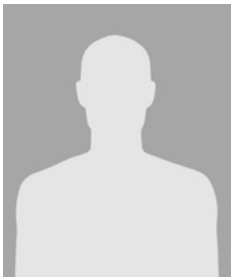
Nasceu em Catembe (Bié) c. 1927, filho de Cachumbo e de Nandolo. Ajudante de enfermeiro no Caminho-de-Ferro de Benguela, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



### ADÃO DOMINGOS MARTINS

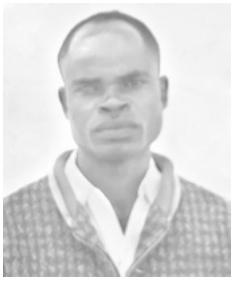
Nasceu em Catete a 15-11-1909. Enfermeiro, residente no Bairro do Cemitério Novo (Bairro Popular) terá sido levado por Mendes de Carvalho para o clube recreativo (e político) "Espalha Brasa". Detido a 3 de Abril de 1959, num dos processos judiciais vulgarmente identificados como "Processo dos 50". Como outros do "grupo dos enfermeiros", foi acusado de pertencer ao "ELA", grupo activo na clandestinidade desde o início dos anos 50, com ligações a nacionalistas em Angola e no exterior. Em Março tentaram enviar para o Gana (via Congo-Léopoldville) um "Relatório" sobre a opressão colonial em Angola, cujo mensageiro foi detido pela PIDE no aeroporto de Luanda, o que originou sucessivas prisões. No Tribunal Militar Territorial, acusado de "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (20-12-1960) a 4 anos de prisão e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos prorrogáveis. Chegou ao Tarrafal a 26-02-1962 e saiu, em liberdade condicional com residência fixa em Luanda, a 02-02-1969.



**AFONSO FIGUEIRA**

Nasceu em Chindinge (Malanje) c. 1905, filho de Sanduva e de Duva. Catequista, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**AFONSO GOMES**

Nasceu em Quipanda, Sanza Pombo (Uíje) c. 1925, filho de Matango e de Zuge. Agricultor. Foi preso, em data e local não identificados, por pertencer à União das Populações de Angola (UPA), desde 1962 integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento independentista que combatia no Norte de Angola. Acusado de angariação de fundos e de participação na revolta de 15 de Março de 1961, incluindo ataques a fazendas e povoações e emboscadas à tropa portuguesa, foi julgado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola (Processo 118/65) e condenado (sentença de 28-05-1969) a 2 anos de prisão maior, 2 meses de multa, e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e saiu a 01-08-1972, com residência fixa em Luanda por 3 anos.



**AGOSTINHO ANDRÉ MENDES DE CARVALHO ("UANHENGA XITU")**

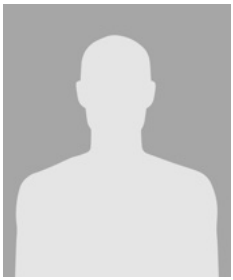
Nasceu em Calomboloca a 29-08-1924. Enfermeiro em Luanda, trabalhou também noutras regiões de Angola. Co-fundador do grupo recreativo e político "Espalha Brasa", parte do qual se juntou ao grupo "ELA", os seus contactos alargaram-se ao Congo-Léopoldville (como Barros Nekaka da UPNA, depois UPA) onde esteve em finais de 1958 e início de 1959, reforçando as desconfianças da PIDE. Foi preso a 3 de Abril de 1959, após a detenção a 28 de Março do jovem Lisboa, no aeroporto de Luanda, quando levava correspondência do "ELA" para Armando da Conceição, em Léopoldville/ Kinshasa, que faria chegar ao Gana um relatório sobre a opressão colonial em Angola. Julgado no Tribunal Militar Territorial por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (20-12-1960) a 10 anos de prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 25-02-1962. Convivendo com escritores presos descobriu a sua veia literária, publicando mais tarde vários livros. Saiu a 12-07-1970, com residência fixa em Luanda.

* * *



**ALBERTO CORREIA NETO**

Nasceu em Quimbele (Uíje) a 08-07-1949. Estudante em Luanda, pertencia ao "Comité Regional de Luanda" (CRL) coordenado por Juca Valentim, grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que se subdividia em várias células, reunindo sobretudo estudantes, mas não só. Além da mobilização política e distribuição de panfletos, enviavam aos guerrilheiros da 1.ª Região informações e roupa, medicamentos, sabão, munições… A sua extensão e actividade preocupavam a PIDE que infiltrou a rede e em Outubro e Novembro de 1969 fez dezenas de prisões, dividindo o grupo: os brancos foram enviados para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, foram enviados para S. Nicolau (sul de Angola) excepto um pequeno grupo, "mais perigoso", enviado para o Tarrafal. Alberto Neto ficou em prisão preventiva até Abril de 1970, quando lhe foi aplicada a medida administrativa de fixação de residência por 6 anos em Cabo Verde (despacho do Ministro do Ultramar 09-04-1970). Chegou ao Tarrafal a 14-05-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**ALCINO DE CARVALHO BORGES**

Nasceu em Luanda a 28-10-1950. Estudante, pertencia ao "Comité Regional de Luanda" (CRL), grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) subdividido em várias células, sobretudo de estudantes mas incluindo também trabalhadores. Além do estudo e mobilização política, e distribuição de panfletos, procuravam apoiar os guerrilheiros e populações da 1.ª Região com informações, roupa, medicamentos, sabão, munições… A PIDE infiltrou essa rede de apoio e em Outubro e Novembro de 1969 fez dezenas de prisões. Depois dividiu-os: os brancos foram para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, foram enviados para S. Nicolau (sul de Angola) excepto os "mais perigosos", enviados para o Tarrafal. Ficou em prisão preventiva em Luanda até Abril de 1970, quando lhe foi aplicada a medida administrativa de fixação de residência por 6 anos em Cabo Verde, por despacho do Ministro do Ultramar de 9 de Abril de 1970. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-05-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**ALDEMIRO JUSTINO DE AGUIAR VAZ DA CONCEIÇÃO ("TININHO")**

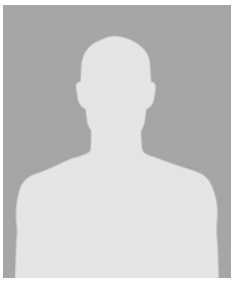
Nasceu em Luanda a 12-12-1948. Tinha sido militar do exército colonial e pertencia à célula Kimangua do "Comité Regional de Luanda" (CRL), coordenado por Juca Valentim. Esse grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), além do estudo e mobilização política, e distribuição de panfletos, procurava apoiar os guerrilheiros e populações da 1.ª Região com informações, roupa, medicamentos, sabão, munições… A PIDE infiltrou essa rede de apoio e em Outubro e Novembro de 1969 fez dezenas de prisões. Depois dividiu-os: os brancos foram para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, foram enviados para S. Nicolau (sul de Angola) excepto os "mais perigosos", enviados para o Tarrafal. Ficou em prisão preventiva em Luanda até Abril de 1970, quando lhe foi aplicada a medida administrativa de fixação de residência por 6 anos em Cabo Verde, por despacho do Ministro do Ultramar de 9 de Abril de 1970. Chegou ao Tarrafal a 14-05-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**AMADEU TIMÓTEO MALHEIROS DE AMORIM**

Nasceu em Luanda (Angola) a 03-08-1937. Electricista da Câmara Municipal de Luanda, ainda muito jovem esteve ligado ao Clube Atlético de Luanda (CAL) e à Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA). Integrou o histórico grupo musical Ngola Ritmos. Essas ligações levaram-na à actividade política clandestina, nomeadamente elaboração e distribuição de panfletos. Foi preso em 1959 acusado de pertencer ao Movimento para a Independência de Angola (MIA), num dos três processos do dito "Processo dos 50". Passou por várias cadeias até ser julgado por "crime contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" e sentenciado (02-12-1961) pelo Tribunal Militar Territorial de Angola a 18 meses (já cumpridos à data da sentença) e medidas de segurança com internamento, prorrogáveis. Foram essas medidas que justificaram o envio para o Tarrafal, onde chegou a 26-02-1962, sendo libertado a 02-12-1964. Em liberdade condicional em Lisboa e sem recursos, regressou a Luanda em Fevereiro de 1969, com obrigação de se apresentar regularmente na sede da PIDE.

* * *



**AMÉRICO ADÃO**

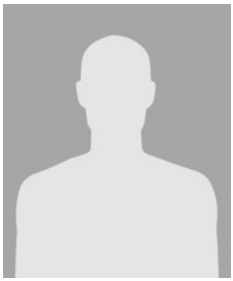
Nasceu em Cassoneca (Icolo-e-Bengo) a 18-07-1942, filho de Adão António e de Camãe. Alfaiate de profissão, o peso da sentença reflecte a condição de combatente na guerra de libertação contra o domínio colonial português, mas não foi possível esclarecer a que organização pertencia (MPLA ou UPA/FNLA, ambas actuando no norte de Angola). Foi capturado em data e local incertos e incluído no Processo-crime 57/67 (com Diogo José, António Francisco e António Lamba). Foi julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola e condenado (sentença de 23-10-1968) a 20 anos de prisão maior, 20 meses de multa, e medidas de segurança com internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05-1974.



**ANDRÉ FRANCO DE SOUSA**

Nasceu no Luso/Luena (Moxico) a 12-08-1931. Guarda-livros, esteve activamente envolvido na fase panfletária do movimento independentista, nomeadamente no grupo liderado por Ilídio Machado, com o qual terá tido contactos com os marinheiros norte-americanos Barnett e Holder que levavam e traziam correspondência clandestina para vários grupos em Luanda, assim como com Amílcar Cabral. Foi preso a 1 de Junho de 1959, passou pela prisão de São Paulo e pela Casa de Reclusão Militar e foi solto, mediante caução, a 13 de Outubro. Era acusado de pertencer ao Movimento para a Independência de Angola (MIA), num dos três processos do dito "Processo dos 50". Julgado por "crime contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (02-12-1961) pelo Tribunal Militar Territorial de Angola a 3 anos e 2 meses de prisão maior. Chegou ao Campo do Tarrafal a 25-02-1962 e foi libertado a 13-11-1963, com residência fixa em Luanda.

* * *



**ANDRÉ MATEUS NETO**

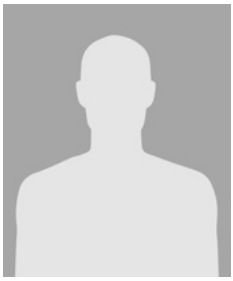
Nasceu em Cassoneca, Icolo-e-Bengo (Luanda) a 28-07-1929. Carpinteiro de profissão e com antecedentes de ligação à luta armada, pertencia ao "Comité Regional de Luanda" (CRL), grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) coordenado por Juca Valentim, com várias células, de estudantes e trabalhadores. Além do estudo e mobilização política, e distribuição de panfletos, procuravam apoiar os guerrilheiros e populações da 1.ª Região com informações, roupa, medicamentos, sabão, munições… A PIDE infiltrou essa rede de apoio e em Outubro e Novembro de 1969 fez dezenas de prisões. Depois dividiu-os: os brancos foram para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, foram enviados para S. Nicolau (sul de Angola) excepto os "mais perigosos", enviados para o Tarrafal. Após meses de prisão preventiva em Luanda, foi-lhe aplicada a medida administrativa de fixação de residência por 8 anos em Cabo Verde (despacho do Ministro do Ultramar de 09-04-1970). Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-05-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**ANDRÉ RODRIGUES MINGAS JÚNIOR ("JOÃO DA COSTA MACONGO")**

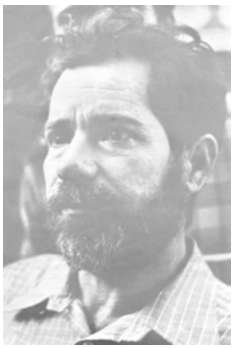
Nasceu em Sambuilo (Cabinda) a 15-11-1905. Funcionário público (2.º oficial de Fazenda) foi preso a 03 de Abril de 1959 num dos processos judiciais conhecidos como "Processo dos 50". Foi acusado de pertencer ao "ELA", onde se terá integrado em 1958. O ELA, grupo activo na clandestinidade desde o início dos anos 50, com ligações a outros nacionalistas em Angola e no exterior, tentou em Março de 1959 enviar para o Gana (via Congo-Léopoldville) um "Relatório" sobre a opressão colonial em Angola, que André Mingas Júnior assinara como "João da Costa Macongo". A detenção pela PIDE do mensageiro, no aeroporto de Luanda, desencadeou sucessivas prisões. Julgado no Tribunal Militar Territorial de Angola por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (20-12-1960) a 5 anos de prisão maior e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 26-02-1962 e saiu, em liberdade condicional com residência fixa em Luanda, a 11-10-1964.

* * *



**ANTÓNIO CAPITA**

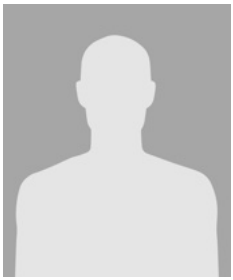
Nasceu em Catulo, Quitexe (Uíje) c. 1939, filho de João Bengue e de Juliana Cuta. Agricultor, foi preso em data e local não identificados, por pertencer à União das Populações de Angola (UPA), desde 1962 integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento independentista que combatia no Norte de Angola. Acusado de participação na revolta de 15 de Março de 1961, incluindo ataques a fazendas e povoações, foi julgado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola (Processo n.º 63/65) e condenado (sentença de 30-04-1966) a 3 anos e 8 meses de prisão maior, 6 meses de multa, e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 23-12-1971.



**ANTÓNIO DIAS CARDOSO**

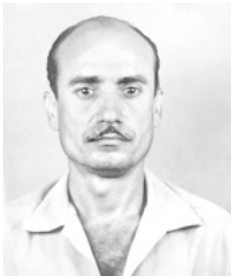
Nasceu em Luanda a 8-04-1933. Chefe de Secretaria da "Associação dos Naturais de Angola" (ANANGOLA), escritor e colaborador da "Sociedade Cultural de Angola" (SCA), foi detido em 1959 pela PIDE, na vaga de prisões que em Angola deu lugar a três processos judiciais vulgarmente conhecidos como "Processo dos 50". Libertado, foi de novo preso em finais de 1961, com António Jacinto e Luandino Vieira (todos nesta altura já ligados ao MPLA) tendo o processo sido remetido ao Tribunal Militar Territorial em 1962. A sentença por "crimes contra a segurança externa do Estado" (22-07-1963) foi das mais pesadas para presos políticos não combatentes: 14 anos de prisão maior e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 13-08-1964 e saiu a 01-05-1974. Lembrado pelos seus companheiros de prisão como rebelde e desafiador em relação às autoridades naquele campo prisional, ali sofreu alguns dos mais violentos castigos. Sem direito a liberdade condicional, permaneceu preso até ao encerramento do Campo, em Maio de 1974.

* * *



**ANTÓNIO FRANCISCO OU ANTÓNIO FRANCISCO CALIOTA**

Nasceu em Porto Amboim (Kwanza-Sul) c. 1939, filho de Cariota (ou Caliota) e de Teresa. Tractorista de profissão, foi detido em data e local incertos e não foi possível estabelecer a sua eventual filiação política. Incluído no Processo-crime 57/67 (com Diogo José, António Lamba e Américo Adão), foi julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola e condenado, por acórdão do Supremo Tribunal Militar (05-12-1968), a 6 anos de prisão maior, 6 meses de multa (em substituição do pagamento em dinheiro) e 6 meses a 3 anos de medidas de segurança. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05-1974.



**ANTÓNIO JACINTO DO AMARAL MARTINS**

Nasceu em Luanda a 28-09-1934. Gerente comercial e escritor, envolvido em associações e publicações culturais ("Mensagem" da ANANGOLA, "Cultura" da Sociedade Cultural de Angola), foi co-fundador dos clandestinos Partido Comunista Angolano e Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA). Em 1959, na vaga de prisões da PIDE que originou os processos judiciais conhecidos como "Processo dos 50", foi detido, depois solto e novamente preso em finais de 1961, com Luandino Vieira e António Cardoso, por ligação ao MPLA. A sentença do Tribunal Militar Territorial (22-07-1963) por "crimes contra a segurança externa do Estado" foi das mais pesadas para não combatentes: 14 anos de prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 13-08-1964. Ali deu aulas a outros presos e inspirou alguns a serem escritores. Saiu a 24-06--1972, em liberdade condicional, com 5 anos de residência fixa na "Metrópole", de onde fugiu, juntando-se ao MPLA no Congo-Brazzaville, base da guerrilha em Cabinda. Foi o primeiro Ministro da Educação e Cultura de Angola.

* * *



**ANTÓNIO JOSÉ CONTREIRAS DA COSTA**

Nasceu na Funda, Icolo-e-Bengo, a 06-12-1932. Empregado comercial, residente no Bairro Marçal (Luanda), era um dos dirigentes (com Lopo do Nascimento e Manuel dos Santos Júnior), do clube recreativo (e político) "Botafogo", camuflagem para consciencialização política. Em 1958 juntou-se ao "Movimento de Libertação Nacional" (de Veloso, Calazans Duarte e outros com ligações ao Partido Comunista Português). Co-autor, com Manuel dos Santos Júnior "Capicua" do panfleto "Ao mundo inteiro – Angola é dos Angolanos". Detido a 5 de Agosto de 1959 na vaga de prisões da PIDE que em Angola deu lugar aos três processos judiciais vulgarmente conhecidos como "Processo dos 50". Acusado de "crime contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta", foi sentenciado (25-01-1961) a 4 anos de prisão maior, suspensão de direitos políticos por 15 anos e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 25-02-1962 e saiu em liberdade condicional a 11-09-1964.



**ANTÓNIO LAMBA**

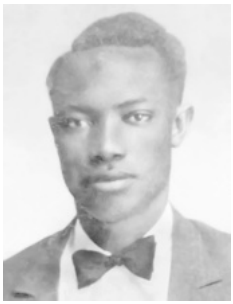
Nasceu em Cariango, Quibala (Kwanza-Sul) c. 1924, filho de Lamba e de Umba. Cozinheiro de profissão, não foi possível esclarecer a que organização pertencia nem as circunstâncias da sua detenção, em data e local incertos. Foi incluído no Processo-crime 57/67 (com Diogo José, António Francisco e Américo Adão) e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 23-10-1968) a 2 anos de prisão maior, 2 meses de multa (substituindo o pagamento em dinheiro) e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969, onde caiu doente em 1971 (tuberculose pulmonar), sem que tivesse a devida assistência. Saiu, em liberdade condicional, a 27-01--1972.

* * *



**ANTÓNIO MARQUES MONTEIRO**

Nasceu em Luanda a 19-07-1920. Empregado no Banco de Angola, aproveitou para ali reproduzir panfletos ("Manifesto Africano"). Preso em 5 de Junho de 1959 foi acusado de pertencer ao Movimento para a Independência de Angola (MIA), num dos três processos do dito "Processo dos 50". Os maus-tratos sofridos levaram ao seu internamento na Neuropsiquiatria em Julho desse ano. Julgado no Tribunal Militar Territorial de Angola por "crime contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (02-12-1961) a 21 meses de prisão (já cumpridos à data da sentença) e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos, as quais justificaram o seu envio para o Tarrafal, onde chegou a 25-02-1962. Libertado a 02-12-1964, seguiu para Lisboa e depois para Luanda, com residência fixa. Ficou famoso o seu culto por Njinga Mbande, símbolo anticolonial cujo nome aparece em vários panfletos, convencendo o Cónego Manuel das Neves a rezar uma missa por ela a 17 de Dezembro de 1958 (aniversário da morte).



**ANTÓNIO PEDRO BENGE ("ERNEST GUENDES")**

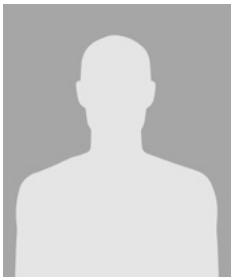
Nasceu em Cabinda a 09-10-1902. Funcionário dos Serviços de Saúde, aposentado, detido em Abril de 1959 na vaga de prisões da PIDE que deu lugar aos processos judiciais usualmente designados "Processo dos 50". Era um dos "mais-velhos" líderes do grupo independentista ELA, activo na clandestinidade desde o início dos anos 50, com ligações a outros nacionalistas em Angola e no exterior. Subscreveu exposições enviadas ao American Comittee on Africa (ACOA) e à Comissão das Curadorias da ONU. Em Março enviaram para o Gana um "Relatório" sobre a situação em Angola, mas o portador foi detido pela PIDE no aeroporto de Luanda, desencadeando sucessivas prisões. Benge assina em primeiro lugar, sob o pseudónimo "Ernest Guendes". Acusado no Tribunal Militar Territorial de Angola de "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (20-12-1960) a 10 anos de prisão e medidas de segurança. Chegou ao Tarrafal a 26-02-1962. Depois, muito doente, foi evacuado sob prisão para um hospital em Lisboa, falecendo a 13-09-1962.

* * *



**ARMANDO FERREIRA DA CONCEIÇÃO JÚNIOR ("CAPUCHO JOÃO")**

Nasceu em Luanda a 22-11-1926. Funcionário público, mudou-se em 1954 para o Congo-Léopoldville empregando-se no Consulado português. A 3 de Abril de 1959 foi detido e expulso pelos Belgas para Luanda, onde a PIDE o esperava. Era um dos contactos externos do grupo "Espalha Brasa" e do "Grupo ELA" que tentou enviar-lhe um "Relatório" sobre a situação em Angola, destinado ao Gana. O portador foi detido pela PIDE no aeroporto de Luanda, desencadeando sucessivas prisões, no que ficou conhecido como "Processo dos 50". O Tribunal Militar Territorial (20-12-1960) condenou-o por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" a 7 anos prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 26-02-1962. Terminada a pena (27--04-1967) entrou no período de medidas de segurança até 13-07-1971, quando o Tribunal da Relação de Lisboa o libertou, com residência fixa em Luanda. Ficou clandestinamente em Lisboa até fugir para França (Janeiro de 1972), só voltando depois do 25 de Abril.



**ARMANDO JOSÉ CHILALA**

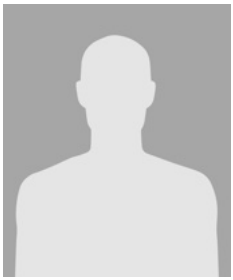
Nasceu no Bailundo (Huambo) a 25-01-1934, filho de Chilala e de Luciana. Funcionário público, era Chefe de Posto no Cuemba (Bié). Foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03--1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**ARMINDO AUGUSTO FORTES ("MONGOL")**

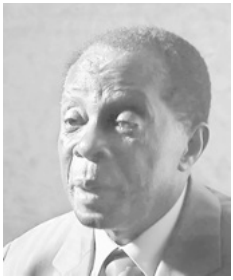
Nasceu em Marimba (Malanje) a 28-05-1936. Estudou electricidade na Escola Industrial de Luanda, foi atleta do Clube Atlético de Luanda e trabalhou alguns anos nos Serviços Geográficos e Cadastrais de Angola. Em 1960 tentou prosseguir estudos em Portugal mas em 1961 fugiu para França, num dos grupos da famosa "Fuga dos Cem". Foi para o Gana e dali para os Estados Unidos, com uma bolsa de estudos do Departamento de Estado, matriculando-se em Sociologia na Universidade de Rochester. Em 1964 pediu a sua integração no MPLA, foi para o Congo--Brazzaville e juntou-se à luta armada na região de Cabinda (em 1967 fez parte do Esquadrão Bomboko). Dado como desaparecido pelos seus camaradas em 1968, terá sido capturado pela tropa portuguesa. Julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial (18-06-1968), o peso da sentença reflecte a condição de combatente na guerra de libertação contra o domínio colonial português: 21 anos de prisão maior e 1 a 3 anos de medidas de segurança. Chegou ao Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05-1974.



**ARTUR MENEZES CHINGULE**

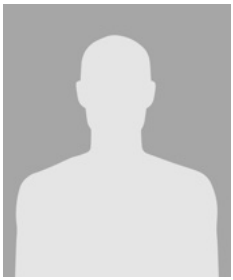
Nasceu em Quissende, Catabola (Bié) a 15-10-1922, filho de Chingule e de Nangueva. Pedreiro de profissão, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**AUGUSTO KIALA BENGUE ("QUIMBANDEIRO")**

Nasceu na Damba (Uíje) a 19-01-1938, vivendo algum tempo no Congo-Léopoldville. Foi preso em Maio de 1961 por envolvimento no "4 de Fevereiro". Ligado à UPA e também aos Tocoistas, foi o principal responsável pelos rituais mágico-religiosos de preparação daquela acção. Saiu em liberdade condicional em 1966. Foi cooptado por Vicente Pinto de Andrade para o "Comité Regional de Luanda" (CRL), grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), sobretudo de estudantes mas não só. Além da mobilização política, apoiavam a 1.ª Região com informações, roupa, medicamentos, sabão, munições… A PIDE infiltrou essa rede de apoio e no final de 1969 fez dezenas de prisões. Depois dividiu-os: os brancos foram para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, foram enviados para S. Nicolau (sul de Angola) e os "mais perigosos" para o Tarrafal. Após meses de prisão em Luanda, foi-lhe fixada (09-04-1970) residência em Chão Bom por 6 anos. Chegou ao Tarrafal a 14-05-1970 e saiu a 01-05-1974.



**AURÉLIO GARCIA**

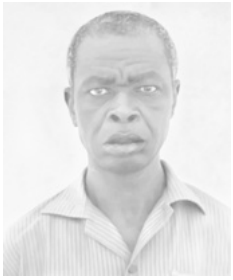
Nasceu em Sangondo (Bié) a 28-08-1927, filho de Garcia e de Nangulungo. Pedreiro de profissão, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/ Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**BELARMINO DE SABUGOSA VANDÚNEM ("CASSULE ANGOLA")**

Nasceu em Massangano a 01-11-1911. Enfermeiro, residente na Praia do Bispo (Luanda), em 1958 foi levado por António Pedro Benge para o "ELA" (activo na clandestinidade desde o início dos anos 50). Membro do clube recreativo (e político) "Espalha Brasa", relacionava-se também com outros grupos nacionalistas. A 20 de Outubro de 1959 foi detido e depois incluído num dos processos judiciais vulgarmente referidos como "Processo dos 50", acusado de pertencer ao "Grupo ELA" que tentara enviar ao Gana (via Congo) um "Relatório" sobre a situação em Angola. Belarmino colaborara na redacção e subscrevera-o com o pseudónimo "Cassule Angola". A detenção do mensageiro pela PIDE, no aeroporto de Luanda, originou sucessivas prisões. Julgado no Tribunal Militar Territorial de Angola por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (20-12-1960) a 5 anos de prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 25-02-1962 e saiu, em liberdade condicional com residência fixa em Luanda, a 11-09-1964.



**BENTO QUIPAIA**

Nasceu em Povo Mateus (Uíje) a 15-05-1914, filho de Mozaba e de Mafuani. Agricultor, foi preso em data e local não identificados, por pertencer à União das Populações de Angola (UPA), desde 1962 integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento independentista que combatia no Norte de Angola. Acusado de participação na revolta de 15 de Março de 1961, ajudando a organização, fornecendo armas e, apesar da idade, participando em ataques às fazendas agrícolas, foi julgado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola (Processo n.º 63/65) e condenado (sentença de 30-04-1966) a 6 anos de prisão maior, 7 meses de multa, e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**BERNARDO LOPES TEIXEIRA ("NADO")**

Nasceu no Golungo Alto (Kwanza-Norte) a 05-06-1949. Funcionário da Junta Provincial de Povoamento, pertencia à célula "Kimangua" do "Comité Regional de Luanda" (CRL), grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que reunia sobretudo estudantes, mas não só. Além da mobilização política, procuravam enviar para a 1.ª Região informações e roupa, medicamentos, sabão, munições… A sua actividade preocupava a PIDE que infiltrou a rede e em Outubro e Novembro de 1969 fez dezenas de prisões, dividindo-os: os brancos foram para Lisboa, para serem julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, enviados para S. Nicolau (sul de Angola) excepto os "mais perigosos", enviados para o Tarrafal. Após meses de prisão, foi-lhe aplicada a medida administrativa de fixação de residência por 6 anos em Cabo Verde (despacho do Ministro do Ultramar 09-04-1970). Chegou ao Tarrafal a 14-05-1970 e saiu a 05-07-1973, transferido "por decisão superior", sob prisão, para S. Nicolau com uma pena de 3 anos de internamento (despacho do Governador-geral de 13-07-1973). Libertado após o 25 de Abril.



**BERNARDO LOUREIRO**
**OU BERNARDO MAVINGA**

Nasceu em Quiteca, Damba (Uíje) a 28-08-1932, filho de Paulo Bunga e de Mariana Bati. Foi preso, em data e local não identificados, por pertencer à União das Populações de Angola (UPA), desde 1962 integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento independentista que combatia no Norte de Angola. Acusado de angariação de fundos e de participação na revolta de 15 de Março de 1961, incluindo ataques a fazendas e povoações e emboscadas à tropa portuguesa, foi julgado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola (Processo 118/65) e condenado (sentença de 28-05-1969) a 5 anos prisão maior, 5 meses de multa e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e saiu, em liberdade condicional com residência fixa na ilha de Santiago (Cabo Verde) por 3 anos, a 25-09-1972. Carpinteiro e marceneiro, no Tarrafal fazia alguns trabalhos numa pequena oficina onde teve como ajudante e aprendiz Luandino Vieira.

* * *



**CAPONDE**

Nasceu em Chamangongo (Moxico) a 04-10-1928, filho de Sachindonene e de Nassula. Pedreiro de profissão e catequista de uma igreja protestante, foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 10-10-1968) a 6 meses a 3 anos de medidas de segurança de internamento, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal no primeiro grupo de presos da UNITA a 08-08-1969 e saiu, em liberdade condicional, a 13-10-1971.



**CARLOS ALBERTO PEREIRA DOS SANTOS VAN-DÚNEM ("BETO")**

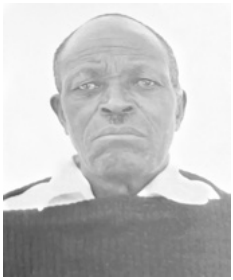
Nasceu em Luanda a 28-07-1935. Cresceu no Bairro Operário e à data da prisão era mecânico de automóveis e máquinas industriais nas oficinas da firma Gomes & Irmão. Orientado principalmente por Higino Aires, participou na distribuição de panfletos e outras actividades clandestinas. Foi preso a 17 de Junho de 1959 acusado de pertencer ao Movimento para a Independência de Angola (MIA). Julgado num dos três processos do dito "Processo dos 50" por "crime contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta", foi sentenciado (02-12-1961) pelo Tribunal Militar Territorial de Angola a 21 meses de prisão (já cumpridos à data da sentença) e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos prorrogáveis. Foram essas medidas que justificaram o envio para o Tarrafal, onde chegou a 25-02-1962. Foi-lhe concedida liberdade condicional a 22-08-1964, regressando pouco tempo depois a Luanda, com residência fixa e obrigatoriedade de apresentação semanal (depois quinzenal) na PIDE, situação que só terminou após 25 de Abril de 1974.

* * *



**CARLOS ANICETO VIEIRA DIAS ("LICEU")**

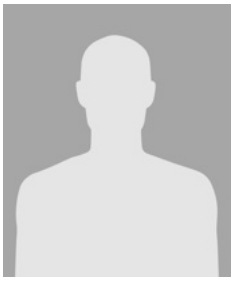
Nasceu a 01-05-1919 em Luanda (registado em Banana, na colónia belga do Congo). Empregado do Banco de Angola, fundou em 1947 o "N'Gola Ritmos", importante na recuperação do cancioneiro popular angolano (nomeadamente Kimbundu), criando ou recriando músicas, como a emblemática "Muxima", músicas que passavam uma mensagem anticolonial, em convívios públicos ou privados. A partir de 1958 participou activamente no grupo de Ilídio Machado e Higino Aires, sendo preso em 17-06-1959, acusado de pertencer ao Movimento para a Independência de Angola (MIA), num dos três processos do dito "Processo dos 50". Julgado por "crime contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (02-12-1961) pelo Tribunal Militar Territorial de Angola a 2 anos de prisão maior e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos prorrogáveis. Tendo já cumprido o tempo de prisão, continuou detido ao abrigo das medidas de segurança. Chegou ao Tarrafal a 25-02-1962. Foi libertado a 02-06-1969, regressando a Luanda, com residência fixa, em Junho de 1970.



**CASSUPA SOUSA**

Nasceu em Cassupa (Moxico) c. 1901, filho de Chona e de Nhatuama. Agricultor, tinha quase 70 anos quando foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido primeiramente no Moxico, foi levado mais tarde para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 10-10-1968) a 6 meses a 3 anos de medidas de segurança de internamento, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal no primeiro grupo de presos da UNITA a 08-08-1969. Com ele estavam também presos dois filhos, Colúvua Cassupa e Silva e Sousa. Saiu, em liberdade condicional, a 13-10-1971.

* * *



**CÉSAR DA SILVA TEIXEIRA ("PAMPILHOSA")**

Nasceu em Chiengue (Bié) a 08-09-1927, filho de Cândido Teixeira e de Teresa Soares. Mecânico no Luso/Luena, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação etc. César Teixeira terá inclusivamente reparado armas da guerrilha. A PIDE referia-se à rede como um "poderoso comité político-subversivo terrorista" baseado no Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE e desmantelada a rede, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau (sul de Angola) enquanto os "mais perigosos" vão para o Tarrafal. Após prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Tarrafal a 14-03-1970 e foi um dos mais castigados, nomeadamente na dita "holandinha". Foi libertado a 01-05-1974 mas quis ficar em Cabo Verde.



**CÉSAR PEDRO CALIENGUE**

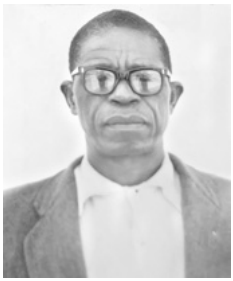
Nasceu no Chinguar (Bié) a 15-11-1935. Estudou na Missão Congregacional da Chissamba, no Instituto Currie (Dondi) e no Colégio de S. Bento (Luso/ Luena). Co-fundador da União Nacional para a Independência Total de Angola (Moxico 1966) aproveitou ser operador de locomotivas no Caminho-de-Ferro de Benguela para mobilizar e recolher informações. Em 1968 contribuiu para reorganizar a rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da UNITA, enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista" daquele movimento clandestino, liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, em Julho de 1969 são presos e a rede é desmantelada. A maioria segue para S. Nicolau (sul de Angola) mas os "mais perigosos" serão enviados para o Tarrafal, após algum tempo de prisão em Luanda. Um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**CHIEMBELE RIVINQUI**

Nasceu em Muxilinginge (Moxico) a 20-04-1928, filho de Sacurianga e de Nazanguilo. Agricultor, foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 10--10-1968) a 6 meses a 3 anos de medidas de segurança de internamento, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal com o primeiro grupo de presos da UNITA, a 08-08-1969. Saiu a 13-10-1971, em liberdade condicional.



**CHIPOIA MAGITA ("MASSUMUNA" OU "MUASSUMUNA")**

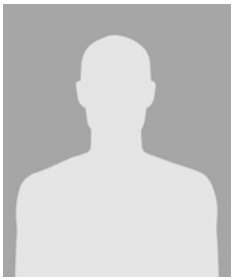
Nasceu em Muachiava (Moxico) c. 1915, filho de Magita e de Chiungua. Agricultor, membro da aristocracia tradicional Cokwe daquela região e, como tal, tratado com atenção especial pelos presos que o acompanharam. Eram acusados de apoiar a luta da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) iniciada em 1966 no leste de Angola, passando informações e auxílio aos que estavam nas matas (comida, sabão etc.). Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (10-10-1968) a 6 meses a 3 anos de medidas de segurança de internamento, prorrogáveis. Chegou ao Tarrafal a 08-08-1969 com o primeiro grupo de presos da UNITA, onde vinha também o seu filho Maquinixe António. Diabético, a sua saúde deteriorou-se com os maus-tratos durante as prisões e as más condições do Campo. Faleceu no Hospital da Praia a 13-05-1970, sendo o único preso angolano do Tarrafal a morrer em Cabo Verde.

* * *



**COLÚVUA CASSUPA**

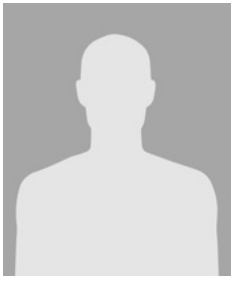
Nascido em Cassupa-Suco (Moxico), filho de Cassupa Sousa e de Napito. Agricultor, tinha cerca de 34 anos quando foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 10-10-1968) a 20 meses de prisão, 500 dias de multa (que não podia pagar em dinheiro) e 6 meses a 3 anos de medidas de segurança, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 com o primeiro grupo de presos da UNITA, no qual se incluíam o seu pai Cassupa Sousa e o seu irmão Silva e Sousa. Saiu, em liberdade condicional, a 27-10-1973.



**DANIEL SAMANDA OU DANIEL CASSOMA**

Nasceu no Bailundo (Huambo) a 05-05-1918, filho de Samanda e de Chassola. Agricultor, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**DANIEL SONHI**

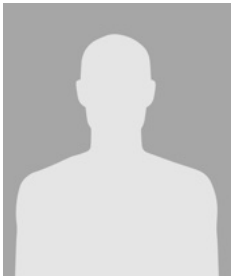
Nasceu em Luxia-Sapombo, Buçaco (Moxico) em 1928, filho de Chico e de Nachipema. Agricultor, não estão claros o local e o motivo da prisão, nem a organização a que estaria ligado, mas o peso da sentença reflecte a condição de combatente na guerra de libertação contra o domínio colonial português. Julgado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola, foi condenado (sentença 26-04-1969) a 20 anos de prisão maior, 20 meses de multa e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05-1974.



**DAVA BENUHÁ**

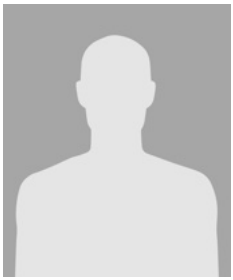
Nasceu em Cassupa (Moxico), filho de Magina e de Itela. Agricultor, teria cerca de 45 anos quando foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 10-10-1968) a 20 meses de prisão acrescidos de 500 dias de multa (que não tinha como pagar em dinheiro) e 6 meses a 3 anos de medidas de segurança, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 com o primeiro grupo de presos da UNITA e saiu a 27-10-1973, em liberdade condicional.

* * *



**DIOGO JOSÉ**

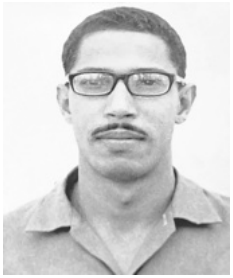
Nasceu em Cassoneca (Icolo-e-Bengo) a 28-04-1929, filho de José Diogo e de Joana Cristóvão. Sem profissão declarada, o peso da sentença reflecte a condição de combatente na guerra de libertação contra o domínio colonial português, mas não foi possível esclarecer a que organização pertencia (MPLA ou UPA/FNLA, ambas actuando no norte de Angola). Foi capturado em data e local incertos e incluído no Processo-crime 57/67 (com Américo Adão, António Francisco e António Lamba). Julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola foi condenado (sentença de 23-10-1968) a 20 anos de prisão maior, 20 meses de multa (substituindo o pagamento em dinheiro), e medidas de segurança com internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05-1974.



**DOMINGOS MANUEL COQUITA (OU CUQUITA)**

Nasceu em Quimassabi, Quitexe (Uíje) c. 1942, filho de Cuquita Buaqui e de Sofia Mucano. Agricultor, foi preso em data e local não identificados, por pertencer à União das Populações de Angola (UPA), desde 1962 integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento independentista que combatia no Norte de Angola. Foi julgado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola e condenado (sentença de 01-05-1967) a 24 anos de prisão maior, 24 meses de multa, e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. O peso da sentença reflecte a condição de combatente na guerra de libertação contra o domínio colonial português. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08--1969 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**EDUARDO ARTUR SANTANA VALENTIM ("JUCA VALENTIM")**

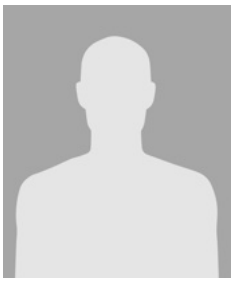
Nasceu na Gabela (Kwanza-Sul) a 16-02-1945. Estudante de Engenharia, ex-controlador do Serviço de Aeronáutica Civil, foi co-fundador e coordenador do "Comité Regional de Luanda" (CRL), grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) com várias células, de estudantes e trabalhadores. Além da mobilização política e distribuição de panfletos, apoiavam a 1.ª Região do MPLA com informações, roupa, medicamentos, sabão, munições… A PIDE infiltrou essa rede e em Outubro de 1969 deteve Juca Valentim, seguindo-se dezenas de prisões. Depois dividiu-os: os brancos para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem julgamento, foram para S. Nicolau (sul de Angola) e os "mais perigosos" para o Tarrafal. Após meses de prisão em Luanda, foi-lhe aplicada "a medida administrativa de fixação de residência por dez anos em Cabo Verde" (Ministro do Ultramar 09-04-1970). Chegou ao Tarrafal a 14-05--1970 e a 24-11-1971 foi transferido sob prisão para Angola, com "fixação de residência" na Baía dos Tigres e, em 1972, em S. Nicolau, sujeito a trabalhos forçados.



**EDUARDO JONATÃO CHINGUNJI**

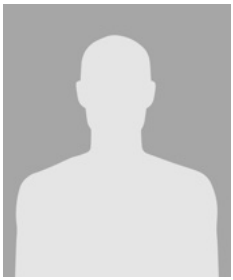
Nasceu em Chiúca (Bié) a 07-01-1911. Professor primário formado nas Missões congregacionais, foi detido e interrogado pela PIDE em 25 de Junho de 1969 e formalmente acusado (Processo-crime n.º 161/ 69), em Julho, de ser o principal responsável de "um poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA" baseado na cidade do Luso/Luena. Essa rede clandestina, na qual a PIDE conseguira infiltrar-se, estendia-se ao longo do Caminho-de-ferro de Benguela e fornecia apoio logístico à UNITA, que desde 1966 actuava no leste, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro e alimentação. Além disso, dois dos seus filhos lutavam contra o exército português naquela organização: Samuel Piedoso Chingunji "Kapesi Kafundanga" e David Jonatão Chingunji "Samuimbila". Após algum tempo de prisão em Luanda, o Secretário-Geral de Angola (26-08--1969) determinou-lhe a fixação de residência "em Chão Bom", por 12 anos. A mulher, Violeta, também detida, foi deportada para o Campo de S. Nicolau com os filhos mais novos. Líder reconhecido do segundo grupo de presos da UNITA, chegou ao Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**EDUARDO SÁ MOURA DA CRUZ**

Nasceu em Gumbe (Bié) a 30-10-1932, filho de Sá Moura da Cruz e de Emília Cavale. Contínuo do Banco de Angola, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**EVARISTO ARMANDO**

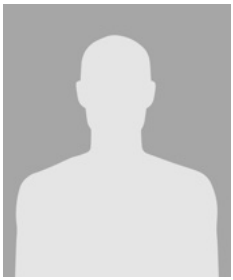
Nasceu em Chiumbo (Huambo) c. 1915, filho de Samuel e de Cassage. Empregado do Caminho-de-Ferro de Benguela, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**EVARISTO MIÚDO**
**OU CRISTÓVÃO EVARISTO MUCUATA**

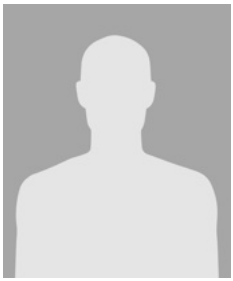
Nasceu em Cassupa-Suco (Moxico) a 15-01-1945 [ou 24-09-1946], filho de Mucuata e de Nachitueno. Era afilhado de outro preso, Silva e Sousa. Sem profissão declarada, foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 10-10-1968) a 20 meses de prisão acrescidos de 500 dias de multa (que não tinha como pagar em dinheiro) e 6 meses a 3 anos de medidas de segurança, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 com o primeiro grupo de presos da UNITA e saiu a 27-10-1973, em liberdade condicional.



**FEBRE LUNGUIÇA OU FABELO MALONGUISSA**

Nasceu em Massavi, Macocola (Uíje) c. 1930, filho de Lunguiça e de Chimba. Agricultor, foi preso, em data e local não identificados, por pertencer à União das Populações de Angola (UPA), desde 1962 integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento independentista que combatia no Norte de Angola. Foi julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola e no Supremo Tribunal Militar e condenado (21-02-1967) a 23 anos de prisão maior, 23 meses de multa, e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. O peso da sentença reflecte a condição de combatente na guerra de libertação contra o domínio colonial português. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e ali, entre outras actividades, dedicava-se à produção artesanal de cestos e outros objectos. Foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**FELISBERTO GONGO BERNARDO**

Nasceu em Chiambi (Bié) a 19-10-1932, filho de Bernardo e de Dorina. Professor das escolas das Missões evangélicas congregacionais, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**FERNANDO COELHO CUGITO**

Nasceu em Calulo (Uíje) c. 1938, filho de Cugito e de Júlia Bomba. Agricultor, foi preso em data e local não identificados, por pertencer à União das Populações de Angola (UPA), desde 1962 integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento independentista que combatia no Norte de Angola. Acusado de participação na revolta de 15 de Março de 1961, incluindo ataques a fazendas e povoações, foi julgado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola (Processo n.º 63/65) e condenado (sentença de 30-04-1966) a 3 anos e 8 meses de prisão maior, 6 meses de multa, e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 23-12-1971.

* * *



**FERNANDO MOISÉS**

Nasceu em Sachipunga (Moxico) a 09-02-1919, filho de Macalacata e de Chiquembo. Alfaiate de profissão e catequista de uma igreja protestante, foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 10-10-1968) a 6 meses a 3 anos de medidas de segurança de internamento, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal no primeiro grupo de presos da UNITA a 08-08-1969 e saiu, em liberdade condicional, a 13-10-1971.



**FERNANDO PASCOAL DA COSTA ("LUZERNA PINTO MENDES")**

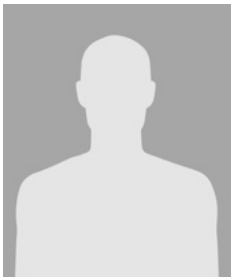
Nasceu em Luanda a 02-06-1890. Factor telegrafista do Caminho-de-Ferro de Luanda, aposentado à data da prisão, 29 de Março de 1959. Era o mais velho e tesoureiro do grupo independentista ELA, activo na clandestinidade desde o início dos anos 50, nomeadamente enviando documentos ao American Comittee on Africa (ACOA) e à Comissão das Curadorias da ONU. Em Março de 1959, já associados ao grupo "Espalha Brasa", tentaram enviar para o Gana um "Relatório" sobre Angola (Pascoal da Costa, assinando "Luzerna Pinto Mendes", é o segundo subscritor). A detenção do mensageiro pela PIDE, no aeroporto, desencadeou as prisões que deram lugar aos processos judiciais (o dito "Processo dos 50"). O Tribunal Militar Territorial condenou-o (20-12-1960) a 9 anos de prisão maior e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 25-02-1962. Apesar da idade avançada e do "bom comportamento", recusavam libertá-lo por ser considerado "irrecuperável", sem "qualquer arrependimento". Finalmente, foi-lhe concedida liberdade condicional a 30 de Abril de 1969. Saiu a 02-06-1969, regressando a Luanda.

* * *



**FLORÊNCIO GAMALIEL GASPAR**

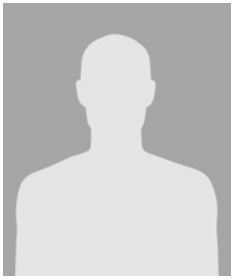
Nasceu em Luanda a 15-03-1930, filho de Sebastião Gaspar Domingos, também preso no Tarrafal. Enfermeiro, foi preso pela PIDE a 20 de Outubro de 1959, num dos processos judiciais vulgarmente conhecidos como "Processo dos 50". Do chamado "grupo dos enfermeiros" do clube recreativo "Espalha Brasa", foi acusado de pertencer ao "ELA", grupo activo na clandestinidade desde o início dos anos 50, com ligações a outros nacionalistas em Angola e no exterior e ao qual o "Espalha Brasa" se associara. Em Março tentaram enviar ao Gana (via Congo) um "Relatório" sobre a situação em Angola, mas o portador foi detido pela PIDE no aeroporto, desencadeando as prisões. Julgado no Tribunal Militar Territorial (Processo n.º 41/ 60) por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de associação ilícita e organização secreta", foi condenado (20-12-1960) a 4 anos de prisão e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 26-02-1962 e saiu em liberdade condicional com residência fixa em Luanda a 02-02-1969.



**FRANCISCO CAETANO**

Nasceu em Luanda a 05-12-1946, filho de Caetano Francisco e de Ana Afonso. Pescador e pintor, pertencia ao "Comité Regional de Luanda" (CRL) coordenado por Juca Valentim, grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) com várias células, sobretudo de estudantes, mas não só. Além do estudo e mobilização política e distribuição de panfletos, procuravam apoiar os guerrilheiros e populações da 1.ª Região com informações e roupa, medicamentos, sabão, munições… A sua actividade preocupava a PIDE que infiltrou a rede e em Outubro e Novembro de 1969 fez dezenas de prisões. Depois dividiu-os: os brancos foram para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, foram enviados para S. Nicolau (sul de Angola) excepto os "mais perigosos", enviado para o Tarrafal. Após meses de prisão preventiva em Luanda, foi-lhe aplicada a medida administrativa de fixação de residência por 6 anos em Cabo Verde (despacho do Ministro do Ultramar de 09-04-1970). Chegou ao Tarrafal a 14-05-1970 e foi libertado a 01-05--1974.

* * *



**FRANCISCO MUTO**

Nasceu em Quibianza (Uíje), c. 1920, filho de Calumbo e de Sango Luca. Agricultor, foi preso em data e local não identificados, por pertencer à União das Populações de Angola (UPA), desde 1962 integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento independentista que combatia no Norte de Angola. Acusado de angariar fundos para a UPA desde 1960 e de participação na revolta de 15 de Março de 1961, incluindo ataques a fazendas e povoações, foi julgado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola (Processo n.º 63/65) e condenado (30-04-1966) a 22 anos de prisão maior, 1 ano de multa, e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. O peso da sentença reflecte a condição de combatente na guerra de libertação contra o domínio colonial português. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05-1974.



**GABRIEL FRANCISCO LEITÃO PEREIRA**

Nasceu em Luanda a 02-7-1928. Empregado comercial, muito ligado a actividades culturais como a música e o teatro (foi co-fundador e co-autor de peças do grupo teatral Gesto) que serviam muitas vezes de capa à consciencialização nacionalista. Animadas reuniões em sua casa incluíam o grupo musical Ngola Ritmos do seu camarada Aniceto Vieira Dias "Liceu" e também os marinheiros norte-americanos Barnett e Holder que levavam e traziam correspondência clandestina para vários grupos em Luanda. Acusado de pertencer ao Movimento para a Independência de Angola (MIA), num dos três processos do dito "Processo dos 50", foi julgado por "crime contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" e sentenciado (02-12-1961) pelo Tribunal Militar Territorial de Angola a 18 meses de prisão (já cumpridos à data da condenação) e a medidas de segurança com internamento de 6 meses a 3 anos, prorrogáveis. Foram essas medidas que justificaram o envio para o Tarrafal, onde chegou a 25-02-1962, sendo libertado a 02-12-1964, com fixação de residência em Luanda.

* * *



**GARCIA LOURENÇO VAZ CONTREIRAS**

Nasceu em Catete a 8-10-1929. Enfermeiro em Luanda, morador no Bairro Rangel, criou em Dezembro de 1958, com Mendes de Carvalho, Ventura e outros, o clube recreativo e desportivo (e político) "Espalha Brasa". Detido a 30 de Março de 1959, posto em liberdade e novamente preso a 30 de Outubro, num dos processos judiciais (o "dos enfermeiros") do dito "Processo dos 50". Foi acusado de pertencer ao "Grupo ELA", que tentou enviar para o Gana (via Congo-Léopoldville) um "Relatório" sobre a opressão colonial em Angola. Vaz Contreiras dactilografou e entregou essa correspondência para Armando da Conceição ao jovem José Manuel Lisboa, que a PIDE deteve no aeroporto de Luanda, originando sucessivas prisões. Julgado no Tribunal Militar Territorial de Angola por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de associação ilícita e organização secreta", foi sentenciado (20-12-1960) a 7 anos prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 26-02-1962 e saiu, em liberdade condicional com residência fixa em Luanda, a 19-11-1969.



**GILBERTO ANTÓNIO SARAIVA DE CARVALHO**

Nasceu em Catete (Luanda) a 08-01-1942. Estudante e ex-alferes miliciano do exército colonial, pertencia ao "Comité Regional de Luanda" (CRL), grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) subdividido em várias células, sobretudo de estudantes. Além da mobilização política e distribuição de panfletos, enviavam para a 1.ª Região informações e roupa, medicamentos, sabão, munições… A PIDE infiltrou a rede e nos finais de 1969 fez dezenas de prisões, dividindo-os: os brancos enviados para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, enviados para S. Nicolau (sul de Angola) excepto os "mais perigosos", enviados para o Tarrafal. Após meses em prisão preventiva em Luanda, foi-lhe aplicada a medida administrativa de fixação de residência por 8 anos em Cabo Verde (Ministro do Ultramar 09-04-1970). Chegou ao Tarrafal a 14-05-1970 e saiu a 05-07--1973, transferido "por decisão superior", para Angola, sob prisão, com pena de 3 anos de internamento em S. Nicolau (despacho do Governador--geral de 13-07-1973). Libertado após o 25 de Abril.

* * *



**HÉLDER GUILHERME FERREIRA NETO**

Nasceu em Luanda a 11-04-1939. Estudante do Liceu, foi preso em 15-07-1959, na vaga de prisões da PIDE que em Angola deu lugar aos processos judiciais vulgarmente conhecidos como "Processo dos 50". Colaborou com a Sociedade Cultural de Angola e juntou-se, através de Calazans Duarte, ao clandestino "Movimento de Libertação Nacional" (MLN) ou "Movimento de Libertação Nacional de Angola" (MLNA), nomeadamente auxiliando a distribuição de panfletos. Foi julgado no Tribunal Militar Territorial por "crime contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta". Por ser menor (menos de 21 anos) foi sentenciado (10-08-1960) a apenas 3 meses de prisão efectiva (já cumpridos à data da sentença) mas com medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Foram estas que o levaram ao Tarrafal, onde chegou a 25-02-1962. Foi libertado a 20-11-1963, com proibição de voltar a qualquer colónia portuguesa e residência fixa em Lisboa. Porém, saiu de Portugal em 1964 e integrou-se no Centro de Estudos Angolanos do MPLA em Argel.



**HIGINO AIRES ALVES DE SOUSA**

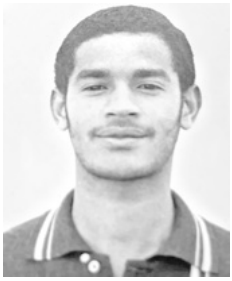
Nasceu em Luanda (Angola) a 11-07-1926. Empregado comercial, reconhecido como fundamental na mobilização de muitos que se juntaram ao movimento nacionalista liderado por Ilídio Machado. Em 1959 recorreu a um americano-cubano Javier Hernandez, cozinheiro de um navio, para enviar correspondência para o exterior, mas a A PIDE interceptou a correspondência (para Viriato da Cruz, Matias Miguéis e Kwame Nrumah) e prendeu Hernandez, solto por intervenção do cônsul americano. Muitos elementos da rede de Higino foram presos, sendo ele próprio detido a 1 de Junho de 1959. Acusado de pertencer ao Movimento para a Independência de Angola (MIA), num dos três processos do dito "Processo dos 50", foi julgado por "crime contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" e sentenciado (02-12-1961) pelo Tribunal Militar Territorial de Angola a 3 anos e 9 meses de prisão maior e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 25-02-1962 e foi libertado a 14-11-1969 com residência fixa em Luanda.

* * *



**ILÍDIO TOMÉ ALVES MACHADO**

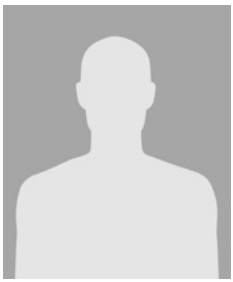
Nasceu em Luanda (Angola) a 17-12-1914. Funcionário dos Correios, era um dos principais líderes do nacionalismo angolano na década 1950-1960. Co-fundador dos efémeros Partido Comunista Angolano e Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), tentou no difícil contexto da clandestinidade uma coordenação dos grupos independentistas. Além da actividade panfletária no interior e da correspondência para o exterior denunciando a situação colonial, mantinha ligações com emigrados e exilados angolanos. Preso em Lisboa a 27-05-1959 (cadeia do Aljube), transferido para a Casa de Reclusão Militar (Luanda), foi acusado de pertencer ao Movimento para a Independência de Angola (MIA), num dos três processos do dito "Processo dos 50". Julgado por "crime contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (02-12-1961) pelo Tribunal Militar Territorial de Angola a 4 anos de prisão maior e medidas de segurança com internamento, prorrogáveis. Em 1960 o Comité Director do MPLA em Conakry designou Ilídio Machado, já detido, vice-presidente do presídio de honra do MPLA. Chegou ao Campo do Tarrafal a 26-02-1962 e saiu a 03-02-1965, com residência fixa em Luanda.



**JAIME GASPAR COHEN**

Nasceu em Novo Redondo (Kwanza-Sul) a 04-07--1948. Escriturário e estudante do Instituto Comercial de Luanda, pertencia à célula "Kimangua" do "Comité Regional de Luanda" (CRL), grupo clandestino do MPLA que, além da mobilização política, apoiava a 1.ª Região (informações, roupa, medicamentos, sabão, munições…). A PIDE infiltrou essa rede de apoio e nos finais de 1969 fez dezenas de prisões. Depois dividiu-os: os brancos foram para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, para S. Nicolau (sul de Angola) excepto os "mais perigosos", enviados para o Tarrafal. Incorporado no exército português em Janeiro de 1969, Cohen continuou a actividade clandestina, aproveitando o acesso a documentação militar, até à detenção pela PIDE (11-12-1969). Após meses de prisão, foi-lhe fixada residência por 6 anos em Cabo Verde (09-04-1970). Chegou ao Tarrafal a 14-05-1970 e saiu a 05-07-1973, transferido, sob prisão, para o Campo de S. Nicolau (sul de Angola) com pena de 3 anos de internamento (despacho de 13-07-1973). Libertado após o 25 de Abril.

* * *



**JEREMIAS PEDRO**

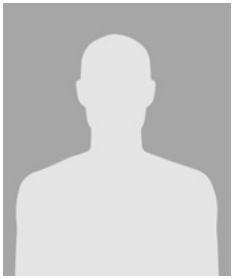
Nasceu em Massumuna (Moxico) a 12-05-1939, filho de Muarilo e de Nabalaço. Agricultor, foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 10-10-1968) a 6 meses a 3 anos de medidas de segurança de internamento, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 com o primeiro grupo de presos da UNITA e saiu, em liberdade condicional, a 13-10-1971.



**JOÃO FIALHO DA COSTA**

Nasceu em Ndalatando a 27-11-1929. Enfermeiro do Caminho-de-Ferro de Luanda, residente no Bairro Rangel, foi preso em 20 de Outubro de 1959 na vaga de prisões da PIDE que deu lugar a três processos judiciais conhecidos como "Processo dos 50". Do chamado "grupo dos enfermeiros", foi levado por Mendes de Carvalho para o clube recreativo (e político) "Espalha Brasa", parte do qual se juntou ao "ELA", activo na clandestinidade desde o início dos anos 50, com ligações a outros nacionalistas em Angola e no exterior. Um "Relatório" sobre a situação em Angola, destinado ao Gana (via Congo-Léopoldville) cujo portador foi detido pela PIDE no aeroporto, desencadeou as prisões. Julgado no Tribunal Militar Territorial por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de associação ilícita e organização secreta" foi sentenciado (20-12-1960) a 3 anos e 6 meses de prisão e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 26-02-1962 e saiu (liberdade condicional e residência fixa em Luanda) a 03-02-1965.

* * *



**JOÃO JOSÉ CAUAUA ("SITOKOKA")**

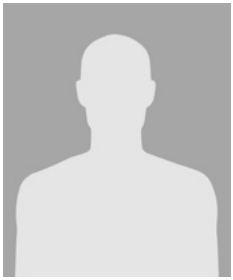
Nasceu em Chinjoia (Bié) a 25-03-1930, filho de José Cauaua e de Dofilia Chipuco. Alfaiate de profissão, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**JOÃO LOPES TEIXEIRA**

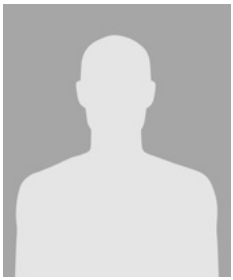
Nasceu na Funda a 20-05-1925. Electricista, morador no Bairro Indígena, era auxiliar de mecânico no Aeroporto de Luanda. Pertencia ao grupo recreativo (e politico) "Espalha Brasa". Em 1959, na vaga de prisões da PIDE que deu lugar aos três processos judiciais vulgarmente conhecidos como "Processo dos 50", foi detido a 2 de Abril, solto e novamente preso a 20 de Outubro, acusado de pertencer ao "ELA", grupo clandestino activo desde o início dos anos 50, com ligações a outros nacionalistas em Angola e no exterior. Em Março tentaram enviar para o Gana (via Congo-Léopoldville) um "Relatório" sobre a opressão colonial em Angola, cujo portador foi detido pela PIDE no aeroporto, originando as prisões. Julgado no Tribunal Militar Territorial por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (20-12-1960) a 4 anos de prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 25-02-1962 e saiu, em liberdade condicional com residência fixa em Luanda, a 10-06-1969.

* * *



**JOÃO LUCAS CUPOMBE**

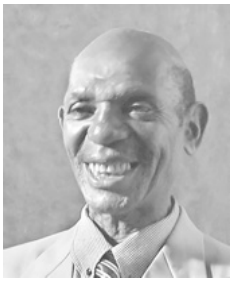
Nasceu em Calumbo, Carmona (Uíje) c. 1928, filho de Catula e de Homa. Agricultor, foi preso, em data e local não identificados, por pertencer à União das Populações de Angola (UPA), desde 1962 integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento independentista que combatia no Norte de Angola. Acusado de participação na revolta de 15 de Março de 1961, incluindo ataques a fazendas e povoações, foi julgado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola (Processo n.º 63/65) e condenado (30-04-1966) a 22 anos de prisão maior, 1 ano de multa, e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. O peso da sentença reflecte a condição de combatente na guerra de libertação contra o domínio colonial português. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05--1974.



**JOÃO VISSOCA**

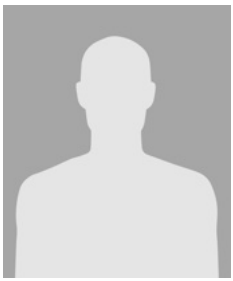
Nasceu em Nova Sintra/Catabola (Bié) c. 1929, filho de Sangala e de Nachirombo. Alfaiate de profissão, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05--1974.

* * *



**JOEL PESSOA**

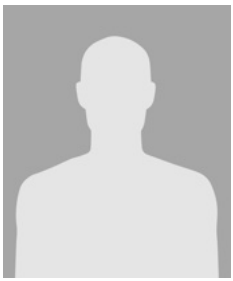
Nasceu em Gumba, Andulo (Bié) a 21-02-1935, filho de Pessoa e de Viqueia. Electricista, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso (Luena) e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe a "fixação de residência" em Chão Bom, Cabo Verde, por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**JOSÉ CULUZA OU MUTETELENO**

Nasceu no Luso/Luena (Moxico) c. 1936, filho de Sachimbale e de Nangamba. Alfaiate de profissão, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso (Luena) e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**JOSÉ DIOGO DOS SANTOS ("OLIM")**

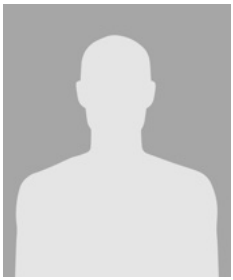
Nasceu na Funda (Luanda) a 04-06-1939. Mecânico, residente no Bairro Indígena, já tinha sido referenciado pela PIDE em processos anteriores (1965), por ligações ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Terá estado detido no Campo prisional de S. Nicolau, no sul de Angola. Por despacho do Secretário-Geral de Angola de 09 de Abril de 1968 foi-lhe "fixada residência" em Cabo Verde, no "Campo de Chão Bom" (Tarrafal), por 8 anos. Chegou ao Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05-1974.



**JOSÉ DIOGO VENTURA**

Nasceu em Malanje a 25-10-1929. Enfermeiro, residente no Bairro Marçal (Luanda), co-organizou o grupo recreativo e político "Espalha Brasa", depois associado ao "ELA", grupo mais antigo e com ligações a outros nacionalistas em Angola e no exterior. Um "Relatório" do ELA sobre a situação em Angola, destinado ao Gana (via Congo-Léopoldville) cujo portador foi detido pela PIDE no aeroporto, desencadeou a vaga de prisões que deu lugar aos processos judiciais conhecidos como "Processo dos 50". Do chamado "grupo dos enfermeiros", foi chamado à PIDE para declarações e por fim preso a 20 de Outubro. Julgado no Tribunal Militar Territorial por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de associação ilícita e organização secreta" foi sentenciado (20-12-1960) a 4 anos de prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 25-02-1962 e saiu (liberdade condicional e residência fixa em Luanda) a 02-02-1969. Com ajuda de outros presos, estudou e foi fazer exames no Liceu da Praia. Publicou as suas memórias em 2011.
José Diogo Ventura, *Recordações minhas*, Kilombelombe, 2011.

* * *



**JOSÉ FERNANDO OU JOSÉ SAGUINDA**

Nasceu em Luso/Luena (Moxico) c. 1942, filho de Chiu e de Mugonga. Agricultor, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso (Luena) e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**JOSÉ MANUEL LISBOA**

Nasceu em Luanda a 23-03-1940 mas vivia com parentes no Congo-Léopoldville. Mecânico de automóveis, detido a 28 de Março pela PIDE no aeroporto de Luanda, desencadeando a vaga de prisões da PIDE em 1959 que deu lugar aos processos judiciais conhecidos como "Processo dos 50". Foi acusado de cumplicidade com o "ELA", grupo clandestino activo desde o início dos anos 50, com ligações a outros nacionalistas em Angola e no exterior. Os dirigentes tentaram enviar para o Gana (via Armando da Conceição em Léopoldville/ Kinshasa) um "Relatório" sobre a opressão colonial em Angola, sendo o jovem José Manuel Lisboa o portador. Alguém presente no "jantar de despedida" em casa de Bernardo de Sousa o denunciou à PIDE. Julgado no Tribunal Militar Territorial por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (20-12-1960) a 3 anos de prisão maior e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 25-02-1962 e saiu a 01-10-1966.

* * *



**JOSÉ VIEIRA MATEUS DA GRAÇA (LUANDINO VIEIRA)**

Nascido em Portugal a 04-05-1935, viveu em Luanda desde a infância, na fronteira entre "o asfalto" e "o musseque", experiência que marcaria profundamente a sua escrita e o seu posicionamento anticolonial. Empregado comercial e escritor, colaborou na "Sociedade Cultural de Angola" (SCA) de que a PIDE prendeu vários dirigentes em 1959. Detido e acusado de "distribuir panfletos", foi depois solto. Em 1961, novamente detido "por actividades contra a segurança do Estado" (ligação ao MPLA), recebeu do Tribunal Militar Territorial (22-07-1963) uma das mais pesadas sentenças para presos políticos não combatentes: 14 anos de prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 13-08-1964 e saiu a 15-06-1972, em liberdade condicional com residência fixa "na Metrópole". Reconhecidamente um dos maiores escritores angolanos, no Tarrafal redigiu muitos dos seus livros. Entretanto "Luuanda" (escrito na prisão em Angola) foi premiado pela Sociedade Portuguesa de Escritores (1965) levando ao encerramento forçado desta. A colectânea (2015) "Papéis da Prisão (1962-1971)" é um testemunho fundamental para a história do Tarrafal.



**JUSTINO FELTRO DA COSTA PINTO DE ANDRADE**

Nasceu em Calulo (Kwanza-Sul) a 16-01-1948. Estudante de Medicina, co-fundador e co-responsável (com o seu irmão Vicente e Juca Valentim) do "Comité Regional de Luanda" (CRL), grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) subdividido em várias células, sobretudo de estudantes mas incluindo também trabalhadores. Além do estudo e mobilização política, e distribuição de panfletos, procuravam apoiar os guerrilheiros e populações da 1.ª Região com informações, roupa, medicamentos, sabão, munições… A PIDE infiltrou essa rede de apoio e em Outubro e Novembro de 1969 fez dezenas de prisões. Depois dividiu-os: os brancos foram para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, foram enviados para S. Nicolau (sul de Angola) excepto os "mais perigosos", enviados para o Tarrafal. Ficou em prisão preventiva na cadeia da PIDE em Luanda até Abril de 1970, quando recebeu a medida administrativa de fixação de residência por 8 anos em Cabo Verde (Ministro do Ultramar 09-04-1970). Chegou ao Tarrafal a 14-05-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**LOTE CHIVAVA GUILHERME ("SACHIKWENDA")**

Nasceu em Chipeta (Bié) a 28-09-1940. Após a escola primária na Missão Congregacional da Chissamba, foi para o Luso/Luena, para estudar e ter uma profissão. Carpinteiro, continuou os estudos e em 1964, já no ensino secundário, empregou-se nos Serviços de Fazenda e Contabilidade. Foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina de apoio à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), enviando-lhe roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação etc. Segundo a PIDE, um "poderoso comité político-subversivo terrorista" baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto os "mais perigosos" vão para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, o Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe a "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**LOTE SOARES SANGUIA**

Nasceu em Vila Nova (Huambo) a 05-03-1938. Motorista da Junta Autónoma de Estradas, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69), um pouco depois dos seus camaradas porque trabalhava fora da cidade. Pertencia à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola no leste do país (roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e munições). Segundo a PIDE, um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados os seus elementos por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria segue para o Campo de S. Nicolau (sul de Angola) mas os "mais perigosos" serão enviados para o Tarrafal, após algum tempo de prisão em Luanda. Um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe a "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e saiu a 01-05-1974.

* * *



**MANUEL BAPTISTA DE SOUSA OU MANUEL COSTA DA SILVA NUNES**

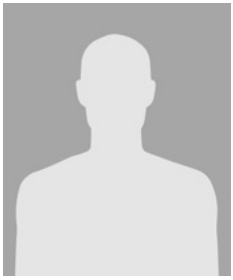
Nasceu em Malanje a 09-06-1932. Tipógrafo, foi preso pela PIDE a 20 de Outubro de 1959, num dos processos judiciais vulgarmente conhecidos como "Processo dos 50", acusado de pertencer ao "ELA" (grupo activo na clandestinidade desde o início dos anos 50, com ligações a outros nacionalistas em Angola e no exterior). Terá sido através de Agostinho Mendes de Carvalho e do clube desportivo e recreativo "Espalha Brasa" que se associou aos "mais-velhos" do ELA. Em Março tentaram enviar para o Gana um "Relatório" sobre a opressão colonial em Angola, cujo portador foi detido pela PIDE no aeroporto, o que originou sucessivas prisões. Julgado no Tribunal Militar Territorial de Angola por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta", foi sentenciado (20-12-1960) a 3 anos e 6 meses de prisão maior e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 25-02-1962 e saiu, com liberdade condicional por 2 anos e residência fixa em Luanda, a 28-01-1965.



**MANUEL BERNARDO DE SOUSA**

Nasceu em Ndalatando a 01-08-1931. Enfermeiro em Luanda, trabalhara também numa fazenda nos Dembos. Levado em 1958 por Agostinho Mendes de Carvalho para o clube recreativo (e político) "Espalha Brasa", foi preso pela PIDE a 20 de Outubro de 1959 e incluído num dos três processos judiciais conhecidos como "Processo dos 50", acusado de pertencer ao "Grupo ELA", activo na clandestinidade desde o início dos anos 50 e ao qual o "Espalha Brasa" se associara. Em Março tentaram enviar ao Gana (via Congo) um "Relatório" sobre a situação em Angola, mas o mensageiro foi detido pela PIDE no aeroporto, desencadeando sucessivas prisões. O "jantar de despedida" fora organizado na casa de Bernardo de Sousa. Julgado no Tribunal Militar Territorial por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (20-12-1960) a 4 anos de prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 25-02-1962 e saiu em liberdade condicional a 02-02-1969, regressando a Luanda.

* * *



**MANUEL CHITOMBE**

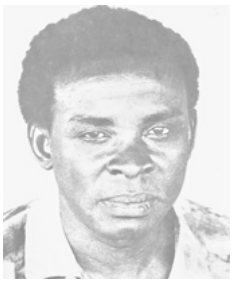
Nasceu em Camicundua (Bié) a 28-12-1929. Pedreiro de profissão, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso (Luena) e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou a Manuel Chitombe a "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**MANUEL DOS SANTOS JÚNIOR ("CAPICUA")**

Nasceu em Luanda a 30-09-1931. Electricista, morador no Bairro Indígena, ligou-se ao efémero Partido Comunista de Angola (1955) e, extinto este, seguiu em 1956 Ilídio Machado na formação do "Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola" (PLUAA). Dirigente do clube desportivo e recreativo "Botafogo", camuflagem para consciencialização política, em 1958 juntou-se ao "Movimento de Libertação Nacional" (de Veloso, Calazans Duarte e outros com ligações ao Partido Comunista Português). Activo na feitura e distribuição de panfletos do MLN, foi co-autor (com Contreiras da Costa) do panfleto "Ao mundo inteiro – Angola é dos Angolanos". Detido a 5 de Agosto de 1959 na vaga de prisões da PIDE que deu lugar aos três processos judiciais vulgarmente conhecidos como "Processo dos 50", foi julgado no Tribunal Militar Territorial por "crime contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" e sentenciado (25-01-1961) a 4 anos de prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 26-02-1962 e foi libertado a 21-02-1970.

* * *



**MANUEL PEDRO PACAVIRA**

Nasceu no Golungo Alto (Kwanza-Norte) a 14-10-1939. Ali fez a escola primária na Missão Evangélica, frequentando o ensino secundário já em Luanda. Empregado de escritório, fazia parte do Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA) que reunia sobreviventes da vaga de prisões de 1959 e que em 1960 se integrou no MPLA sob a liderança de Agostinho Neto, sendo todos presos pela PIDE em meados desse ano. Antes, Pacavira fora enviado por Neto ao Congo-Brazzaville para contacto com os líderes do MPLA exilados em Conacry. De regresso a Luanda, foi detido em Junho e, sem nunca ter sido julgado, foi enviado para a Colónia Penal do Bié (1961), para o campo prisional do Missombo (1962) e de regresso à prisão em Luanda (1965). Libertado em 1967, foi preso novamente meses depois. Por despacho do Secretário-Geral de Angola (09-04-1968) foi-lhe fixada residência no Campo de "Chão Bom" (Tarrafal) por 12 anos. Chegou ao Tarrafal a 08-08-1969 e saiu a 01-05-1974. Escritor, considerava António Jacinto o seu "mestre literário" no Tarrafal.



**MARCELO MICELO OU MISSELO, OU MARCELO KODO**

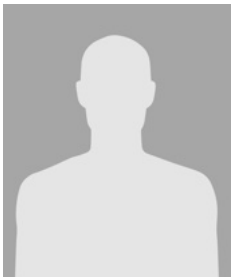
Nasceu em Zola de Baixo, Belize (Cabinda) c. 1914. Trabalhador rural, tinha cerca de cinquenta anos quando decidiu, em 1964, fugir para o Congo-Kinshasa com a família. Cooptado pela União da Populações de Angola (UPA), participou em incursões e emboscadas à tropa portuguesa em Cabinda, deu informações e serviu de pisteiro e guia. Acusado de "crime contra a segurança do Estado", foi julgado em Luanda no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola e condenado (Acórdão de 20-04-1967) a 3 anos e 8 meses prisão maior, 3 meses e 15 dias de multa e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e saiu a 22-07-1972 em liberdade condicional, com residência fixa por 5 anos em Luanda ou Cabinda.

* * *



**MÁRIO ANTÓNIO SOARES DE CAMPOS**

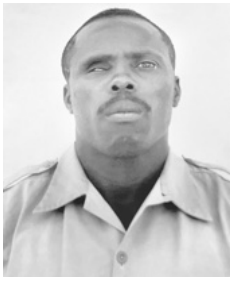
Nasceu em Luanda a 09-09-1931, onde era relojoeiro e oculista. Foi preso em 09-06-1959, libertado no mesmo dia e preso novamente dias depois, no âmbito da vaga de prisões da PIDE que em Angola deu lugar a três processos judiciais vulgarmente conhecidos como "Processo dos 50". Envolvido na distribuição clandestina de panfletos, foi acusado de pertencer ao "Movimento para a Independência de Angola" (MIA) e de ter cometido "crime contra a segurança exterior do estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta". Julgado no Tribunal Militar Territorial de Angola, foi sentenciado (02-12-1961) a 18 meses de prisão (já cumpridos à data da sentença), suspensão de todos os direitos políticos por 5 anos e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos prorrogáveis. Foi para cumprir as "medidas de segurança" enviado para o Campo de Chão Bom no Tarrafal, onde chegou a 25-02-1962 e de onde saiu em liberdade condicional com fixação de residência em Luanda a 11-09-1964.



**MÁRIO JAMBA**

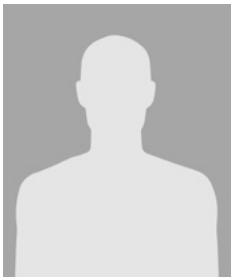
Nasceu em Camacupa (Bié) a 30-01-1930, filho de Maliti e de Nanjamba. Condutor do Caminho-de-Ferro de Benguela, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso (Luena) e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em Chão Bom, Cabo Verde, por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**MARTINS SACHELA**

Nasceu em Muassumuna ou Massumuna (Moxico), filho de Sachela e de Nachela. Agricultor, de cerca de 32 anos, foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 10-10-1968) a 6 meses a 3 anos de medidas de segurança de internamento, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal no primeiro grupo de presos da UNITA a 08-08-1969 e saiu, em liberdade condicional, a 13-10-1971.



**NATANEL ALFREDO SANECAVO**

Nasceu em Cateia (Bié) a 26-07-1934, filho de Alfredo Sanecavo e de Dofila Metopalo. Auxiliar de escritório, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69). Pertencia à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola no leste do país, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e munições. Segundo a PIDE, um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados os seus elementos por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria segue para o Campo de S. Nicolau (sul de Angola), mas os "mais perigosos" serão enviados para o Tarrafal, após algum tempo de prisão em Luanda. Um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe a "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05--1974.

* * *



**NOBRE FERREIRA PEREIRA DIAS**

Nasceu em Luanda a 02-12-1929. Professor e director da escola da Missão Metodista em Luanda. Através do Bispo Dodge enviou documentos ao cônsul americano em Lourenço Marques (Moçambique) que os faria chegar à Comissão das Curadorias da ONU. Detido a 20 de Outubro de 1959, na vaga de prisões da PIDE que originou os processos judiciais conhecidos como "Processo dos 50", foi acusado de reuniões com os marinheiros norte--americanos Barnett e Holder e de pertencer ao "ELA", grupo clandestino com ligações a outros nacionalistas em Angola e no exterior. Este tentara em Março enviar para o Gana (via Congo-Léopoldville) um "Relatório" sobre a opressão colonial em Angola, cujo portador a PIDE deteve no aeroporto. Julgado no Tribunal Militar Territorial por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi condenado (20-12-1960) a 7 anos de prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 26-02-1962 e saiu, com liberdade condicional e residência fixa em Benguela, a 19-11-1969.



**NOÉ DA SILVA SAÚDE**
**("BALUMUKA KABABA")**

Nascido em Missoli, registado em Calomboloca a 10-06-1938. Da Juventude Metodista, Fernando Pascoal da Costa levou-o em 1956 ao ELA (grupo activo na clandestinidade desde o início dos anos 50), para ser tradutor de Inglês dos documentos clandestinamente enviados a personalidades internacionais e à Comissão das Curadorias da ONU. Com ele colaborou Deolinda Rodrigues, que seria indiciada no mesmo processo mas saíra de Angola meses antes. Em Março de 1959 Noé subscreveu, como "Balumuka Kababa", um "Relatório" do ELA para o Gana sobre Angola, cujo portador foi detido pela PIDE no aeroporto, desencadeando sucessivas prisões. Foi preso a 20 de Outubro de 1959, incluído nos processos judiciais vulgarmente conhecidos como "Processo dos 50". Paralelamente, Noé tivera ligações com o PLUAA. Julgado no Tribunal Militar Territorial por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" foi sentenciado (20-12-1960) a 6 anos de prisão e medidas de internamento. Chegou ao Tarrafal a 25-02-1962 e saiu em liberdade condicional a 7-02-1971, com residência fixa em Luanda.

* * *



**PAIVA DOMINGOS DA SILVA ("CASSICA")**

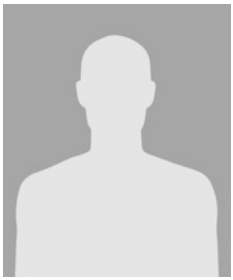
Nasceu em Cassoneca (Luanda) a 02-03-1930. Carpinteiro de profissão, "herói do 4 de Fevereiro", terá sido mobilizado por Neves Bendinha para fazer parte dos grupos que na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 atacaram as prisões de Luanda, visando libertar os presos políticos que ali se encontravam, acontecimento que em Angola marca o início da luta armada de libertação nacional. Capturado após aquela acção, passou por diversas prisões. Ainda em 1961 foi enviado para a Colónia Penal do Bié, em 1962 transitou para o recém-inaugurado Campo prisional do Missombo (Cuando Cubango), de onde foi novamente transferido para uma prisão em Luanda. Por fim, foi-lhe aplicada a medida administrativa de fixação de residência por 6 anos em Chão Bom, Cabo Verde, por despacho do Ministro do Ultramar de 9 de Abril de 1970. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-05-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**PASCOAL GOMES DE CARVALHO JÚNIOR ("NZAMBE KILUMBO")**

Nasceu em Massangano a 10-01-1903. Funcionário dos Serviços de Saúde em Luanda, foi preso em 1959 na vaga de prisões da PIDE que deu lugar aos processos judiciais conhecidos como "Processo dos 50", acusado de pertencer ao "ELA", grupo clandestino activo desde o início dos anos 50, com ligações a outros nacionalistas em Angola e no exterior, ao qual se ligara em 1958 através de António Pedro Benge. Reproduziu num copiador manual documentos clandestinamente enviados para o exterior. Em Março tentaram enviar para o Gana um "Relatório" sobre a opressão colonial em Angola (subscrito por Pascoal Gomes de Carvalho com o pseudónimo "Nzambe Kilumbo") cujo portador foi detido pela PIDE no aeroporto. Foi julgado no Tribunal Militar Territorial por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta" e sentenciado (20-12--1960) a 5 anos de prisão e medidas de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 26-02-1962 e saiu, em liberdade condicional com residência fixa em Luanda, a 27-04-1969.

* * *



**PEDRO CHIMBINDA GONÇALO**

Nasceu em Sangonga, Bela Vista (Huambo) a 04-04--1924, filho de Gonçalo e de Emília. Dactilógrafo da Câmara Municipal do Luso/Luena, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista" daquele movimento clandestino, baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto os "mais perigosos" vão para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**SEBASTIÃO GASPAR DOMINGOS**

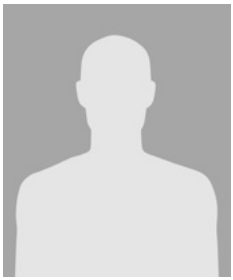
Nasceu em Cassoneca a 04-03-1899. Empregado comercial e cobrador, foi preso pela PIDE a 29 de Março, solto e de novo preso a 20 de Outubro, num dos processos judiciais vulgarmente conhecidos como "Processo dos 50". Foi acusado de pertencer ao "ELA", grupo clandestino activo desde o início dos anos 50, com ligações a outros nacionalistas em Angola e no exterior. Estes laços reforçaram-se numa ida de Sebastião Domingos ao Congo-Léopoldville em 1958. Em Março de 1959, já associados ao grupo "Espalha Brasa", tentaram enviar para o Gana um "Relatório" sobre Angola. A detenção do mensageiro pela PIDE, no aeroporto, desencadeou a onda de prisões. Julgado no Tribunal Militar Territorial (Processo n.º 41/60) por "conspiração contra a segurança exterior do Estado, sob a forma de organização ilícita e organização secreta", foi sentenciado (20-12-1960) a 4 anos de prisão maior e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos. Chegou ao Tarrafal a 26-02-1962 e saiu em liberdade condicional a 06-12-1968, ficando com residência fixa em Luanda.

* * *



**SILVA E SOUSA**

Nasceu em Cassupa-Suco (Moxico) a 14-09-1934, filho de Cassupa Sousa e de Nachicomo. Carpinteiro de profissão, foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 10-10-1968) a 2 anos de prisão (a pena mais pesada do seu grupo), 500 dias de multa (substituindo o pagamento em dinheiro) e medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969, no primeiro grupo de presos da UNITA que incluía também o seu pai Cassupa Sousa, o seu irmão Colúvua Cassupa e um afilhado, Evaristo Miúdo. Saiu a 20-02-1973.



**SILVA NUNGA OU SILVA IANJA OU SILVA IANDZA**

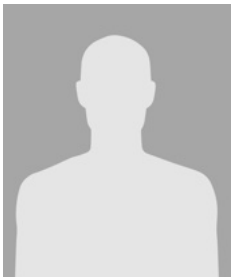
Nasceu em Banza Quica, Damba (Uíje) c. 1938, filho de Macuxambo e de Tuto. Como profissão está registado "Soba". Foi preso, em data e local não identificados, por pertencer à União das Populações de Angola (UPA), desde 1962 integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento independentista que combatia no Norte de Angola. Acusado de angariação de fundos e de participação na revolta de 15 de Março de 1961, incluindo ataques a fazendas e povoações e emboscadas à tropa portuguesa, foi julgado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola (Processo 118/65) e condenado (sentença de 28-05-1969) a 6 anos de prisão maior, 6 meses de multa, e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**SIMÃO CHITUNGO**

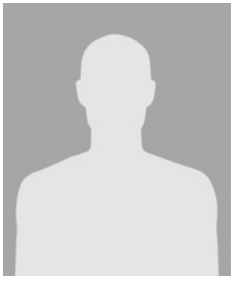
Nasceu em aldeia Cassupa (Moxico) a 30-12-1939, filho de Sanjige Chitungo e de Epenha Mandona. Agricultor, foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi condenado (sentença de 10-10-1968) a 6 meses a 3 anos de medidas de segurança de internamento, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal no primeiro grupo de presos da UNITA a 08-08-1969 e saiu, em liberdade condicional, a 13-10-1971.



**SOUSA ALFREDO OU SOUSA GOMES**

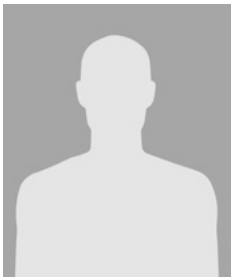
Nasceu em Cambeje, Vista Alegre (Uíje) a 12-04--1927, filho de Alfredo António e de Banda Paca. Agricultor, foi preso, em data e local não identificados, por pertencer à União das Populações de Angola (UPA), desde 1962 integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento independentista que combatia no Norte de Angola. Foi julgado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Angola e condenado (sentença de 01-05-1967) a 22 anos de prisão maior, 22 meses de multa, e medidas de segurança com internamento de 1 a 3 anos. O peso da sentença reflecte a condição de combatente na guerra de libertação contra o domínio colonial português. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**TEODORO AUGUSTO KATIKILO (KATIKILA?)**

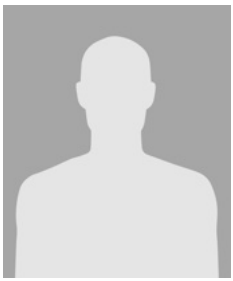
Nasceu em Mucumbe, Bailundo (Huambo) a 09-09--1925, filho de Augusto Paquisse e de Gueve. Catequista, preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo--crime n.º 161/69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso/Luena e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe "fixação de residência" em "Chão Bom, Cabo Verde", por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**TEODORO CASSINQUE**

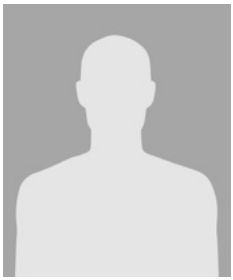
Nasceu no Bailundo (Huambo) a 03-09-1943, filho de Avelino Chivangulula e de Nachipunda. Tendo indicada como profissão "contínuo", vivia na cidade do Lobito à data da prisão. Não foi possível esclarecer a sua filiação política ou pertença a algum dos outros grupos enviados para o Tarrafal. Foi julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola e condenado (sentença de 15-07-1969) a 5 anos de prisão maior e 6 meses a 3 anos de medidas de segurança com internamento. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**TIAGO PEDRO**

Nasceu em Chiumbo (Huambo) c. 1910, filho de Pedro e de Chitula. Pedreiro de profissão, foi preso pela PIDE em Julho de 1969 (Processo-crime n.º 161/ 69) por pertencer à rede clandestina que, a partir das cidades, vilas e aldeias, dava informações e apoio logístico à luta armada da União Nacional para a Independência Total de Angola, nomeadamente enviando roupa, medicamentos, dinheiro, alimentação, ferramentas e até munições. Segundo a PIDE, era um "poderoso comité político-subversivo terrorista do movimento clandestino UNITA", baseado na cidade do Luso (Luena) e liderado por Eduardo Jonatão Chingunji. Denunciados por um infiltrado da PIDE, a rede é desmantelada, a maioria dos seus membros é enviada para o Campo de S. Nicolau, no sul de Angola, enquanto um grupo "mais perigoso" vai para o Tarrafal. Após algum tempo de prisão em Luanda, um despacho do Secretário-Geral de Angola (26-08-1969) determinou-lhe a "fixação de residência" em Chão Bom, Cabo Verde, por 10 anos. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-03-1970 e foi libertado a 01-05-1974.



**TITO ARMANDO DOS SANTOS ("CALHANDRO")**

Nasceu em Quindumbuela (Uíje) c. 1935. Alfaiate de profissão, pertencia ao "Comité Regional de Luanda" (CRL), grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) coordenado por Juca Valentim e subdividido em várias células, sobretudo de estudantes mas incluindo também trabalhadores. Além do estudo e mobilização política, e distribuição de panfletos, procuravam apoiar os guerrilheiros e populações da 1.ª Região com informações, roupa, medicamentos, sabão, munições… A PIDE infiltrou essa rede de apoio e em Outubro e Novembro de 1969 fez dezenas de prisões. Depois dividiu-os: os brancos foram para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, foram enviados para S. Nicolau (sul de Angola) excepto os "mais perigosos", enviados para o Tarrafal. Após meses de prisão preventiva em Luanda, foi-lhe aplicada a medida administrativa de fixação de residência por 6 anos em Cabo Verde, por despacho do Ministro do Ultramar de 9 de Abril de 1970. Chegou ao Campo do Tarrafal a 14-05-1970 e foi libertado a 01-05-1974.

* * *



**VENTURA ANTÓNIO OU MAQUINIXE ANTÓNIO**

Nasceu em Massumuna ou Muassumuma (Moxico) c. 1943, filho de Chipoia e de Mandania. Agricultor, de cerca de 25 anos, foi preso por ligações à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em 1966 iniciara acções de guerrilha no leste de Angola. Ele e outros eram acusados de passar informações e auxílio (comida, sabão, medicamentos, sapatos…) aos que estavam nas matas. Detido no Moxico, foi levado para uma prisão no Lobito e, cerca de um ano depois, conduzido sob prisão para Luanda e julgado no 1.º Tribunal Militar Territorial de Angola. Foi sentenciado (10-10-1968) a 6 meses a 3 anos de medidas de segurança de internamento, prorrogáveis. Chegou ao Campo do Tarrafal a 08-08-1969, com o primeiro grupo de presos da UNITA, cujo líder era o seu pai, Chipoia Magita. Este, diabético, não sobreviveu às más condições do Campo e falta de assistência adequada, falecendo no Hospital da Praia a 13-05-1970. Maquinixe não foi autorizado a ir ao enterro do pai. Foi libertado a 13-10-1971.



**VICENTE JOSÉ DA COSTA PINTO DE ANDRADE**

Nasceu em Calulo (Kwanza-Sul) a 18-01-1950. Estudante no Instituto Comercial, era um dos líderes do "Comité Regional de Luanda" (CRL) coordenado por Juca Valentim, grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), subdividido em várias células, sobretudo de estudantes, mas não só. Além da mobilização política e distribuição de panfletos, enviavam aos guerrilheiros da 1.ª Região informações e também roupa, medicamentos, sabão, munições… A sua extensão e actividade preocupavam a PIDE que infiltrou a rede e em Outubro e Novembro de 1969 fez dezenas de prisões. Depois dividiu o grupo: os dois brancos foram para Lisboa, juntando-se aos que ali foram presos e julgados; os negros e mestiços, sem qualquer julgamento, foram enviados para S. Nicolau (sul de Angola) excepto um pequeno grupo, "mais perigoso", enviado para o Tarrafal. Vicente ficou em prisão preventiva até Abril de 1970, quando lhe foi aplicada a medida administrativa de fixação de residência por 8 anos em Cabo Verde (Ministro do Ultramar, 09-04-1970). Chegou ao Tarrafal a 14-05--1970 e foi libertado a 01-05-1974.

# GUINÉ

# A repressão colonial na Guiné a partir de 1962

Julião Soares Sousa*

O ano de 1962 ficou marcado na história da contestação ao regime colonial português na Guiné como um ano particularmente decisivo por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, pela intensificação das atividades subversivas que conduziriam ao início da guerra por parte do PAIGC, com o ataque ao aquartelamento de Tite (sul do território) em Janeiro de 1963. Em segundo, pelo aumento desmesurado da repressão que se abateu sobre os movimentos independentistas guineenses por parte do regime colonial português. Essa repressão violenta e indiscriminada tinha ganho visibilidade internacional dois anos antes com o massacre de marinheiros no cais de Pindjikiti em Bissau, a 3 de Agosto de 1959, e pelas sucessivas vagas de prisões de figuras ligadas (ou não) ao emergente movimento de libertação. A situação de vigilância das autoridades na Guiné não seria alheia às preocupações suscitadas pela evolução do nacionalismo angolano que, em finais de Março de 1959, viu 50 dos seus elementos serem presos e julgados, num processo que ficou conhecido como o "Processo dos 50", sob a acusação de estarem associados ao ideário independentista. Além do mais, não se deve desprezar as expectativas geradas pela independência do Gana (1957), da Guiné-Conacri (1958) e da própria evolução política do Senegal que acabaria por aceder à independência a 4 de Abril de 1960, bem como de vários territórios africanos então sob o domínio europeu.

A ascensão à independência do Senegal e da Guiné-Conacri influenciariam decisivamente o movimento nacionalista em desenvolvimento na Guiné (Bissau). De resto, a par das movimentações internas na Guiné,

* Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC). juliaosousa@hotmail.com – Ciência Vitae – 8C13-8BB7-325E

os territórios vizinhos funcionariam como importantes centros de refúgio, exilio e de incubação dos movimentos de libertação guineenses e cabo-verdianos. Desde o massacre de Pindjikiti e da repressão que se lhe seguiu que o regime colonial português na Guiné vinha ampliando e agravando a perseguição aos filiados no emergente movimento independentista e cujas estruturas operacionais começavam a ganhar espaço nos países vizinhos (Guiné-Conacri e Senegal) e mesmo no interior da Guiné.

A repressão ganharia novos contornos depois da reunião de Dacar, em Outubro de 1960, em que participaram, entre outros, Rafael Barbosa (vindo propositadamente de Bissau) e Amílcar Cabral. Foi depois dessa reunião que se debuxou uma importante cisão no interior do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde, opondo os partidários do projeto de unidade binacional (Guiné e Cabo Verde) defendido pelo Partido Africano da Independência (PAI) da Guiné e Cabo Verde, de Amílcar Cabral, aos elementos afetos ao Movimento de Libertação da Guiné (MLG), contrários a essa unidade. A esses desentendimentos e cisões haveria que associar a atribuição de cargos para os diferentes departamentos do Bureau Político da estrutura clandestina do PAIGC no interior da Guiné, feita por Amílcar Cabral na supracitada reunião de Dacar, e ainda a introdução de inúmeros panfletos de propaganda, do programa e dos Estatutos do PAIGC, e de importantes meios logísticos para o trabalho de mobilização e recrutamento de adeptos. Desinteligências fratricidas entre o MLG e o PAIGC, relativamente à questão da unidade Guiné e Cabo Verde e à atribuição de cargos, levaram a denúncias mútuas entre os partidários das duas organizações políticas, que estariam por detrás de detenções em massa de centenas de pessoas ao longo de todo o ano de 1961. Essas detenções massivas provocariam um profundo golpe na ainda incipiente estrutura do PAIGC e do MLG, mas ainda assim, não foram suficientes para paralisar o trabalho subterrâneo da organização política criada por Amílcar Cabral no interior da Guiné Portuguesa. Rafael Barbosa, ao tempo Presidente do Comité Central, que era no fundo quem dirigia esta estrutura, apoiado por Mário Mamadú [Momo] Turé, Albino Sampa, Jorge Monteiro, Pedro Ramos, Paulo Pereira de Jesus, Constantino Lopes da Costa, Inácio Soares de Carvalho, Jonh Eckert, entre outros, continuaria (clandestinamente é certo), pelo menos até Março de 1962, a desenvolver trabalho de agitação e de mobilização em Bissau e noutras regiões da Guiné onde foram sendo

criadas células clandestinas, como por exemplo em Bolama (José de Oliveira Sanca, Abdulai Conté e Domingos Gomes), Bafatá, Farim, Bissorã, Mansoa (Carlos Sambú, Sonco [Soncum] Sissé e Estevão Adriano Fernandes), S. João, Fulacunda, Bambadinca e Fâ.

Só na madrugada de 13 de Março de 1962, numa altura em que se preparava para abandonar o território, a fim de se reunir com Amílcar Cabral no exterior (Senegal), é que Rafael Barbosa (Zain Lopes) foi preso, assim como vários elementos da célula de Bissau (Mário Mamadú [Momo] Turé, Paulo Pereira de Jesus e Jorge Monteiro, num assalto da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e do Exército colonial português, a duas casas clandestinas no Bairro de Bissau Novo, nos arredores de Bissau, tidas como sedes clandestinas do PAIGC. Aquando dessas detenções foram encontradas, entre outras, bastante literatura sobre a guerra subversiva e de guerrilha ensinada na academia militar de Nanquim, listas com nomes, localidades, fotografias e números de filiados no PAIGC, bem como a bandeira da futura Guiné independente, material de propaganda e papel timbrado e uma máquina de escrever. Munidos da lista de membros a PIDE e os serviços militares e a polícia de segurança pública iniciaram então uma série de detenções por todo o país.

No dia 15 Março, foram capturados Inácio Soares de Carvalho e Constantino Lopes da Costa, a 23, Carlos Sambú e Estevão Adriano Fernandes, ambos naturais de Mansoa.

Nos dias e meses subsequentes, o número de presos ultrapassaria as três centenas, na sua grande maioria suspeitos de pertencerem ao PAIGC. Entre os presos em Bissau, figuravam ainda o jovem Mamadu Turé (Momo), que mais tarde (1971-72), conjuntamente com outro detido na mesma leva, Aristides Teodorico Barbosa, natural de Bafatá, filho de Jaime Teodorico Barbosa e de Anastácia Carvalho Alvarenga, preso com 23 anos de idade no dia 18 de Junho de 1962 em Bolama, onde residia. "Momo" e Aristides Teodorico Barbosa seriam figuras centrais das cisões verificadas no interior do PAIGC em Conacri, entre 1971 e 1972, que culminariam com o assassinato de Amílcar Cabral, como veremos mais adiante.

A prisão de Rafael Barbosa e de Momo Turé, em Março de 1962, e de várias centenas de militantes por toda a Guiné (Bissau, Mansoa, Bafatá, S. Domingos, Cacheu, Fá-Mandinga, Barros, Binar, Bambaia, Ingoré, Nova Lamego, atual Gabú, Suzana, Empada e Bolama) semeou

desânimo nas hostes nacionalistas, com o PAIGC a ver eclipsar o número dos seus ativistas e praticamente paralisadas as suas atividades subversivas clandestinas nas localidades acima mencionadas.

Apesar das prisões de 1962 terem sido transversais a todo o território nacional, não resta a menor dúvida de que as zonas mais atingidas foram aquelas que eram as mais afetadas pela subversão do PAIGC, como o Oio, o leste e o sul, incluindo a Ilha de Bolama. Portanto, isso explica, em nossa opinião, o facto de a maioria dos detidos ao longo de 1962 e que foram transferidos para o Tarrafal serem originários ou residentes nesses regiões, sobretudo do sul, onde se registou a maior penetração do PAIGC desde 1961 e onde a ação direta decretada, entretanto, por Amílcar Cabral, em Agosto deste ano, estava a ter mais êxitos. Referimo-nos mais concretamente à zona de Xitole, Babadinca, Fulacunda, Buba, Empada, Tite, Catió, Cubanbol e S. João-Bolama, onde foram destruídas inúmeras pontes, fios elétricos e de telefone e colocados obstáculos nas estradas, além da distribuição de panfletos e de mobilização de adeptos.

Não era ainda uma situação de guerra total, mas de sabotagem às infraestruturas económicas e rodoviárias que alimentavam o regime colonial. Isso fez com que as autoridades portuguesas (a PIDE, os serviços militares, a polícia militar e a polícia de segurança pública) se desdobrassem em investigação, visando descobrir e reprimir os autores desses atos. Vale a pena salientar que no âmbito dessas atividades subversivas no sul do território, no dia 28 de Junho foi morto um comerciante europeu que alegadamente estaria ao serviço da PIDE. Pelo menos três dos detidos no Tarrafal teriam sido acusados de serem os autores deste assassinato. São eles: Anham Jam, natural de Biombo, papel, ao tempo residente em Empada; Luís António da Silva (natural de Bolama) e residente em Bambaia, de etnia papel; Marcos Gomes, natural de Biombo, de etnia papel. Todos eles seriam presos respetivamente em Empada, Bambaia e Bolama.

Na mesma noite, a casa do régulo Naso Mara, considerado agente da PIDE, foi também incendiada. Na sequência das atividades do dia 28 de Junho deu-se a prisão de vários professores catequistas da área de Empada como Domingos Lopes, Mário Soares, Avelino Mendes Lopes, Bernardo Mango, entre outras pessoas acusadas de manterem ligações ao e/ou militarem no PAIGC.

Em finais de Julho, a vaga de detenções por todo o país atingiria cerca de três centenas de indivíduos. Mas só 100 (80 deles detidos pelo exér-

cito colonial e 20 pela PIDE) seriam considerados os mais perigosos pelas autoridades coloniais. A maioria destes detidos foi apanhada na zona sul da Guiné. Constituiriam também o grosso dos prisioneiros feitos pela Batalhão de Caçadores n.º 237 e que seriam conduzidos a Tite, onde permaneceram durante um mês, e subsequentemente para a Colónia Penal da Ilha das Galinhas e, finalmente, para o Campo de Chão Bom (Tarrafal) em Cabo Verde. Os restantes teriam sido presos no leste da Guiné, pelo Batalhão de Caçadores n.º 238, sediado em Mansoa. Uma razão justifica a medida de afastamento: retirá-los das zonas afetadas pela subversão do PAIGC para evitar o "contágio" de ideias subversivas e, em última análise, quiçá, impedir que a situação ocorrida em Angola em 1961 se repetisse na Guiné. Na verdade, a campanha de mobilização e de recrutamento de adeptos para as fileiras do PAIGC no sul e estabelecimento das primeiras bases de guerrilha na região, conduzida por Rui Djassi e Malam Sanhá, entre outros, tinha prosperado o suficiente para não permitir o PAIGC perder o controlo da situação, apesar da brutal repressão.

Devido ao elevado número das prisões efetuadas por todo o país na sequência da repressão efetuada entre Março a Julho de 1962, muitos dos detidos tiveram que ser instalados nas esquadras da polícia de Bissau e em "recintos improvisados", anexos aos Comandos dos Batalhões de Mansoa (Batalhão de Caçadores n.º 238) e de Tite (Batalhão de Caçadores n.º 237), de onde seriam enviados para a Colónia Penal da Ilha das Galinhas, no arquipélago dos Bijagós. Por questões relacionadas com a segurança, a instalação de presos em recintos improvisados provocou um certo receio às autoridades. Essa foi a razão que levou a colocação do problema da transferência de alguns deles, sobretudo dos "mais incriminados" ou associados ao "terrorismo" para o Tarrafal (Campo de Chão Bom) em Cabo Verde. A rapidez com que se decidiu essa transferência fez com que não se organizassem devidamente os processos dos presos para apuramento cabal das suas responsabilidades. Aliás, pelas informações que o Diretor do Campo de Chão Bom, no Tarrafal, transmitiu ao Diretor Geral da PIDE em Lisboa, a 28 de Agosto de 1962, apenas entre 30 a 40 presos da Guiné deveriam ser transferidos. A notícia chegou a ser divulgada pelo próprio Ministro do Ultramar, de visita a Guiné. A correção do número de prisioneiros seria feira no dia seguinte (29 de Agosto) pela PIDE com sede em Lisboa para 100[1]. Juntar-se-iam

[1] Entre eles encontravam-se os seguintes indivíduos: Aristides Teodorico Barbosa

assim aos 33 presos políticos provenientes de Angola, muitos deles relacionados com o célebre "Processo dos 50", que meses antes (Fevereiro de 1962) tinham chegado ao mesmo campo, e aos cabo-verdianos condenados por delitos comuns a penas maiores. John Eckert, integrante do núcleo duro do PAIGC clandestino na qualidade de responsável pelos Assuntos Internos em Bissau e com ligações estreitas a Rafael Barbosa, seria outro elemento ligado ao PAIGC a ser preso em Bissau no mês de Março, aquando do seu regresso de Portugal, onde tinha estado em gozo de férias no mês de Fevereiro de 1962 e em contactos políticos com os estudantes guineenses e cabo-verdianos que frequentavam o ensino liceal e universitário. Tinha saído da Guiné (Bissau) por via marítima no mês anterior (Fevereiro). Integraria a lista dos 100 prisioneiros guineenses enviados para o Tarrafal em Setembro de 1962.

---

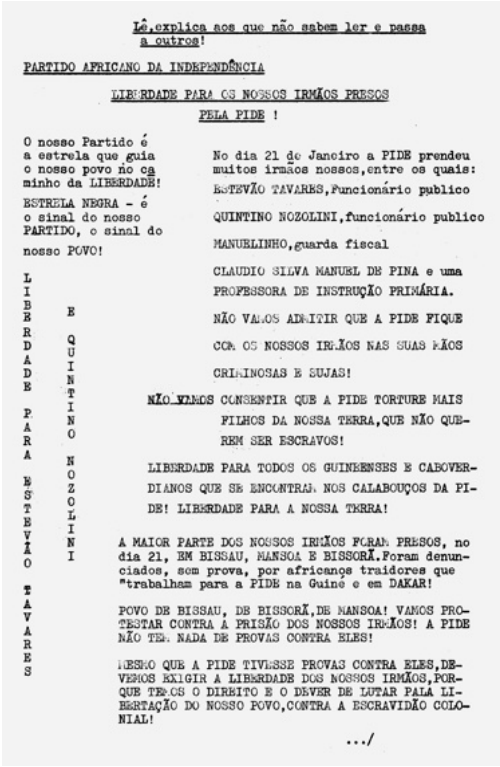
ou Chale; Inácio Soares de Carvalho ou Inácio; Bruno Dantas Pereira; Carlos Alberto Moreira da Rocha ou Carlos; João Lobo de Pina; Augusto Pereira da Graça ou Neco; Domingos Mendes Gonçalves ou Santy; Anha Jam; Marco Gomes; Luís António da Silva; Jorge da Silva; Augusto Mango Fernandes; Rui Anastácio Florindo Medina; Cândido José da Costa; Jacinto Francisco Cabral da Cunha; Constantino Lopes da Costa; Estêvão Adriano Fernandes; John Eckert,; Armando Alago Sanha; Fernando Correia; José dos Santos Ribeiro; Cristiano Monteiro; Paulo Guimarães; Manuel Neves Trindade ou Maxima; Paulo Lopes; Vasco Luís Lopes da Costa; Agnelo Lourenço Fernandes; José Lopes; António Lopes ou Jungo; Francisco Gomes Dias ou Chico Dias; Eustáquio Silva Correia ou Corona; Francisco Jerónimo Mendes Vieira; Boaventura Correia ou Citafá; Agostinho Lopes; Eleutério José da Silva; Manuel Amadu Djaló ou Corca Djaló; Inácio Martins ou Cuidade; Augusto Tavares; Francisco Gomes; Adolfo António da Costa; Cândido Joaquim da Costa; Mário Mamadú Turé ou Mome; Mamadú Dialó; Augusto Amadú Baldé; Nicolau Cabral ou Simão Néné; Carlos Sambú; Bernardo Mango; Sabino Cabral; Domingos Badinca; Macário Freire Monteiro; Benjamim Pedro José de Barros; José Pereira da Silva, José Lopes Correia; Mário Soares; Domingos Mango; Domingos Gomes; Armando António Oliveira; Augusto Fonseca da Silva, Soncum Sissé ou Iussufú Sissé; José de Oliveira Sanca; Infond Nhada; Iaia Djaló; Silva Delgado Barai; Pana Neieden; Finhane Tamba; Bilata Nampara; Ussumane Seidy; Mussa Camará; Mamadu Camará; Cutubo Camará; Malam Darame, Bunha Atua; Adulai Conté; Caramó Sanhá; Suna Naisna; Djana Djan Sambú, Iai Iai Camará; Ansumana ou Imbande; Empoc Abenabu; Biaba Abua; Chame Nantam ou João Balanta; Sana Turé; Mandú Biaia; Lassana Jaquité ou Armando Lassana Jaquité; Amaru Djau ou Homero José Djau; Que Coei Fati; Malam Sambu; Braima Jassi; Manuel Vaz Horta Santy; Preto Mancanha; Mamadu Cali ou Mamadu Cassama; Onça Naionga; Sala Naoinga; Pau na Man; Fonte Najula; Ben Nahedi; Nbali Najalá; Dafá Na Djula e Betarda Nhate.

Todavia, em 1964, confrontados com algumas queixas dirigidas pelos familiares de alguns presos ao Governador Arnaldo Schultz e ao Ministro do Ultramar, Joaquim da Silva Cunha, nas quais se aludiam à situação "extremamente dificil" em que permaneceram em virtude "de terem ficado sem o amparo do chefe de casa", a resposta foi a restituição à liberdade de Manuel Vaz Horta Santy, sob a alegação de que o recluso revelou bom comportamento, estando "completamente recuperado". Relativamente aos outros quatro presos (Bruno Dantas Pereira, Inácio Soares de Carvalho, Manuel Djaló ou Corca Djaló e João Lobo de Pina), cuja situação também foi estudada pelas autoridades, optou-se pura e simplesmente pela sua transferência para a colónia penal da Ilha das Galinhas, por não estarem recuperados e por ainda continuarem a manifestar ideias contrárias à situação.

No mesmo ano (Julho de 1964), a própria PIDE através da sua secção central fazia o *Mea Culpa*: a grande maioria destes indivíduos, conforme chegou a admitir a secção central daquela polícia política, foi detida sem que tivesse sido definida a sua responsabilidade. Foi em virtude desse facto que, finalmente, no dia 30 de Julho de 1964, foram transferidos para Bissau 41 presos políticos guineenses e restituídos à liberdade. Isso reduziu o número dos detidos guineenses para 57 reclusos, relativamente aos quais o diretor do campo, Hélder Lima dos Santos, chegou a considerar três como recuperados, dois como suscetíveis de recuperação e 52 como irrecuperáveis por haver no seu seio uma elevada percentagem de elementos perigosos.

Contudo, em Dezembro de 1968, no âmbito da sua política de ação psicológica intitulada "Por uma Guiné Melhor", o General António de Spínola mandaria libertar 100 presos políticos que se encontravam na Ilha das Galinhas. Era a primeira grande libertação de presos, mas não seria a última.

A 30 de Julho de 1969 zarpou do porto do Tarrafal o navio UIGE, com os 52 presos guineenses que haviam ficado no Campo de Chão Bom. Quatro dias mais tarde, a 3 de Agosto de 1969, dia em que se completava o décimo aniversário do massacre de Pindjikiti, quase uma centena de prisioneiros encarcerados em Bissau, na Ilha das Galinhas e os 52 provenientes do Campo de Chão-Bom foram restituídos à liberdade, incluindo Rafael Barbosa, "Momo" Turé e Aristides Barbosa.



Lê, explica aos que não sabem ler e passa a outros!

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA

LIBERDADE PARA OS NOSSOS IRMÃOS PRESOS PELA PIDE !

O nosso Partido é a estrela que guia o nosso povo no caminho da LIBERDADE!

ESTRELA NEGRA - é o sinal do nosso PARTIDO, o sinal do nosso POVO!

LIBERDADE E QUINTINO NOZOLINI PARA A BESTEVÃO TAVARES

No dia 21 de Janeiro a PIDE prendeu muitos irmãos nossos, entre os quais: BESTEVÃO TAVARES, funcionário publico

QUINTINO NOZOLINI, funcionário publico

MANUELINHO, guarda fiscal

CLAUDIO SILVA MANUEL DE PINA e uma PROFESSORA DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA.

NÃO VAMOS ADMITIR QUE A PIDE FIQUE COM OS NOSSOS IRMÃOS NAS SUAS MÃOS CRIMINOSAS E SUJAS!

NÃO VAMOS CONSENTIR QUE A PIDE TORTURE MAIS FILHOS DA NOSSA TERRA, QUE NÃO QUEREM SER ESCRAVOS!

LIBERDADE PARA TODOS OS GUINEENSES E CABOVERDIANOS QUE SE ENCONTRAM NOS CALABOUÇOS DA PIDE! LIBERDADE PARA A NOSSA TERRA!

A MAIOR PARTE DOS NOSSOS IRMÃOS FORAM PRESOS, no dia 21, EM BISSAU, MANSOA E BISSORÃ. Foram denunciados, sem prova, por africanos traidores que "trabalham para a PIDE na Guiné e em DAKAR!

POVO DE BISSAU, DE BISSORÃ, DE MANSOA! VAMOS PROTESTAR CONTRA A PRISÃO DOS NOSSOS IRMÃOS! A PIDE NÃO TEM NADA DE PROVAS CONTRA ELES!

MESMO QUE A PIDE TIVESSE PROVAS CONTRA ELES, DEVEMOS EXIGIR A LIBERDADE DOS NOSSOS IRMÃOS, PORQUE TEMOS O DIREITO E O DEVER DE LUTAR PELA LIBERTAÇÃO DO NOSSO POVO, CONTRA A ESCRAVIDÃO COLONIAL!

.../

Primeira página de um comunicado do P.A.I. (Partido Africano da Independência, antecessor do PAIGC) apelando à libertação dos "nossos irmãos presos pela PIDE", 1962
(Fundação Amílcar Cabral)

Terminava assim um longo calvário e uma das mais cruéis páginas da repressão colonial na Guiné. Para alguns dos ex-detidos, nomeadamente Mário Mamadú ["Momo"] Turé e Aristides Teodorico Barbosa, seria o início de uma bem urdida conspiração contra o movimento de libertação que os havia catapultado para a ação anticolonial – o PAIGC. Com efeito, ambos se apresentariam em Conacri, em finais de 1971, manifestando publicamente o seu profundo desacordo com a liderança de Amílcar Cabral e o seu projeto de unidade binacional (Guiné e Cabo Verde). A propósito, "Momo" chegou mesmo a constituir um Partido Africano para a Independência da Guiné (PAIG). À conta disso, em Maio de 1972, seria preso em Conacri, conjuntamente com o seu colega de cárcere, Aristides Teodorico Barbosa, às ordens de Amílcar Cabral, meses depois deste ter denunciado, em Março desse mesmo ano, um plano "diabólico" para o liquidar e decapitar o PAIGC. Na noite de 20 de Janeiro de 1973, em que Cabral foi assassinado em Conacri, "Momo" Turé e Aristides Barbosa seriam libertados da prisão "Montanha" onde se encontrava a cumprir pena, por um grupo de conjurados, o que levantou suspeitas sobre o envolvimento moral de ambos na trama. Não escapariam à captura e a um julgamento sumário.

# Residência fixa … numa prisão

Alfredo Caldeira

No que respeita aos 100 presos que foram deportados da Guiné para o campo de concentração do Tarrafal, encontrámos grandes dificuldades na obtenção de dados rigorosos sobre cada um e deparámo-nos, bem assim, com a ausência da maioria dos seus registos fotográficos.

Sabe-se que foram presos em 1962 numa ação concertada entre a Delegação da PIDE em Bissau e os Batalhões de Caçadores n.º 237, 238 e 239. Conforme assinala o chefe da PIDE em Bissau, "Todos os indivíduos referidos foram detidos por actividades contra a segurança do Estado, por pertencerem ao chamado "PAIGC" – "PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE"

Solicitámos informação a diversas instituições e a numerosas pessoas individuais mas, na verdade, tivemos de recorrer, na medida do possível, aos respetivos boletins biográficos organizados pela PIDE/DGS e pelos carcereiros, sem podermos aferir devidamente esses dados assim recolhidos, nem completá-los com testemunhos que permitissem conhecer melhor o verdadeiro percurso de cada um desses homens.

O alegado "legalismo" do regime fascista está bem presente no caso dos Guineenses deportados para o Campo de Concentração do Tarrafal.

Com efeito, nenhum desses homens tinha sido levado a tribunal, julgado ou condenado. Concentrados primeiro na designada Colónia Penal da Ilha das Galinhas, no arquipélago dos Bijagós, foram transportados para Cabo Verde, diretamente para o Tarrafal, na Ilha de Santiago. Administrativamente, foi-lhes fixada residência … numa prisão, neste caso a do Tarrafal.

Era esta uma das "legalidades" impostas pelo regime, designadamente no que respeitava aos nacionalistas das ex-colónias, em que a re-

pressão, visando a intimidação, preferia agir pela calada, sem julgamentos ou outros atos públicos – na Guiné, precisamente, a muitos familiares dos presos foi dito que tinham morrido e realizaram-se mesmo cerimónias fúnebres.

O então governador da Guiné, Peixoto Correia, afirmaria aliás que da vaga de prisões de 1962 "resultou um avultado número de prisões de nativos que tiveram de ser instalados, uns, em recintos improvisados em anexo aos Comandos dos Batalhões e outros na Colónia Penal da Ilha das Galinhas", acrescentando que «tratando-se de algumas centenas, não convinha mantê-los por muito tempo nas instalações de recurso junto das unidades militares». Neste sentido, defendeu «a vantagem de fazer sair da Província um certo número de prisioneiros (cem), optando-se naturalmente pelos mais incriminados, isto é, por aqueles que praticaram actos de terrorismo ou a estes estavam directamente ligados». Foi assim que, a 4 de setembro de 1962, chegaram ao Campo de Concentração do Tarrafal, transportados no navio «Africa Ocidental», escoltado pelo contratorpedeiro «Vouga».

## Os Guineenses no Tarrafal

Os guineenses presos em 1962 e deportados para o Tarrafal são um exemplo claro da violência colonial. Enviados para Cabo Verde, são-lhes aí destinados tratamentos diferenciados, designadamente:

– A colónia da Guiné dava menos dinheiro para a subsistência dos seus presos do que as colónias Angola ou Cabo Verde:

– Os presos não receberam alimentação a que estavam habituados, nem em quantidade suficiente – adoecendo gravemente muitos deles;

– Dois dos presos guineenses (Cutubo Cassamá e Biaba Nabué) morreram no Campo, respetivamente a 12 e a 24 de novembro, escassos dois meses após a sua chegada;

– Foram impedidos de estudar e de concorrer aos exames do ensino primário e liceal (face ao requerimento de 23 reclusos guineenses solicitando permissão para serem submetidos a exame, o governador da Guiné, general Arnaldo Schulz, despachou liminarmente, em 27-01-1966: "Indeferido.")

– Não lhes foi permitido a acesso a livros e outras publicações, sendo-lhes referido simplesmente que tal autorização se destinava apenas aos presos angolanos;

– Foram punidos por terem dirigido ao governador de Cabo Verde uma petição sobre consultas médicas e fornecimento de medicamentos. O diretor do Campo de Trabalho de Chão Bom, Eduardo Vieira Fontes, proibiu, em 28-01-1968, o acesso a correspondência durante 1 mês a todos os subscritores da petição, alargando essa proibição por 3 meses a sete dos subscritores, "visto serem proibidas aos presos as representações colectivas";

– Foram obrigados a assinar uma exposição que mostrasse o seu arrependimento, para que as autoridades coloniais avaliassem "a possível reabilitação dos mesmos ou grau de perigosidade que ainda representam para a sociedade em que vivemos", remetendo o diretor do Tarrafal à PIDE de Bissau essas declarações (em versão convenientemente datilografada) como condição para que esses presos pudessem ser reenviados para a Guiné, o que ocorrerá em 30-07-1969, a bordo do vapor «Uige» (comentário do diretor do Tarrafal: "A chuva, que caiu copiosamente à hora do embarque, atrasou mas não interrompeu o serviço, havendo apenas a lamentar a molhadela das bagagens").

## Dois presos diferentes

Dois indivíduos presos no Tarrafal aparentavam não preencher as condições para o regresso à Guiné: terão sido sucessivamente punidos na cadeia, não renegariam as suas orientações políticas, evidenciando a manutenção da perigosidade e, finalmente, teriam recusado assinar as referidas exposições de arrependimento – eram eles Aristides Teodorico Barbosa e Mário Mamadú Turé (Momo Turé).

Tratou-se, provavelmente, de uma encenação com vista a encobrir que estavam já "virados" e sob "proteção" policial – situações que se verificaram com alguma frequência nos sistemas prisionais instalados em campos de concentração, com graves limitações à dignidade e à própria vida dos presos.

Chegados a Bissau, a própria PIDE terá apoiado a sua instalação, arranjando-lhes emprego e meios de subsistência.

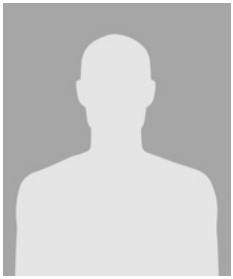
Mais tarde, terão retomado contacto com o PAIGC e alcançado uma região libertada, seguindo em 1971 para Conacri, onde se encontrava o Secretariado-Geral do partido.

Avolumadas suspeitas sobre os seus comportamentos, envolvendo o desenvolvimento de uma conspiração contra Amílcar Cabral e a direção da luta, em nome de uma propalada solução de autonomia para a Guiné, levaram à sua prisão em instalações do PAIGC em Conacri, onde, no entanto, eram visitados por alguns dirigentes militares do partido.

É assim que no dia 20 de janeiro de 1973, após o assassinato de Amílcar Cabral e o rapto de Aristides Pereira rumo a Bissau, eles serão libertados da prisão "Montanha" pelos golpistas, assumindo presumivelmente a direção da conspiração.

Retomado o controlo da situação pelo PAIGC e pelas autoridades guineenses, os responsáveis da conspiração seriam capturados e levados para o interior da Guiné-Bissau, onde foram condenados à morte e executados.

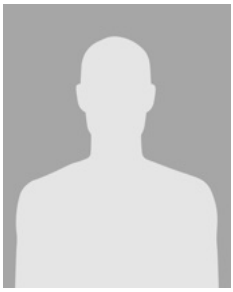
## NOTAS BIOGRÁFICAS – GUINÉ



### ABDULAI CANTÉ

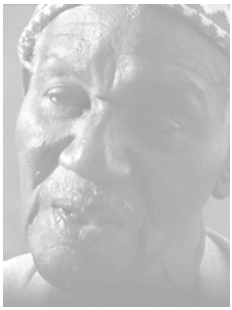
Nasceu em Bolama, em 1915 (?). Muçulmano, casado e pai de cinco filhos, sabendo assinar o nome, lavrador, alferes de 2.ª linha e regedor de Bolama. Aderiu ao Partido Africano da Independência (P.A.I., antecessor do PAIGC) em maio de 1962, sendo preso pouco depois pelos Serviços Militares, a 18 de julho. Levado primeiro para Tite e depois para a Ilha das Galinhas, foi seguidamente enviado para o Tarrafal, onde deu entrada a 4 de setembro do mesmo ano. Considerado "*perigoso e irrecuperável*" em relatórios de 964 e 1965, em outubro de 1968, o Diretor do Campo de Chão Bom, Eduardo Vieira Fontes, atesta o seu "*bom comportamento prisional*" e considera-o "*reabilitado para meio isento se subversão*", não devendo constituir perigo o seu regresso à Guiné, "*desde que mantido em zona não afetada pelo terrorismo*". Regressou à Guiné no vapor Uíge, em 30 de setembro de 1969.

* * *



### ADOLFO ANTÓNIO DA COSTA

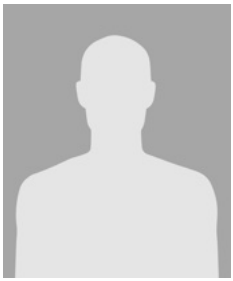
Nasceu em Cacheu, a 1 de Maio de 1940. Manjaco, católico, estudante da Escola Técnica de Enfermagem, com o 2.º grau, foi incorporado pelos Serviços Militares como 1.º Cabo em 1961, e aderiu ao PAIGCV em 1962. Informado pelo Chefe de Serviço de Segurança Militar que iria ser preso, desertou em Março de 1962, mas foi preso pela PIDE a 27 de Junho, na área de Binar. Levado para a sede da PIDE em Bissau foi transferido para a Ilha das Galinhas em 1 de Setembro e enviado no dia seguinte para o Tarrafal. Considerado "*indivíduo evoluído e com tendência à indisciplina*" (…) "*absolutamente irrecuperável*", permanece no Tarrafal até 1969, saindo com o ultimo grupo a regressar à Guiné. Em Outubro de 1968, o diretor do Campo, Eduardo Vieira Fontes, declarara que "*Não se considera reabilitado e constitui perigo para a sociedade o seu regresso àGuiné, especialmente na presente conjuntura*".



**AGNELO LOURENÇO FERNANDES**

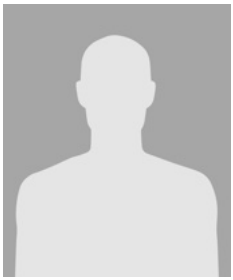
Nasceu em Geba. Conheceu Amílcar Cabral quando este ali esteve como engenheiro. Agricultor, Produtor de cana-de-açúcar, foi militante das primeiras horas do PAIGC. Seria preso em 1962, com quase todos os homens de Geba, como retaliação pela morte de um agente da PIDE no decorrer de um assalto à povoação em busca de militantes clandestinos. Deportado para o Campo de Concentração do Tarrafal em 1962, as autoridades coloniais disseram à mãe que tinha sido morto. Só depois de vários meses no Campo foi autorizado a escrever à família, tendo a mãe reconhecido a letra. Sairia em 1964.

* * *



**AHNADJAM IÉ**

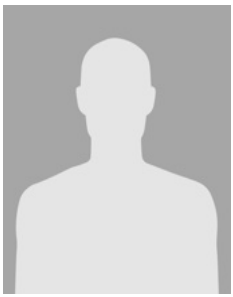
Natural de Biombo, de etnia "Papel". Preso em Empada pelos Serviços Militares a 28 de junho de 1962 por "*suspeitas de ter tomado parte na morte de um motorista europeu – Januário Simões Marcelino – e em cuja camioneta seguia com outros nativos, entre os quais os também detidos Marco Gomes e Luís António Silva*". Deu entrada no Tarrafal a 4 de setembro de 1962.



**ANSUMANE SEIDE (IMBANDI SEIDE)**

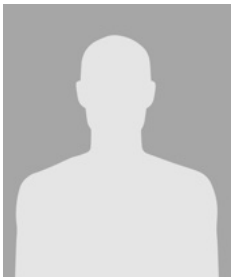
Nasceu em Bissau, em 1925 (?). De etnia mandinga, muçulmano, casado "*segundo os usos e costumes*", analfabeto, empregado comercial da firma António Silva Gouveia, em Geba. Aderiu ao PAIGC no início de 1962. Preso pelos Serviços Militares a 27 de junho de 1962, em Geba, deu entrada no Tarrafal a 4 de setembro. Nesse mesmo ano morreram-lhe a mulher e o filho. Considerado com "*bom comportamento prisional*" e "*reabilitado para meio isento de subversão*", ao pedir a sua libertação em dezembro de 1968 declara que "*deseja continuar cidadão português*." Regressou à Guiné em 1969.

* * *



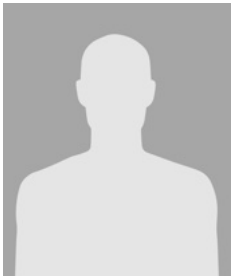
**ANTÓNIO ILÍDIO LIMA SILVES FERREIRA**

Nasceu na Freguesia de S. Nicolau Tolentino, S. Domingos, Cabo Verde, a 6.11.1930, mas foi anda criança para a Guiné. Fez a 4.ª classe em Mansoa e o curso de Prático Agrícola – equivalente ao 2.º ano – na Escola Prática de Agricultura D. Dinis, na Paiã, Odivelas, Portugal. Regressou à Guiné em 1958, para estagiar na Brigada Hidráulica da Guiné, na Fazenda Experimental de Fã. Católico, solteiro, foi contratado como capataz-chefe dos Serviços Agrícolas da Fazenda em Agosto de 1961. Aderiu ao PAIGC em 3 de Fevereiro de 62, aliciando alguns camaradas para o partido, mas foi preso pela PIDE pouco depois, a 25 de Abril. Enviado para o Tarrafal, ali deu entrada em Setembro de 1964. Considerado reabilitado em Outubro de 1968, regressou à Guiné em 1969.



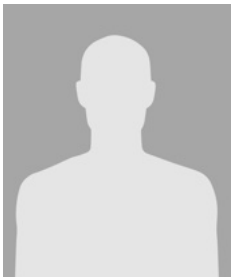
**ANTÓNIO LOPES (JUNCO BANORA)**

* * *



**ARISTIDES TEODORICO BARBOSA**

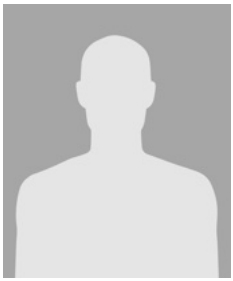
Nasceu em Bafatá a 19 de Março de 1939. Com a 4.ª classe, católico, solteiro e empregado comercial, era 1.º cabo do Exército quando foi preso, a 18/7/1962, acusado de ligações ao P.A.I. Em 1964 foi avaliado como "*indivíduo evoluído e com tendência à indisciplina*", "*convicto nas suas ideias de separação da Guiné da Mãe Pátria*", não "*susceptível de recuperação*". Em Outubro de 1968, o diretor do Campo de Chão Bom, Eduardo Vieira Fontes, informava que Aristides Barbosa tinha "*mau comportamento prisional*", tendo sofrido "*cinco sanções disciplinares*" e considerava não ter diminuído o seu grau de perigosidade, sendo "*de todo inconveniente o seu regresso à Guiné nas presentes circunstâncias*". Ainda assim, integra o grupo de guineenses que deixa o Tarrafal em 69. Em 1971 parte para Conacri, onde é preso pelo PAIGC em junho de 1972. Significativamente, dois dias antes de ser assassinado, Cabral escreveu para um camarada: "*Momo, Bassiro e Aristides Barbosa agiram como oportunistas e ambiciosos que não tem qualquer respeito pela obra que o Partido já fez mas querem aproveitar-se dela para se servirem*." Acusado de ser um dos organizadores do assassinato de Cabral, a 20 de janeiro de 1973, viria a ser condenado à morte em Lugadjole por uma subcomissão do PAIGC presidida por Fidelis Almada e fuzilado.



**ARMANDO ALAGE SANHÁ**

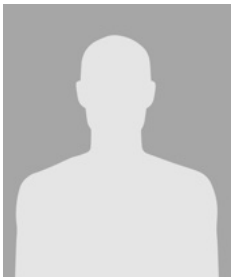
Nasceu em Bissau, a 16 de fevereiro de 1935. Muçulmano, de etnia mandinga, motorista da Guarda Fiscal, com o2.º grau de instrução, filiou-se no P.A.I. em setembro de 1961 e foi preso pela PIDE em 12 de abril de 1962, deu entrada no Tarrafal a 4 de setembro do mesmo ano. Declarou-se arrependido por mais de uma vez. Considerado bem-comportado, foi punido a 28 de janeiro de 1966 com 3 dias de prisão na cela disciplinar a pão e água e proibição de receber e expedir correspondência durante um mês, por agressão a um companheiro. Regressou à Guiné em1969.

* * *

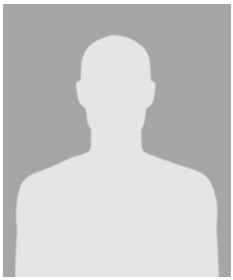


**ARMANDO ANTÓNIO OLIVEIRA SANCA**

* * *

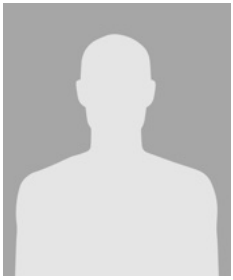


**ASSUMANE SELDENTE**
**(ANSU MANA SEYDE)**



**AUGUSTO AMADÚ BALDÉ**

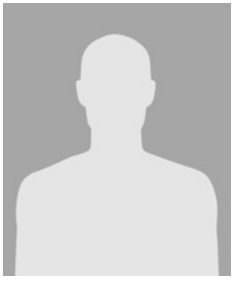
* * *



**AUGUSTO FONSECA DA SILVA**

Nasceu em Bissorã, a 3 de fevereiro de 1936. Católico, solteiro, com o 2.º grau da instrução. Aderiu ao PAIGC em dezembro de 1960. Preso a 19 de julho de 1962, quando se encontrava a prestar serviço militar no posto de 1.º Cabo do Exército, adido no Centro de Instrução Militar de Bolama. Enviado primeiro para Tite, depois para o Quartel-general em Bissau, integrou o grupo de 100 presos guineenses que deu entrada no Tarrafal a 4 de setembro de 1962. Considerado "*indivíduo já evoluído e com forte tendência para a indisciplina*" e, apesar de ter "*bom comportamento*", visto como "*perigoso*" e "*irrecuperável*". Regressou à Guiné em 1969.

* * *



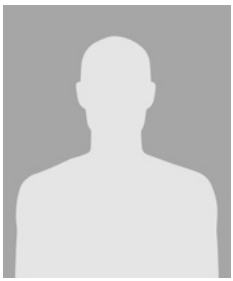
**AUGUSTO MANGO FERNANDES**



**AUGUSTO PEREIRA DA GRAÇA**

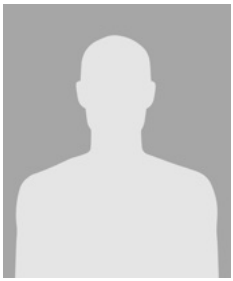
Nasceu em Farim, Guiné, a 5 de agosto de 1939. Filho de um cabo-verdiano, conheceu Amílcar Cabral em Bissorã. Católico, com o 2.º grau de instrução, auxiliar-radiotelegrafista dos CTT de Bissau, integrou o PAIGC a 13 de julho de 1959. Responsável pela mobilização no Norte e Leste, foi preso pelos Serviços Militares de Nova Lamego, em 27 de junho de 1962, na sequência de um encontro com dirigentes do partido em Bafatá. Depois de três ameaças de fuzilamento, fez parte do grupo de 100 presos enviados para o Tarrafal, onde chegaram a 4 de setembro. Poucos dias depois morreram dois desses presos: "*Eram de idade muito avançada e não aguentaram. (...) Um morreu no dia 12 e o outro no dia 24 de Setembro*." A libertação deu-se em 3 levas: 1965, 1967, 1969. Augusto saiu na última. No regresso à Guiné, foram libertados e reintegrados no trabalho. Em dezembro de 1972 foi para Conacry. Após a independência, foi secretário-geral do Ministério da Juventude, Cultura e Desportos, passando depois para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

* * *

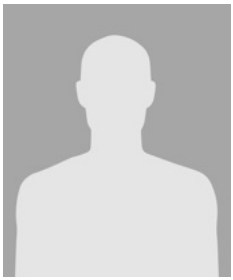


**AUGUSTO TAVARES**

* * *



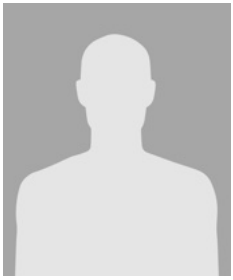
**BENJAMIM JOSÉ PEDRO DE BARROS**



**BERNARDO MANGO**

Nasceu a 1 de Janeiro de 1932, em Bula. De etnia "Mancanha", com o 2.º grau de instrução, casado, pai de seis filhos. Professor catequista católico, foi preso em Empada a 29 de Junho de 1962, enviado para Tite e, em Setembro, para o Tarrafal. Em 1965, acusado de "*mau comportamento, atitudes e indisciplina, desobediência e rebeldia*" – alegadamente por ter protestado pelo diferente tratamento prisional dado a guineenses e angolanos – foi encerrado numa minúscula cela disciplinar (a "*holandinh*a"), extremamente quente e onde tinha de permanecer curvado. Segundo os companheiros, o tempo ali passado traumatizou-o e, ao voltar ao regime normal, quase não falava, permanecendo a maior parte do tempo isolado. Os responsáveis pelo campo desconfiaram de uma simulação, mas vieram a admitir que "*sofria de 'acentuadas perturbações neuropsíquicas*'". No final de 1966, o então director escreveu: "*Trata-se de um doente mental, segundo opinião médica. Entendo que deverá ser repatriado*". Regressou à Guiné em 1969, morrendo pouco depois. Os seus companheiros de prisão invocam o castigo na "*holandinha*" para a sua morte precoce.

* * *



**BETAGUEDA NHACÉ**

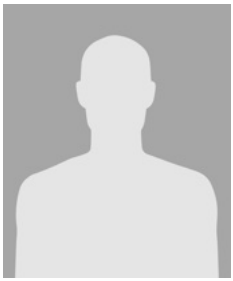



**BIABA NABUÉ**

Natural de Samba-Silate, no Centro da Guiné, Região de Bafatá, Sector de Bambadica, fez parte do grupo de 100 presos guineenses que, depois de uma passagem pela prisão da Ilha das Galinhas, foi transferido, a bordo do navio "África Ocidental", para o Campo de Concentração do Tarrafal (que passou a ser denominado "Campo de Trabalho de Chão Bom" na Portaria n.º 18 539, de 17-06-1961, assinada pelo ministro do Ultramar, Adriano Moreira). Biaba Nabué chegou ao Tarrafal em 4 de setembro de 1962. Amontoado com outros presos numa sala de tamanho insuficiente, sem recreio, sem possibilidade de tomar banho, morreu a 24 de novembro de 1962. Tinha 45 anos.

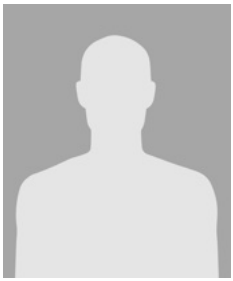
A fotografia que aqui se reproduz terá sido realizada no Batalhão de Caçadores n.º 238, uma das unidades militares que participaram, com a PIDE, na grande repressão de 1962, realizada contra o PAIGC.

* * *



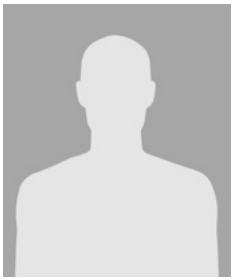
**BILATÁ NAMPARA**

* * *



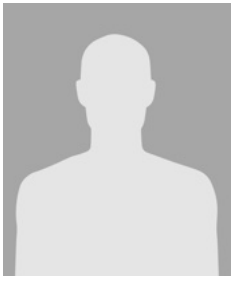
**BOAVENTURA CORREIA (SITAFÁ)**

Nasceu a 1 de Janeiro de 1920, em Geba. De etnia "Biafada", católico, "*casado segundo os usos e costumes*", pai de 8 filhos, analfabeto, carpinteiro. Aderiu ao PAI em Fevereiro de 1962 e foi preso por militares de Bafatá, em Geba, a 27 de Junho. Enviado para o Tarrafal no grupo de 100 presos guineenses que ali chegam a 4 de setembro do mesmo ano. Com "*bom comportamento prisional*", é considerado pelos responsáveis do campo como "*reabilitado*", havendo a convicção de que estava seriamente arrependido. Regressou à Guiné em1969.



**BRAIMA JASSI**

* * *



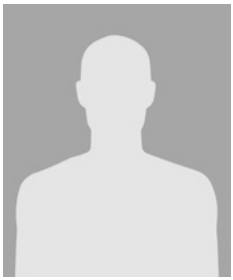
**BRUNO DANTAS PEREIRA**

* * *



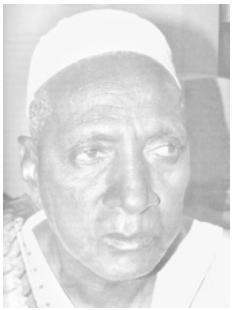
**CÂNDIDO JOAQUIM DA COSTA**

Nasceu em Bolama a 8 de março de 1937. De etnia "Manjaca", católico, com o 2.º grau, casado e pai de uma filha, professor catequista na Missão Católica de Bolama. Aderiu ao P.A.I. em 27/1/1961. Preso pela tropa a 7/7/1962, na tabanca de Unale, Fulacunda, levado para Tite e depois para a Ilha das Galinhas, é deportado para o Tarrafal em Setembro. Regressou à Guiné em 1969, tendo tido de assinar um documento declarando-se "*arrependido dos actos praticados contra a segurança do Estado*". Em Bissau abriu uma escola particular, dando aulas de manhã a crianças, à tarde a jovens, à noite a adultos. Sete meses depois, foi de novo preso e espancado. Libertado ao fim de três meses, conseguiu fugir para uma das zonas libertadas pelo PAIGC, Sara. Após a independência foi responsável do tribunal regional do Oio, de onde saiu por se recusar a mandar fuzilar algumas pessoas. Nomeado administrador de sector em 1988, desempenhou o cargo até 1999. Reformou-se após a vitória presidencial de Kumba Ialá.



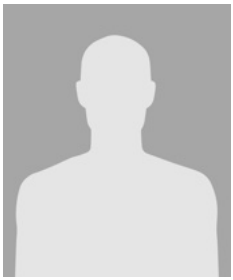
**CÂNDIDO JOSÉ DA COSTA (CARDEAL)**

* * *



**CARAMÓ SANHÁ**

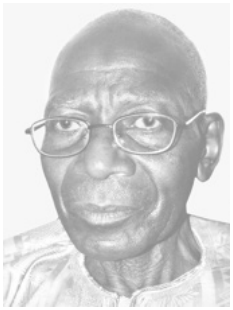
Nasceu em1935, na povoação de Missina, região de Quinara, sector de Empada. Aderiu ao PAIGC em 1959, em Bissau. Muçulmano, foi professor na Escola Católica. Preso por militares a 30 de julho de 1961, na zona de Empada, e levado para Buba, Tite, foi interrogado com grande violência. Cerca de um mês depois, foi levado para a Ilha das Galinhas e, em setembro de 1962, enviado para o Tarrafal. Aproveitou o tempo para estudar, continuando a praticar a sua fé: "*Havia lá um padre, do Tarrafal, que ia fazer culto. Nós, muçulmanos, participávamos sem problemas*." Integrou o primeiro grupo a regressar à Guiné, em 29 de julho de 1964, mantendo a ligação ao PAIGC. Nunca se arrependeu: "*Graças à luta do PAIGC, à unidade Guiné e Cabo Verde (...) os nossos dois países tornaram-se independentes (...). Tenho orgulho nisso, saber que os meus filhos, os meus netos, podem dizer que o pai, o avô deles esteve no Tarrafal por causa da independência da Guiné*."



**CARLOS ALBERTO MOREIRA DA ROCHA**

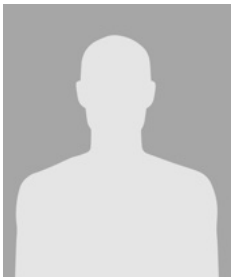
Nasceu em 26 de novembro de 1941, em Bambadinca, concelho de Bafatá. Católico, solteiro, com a 4.ª classe, escriturário de 3.ª classe na circunscrição de S. Domingos. Filiou-se em janeiro de 1962 no Movimento de Libertação da Guiné (MLG), de Vicente Có. Detido pelos Serviços Militares em S. Domingos a 29/7/1962. Deu entrada no Tarrafal a 4 de setembro desse ano. Descrito como "*nervoso e inconstante*", "*evoluído e com tendência à indisciplina*", "*convicto nas suas ideias politicas e insusceptível de recuperação*", o seu comportamento prisional é classificado como "*regular*". Voltou à Guiné em 1969.

* * *



**CARLOS SAMBÚ**

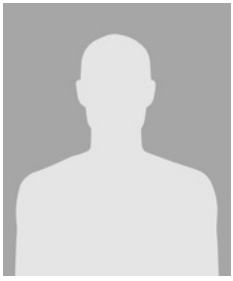
Nasceu em Mansoa a 5 de Março de 1936 (?) De etnia "Mansoanca", muçulmano, lavrador, com a 2.ª classe, casado e pai de três filhos. Mobilizado por Sancum Cissé, da rede de Rafael Barbosa, aderiu ao PAIGC em fevereiro de 1962. Preso pela PIDE em 18 de Março, na tabanca de Mancalan, foi torturado na Segunda Esquadra, em Bissau. Enviado para a Ilha das Galinhas seguiu, depois, para o Tarrafal: "*Na fase inicial, não tínhamos sequer recreio. (...) Começámos a inchar, e morreram dois de nós – Cutubo Cassamá e Biaba Na Abué."* Depois disso passaram a ter recreio e foi-lhes distribuída mancarra. Com o estômago enfraquecido pela tortura, Carlos Sambu "*só comia batata e cinco litros de leite por dia*." Trabalhou como pintor em obras no interior do campo e integrou, com outros presos guineenses, o COMUSSA – Conjunto Musical do Sentimento Africano – tocando tumba. Em 1964 era descrito como tendo "*bom comportamento*", mas "*absolutamente irrecuperável*". Regressou à Guiné em 1969. Após a independência, trabalhou na Polícia, em Mansoa. Dedicou-se depois ao cultivo de caju.



**CONSTANTINO LOPES DA COSTA**

Nasceu em Ponta do Inglês, Guiné-Bissau, a 11 de Março de 1938. De etnia "Papel", católico, solteiro, com o 2.º ciclo liceal, funcionário aduaneiro. Aderiu ao P.A.I. em outubro de 1961, trabalhando na mobilização com Rafael Barbosa. Preso a 15 de março de 1962, passou pela Segunda Esquadra, em Bissau, e pela prisão de Mansoa. Chegou ao Tarrafal num grupo de cem pessoas, a 4 de setembro de 1962. Uma oferta da Cruz Vermelha permitiu criar uma pequena biblioteca no Campo e requisitarem livros para ler. Quase todos aproveitaram para estudar, mas os angolanos foram autorizados a fazer exames, os guineenses não: "*O trato não era igual*." Reenviado para a Guiné em 1969, nunca foi julgado: "*No dia 3 de agosto de 1969, levaram-nos para o palácio, onde estava o governador Spínola, fizeram-nos um discurso, e pronto, 'estão livres'*." *Eu era funcionário das Alfândegas, não me reintegraram e fui trabalhar para as Finanças*." Depois da independência seguiu a carreira diplomática. Foi embaixador da Guiné-Bissau em Lisboa.

* * *



**CRISTIANO MONTEIRO**

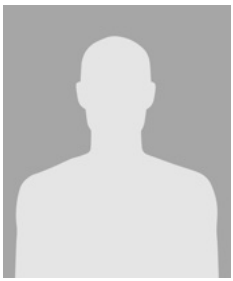
Nasceu em Cacheu, a 20 de outubro de 1927. De etnia "balanta", católico, sabendo ler e escrever, carpinteiro, casado "*segundo os usos e costumes*", pai de cinco filhos. Aderiu ao P.A.I. a 18-04-1962. Preso pelos Serviços Militares em Susana, circunscrição de S. Domingos, a 30 de julho de 1962, dá entrada no Tarrafal a 4 de setembro desse ano. Solicitou por diversas vezes a sua libertação. Considerado como tendo "*bom comportamento prisional*" e "*bom carpinteiro*", "*reabilitado para levar vida honesta em liberdade*", não representando perigo "*o seu reingresso na sociedade*". Regressou à Guiné em 1969, após 7 anos no Tarrafal…



**CUTUBO CASSAMÁ**

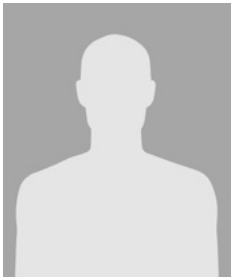
Data aproximada da primeira prisão: 1962. Natural do Norte da Guiné, sector de Bissorã, secção de Binar, fez parte do grupo de 100 presos guineenses que, depois de uma passagem pela colónia penal da Ilha das Galinhas, foi transferido, a bordo do navio "África Ocidental", para o Campo de Concentração do Tarrafal (que passou a ser denominado "Campo de Trabalho de Chão Bom" na Portaria n.º 18 539, de 17-06-1961, assinada pelo ministro do Ultramar, Adriano Moreira). Cotubo Cassamá chegou ao Tarrafal a 4 de setembro de 1962. Amontoado com outros presos numa sala de tamanho insuficiente, sem recreio, sem possibilidade de tomar banho, morreu escassos dois meses depois da chegada ao campo, a 12 de novembro de 1962, com 54 anos. Após a sua morte e no mesmo mês, a de Biaba Nabué, os companheiros organizaram diversos protestos pela melhoria das condições prisionais.

* * *



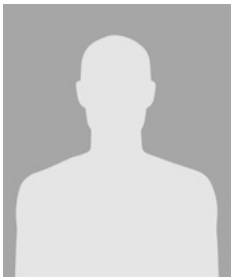
**DJANDJAM SAMBÚ**

* * *



**DOMINGOS FERNANDES BADINCA**

Nasceu em Bolama, a 1 de janeiro de 1937. De etnia "Mancanha", católico, solteiro, com o 2.º grau de instrução, auxiliar de fundidor de "*monotype*" da Imprensa Nacional. Aderiu ao P.A.I. em março de 1962, e foi preso pelos Serviços Militares de Tite, pouco depois, a 18 de julho, Entrou no Tarrafal a 4 de setembro do mesmo ano. Embora lhe fosse atribuído "*bom comportamento prisional*", foi considerado "*um convicto terrorista*", não "*reabilitado*", podendo "*constituir perigo para a sociedade o seu regresso à Guiné na actual conjuntura*". Regressou à Guiné em 1969.

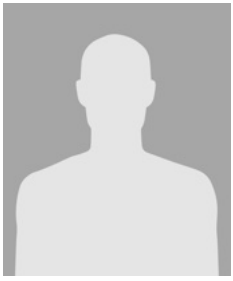


**DOMINGOS GOMES**

Nasceu em Bolama a 11 de novembro de 1932. De etnia "Mancanha", católico, solteiro, com o 2.º grau de instrução, auxiliar de encadernação na Imprensa Nacional. Filiado no P.A.I. desde 1960, foi preso a 18 de julho de 1962, no seu local de trabalho, transferido para Tite e deportado para o Tarrafal em Setembro desse ano.

Embora lhe fosse atribuído "*Bom comportamento prisional*", não foi considerado "*reabilitado*", "*constituindo perigo para a sociedade o seu regresso à Guiné*". Só regressou a Bissau em 1969.

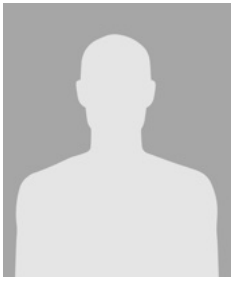
* * *



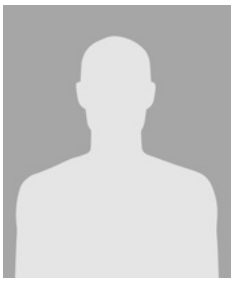
**DOMINGOS MANGO**

Nasceu em Bolama, em 1931(?). Alfaiate. Aderiu ao P.A.I. em março de 1962 e foi preso pelos Serviços Militares em Empada, em 29 de junho. Passou por Tite e pela colónia penal da Ilha das Galinhas e chegou ao Tarrafal em 4 de Setembro do mesmo ano. Visto como tendo "*bom comportamento*" e "*susceptível de vir a recuperar-se*". Regressou à Guine em 1969.

* * *



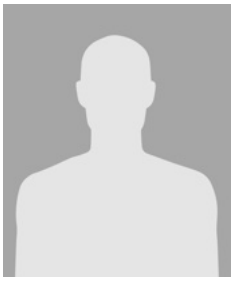
**DOMINGOS MENDES GONÇALVES**



**ELEUTÉRIO JOSÉ DA SILVA**

Nasceu em Bolama, a 20 de fevereiro de 1932. De etnia "Papel", católico, solteiro, com a 4.ª classe, enfermeiro dos Serviços de Saúde. Aderiu ao P.A.I. em 1961. Detido pelos Serviços Militares em Canhamina, a 1 de julho de 1962, deu entrada no Tarrafal a 4 de Setembro do mesmo ano. Classificado com "*comportamento regular*", em 1968 foi descrito como "*não reabilitado e constitui perigo para a sociedade o seu regresso à Guiné*". Só regressou a Bissau em 1969.

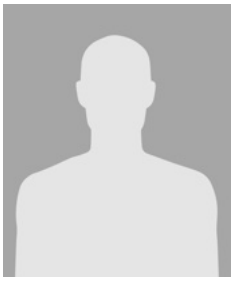
* * *



**ESTEVÃO ADRIANO FERNANDES**

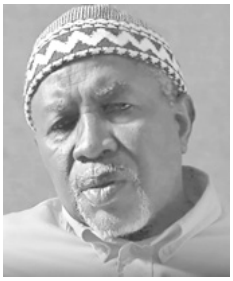
Nasceu em Bissau, a 10 de abril de 1932. De etnia "Papel", seguia a religião protestante. Pai de 2 filhos, com o 2.º grau de instrução, microscopista na Missão de Combate à Tripanossomíase. Aderiu ao P.A.I. em dezembro de 1961, tendo sido preso pela PIDE em Mansoa, em 18 de março seguinte e enviado para o Tarrafal em setembro de 1962. Em 1968, o diretor do Tarrafal refere a sua reabilitação e o seu "*bom comportamento prisiona*l", e acrescenta: "*Tem prestado muito boa colaboração nas obras do Campo de Trabalho, sendo um razoável carpinteiro. É respeitador e disciplinado."* Regressou à Guiné em 1969.

* * *



**EUSTÁQUIO DA SILVA CORREIA**

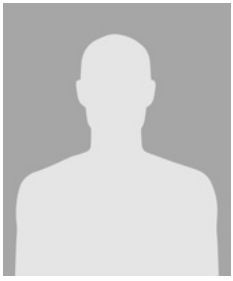
Nasceu em Bolama a 20 de setembro de 1938. De etnia "Papel", católico, solteiro, com o 2.º grau de instrução, era 1.º cabo do Exército (condutor-auto) à data da prisão pelos Serviços Militares, em Bolama, a 18 de julho de 1962. Entrou no Tarrafal a 4 de setembro seguinte. O seu comportamento prisional foi classificado de "*regular*", mas uma informação de 1968 diz que, " *depois de alguns anos de atitudes que denotavam absoluto nervosismo, passou a comportar-se como alienado mental. Em 1967, o clínico assistente do Campo de Trabalho foi de parecer que se tratava de um caso de "simulação". No corrente ano, outro clínico assistente foi de parecer que se trata de um doente mental, com períodos mais ou menos lúcidos, razão por que se decidiu isolá-lo dos companheiros, que passaram a receá-lo*." Regressou à Guiné em 1969.



**FERNANDO CORREIA**

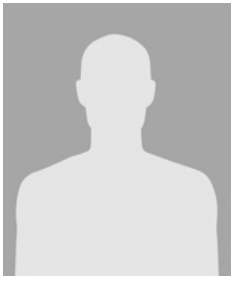
Nasceu em Bissau, a 14 de novembro de 1936. De etnia "Papel", católico, solteiro, com o 2.º grau, era empregado comercial. Estudante no Liceu Honório Barreto, em Bissau, foi mobilizado politicamente por Rafael Barbosa e Justado Lopes. Em 1958, após a independência da Guiné-Conacri, fez ali formação político-militar, voltando à Guiné-Bissau para assumir o comando da Frente de Biambi-Binar (Bula). Preso pela PIDE em 27 de Junho de 1962, passou seis meses na 2.ª Esquadra, em Bissau e foi enviado para o Tarrafal em Setembro. Normalmente com "*bom comportamento*", em 12-10-1968 "*sofreu uma sanção disciplinar por desobediência a um guarda*", mas foi considerado que o seu regresso à Guiné não representaria perigo social.
De volta à Guiné, em 1969, foi colocado na Companhia Ultramarina, onde anteriormente trabalhara, até à independência, ficando sem trabalho quando a empresa acabou: "*Os portugueses disseram que nos iam indemnizar pelo tempo que estivemos presos – sete anos e oito meses – e que isso ia contar em dobro. Mas isso não aconteceu*." Morreu em março de 2010.

* * *



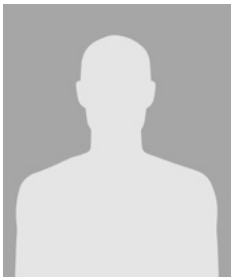
**FINHANE TAMBÁ**

* * *



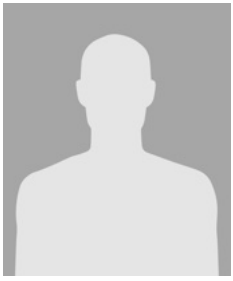
**FONTE NANDJULA**

Nasceu em Injassane, em 1942 (?). De etnia "Balanta", ateu, analfabeto, solteiro, lavrador. Filiado no P.A.I.. Detido pelos Serviços Militares em Códie, a 25 de julho de 1962 e levado para Bafatá, seria transferido para o Tarrafal em setembro. Considerado com "*bom comportamento prisional*", mas "*pouco susceptivel de recuperação*", regressa à Guiné em 1969.



**FRANCISCO GOMES (CHICO DE IARECUNDA)**

* * *



**FRANCISCO GREGÓRIO GOMES DIAS**

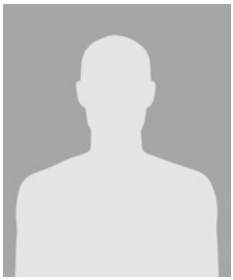
Nasceu em Bafatá, a 27 de agosto de 1937. De etnia "Biafada", católico, com o 2.º grau de instrução, com um filho, empregado público – encarregado do celeiro da Administração em Gabu. Filiado no P.A.I. em dezembro de 1961, manteve correspondência com dirigentes do Movimento. Preso pelos Serviços Militares a 27 de junho de 1962, em Nova Lamego, chegou em 4 de Setembro ao Tarrafal, onde foi descrito pelo diretor do Campo como "*convicto nas suas ideias subversivas*", "*evoluído e irrecuperável*". Em outubro de 1968, viria a ser referenciado pelo director do Campo como tendo "*bom comportamento prisional*", mas não estando "*reabilitado*" e mantendo-se "*o seu grau de perigosidade*", que desaconselhava o regresso à Guiné – onde voltou em 1969.

* * *



**FRANCISCO JERÓNIMO MENDES VIEIRA**

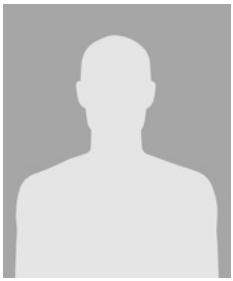
Nasceu em Geba, a 13 de setembro de 1932. De etnia "Biafada", católico, casado "*segundo o uso da terra*", pai de três filhos, com o 2.º grau de instrução, empregado comercial – auxiliar da Operação da firma António Silva Gouveia em Geba. Aderiu ao P.A.I. em 2 de junho de 1962. Preso pelos Serviços Militares em Geba, em 27 de junho de 1962, conta ter sido violentamente torturado, espancado, preso por cordas ao teto com as mãos atadas, o que lhe provocou problemas de mobilidade, obrigando-o ao uso de bengala. Deportado para o Tarrafal em setembro de 1962, embora com "*bom comportamento prisional*", ali permaneceu até 1969.



**IÁIÁ CAMARA**

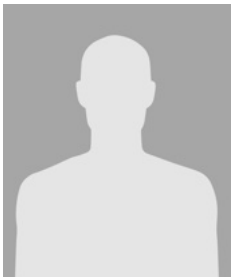
Nasceu em Caur de Cima, área do posto administrativo de Empada, em 1932 (?). De etnia "Biafada", muçulmano, lavrador, analfabeto, casado segundo os usos e costumes, pai de dois filhos. Aderiu ao P.A.I.G.C. em março de 1962. Foi preso pelos Serviços Militares a 4 de junho, dando entrada no Tarrafal três meses depois. Embora referindo-o como "*bem-comportado*", os responsáveis do campo consideram-no "*perigoso e irrecuperável*". Apenas regressaria à Guiné em 1969.

* * *

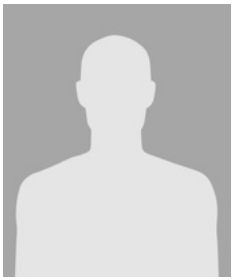


**IÁIÁ DJALÓ**

* * *

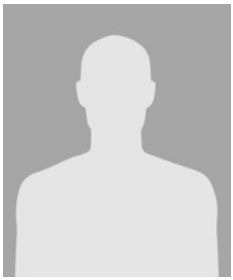


**IÁIÁ NAIUNGA**



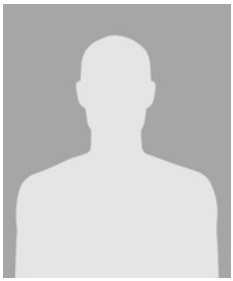
**ILFONE NHANGHADA (INFONE NANGHADA)**

* * *

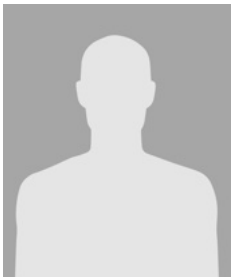


**IMBALI NAIALÁ**

* * *

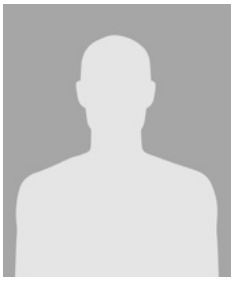


**IMBUNHE NAHEDÉ**



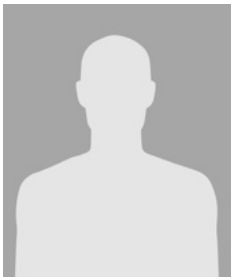
**IMBUNHE NASSUA**

* * *



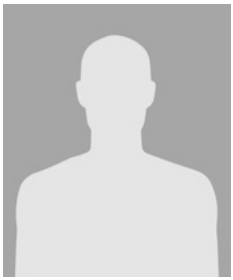
**IMPOQUE NADUM**

* * *



**INÁCIO JOÃO MARTINS (CUDADE)**

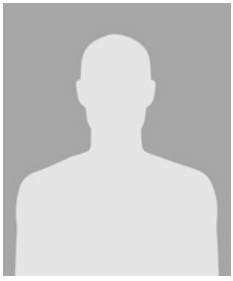
Nasceu em Inchalé, em 1922 (?). De etnia "Biafada", católico, casado "*segundo os usos e costumes*", pai de três filhos, lavrador, analfabeto. Adere ao P.A.I. em maio de 1962 e é preso pelos Serviços Militares a 28 de julho. Levado para Bafatá, integra o grupo de 100 presos guineenses que dão entrada no Tarrafal a 4 de setembro. Considerado com "*bom comportamento prisional*" e "*reabilitado*", regressou à Guiné em 1969.



**INÁCIO SOARES DE CARVALHO (NASSI CAMARÁ)**

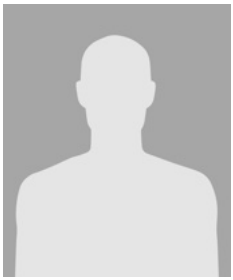
Nasceu a 29-04-1916 na Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde. Criança, foi com os pais para a Guiné, onde viveu a maior parte da sua vida. Em 1939, começou a trabalhar no BNU (Banco Nacional Ultramarino) em Bissau. Em 1956, influenciado pelo seu compadre e colega Abílio Duarte, envolveu-se na luta política, primeiro no MLG – Movimento para a Libertação da Guiné – e depois no PAIGC. Preso pela PIDE nas instalações do BNU a 15-03-1962, foi deportado para o Tarrafal em 2 de Setembro seguinte, permanecendo ali três anos. A 16-10-1965, foi transferido para a colónia penal da ilha das Galinhas, no arquipélago dos Bijagós. Libertado em 1967, foi preso e encarcerado na 2.ª Esquadra de Bissau, em 1972, saindo três meses depois, sem culpa formada. De novo preso no ano seguinte, só veio a conhecer a liberdade após o 25 de Abril de 1974 em Portugal. Nos finais da década de 70, regressou à sua terra natal, Cabo Verde, afastando-se da vida política ativa. Faleceu a 26 de Dezembro de 1994.

* * *



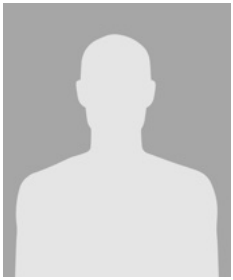
**INDAFÁ NANDJULA**

Nasceu em Porto-Gole, circunscrição de Mansoa, em 1937. Solteiro, lavrador. Analfabeto. Preso pelos Serviços Militares em 25 de julho de 1962, por pouco antes ter aderido ao P.A.I. Levado para Bafatá, é depois enviado para o Tarrafal, onde dá entrada a 4 de setembro. Embora lhe seja sempre atribuído "*bom comportamento prisional*", em 1964 e 1965 é considerado "*perigoso e irrecuperável*" e só em 1968 dito "*reabilitado para meio isento de subversão*". Regressa à Guiné em 1969.



**INTCHAMI NANTAM (TCHAM NANTAM)**

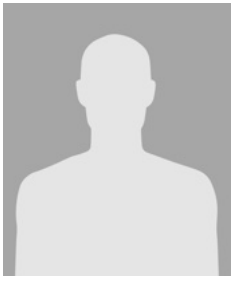
* * *



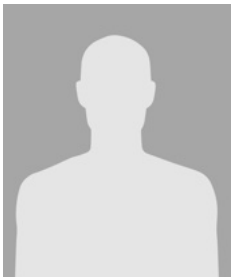
**JACINTO FRANCISCO CABRAL DA CUNHA**

Nasceu em Bolama, a 7 de junho de 1940. De etnia "Papel", católico, solteiro, com o 2.º grau, professor catequista das Missões Católicas. Acusado de ser do P.A.I., foi preso pelos Serviços Militares em Cacheu, a 27 de julho de 1962, e enviado para o Tarrafal em setembro. Em outubro de 1968, o diretor do Campo, Eduardo Vieira Fontes, atesta que tem "*bom comportamento prisional*", mas "*não é dos que tem protestado arrependimento*" e continua a ser considerado "*não reabilitado*". Regressou à Guiné em 1969.

* * *



**JOÃO LOBO DE PINA**



**JOHN ECKERT**

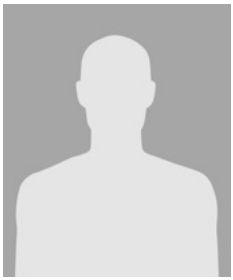
Nasceu em Bissau, a 4 de março de 1932. De etnia "Papel", católico, solteiro, com o 2.º ciclo dos liceus, funcionário da Câmara Municipal. Aderiu ao PAIGC em 29 de janeiro de 1962. Em 22 de fevereiro viajou para Portugal em gozo de licença, sendo preso em casa pela PIDE a 29 de março e transferido em 4 de abril para a Guiné, onde transitou por vários estabelecimentos prisionais: 2.ª Esquadra de Bissau, Cadeia de Mansoa, Ilha das Galinhas. Deu entrada no Tarrafal a 4 de setembro de 1962. Em 64, é descrito como "*evoluído, denotando firme convicção nas suas ideias políticas*", mantendo correspondência "*com elemento desafeto à nossa situação*" e como "*completamente irrecuperável*". Em Outubro de 1968, o diretor do Campo atesta o seu "*bom comportamento prisional*" e afirma que "*tem proclamado arrependimento*" e se acredita que "*em meio isento de subversão (...) não constituirá perigo para a sociedade*". Regressou à Guiné em 1969.

* * *



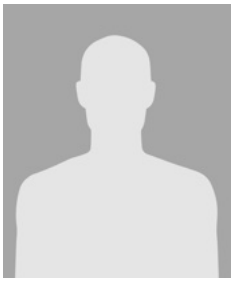
**JORGE DA SILVA**

Nasceu em Bolama, a 14 de Agosto de 1934. De etnia "mancanha", católico, solteiro, com a instrução primária, guarda-fios dos CTT em S. Domingos. Preso a 28 de Julho de 1962, por ter o nome numa lista do P.A.I. apreendida pela PIDE. Preso no Batalhão de Bula até 31 de Agosto, levado para a Ilha das Galinhas, embarcou no dia seguinte para o Tarrafal. No campo, onde trabalhou como pintor, continuava a mobilização: "*Fazíamos reuniões semanais para manter viva a chama da luta, à espera do dia da nossa libertação*." Aproveitavam também para estudar: "*Muitos sequer sabiam ler ou escrever e aproveitaram para aprender. (...) Com miolo de pão fazíamos uma ferva, dava uma espécie de cola; quando íamos às obras aproveitávamos os sacos de papel, colávamos e fazíamos um quadro*." O governo da Guiné não autorizou que fizessem exames. Reconhecendo-lhe "*bom comportamento prisional*", os responsáveis do Campo julgavam-no irrecuperável. No regresso, em 1969, ficou nos CTT, em Bissau. Após o 25 de Abril mudou para Bafatá, até à reforma.



**JOSÉ DE OLIVEIRA SANCA**

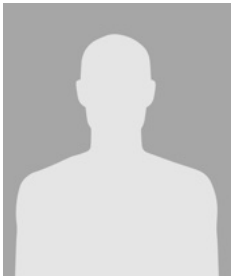
* * *



**JOSÉ DOS SANTOS RIBEIRO**

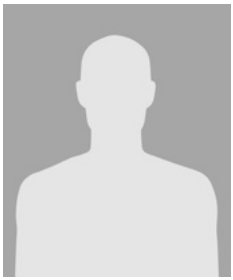
Nasceu em Geba, a 19 de julho de 1923. De etnia "Biafada", católico, com sete filhos, com o 1.º grau de instrução, condutor-auto na firma António Silva Gouveia. Filiou-se no P.A.I. no início de junho de 62 e, a pedido da PIDE, foi preso pelos Serviços Militares em Bafatá a 27 de junho. Ao longo do tempo de prisão no Tarrafal sofreu três sanções disciplinares. Em 1968, o diretor do Campo escreve: "*Não convence o seu apregoado arrependimento. Não se considera reabilitado e não está diminuído o seu grau de perigosidade*". Regressou à Guiné em 1969.

* * *



**JOSÉ LOPES**

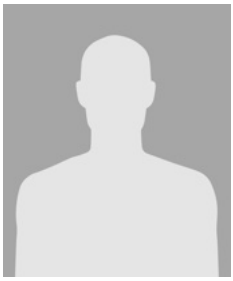
Nasceu em Bissau a 5 de novembro de 1926. De etnia "Papel", católico, pai de três filhos, com a 3.ª classe, solteiro e taberneiro. Aderiu ao PAIGC em 2 de junho de 1962 e foi preso pelos Serviços Militares a 30 de junho seguinte. Chegou ao Tarrafal a 4 de setembro, no grupo dos cem presos enviados da Guiné Tem "*bom comportamento prisional*" e é considerado "*reabilitado*". Regressou à Guiné em 1969.



**JOSÉ LOPES CORREIA**

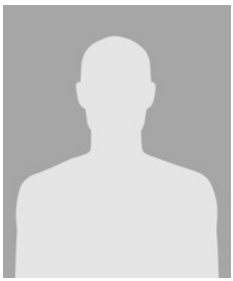
Nasceu em Nhacra, a 21 de fevereiro de 1937. De etnia "Balanta", católico, solteiro, com o 2.º grau de instrução, professor catequista da Missão Católica de S. José de Bolama, na escola de Banta-El-Sela, área do posto administrativo de Bula, circunscrição de Fulacunda. Aderiu ao PAIGCV em dezembro de 1960. Preso pelos Serviços Militares a 7 de julho de 1962, deu entrada no Tarrafal a 4 de setembro do mesmo ano. Embora tendo "*bom comportamento prisional*", não é considerado "*reabilitado*" e o seu regresso à Guiné é visto como representando "*perigo para a sociedade*". Regressou à Guiné em 1969.

* * *



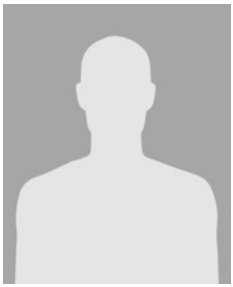
**JOSÉ PEREIRA DA SILVA**

* * *



**LASSANA JAQUITÉ**
**(ARMANDO LASSANA JAQUITÉ)**

Nasceu a 11 de agosto de 1932 em Nova Lamego. De etnia "Mandinga Mori", muçulmano, com a 3.ª classe, casado "*segundo os usos e costumes*", pai de três filhos, alfaiate em Gabu, foi preso pelos Serviços Militares de Nova Lamego, em 24 de junho de 1962, acusado de ligação ao P.A.I. Deu entrada no Tarrafal a 4 de setembro do mesmo ano. Em 1968, o diretor refere ter "*bom comportamento prisional*", ser "*bom alfaiate*" e ter "*prestado muito serviço, remunerado, dentro da sua profissão*". Considera-o "*reabilitado*". Regressou à Guiné em 1969.



**LUÍS ANTÓNIO DA SILVA (ACHE)**

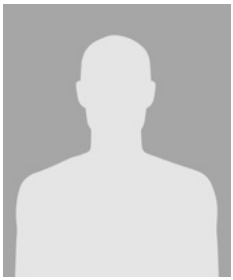
Nasceu em Bolama, a 14 de janeiro de 1938. De etnia "Papel", católico, solteiro, 1.º grau de instrução, agricultor. Segundo a versão da administração do Campo, foi "*detido em Bolama pelos Serviços Militares a 30 de junho de 1962, acusado de estar implicado na morte de um motorista europeu, em cuja camioneta seguia com outros nativos, entre os quais os também detidos Ahna Jam e Marcos Gomes, morte essa perpetrada por 3 terroristas que, na altura em que a camioneta se encontrava parada por falta de gasolina ali apareceram*." A versão do próprio tem divergências: a 2 de julho de 1962, viajara para Empada no carro de Januário Simões Marcelino, o qual foi "*assaltado por bandos armados*"."*Por ser testemunha ocular do sucedido, fora preso pelas autoridades militares por suspeita e para averiguações*". Levado para Tite, onde prestara declarações, seguiu depois para a Ilha das Galinhas e daí para o Tarrafal, em setembro. É-lhe atribuído "*bom comportamento prisional*", e em 1968 é considerado "*reabilitado*". Regressou à Guiné em 1969.

* * *



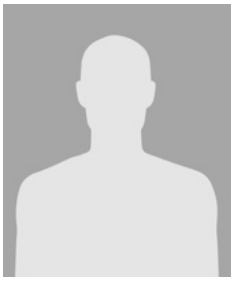
**MACÁRIO FREIRE MONTEIRO**

Nasceu em Cacheu, a 12 de dezembro de 1944. Oficial de diligência na Administração de Fulacunda, aderiu muito jovem ao PAIGC. Preso em Fulacunda, a 30 de junho de 1962, passou por Tite, pela PIDE de Bissau e pela Ilha das Galinhas. A 2 de setembro embarcou para o Tarrafal: "*No 'África Ocidental', fomos postos no porão, davam-nos água, um balde, éramos muitos e não havia comida."* No Tarrafal: "*Estivemos dois anos sem comer arroz. (...) Não podíamos escrever*. (…) *Depois de dois anos começámos a estudar, os que tinham mais habilitações davam aulas àqueles que tinham menos*.(…) Preparou-se assim para o exame do 5.º ano, que fez ao regressar à Guiné, em 1969. Nessa altura ficou em Bissau, trabalhando â experiência com um familiar delegado do Procurador da República. Mais tarde concorreu para aspirante do Registo Civil e foi colocado em Farim, até à independência. Continuou sempre ligado ao PAIGC. Em 1984 exerceu funções no Supremo Tribunal de Justiça, onde se reformou.



**MALAM DARAME**

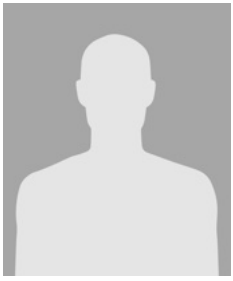
* * *



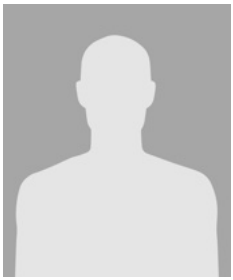
**MALAM SAMBÚ**

Nasceu em Indjassane, em 1936. De etnia "Biafada", muçulmano, "*casado segundo os usos e costumes*", pai de duas filhas, analfabeto, lavrador. Aderiu ao P.A.I. Preso pela PIDE em 3 de fevereiro de 1962, passou 5 meses na cadeia daquela polícia em Bissau, outro mês na prisão de Mansoa, e em setembro foi enviado para o Tarrafal. É-lhe atribuído "*bom comportamento prisional*" e é considerado "*reabilitado*". Regressou à Guiné em 1969.

* * *

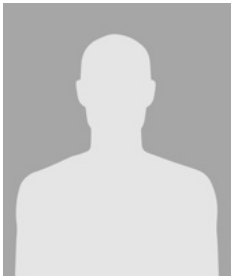


**MAMADU CALI (MAMADU CASSAMÁ)**



**MAMADU CAMARÁ**

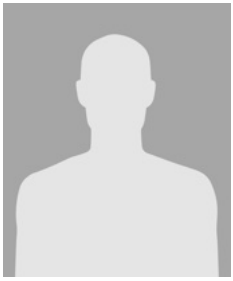
* * *



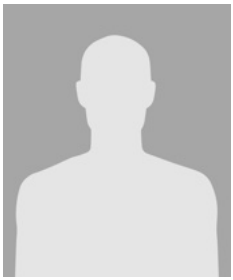
**MAMADU DJALÓ**

Nasceu em Bafatá, em 1923 (?). De etnia "Fula", maometano, analfabeto, casado "*segundo o uso e costume*", pai de uma filha, cozinheiro. Membro do PAIGC, foi preso por um destacamento militar em Barro, a 7 de fevereiro de 1962. Deu entrada no Tarrafal a 4 de setembro desse ano. Embora em 1964 e 65 responsáveis do Campo o descrevessem como "*elemento perigoso e plenamente irrecuperável*", em 1968, o diretor Vieira Fontes refere que o preso tem "*bom comportamento prisional*" e está "*diminuído o seu grau de perigosidade*." Voltou para a Guiné em 1969.

* * *



**MANDU BIAI**



**MANUEL AMADU DJALÓ (CORCA DJALÓ)**

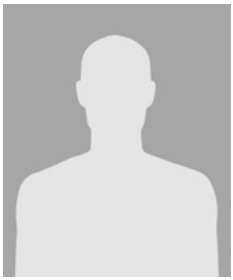
Nasceu em 1927 em Farim. Primeiro-cabo da Polícia de Segurança Pública, detido no seu posto a 14 de março de 1962, foi submetido a interrogatório e tortura na própria Esquadra. Encarcerado depois na cadeia da PIDE em Bissau, sofreu várias sessões de tortura. A 3 de agosto mudou para o quartel de Mansoa, com espancamentos diários. A 1 de setembro, com 13 companheiros, foi levado para João Landim. Juntaram-se-lhes 86 presos da cadeia da PIDE em Bissau. Levados para Ilha das Galinhas, embarcaram no dia seguinte no "África Ocidental", com destino ao Campo de Concentração do Tarrafal. Divididos por 2 celas, foram mantidos fechados, até à morte em novembro de dois presos, Cutubo Cassamá e Biaba Nabué. A 16 de outubro de 1965, voltou a Bissau e à cadeia da PIDE. A 20 de novembro foi enviado para a Ilha das Galinhas. Libertado a 4 de abril de 1967, permaneceu seis meses sob residência fixa em Bissau. Depôs perante o Comité de Descolonização da ONU em Conacri, em abril de 1972.

* * *



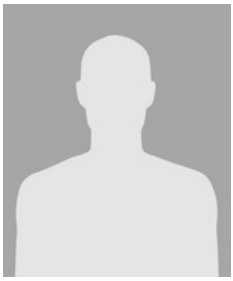
**MANUEL DAS NEVES TRINDADE**

Nasceu a 18 de abril de 1937, em Susana (São Domingos). Alfaiate, foi preso em julho de 1962, com um colega, quando se encontravam numa festa de batismo e levados para o quartel, onde o interrogaram sobre os seus contactos com os "terroristas", que negou. Chicoteado até cair, depois amarrado de mãos e pés, ficou numa cela três dias sem comer, "*davam-nos apenas água para beber.*" Foram depois levados para a cadeia de São Domingos e depois de uma semana para Bula, onde passaram mais um mês na cadeia. Em setembro foram levados para João Landim e depois de barco para o Presídio da Ilha das Galinhas, onde só estiveram um dia, partindo depois no navio "África Ocidental" para Cabo Verde, para o campo de concentração do Tarrafal, onde ficou até 1964, tendo sofrido uma tortura de três dias de uma gota de água a pingar-lhe na cabeça sem parar. Reenviado para a Guiné, foi declarado "*livre, mas com vigilância*", devendo apresentar o documento com essa indicação quando se deslocava.



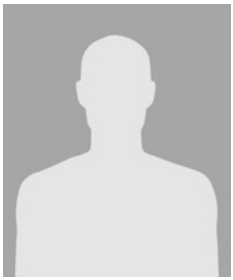
**MANUEL VAZ HORTA SANTY**

* * *



**MARCOS GOMES (MARCO GOMES)**

Nasceu em Biombo, em 1922. De etnia "*Papel*", católico, solteiro, analfabeto, guarda-fios de 3.ª classe dos CTT. Preso em Empada pelos Serviços Militares a 28 de junho de 1962 por "*suspeitas de ter tomado parte na morte de um motorista europeu, em cuja camioneta seguia com os também detidos Ahna Jam e Luís António Silva*". Depois de um mês preso em Tite, foi enviado para a Ilha das Galinhas, e integrou o grupo de 100 presos enviado para o Tarrafal em setembro seguinte. Em 1968, o diretor Vieira Fontes atesta ter "*bom comportamento prisional*" e ser "*considerado reabilitado*". Voltou para a Guiné em 1969.



**MÁRIO MAMADU TURÉ (MOMO TURÉ)**

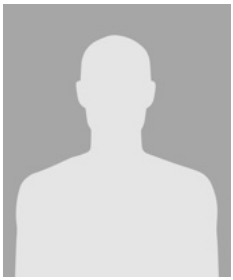
Nasceu em Bissau, a 11 de maio de 1939. De etnia "Sõsso", muçulmano, com o 1.º grau de instrução, solteiro, empregado comercial. Aderiu ao P.A.I. em setembro de 1961. Foi preso pela PIDE em 15/3/62, dando entrada no Tarrafal a 4 de setembro desse ano. Em outubro de 1968, o diretor Vieira Fontes diz de Turé que tem "*bom comportamento prisional*", mas "*não está reabilitado e constitui perigo para a sociedade o seu regresso à Guiné, especialmente na atual conjuntura*". Deixa o Tarrafal a 30 de julho de 1969, a bordo do navio UIGE, integrando o grupo de 52 presos guineenses que haviam ficado ainda no Campo de Chão Bom. Quatro dias depois, já na Guiné, é restituído à liberdade. Acusado de ser um dos organizadores do assassinato de Cabral, a 20 de janeiro de 1973, viria a ser condenado à morte e executado no interior da Guiné-Bissau. Significativamente, dois dias antes de ser assassinado, Cabral escreveu para um camarada: "*Momo, Bassiro e Aristides Barbosa agiram como oportunistas e ambiciosos que não tem qualquer respeito pela obra que o Partido já fez mas querem aproveitar-se dela para se servirem."*

* * *



**MÁRIO SOARES**

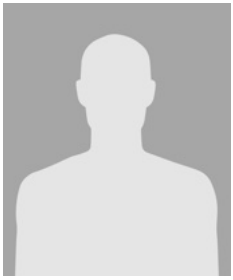
Nasceu em Bula em 1943. Professor da missão católica, aderiu ao PAIGC em março de 1961. A 28 de junho de 1962 foi preso por militares do Batalhão de Caçadores 237. Depois de um mês preso em Tite, seguiu para a Ilha das Galinhas, por mais um mês. Em setembro integrou um grupo de cem presos transferidos para Cabo Verde, no navio África Ocidental. Entrou no Tarrafal a 4 de setembro de 1962. Ali trabalhou como servente na reparação das casernas e residências dos guardas e fez parte de um grupo musical: "*Comussa – Conjunto Musical do Sentimento Africano*". Apesar do seu "*bom comportamento*", consideravam-no "*perigoso e irrecuperável*". Sairia em julho de 1969, entre os últimos guineenses no campo. Chegados à Guiné, "*fomos metidos na sede da PIDE e noutro dia levados para o Palácio, onde estava o Spínola. Ele discursou e o nosso mais velho, Rafael Barbosa, também"*(…) *Depois viemos a saber que alguns dos nossos companheiros foram para o mato e tomaram parte na morte do nosso líder*."



**MUSSÁ CAMARÁ**

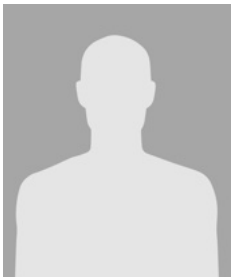
Nasceu em Farim. Etnia "Mandinga", muçulmano, analfabeto, casado "*segundo os usos e costumes*", pai de dois filhos, lavrador. Filiou-se no P.A.I. em 21 de fevereiro de 1961 Preso em Mores em abril de 1962, a pedido da PIDE, pelos Serviços Militares de Mansoa. Acusado de implicação em atos subversivos, foi levado para Maussabá, depois para Mansoa, Bula, Bissau. Em agosto foi de novo enviado para Mansoa e, após uma curta passagem pela Ilha das Galinhas, enviado para o Tarrafal, onde deu entrada a 4 de setembro do mesmo ano. Os responsáveis do campo atestaram sempre ter "*bom comportamento prisional*", mas em 64 e 65 consideravam-no "*perigoso e irrecuperável".* Só em 1968 é dito "*reabilitado para meio isento de subversão*". Regressou à Guiné em 1969.

* * *



**NICOLAU SIMÃO CABRAL DE BRITO (SIMÃO NERÚ)**

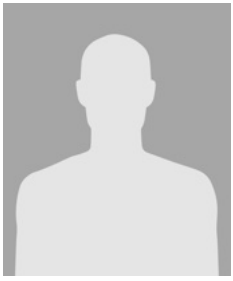
Nasceu em Calacunda, a 7 de março de 1936. De etnia "Papel", ateu, com a 3.ª classe, pedreiro, solteiro, pai de dois filhos. Detido pelos Serviços Militares, a pedido da PIDE, em 28 de junho de 1962, em Tite. Entrou no Tarrafal em 4 de setembro desse ano. Em novembro de 1961, filiou-se no P.A.I., no qual, segundo declarou numa exposição escrita e assinada no Tarrafal, com data de 10 de dezembro de 1968, "*exercia a função de subsecretário de controlo do primo, Rafael Gomes Barbosa, então secretário*". Em todas as informações dadas pelos responsáveis do campo, em 1964, 65 e 66, é referido ter "*bom comportamento prisional*", mas julgarem-no "*irrecuperável*". Mas em outubro de 1968, o diretor do Campo, Eduardo Vieira Fontes, classifica-o como "*bom pedreiro, respeitador e diligente*", tendo "*prestado boa colaboração nas obras do campo*" e considera-o "*reabilitado*". Regressou à Guiné em 1969.



**PAN NAMAM (OU PAN NA MAN)**

Nasceu em Sambassilate, em 1927 (?). De etnia "Balanta", ateu, analfabeto, casado "*segundo os usos e costumes*", lavrador. Filiado no P.A.I. em junho de 1962, foi preso pelos Serviços Militares em Can-Códie em 25 de agosto seguinte e entra no Tarrafal a 4 de setembro. Apesar do seu "*bom comportamento prisional*", é considerado "*elemento perigoso e absolutamente irrecuperável*" em 1964 e 65. Em 1966, o então diretor, José da Silva Vigário, escreve: "*Admito que tenha alterado as suas convicções de modo a poder ser recuperado fora do seu meio*".

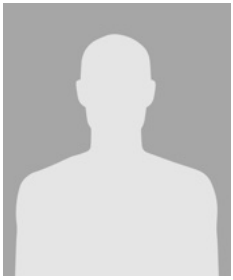
* * *



**PANA NAIÚDE (PANA NAIUL)**

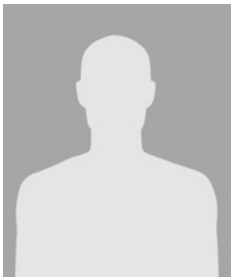
Nasceu em Mansoa, em 1920. De etnia "Balanta", ateu, analfabeto, casado "*segundo os usos e costumes*", lavrador. Suspeito de adesão ao P.A.I, foi preso pela tropa do posto de Bambadinca, em julho de 1962, e levado para Bafatá. Um mês depois foi enviado para o Tarrafal. Em 1968 é dito ter "*bom comportamento prisional*" e "*julga-se reabilitado*". Voltou à Guiné em 1969.

* * *



**PAULO BRITO GUIMARÃES**

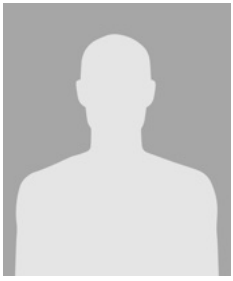
Nasceu em Bubaque, a 5 de outubro de 1929. Católico, sabe ler e escrever, solteiro e ajudante de motorista. Preso a 29 de julho de 1962 pela tropa destacada em Susana, por ligação ao P.A.I., em que se teria filiado dois dias antes. Levado primeiro para o quartel de Bula, segue para o Tarrafal em setembro. Em 1964 e 65 é descrito como "*completamente irrecuperável*". Em 1968, o diretor Eduardo Vieira Fontes descreve-o com tendo "*bom comportamento prisional"*, "*muito submisso, tem trabalhado com assiduidade nas obras do Campo, onde faz de tudo um pouco, sendo um bom canalizador*." Considera-o "*reabilitado*". Sai em 1969.



**PAULO LOPES**

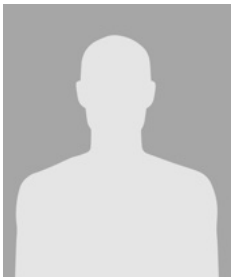
Nasceu em Bula, a 28 de abril de 1922. De etnia "Mancanha", católico, com a 1.ª classe, casado "*segundo os usos e costumes*", agricultor. Filiado no P.A.I. em 15 de maio de 1962, foi preso pelos Serviços Militares em Bula, em 26 de julho. Levado para o Comando Militar de Bula, depois para a Ilha das Galinhas, ingressou no Tarrafal em 4 de setembro de 1962. Descrito sempre como tendo "*bom comportamento prisional*". Em 64 e 65 é dado como "*plenamente irrecuperável*". Em finais de 66, o diretor, José da Silva Vigário, diz que Paulo Lopes se afirma "*arrependido*". Em outubro de 1968, o então diretor, Vieira Fontes, dá-o como "*reabilitado*". Regressou à Guiné em julho de 1969.

* * *



**PRETO MANCANHA**

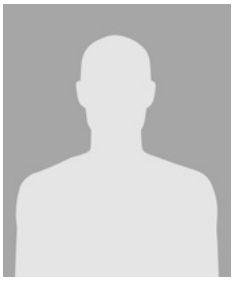
Nasceu em Có, em 1935 (?). De etnia "Mancanha", ateu, analfabeto, solteiro, lavrador. Filiou-se no P.A.I. em 20 de março de 1962, é preso pouco depois, a 25 de julho, pelos Serviços Militares, em Bula. Levado primeiro para João Landim, é enviado em setembro para o Tarrafal. Descrevem-no sempre como tendo "*bom comportamento prisional*", mas em 1964 e 65, Hélder Santos e José da Silva Vigário declaram-no "*elemento perigoso e irrecuperável*". Em finais de 66, o mesmo José da Silva Vigário admite que tenha "*modificado as suas opiniões*" e "*seja suscetível de recuperação*". Em 1968, Eduardo Vieira Fontes declara-o "*considerado reabilitado para meio isento de subversão*". Regressou à Guiné em 1969.



**QUECÓI FATI**

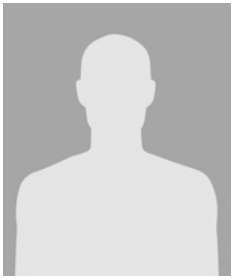
Nasceu em Piche, em 1920 (?). De etnia "Mandinga", é muçulmano, casado "*segundo uso e costume muçulmano*", tem a 1.ª classe, e é motorista particular. Aderiu ao P.A.I. em janeiro de 1962. Preso pela PIDE em Bafatá, a 17 de junho seguinte. Ingressou no Tarrafal a 4 de setembro de 1962. Mantém sempre "*bom comportamento prisional*", mas em 64 e 65 os responsáveis do campo, Hélder Santos e José da Silva Vigário consideram-no "*um tanto insuscetível de recuperação*" e em 66 o segundo considere que "*é duvidosa a sua reabilitação*". Só em 1968, segundo Vieira Fontes, é "*considerado reabilitado para meio isento de subversão*". Regressou à Guiné em 1969.

* * *

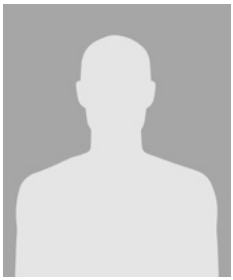


**RUI ANASTÁCIO FLORINDO MEDINA**

* * *



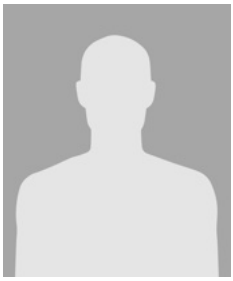
**SABINO CABRAL**



**SANA TURÉ**

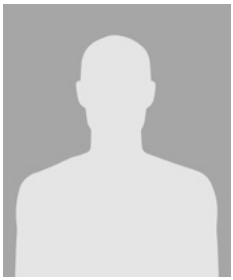
Nasceu em Sonaco, em 1920. De etnia "Mandinga", muçulmano, analfabeto, casado na igreja muçulmana, empregado comercial. Aderiu ao P.A.I. em janeiro de 1962, e foi preso em Sonaco pelos Serviços Militares a 10 de julho seguinte, ficando alguns dias em Nova Lamego, e sendo depois transferido para Bafatá e enviado para o Tarrafal, onde deu entrada a 4 de setembro desse ano. É-lhe atribuído "*bom comportamento prisional*", mas é visto como "*elemento perigoso e absolutamente irrecuperável*" em 1964 e 65. Em 1966, José da Silva Vigário escreve que Sana Turé se diz "*arrependido*". Em 1968, Vieira Fontes considera-o "*reabilitado*.". Regressou à Guiné em julho de 1969.

* * *

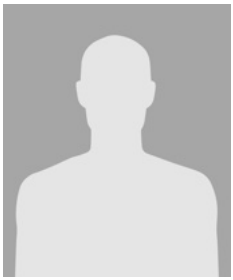


**SANCUM SISSÉ**

* * *



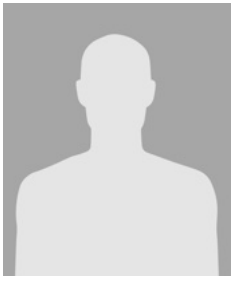
**SILVA DELGADO BARAI**



**SUNA (TUNA) NAISNA**

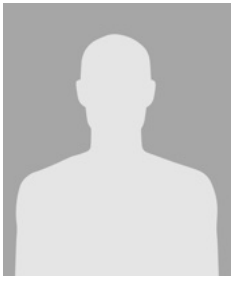
Nasceu em Mansoa, em 1924 (?). De etnia "Balanta", ateu, analfabeto, casado "*segundo os usos e costumes*", lavrador. Aderiu ao P.A.I. em junho de 1962 e foi preso a 5 de julho seguinte em Catió pelos Serviços Militares. Transferido primeiro para Tite e depois para a Ilha das Galinhas, deu entrada no Tarrafal a 4 de setembro desse ano. Apesar de lhe ser sempre atribuído "*bom comportamento prisional*", até final de 1966 é rotulado de "*perigoso e irrecuperável*". Em dezembro de 1966, José da Silva Vigário admite a sua recuperação "*fora do seu meio*". Em 1968, Vieira Fontes considera-o *"reabilitado para meio isento de subversão*". Regressou à Guiné em julho de 1969.

* * *

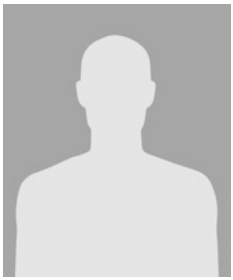


**UMARU DJAU**

* * *



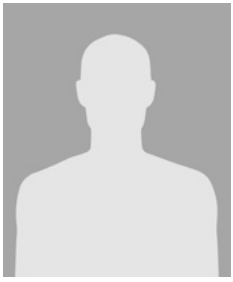
**UNSÉ NAIÓGNA**



**USSUMANE SEIDI (ANSU SEIDI)**

Nasceu em Xitole, em 1920. De etnia "Fula", muçulmano, casado "*segundo os usos e costumes*", sabe assinar o nome e é alfaiate. Tendo aderido ao P.A.I. em janeiro de 1962, foi preso em Xitole pelos Serviços Militares a 26 de julho e ao fim de pouco mais de um mês enviado para o Tarrafal, onde deu entrada a 4 de setembro. Em 64 e 65, Hélder Santos e José da Silva Vigário consideram-no "*perigoso e irrecuperável*". Em finais de 66, no entanto, Vigário admite que "*fora do seu meio (...) seja recuperável*". Em 1968, Vieira Fontes atesta o seu "*bom comportamento prisional*", mas escreve: "*Não convence o seu apregoado arrependimento, mas não deve constituir perigo para a sociedade o seu regresso à Guiné, desde que mantido fora das zonas afetadas*". Regressou à Guiné em julho de 1969.

* * *



**VASCO LUÍS LOPES DA COSTA**

# CABO VERDE

# Presos Cabo-Verdianos no Tarrafal 1970/1974

Luís Fonseca*

Fiz parte do primeiro grupo de presos políticos cabo-verdianos, detidos em Cabo Verde, que foram colocados no Campo do Tarrafal, onde, segundo consta numa certidão "fomos entregues" a 26 de Março de 1970, meses depois de o Supremo Tribunal Militar de Lisboa ter agravado as penas a que o Tribunal Militar da Praia nos havia condenado por aquilo que foi classificado por "crimes contra a segurança exterior e interior do Estado" e associação a uma "organização terrorista clandestina" que tinha como objetivo "separar as nossas províncias ultramarinas da Guiné e Cabo Verde da 'Mãe-Pátria' por meios violentos e auxílio estrangeiro".

Não fomos, porém, os primeiros cabo-verdianos a serem enviados para o Tarrafal como presos políticos: antes de nós, vários nacionalistas cabo-verdianos que residiam na Guiné lá tinham estado encarcerados juntamente com seus camaradas guineenses, todos acusados de pertencerem ao PAIGC. Algum tempo antes da nossa chegada haviam sido transferidos de volta para as prisões guineenses.

Quando chegámos ao Tarrafal o campo estava dividido em duas secções, uma destinada aos presos políticos acusados de pertencerem a duas organizações nacionalistas angolanas, o MPLA e a UNITA, e a outra, ocupada por presos cabo-verdianos de delito comum, para cumprimento de penas superiores a dois anos. O nosso grupo, composto por quatro camaradas – Lineu Miranda, Carlos Tavares, Jaime Schofield e eu, ficou

* Ex-Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

alojado no campo dos presos políticos, num conjunto de pequenas celas ao lado da cela disciplinar.

A nossa chegada ao campo foi marcada por uma demonstração gratuita de violência e jactância por parte do diretor do estabelecimento prisional, um cabo-verdiano fiel servidor do governo colonial de Angola. Após uma encenação inicial em que, trajando uma farda de caqui, ladeado pelo chefe dos guardas e mais dois polícias, o diretor nos recebeu à entrada do campo com uma longa preleção chamando atenção para o rigor e disciplina que imperavam no campo, fomos mandados recolher à caserna de quatro celas onde ficaríamos alojados. Imediatamente após o almoço fez sair da cela disciplinar contígua à nossa caserna um preso angolano, que viemos depois a saber que se tratava do poeta António Cardoso, e ouvimos o diretor a provocar o preso. Perante a reação deste mandou aplicar-lhe uma série de bastonadas, após o que o empurraram brutalmente para a cela.

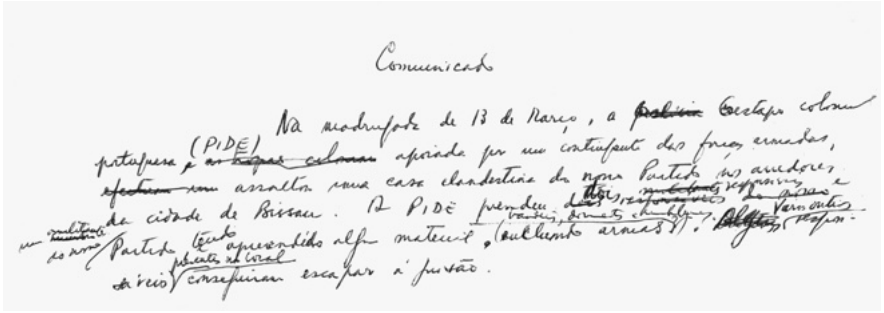
A mensagem era-nos destinada e bastante clara: o militante angolano foi espancado para que soubéssemos o que nos aconteceria se desafiássemos a prepotência do carcereiro-chefe.

António Cardoso não era, porém, homem para se intimidar. Uma vez apagadas as luzes iniciámos os contactos com batidas na parede. Soubemos que ele se encontrava havia meses no isolamento, sem direito a recreio, sem iluminação, interditado de receber visitas ou correspondência da família, tendo-lhe sido igualmente proibido ter acesso a qualquer espécie de leitura. Através das batidas na parede que duravam horas pela madrugada fora, fomos conhecendo os protagonistas da vida do campo: o número de presos aí detidos, onde estavam os membros do MPLA e da UNITA, as características de cada guarda, os métodos do director e as manobras utilizadas para tentar enfraquecer o espírito de luta dos presos. Do nosso lado demos-lhe as informações mais recentes, que trazíamos, do andamento das lutas anti-colonial e anti-imperialista.

Depois de algum tempo em isolamento total, transferiram-no para uma cela que tinha grades para o pátio. Como as celas eram contíguas, com o andar do tempo encontrámos uma forma de, altas horas da noite, trocar mensagens escritas com recurso a um cordel na ponta do qual atávamos a mensagem. Do outro lado, um cabo de vassoura estendido fora das grades recebia o cordel, permitindo de seguida recolher a mensagem.

Foi assim que António Cardoso nos confiou alguns dos seus poemas, escritos em folhas de papel higiénico, com um lápis que lhe enviámos através do cordel.

Durante meses foi o único contacto que conseguimos ter com os presos angolanos que apenas víamos à distância. Diariamente era-nos concedida uma hora de recreio, mas com os restantes presos encerrados nas suas casernas e os guardas em constante vigilância.



Excertos de notas da PIDE/DGS sobre o internamento no Tarrafal de dois grupos de presos Cabo-Verdianos. (Fundação Amílcar Cabral)

Certo dia, porém, um dos vigilantes apercebeu-se de que um dos presos angolanos atirara algo para dentro da nossa cela e, dentro de pouco tempo, os guardas invadiam a caserna, vasculhando por todos os cantos, incluindo a sanita. Felizmente, tendo-nos apercebido momentos antes da sua intenção, rapidamente conseguimos destruir ou esconder tudo o que poderia ser comprometedor, e partiram de mãos vazias.

O incidente deve ter alertado o diretor do campo para o facto de que seria impossível isolar-nos completamente dos camaradas angolanos, assim decidiu transferir-nos para a secção dos presos cabo-verdianos de delito comum. O facto foi considerado uma grave indisciplina e fomos colocados em isolamento durante um mês, com redução da comida de má qualidade que nos era distribuída.

A partir dessa data deixámos de poder contactar com os colegas angolanos, que só muito raramente passámos a ver ao longe, quando acontecia serem levados para fora do campo, nos momentos em que coincidia estarmos fora da caserna.

Tendo sido colocados na ala do campo que acolhia os presos condenados por crimes de delito comum, ficámos sujeitos ao regime que lhes era aplicado, agravado pelas medidas adicionais de segurança que a nossa condição de "inimigos do regime" implicava. Os presos de delito comum estavam sob vigilância muito menos apertada. Por exemplo, a vários deles era permitido sair do campo, acompanhados dos guardas, para trabalhar no colonato ou em obras, o que era absolutamente interdito aos presos políticos. As visitas dos familiares e amigos eram mais frequentes e com menos restrições.

Os contactos entre as duas categorias de presos eram proibidos, sob pena de punição que ia do confinamento na caserna, sem direito à hora de sol regulamentar, ao isolamento numa cela disciplinar de reduzida dimensão onde o preso tinha de dormir sobre o cimento, por vezes em regime de pão e água.

Essa secção do campo era dirigida por um graduado da polícia cabo-verdiano, com uma dezena de agentes, também cabo-verdianos, sob o seu comando e vários auxiliares que se ocupavam das tarefas administrativas e de manutenção. Os polícias estavam permanentemente dentro do campo e revezavam-se de oito em oito horas. Alguns dos reclusos de delito comum que mereciam a confiança das autoridades do campo exerciam algumas atividades de limpeza, na cozinha ou em trabalhos de manutenção.

A vigilância e segurança exterior do campo eram garantidas por um contingente militar português, pelo destacamento da GNR e pelos vigias postados nas torres do campo. O diretor era a autoridade máxima do Campo estando a sua atenção concentrada nos presos políticos.

A Pide obviamente exigia às autoridades prisionais o máximo de rigor na prevenção de contactos dos presos com o exterior. Para acompanhar o que se passava no Campo, existia uma dependência da Pide na Vila do Tarrafal que estava, ainda que informalmente, em permanente ligação com o diretor do Campo. Tudo o que entrava na caserna ou dela saía era submetido a apertada vigilância e inspeção detalhada.

## Aspectos relacionados com a vida no Campo

### Alimentação

A despeito de se encontrar situado ao lado de uma exploração agro-pecuária chamada de Colonato de Chão Bom, onde além de serem cultivados produtos agrícolas, havia criação de animais e produção de leite e manteiga, a alimentação do Campo era deficiente e descuidada e quem tivesse de depender exclusivamente das refeições servidas na cantina por algum tempo acabaria por sofrer de sérias deficiências. Aliás era frequente os presos manifestarem sintomas resultantes da deficiente alimentação, como gastrites, diarreias, aftas e dores de dentes. A comida era muito pouco variada, baseada fundamentalmente em milho, feijão e arroz, com muitos poucos legumes, peixe – quase sempre cavala, pequenas quantidades de carne, geralmente de má qualidade e, raramente, alguma fruta. Eram diariamente servidas no refeitório, três refeições, pequeno-almoço, almoço e jantar. O pequeno-almoço consistia meramente numa caneca de café e uma carcaça. Certa vez, por termos recusado comer o pão de refugo, semicarbonizado que nos foi servido ao pequeno-almoço, fomos punidos com uma semana de isolamento. Segundo o diretor para justificar o castigo, o pão semicarbonizado que recusámos estava apenas tostado, e era o que muita gente até preferia ao pão normal...

O que valia aos presos era de um lado, os camponeses terem familiares que lhes enviavam alimentos para a cadeia, permitindo compensar pelo menos em parte as deficiências decorrentes da dieta a que estávamos submetidos e, no nosso caso, recebermos da família e amigos algum dinheiro com que mandávamos adquirir alimentos produzidos no colonato: fruta, ovos, leite, manteiga.

### Cuidados Médicos

Estávamos submetidos ao mesmo regime que os presos de delito comum. Semanalmente um médico deslocava-se ao campo para dar consulta aos presos que se queixassem. Para serem atendidos tinham de preencher uma "pretensão" dirigida ao diretor que, mediante parecer do chefe dos guardas, decidia se o preso podia ou não ser atendido. Havia um enfermeiro que se ocupava dos curativos e de atender doentes com

afeções que necessitasse de algum seguimento. Felizmente, sendo jovens a maior parte dos presos, não se verificaram casos graves de doenças entre os reclusos políticos cabo-verdianos. Os cuidados eram básicos e o tratamento limitava-se a uma gama muito reduzida de comprimidos e injeções, mas tratando-se por exemplo de dores de dentes, ou o paciente suportava a dor ou o dente era arrancado, não por um dentista, mas pelo enfermeiro, com as consequências que se pode imaginar. Era extremamente raro que um preso fosse levado do Campo para ser observado no Hospital da Praia, devendo em regra regressar no mesmo dia. Nos casos envolvendo presos políticos, eles eram acompanhados de um agente da Pide e retidos nas instalações dessa polícia na Praia, se tivessem de esperar para serem atendidos. Havia a preocupação de evitar que o preso político fosse visto pela população. A deslocação de um preso político para ser atendido no hospital da Praia envolvia um complicado processo burocrático que envolvia informações, pareceres, a opinião do diretor, a autorização da Pide e, por vezes até do governador.

## Censura

A censura era severa, parecia ser a grande paixão do diretor que se gabava de saber decifrar o conteúdo ideológico subversivo nos livros que recebíamos e se arrogava o direito de ler toda a correspondência destinada aos presos políticos ou por eles remetida, permitindo-se, quando entendesse, cortar à tesoura parte do conteúdo das cartas. No que se refere ao material impresso, de início recebíamos alguns jornais e livros enviados pelos familiares – por exemplo o Lineu recebia um diário publicado em Portugal enviado pela irmã, o que nos permitia acompanhar ainda que parcialmente o que se passava no mundo. Porém tudo quanto dissesse respeito à luta de libertação nacional era suprimido. Chegámos a receber jornais com folhas cortadas a tesoura. A partir de certa altura, porém, com o aparecimento de vozes discordantes da política colonial na Assembleia Nacional portuguesa, o diretor decidiu proibir a entrada de todos os jornais e revistas. Os livros eram igualmente submetidos a censura rigorosa, embora as limitações do diretor por vezes lhe pregassem partidas, como foi o caso de ele me ter confiscado um livro de um biólogo francês que ele declarou subversivo, enquanto deixou passar "Estudos sobre Teatro" de Bertolt Brecht, com textos que utilizámos como manual político na cela. Do nosso lado, para além de

procurarmos explorar as limitações e presunções intelectuais do diretor, conseguíamos furar a censura utilizando sumo de limão e vinagre como tinta simpática, expediente que deixámos de utilizar na correspondência submetida à censura quando conseguimos mobilizar guardas cabo-verdianos (embora o tenhamos mantido na correspondência enviada através destes). Obviamente, a partir do momento em que passámos a beneficiar do apoio dos guardas, a censura tornou-se redundante. Chegámos, inclusivamente, a produzir material de formação política baseada em textos de Amílcar Cabral que encaminhámos depois à estrutura do Partido com que nos correspondíamos, para ser utilizado na ação clandestina.

### Castigos

Fomos objeto de castigo por duas vezes. Da primeira vez por termos sido apanhados a trocar mensagens com os presos angolanos. Fomos punidos com transferência do campo dos angolanos para o campo dos presos de delito comum e confinamento nas celas disciplinares durante 30 dias. Da segunda vez, por termos recusado o pequeno-almoço servido com pão deteriorado e queimado, ficámos encerrados na cela por oito dias.

### Visitas

As visitas eram estritamente reservadas a familiares. Tinham de ser solicitadas ao diretor que autorizava caso a caso. A sua duração máxima era de uma hora, sendo realizadas na presença do chefe dos guardas, no gabinete deste.

### Organização prisional clandestina

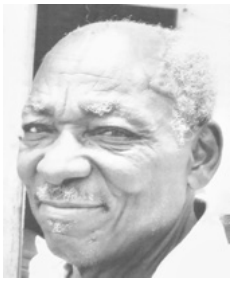
A transferência para a secção dos presos de delito comum foi-nos bastante vantajosa, pois abriu-nos perspetivas que nos estavam vedadas no campo angolano. Este era controlado por polícias portugueses da Guarda Nacional Republicana com uma longa história de repressão violenta em Portugal, principalmente contra os camponeses, ao passo que no lado dos presos comuns os guardas eram todos cabo-verdianos. Sendo na maioria relativamente jovens, mostraram-se curiosos desde a nossa chegada em

perceber as razões que nos levaram à prisão e porque havia tanta preocupação dos seus superiores em nos vigiar. Não nos foi difícil tirar partido dessa curiosidade para lhes chamar a atenção para a discriminação de que eles próprios eram objeto com relação aos colegas portugueses da mesma categoria a trabalhar no campo dos angolanos, mas que beneficiavam de salários muito superiores, moradias confortáveis e outras regalias a que os cabo-verdianos nem por sonhos poderiam aspirar, para além das atitudes e comportamentos racistas de que davam provas. Mostrávamos-lhes que tudo isso decorria do sistema de dominação colonial baseado na exploração dos povos, na injustiça e na discriminação racial e se estávamos presos era porque lutávamos contra esse estado de coisas. E foi a partir das conversas que com eles mantínhamos, principalmente nos turnos que faziam a altas horas da noite e de madrugada que acabámos por despertar nalguns dentre eles o sentimento nacionalista e recrutar para o PAIGC dois polícias cabo-verdianos, que nos abriram uma fresta de luz nos muros que nos encarceravam. Através deles pudemos estabelecer contactos com estruturas do Partido em Santiago e S. Vicente e receber destas, assim como de alguns elementos selecionados das nossas famílias, informações, orientações e documentação. Tivemos assim acesso a literatura clandestina e de educação militante, tendo inclusivamente introduzido um recetor de rádio portátil que nos permitia acompanhar a evolução das lutas de libertação nacional e os acontecimentos mundiais.

A organização ocupava-se da formação académica e política dos presos, para além de também darmos atenção aos presos de delito comum com os quais, apesar da interdição de contactos existente, encontrávamos sempre a forma de comunicar, muitas vezes com a cumplicidade dos guardas.

Fevereiro de 2024

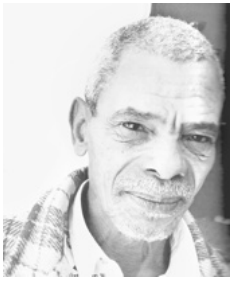
## NOTAS BIOGRÁFICAS – CABO VERDE



### ALBERTO SANCHES SEMEDO

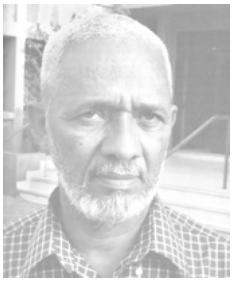
Nasceu em 1939 no lugar de Monte Bode, Calheta de São Miguel, na ilha de Santiago, Cabo Verde, fez a tropa em 1960, mas quando, no ano seguinte, há um apelo a que cabo-verdianos se voluntariem para integrar o exército português em Angola, recusa.
Aliciado para o PAIGC por José Reis Borges, integrou o grupo que tentou desviar para Dacar um pequeno barco de cabotagem, o "Pérola do Oceano". Quando Reis Borges desembarca em Rincão, alegadamente para comprar combustível, fica no barco, e é preso a 18 de agosto de 1970. Enviado para a Cadeia Civil da Praia por cerca de seis meses, é depois transferido para o Tarrafal. Aproveita o tempo para estudar, mas o diretor da cadeia não lhe permitiu fazer o exame do 2.º ano.
Libertado a 1 de maio de 1974, volta para a Calheta de S. Miguel, trabalhando para o Partido. Após uma formação política na União Soviética, foi colocado no Tarrafal. Em 1991 integrou o quadro do Ministério da Agricultura. Reformou-se em 1995.

* * *



### ANANIAS GOMES CABRAL

«Goti». Nasceu em Santa Catarina, a 26 de fevereiro de 1941. Agricultor, já envolvido na luta clandestina, foi mobilizado por José Reis Borges para se juntar ao PAIGC, integrando o grupo que tentou desviar um pequeno barco de cabotagem, o "Pérola do Oceano": "p*rimeiro iríamos para Dakar, onde havia uma representação do PAIGC, e de lá iríamos para Conakry"*
Quando, assaltado o barco, o dono deste declara não haver combustível para chegar a Dacar, e Reis Borges manda aportar a Rincão e desembarca, alegadamente para ir buscar combustível, Ananias decide fugir: *"Se é para morrer, a PIDE vai matar-me na minha casa."*
Foi de facto preso já em casa. Reencontra os seus companheiros na cadeia civil da Praia. Espancado durante os interrogatórios, passa ali seis meses, sendo depois transferido, com os seus companheiros, para o Tarrafal*:*
*"E lá ficámos, até que se deu o 25 de Abril e fomos soltos a 1 de Maio*."
Voltou a trabalhar como agricultor, colaborando com o PAIGC sempre que solicitado.



**ANTÓNIO PEDRO DA ROSA**

Nasceu em Santa Catarina, na ilha de Santiago, Cabo Verde, a 25 de outubro de 1948. Em agosto de 1970, através de um primo, José Reis Borges, que se apresentou como coronel do PAIGC, vindo da Guiné para recrutar pessoas para a luta pela independência, integrou o grupo que tentou desviar o "Pérola do Oceano".

Arranjou um bilhete de identidade falso para o primo, comprou passagens e armas necessárias à operação. Mas o dono do barco declarou não ter combustível para chegar a Dacar, José desembarcou para comprar combustível e, como o barco não chegasse, as autoridades contactaram o capitão e a polícia dirigiu-se ao local.

Preso em Rincão, António Pedro foi levado para cidade da Praia, onde foi interrogado e torturado. Enviado para o Tarrafal em fevereiro de 1971, aproveitou para estudar e, após ser libertado a 1 de maio de 1974, fez exame do segundo ano do ciclo preparatório. Trabalhou algum tempo nos Serviços de Apoio da Câmara Municipal e, mais tarde, veio a ser professor.

* * *



**ARLINDO DOS REIS BORGES**

Nasceu em Santa Catarina, na ilha de Santiago, Cabo Verde, a 17 de junho de 1938. Em 1968, envolve-se num grupo de mobilização do PAIGC. Nesse mesmo ano, é contactado por um parente, José (dos Reis Borges), que dizia ser coronel do PAIGC e vinha mobilizar um grupo de homens para ir a Conacry tomar instruções.

Integra o assalto ao "Pérola do Oceano". Alfaiate, fez fardas do PAIGC para todos do grupo e uma bandeira do Partido para içar perto do destino.

Quando aportam a Rincão e José sai, para comprar combustível, é um dos que fica a bordo. A tripulação contacta a PIDE. São levados para a delegação daquela polícia na Praia, durante três meses. Seguiram-se quatro meses na Cadeia Civil e depois o Tarrafal.

No dia 1 de Maio de 1974, um guarda diz-lhes: "*Está tudo na rua, a pedir a vossa libertação."* Quando chegam Felisberto Vieira Lopes, David Hopfer Almada e Arlindo Vicente Silva, *"soubemos que era verdade, que íamos ser libertados.*"



**CARLOS ANTÓNIO DANTAS TAVARES**

Nasceu a 11 de junho de 1946 na ilha Brava, Cabo Verde. Criança, viveu em Angola e fez a instrução primária em Lisboa. Em 1958 volta para S. Vicente, Cabo Verde. Aos 17 anos muda para Santo Antão, como professor primário em Ribeira da Torre. Em setembro de 1967, vê recusada a admissão como professor eventual, por falta de confiança política e a 24 de outubro é preso na Praia, quando Lineu Miranda e Jaime Schofield são presos em Santo Antão e,dois meses depois, Luís Fonseca em S. Vicente.
Julgados em outubro de 1969, é condenado a dois anos e meio de prisão e depois a quatro anos e medidas de segurança – como Jaime Schofield e Luís Fonseca. Em março de 1970, entram no Tarrafal. Em Agosto, juntam-se-lhes os presos ligados ao assalto do "Pérola do Oceano". Entretanto, aliciando guardas, recebem informações e até um pequeno rádio: "*Foi através desse aparelho que ficámos a saber da morte de Amílcar Cabral."*
Carlos, Jaime e Luís saem um mês depois e Lineu só a 1 de Maio de 1974.

* * *



**CARLOS DE LINEU SOARES MIRANDA**

Nasceu a 30 de março de 1921 no concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, Cabo Verde.
Foi professor primário em Portugal e na Guiné-Bissau, onde desempenhou funções de inspetor escolar.
Contactado em 1966 por Amílcar Cabral, em Paris, viajou para a Guiné Conakry, recebendo formação política e instruções para regressar a Cabo Verde e participar na luta política clandestina.
Voltou a Santo Antão, trabalhando com Luís Fonseca, Jaime Scoffield, Carlos Tavares, Osvaldo Osório, Silas Miranda, Bernardo Oliveira «Beitz» e outros, numa intensa atividade de mobilização.
Denunciado e preso em outubro de 1967, foi condenado a 7 anos de prisão (com medidas de segurança) no campo de concentração do Tarrafal. Saiu no 1..º de Maio de 1974.
Após a independência, foi eleito deputado pelo círculo de Ribeira Grande e foi também o primeiro presidente do Instituto Caboverdiano de Solidariedade e membro fundador da ACOLP – Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria. Faleceu em S. Vicente, a 23 de janeiro de 1992.



**EUGÉNIO BORGES FURTADO**

Militante do PAIGC na zona de Santa Catarina, Santiago, Cabo Verde, integrou, em agosto de 197, o grupo que tentou o desvio para Dacar do navio "Pérola do Oceano", que fazia a ligação entre as ilhas cabo-verdianas.

Arguido no processo 8/70, da Delegação da PIDE/DGS em Cabo Verde, e por determinação superior, tratada entre o inspetor superior Coelho Dias, da DGS, e o Director do Capo de Trabalho de Chão Bom, é enviado, com os seus 12 companheiros, para o Tarrafal, onde dá entrada a 24 de março de 1971.

Como todos os outros elementos do chamado grupo do "Pérola do Oceano" é libertado no dia 1..º de Maio de 1974.

* * *



**FERNANDO DOS REIS TAVARES, «TOCO»**

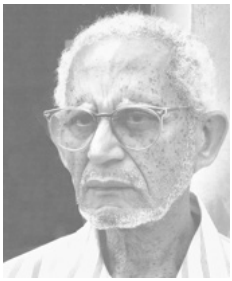
Nasceu na Assomada, ilha de Santiago, Cabo Verde, a 13 de Abril de 1940. O convívio com emigrantes e portugueses deportados na ilha leva-o a imaginar a possibilidade de uma sociedade diferente.

No final dos anos 50, encontra no liceu da Praia colegas influenciados pelas ideias nacionalistas. E em 1961, no serviço militar em Portugal, liga-se a outros milicianos, próximos do PCP ou do MPLA. Parte para Angola como furriel miliciano, mas não lhe atribuem tarefas na unidade.

No regresso, vai para Portugal e daí para França. Contacta o PAIGC, que lhe pede que volte a Cabo Verde, "*para aliciar pessoas para a luta armada de libertação nacional*".

Regressa em fevereiro de 1968 e é preso em julho. Permanece na Cadeia Civil da Praia até abril de 1970, quando é enviado para o Tarrafal:

Em outubro é transferido para S. Vicente, para ser julgado. Já não volta ao Tarrafal. É libertado a 9 de Janeiro, com José Maria Ferreira Querido e Gil Querido Varela, "*por falta de prova*s."



**GIL QUERIDO VARELA «KID VARELA»**

Nasceu em Achada Além, Santa Catarina, ilha de Santiago, Cabo Verde, a 14 de Maio de 1935.
O seu interesse pela política começa na adolescência, durante a grande fome de 1947, que nunca esqueceu.
Em 1965, concorre a um lugar de professor e, embora fique bem classificado, não consegue o emprego, por ter uma informação negativa da polícia política. Nesse mesmo ano adere ao PAIGC, num grupo coordenado por Felisberto Vieira Lopes. Juntar-se-á depois ao grupo de Fernando Tavares, «Toco»., vindo a ser preso em 1968, após a prisão deste, e no mesmo dia que outros membros desse grupo, como o seu parente José Ferreira Querido.
Interrogado e torturado na Polícia, no *Plateau*, e transferido depois para a Cadeia Civil da Praia, entra no Tarrafal, com «Toco» e José Querido, ainda na condição de preso preventivo, em abril de 1970. Enviados para julgamento em São Vicente, em outubro, são todos absolvidos por falta de provas. Sai em liberdade a 9 de janeiro de 1971.

* * *



**IVO PEREIRA «FEFA»**

Ativo na mobilização e recrutamento de elementos para a luta do PAIGC na área de Santa Catarina, Santiago, desde finais da década de 60.
Fez parte do grupo que, aliciado por José dos Reis Borges, na noite de 18 para 19 de agosto de 1970, tentou o desvio para Dacar do "Pérola do Oceano", um pequeno barco de cabotagem entre as ilhas de Cabo Verde.
Depois de o dono do barco ter dito não haver a bordo combustível suficiente e ter aportado a Rincão, onde José dos Reis Borges desceu a terra com outros companheiros para ir comprar gasolina, a PIDE foi alertada para o sucedido e todo o grupo foi preso, alguns no navio, outros já em terra. Levados para a cidade da Praia, permaneceram na Cadeia Civil cerca de seis meses, sendo depois transferidos para o Tarrafal., de onde só saíram no dia da Libertação do Campo, no 1..º de Maio de 1974.



**JAIME (BEN HARE SOLFER) SCHOFIELD**

Nasceu em S. Vicente a 27 de maio de 1939. Interrompeu os estudos liceais por morte do pai, empregando-se como professor primário. Em 1966, organiza com Carlos Dantas Tavares e Lineu Miranda uma célula do PAIGC em Santo Antão. A PIDE prende-os em 8 de outubro de 1967 e, pouco depois, outro elemento, Luís Fonseca.

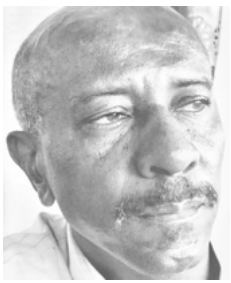
Aguardaram julgamento cerca de dois anos na Cadeia Civil da Praia (Santiago): "*Éramos de Barlavento mas fomos julgados em Sotavento, na Praia. Foi um espetáculo (...) com grande impacto."*

Condenado, como Dantas Tavares e Luís Fonseca, a quatro anos de prisão e medidas de segurança, entrou no Tarrafal no início de 1970, primeiro no campo dos angolanos, depois transferidos para o lado dos presos de delito comum.

Chegados mais 13 presos, de Santiago, organizaram o estudo para todos. Tiveram solidariedade de alguns guardas e funcionários: "*Traziam-nos livros, revistas e, até, um transístor*."

Libertado em fevereiro de 1973, tentou voltar a ser professor, mas apenas conseguiu um lugar nos Serviços de Educação.

* * *



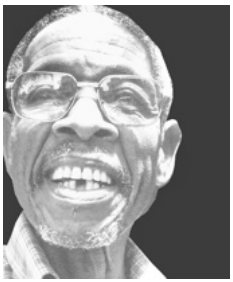
**JOÃO AUGUSTO DIVO DE MACEDO**

Nasceu na cidade da Praia, ilha de Santiago, em 1952. Tem 17 anos quando José Reis Borges, seu tio por afinidade, que se diz militante do PAIGC, o desafia para uma deslocação a Conacri, para prepararem a luta de libertação no arquipélago.

Desviam um barquinho de ligação entre ilhas, "Pérola do Oceano". Embarcam na Praia, na noite de 19 para 20 de agosto de 1970. Mas quando Reis Borges ordena que o barco se dirija para Dakar, falta combustível para lá chegar.

José sai com Juvêncio da Veiga para comprar combustível. Como não regressem, Divo desembarca para os procurar. Encontra-os na Cruz Grande e, com outros do grupo, fogem para Tabugal, onde são presos a 26 de agosto. Levado para a Cadeia Civil da Praia, Divo passa ali cerca de seis meses, sendo depois transferido para o Tarrafal. Só sairá no 1..º de Maio de 1974:

Se hoje muitos consideram José Reis Borges agente provocador, Divo tem dúvidas: "*Se ele era PIDE, como é que veio mobilizar pessoas para a luta?*"



**JOAQUIM MENDES CORREIA «DJOCA»**

Nasceu a 31 de março de 1945, em S. Miguel, na ilha de Santiago, Cabo Verde. Em agosto de 1970, participou na tentativa de desvio do "Pérola do Oceano". O projeto consistia em que, já perto da Ilha do Fogo, rumassem para Dakar. Mas o capitão declarou não ter combustível e foi ancorar em Rincão para o chefe dos assaltantes, Reis Borges, ir buscar à Assoamada dois bidões de gasóleo.

Quando Reis Borges desembarcou, temendo ter sido traídos, «Djoca» e outros desembarcaram também, entregando-se à Polícia três dias depois. Passaram seis meses na Cadeia Civil e foram depois para o Tarrafal, até à libertação do campo, no 1..º de Maio de 1974.

Em junho, «Djoca» foi encarregado pelo PAIGC de fazer trabalho político no Tarrafal. Foi ainda primeiro-secretário do partido na Calheta, Boa Vista e Pedra Badejo, trabalhou no Secretariado do Conselho Nacional até 1988 e presidiu à Comissão da Reforma Agrária da Praia, extinta a qual foi colocado em Santa Catarina. Passou à reforma antecipada em 1996.

* * *



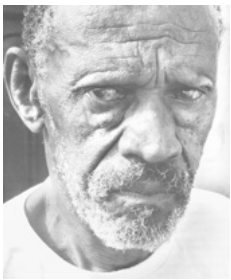
**JOSÉ MARIA FERREIRA QUERIDO «ZÉQUI»**

Nasceu em Santa Catarina, Santiago, Cabo Verde, em 8 de dezembro de 1940. Marcado pela fome de 1947 e pela ligação a um deportado português amigo do pai, cedo entendeu que a luta pela independência era o único caminho.

No final da década de 50, frequentando em Portugal o curso de regente agrícola, manteve contactos com a Oposição portuguesa, mas regressou a Cabo Verde por influência de Amílcar Cabral: "*O nosso trabalho era 'desbravar' o chão para os que vinham depois. (...) Em cada zona fui fazendo um levantamento das pessoas com quem podia contar*."

Preso em setembro de 68, foi primeiro colocado na Cadeia Civil da Praia e mais tarde transferido para o Tarrafal, que já conhecia, por ter ido observar a chegada dos primeiros presos angolanos e também por ter aproveitado as visitas a um amigo da família, preso de delito comum, para conseguir mais informações.

Julgado em S. Vicente, foi absolvido por falta de provas em janeiro de 1971.



**JUVÊNCIO DA VEIGA «DISSANTO»**

Nasceu em Santa Catarina, ilha de Santiago, Cabo Verde, em junho de 1927. Aderiu à luta inspirado por um texto de Amílcar Cabral.

Tendo participado em agosto de 1970 na tentativa de desvio do "Pérola do Oceano", esteve três meses preso na Praia, e foi depois enviado para o Tarrafal.

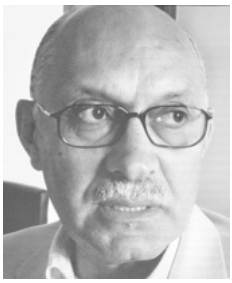
Foi no Campo que, com Lineu Miranda, Luís Fonseca, Jaime Schofield e Carlos Dantas Tavares como professores, aprendeu a ler e a escrever e fez a quarta classe.

Mas foi um conflito com Lineu a levá-lo à cela de castigo, a "holandinha": "*Um quarto com 70 cm de altura e 70 de largura. Fiquei 15 dias lá, com um litro de água por dia, uma ração por dia. Não via luz, não via sol. "*

O que não o impediu de manter a estima por Lineu:

" (…) *Era o melhor amigo que eu tinha no Tarrafal. As nossas camas estavam lado a lado. Aquele problema que teve comigo foi consequência da saturação da cadeia.*"

* * *



**LUÍS DE MATOS MONTEIRO DA FONSECA**

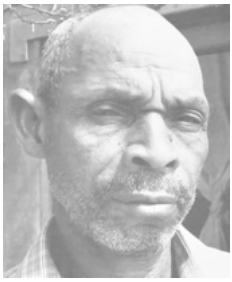
Nasceu na Ponta do Sol, Santo Antão (Cabo Verde), a 17 de maio de 1947. Durante parte da infância e juventude viveu em S. Vicente. Aderiu ao PAIGC na década de 60.

Preso alguns dias pela PIDE em 1966, e de janeiro a março de 1967, é preso em Dezembro, na sequência das prisões de Lineu Miranda, Carlos Dantas Tavares e Jaime Schofield. Aguardam, na Cadeia Civil da Praia, o julgamento, que tem lugar em julho de 1969. São depois enviados para o Tarrafal, "*para serem "reeducados", e voltarem a abraçar "os valores da civilização ocidental cristã" e "da portugalidade*".

Exceto Lineu Miranda, saem a 13 de Fevereiro de 1973, pouco depois do assassinato de Cabral.

Entretanto, contactaram e auxiliaram António Cardoso, angolano encerrado em cela disciplinar. Transferidos para o campo dos presos comuns, aliciaram guardas cabo-verdianos, garantindo contacto com o exterior. Apoiaram nos estudos os presos do "Pérola do Oceano".

Após a independência, Luís Fonseca foi diversos anos deputado pelo PAIGC/PAICV. Diplomata, foi Representante Permanente de Cabo Verde na ONU e Secretário Executivo da CPLP.



**LUÍS FURTADO MENDONÇA, «LUISINHO»**

Nasceu a 13 de março de 1944, em Santa Catarina, Santiago, Cabo Verde.

Mobilizado por Pedro Martins e Ivo Pereira para o PAIGC em 1968/69, integrou o grupo que tentou desviar o "Pérola do Oceano":

"*Veio um senhor, José dos Reis Borges (...), disse-nos que era da direção do PAIGC e passou a trabalhar connosco também. Conseguimos arranjar fardas, armas, etc., fomos para a Praia, embarcámos para o Fogo e Brava, e, no meio do caminho, conseguimos tomar o Pérola do Oceano. (...) A meio da viagem o combustível começou a faltar, o barco parou, avisaram a PIDE e foram apanhar-nos no meio do mar. (...) Na Praia, a PIDE fechou-nos três dias, de pé, sem dormir, sem sentar. Estivemos trinta dias a pão e água, sem visitas.*"

Passaram sete meses na Cadeia Civil da Praia, sendo depois transferidos para o Tarrafal, onde ficaram até à libertação do campo, no 1..º de Maio de 1974.

* * *



**MARTINHO GOMES TAVARES**

Ligado a elementos que, na clandestinidade, e na zona de Santa Catarina, Santiago, procuravam mobilizar pessoas para a luta de libertação de Cabo Verde conduzida pelo PAIGC, fez parte do grupo que em agosto de 1970 tentou o desvio do navio "Pérola do Oceano" para Dacar, a fim de se juntar à luta armada de libertação conduzida pelo PAIGC.

Preso na sequência dessa ação, passou cerca de seis meses na Cadeia Civil da Praia, sendo depois, com os seus companheiros de aventura, transferido para o Campo de Concentração do Tarrafal, então rebatizado de Campo de Trabalho de Chão Bom, de onde só sairia no dia da Libertação do Campo, no 1.º de Maio de 1974.



**PEDRO ROLANDO DOS REIS MARTINS**

Nasceu em Santa Catarina, Santiago, Cabo Verde, em 1951. Aderiu ao PAIGC em finais da década de 60. É preso aos 19 anos, acusado de mobilizar participantes no desvio do "Pérola do Oceano":

"*Estive na Cadeia Civil da Praia, praticamente seis meses a ser torturado pela PIDE, e como não se conseguiu uma acusação coerente contra mim, mandaram-me para o Tarrafal*."

"*Tivemos dois ou três meses sem sol, só mais tarde começaram a dar-nos meia hora de sol por dia e no fim meia hora de manhã e meia hora à tarde.*"

Entretanto organizaram uma escola: "*Quem não sabia ler nem escrever fez a quarta classe, os que tinham a quarta classe fizeram o segundo e os do segundo ano fizeram o quinto.*"

A 1 de Maio de 1974, informados pelo diretor de "*uma mudança de governo em Portugal*", saíram em liberdade.

Fundador e antigo presidente da Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria, autor do livro "Testemunho de um combatente", faleceu a 2 de agosto de 2022.

* * *



**SÉRGIO DOS REIS FURTADO**

Aderiu a um grupo clandestino do PAIGC, orientado por Pedro Martins, na zona de Santa Catarina, trabalhando na mobilização e aliciamento de quadros para a luta. Considerado por Pedro Martins "*um dos mais esclarecidos desse grupo do Pérola do Oceano*", participou no desvio daquele navio, sob comando de José Reis Borges, de 18 a 19 de agosto de 1970.

Quando, alegando falta de combustível, o dono do barco aportou no Rincão, e Reis Borges desembarcou, dizendo que ia comprar combustível, foi um dos que, temendo uma armadilha, desceu também a terra – e, segundo testemunho de Paulo Martins – "entrou em casa de todos esses militantes e destruiu toda a documentação partidária que encontrou".

Preso como os restantes membros do grupo, e, ainda segundo Pedro Martins, "*foi duramente espancado*" (…) "*viveu muito tempo no segredo*." Abalado pela dura experiência sofrida, e citando a mesma fonte, "*passou todo o tempo com perturbação mental e, quando saiu, morreu pouco tempo depois*".

# Cruz Vermelha Internacional
# Omissão e encenação

Ainda que de forma desigual e com impactos bem diferentes, importa referir o papel da Cruz Vermelha Internacional durante as duas fases do Tarrafal, seja por omissão, quando foi solicitada, em 1943, a sua intervenção pelos presos políticos portugueses, seja pela normalidade com que encarou o Campo de Trabalho de Chão Bom quando o visitou em 1969 e 1971, indiciando um olhar acrítico para com as autoridades colonialistas.

Em 1943, em plena II Guerra Mundial e num dos períodos de fome que assolou Cabo Verde, os portugueses da "Colónia Penal do Tarrafal de Santiago" endossaram uma carta clandestina à CVI, através da qual expuseram a difícil situação em que se encontravam «250 homens» a viver «no risco iminente de morte próxima», «por privação absoluta de medicamentos fundamentais». Encarcerados há anos numa ilha de clima tropical, sem quaisquer condições de higiene, falta de assistência médica, deficiência alimentar, trabalhos violentos e repressão diária, a principal denúncia recaiu na inexistência de fármacos, nomeadamente de quinino, essencial no combate ao paludismo, e de adrenalina. Perante tais condições de sobrevivência precária, sugeriam àquela organização, «a que melhor colocada se encontra para advogar a nossa causa», entre outras possibilidades mais políticas, que propusesse ao Governo o envio de uma Comissão de Inquérito, a qual deveria incluir um delegado seu[1]. A resposta nunca chegaria.

Já no contexto das lutas de libertação africanas, a CVI deslocou-se, por duas vezes, ao Tarrafal. A primeira, que não pode ser dissociada de

[1] "Carta à Cruz Vermelha Internacional", *Dossier Tarrafal*, edições Avante!, 2006, pp. 193-197.

diligências de Amílcar Cabral e da impactante entrega à CVI, em 15 de março de 1968, de três soldados portugueses capturados pelo PAIGC, ocorreu em fevereiro de 1969. A seu pedido, uma delegação deslocou-se à ilha de Santiago e, na presença do diretor do Campo de Trabalho de Chão Bom, contactou com os guineenses e angolanos presos, os quais perfazeriam o número de 66, tendo, o mais velho, 78 anos[2], procurando inteirar-se do seu estado de saúde, alojamento, assistência médica e alimentação. A apreciação global dos suíços Georg Hoffmann e de Reinhold Wepf revelar-se-ia positiva para a imagem do colonialismo português, já que declararam ter registado escassas reclamações, centradas no tempo de detenção sem julgamento, ausência de notícias e de visitas, e consideraram que os presos apresentavam «excelente condição física» e o seu estado psicológico era «muito bom»[3].

Em 1971, a CVI solicitou nova visita aos prisioneiros políticos nas três colónias onde havia movimentos de libertação, sendo apenas autorizada o regresso a Chão Bom, devidamente preparado e encenado para ocultar o verdadeiro regime que os nacionalistas africanos enfrentavam em todos os "cárceres do império". A viagem aconteceu em novembro e a avaliação dos dois enviados, Roland Marti e Philippe P. Zuger, seria, novamente, favorável ao tratamento dado aos reclusos, cerca de 50 a 60 angolanos e 17 cabo-verdianos. Mais uma vez, as queixas seriam pontuais e, para isso, muito contribuiu a forma como a visita foi cuidadosamente delineada, sempre acompanhada pela chefia local da PIDE/DGS, a circunstância de todos os 52 presos guineenses que lá se encontravam em 1969 já não estarem no Campo e ser inviável contatar o grupo de cabo-verdianos, convenientemente agregado aos presos de delito comum.

[2] José Vicente Lopes, *Tarrafal – Chão Bom, memórias e verdades*, IIPC, 2012, pp. 101-110.

[3] Idem, *Ibidem.*, p. 104.

# Encontro de vontades

Em dezembro de 1949, treze anos depois da abertura do Campo, houve a inédita visita de familiares de um deles: Herculana de Jesus da Costa Dias e Luís Alves de Carvalho, pais de Guilherme da Costa Carvalho, enviado para o Tarrafal havia três meses. Chegaram de barco, via São Vicente, e hospedaram-se em casa dos comerciantes Eulália Cândida Fernandes Andrade, mais conhecida por *Nha Beba*, e José Freire Andrade, *Nho Papacho*, que para tal obtiveram o acordo do Diretor do Campo. Ambos testemunharam a abertura e o encerramento da Colónia Penal e, mais tarde, do Campo de Trabalho de Chão Bom, desenvolvendo sempre ações de solidariedade e de informação com os presos.



Nha Beba, Nho Papacho e Luís de Carvalho
(Foto: Lilica e Manuel Boal)

Durante uma semana, Herculana e Luís contactaram com os deportados políticos, abraçaram-nos como se fossem filhos, fotografaram-nos, individualmente e em grupo, ouviram-nos, de forma a transmitir notícias às respetivas famílias, e homenagearam aqueles já falecidos, visitando e



Nha Beba e Herculana de Carvalho
(Foto: Lilica e Manuel Boal)

documentando cada uma das campas. Em Lisboa, aquando do desembarque, provavelmente em 31-12-1949, tinham à sua espera no cais Heliodoro Caldeira, cujo irmão morrera no Campo de Concentração, e Cândido de Oliveira, deportado para aquele entre 1942 e 1944. Depois percorreram o país, visitando as famílias, para lhes levar notícias e fotografias dos presos – e recolher informações e imagens para entregarem a estes, quando retornassem a Cabo Verde, os retratos dos entes queridos.

Assim fizeram na sua segunda viagem, em junho de 1950. Partiram de avião, via Canárias, para o Sal, onde embarcaram num veleiro e chegaram à ilha de Santiago no dia 11, data dos 29 anos de Guilherme: tornaram a instalar-se na casa de Nha Beba e Nho Papacho, e regressaram no vapor «António Carlos», aportando a Lisboa em 02-07-1950.



Nha Beba, Nho Papacho e Herculana Carvalho
(Foto: Lilica e Manuel Boal)

Estas duas únicas visitas tiveram forte impacto afetivo, reforçaram laços solidários e perduraram na memória daqueles que as viveram «como um símbolo de coragem, de abnegação, de amor ao próximo».

A filha de Nha Beba e Nho Papacho, Maria da Luz (Lilica) visitá-los-ia quando, durante alguns anos, estudou em Portugal: "eles acolheram-me no Porto com todas as atenções e carinhos". Lilica, que frequentou a Casa de Estudantes do Império e fez parte do grupo de estudantes das colónias que fugiu de Portugal em 1961, para se juntar à luta de Libertação, teve um importante papel no PAIGC, nomeadamente dirigindo a Escola-Piloto em Conacri, onde se formariam vários jovens militantes, referiu diversas vezes o quanto os presos no Tarrafal, bem como o convívio com Herculana e Luís de Carvalho a tinham marcado politicamente.

Fernando Lopes Graça compôs, em 1953, uma Elegia (Op. 80), "Em memória de Herculana de Carvalho"

# A libertação no 1.º de Maio de 1974

Alfredo Caldeira

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 pôs termo a uma ditadura que se apoderara do poder há quase cinquenta anos. Mas não foi evidente a solução para a questão colonial que, no entanto, gerara afinal o descontentamento dos oficiais subalternos perante a incapacidade do poder político e o desgaste de guerras em três territórios.

A verdade, no entanto, é que logo nas primeiras horas, o povo português exigiu nas ruas a libertação dos presos políticos, o fim da PIDE/DGS e o termo imediato da guerra colonial. Apesar da oposição dos chefes militares e das hesitações de vastos setores dos militares sublevados.

Mas a realidade impôs-se vertiginosamente e todos os presos políticos em Portugal foram libertados e a polícia política, após matar as suas últimas quatro vítimas, acabou por ser, na sua maioria… presa. Diferente pretendeu ser, no entanto, o destino dessa mesma polícia nas várias colónias, prevendo o Programa do Movimento das Forças Armadas a sua "reestruturação" e "saneamento", com a nova designação de "Polícia de Informação Militar", "enquanto as operações militares o exigirem".

Na Guiné, em Angola e em Moçambique os movimentos de libertação não puseram termo às suas atividades políticas e militares, embora – bastará ler os comunicados que então divulgaram – olhassem para o que se passava em Lisboa com evidente desejo de negociações, conhecendo bem a vontade crescente dos soldados portugueses de pôr termo à guerra. E o certo é que essas negociações foram-se desenhando, a uma velocidade impressionante, assegurando, nos termos então possíveis, o caminho para a independência de todas as colónias sob domínio português[1].

[1] Com a exceção de Timor-Leste, entretanto invadida e anexada pela Indonésia após a proclamação unilateral da independência – situação que apenas viria a ser resolvida em 2002.

Quanto à polícia política instalada nos vários territórios coloniais, verificou-se uma clara dissolução do seu poder, muitos dos seus elementos procuraram refúgio nos quarteis ou partiram para os países do *apartheid* (designadamente, África do Sul e a então Rodésia, hoje Zimbabwe) e, finalmente, não sabiam pura e simplesmente o que fazer em relação aos muitos milhares de presos que mantinham nas prisões e campos de concentração que tinham proliferado sob a sua administração direta.

Cabo Verde não foi exceção: o Campo de Concentração do Tarrafal (que passara a ser designado eufemisticamente *Campo de Trabalho de Chão Bom*) permaneceu em funcionamento após 25 de Abril de 1974 e os seus presos ignoravam as alterações políticas que, entretanto, se estavam a passar.

Também o MFA de Cabo Verde hesitava: o governador da colónia fora substituído pelo comodoro Fragoso de Matos e, sem carácter oficial, alguns militares haviam iniciado contactos mais ou menos clandestinos com cabo-verdianos que sabiam próximos do PAIGC, mas o certo é que não haviam chegado da "metrópole" quaisquer instruções para libertação dos "terroristas" que se encontravam presos no Tarrafal (e a mesma situação, aliás, se passava na Guiné, em que a colónia penal da Ilha das Galinhas continuava em pleno funcionamento).

Por outro lado, após o golpe militar em Lisboa e a ascensão a Presidente da República de António Spínola, não era claro que o PAIGC assumisse uma posição confiante na sua relação com as novas autoridades portuguesas, fossem elas as de Lisboa ou as instaladas na Guiné e em Cabo Verde.

Recorde-se que em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral fora assassinado, sendo então Spínola governador-geral da Guiné, e que aquele partido proclamara, em 24 de setembro de 1973 a independência unilateral da Guiné-Bissau, que viria a ser amplamente reconhecida pela comunidade internacional e que o fizera afirmando de modo inequívoco a luta pela unidade política da Guiné e de Cabo Verde.

Neste sentido, era intenção dos militantes clandestinos do PAIGC em Cabo Verde estimular a luta pela independência e a libertação dos presos no Campo de Concentração do Tarrafal terá sido, naturalmente, um dos seus objetivos principais.

*No dia 1 de Maio de 1974, pela manhã, ouvimos muito barulho vindo da parte de fora do Campo. Eram palavras de ordem que aumentavam a cada momento: «Viva o PAIGC! Viva o MPLA! Viva a FRELIMO!*

*Libertem os presos! Viva Amílcar Cabral! Viva Guiné e Cabo Verde! Viva Angola! Viva Moçambique! Abaixo o Colonialismo! Morte ao Fascismo! Viva a Liberdade!*[2]



1.º de Maio de 1974: Libertação dos presos no Tarrafal
(Pedro Martins e um jovem que o abraçou emocionadamente)

Vindos de diferentes locais, foram afluindo à área do campo muitos populares que exigiam a libertação dos presos – numa clara afirmação anticolonialista. Do mesmo modo, oficiais do MFA rapidamente perceberam que a libertação dos presos poderia constituir "um primeiro sinal claro da sua sinceridade" no relacionamento que estava a ser estabelecido com o PAIGC – acentuando desse modo tratar-se de uma "decisão local", que não estava coberta pelas ordens de Lisboa.

[2] Palavras do preso angolano Justino Pinto de Andrade proferidas no Colóquio "Tarrafal: Uma Prisão – Dois Continentes", realizado no Auditório da Assembleia da República, em Lisboa, em 29-10-2008.

O certo é que essa confluência de intenções e o próprio apodrecimento da situação da PIDE/DGS e dos seus mandatários no Campo permitiu que os portões se abrissem e os presos pudessem sair em liberdade, recebidos em delírio pela multidão, seguindo muitos deles em cortejo automóvel para a cidade da Praia, que dista cerca de 70 km, onde se realizaria um comício.

# Presos no Tarrafal

## FASE I (1936-1954)


Abatino da Luz Rocha, 77
Abicin Schuman, 77
Abílio Augusto Belchior, 78
Abílio da Silva Almeida, 78
Abílio Ferreira Ramada, 79
Abílio Gonçalves, 79
Abílio Gonçalves, 80
Abílio Guimarães, 80
Abílio Monteiro de Macedo, 81
Acácio José da Costa, 81
Acácio Tomás de Aquino, 82
Adelino Alves, 82
Adelino Fonseca, 83
Adolfo Teixeira Pais, 83
Alberto Emílio de Araújo, 84
Alberto Grimeja, 84
Albino Afonso Rocha, 85
Albino António de Oliveira de Carvalho, 85
Albino Coelho Júnior, 86
Alexandrino Rodrigues Fernandes, 86
Alfredo Caldeira, 87
Alfredo Garcia, 87
Alfredo Rodrigues Xisto, 88
Alípio dos Santos Rocha, 88
Álvaro Augusto Ferreira, 89
Álvaro Duque da Fonseca, 89
Álvaro Gonçalves, 90
Américo da Cunha, 90
Américo Fernandes, 91
Américo Gonçalves de Sousa, 91
Américo Martins Vicente, 92
Ângelo Dias Ministro, 92
Aníbal da Silva Bizarro, 93
Aníbal dos Santos Barata, 93
Antonino Francisco, 94
António Afonso Pereira, 94
António Afonso Teixeira, 95
António Amorim Luzio, 95
António Augusto Martins, 96
António Augusto Pires, 96
António Augusto Russo, 97
António Batista, 97
António Carlos Castanheira, 98
António Correia, 98
António de Cisneiros Gomes Ferreira, 99
António de Jesus Branco, 99
António Dias Mendes, 100
António Diniz Cabaço, 100
António dos Santos Marcelino Mesquita, 101
António Enes Faro, 101
António Faria Atayde e Melo, 102
António Fernandes Batista, 102
António Fernandes de Almeida Júnior, 103
António Ferreira da Costa, 103
António Francisco Almaço, 104
António Franco Trindade, 104
António Gato Pinto, 105
António Gonçalves, 105
António Gonçalves Coimbra, 106
António Gonçalves Saleiro, 106
António Guedes de Oliveira e Silva, 107
António Guerra, 107

António Joaquim, 108
António Jorge Marques, 108
António Lopes de Sousa, 109
António Lúcio Bártolo, 109
António Marreiros, 110
António Nunes, 110
António Rodrigues da Silva, 111
António Sebastião Torrie, 111
António Teodoro, 112
António Teodoro da Silva Salvador, 112
António Vicente de Carvalho, 113
Ariosto Mesquita, 113
Armando da Cruz Azevedo, 114
Armando dos Santos Calet, 114
Armando Martins de Carvalho, 115
Armando Rodrigues dos Santos, 115
Armindo do Amaral Guimarães, 116
Armindo dos Santos Gama, 116
Armindo Fausto de Figueiredo, 117
Arnaldo Simões Januário, 117
Artur da Silva Cardoso, 118
Artur da Trindade, 118
Artur Esteves, 119
Artur Gomes Crescêncio Fernandes Teixeira, 119
Artur Inácio Bastos, 120
Artur Rodrigues Paquete, 120
Augusto Alves Macedo, 121
Augusto Costa, 121
Augusto da Costa Valdez, 122
Augusto da Cruz, 122
Augusto Damas, 123
Augusto Joaquim Raimundo, 123
Basílio Lopes Pereira, 124
Benjamim Inácio Garcia, 124
Bento António Gonçalves, 125
Bernardino Augusto Xavier, 125
Bernardo Casaleiro Pratas, 126
Boaventura Gonçalves, 126
Cândido Alves Barja, 127
Cândido da Conceição Vieira da Silva, 127
Cândido Fernandes Plácido de Oliveira, 128
Cândido Francisco Pólvora, 128
Carlos da Conceição Galan, 129
Carlos Ferreira, 129
Carlos Guedes Leal, 130
Carlos Luís Correia Matoso, 130
Carlos Martins Sovela, 131
Carlos Pereira Ribeiro, 131
Casimiro Júlio Ferreira, 132
Celínio Celiná Gomes, 132
Cesário Ramos, 133
Cipriano Nunes Soares, 133
Clementino Benoliel de Carvalho, 134
Constantino da Costa, 134
Custódio da Costa, 135
Custódio Rodrigues Ferreira, 135
Damásio Martins Pereira, 136
Daniel Evaristo dos Santos, 136
Demétrio Garcia Alvarez, 137
Diniz Lopes da Cruz, 137
Domingo Domingues Quintas, 138
Domingos Alves de Oliveira, 138
Domingos dos Santos, 139
Domingos Martins, 139
Domingos Tavares, 140
Edmundo Gonçalves, 140
Edmundo Pedro, 141
Eduardo Valente Neto, 141
Eduardo Vieira Marques, 142
Élio Correia Amorim, 142
Erich Willy Rindfleisch, 143
Ernesto da Graça Marques, 143
Ernesto José Ribeiro, 144
Eurico Martins Pires, 144
Eurico Pinto Mateus, 145
Felicíssimo António Ferreira, 145
Fernando Alcobia, 146
Fernando Carvalho da Cruz, 146
Fernando Macedo de Sousa, 147
Fernando Quirino, 147
Fernando Vicente, 148
Filipe José da Costa, 148

Firmino Lopes de Matos, 149
Florindo da Silva Santos Júnior, 149
Francisco António Rato, 150
Francisco António Rodrigues Barbas, 150
Francisco Augusto, 151
Francisco Augusto da Silva Carvalho, 151
Francisco Batista, 152
Francisco Batista da Silva, 152
Francisco do Nascimento Esteves, 153
Francisco do Nascimento Gomes, 153
Francisco Domingues Quintas, 154
Francisco Gómez Moreno, 154
Francisco José Pereira, 155
Francisco Manuel Ferreira, 155
Francisco Maria Dias, 156
Francisco Miguel Duarte, 156
Francisco Silvério Mateus, 157
Franklim Ferreira Azevedo, 157
Frederico da Silva Pereira, 158
Gabriel Pedro, 158
Gavino Rodrigues, 159
Gil Cornélio Gonçalves, 159
Guilherme da Costa Carvalho, 160
Heinrich Kahn, 160
Henrique Artur dos Santos Ochsemberg, 161
Henrique Vale Domingues Fernandes, 161
Herculano Jorge Marini Bragança, 162
Herculano Marques Gouveia, 162
Hermínio Martins, 163
Hernâni dos Santos Pinto, 163
Inácio Francisco das Neves, 164
Isidro Felisberto Canelas, 164
Jacinto de Melo Faria Vilaça, 165
Jaime Augusto de Carvalho, 165
Jaime da Fonseca e Sousa, 166
Jaime Ferreira, 166
Jaime Francisco, 167
Jaime Tiago, 167
João António Pires, 168
João Batista Garrido, 168
João Batista Machado, 169
João Conceição da Rocha, 169
João Cruz Cebola, 170
João da Silva, 170
João da Silva Campelo, 171
João Faria Borda, 171
João Galo Gomes, 172
João Garcia Ribeiro, 172
João Gomes Jacinto, 173
João Lopes Diniz, 173
João Manuel Gil, 174
João Maria, 174
João Maria Pereira da Anunciação, 175
João Martins Leitão, 175
João Paulino de Sousa, 176
João Pedro Leitão, 176
João Rodrigues, 177
João Rodrigues, 177
João Rodrigues da Silva, 178
Joaquim Amaro, 178
Joaquim da Cruz Dias, 179
Joaquim de Sousa Teixeira, 179
Joaquim Diogo, 180
Joaquim dos Santos, 180
Joaquim Duarte, 181
Joaquim Faustino de Campos, 181
Joaquim Fernandes da Rocha, 182
Joaquim Fernandes Teixeira, 182
Joaquim Ferreira, 183
Joaquim Gomes Casquinha, 183
Joaquim Jacinto, 184
Joaquim Luís Machado, 184
Joaquim Manuel da Costa, 185
Joaquim Marques, 185
Joaquim Marreiros, 186
Joaquim Montes, 186
Joaquim Pais, 187
Joaquim Pedro, 187
Joaquim Ribeiro, 188
Joaquim Roque, 188
Joaquim Zacarias, 189

José Agostinho Cândido, 189
José Alexandre, 190
José António Filipe, 190
José Barata Júnior, 191
José Bernardo, 191
José Borges Seleiro, 192
José Correia Pires, 192
José de Almeida, 193
José de Almeida, 193
José de Sousa, 194
José de Sousa Coelho, 194
José de Sousa Guerreiro, 195
José dos Santos Viegas, 195
José Duarte, 196
José Filipe Piçarra, 196
José Ferreira, 197
José Ferreira Galinha, 197
José Francisco dos Santos Malarranha, 198
José Gilberto Florindo de Oliveira, 198
José Gomes, 199
José Gomes, 199
José Gomes da Silva, 200
José Jacinto de Almeida, 200
José Júlio Ferreira, 201
José Lopes, 201
José Luiz Marques Lebroto, 202
José Manuel Alves dos Reis, 202
José Manuel Cardoso, 203
José Maria de Almeida Júnior, 203
José Maria de Alpoim, 204
José Maria Videira, 204
José Marques, 205
José Neves Amado, 205
José Pinheiro Barbosa, 206
José Ramos dos Santos, 206
José Ramos Vargas, 207
José Ricardo do Vale, 207
José Rodrigues Reboredo, 208
José Salazar, 208
José Salgado Ferreira, 209
José Severino de Melo Bandeira, 209
José Simão, 210
José Soares, 210
José Tavares de Almeida, 211
José Ventura, 211
José Ventura Paixão, 212
Josué Fernandes, 212
Josué Martins Romão, 213
Júlio de Mascarenhas Júnior, 213
Júlio de Melo Fogaça, 214
Júlio de Sousa Marques, 214
Júlio Ferreira, 215
Júlio Jorge dos Santos Diogo, 215
Júlio Marques, 216
Júlio Mateus Farinha, 216
Júlio Monteiro de Macedo, 217
Júlio Pereira da Silva, 217
Leonido Assunção Felizardo, 218
Levindo Manuel da Costa, 218
Luís da Costa Figueiredo, 219
Luís da Cunha Taborda, 219
Luís Ferreira Lima, 220
Luís Lourenço Pires, 220
Luís Manuel Dizy Arguelles, 221
Luís Marques Figueiredo, 221
Luís Martins Leitão, 222
Luís Rebelo, 222
Luís Valente de Matos, 223
Luiz Duarte, 223
Luiz Pires Mendonça, 224
Manuel Afonso, 224
Manuel Albino, 225
Manuel Amado dos Santos, 225
Manuel António Boto, 226
Manuel Augusto da Costa, 226
Manuel Augusto da Rosa Alpedrinha, 227
Manuel Batista dos Reis, 227
Manuel Batista Miranda, 228
Manuel Borges do Canto, 228
Manuel da Assunção Malaquias, 229
Manuel da Graça, 229
Manuel dos Santos, 230
Manuel Firmo, 230
Manuel Fontes, 231

Manuel Francisco Candeias, 231
Manuel Francisco Rodrigues, 232
Manuel Gomes, 232
Manuel Gonçalves Rodrigues, 233
Manuel Henriques Rijo, 233
Manuel Maria, 234
Manuel Maria da Silva Pinho, 234
Manuel Marques Nunes, 235
Manuel Molina Vailó, 235
Manuel Moniz Bettencourt, 236
Manuel Pereira dos Santos, 236
Manuel Pessanha, 237
Manuel Rodrigues da Silva Júnior, 237
Mário Batista dos Reis, 238
Mário dos Santos Castelhano, 238
Mateus Pedroso, 239
Miguel Francisco Ramos, 239
Miguel Óscar de Oliveira, 240
Miguel Wager Russell, 240
Militão de Bessa Ribeiro, 241
Oliver Branco Bártolo, 241
Patrício Domingues Quintas, 242
Paulo José Dias, 242
Pedro da Cunha e Foios Teixeira, 243
Pedro de Matos Filipe, 243
Pedro dos Santos Soares, 244
Pedro José da Conceição, 244
Pinkus Israelski, 245
Rafael da Silva Pires, 245
Rafael Tobias Pinto da Silva, 246
Raúl de Almeida, 246
Reinaldo de Castro, 247
Reinaldo Victor, 247
Rodrigo Ramalho, 248
Rui Cardoso Gomes, 248
Rui Nunes de Azevedo, 249
Saúl Gonçalves, 249
Sebastião da Encarnação Júnior, 250
Sebastião de Jesus Palma, 250
Sebastião dos Ramos Viola Júnior, 251
Sebastião Salvador Rosinha, 251
Sérgio de Matos Vilarigues, 252
Silvino Leitão Fernandes Costa, 252
Tomás Garcia, 253
Tomaz Batista Marreiros, 253
Tomaz Ferreira Rato, 254
Virgilio Bartolini, 254
Virgílio de Sousa, 255
Virgílio Martins, 255
Vitorino Domingues, 256
Willi Kalleske, 256
Zeferino Soares, 257

## FASE II (1961-1974)

### ANGOLA

Abraão Cachumbo, 279
Adão Domingos Martins, 279
Afonso Figueira, 280
Afonso Gomes, 280
Agostinho André Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu), 281
Alberto Correia Neto, 281
Alcino de Carvalho Borges, 282
Aldemiro Justino de Aguiar Vaz da Conceição, 282
Amadeu Timóteo Malheiros de Amorim, 283
Américo Adão, 283
André Franco de Sousa, 284
André Mateus Neto, 284
André Rodrigues Mingas Júnior, 285
António Capita, 285
António Dias Cardoso, 286
António Francisco, 286
António Jacinto do Amaral Martins, 287
António José Contreiras da Costa, 287
António Lamba, 288
António Marques Monteiro, 288
António Pedro Benge, 289
Armando Ferreira da Conceição Júnior, 289
Armando José Chilala, 290
Armindo Augusto Fortes, 290
Artur Menezes Chingule, 291

Augusto Kiala Bengue, 291
Aurélio Garcia, 292
Belarmino de Sabugosa Vandúnem, 292
Bento Quipaia, 293
Bernardo Lopes Teixeira, 293
Bernardo Loureiro, 294
Caponde, 294
Carlos Alberto Pereira dos Santos Van-Dúnem (Beto), 295
Carlos Aniceto Vieira Dias (Liceu), 295
Cassupa Sousa, 296
César da Silva Teixeira, 296
César Pedro Caliengue, 297
Chiembele Rivinqui, 297
Chipoia Magita, 298
Colúvua Cassupa, 298
Daniel Samanda, 299
Daniel Sonhi, 299
Dava Benuhá, 300
Diogo José, 300
Domingos Manuel Coquita, 301
Eduardo Artur Santana Valentim (Juca Valentim), 301
Eduardo Jonatão Chingunji, 302
Eduardo Sá Moura da Cruz, 302
Evaristo Armando, 303
Evaristo Miúdo, 303
Febre Lungiça, 304
Felisberto Gongo Bernardo, 304
Fernando Coelho Cugito, 305
Fernando Moisés, 305
Fernando Pascoal Costa, 306
Florêncio Gamaliel Gaspar, 306
Francisco Caetano, 307
Francisco Muto, 307
Gabriel Francisco Leitão Pereira, 308
Garcia Lourenço Vaz Contreiras, 308
Gilberto António Saraiva de Carvalho, 309
Hélder Guilherme Ferreira Neto, 309
Higino Aires Alves de Sousa, 310
Ilídio Tomé Alves Machado, 310
Jaime Gaspar Cohen, 311
Jeremias Pedro, 311
João Fialho da Costa, 312
João José Cauaua, 312
João Lopes Teixeira, 313
João Lucas Cupombe, 313
João Vissoca, 314
Joel Pessoa, 314
José Culuza, 315
José Diogo dos Santos, 315
José Diogo Ventura, 316
José Fernando, 316
José Manuel Lisboa, 317
José Vieira Mateus da Graça (Luandino Vieira), 317
Justino Feltro da Costa Pinto de Andrade, 318
Lote Chivava Guilherme, 318
Lote Soares Sanguia, 319
Manuel Baptista de Sousa, 319
Manuel Bernardo de Sousa, 320
Manuel Chitombe, 320
Manuel dos Santos Júnior, 321
Manuel Pedro Pacavira, 321
Marcelo Micelo, 322
Mário António Soares de Campos, 322
Mário Jamba, 323
Martins Sachela, 323
Natanel Alfredo Sanecavo, 324
Nobre Ferreira Pereira Dias, 324
Noé da Silva Saúde, 325
Paiva Domingos da Silva, 325
Pascoal Gomes de Carvalho Júnior, 326
Pedro Chimbinda Gonçalo, 326
Sebastião Gaspar Domingos, 327
Silva e Sousa, 327
Silva Nunga, 328
Simão Chitungo, 328
Sousa Alfredo, 329
Teodoro Augusto Katikilo, 329
Teodoro Cassinque, 330

Tiago Pedro, 330
Tito Armando dos Santos, 331
Ventura António, 331
Vicente José da Costa Pinto de Andrade, 332

**GUINÉ**

Abdulai Canté, 347
Adolfo António da Costa, 347
Agnelo Lourenço Fernandes, 348
Ahnadjam Ié, 348
Ansumane Seide (Imbandi Seide), 349
António Ilídio Lima Silves Ferreira, 349
António Lopes (Junco Banora), 350
Aristides Teodorico Barbosa, 350
Armando Alage Sanhá, 351
Armando António Oliveira Sanca, 351
Assumane Seldente (Ansu Mana Seyde), 351
Augusto Amadú Baldé, 352
Augusto Fonseca da Silva, 352
Augusto Mango Fernandes, 352
Augusto Pereira da Graça, 353
Augusto Tavares, 353
Benjamim José Pedro de Barros, 353
Bernardo Mango, 354
Betagueda Nhacé, 354
Biaba Nabué, 355
Bilatá Nampara, 355
Boaventura Correia (Sitafá), 355
Braima Jassi, 356
Bruno Dantas Pereira, 356
Cândido Joaquim da Costa, 356
Cândido José da Costa (Cardeal), 357
Caramó Sanhá, 357
Carlos Alberto Moreira da Rocha, 358
Carlos Sambú, 358
Constantino Lopes da Costa, 359
Cristiano Monteiro, 359
Cutubo Cassamá, 360
Djandjam Sambú, 360
Domingos Fernandes Badinca, 360
Domingos Gomes, 361
Domingos Mango, 361
Domingos Mendes Gonçalves, 361
Eleutério José da Silva, 362
Estevão Adriano Fernandes, 362
Eustáquio da Silva Correia, 362
Fernando Correia, 363
Finhane Tambá, 363
Fonte Nandjula, 363
Francisco Gomes (Chico de Iarecunda), 364
Francisco Gregório Gomes Dias, 364
Francisco Jerónimo Mendes Vieira, 364
Iáiá Camara, 365
Iáiá Djaló, 365
Iáiá Naiunga, 365
Ilfone Nhanghada (Infone Nanghada), 366
Imbali Naialá, 366
Imbunhe Nahedé, 366
Imbunhe Nassua, 367
Impoque Nadum, 367
Inácio João Martins (Cudade), 367
Inácio Soares de Carvalho (Nassi Camará), 368
Indafá Nandjula, 368
Intchami Nantam (Tcham Nantam), 369
Jacinto Francisco Cabral da Cunha, 369
João Lobo de Pina, 369
John Eckert, 370
Jorge da Silva, 370
José de Oliveira Sanca, 371
José dos Santos Ribeiro, 371
José Lopes, 371
José Lopes Correia, 372
José Pereira da Silva, 372
Lassana Jaquité (Armando Lassana Jaquité), 372
Luís António da Silva (Ache), 373
Macário Freire Monteiro, 373
Malam Darame, 374

Malam Sambú, 374
Mamadu Cali (Mamadu Cassamá), 374
Mamadu Camará, 375
Mamadu Djaló, 375
Mandu Biai, 375
Manuel Amadu Djaló (Corca Djaló), 376
Manuel das Neves Trindade, 376
Manuel Vaz Horta Santy, 377
Marcos Gomes (Marco Gomes), 377
Mário Mamadu Turé (Momo Turé), 378
Mário Soares, 378
Mussá Camará, 379
Nicolau Simão Cabral de Brito (Simão Nerú), 379
Pan Namam, 380
Pana Naiúde (Pana Naiul), 380
Paulo Brito Guimarães, 380
Paulo Lopes, 381
Preto Mancanha, 381
Quecói Fati, 382
Rui Anastácio Florindo Medina, 382
Sabino Cabral, 382
Sana Turé, 383
Sancum Sissé, 383
Silva Delgado Barai, 383
Suna (Tuna) Naisna, 384
Umaru Djau, 384
Unsé Naiógna, 384
Ussumane Seidi (Ansu Seidi), 385
Vasco Luís Lopes da Costa, 385

**CABO VERDE**

Alberto Sanches Semedo, 397
Ananias Gomes Cabral, 397
António Pedro da Rosa, 398
Arlindo dos Reis Borges, 398
Carlos António Dantas Tavares, 399
Carlos de Lineu Soares Miranda, 399
Eugénio Borges Furtado, 400
Fernando dos Reis Tavares, 400
Gil Querido Varela, 401
Ivo Pereira, 401
Jaime (Ben Hare Solfer) Schofield, 402
João Augusto Divo de Macedo, 402
Joaquim Mendes Correia, 403
José Maria Ferreira Querido, 403
Juvêncio da Veiga, 404
Luís de Matos Monteiro da Fonseca, 404
Luís Furtado Mendonça, 405
Martinho Gomes Tavares, 405
Pedro Rolando dos Reis Martins, 406
Sérgio dos Reis Furtado, 406

# Dever de Memória

Diana Andringa*

"*Podemos entrar?*"

Uma dezena de homens, todos usando súmbia ("*para saberem que somos de Cabral*"), passa o portão do campo do Tarrafal, começa a percorrer o caminho de entrada. Um deles aponta uma caserna. Chama um companheiro: "*Mário, o teu poema?*" Mário entoa: "*A liberdade que nós pedimos, que nos deportaram ao Tarrafal. E lá no Tarrafal, dentro da cela de 5 janelas, nós temos confiança em Cabral*." Passaram ali longos meses, alguns deles anos, três décadas atrás. E, nesse dia em que se celebra o 35.º aniversário da libertação do campo, a 1 de Maio de 1974 – quando já nenhum deles lá estava, reenviados os últimos em 1969 para a Guiné – emocionam-se ao ver os seus nomes impressos numa grande tela, com os dos patriotas angolanos e cabo-verdianos que, como eles, ali estiveram na 2.ª fase do campo – entre 1962 e 1974, quando eufemisticamente crismado de Campo de Trabalho de Chão Bom – e, numa tela idêntica, na parede em frente, os dos antifascistas portugueses, da primeira fase do campo, entre 1936 e 1954, quando a natureza deste era claramente expressa: *Colónia Penal de Cabo Verde*.

"*Quem construiu Tebas, a das sete portas?// Nos livros vem o nome dos reis,//Mas foram os reis que transportaram as pedras? // (...) O jovem Alexandre conquistou as Índias// Sozinho?//César venceu os gauleses.//Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?"*

(Brecht, "Perguntas de um Operário Letrado").

* Jornalista. Investigadora do CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de *Coimbra*).

Impossível não recordar Brecht, quando referem Amílcar Cabral, um nome marcante na História das lutas de libertação em África. Estes são alguns dos homens que lutaram por ele, com ele, que o ajudaram a conseguir a liberdade não só da Guiné e Cabo Verde, mas de todas as colónias portuguesas e, mesmo, de Portugal e nas antigas colónias, mas cujos nomes poucos recordam. Impõe-se-nos um **dever de memória**: inscrever na História – de que foram, também, autores – os seus nomes esquecidos.




Título do documentário realizado em 2009, que recolhe testemunhos de presos do Campo de Concentração do Tarrafal

**Dever de memória** que é, também, uma forma de perpetuar a luta contra o regime que os enviou para esse campo ermo na Ilha de Santiago, lugar longínquo, prisão e desterro em simultâneo, buscando conseguir, como escreve Fernando Rosas no Prefácio, "*a morte cívica e política do condenado*". Separando-os do seu meio, do seu chão, da sua família – e quase só se recordam, das duas fases do Tarrafal, as visitas dos pais de Guilherme de Carvalho, na primeira fase, e da mulher de Luandino Vieira, na segunda – o regime pretendeu eliminá-los, condená-los ao esquecimento, matá-los em vida.

A crueldade passou, no caso dos antifascistas portugueses, pela devolução à mulher do dirigente anarquista Mário Castelhano de um vale postal que lhe enviara, com a fria indicação a vermelho: "**Faleceu**".

No caso dos guineenses, anunciaram aos pais a morte dos filhos e às mulheres as dos maridos, enviados para Cabo Verde. Famílias houve que, dando-os como mortos, celebraram mesmo as cerimónias fúnebres.

Mas ainda que um preso angolano, ao recordar os seus anos de prisão no campo chamado "da morte lenta", os resuma dizendo: "*Ali é só deixar de pensar. Porque, se não, morre aqui de pensamentos. É só deixar, pronto. Os que têm vida ficam com vida. Nós aqui estamos já quase mortos*", a verdade é que não apenas sobreviveram, mas venceram.

Falar desses presos não é só devolver-lhes a identidade que quiseram roubar-lhes, nome, sempre que possível dados biográficos e fotografia, é sublinhar essa vitória, é derrotar de novo o colonial-fascismo, reforçando essa outra função do dever de memória, que é impedir que se repitam de novo, nos nossos países, desterros e prisões. É dizer que homens simples, muitas vezes pobres, por vezes incultos, presos e barbaramente torturados, se animados pela força da razão, podem vencer polícias e exércitos e derrubar ditaduras.

A história que se conta neste livro é a de homens a quem quiseram destruir toda a esperança e que souberam resistir até à vitória: Porque, como dizia um dos presos dessa segunda fase do Tarrafal, o cabo-verdiano Jaime Schofield, *"o mais importante não é eles tentarem matar-nos lentamente. O mais importante é a recusa pela morte lenta. No Tarrafal reinventámos a vida, sempre!*"

Obrigada, Resistentes!

11 de Fevereiro de 2024

# Glossário

**Biliosa anúrica**

Forma grave do paludismo que provoca insuficiência renal, sendo a principal causa do falecimento de presos no Tarrafal devido às condições insalubres e à ausência de assistência médica e medicamentosa.

**Brigada Brava**

Criada em 29-05-1939, era um grupo formado por presos políticos com mais responsabilidades ou vítimas de punições arbitrárias, concebido com a finalidade de "regenerar" os inimigos do Estado Novo através da violência física do trabalho forçado. Este era iniciado pouco depois das 6 horas da manhã e terminava às 17 horas, com um pequeno intervalo para almoço, sendo obrigados a usar uma enxada ou uma picareta para escavarem a terra seca cheia de pedras e rochas. Não podiam fumar, só estavam autorizados a beber e urinar uma vez por turno e era frequente caírem no chão ao fim de umas horas, sem força e vítimas das elevadas temperaturas, tendo de ser transportados em braços pelos outros companheiros. Devido à brutalidade de horas de trabalho, ao ritmo infligido e às exigências impostas, com consequências irreversíveis para a saúde daqueles que a integraram, subsistiu somente 45 dias, com apenas dois homens a aguentarem até ao fim. Apesar desta nova tentativa de subjugação dos presos, «nem um só, entre as dezenas de cativos que passaram pela Brigada, rachou!» (Russell 1976, 81).

**Carril**

Junto ao portão do Campo havia um troço de carril suspenso por arames ferrugentos que servia, através do ritual de pancadas dadas com um varão de ferro pelos guardas de serviço, para marcar as atividades a cumprir pelos presos. O som vibrante de dez pancadas, bem audível como se de um badalo se tratasse, era executado às cinco da manhã, hora do despertar

dos degredados, às cinco e meia, hora do café, às seis, para a primeira formatura, às onze, para o almoço, às catorze, para a formatura da tarde, quando se fazia a entrega da correspondência, a leitura das "ordens de serviço", com os respetivos castigos, o anúncio de regulamentos a aplicar e o regresso ao trabalho, às dezassete e trinta, para o jantar e, às vinte e duas horas, para o recolher obrigatório às suas barracas. As três pancadas, dadas às dez e às dezassete horas, indicavam a cessação do trabalho, dentro e fora do Campo. O "carril" era, ainda, utilizado para reunir os presos a fim de transmitir qualquer informação, fazer a formatura ou anunciar aos doentes a chegada do médico. Os presos tinham de agir de acordo com o código de toques martelados.

**Diretores – Colónia Penal de Cabo Verde / Campo de Concentração do Tarrafal (1936-1954)**

- Capitão Manuel dos Reis, "O Manuel dos Arames" (1936-1937)
- Capitão José Júlio da Silva (1937-1938)
- Capitão João da Silva, "O Faraó" (1938-1940)
- Capitão José Olegário Antunes, "O Arreda" (1940-1942)
- Capitão Filipe Barros, "O Abóbora" (1942-1944)
- Capitão David Prates da Silva (1945-1954)

**Diretores – Campo de Trabalho de Chão Bom / Campo de Concentração do Tarrafal (1961-1974)**

- José Pedro Queimado Pinto (1961-1963)
- Hélder Lima dos Santos (1963-1965)
- José da Silva Vigário (1965-1967)
- Eduardo Vieira Fontes (1967-1974) que, segundo Manuel Pedro Pacavira, significou «um reforço da repressão e da tortura física e psicológica», colocando «ao seu serviço os métodos mais cruéis, mais bárbaros e subtis do regime»

**Fomes de Cabo Verde: 1942**

Uma das piores fomes verificadas no Arquipélago de Cabo Verde ocorreu em 1942, provocando a morte de milhares de pessoas. O governo português, apesar de devidamente informado, não revelou empenho em gerir ou fornecer ajuda alimentar e melhorar o acesso à água potável, provo-

cando grande descontentamento entre os locais, sobretudo entre a comunidade ligada ao comércio. Alguns desses comerciantes seriam internados no Tarrafal com base nas informações do inspetor superior colonial Henrique Galvão e foram, posteriormente, alvo de fixação de residência em outras ilhas.

**Frigideira**

Situada fora do Campo, perto do aquartelamento dos soldados africanos, era uma construção de cimento com forma retangular e uma área reduzida de cerca de seis metros de comprimento por três de largura, exposta ao sol de manhã à noite. Uma parede dividia-a interiormente em duas celas quase quadradas, com portas de ferro, perfuradas em baixo com cinco orifícios onde mal se podia enfiar um dedo. O teto era uma espessa placa de betão, o que transformava a edificação num forno com temperaturas insuportáveis durante o dia e fria e húmida durante a noite, ficando repleta de insetos. Por cima, junto ao teto, havia um postigo gradeado em forma de meia-lua com menos de cinquenta centímetros de largura por uns trinta de altura. Construída como pavilhão disciplinar, tornou-se o principal símbolo do sofrimento e dos castigos aplicados no Tarrafal. *Inaugurada* em agosto de 1937, chegaram a estar na frigideira, que teria capacidade para dois ou três presos por cela, doze em simultâneo, alimentados, frequentemente, a pão e água, sopa rala ou ração reduzida. A "frigideira" representava «isolamento, fome, asfixia lenta, desidratação, calor sufocante de dia, arrefecimento brusco de noite e, muitas vezes, espancamentos» (Gilberto de Oliveira, p. 135).

**Fugas**

Houve, entre 1936 e 1954, cinco tentativas de fuga, todas fracassadas: 02-08-1937, 02-08-1938, 28-05-1941, 22-05-1943 e 06-08-1944.

**Holandinha**

Estrutura de betão que substituiu a "Frigideira" da primeira fase, sendo uma cela mais reduzida, praticamente sem aberturas e dissimulada no interior de uma arrecadação. Com a dimensão de 1,76m x 1,05m x 1,79m, foi assim denominada pelos presos cabo-verdianos por referência à Holanda, país de emigração dos seus naturais.

**“Ilha dos pinguins” ou “aldeia dos pinguins”**

Designação dada ao alojamento isolado daqueles deportados republicanos que não se queriam misturar ou conviver com comunistas e anarcossindicalistas. Tratava-se de uma tenda de lona ou barraca situada, temporariamente, fora dos arames farpados, sendo os seus residentes, “os pinguins”, alvo de desconfiança e de desprezo por parte de outros presos devido à proximidade e colaboração que mantinham com os carcereiros e a direção do Campo, denunciando, não raras vezes, a atuação de muitos outros detidos políticos que, assim, eram castigados.

**Médicos**

Passaram pelo campo dois médicos: Esmeraldo Pais Prata (1937-1945), “O Tralheira”, tinha por lema «não estou aqui para curar, mas para assinar certidões de óbito» e assinou 30 das 32 dos portugueses mortos no Tarrafal; Pedro José Pestana de Ornelas (1945-1954) que, na ausência do Diretor, assumia, oficialmente, as funções deste.

**Mitra**

Barracão que funcionava como depósito de doentes menos graves, nomeadamente os crónicos, ou convalescentes afetados pelo paludismo, biliosas, febres e outros males. Inaugurado em 1938, imperava a falta de condições higiénicas e médicas, chegando a ter quarenta homens em simultâneo. Integrava o Pavilhão D, o mesmo que acolhia o “Porta-Aviões”.

**Organização Comunista Prisional do Tarrafal (OCPT)**

Organização prisional com mais membros, muitos deles destacados dirigentes do Partido Comunista. Detinha uma hierarquia própria, procurava controlar e unificar o debate ideológico e teórico partidário, dirigia e orientava o quotidiano dos comunistas deportados, estabelecia as redes internas de solidariedade e de sociabilidade, assumia os contactos clandestinos com o exterior e, por fim, geria os equilíbrios com as outras estruturas de presos e as sucessivas direções do Campo. O seu principal líder, Bento Gonçalves, faleceu no Tarrafal.

**Organização Libertária do Campo do Tarrafal (OLCT)**

Segunda organização prisional com mais membros, muitos deles importantes ativistas anarcossindicalistas e militantes anarquistas. Procurou

preservar a intervenção no Campo tendo por orientação as suas conceções libertárias, as quais regiam as relações com os outros interlocutores. Dois dos principais dirigentes, Arnaldo Simões Januário e Mário dos Santos Castelhano, faleceram no Campo.

**Organização dos Comunistas Afastados (OCA)**

Devido a divergências políticas, ideológicas e, até, pessoais, houve vários militantes comunistas que se afastaram ou foram expulsos da OCPT, agrupando-se, de forma inorgânica, num grupo que ficaria conhecido pelo "grupo dos comunistas afastados". Embora visto como elementos "anti-partido" pela OCPT, muitos deles continuaram a considerar-se comunistas, preservaram a militância antifascista e oposicionista no Campo e mantiveram contactos com os outros deportados.

**"Os ferros-velhos"**

Deportados que não eram politizados, nem integravam nenhuma das organizações criadas por afinidades ideológicas, tendo sido enviados para o Campo devido a terem sido condenados somente por usarem ou possuírem arma proibida, fosse branca ou de fogo. Estes presos acusados de delitos comuns, totalizando mais de duas dezenas, chegaram ao Tarrafal a partir de 1940 e cumpriram poucos anos de degredo.

**Paludismo**

A doença que mais atingiu o Campo, afetando todos os deportados, devido à sua localização numa zona de pântanos povoados de insetos, às condições climáticas em que, após nove meses de estacão seca, sucediam-se três meses de chuva (agosto, setembro e outubro), propícios à proliferação dos mosquitos, à inexistência de água potável e de mosquiteiros, à falta de cuidados médicos, recusa do acesso a medicamentos e alimentação imprópria. O "período agudo", correspondendo àqueles três meses, era o mais temido por estar associado a acessos febris com temperaturas elevadas, às biliosas anúricas e a mortes: 12 das 32 de portugueses falecidos no Tarrafal ocorreram nesse trimestre.

**Pavilhão C4**

Espaço destinado aos presos com a saúde mental muito afetada, tendo recebido o primeiro internamento em janeiro de 1945.

**Porta-aviões**

Designação dada às instalações onde os carcereiros abrigavam os "rachados", os que tinham rompido com as orientações dos coletivos prisionais e, na sua maioria, prestavam informações aos guardas e pides do Campo, participando muitas vezes em provocações aos demais presos. Inaugurado em 29-04-1939, estava instalado numa das casernas do Pavilhão D e tinha capacidade para cerca de três dezenas de apolíticos, "renegados", "amarelos" ou "rachados". O nome ironizava com o facto de ser um possível passo para a sua liberdade devido às cedências feitas e à renúncia dos seus ideais, recompensada por uma eventual redução da pena, e os seus ocupantes, que gozavam de algumas liberdades, eram, na grande maioria, desprezados pelos restantes detidos. Foi desativado em meados de 1941, na sequência da tentativa de fuga de dois alemães.

**"Rachados"**

Epíteto aplicado a todos aqueles que tinham renegado os seus ideais e renunciavam à luta, passando, em muitos casos, a colaborar com as autoridades e a denunciar os antigos companheiros. Gozavam, por isso, de certos privilégios quanto a alojamento, alimentação, trabalhos a executar e alguma liberdade de movimentos no exterior do campo.

# Siglas

ACA/GCA – Agrupamento (ou Grupo) dos Comunistas Afastados
ALL – Aliança Libertária de Lisboa
ALP – Aliança Libertária Portuguesa
ARA – Acção Revolucionária Armada
CGT – Confederação Geral do Trabalho
CIS – Comissão Inter-Sindical
CVI – Cruz Vermelha Internacional
ELA – Iniciais dos pseudónimos dos 3 líderes do grupo formado por António P. Benge, Fernando P. da Costa e Joaquim de Figueiredo no início dos anos 50
FAPE – Federação dos Anarquistas Portugueses Exilados
FARP – Federação Anarquista da Região Portuguesa
FJCP – Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FPP – Frente Popular Portuguesa
IC – Internacional Comunista (ou 3.ª Internacional)
JC – Juventudes Comunistas
JS – Juventudes Sindicalistas
MIA – Movimento para a Independência de Angola
MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola
MLN(A) – Movimento de Libertação Nacional (de Angola)
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MUD – Movimento de Unidade Democrática
OCPT – Organização Comunista Prisional do Tarrafal
OLCT – Organização Libertária do Campo do Tarrafal
ORA – Organização Revolucionária da Armada
ORS – Organização Revolucionária dos Sargentos

PCA – Partido Comunista Angolano
PCE – Partido Comunista de Espanha
PCF – Partido Comunista Francês
PCP – Partido Comunista Português
PDA – Partido Democrático Angolano
PDPS – Polícia de Defesa Política e Social
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PIDE/DGS – Polícia de Informações e Defesa do Estado/Dir. Geral de Segurança
PLUAA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PRP – Partido Republicano Português
PS – Partido Socialista
PSP – Partido Socialista Português
PSP – Polícia de Segurança Pública
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
RGP – Registo Geral de Presos PVDE/PIDE/DGS
SOE – Special Operations Executive
SVI – Socorro Vermelho Internacional
SVPS – Secção de Vigilância Política e Social
TEP – Tribunal de Execução de Penas
TME – Tribunal Militar Especial
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA – União das Populações de Angola

# Bibliografia

## O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DO TARRAFAL

### (Fases I e II)


– AA.VV. *Angolanos no Tarrafal – alguns casos de habeas corpus*, Edições Afrontamento, 1974.

– AA.VV. *Dossier Tarrafal*, Edições avante!, 2006.

– AA.VV. *60 anos de luta*, Edições avante!, 1981.

– AA.VV. *Tarrafal – Testemunhos, Antigos presos do campo de concentração do Tarrafal*, Caminho, 1978.

– Aquino, Acácio Tomás de. *O segredo das prisões atlânticas*, A Regra do Jogo, 1978.

– Barreiros, José António. *Traição a Salazar*, Oficina do Livro, 2012.

– Barros, Víctor de. *Campos de concentração em Cabo Verde: as ilhas como espaços de deportação e de prisão no Estado Novo*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

– Borges, Claudino. *Uma proposta de valorização para o Museu da Resistência do Tarrafal: Santiago de Cabo Verde*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Artístico, 2014.

– Brito, Nélida Maria Freire. *Tarrafal na memória dos prisioneiros (1936--1954)*. Ediç~ões Dinossauro, 2006.

– Caldeira, Alfredo (Org.). *Memória do Campo de Concentração do Tarrafal*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Fundação Amílcar Cabral e Fundação Mário Soares, 2009.

– Caldeira, Alfredo e Santos, David (Org.). *Memória do Campo de Concentração do Tarrafal*, 2010, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Fundação Amílcar Cabral e Fundação Mário Soares, 2010.

– Campino, Camila Lopes. *Espaços e Políticas Prisionais no Império Português: entre o encerramento e a reabertura do Tarrafal (1954-1961)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FCSH – UNL, 2018.

– Cardoso, António. *21 poemas da cadeia*, Cadernos lavra & oficina, União dos Escritores Angolanos, 1979.

– Castelhano, Mário. *Quatro Anos de Deportação*, Seara Nova, 1975

– Chasse, Fernando Hedviges (Fernando Correia). *O Processo dos Cinquenta – Tempo e Memória (1940-1962) – Considerações Históricas*, ed. autor, 2012.

– Duarte, Augusto. *Vida e Obra de António de Oliveira Salazar/Adoldo Teixeira Pais – Brigada Brava*, Tipografia Nunes, Porto.

– Duarte, Maria João Raminhos. *Presos Políticos Algarvios em Angra do Heroísmo e no Tarrafal*, Colibri, Câmara Municipal de Portimão, 2009.

– Faria, Ana Mouta. *Impacto da Revolução de Abril de 1974 nas colónias: a libertação dos presos políticos e a extinção da polícia política (PIDE/DGS)*, CEHC – IUL, 2015.

– Firmo, Manuel. *Nas trevas da longa noite*, Europa-América, 1975.

– Jacinto, António. *Sobreviver em Tarrafal de Santiago*, Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1985.

– Laban, Michel. *Encontro com Escritores*, Fundação Eng. António de Almeida, Vol. I, 1991.

– Landim, Kleidy Simone da Moura. *Sentir o espaço, contar a história – Centro Interpretativo do Campo do Tarrafal em Cabo Verde*, RPAAC, 2018.

– Leal, Américo Lázaro. *Manuel da Luz Graça – Tarrafalista Setubalense*, URAP, 2006.

– *Le Procès des Cinquante* (O Processo dos 50), Comité Executivo da FRAIN, FRAIN, 1960.

– Lopes, José Vicente. *Tarrafal-Chão Bom – Memórias e Verdades*, IIPC – Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2010.

– Loude, Jean-Yves. *La Chanson Interdite du Bagne de Tarrafal*, TAPABORD, 2018.

– Mangas, Francisco Duarte. *Jacarandá*, Teodolito, 2015.

– Mateus, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*, Terramar, 2004.

– Mateus, Dalila Cabrita. *Memórias do Colonialismo e da Guerra*, Edições ASA, 2006.
– Medina, Maria do Carmo. *Angola: Processos Políticos da Luta Pela Independência*, Almedina, 2011.
– Mendes, Carlos Jorge Silva. *O Museu da Resistência: Museu Transnacional*, RPAAC, 2010.
– Mester, Anna. *Iberian Atlantic Imperial Carcerality: Vestiges of Colonial Disciplinary Violence in Cape Verde*, PhD Dissertation, University of Michigan, 2016.
– Miguel, Francisco. *Das prisões à liberdade*, org. Fernando Correia, Edições avante!, 1986.
– Nunes, Hermínio de Freitas. *Augusto Costa, um vidreiro no Tarrafal*, ed. do autor, 1988.
– *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*: textos de Acácio Tomaz de Aquino, Américo Martins, Custódio da Costa, José Francisco, Marcelino Mesquita e Emídio Santana, Regra do Jogo, 1978.
– Oliveira, Cândido de. *Tarrafal – Pântano da Morte*, Editorial República, 1974.
– Oliveira, Gilberto de. *Memória Viva do Tarrafal*, Edições avante!, 1987.
– Pedro, Edmundo. Memórias – um combate pela liberdade, Âncora edições, 2007.
– Pinto, Antónia Maria Gato. *Tarrafal: resistir como promessa. O poder de transformar uma experiência de opressão numa história de grandeza*, Tese de Doutoramento em Sociologia, FCSH – UNL, 2019.
– Pires, José Correia. *Memória de um prisioneiro do Tarrafal*, Edições Dêagá, 1975.
– Pires, Sandra Maria da Cunha. *Os Militares Portugueses e a Descolonização em Cabo Verde*, Colibri, 2022.
– Ribeiro, Joaquim. *No Tarrafal, prisioneiro*, A Opinião, 1976.
– Rodrigues, Francisco Martins. *O 18 de Janeiro de 1934 foi Anarquista?*, Política Operária, 1982.
– Rodrigues, Manuel Francisco. *Tarrafal, aldeia da morte – O Diário da B5*, Brasília Editora, 1974.
– Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de. *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo de Leitores, 1996, 2 Vols.

– Russell, Miguel Wager. *Recordações dos tempos difíceis*, Edições avante!, 1976.
– Santos, Aurélio. *Tarrafal, nunca mais!: a visita ao Tarrafal de quarenta antifascistas portugueses e o Simpósio internacional*, URAP, 2013.
– Santos, Paula Borges, Rezola, Maria Inácia e Reis, António (coordenadores). *Dicionário de História de Portuga. O 25 de Abril (1974-1976)*, Livraria Figueirinhas.
– Silva, Celestino Domingos Tavares. *O antigo campo de concentração do Tarrafal: da opressão à valorização cultural*, RCAAP, 2018.
– Soares, Pedro. *Tarrafal, Campo da Morte Lenta*, Edições avante!, 1975.
– Sousa, Franco de. *A Achada Grande do Tarrafal*, Alfa Ómega, 1979.
– *Tarrafal Nunca Mais!*, Museu do Aljube, EGEAC, 2018.
– Tavares, José Manuel Soares. *O Campo de Concentração do Tarrafal (1936-1954) – A Origem e o Quotidiano*, Colibri, 2007.
– Ventura, José Diogo. *Recordações minhas*, Kilombelombe, 2011.
– Vieira, José Luandino. *Lourentinho Dona Antónia de Sousa Neto e Eu*, Caminho, 2006.
– Vieira, José Luandino. *Papéis da Prisão (1962-1971)*, Caminho, 2015.

# Filmografia do Tarrafal

É relativamente escassa a produção videográfica sobre o Campo de Concentração do Tarrafal. Juntamos aqui os filmes identificados.

1. Título Original: *Era Uma Vez… o Tarrafal* (2 partes)
Reportagem: José Manuel Silva, RTP
Participantes: Josué Romão e António Barata
1998
https://arquivos.rtp.pt/conteudos/era-uma-vez-o-tarrafal-parte-i
https://arquivos.rtp.pt/conteudos/era-uma-vez-o-tarrafal-parte-ii

2. Título Original: *Há Setenta Anos no Tarrafal – Os Últimos Sobreviventes*
Realização: Fernanda Paraíso
2007
https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ha-70-anos-o-tarrafal-os-ultimos-sobreviventes

3. Título Original: *Tarrafal: Memórias do Campo da Morte Lenta*
Realização: Diana Andringa
2011
https://memorial2019.org/dossier/tarrafal/tarrafal-memorias-do-campo-da-morte-lenta

4. Título Original: *Tarrafal – Dez Pancadas no Carril*
Realização: João Paradela
2018

Nota: Existem em https://arquivos.rtp.pt/ diversos programas de televisão e de rádio relacionados com o Campo de Concentração do Tarrafal.

# Nota final

Este livro recolhe textos de vários autores e de diferentes formações, agradecendo-se a inestimável disponibilidade e colaboração na concretização deste projeto e cujo estilo e ortografia originais se mantiveram inalterados.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo revelou-se imprescindível quanto à variedade de documentação utilizada, abrangendo, nomeadamente, os livros do Registo Geral de Presos, Livros de Cadastrados, a documentação do Campo de Trabalho de Chão Bom e documentos avulsos, diferentes consoante os períodos 1936-1954 ou 1961-1974.

As fotografias dos presos políticos idos de Portugal para o Tarrafal foram quase todas retiradas dos 148 livros do Registo Geral de Presos; uma ou outra consta dos Livros de Cadastrados (ANTT); e algumas, poucas, resultam de fontes e/ou doações avulsas.

No caso da informação biográfica e fotografias de angolanos, guineenses e cabo-verdianos encarcerados no Campo de Trabalho de Chão Bom, é devido um especial agradecimento a José Vicente Lopes ao disponibilizar o seu livro *Tarrafal – Chão Bom, Memórias e Verdades*, a Maria da Conceição Neto e Wanda Lara (Associação Tchiweka de Documentação) e a Luís Fonseca.

As notas biográficas dos 588 presos políticos e sociais de diferentes proveniências e que passaram pelas duas fases do Tarrafal procuraram obedecer a um formato semelhante, incluindo em cada síntese os dados essenciais. Se esta opção de uniformização se revelou mais viável no caso da primeira fase, já no segundo período optou-se, até por inexistência de documentação acessível, por recorrer, sempre que possível, a informação policial e prisional, bem como a testemunhos dos militantes anticolonialistas encarcerados, a par de informações sobre os seus percursos políticos e pessoais.

Ao longo desta publicação, resultaram assim naturalmente algumas diferenças no tratamento biográfico e eventuais erros ou omissões que muito agradecemos nos comuniquem para sua correção.

Pretendemos dar continuidade a este trabalho na internet, no âmbito da plataforma **memoriacomum.org** e do desenvolvimento do Centro de Documentação do Tarrafal *online* (**Tarrafal-cdt.org**, que se prevê entrar em funcionamento a partir de 1 de Maio de 2024), o que permitirá introduzir essas correções e incorporar novas informações e estudos que venham entretanto a ser referenciados.

**memoriacomum.org**

**tarrafal-cdt.org**
a partir de 1 de Maio de 2024

**COLIBRI** – ARTES GRÁFICAS

Rua Major João Luís de Moura, Famões Park
– ARMAZEM AB – 1685 - 650 Famões
TELEFONE | (+351) **21 931 74 99**
**www.edi-colibri.pt | colibri@edi-colibri.pt**

**CINQUENTA** anos depois do 25 de Abril e da libertação dos presos políticos em Portugal e nas ex-colónias, assinalamos o encerramento do Campo de Concentração do Tarrafal, no dia 1 de Maio de 1974.

- Instalado em Cabo Verde em 1936, funcionou até 1954, essencialmente destinado a presos políticos antifascistas deportados de Portugal.
- Reaberto em 1961, sob a designação de Campo de Trabalho de Chão Bom, acolheu até 1974 nacionalistas de Angola, Guiné e Cabo Verde.
- Aí foram encarcerados, na sua maioria sem julgamento, um total de 588 homens, morrendo 36 deles, vítimas das condições prisionais impostas pelo regime fascista.
- A todos eles, a nossa homenagem.


PATROCÍNIOS

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

COMEMORAÇÕES OFICIAIS 50 X2 DEMOCRACIA 50 ANOS 25 DE ABRIL 50 ANOS

TORRE DO TOMBO

MUSEU DO ALJUBE RESISTÊNCIA E LIBERDADE

FUNDAÇÃO AMILCAR CABRAL

INEP INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

ATD ASSOCIAÇÃO TCHIWEKA DE DOCUMENTAÇÃO


www.memoriacomum.org